

BRASILIANA

5.ª SERIE da

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO



Volumes publicados:

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — OLIVEIRA VIANA: Raça e Assimilação.
8 — OLIVEIRA VIANA: Populações Meridionais do Brasil.
9 — NINA RODRIGUES: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado.
22 — E. ROQUETTE-PINTO: Ensaios de Antropologia Brasileira.
27 — ALFREDO ELLIS JÚNIOR: Populações Paulistas.
59 — ALFREDO ELLIS JÚNIOR: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.
188 — ARTUR RAMOS: O Negro Brasileiro — 1.º volume — "Etnologia Religiosa" — 2.ª edição ilustrada.

ARQUEOLOGIA E PREHISTORIA

- 34 — ANGIONE COSTA: Introdução à Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
137 — ANIBAL MATOS: Prehistória Brasileira — Vários Estudos — Ed. ilustrada.
148 — ANIBAL MATOS: Peter Wilhelm Lund no Brasil — Problemas de Paleontologia Brasileira — Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — PANDIÁ CALÓGERAS: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
11 — LUIZ DA CÂMARA CASCUO: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
107 — LUIZ DA CÂMARA CASCUO: O Marquês de Olinda e seu tempo — (1793-1870) — Edição ilustrada.
18 — VISCONDE DE TAUNAY: Pedro II — 2.ª edição.
20 — ALBERTO DE FARIA: Mauá (com três ilustrações fora do texto).
54 — ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO: Calógeras.
65 — JOÃO DORNAS FILHO: Silva Jardim.
73 — LÚCIA MIGUEL-PEREIRA: Machado de Assis — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
79 — CRAVEIRO COSTA: O Visconde de Sinimbuá — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
81 — LEMOS BRITO: A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império — Frei Caneca — Edição ilustrada.

- 85 — WANDERLEY PINHO: Cotegipe e seu tempo — Ed. ilustrada.
88 — HÉLIO LOBO: Um Varão da República: Fernando Lobo.
114 — CARLOS SCSEKIND DE MENDONÇA: Sílvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustrada.
119 — SUD MENNUECCI: O Precursor do Abolicionismo: Luiz Gama — Ed. ilustr.
120 — PEDRO CALMON: O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II — 2.ª Edição ilustrada.
133 — HEITOR LYRA: História de Dom Pedro II — 1825-1891 — 1.º Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Edição ilustrada.
133-A — HEITOR LYRA: História de Dom Pedro II — 1825-1891 — 2.º Vol.: "Fastígio" (1870-1880) — Ed. ilustrada.
133-B — HEITOR LYRA: História de Dom Pedro II — 1825-1891 — 3.º Vol.: "Declínio" — 1880-1891 — Ed. ilustrada.
135 — ALBERTO PIZARRO JACOBINA: Dias Carneiro (O Conservador) — Ed. ilustr.
136 — CARLOS PONTES: Tavares Bastos (Aureliano Cândido) — 1830-1875.
140 — HERMES LIMA: Tobias Barreto — A Época e o Homem — Ed. ilustrada.
143 — BRUNO DE ALMEIDA MAGALHÃES: O Visconde de Abaeté — Ed. ilustrada.
144 — V. CORREIA FILHO: Alexandre Rodrigues Ferreira — Vida e Obra do grande Naturalista Brasileiro — Ed. ilustr.
153 — MÁRIO MATOS: Machado de Assis — (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor). — Ed. ilustr.
157 — OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA: Evaristo da Veiga — "Homens da Regência" — Ed. ilustrada.
166 — JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA: O Patriarca da Independência — Dezembro 1821 a Novembro 1823.
177 — JONATAS SERRANO: Farias Brito — O Homem e a Obra.
182 — AFONSO SCHMIDT: A vida de Paulo Eiró — Seguida de uma Coleção de suas Poesias organizada por José Gonçalves.
193 — FRANCISCO VENANCIO FILHO: A glória de Euclides da Cunha — Edição ilustrada.
196 — FELIX CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MELO: Memórias de um Cavaleiro — Introdução de Gilberto Freyre — Edição ilustrada.

BOTANICA E ZOOLOGIA

- 71 — E. F. HOEHNE : *Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI* — (Pesquisas e Contribuições).
77 — C. DE MELO-LEITÃO : *Zoo-Geografia do Brasil* — Edição ilustrada.
99 — C. DE MELO-LEITÃO : *A Biologia no Brasil*.

CARTAS

- 12 — WANDERLEY PINHO : *Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe* — Ed. ilustrada.
38 — RUI BARDOSA : *Mocidade e Exílio* (Cartas inéditas, prefaciadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
61 — CONDE D'EU : *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orléans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
109 — GEORGES RAEDERS : *D. Pedro II e o Conde de Gobineau* (Correspondência inédita).
142 — FRANCISCO VENÂNCIO FILHO : *Eucídes da Cunha e seus Amigos* — Edição ilustrada.
194 — PE. SERAFIM LEITE : *Novas Cartas Jesuíticas* (De Nóbrega e Vieira).

DIREITO

- 110 — NINA RODRIGUES : *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
165 — NINA RODRIGUES : *O Alienado no Direito Civil Brasileiro* — 3.ª Edição.

ECONOMIA

- 90 — ALFREDO ELLIS JÚNIOR : *Evolução da Economia Paulista e suas Causas* — Edição ilustrada.
100 e 100-A — ROBERTO SIMONSEN : *História Econômica do Brasil* — Ed. ilustrada em 2 tomos.
152 — J. F. NORMANO : *Evolução Econômica do Brasil* — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
155 — LEMOS BRITO : *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*.
160 — LUIZ AMARAL : *História Geral da Agricultura Brasileira* — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 1.º Volume.
160-A — LUIZ AMARAL : *História Geral da Agricultura Brasileira* — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 2.º Volume.
162 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA : *O Pau-Brasil na História Nacional* — Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Vianna — Ed. ilustrada.

183 — OSORIO DA ROCHA DINIZ : *O Brasil em face dos Imperialismos Modernos*.

- 184 — GERALDO ROCHA : *O Rio São Francisco - Fator precipuo da existencia do Brasil* — Edição ilustrada.
187 — MANUEL LUBAMBO : *Capitais e Grandeza Nacional*.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.º Volume — 1823-1853.
— PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.º Volume — Reformas do Ensino — 1854-1888.
121 — PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.º Volume — 1854-1889.
147 — PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.º Vol. : Das Amazonas às Alagoas.
147-A — PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1825-1889 — 2.º Volume : Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
147-B — PRIMITIVO MOACIR : *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.º Volume : Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
98 — FERNANDO DE AZEVEDO : *A Educação Pública em São Paulo* — Problemas e Discussões (Inquirito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

- 1 — BATISTA PEREIRA : *Figuras do Império e outros ensaios* — 2.ª edição.
6 — BATISTA PEREIRA : *Vultos e episódios do Brasil* — 2.ª edição.
26 — ALBERTO RANGEL : *Rumos e Perspectivas*.
41 — JOSÉ-MARIA BELO : *A inteligência do Brasil* — 3.ª edição.
43 — A. SABOLA LIMA : *Alberto Tórres e sua obra*.
56 — CHARLES EXPILLY : *Mulheres e Costumes do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva.
70 — AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO : *Conceito de Civilização Brasileira*.
82 — C. DE MELO-LEITÃO : *O Brasil visto pelos Ingleses*.
105 — A. C. TAVARES BASTOS : *A Província* — 2.ª edição.
151 — A. C. TAVARES BASTOS : *Os males do Presente e as esperanças do Futuro* (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.

116 — AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA : **Estudos Piauienses** — Edição ilustrada.
150 — ROY NASH : **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.
190 — E. ROQUETTE-PINTO : **Ensaio Brasileiro** — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

39 — E. ROQUETTE-PINTO : **Rondônia** — 3.ª edição. (aumentada e ilustrada).
44 — ESTEVÃO PINTO : **Os Indígenas do Nordeste** — (Com 15 gravuras e mapas) — 1.º Tomo.
112 — ESTEVÃO PINTO : **Os Indígenas do Nordeste** — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).
52 — GENERAL COUTO DE MAGALHÃES : **O selvagem** — 4.ª edição completa, com parte original Tupi-guaraní.
60 — EMÍLIO RIVASSEAU : **A vida dos índios Guaicurus** — Edição ilustrada.
75 — AFONSO A. DE FREITAS : **Vocabulário Nheengatú** (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-Guaraní (com 3 ilustrações fora do texto).
92 — ALMIRANTE ANTÔNIO ALVES CÂMARA : **Ensaio sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil** — 2.ª edição ilustrada.
101 — HERBERT BALDUS : **Ensaio de Etnologia Brasileira** — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Edição ilustrada.
139 — ANGIONE COSTA : **Migrações e Cultura Indígena** — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. ilustrada.
154 — CARLOS FR. PHIL VON MARTIUS : **Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros** (1844) — Trad., Prefácio e Notas de Pirajá da Silva. — Ed. ilustrada.
163 — MAJOR LIMA FIGUEIREDO : **Índios do Brasil** — Prefácio do General Rondon — Edição ilustrada.
186 — EMÍLIO WILLEMS : **Assimilação e Populações Marginais no Brasil** — Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes.

FILOLOGIA

25 — MÁRIO MARROQUIM : **A Língua do Nordeste**.
46 — RENATO MENDONÇA : **A influência africana no português do Brasil** — Edição ilustrada.
164 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA : **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil** — 4.ª edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".
178 — ARTUR NEIVA : **Estudos da Língua Nacional**.
179 — EDGARD SANCHES : **Língua Brasileira** — 1.º Tomo.

FOLCLORE

57 — FLAUSINO RODRIGUES VALE : **Elementos do Folclore Musical Brasileiro**.
103 — SOUSA CARNEIRO : **Mitos Africanos no Brasil** — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

30 — CAP. FREDERICO A. RONDON : **Pelo Brasil Central** — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
33 — J. DE SAMPAIO FERAZ : **Metereologia Brasileira**.
35 — A. J. SAMPAIO : **Fitogeografia do Brasil** — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
53 — A. J. DE SAMPAIO : **Biogeografia dinâmica**.
45 — BASÍLIO DE MAGALHÃES : **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**.
63 — RAIMUNDO MORAIS : **Na Planície Amazônica** — 5.ª edição.
80 — OSVALDO R. CABRAL : **Santa Catarina** — Edição ilustrada.
86 — AURÉLIO PINHEIRO : **A Margem do Amazonas** — Edição ilustrada.
91 — ORLANDO M. DE CARVALHO : **O Rio da Unidade Nacional : o São Francisco** — Edição ilustrada.
97 — LIMA FIGUEIREDO : **Oeste Paranaense** — Edição ilustrada.
104 — ARAÚJO LIMA : **Amazônia - A Terra e o Homem** (Introdução à Antropogeografia).
106 — A. C. TAVARES BASTOS : **O Vale do Amazonas** — 2.ª edição.
138 — GUSTAVO DODT : **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí** — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. ilustrada.

GEOLOGIA

102 — S. FRÓES ABREU : **A riqueza mineral do Brasil**.
134 — PANDIÁ CALÓGERAS : **Geologia Econômica do Brasil** (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.º — Distribuição geográfica dos depósitos auríferos — Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

10 — OLIVEIRA VIANA : **Evolução do Povo Brasileiro** — 3.ª edição ilustrada.
13 — VICENTE LICÍNIO CARDOSO : **A margem da História do Brasil** — 2.ª edição.
14 — PEDRO CALMON : **História da Civilização Brasileira** — 4.ª edição.
40 — PEDRO CALMON : **História Social do Brasil** — 1.º Tomo : Espírito da Sociedade Colonial — 3.ª edição ilustrada (com 13 gravuras).
83 — PEDRO CALMON : **História Social do Brasil** — 2.º Tomo : Espírito da Sociedade Imperial — Edição ilustrada — 2.ª edição.

173 — PEDRO CALMON: *História Social do Brasil* — 3.º Tomo: A Época Republicana.

176 — PEDRO CALMON: *História do Brasil* — 1.º Tomo: "As Origens" — 1500-1600.

15 — PANDIÁ CALÓGERAS: *Da Regência à queda de Rozas* — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").

42 — PANDIÁ CALÓGERAS: *Formação Histórica do Brasil* — 3.ª edição (com 3 mapas fora do texto).

23 — EVARISTO DE MORAIS: *A escravidão africana no Brasil*.

36 — ALFREDO ELLIS JÚNIOR: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* — 2.ª edição.

37 — J. F. DE ALMEIDA PRADO: *Primeiros Povoadores do Brasil* — (2.ª edição ilustrada).

47 — MANUEL BOMFIM: *O Brasil* — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.

48 — URBINO VIANA: *Bandeiras e sertanistas Baianos*.

49 — GUSTAVO BARROSO: *História Militar do Brasil* — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).

76 — GUSTAVO BARROSO: *História secreta do Brasil* — 1.ª parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — 3.ª edição (ilustrada).

64 — GILBERTO FREIRE: *Sobrados e Mucambos* — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.

89 — PRADO MAIA: *Através da História Naval Brasileira*.

89 — CORONEL A. LOURIVAL DE MOURA: *As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil*.

93 — SERAFIM LEITE: *Páginas da História do Brasil*.

94 — SALOMÃO DE VASCONCELOS: *O Fico — Miosas e os Mineiros da Independência* — Edição ilustrada.

108 — PADRE ANTÔNIO VIEIRA: *Por Brasil e Portugal* — Sermões comentados por Pedro Calmon.

111 — WASHINGTON LUIZ: *Capitania de São Paulo* — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.ª edição.

117 — GABRIEL SOARES DE SOUSA: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª edição.

123 — HERMANN WÄTJEN: *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.

124 — LUIZ NORTON: *A Corte de Portugal no Brasil* — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.

125 — JOÃO DORNAS FILHO: *O Padroado e a Igreja Brasileira*.

127 — ERNESTO ENNES: *As Guerras nos Palmares* (Subsídios para sua História) — 1.º Vol.; Domingos Jorge Velho e a "Troia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay

128 e 128-A — ALMIRANTE CUSTÓDIO JOSÉ DE MELO: *O Governo Provisório e a Revolução de 1893* — 1.º Volume, em 2 tomos.

132 — SEBASTIÃO PAGANO: *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817* — Edição ilustrada.

146 — AURÉLIO PIRES: *Hómens e fatos do meu tempo*.

149 — ALFREDO VALADÃO: *Da aclamação à maioria* — 1822-1840 — 2.ª edição.

158 — WALTER SPALDING: *A Revolução Farroupilha* (História popular do grande decênio) — 1835-1845 — Edição ilustrada.

169 — CARLOS SEIDLER: *História das Guerras e Revoluções do Brasil, de 1825-1835* — Trad. de Alfredo de Carvalho — Prefácio de Sívio Cravo.

168 — PADRE FERNÃO CARDIM: *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* — Introdução e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.ª edição.

170 — NELSON WERNECK SODRÉ: *Panorama do Segundo Império*.

171 — BASÍLIO DE MAGALHÃES: *Estudos de História do Brasil*.

174 — BASÍLIO DE MAGALHÃES: *O Café — Na História, no Foliocore e nas Belas-Artes*.

180 — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES e JOAQUIM RIBEIRO: *Civilização Holandesa no Brasil* — Edição ilustrada.

181 — CARVALHO FRANCO: *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*.

185 — WALTER SPALDING: *A Invasão Paraguai no Brasil* — Documentação inédita — Edição ilustrada.

189 — ALFREDO ELLIS JR.: *Feijó e a Primeira Metade do Século XIX*.

191 — CRAVEIRO COSTA: *A Conquista do Deserto Ocidental* — Subsídios para a história do Território do Acre — Edição ilustrada — Introdução e notas de Abgaur Bastos.

MEDICINA E HIGIENE

29 — JOSUÉ DE CASTRO: *O problema da alimentação no Brasil* — Prefácio do prof. Pedro Escudero — 2.ª edição.

51 — OTAVIO DE FREITAS: *Doenças africanas no Brasil*.

129 — AFRÂNIO PEIXOTO: *Clima e Saúde* — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLITICA

3 — ALCIDES GENTIL: *As idéias de Alberto Torres* — (Síntese com índice remissivo) — 2.ª edição.

7 — BATISTA PEREIRA: *Diretrizes de Rui Barbosa* — (Segundo textos escolhidos) — 2.ª edição.

21 — BATISTA PEREIRA: **Pelo Brasil Maior.**
 16 — ALBERTO TÔRRES: **O Problema Nacional Brasileiro** — 2.ª edição.
 17 — ALBERTO TÔRRES: **A Organização Nacional** — 2.ª edição.
 24 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Problemas de Administração** — 2.ª edição.
 67 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Problemas de Governo** — 2.ª edição.
 74 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...)** — 2.ª edição.
 31 — AZEVEDO AMARAL: **O Brasil na crise atual.**
 50 — MÁRIO TRAYASSOS: **Projeção Continental do Brasil** — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.ª edição ampliada.
 55 — HILDEBRANDO ACCIOLY: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.**
 131 — HILDEBRANDO ACCIOLY: **Limites do Brasil** — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
 84 — ORLANDO M. CARVALHO: **Problemas Fundamentais do Município** — Edição ilustrada.
 96 — OSÓRIO DA ROCHA DINIZ: **A Política que convém ao Brasil.**
 115 — A. C. TAVARES BASTOS: **Cartas do Solitário** — 3.ª edição.
 122 — FERNANDO SABOLA DE MEDEIROS: **A Liberdade de Navegação do Amazonas** — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
 141 — OLIVEIRA VIANA: **O Idealismo da Constituição** — 2.ª edição aumentada.
 169 — HÉLIO LOBO: **O Pan-Americanismo e o Brasil.**
 172 — NESTOR DUARTE: **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional** — (Contribuição à Sociologia Política Brasileira).
 192 — VISCONDE DE CARNAXIDE (Antonio de Sousa Pedroso de Carnaxide): **O Brasil na Administração Pombalina** — (Economia e Política Externa) — Prefácio de Afranio Peixoto.

VIAGENS

6 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Segunda Viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)** — Trad. e prefácio de Afonso de E. Taunay — 2.ª edição.
 58 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem à Província de Santa-Catarina (1820)** — Trad. de Carlos da Costa Pereira.
 68 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem às nascentes do Rio São Fran-**

cisco e pela Província de Goiás — 1.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
 78 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás** — 2.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
 72 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Segunda viagem ao interior do Brasil** — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
 126 e 126-A — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas-Gerais** — Em dois tomos — Edição ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
 167 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem ao Rio Grande do Sul** — 1820-1821 — Tradução de Leodam de Azevedo Pena — 2.ª edição ilustrada.
 19 — AFONSO DE E. TAUNAY: **Visitantes do Brasil Colonial (Séc. XVI-XVIII)** — 2.ª edição.
 28 — GENERAL COUTO DE MAGALHÃES: **Viagem ao Araguaia** — 4.ª edição.
 32 — C. DE MELO-LEITÃO: **Visitantes do Primeiro Império** — Edição ilustrada (com 19 figuras).
 62 — AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA: **O Rio São Francisco** — Edição ilustrada.
 95 — LUIZ AGASSIZ e ELISABETH CARY AGASSIZ: **Viagem ao Brasil** — 1865-1866 — Trad. de Edgar Süsskind de Mendonça — Edição ilustrada.
 113 — GASTÃO CRULS: **A Amazonia que eu vi** — Obidos — Tumuc-Humao — Prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.ª edição.
 118 — VON SPIX e VON MARTIUS: **Através da Baía** — Excertos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
 130 — MAJOR FREDERICO RONDON: **Na Rondônia Ocidental** — Ed. ilustrada.
 145 — SILVEIRA NETO: **De Guairá aos Saltos de Iguaçu** — Ed. ilustrada.
 156 — ALFRED RUSSEL WALLACE: **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro** — Tradução de Orlando Tôrres e prefácio de Basílio de Magalhães.
 161 — REZENDE RUBIM: **Reservas de Brasilidade** — Edição ilustrada.
 195 — CEL. AMILCAR A. BOTELHO DE MAGALHÃES: **Pelos Seretões do Brasil** 2.ª edição ilustrada.
 197 — RICHARD F. BURTON: **Viagens aos Planaltos do Brasil (1868)** — 1.º Tomo — Do Rio de Janeiro a Morro Velho — Tradução de Américo Jacobina Lacombe — Edição ilustrada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação.

Edições da *Companhia Editora Nacional*

RUA DOS GUSMÕES, 639 — SÃO PAULO

HISTORIA DO BRASIL
2.º TOMO

LIVROS DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTÓRICA

- Pedras d'armas* (contos) — Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.
Anchieta, o Santo do Brasil — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
O Tesouro de Belchior (novela — 1.º premio da Academia Brasileira) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
Os Malês (novela) — Pro Luce, Petropolis, 1933.
O Marquês de Abrantes — Guanabara Editora, Rio de Janeiro 1933.
Gomes Carneiro — O General da Republica — Guanabara Editora, Rio de Janeiro, 1933.
O Crime de Antonio Vieira — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
Vida e amores de Castro Alves (2.ª Edição) — Editora "A Noite", Rio, 1937.
Figuras de Azulejo — Editora "A Noite", Rio 1939.

TRILOGIAS

- O Rei Cavaleiro* — Vida de D. Pedro I — Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
O Rei do Brasil — Vida de D. João VI — Editora José Olympio — Rio, 1935.
O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II (2.ª Edição) — Comp. Editora Nacional, S. Paulo 1939.
Historia Social do Brasil — O Espírito da Sociedade Colonial (Col. "Brasiliiana", vol. 40, 3.ª edição).
Historia Social do Brasil — O Espírito da Sociedade Imperial (Col. "Brasiliiana", vol. 83).
Historia Social do Brasil — A Época Republicana (Col. "Brasiliiana", vol. 173).

HISTORIA

- Historia da Independência do Brasil* — Imprensa Nacional, 1928.
Historia da Bahia (2.ª edição) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
Historia das Bandeiras (esgotada), Imprensa Nacional, 1929.
Historia da Civilização (Col. "Brasiliiana", 4.ª edição).
Pequena Historia da Civilização Brasileira (Col. "Pedagogica", 5.ª edição).
Gregorio de Mattos (Biografia, Obras, vol. VI, edição da Academia Brasileira).
Por Brasil e Portugal (Sermões do padre Antonio Vieira, comentados. Col. "Brasiliiana", vol. 108).
Historia da Casa da Torre — Editora José Olympio, Rio, 1939.
Historia do Brasil — 1.º volume, 1500-1600 (Col. "Brasiliiana", vol. 176).
Historia do Brasil — 2.º volume, 1600-1700.

DIREITO

- Direito de Propriedade* (À margem dos problemas) — Imprensa Nacional 1926.
A Reforma Constitucional da Bahia — Imprensa Oficial do Estado, 1929.
A Federação e o Brasil — Rumos constitucionais — Rio 1933.
A Intervenção Federal — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1936.
Curso de Direito Constitucional Brasileiro, Livr. Freitas Bastos, Rio, 1937.
Curso de Direito Público, Livr. Freitas Bastos, Rio, 1938.

PEDRO CALMON
DA ACADEMIA BRASILEIRA



HISTORIA DO BRASIL

2.º VOLUME
“A FORMAÇÃO”
1600-1700

13 9 23
Ser. 5^a
v. 176-A

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO — RIO — RECIFE — PORTO ALEGRE

1941



ÍNDICE

EXPLICAÇÃO.	15
I — ENTRE O CEARÁ E SÃO PAULO Diogo Botelho — O Ceará — As baleias — Holandê- ses na Baía — Justiça nova — Governação do sul — Decepção e morte de D. Francisco — A administração das minas.	17
II — MARANHÃO E PARÁ Franceses no norte — O “Livro da razão” — Gaspar de Sousa — Guaxinduba — Capitulação — Afinal o Pará! — Pernambuco em vez de Bafa — Santo Officio — A prata que não se achou	33
III — A PRIMEIRA GUERRA DE HOLANDA Preliminares — Matias de Albuquerque — O governa- dor e o bispo — Companhias das Índias — Aumentos das Índias — Aumentos do Brasil — Cristãos novos — A expedição — Tomada da Bafa — Reação e assê- dio — Recuperação da cidade — Restauração — De- solação	52
IV — A SEGUNDA INVASÃO O governo de Diogo Luiz — Piet Heyn — Índios re- beldes — A segunda investida flamenga — O arraial de Bom Jesus — Debilidade espanhola — A conquista estende-se.	80
V — O NORTE EM 1630 Paraíba — Rio Grande do Norte — Ceará — Mara- nhão — Pará — Conquista do Amazonas	96
VI — O SUL EM 1630 Ilhéos e Porto Seguro — Espírito Santo — Rio de Janeiro — Descida do môrro — S. Vicente — Santos — As três vilas — Os Patos	114
VII — EXPANSÃO PAULISTA Os jesuitas no Paraguai — O primeiro chôque — S. Paulo . . . mirim — Parnaíba e Taubatê — Pires e Ca- margos — O Colégio — A guerra de côrso — Impu- nidade — Expulsão dos jesuitas de São Paulo — Reação dos padres — Inquietação constante.	127
VIII — UM IMPERIO EFÊMERO O êxito dos holandêses — Calabar — Na Paraíba — — Porto Calvo — O desastre de D. Luiz de Rojas	

- Um administrador: o conde de Nassau — A consolidação do domínio. 156
- IX — REVÉZES E FORTUNA**
Aumentos da cidade-capital — D. Pedro da Silva — Socorros de Espanha — Ataque de Nassau á Baía — A armada do conde da Torre — Catastrofe — O vice-rei Montalvão — Trégoas — D. João IV — A aclamação no Rio — S. Paulo e Amador Bueno — Destituição do vice-rei — Conselho ultramarino 170
- X — A ÉPOCA DE NASSAU**
Duplicidade... — Perda do Maranhão — Esplendor da Nova Holanda — Prosperidade — Reconquista do Maranhão — Declínio 199
- XI — REINTEGRAÇÃO**
Idéas do padre Vieira — A surprêsa de Pernambuco — André Vidal — Insurreição — A esquadra de Jerônimo Serrão — Guerra geral — Recife assediado — Penedo e Itaparica — O que fez D. João IV — Política del-rei — Um general — Guararapes — Astúcia diplomática — A retomada d'África — Defêsa de Angola — Segunda batalha — A companhia de comércio — A primeira esquadra — A capitulação — Entrada em Recife. 213
- XII — O GOVÉRNO GERAL E O SERTÃO**
O conde de Castel Melhor — Restabelecimento da Relação — O conde de Atouguia — Paulistas no nordeste — Segredo da guerra — Melhorias — Paz de Holanda — Nova separação — Paraíba do Sul — Campos — O motim do Rio de Janeiro — Reincorporação do sul — Vice-rei — Conspiração obscura — Alexandre de Souza Freire — Afonso Furtado 251
- XIII — CICLO NORDESTINO**
Minas fabulosas — A Casa da Torre — Descobrimen-
to do Piauí — Missões do S. Francisco — Penetração
— D. Rodrigo de Castelo Branco. 286
- XIV — BANDEIRAS DO PLANALTO**
Comércio de Buenos Aires — Raposo Tavares — Va-
caria — Agostinho Barbalho — Norte e oeste . 297
- XV — DOUS MITOS PROVIDENCIAIS**
A ilusão do Governador — A costa do sul — Laguna
— Curitiba — Sabarabussú — A capitania do Espírito
Santo — Esmeraldas de Fernão Dias — Fim de D.
Rodrigo. 308

- XVI — A COLONIA DO SACRAMENTO
 Contra o tratado de Tordesilhas — O “uti possidetis”
 — As duas empresas — A expedição — Nova Colônia
 — Buenos Aires — A queda — Restituição. 330
- XVII — A BAÍA ENGRANDECIDA
 Triumvirato patricio — Roque da Costa — O regi-
 mento — Sé arquiépiscopal — Conventos — Trans-
 formação urbana — Higiene e defesa 343
- XVIII — AS CAPITANIAS PROSPERAM
 Sergipe — As Alagôas — Recife e Olinda — Brito
 Freire — O “Xumberga” — Paraíba — Rio Grande —
 Ceará. 355
- XIX — OS JESUÍTAS NO NORTE
 Em favor do índio — Vieira no Maranhão — A voz
 da catequese — Florescem as missões — O caso de
 Marajó — A expulsão — Economia primitiva — A re-
 belião dos maranhenses — A fronteira septentrional
 — Antonio de Albuquerque — O caminho da Baía 372
- XX — NEGROS E TAPUIAS
 Palmares — A luta infundável — Guerra do Assú —
 Pazes inesperadas — A derrota dos quilombolas — Co-
 mo acabou o Zumbi 400
- XXI — OS “MALES DO BRASIL”
 O “Braço de prata” — O caso do alcaide — Mar-
 quês das Minas — A epidemia grande — Matias da
 Cunha — Camara Coutinho — Alterações da moeda
 — Moeda provincial — Alimentos e justiça — Via-
 gem e morte do arcebispo — D. João Franco 413
- XXII — O GRANDE GOVÉRNO DE D. JOÃO DE LENCASTRO
 O preferido da terra — A Casa da Moeda — O salitre
 — Vilas e juizes. 431
- XXIII — INÍCIO DO CICLO DO OURO
 Minas Gerais — Artúr de Sá — Os arraiais — O guar-
 da-mór 445
- XXIV — FÔRÇAS ECONÔMICAS
 Pão brasil — Açúcar — Tabaco — Especiarias — Dí-
 zimos do Estado. 453
- XXV — LETRAS E ARTES
 A língua — O ensino — A geração de Vieira — Os
 estudantes — Frades — Livros — Ciência — Poetas
 — O ditirambo — A arte — Sintese do século 2.º 461



EXPLICAÇÃO

ESTE 2.º tomo da História do Brasil se limita ao século XVII, que foi o da formação territorial, da distribuição das fôrças que incorporaram o sertão ao litoral, do descobrimento da terra além da modesta fronteira quinhentista e de sua defesa feliz e valorosa.

Síntese de fatos e também — informativa — da bibliografia que se lhes refêre, a descrição não pode sobrecarregar-se de minúcias. O sentido do livro é o balanço das fontes, a utilização de profuso material esparso, a cautelosa revisão do que corre impresso e afinal a versão, que se nos afigura verdadeira e sincera, do passado nacional. Tem o propósito de reduzir a volume as pacientes retificações que corrigem os velhos cronistas, a nova documentação, que lhes abona ou destróe a narrativa, tudo o que se divulgou ácerca das atividades colonizadoras no período largo, que vai da jornada do Ceará, com francêses no Maranhão, até o comêço do ciclo do ouro. Um tômo por século, tal o nosso programa. Cumprese, como é possível. Se Deus quizer, ao da época de Vieira se seguirá o da época de Gusmão: e teremos também, em obra autônoma, o século XVIII, em que se “organizou” o Brasil.

P. C.

Rio de Janeiro, novembro de 1940.

ENTRE O CEARÁ E SÃO PAULO

Sucessôr de D. Francisco de Souza, o “das manhas”, absorvido em São Paulo pela pesquisa do ouro — o governador geral Diogo Botelho fez diferente política. Não se deixou fascinar pelas minas lendárias. Mais premente problema lhe pareceu a conquista da costa lêste-oeste a partir do Rio Grande, em cujos areais, vigiados pela fortaleza dos Reis Magos, parara a expansão portuguesa. Tinha também de defender o litoral frequentado pelos contrabandistas: inglêses e francêses, aliados furtivos dos tapuias, um pouco por toda parte. O sul ficara bem seguro e governado. Faltava à colonização do Brasil o resto do norte, até a bacia amazônica, aquêdo do meridiano de Tordesilhas (como em Lisboa se afirmava) e antes que o estrangeiro lá se fixasse. Cumpria incorporá-lo sem demora à corôa de Portugal.

DIOGO BOTELHO

Singulãr é a presença de Diogo Botelho no Brasil: porque, partidário do Prior do Crato, correra com êle, fiél, os perigos de sua guerra infeliz (1).

(1) Vd. RODOLFO GARCIA, nota a Varnhagen, *História Geral do Brasil*, II, 109 (ed. integral). Fôra ferido e preso em Alcacer-Quibir; resgatado aos mouros; em 1579 nomeado embaixador para outros resgates, Queiroz Veloso, *D. Sebastião*, p. 417, Lisboa 1935. Seguiu a parcialidade de D. Antonio, mas não é exãto que estivesse entre os prisioneiros da ponte de Alcantara. Na tarde de 24 de Agosto de 1580 — dia da batalha — passou por Vila Franca com o Prior e centena de cavaleiros, Damião Peres, *O Governo do Prior do Crato* p. 107, Barcelos 1929. “Quando chegou às margens do Lima, D. Antonio tinha

Mas, extinto no exílio o pretendente, aceitara, com igual correção, o serviço de Felipe II.

Diz frei Vicente do Salvador que, mal chegou^{ra} à Baía, mandou tirar o pelourinho da frente do Palácio, “lembrando-se que estivera já ao pé de outro para ser degolado por seguir as partes do senhor D. Antonio, culpa que Sua Majestade lhe perdoou, por casar com uma irmã de Pedro Alvares Pereira, que era secretário na côrte...” (1)

O indulto aproveitara a um homem de visão larga e belo espírito.

À maneira de D. Francisco de Souza trouxera vários sujeitos que muito o auxiliariam. O principal foi Diogo de Campos Moreno, antigo soldado em Flandres, terceiro sargento-mor que teve o Brasil, destinado a ilustrar-se na retomada do Maranhão aos franceses. Um sobrinho e o genro honram-lhe a memória: Martim Soares Moreno, patriarca da civilização no Ceará e Pedro Teixeira, conquistador do Amazonas. Pedro Orecha, biscainho, “veio com o governador Diogo Botelho do reino no ano de 1602, trazendo duas náos a seu cargo de biscainhos” (2): ensinou aos portugueses a pescaria da baleia.

De Pernambuco, mandou o governador crear na Paraíba “três doutrinas de petigueares”, por francisca-

apenas à volta de si, como reliquias... Diogo Botelho...”, Camilo Castelo Branco, *Sentimentalismo e História*, p. 224, Porto 1897. Homizou-se em França. Foi perdoado depois da morte de D. Antonio, em 1595. Figurou aliás como testamenteiro do pretendente, Camilo, *D. Luiz de Portugal*, p. 139, Lisboa 1896. Reabilitou-o aos olhos del-rei Felipe o casamento com D. Maria Pereira, irmã do secretário da côrte, Pedro Alvares Ferreira, da casa dos condes de Benavente. Foi mandado ao Brasil a 20 de Fevereiro de 1601. Assumiu o govêrno em 1 de Abril de 1602.

Era filho de Francisco Botelho, capitão de Tanger e que foi embaixador em Roma, e de D. Brites de Castanheda, que era filha de castelhano. Deixou Diogo Botelho um filho, Nuno Alvares Botelho, morto às mãos dos holandeses sendo governador na Índia: este foi pae do 1.º conde de S. Miguel, P. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, I, 397, 2.ª ed., Braga 1862.

(1) *Hist. do Brasil*, p. 395.

(2) Fr. VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 397.

nos, a exemplo do que faziam com os tobajaras. E deu licença a Pero Coelho de Souza, cunhado de Frutuoso Barbosa, para descobrir o litoral até "o rio do Maranhão e o das Amazonas" (1) — missão de maior transcendência, porque representa o primeiro, efetivo reconhecimento das terras do Ceará.

O CEARA

Saiu Pero Coelho da Paraíba em Junho de 1603 com 65 soldados (os principais: os línguas Manuel Miranda, Pero Congatan, Simão Nunes Corrêa, João Cid, João Vaz Tataperica, um francês de apelido Tuim Mirim, Martim Soares Moreno, a quem o tio "de mui pequeno havia mandado com Pero Coelho de Souza para que, servindo naquela entrada, aprendesse a língua dos índios e seus costumes") (2) — e duzentos índios frexeiros, tobajaras e petiguares (3). A entrada não sofreu obstáculo até a foz do Camocim e a raiz da serra de Ibiapaba, onde — o mais fértil rincão dessas paragens semiáridas — tremembês, ou cariris andavam de súcia com franceses, negros fugidos e sertanistas, que se confundiam com êles. (4).

(1) "Reunidos a 21 de Janeiro de 1603 nas pousadas de Diogo Botelho, então Governador Geral do Brasil, a convite seu, Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco, Feliciano Coelho de Carvalho, ex-capitão-mor da Paraíba, o Des. Gaspar de Figueiredo, o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno e o capitão João Barbosa, propoz-lhes o governador que se fizesse uma jornada ao Maranhão e que por terra se mandasse encarregado dela Pero Coelho de Souza..." Barão de Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, XXXVII, 166.

(2) *Jornada do Maranhão*, de DIOGO DE CAMPOS, *Revista do Instituto do Ceará*, XXI, Fortaleza, 1907.

(3) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 386. O regimento que levou Pero Coelho é de 21 de Janeiro de 1603, CAPISTRANO DE ABREU, *Prolegômenos*, a fr. Vicente, p. 255. O auto sobre a expedição, com os seus objetivos, expulsão de franceses, investigação de minas, descoberta da costa, consta da *Revista do Instituto do Ceará*, XXVI, p. 17 e segs., Fortaleza 1912.

(4) Vd. CAPISTRANO DE ABREU, in *Revista do Instituto do Ceará*, XVIII, 67. Os cariris faziam a "guerra do caju", isto é, infestavam periodicamente o litoral para provêr-se do alimento predileto.

Travou-se combate renhido em 19 de Janeiro de 1604. Tuim Mirim conseguiu confabular com alguns francêses, que lhe falaram de “uns mulatos e mamalucos crioulos da Baía maiores diabos do que o principal com quem andavam”, a exigirem lhes dessem Manuel de Miranda e Pero Congatan, seus inimigos. As hostilidades renovaram-se, com a derrota e fuga dos tapuias e seus aliados. Dez prisioneiros francêses foram por Pero Coelho remetidos para Pernambuco. A conquista poderia estender-se ao Maranhão, após transpôr o rio Parnaíba (Punarê) alcançado pelos expedicionários : mas os alimentos faltavam, os soldados queriam voltar e, se os compelissem a prosseguir, o capitão provocaria a rebeldia e dispersão da coluna. Cedeu então. Deixou à margem direita do Ceará Simão Nunes com quarenta e cinco dêles, num arraial fortificado, e se passou à Paraíba, a buscar a família e dar conta de sua emprêsa. Dispuzera-se a povoar aqueles sítios. Instalando-se nos pendôres de Ibiapaba dominaria — com a sua atalaia — o caminho litorâneo para o Maranhão e os sertões dos “índios de côrso”. Mediu mal, porém, as suas fôrças.

Realmente, num caravelão se transportou para o fortim onde ficara Simão Nunes. Foi desolador o que encontrou aí. Os soldados queixavam-se da vida miserável a que estavam condenados e o capitão não podia contê-los. Resolveram transferir-se para o rio Jaguaribe, como para melhor lugar, onde refariam as energias. Mas, tanto que se pilharam à beira-rio, desertou a maioria, restando a Pero Coelho uns poucos, estropiados, a mulher e cinco filhos. Valeu-se de uma jangada de raizes de mangue, à moda indiana (1) para atravessar o Jaguaribe, e, a pé, pelas areias que o sol

(1) Os indígenas conheçiam, na bacia do Paraná, a balsa. A jangada é da Índia, como o nome, cf. Mons. RODOLFO DALCADO, *Influência do Vocabulário Português em línguas asiáticas*, p. 91, Coimbra 1913, cit. CASTANHEDA, I, cap. 16, FERNÃO PINTO, cap. 89, DIOGO DO COUTO, *Decada IV*, VII.

abrazava, tentou ganhar o Rio Grande. Frei Vicente do Salvador descreve sugestivamente essa caminhada trágica, pelas praias, mortos de sêde os retirantes, perdida a esperança de salvação, entre os prantos de D. Tomazia, a mulher de Pero Coelho, que preferia entregar-se à sua sorte, e a ténacidade do capitão-mór... Atingiram enfim a fortaleza do Rio Grande. E de lá foi à Espanha requerer a recompensa de seus serviços, mas sem resultado, ao que diz o cronista (1).

Diogo Botelho, tanto que chegou à Baía, pediu ao provincial Fernão Cardim que mandasse ao Ceará dous jesuítas: Francisco Pinto, hábil linguista, teólogo, que já missionara em Sergipe e Pernambuco (2) e — moço de 28 anos — Luiz Figueira, autor da segunda gramática que se fez da língua brasílica (3).

Partiram os padres de Pernambuco em Janeiro de 1607. Desembarcaram na bôca do Jaguaribe, e, pela costa, demandaram os montes de Ibiapaba. De escolta levavam alguns índios mansos. Tudo lhes correu à medida dos desejos. Ao sopé da serra, entretanto, os esperavam os indomáveis Tocarijús. Em 11 de Janeiro de 1608 assaltaram os tupís, companheiros dos dous sacerdotes, e, com a mesma fúria, a golpes de taca-pe mataram o bom padre Pinto. Avisado por um catecumeno, o padre Figueira fugiu para o mato, e depois, cautelosamente, voltou ao campo do morticínio para dar sepultura ao mártir, cujos despojos foram mais tarde recolhidos, com grandes homenagens, a uma igreja que ali fizeram em sua honra portugêses e cabôclos. (4).

(1) *Hist. do Brasil.*, p. 411.

(2) Vd. P. SÉRAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, I, 442.

(3) P. SÉRAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 552. A sua "Arte da Gramática" foi publicada em 1687.

(4) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 414. Sobre o sacrifício do P. Pinto, PAULO NOGUEIRA, *Rev. do Inst. do Ceará*, XVIII, 12 e segs. Profetizára-lhe Anchieta o martírio, em 1582. "O pão de jucá com que o trucidaram levou-o Figueira para o Colégio da Baía, mas perdeu-se com muitas outras reliquias por ocasião de tomarem os holandêses a cidade", STUART, *Rev. cit.* XXXVII, 171.

O padre Figueira socorreu-se dos índios de Jaguaripe e dos petiguares, que lhe eram favoráveis. Junto ao rio Ceará levantou um cruzeiro, e ajudou-os a fazer uma aldeia, a que chamou de São Lourenço. E pouco seguro da obediência dos cabôclos valeu-se do barco que lhe mandou Jerônimo de Albuquerque — com o padre Gaspar de São Peres, o “grande architecto e engenheiro” (1) — para tornar ao Rio Grande e Pernambuco. (2) Não teria destino diferente do companheiro que lá ficara, espostejado pelos tapuias: o seu martírio, às mãos dos “aruans” do Pará, assinalou, em 1643, uma fase nova da colonização do extremo norte.

O duplo fracasso — de Pero Coelho e da catequese de Ibiapaba — era de ordem a desviar daquele arenoso litoral a atenção do govêrno.

Recairia no primitivo abandono se o estrangeiro não se incumbisse de revelá-lo de novo a Portugal.

Foi a ocupação do Maranhão que para lá atraíu — desta vez definitivamente — o povoamento esquivo e difícil. Porque o ciclo dos corsários, inaugurado pelos pilotos de Jean Ango, não terminara. A Paraíba e Sergipe tinham sido tomadas aos aborígenes graças a êsse “perigo francês”. O Rio de Janeiro e Cabo Frio colonizavam-se por força da mesma necessidade — de exclusão e combate do intruso. Dir-se-ia que era êle o guia da expansão portuguesa nestas plagas desertas.

(1) Vd. o 1.º tomo desta *História*, ps. 405-7.

(2) STUART, in *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. cit., p. 177. Veja-se a carta do P. Figueira ao Geral da Companhia, 1608, *Rev. do Inst. do Ceará*, XVII, 97-138. Em carta ao Geral, de 26 de Agosto de 1609, declarou “impossível efetuar-se por ora” a missão do Maranhão, alegando distância, sêca, rios, dificuldades da navegação pelo regimen dos ventos... *Revista cit.*, p. 139.

Figura nêsse primeiro período da exploração da costa o florentino Baccio de Filicaia, que, após ter servido com D. Francisco de Souza, se empregou seis anos (1602-08) a “Scropriri e conquistarl le provízie de fiume Maragnone e Amazone...”, tendo em 1607 seu navio se desgarrado para a Antilha, donde passou a Portugal. Parece que voltou com D. Francisco de Souza, em 1609. (Vd. docs. in S. Piccarolo, *Um engenheiro italiano na descoberta das minas brasileiras*, p. 16., S. Paulo 1931.

Restava o Maranhão. Se os francêses não se insinuassem pelos recortes do litoral a aliciarem os tapuias, (1) como costumavam na Paraíba e no Rio Grande, também da Baía e Pernambuco não se apressariam a conquistar a costa batida por um mar impetuoso, que tanto podia-se chamar-se do Syará (topônimo indígena) como *Sahara*. . . Mas, à presença do invasôr, não houve mais hesitações. Não houve quanto ao Ceará, ao Maranhão, ao Amazonas nos seus mais remotos e misteriosos afluentes. E' o que adiante verêmos.

AS BALEIAS

Póstos em ordem os assuntos de Pernambuco recolhera-se Diogo Botelho à Baía, que parecia renovada com a riqueza que lhe trouxera o biscainho arpoador de baleias: a abundância de azeite.

Pedro de Orecha foi um precursôr modesto. Com os seus marinheiros "começou a pescar, e ensinados os portuguezes se tornou com elas (as duas náos) carregadas, sem da pescaria pagar direito algum: mas já hoje (1627) se paga e se arrenda cada ano por parte de Sua Majestade a uma só pessoa, por 600\$000 pouco mais ou menos, para lustro de ministros" (2). Não valia apenas a receita: importava a melhoria dos costumes. O azeite iluminara a noite colonial. Sobretudo "os engenhos que trabalham toda a noite e, se houveram de iluminar-se com azeite doce, conforme o que se gasta e os negros lhe são muito afeiçoados, não bastara

(1) O P. FIGUEIRA escreveu ao Geral, da Baía, 26 de Agosto de 1609; "...No Maranhão ha muitos francêses que estão de morada como estavam no Rio Grande... E o menos mal que podem fazer aos nossos, é levarem-nos à França que cada dia lhe vem náos, carregar de madeiras pimenta, algodão etc." (*Rev. do Inst. do Ceará*, XVII, 140).

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 397.

todo o azeite do mundo” (1). Já não se comprava o de oliva, “tão caro e tão pouco”, para o candieiro do lar, para a lanterna da oficina, para aclarar o caminho na tréva das ruas perigosas: a fartura das baleias permitiu que a convivência noturna se prolongasse, que o trabalho das moendas não se interrompesse, que as lampadas escoltassem, nas saídas tardias, a gente vilarêja. Foi um alívio e um socôrro. Alimentou a can-deia popular durante dous séculos.

HOLANDÊSES NA BAÍA

Falava-se, porém, de corsários holandêses.

E’ provável que o governador acorresse à Baía para atender ao aviso del-rei (carta de 12 de Dezembro de 1603), de que se aprestava em Holanda uma armada para investi-la.

Realmente, em 20 de Julho (1604) apareceram sete náos e um patacho, do comando de Paulo van Caarden, com disposição de tomar a cidade após um bombardeio intermitente, de quarenta dias. Baldou-lhe o intento a constância de Diogo Botêlho, “em pé, à borda do mar”, tendo “com impeto e cólera” resistido aos conselhos dos moradores, por que subisse para a parte alta onde se defenderia melhor. Guarneceu a praia com a gente de que pode valer-se, e assim obstou ao desembarque do inimigo, que se limitou a saltar um ou outro engenho do reconcavo. Van Caarden quiz impôr-lhe uma composição, pela qual lhe entregasse um resgate. Respondeu enfático, que a praça “era uma das mais ricas do mundo”, e viesse conquistá-la, se possível... O almirante desistiu então da empreza. Fez-se

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 396.

ao largo, intimidado. Dir-se-ia satisfeito com reconhecer a importância e as forças da Baía, informações que seriam preciosas para uma invasão em larga escala — que sobreveiu vinte anos depois. (1).

JUSTIÇA NOVA

A longa residencia em Pernambuco habilitou o governador a requerer justiça mais diréta, cobrança de impostos mais rigorosa, melhor auxílio ao comércio, e aos moradores que sofriam os vexames de muitas extorsões, à falta de quem lhos atalhasse.

Destas observações resultaram duas medidas notáveis: a criação de um tribunal de segunda instância (ou Relação) com séde na Baía; e o comissionamento de Sebastião de Carvalho (2), desembargador no Porto, para proceder em Pernambuco à sindicancia sobre os descaminhos fiscaes. Por êste tempo se instalou em Lisbôa — afim de provêr às necessidades coloniais — um Conselho da Índia (25 de Junho de 1604), com presidente, dous secretários, quatro conselheiros (dous militares e dous togados). E' verdade que não funcionou muito tempo. Desapareceu em 1614, para ser restabelecido em 1642, com o nome de Conselho Ultramarino, por D. João IV.

(1) Documentação in nota XVI da secção XXIV da *Hist. Geral do Brasil*, de VARNHAGEN, anot. por R. Garcia. Diogo Moniz Teles, por exemplo, declarou que em 1604 "grossa armada de Holanda batera a cidade quarenta dias, e "assistiu sempre na sua estância com seus criados à sua custa acudindo ao arraial do Rio Vermelho", *Livr. de Mercês Gerais*, n.º 1, 1644, ms. no Arq. Hist. Colonial (Lisbôa). — Vd. também *Revista do Inst. Hist. Bras.*, 73, parte I, p. 215; e *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n. 35, p. 61.

(2) Sebastião de Carvalho, desembargador da Relação do Porto em 1607, depois em Lisbôa, por fim, em 1634, do Desembargo do Paço (Vd. P. ANTONIO CARVALHO COSTA, *Corografia Portuguesa*, 11, 52. 2.ª ed.) faleceu em Lisbôa em 1639. Casou 3.ª vez, em 1606, com D. Francisca Monteiro e ficou-lhe no Brasil descendência, de sobrenome Cavalcanti de Lacerda, cf. frei JABOATÃO, *Catalogo Genealógico*, tit. Famílias de Pernambuco. Foi bisavô do marquês de Pombal.

A Relação, creada para a Baía, foi regulamentada em 7 de Março de 1609.

Governava então D. Diogo de Menezes e Sequeira, empossado em 22 de Agosto de 1608) (1). Demorou aliás em Pernambuco um ano, como o antecessor. Justificou a demora com o pedido que lhe tinham feito a Câmara de Olinda e Sebastião de Carvalho, para acomodar primeiro as cousas dessa terra. E acomodou-as. Em carta de 4 de Dezembro de 1608 afirmou — para o Reino — ter evitado a morte do desembargador syndicante, “que outros estiveram por lhe atirar à espingarda...” (2) Declararam os moradores, em juntas que fizeram, não ser serviço del-Rei a sindicância... Nem produziria os seus efeitos em colônia de tão escassa magistratura, para tomar contas aos culpados. Certo é que deixou o governador atraz de si a quietação necessária e chegou à Baía (com Sebastião de Carvalho) em 18 de Dezembro. (3)

A RELAÇÃO

Encontrou na cidade os desembargadores, chegados a 5 de Junho de 1609 : um grupo de letrados — a Relação — que traziam o prestígio de suas togas, o testemunho da importancia nova e grande do Brasil, que já podia alimentar um fôro de juizes formados, assim em parte emancipado dos tribunais do Reino (“com alçada em bens móveis até 3 mil cruzados ; porque passando da dita conta dão apelação para a Relação da cidade

(1) Em carta de 1612, queixando-se do bispo, alude D. Diogo de Menezes à saída de Diogo Botelho malquistado com os moradores : “Vindo aqui D. Francisco de Souza das capitancias de balxo a se embarcar o persuadiu a que dessem calor a embarcarem Diogo Botelho...”, *Anais da Bibl. Nac.* LVII, 73.

(2) RODOLFO GARCIA, nota aos *Díálogos das Grandezas do Brasil*, edição da Academia Brasileira, p. 168.

(3) R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 124.

de Lisboa”) (1). O chanceler era Gaspar da Costa Amaral (a quem, em 1611, sucedeu Ruy Mendes de Abreu), colegial de S. Paulo na Universidade de Coimbra (2); dous os desembargadores dos agravos, Antão Mesquita de Oliveira e Francisco da Fonseca; extravagantes três, Antonio de Póvoas, Pedro de Cascais e Manuel Pinto da Rocha (antes corregedor em Viana e indicado para ouvidor geral (3); e Manuel Jácome Bravo, Afonso Garcia Tinoco e Sebastião Pinto Lobo — que fôra juiz de orfãos no Porto.

O lugar de escrivão dos agravos coube a Cristovão Vieira Ravasco antigo soldado e marinheiro, que quatro anos servira na Bahia “de alferes de uma companhia, fazendo algumas vezes o officio de capitão”: instalou-se aí em 1614 com a família. A esta circunstância deve-se ter vindo para o Brasil o menino Antonio Vieira seu filho (nascido em 1608), destinado a ser a mais influente figura intelectual da colonia no século de que tratamos.(4).

GOVERNAÇÃO DO SUL

D. Francisco de Souza não desistira de suas esperanças mineiras. Bem fez por elas, em Madrid. Obteve — logo depois da nomeação de D. Diogo de Menezes — lhe fosse dada a governação do sul, separada do norte, e abrangendo Espirito Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente, de modo que, sem dependencia de auto-

(1) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. de R. GARCIA, p. 55.

(2) FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Alfabeto dos Lentos*, p. 282, Coimbra 1937, e P. ANTONIO DE CARVALHO, *Corografia Portuguesa*, II, 226, Braga 1868.

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 127.

(4) *Codice* 1192, fls. 162, ms. no Arq. Hist. Colonial (Lisbôa), inédito, Informação desconhecida dos biógrafos de Vieira. Cristovão Ravasco voltou à Bala em 1609 e, para não mais a deixar, em 1614.

Em 1618 eram advogados na Baía os licenciados Francisco Lopes Brandão, Felipe Tomaz e Manuel Ferreira de Figueiredo (cristãos novos) e Manuel Pacheco de Souza, Denunciações de 1618, pbl. por RODOLFO GARCIA, *passim*.

ridade estranha, pudesse desenvolver a pesquisa do ouro em S. Paulo.

A 2 de Janeiro e 28 de Março de 1608 concedeu-lhe el-rei privilegios analogos aos que lograra Gabriel Soares, e a isenção, quanto ás minas, do outro governo do Brasil — a ponto de considerar-se potentado sem igual na América portugueza se, de fato, achasse o que procurava.

Não achou: e foi a sua perdição...

Demorou-se cousa de um ano a preparar a viagem.

Encontrou em Pernambuco Diogo de Menezes, que se queixou à côrte daquela separação de capitánias. — “Creia-me V. M. — disse — que as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e páo brasil, de que V. M. tem tanto proveito, sem lhe custar da sua fazenda um só vintem...”

Trouxe D. Francisco um ouvidor para as partes do sul, o licenciado Sebastião Paruí de Brito (1), seus filhos D. Antonio (que já fôra capitão da costa) e D. Luiz de Souza, que interrompêra estudos em Coimbra, o prior e o provincial do Carmo, que ficaram em Pernambuco, onde se lhes juntou Bento Maciel Parente, depois famoso na conquista do extremo norte... (2).

(1) Foi depois provedor da alfandega da Baía e chefe de grande família cf. frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 274, *Documentos Históricos*, XVII, 250-1... Foi seu genro e sucessor na provedoria Antonio de Brito de Castro (2 de Abril de 1638), pae dos Castros de quem falaremos a proposito do governo do “Braço de prata”.

(2) Doc. in R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 161 passim. — D. Antonio, filho de D. Francisco, casou-se com D. Maria de Menezes, filha de D. João Telo de Menezes, e foi pae de D. Francisco de Souza, 3.º conde do Prado e 1.º marquês das Minas, célebre na guerra e na diplomacia. Dêste, que casou com D. Eufrasia de Vilhena, filha de D. Fernando Mascarenhas, 1.º conde da Torre (de quem falaremos) nasceu D. Antonio Luiz de Souza, 2.º marquês das Minas, governador geral do Brasil como se dirá, P. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, I, 220.

DECEPÇÃO E MORTE DE D. FRANCISCO

A descrença de Diogo, de Menezes, quanto às riquezas minerais, não devia ser sistemática. Pouco antes mandara prender o ouvidor e capitão de S. Paulo Gaspar Conquero, com a recomendação de saber “se tem algum ouro escondido, que não esteja quintado...”, do que se depreende, que os rumores de minas continuavam, e a casa de quintar ouro não deixara de funcionar na vila do planalto, ou em S. Vicente. (1) Em 7 de Junho aí se achava, nomeando Pedro Taques juiz de orfãos de S. Paulo — “Dom Francisco de Souza, do conselho de sua majestade e governador geral (sic) das três capitanias desta repartição da costa do Brasil, etc.”

Mas chegara em hora aziaga. Não conseguiu o que pretendia. Falharam-lhe as pesquisas, se devéras as empreendeu. Venceu-o cedo a molestia. Agravou-lha a decepção : teve uma morte de indigente, êsse êmulo de Pizarro. O que de mais importante se sabe do seu governo é a comissão dada ao filho, D. Antonio, para levar a el-rei amostras de metais (uma cruz e uma espada do ouro das minas, segundo frei Vicente do Salvador) : viagem infeliz, porque no mar o tomaram corsarios, desaparecendo os penhores que transportava. Faleceu D. Francisco em 11 de Junho de 1611. Tão pobre — declarou um padre da Companhia, que o assistiu — “que nem uma vela tinha para lhe meterem na mão, se a não mandara levar de seu convento” (2). No dia seguinte D. Luiz de Souza, munido de codicilo, em que era

(1) *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, I, 170, S. Paulo 1917. (Ata de 7 de março de 1609).

(2) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 419.

nomeado sucessor do pae, assumiu o governo. (1) Por pouco tempo, aliás; porque o alvará de 9 de Abril do ano seguinte revogou o da separação das três capitânicas, vindo, em substituição, de D. Diogo de Menezes, Gaspar de Souza — em cujas mãos se unificou de novo a administração colonial.

A ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS

Naturalmente caberia ao capitão general do Rio de Janeiro o governo das minas de S. Paulo: foi encargo dado ao velho Salvador Corrêa de Sá (alv. de 4 de Novembro de 1613, com 600\$ por ano), que o delegou ao filho, Martim de Sá (prov. do Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1615) — investido nêle até 1621. (2)

O lugar de *Administrador das Minas do sul* tornou-se com isto apanágio dos governadores do Rio de Janeiro e, mais particularmente, daquela família, que ia dar a Portugal e seus domínios um grande general, filho de Martim, Salvador Corrêa de Sá e Benavides.

De resto, jazidas, *quintos*, Potosis, mergulhavam agora na descrença obscura dos sertanistas desiludidos.

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 163. D. Luiz ficou no Brasil. Em Pernambuco casou-se com uma filha do rico João Paes, do Cabo: e ali morreu, Garcia, op. cit., II, 164. Foram êstes os pais do mestre de campo D. João de Souza. O capitão castelhano Antonio Añasco ouviu aos portugueses nesse ano: "dizer que murio de un enojo (porque le troxeran nueva que su hijo que se llamava Don Antonio le cojieron los ingleses enblandole a la corte con cierto presente de oro a Su Majestad) e asi por la muerte de su padre esta gobernando el dicto don Luiz (*An. do Museu Paulista*, I, 154). — No museu do Inst. Arquelógico, de Pernambuco, guarda-se a pedra d'armas do tumulo do D. João de Souza, que estava na capela do Paraíso.

(2) PEDRO TAQUES, *Informação sobre as minas de S. Paulo* (edição de A. Taunay), p. 82. Martim de Sá governou a capitania do Rio de Janeiro de 17 de Julho de 1602 a Junho de 1608. Salvador Corrêa esteve em S. Paulo em 1616, *Registro Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, I, 220: deixou no seu lugar outro filho, Duarte Corrêa Vasqueanes, como provedor das minas... que não se achavam. Salvador Corrêa, neto, em 1677 recordou as pesquisas de prata e ouro feitas pelo avô e interrompidas à falta de mineiros.

Nada comprova tanto o desengano, ácerca das minas, do que a liberdade que se deu para a pesquisa e grangeio delas.

Foram revogados os atos que obstavam à livre procura de metais. Ha um ar de queixa na carta régia de 7 de Novembro de 1617, para o governador geral do Brasil: "Tendo consideração a que em decurso de anos e por meio de diligencias que D. Francisco de Souza, que Deus perdôe, e Salvador Corrêa de Sá fizeram por ordem minha sobre as minas de ouro dêsse Estado, com Regimentos e ordens mui particulares, *se não pode averiguar a verdade e certeza delas nem tirar-se disso utilidade alguma*, houve por bem de resolver que as minas se largassem a meus vassallos, para as beneficiarem na fôrma da Ordenação, pagando os quintos á minha fazenda como se faz nas Índias Ocidentais. . ."(1).

O breve governo de D. Luiz de Souza (2) ficaria assinalado por outra série de acontecimentos: o primeiro chôque dos paulistas com os padres castelhanos, que começavam a "reduzir" os índios ao longo do Paranapanema. Quando os "bandeirantes" começam a depredar as "reduções". Início d'uma guerra surda e indefinível, cujas despesas pagou a Companhia de Jesus.

Martim de Sá alegou que o capitão de S. Vicente lhe estorvava a administração ("apontando quão mal se lhe cumpriam. . .") e Salvador Corrêa, a dizer "que as minas têm ouro e são muitas, e cada dia se descobrem mais", lançava a culpa do insucesso aos ministros de Sua Majestade, que não lhes tinham a superintendên-

(1) *Anais do Museu Paulista*, III, parte 2.ª, p. 49.

(2) Passando a Pernambuco, af se casou com a filha do rico João Paes Barreto, principal senhor de engenho no Cabo de Santo Agostinho, Catarina Barreto, Borges da Fonseca, *Nobiliarquia*, II, 33-4, de quem não vingou descendência.

cia. No reino esteve o primeiro, em 1616, a pleitear o governo de S. Vicente, em que o proveu o alvará de 2 de Fevereiro de 1618 (1), e serviu tres anos — sem adiantar os descobrimentos nem confirmar o optimismo paterno. Foi mais útil na defesa da terra contra os estrangeiros, que a ameaçavam ao longo do deserto e extenso litoral, entre Cananéa e o Cabo Frio.

(1) RODOLFO GARCIA, pref. ao vol. LIX, *Anais da Bibl. Nac.*, p. 15.

II

MARANHÃO E PARÁ

FRANCÊSES NO NORTE

Em 1 de Outubro de 1610 alcançara da côrte de França Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, confirmação da licença que em 1605 lhe dera Henrique IV como “son lieutenant général en terre de l’Amérique, depuis la rivière des Amazones jusques à l’île de de la Trinité” (1), para colonizar, ao sul da linha equinocial, cem legoas, tendo ao centro uma fortaleza que devia construir.

O projéto não era intempestivo ou desarrazoado.

Resultara de uma série de tentativas malogradas à custa das quais bem se conhecera o litoral do Maranhão, entre o Mearim e a foz do Amazonas. Alí perdera Jaques Riffault dous navios, em 1594; e gente sua estava entre os índios que resistiram aos portuguezes em 1604. O padre Luiz Figueira dela falou em 1609... La Ravardière, à maneira de Villegaignon, foi um idealista dos empreendimentos coloniais. Como em 1610 os oferecia a seu país, em 1619 havia de promettê-los ao rei de Espanha e Portugal. Sabia que naquêla costa os francêses não seriam incomodados. Ficaria em poder de quem primeiro se estabelecesse com armas para defendê-la e pequenos presentes para os tupinambás —

(1) FERDINAND DÉNIS, préface a Yves d’Evreux, *Voyage dans le nord du Brésil*, p. IX, Leipzig 1864.

à sombra d'uma povoação cercada de palissadas. Ganhou a confiança de uma sociedade de ricos armadores a cuja frente estava Nicolas de Harlay de Sancy. Armou esta três navios, comandados por François de Rasilly e La Ravardière (o "Régente"), pelo barão de Sancy (o "Charlotte") e pelo cavaleiro de Rasilly (o "Sainte Anne"). Saíram de Cancalle, na Bretanha, a 19 de Março de 1612, com o vivo agrado de Maria de Médicis, que assumira o governo por morte de Henrique IV, durante a menoridade de seu filho Luiz XIII..

Sobrinha da grande Catarina, a que debalde cobigara o Brasil ao tempo do Prior do Crato, est'outra Médicis, ao proteger a expedição, continuava-lhe a política. O aventureiro sem nome podia dar-lhe o que não conseguira o glorioso Strozzi com uma armada famosa. . . Evitando fazer guerra à Espanha com altas vozes, prosseguiu a tradição de Francisco I, dos homens de S. Malo e Dieppe: far-lhe-ia a pequena guerra de corsários e colonizadores solitários! Não foi mais feliz do que êles.

Participava da expedição o mesmo Charles des Vaux, companheiro outr'ora de Riffault e por muitos meses morador na Ibiapaba com os índios inimigos dos portugueses. Foi o intermediário entre o gentio e os francêses. Os três navios fundearam ao abrigo do ilhéu, logo chamado Sant'Ana e La Ravardière escolheu para séde da colônia o promontório, na península entre os rios Itapicurú e Mearim, a que se estendeu o nome de Maranhão. Aí fundaram a sua primeira casa no Brasil os capuchinhos (a quem a rainha encomendara a catequese dos selvagens) — padres Yves d'Evreux, Arsenio de Paris, Ambrosio d'Amiens e, superior, Claudio d'Abbeville — que davam à conquista a indispensável chance-lha espiritual. (1)

(1) Dêstes morreu no Brasil o padre Ambrosio d'Amiens. O P. Arsenio de Paris distinguiu-se mais tarde na catequese dos Hurans, do Canadá. Ao P. YVES D'EVREUX devemos a "*Voyage dans le nord du Brésil fait durant les*

O sitio era propício, tanto para a defesa como para a expansão da nova colônia, litoral acima, no rumo do Pará, através de Tapuitapéra, Cuma e Caité. Os cursos d'água protegê-la-iam do lado do continente e, em último caso, a ilhêta fronteira serviria de refúgio e ponto de apoio. E' crer que La Ravardière explorasse em seguida a costa até o estuário do Amazonas, em boas relações com os índios, a anunciar-lhes pazes, e a dizer que os amparava contra os "perós" — propaganda fácil de fazer, porque da Paraíba, do Rio Grande, do Paraguassú tinham emigrado os remanescentes das tribus dizimadas, assim para os sertões do Ceará e Maranhão como para o vale amazônico. Provêm dêsse exodo os "jaguaribaras". Os portugueses eram os abantêsmas, os algózes das raças aborigenes!

Mas não tardou a reação.

Diogo de Menezes acertara, ao pretender povoar, quanto antes, aquelas terras cobiçadas. (1).

O "LIVRO DA RAZÃO"

O sargento-mór Diogo de Campos Moreno por ordem do governador viu todo o litoral, fez-lhe o levantamento, balanceou os recursos e desenhou o perfil geográfico: dêsse trabalho ficou o "Livro que dá rezam do Estado do Brasil", concluido em 1612. (2)

années 1613 et 1614", de que nos deu Ferdinand Dênis a excelente edição de 1864. O P. CLAUDE D'ABEVILLE escreveu outro livro-fonte: "*Histoire de la Mission des Pères Capucins*" (Vd. edição de Paris, 1922). Em Junho de 1614 chegou-lhes um reforço de dez capuchinhos francêses dirigidos pelo Padre Arcanjo de Pembroch (Vd. *Os Religiosos Capuchinhos da Bafa e sua Igreja*, p. 12, Bafa 1909). Temos mais: "*Brief Recueil des particularitez contenues aux lettres envoyées par Monsieur de Pezieu*", Paris 1613 (copiamos o exemplar existente em John Carter Brown; Library, U. S.)

(1) Vd. carta de 1 de Março de 1612, *An. da Bibl. Nac.*, LVII, 75.

(2) Conhecemos dous exemplares, ms., no Instituto Histórico (Rio), codice completo, adquirido pelo barão do Rio Branco, e na Bibliotéca Pública do Porto (Portugal) outro de equivalente valôr. Provavelmente outras cópias foram tiradas, para consulta dos navegantes. Sobre a autoria, Varnhagen. *Hist. Geral*, II, 140.

Observara a necessidade de serem creadas três capitánias : a primeira entre o Rio Grande e o Ceará, a segunda em Camucim, a última no Maranhão. As ordens de 9 de Outubro e 8 de Novembro de 1612 adotaram o alvitre, mandando estabelecer os três núcleos do povoamento que seriam as atalaias do norte. (1)

E acolá deixara o sobrinho, Martim Soares Moreno. Foi isto providencial. Por iniciativa dêste principiaram os combates que poriam fóra do país o intruso. Uma carta de 1 de Março de 1612 relata que, em companhia dos índios do chefe Jacaúna, irmão de Camarão — petiguares do Rio Grande — e nú e tatuado como êles, apresou Martim Soares um navio no Mucuripe (atual porto do Ceará), provàvelmente no mesmo lugar onde Pero Coelho instalara guarnição. Compreendeu que era indispensável fortificá-lo. O governador mandou-lhe uma escolta de dez homens e um sacerdote. Fez o reduto e, junto, a ermida de Nossa Senhora do Amparo. Surgiu assim Fortaleza, princípio dêsse Ceará que, muito tempo, se limitou ao quartel de beira-mar, o Forte... (2). E, tanto que soube do desembarque de La Ravardière correu a revoltar os tremembés (Cannibaliens, chama-lhes o padre Yves d'Evreux), tapuias da Parnaíba, ou cariris que periodicamente faziam a "guerra do cajú". Não fóra esta manobra, e a reconquista seria consideràvelmente mais difícil. Alexandre

(1) Martim Soares, patriarca da civilização no Ceará, invocado por José de Alencar em "Iracema", como o belo europeu de quem se apaixonara a Índia sublime — depois de três anos com os Índios, em seguida à viagem de Pero Coelho, servira como tenente na guarnição do Rio Grande. Daí a amizade dos petiguares de Jacaúna (1609). Era pela quinta vez que voltava ao Ceará, em 1611, CAPISTRANO, *Rev. do Inst. do Ceará*, XVIII, 59. Gabou-se de ter na sua luta com franceses e holandeses degolado mais de duzentos... Aqueles não poderiam conhecê-lo : pintado e nú, qual um Índio... Chegou em 20 de Janeiro de 1612 ao Ceará, com seis soldados e um clérigo, donde a invocação de S. Sebastião, para a igreja anexa ao fortim.

(2) "... O intento principal com que o dito presídio do Ceará se levantou foi para defender as aguadas e o comércio que os franceses, etc., carta de D. Luiz de Souza, 9 de Set. de 1617, *Anais do Museu Paulista*, III, 2.º p. 44.

de Moura reconheceu : foi quem “primeiro descobriu o Maranhão pela banda de Leste” (1).

Jerônimo de Albuquerque teve o comando de quatro navios e cem homens (largou de Recife em 1 de Junho de 1613) para começar a guerra, com Martim Soares, que lhe serviria de guia. Fundou em Jericacoara (Buraco das Tartarugas) um fortim. Mas Martim Soares indo reconhecer a ilha do Maranhão, para não cair em poder dos francêses se fez tanto ao mar que foi arrastado pelas correntes maritimas às Antilhas, donde se passou à Europa (2). Não convinha a Albuquerque arriscar-se mais : deixou naquele reduto do Camocim 40 soldados e se retirou, por terra, para o Rio Grande, à busca de reforços. Para comandar o reduto destacou Manuel de Souza d'Eça (3) (que chegou, um ano após, com um navio de socôrro) : graças à sua energia pôde aquele grupo de soldados rechassar um ataque que, três dias depois de sua chegada, intentaram os tripulantes d'uma não francêsa.

GASPAR DE SOUZA

O Brasil tinha governador capaz : Gaspar de Souza (4), sobrinho de Cristovão de Moura e homem de relêvo na côrte, a quem o poeta Diogo Bernardes dedi-

(1) Relatório de ALEXANDRE DE MOURA, 1616, *Anais da Bibliotéca Nacional*, XXVI (docs. cm. pelo barão do Rio Branco); vd. também P. YVES D'EVREUX, *Voyage*, etc., p. 34.

(2) Frei FRANCISCO DE N. S. DOS PRAZERES, *Poranduba Maranhense*, *Rev. do Inst. Hist.* XLIV, parte I, p. 28 (1891); e docs. in *An. da Bibl. Nac.* XXVI, 151.

(3) Vd. genealogia de Souza d'Eça in Frei JABOATÃO, *Cat. Gen.*, p. 321 : era neto de Violante de Eça, uma das orfãs enviadas para a Baía no govêrno de D. Duarte da Costa (filho de Luiz Alves de Espinha, de Ilhéos, e D. Ignez d'Eça) o qual Luiz Alves falecera na Baía em 1600.

(4) Nomeado em 1 de Março de 1612, cf. Códice do seu govêrno, in catalogo da casa Maggs, cm. por FELIX PACHECO, *Jornal do Comércio*, 27 de Set. de 1930. Também VARNHAGEN, *op. cit.* II, 171.

cára a sua carta XXX (1).. Circunstância notável : os dous mestres de campo dos primeiros terços que houve em Portugal — conforme a organização espanhola do exercito — governaram o Brasil : Gaspar de Souza e D. Jorge de Mascarenhas (2).

Pernambuco tornou-se novamente séde do governo. Em Maio (1614) aí chegaram Diogo de Campos Moreno e o piloto Sebastião Martins, práctico da costa maranhense, para conduzir a expedição definitiva. Trezentos homens, ao mando do primeiro, juntaram-se no Rio Grande a Albuquerque com os seus índios. Foram fundar (em número de 500) o “quartel de Santiago”, na foz do Pereá. O alferes Pedro Teixeira e o soldado Antonio Teixeira de Melo (3) saíram a escolher melhor aguada : Guaxinduba, onde logo se levantou um forte hexagonal, graças à técnica e à atividade do engenheiro Francisco de Frias. (4).

(1) DIOGO BERNARDES, *O Lima*, II, 179, ed. de 1923.

(2) D. FRANCISCO MANUEL, *Epanáforas de Vária História*, p. 178, Lisboa 1676. Terço — queria dizer, terça parte d'um regimento alemão (de Carlos V). O seu melhor elogio foi feito pelo marquês de Castelo Rodrigo : “sendo muitas pessôas propostas para o cargo de Mestre de campo do terço que foi a Flandres, se escusaram umas por outras e só o sr. Gaspar de Souza aceitou o dito trabalho”. — Foi em seguida do Conselho de Estado do Reino. Pediu-o em 16 de Julho de 1622 : “Sobre um memorial de Gaspar de Souza pedindo um título no Maranhão, um logar no Conselho de Estado e outras mercês, OLIVEIRA LIMA, *Relação dos manuscritos...* no Museu Britânico, p. 21, Rio 1903. No cit. *Jornal do Comércio* 27 de Set. de 1930, outras referências biográficas.

(3) *Livr. de Mercês Gerais*, n. 2, ms. no Arq. Híst. Col. (Lisbôa). Inéd. O futuro cap.-mor na revolução contra os holandêses acompanhou Albuquerque a Guaxinduba e Maciel Parente ao descobrimento da serra Teicoara e Cabema do rio Truy (Amazonas)...

(4) Francisco de Frias fôra despachado para o Brasil em 23 de Jan. de 1603, “a cousas de meu serviço sobre as fortificações das Fortalezas”, com 400 cruzados a correrem pelo almoxarife de Pernambuco, *Documentos Históricas*, XV, 155 (Rio 1930). Ha notícia de ordenados que lhe foram pagos no Brasil até 1635. Foi até 1627 o grande engenheiro militar da colônia. Mandando-se então vir de Pernambuco Marcos Ferreira, também muito capaz, a razão era “por q engenheiro Francisco de Frias ser occupado em outras fortificações e não poder assistir no mesmo tempo a todas...”

GUAXINDUBA

Os francezes não tardaram em atacar Guaxinduba. Travou-se a batalha em 19 de Novembro. La Ravardièrè e seu immediato Pézieu, com uns 200 brancos e mais de 1.500 tapuias, desembarcaram na praia próxima e, a exemplo dos petiguaes na Paraíba, levantaram trincheiras na areia. Em seguida, intimou La Ravardièrè, com solenidade, a rendição aos portuguezes. Respondeu-lhe Albuquerque com uma ofensiva, tambem de estilo indígena (1). Dividiu a sua gente em dous grupos (um dos quais comandado por Diogo de Campos) e caíu de subito sobre as alas inimigas num impeto irresistível, destroçando-as: e de tal sorte que os francezes se retiraram para os barcos, abandonando mortos, e feridos (uma centena dêles, e cêrca de mil índios) e as canôas, varadas na maré baixa. A derrota foi-lhes completa. Preferiu La Ravardièrè propôr uma acomodação. Combinaram um armisticio — largo e algo original: não se hostilizariam durante um ano, à espera de instruções de seus governos, para uma paz efetiva. Para isto iriam emissários: a Paris, de Fratz e Gregorio Fragoso (sobrinho do capitão-mor) a Lisbôa Diogo de Campos e Mathieu Maillard.

Era um paliativo e não uma solução.

As guerras, nos climas coloniais, não poderiam regular-se pela polidez européa. Tanto que um dos partidos se sentisse forte, sem atenção à palavra da côrte distante trataria de eliminar o inimigo. Foi o que su-

(1) A batalha de Guaxinduba foi descrita pelo próprio Albuquerque numa certidão passada em favor de Antonio Teixeira de Mello (doc. ms. no Arq. Hist. Col., inéd.): Os francezes acometeram "com sete nãos e 46 canôas lançando em terra 200 francezes mosqueteiros com passante de 2 mil índios tendo impedidas as barras para que não entrasse socorro, e acometendo-os se lhe ganharam as trincheiras com morte de 120 francezes e de mil índios pondo-os em fugida tomando-se-lhes as 46 canôas..."

cedeu — com o auxílio que Alexandre de Moura levou a Jerônimo de Albuquerque Maranhão (como se chamou o capitão-mor após a sua feliz campanha).

CAPITULAÇÃO

E' possível que o rompimento da tregoa resultasse da emoção causada pela presença de navios franceses em águas da Baía e o fim desastroso de Baltazar de Aragão.

Foi em 21 de Fevereiro de 1613. Na ausência do governador, Baltazar de Aragão, genro do rico Francisco de Araujo, pessoa principal na Baía pelos haveres e pela família, resolvera sair com um navio que aprontara para ir a Portugal, em perseguição dos corsários, mesmo para impedir que desembarcassem n'algum porto vizinho. Mas, fóra da barra, um pé de vento virou a náó, e o seu capitão, vestido de ferro, afundou com ela. Morreram outras pessoas importantes da cidade (1).

Porque o perigo francês se alastrasse, a côrte de Madrid expediu ordens severas. Gaspar de Souza organizou em Recife grossa expedição (600 soldados e nove velas) entregue à chefia de Alexandre de Moura. Mandara antes o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco com outros barcos (2). Fato duplamente oportuno: habilitava Albuquerque a desempatar a guerra; e ensequava o descobrimento até o Amazonas. Caldeira em 1612 comandara a guarnição do Rio Grande — onde su-

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 483. Sobre Aragão, cognominado o "Bângala", PYRARD DE LAVAL, *Voyage*, II partie, ps. 563-4, Paris 1615; JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 63; P. Simão de Vasconcelos, *Vida do V. P. José de Anchteta*, dedicatória a Francisco Gil de Araujo.

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 210, resume a intrincada bibliografia dessa expedição. E frei VICENTE, *ibid.*, p. 478. Sobre as ordens de Madrid diz o frade: recebera (o governador) "recado del-rei que lhe veiu ácerca do Maranhão..." e se passou a Pernambuco, viagem em que o acompanhou o próprio frei Vicente do Salvador.

cessivamente se experimentaram os conquistadores do norte: Pero Coelho, Albuquerque, Martim Soares, por último Alexandre de Moura. Foi diligente e bem sucedido. Por parte do governador diria a La Ravardièrre que a paz não tivera a sua aprovação... Partiu Moura em 5 de Outubro de 1615 — para expulsá-lo. Comandavam-lhe os navios Hieronimo Fragoso de Albuquerque, Manuel de Souza d'Eça (que a Recife fôra aguardar o governador), Manoel Pires, Bento Maciel (destinado a maiores feitos, como se dirá), Ambrosio Soares (1), Miguel de Carvalho, André Correia. Logar eminente na expedição tinham o sargento mor Diogo de Campos, e o engenheiro Francisco de Frias, a cujos serviços ficariam as obras da fortaleza do Maranhão. O piloto Antonio Vicente Cochado logrou leva-los até defronte do forte de S. Luiz, onde La Ravardièrre se abrigara, com uns duzentos homens bem armados, sufficientemente temível graças às reservas de munições de que dispunha, porém em trato franco com o acampamento português.

Ao contrário do que seria de esperar, a inação dos officiais diante da praça francêsa ativara rixas e dissentimentos, partidários uns de Jerônimo de Albuquerque, outros de Francisco Caldeira, a quem — em Junho — obrigaram a ficar alí, por necessário à segurança comum, quando, contristado, quizera regressar a Pernambuco. Nessa oportunidade o próprio La Ravardièrre fora prevenido, para opôr-se à partida de Caldeira, considerando-se que o Albuquerque, entregue às suas inspirações pessoais, forçaria de novo a luta... Alexandre de Mou-

(1) Ambrósio Soares de Argollo — lê-se no *Livro de Mercês Gerats*, in *Arq. Hist. Col.* (ms. inéd.), depois de ter servido em Moçambique e na Índia acompanhou Alexandre de Moura ao Maranhão e foi capitão do forte do Ceará depois do de S. Felipe (S. Luiz). Alegou que Hieronimo de Albuquerque lhe tivera odio e o prendera a ferros. Pediu promoção a sargento-mor. Gabouse de ter feito cal de ostras. Alexandre de Moura na sua "Relação", *Anais da Bibl. Nac.* XXVI, refere-se realmente à cal fabricada no Maranhão por esse tempo. Ficamos agora sabendo quem a fez.

ra fingiu não se aperceber logo dessa indisciplina, a que não escaparia, no Pará, o destemido Francisco Caldeira, Antes do mais, precisava pôr fóra do Brasil o intruso. Apalavrou-se com êle e intimou-o a render-se, em 2 e 3 de Novembro. No dia 4 o forte de S. Luiz era seu. Sem escaramuças, sem resistência, sem drama.

Capitulação em regra? Menos do que isto: transacção pacífica e prosaica. O aventureiro restituiu calmamente o território ocupado e aceitou compensações em dinheiro.

Aquilo parecia compra-e-venda.

No seu Relatório" diz o capitão-mor que o governador Gaspar de Souza o autorizara a dar 20 mil cruzados ao francês em forma de aquisição do que havia em S. Luiz, "e repartir terras para sua vivenda" — o que se compreende como permissão para que continuasse, simples colôno, no país. Alexandre de Moura achou preferível não pagar o preço, embarcar os demais estrangeiros, que assim se repatriaram, porém obstar à ida de La Ravardière, por que não inquietasse mais nos mares os súditos de Sua Majestade Católica. Valeu-se primeiramente dêle como um informante valioso: em 8 de Dezembro lhe disse que a conquista do Amazonas seria fácil, por não haver fortificação de invasôres nem notícia destes naquele estuário. Depois o mandou para Pernambuco, donde se passou a Lisbôa. Aí, em 13 de Maio de 1618, confessou, em requerimento ao governo, recebera 2 mil cruzados, e pedia para voltar, com dous navios, tripulados por portugueses (1). Renegara os propósitos de colonização francesa: contentava-se em ser um explorador mercenário. De resto, nunca mais tornou ao Brasil.

(1) Dous doc.s de La Ravardière, in *Arg. Hist. Col.*, Lisbôa, ms. inéd. Confirmam o que informa BERREDO, *Anais do Maranhão*, § 410, e SEVERIM DE FARIA, cit. por RODOLFO GARCIA, nota a Varnhagen, II, 212. Em resumo: La Ravardière trahu os seus companheiros de aventura. Mas, em seguida, voltou a servir à França, como bom soldado e marinheiro, FERDINAND DENIS, pref. a Yves d'Evreux, *ibid.*, p. XLV.

AFINAL O PARÁ!

Alexandre de Moura era executor de um plano amplo de conquista.

Devia organizar três núcleos de colonização, Ceará, Maranhão e Pará. Assim obstaria à surpresa de outras incursões estrangeiras e a elas se antecipava na foz do Amazonas, "que esta en la demarcación del Serenissimo Rei de Portugal", como reconhecera Orellana. Havia pressa nessa ocupação. Francisco Caldeira (após decisão tomada em junta que se reuniu em 15 de Dezembro) recebeu para isto regimentô, no dia 22, e seguiu viagem pelo Natal, com 150 homens e três embarcações. O mesmo hábil Antonio Vicente Cochado servia-lhe de piloto. O designio fôra positivado: "a jornada do Gran Pará e rio das Amazonas... e porque claramente se sabe que o Pará é uma das bôcas do dito rio das Amazonas da banda de léste" (1)... Os seus principais companheiros eram André Pereira Themudo (depois capitão do Rio Grande), Antonio da Fonseca, Antonio Teixeira de Mello (2) — cujo afastamento do Maranhão correspondia a outra exigência: a paz entre portugueses. A rivalidade que dividira os vencedores terminou com essa expedição, que, após dezoito dias de viagem, a 10 de Janeiro alcançou o sitio onde deu princípio à cidade de Belem.

(1) MANUEL BARATA, *A Jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco*, Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, IX, 433.

(2) *Mercês Gerais*, cod. in Arq. Hist. Col, cit. Alegou ter servido oito meses na conquista do Pará. Aliás Alexandre de Moura mais tarde, no reino, foi consultado sobre as mercês pedidas por seus antigos soldados, *Revista do Inst. do Ceará*, XXII, 320. Dêstes releva citar Nuno da Cunha Botelho, quatro anos no Rio Grande, em 1624-25 soldado na guerra da Baía, em 1627-34, sargento-mor no Rio Grande, *Doc. Hist.*, XV, 237. Do piloto diz frei Luiz de Souza. . . "E' o maior rio que hoje se sabe no mundo; foi o último descobrimento dele pollo piloto Antonio Vicente Cochado; e subiu até quatrocentas legoas", *Anais de D. João III*, p. 452, Lisboa 1844. Graças a ele se soube que o Grão Pará e o rio por onde descera Orellana eram um só, J. Lúcio d'AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão Pará*, p. 29, Coimbra 1930.

Era dia de Santa Maria de Belem. Daí o nome “Presepio”, dado ao fortim de madeira, centro da cidade que Francisco Caldeira não tardou em fundar.

A expansão portuguesa na América atingira uma de suas balisas.

Quando Pedro Teixeira completasse o reconhecimento do Amazonas, iniciado agora em nome de Portugal, estaria o Brasil delimitado no rumo de leste-oeste.

O governo de Lisboa percebera a importância daquilo.

A carta de 4 de Novembro de 1616, recomendando a D. Luiz de Souza (novo governador geral) não desamparasse a empresa de Francisco Caldeira, é um documento de previsão e discernimento político, que faz honra à regência: “Recebi carta (de Caldeira) de 12 de Abril deste ano em que me dá conta haver chegado a êle (Pará) a salvamento os três navios com que partiu em 18 dias e com a Armada entrar pelo primeiro braço que aquele Rio faz, e navegando por êle 30 legoas, escolheu um sitio forte por natureza (onde edificou uma fortaleza) com enseada de fundo bastante para navios de grande porte. . . E que o rio é maior que o do Maranhão, e que todos os mais que ha no descoberto, e a terra fertilíssima de todos os mantimentos que costuma haver no Brasil, infinito gentio mui doméstico e diferente de todo o daquele Estado e muito acomodado de se plantarem canas e se fazerem engenhos, e ainda para se poderem semear todos os demais frutos da Europa. . . Conclúe com dizer que todo o Estado do Brasil *não ha nada em comparação deste. . .* E porque a matéria está pedindo que se acuda com toda a brevidade possível com socôrro a Francisco Caldeira para se fortificar e ir continuando o descobrimento das cousas daquele rio e conquista, e se conservar o ganhado, vos mando. . . enviéis ao dito Francisco Caldeira algum socôrro de mantimentos, e munições e gente, porquanto

dêste porto de Lisbôa mando que tambem se envie um navio com o mesmo...” (1) “Para que do reino e dos Açores vá gente que povôe aquelas partes...” (2).

Nos entrementes saíu Martim Soares Moreno (como capitão de Cumá) a pacificar os índios da costa, espantados e espalhados com a expulsão dos francêses; e Francisco de Frias concertou o forte de S. Luiz — chamado agora de S. Felipe. De Luiz XIII a Felipe III...

Consolidada a conquista voltou Alexandre de Moura (em Janeiro) para Pernambuco. Continuou Jerônimo de Albuquerque capitão-mor do Maranhão. Dir-se-ia a reparação dada ao ilustre mamaluco. Não durou muito. Morreu no seu posto, em 10 de Fevereiro de 1618. E honrosamente pobre. Seu filho Antonio contou que hipotecara o engenho (Cunhaú) para prosseguir a tomada do Maranhão, e faleceu com dividas... A êle Antonio “na hora da morte encarregou o governo da dita conquista com aplauso e consentimento de todos os capitães, officiais e soldados dela” (3).

(1) Doc. in *Anais do Museu Paulista*, III, 2.^a parte, p. 41 (S. Paulo 1927). No mesmo sentido, carta de 31 de Outubro de 1616, *ibid.*, p. 34.

(2) Carta de 18 de Julho de 1617, *An. cit.*, p. 42.

(3) O governador geral nomeou adjunto do mesmo govêrno Diogo da Costa Machado, capitão do forte de S. Felipe. Magoado, Antonio de Albuquerque (que governou de 10 de Fevereiro de 18 a 8 de Abril de 19) se passou ao reino. Requeceu — em 2 de Maio de 1620 — soldo de 200\$ por ano. (*Livr. de Mercês Gerais*, ms. no Arq. Hist. Col., Lisbôa. As suas palavras desmentem a versão de que o pae mandara que o ajudassem no govêrno a modo de triunvirato, como ordenou D. Luiz de Souza em 22 de Março de 1619, *An. do Museu Paulista*, III, 3.^a p. 92. Regressou do Reino nomeado para capitão-mor da Paraíba. Outro filho de Jerônimo, Matias de Albuquerque Maranhão (Vd. BORGES DA FONSECA, Nobiliarquia Pernambucana, *An. da Bibl. Nac.*, XLVII, 11) por esse tempo apaziguava o gentio no litoral entre o Maranhão e o Pará. — Em 1620 foi designado para governar o Maranhão D. Diogo de Cárcome, espanhol casado em Lisbôa: desistiu da viagem, e assim Diogo da Costa administrou por três anos. (O codice 32 do L.^o de *Consultas da Fazenda*, f. 4, 1620, ms. no Arq. Hist. Col., contem a nomeação do castelhanao).

PERNAMBUCO EM VEZ DA BAÍA

Transportou-se D. Luiz de Souza para Recife (1) ainda uma vez, afim de melhor prover à conquista do extremo norte.

Em carta de Madrid, de 11 de Abril de 1617, dizia El-rei: "vos confio que assistireis às cousas daquela conquista com o cuidado que pede para que vão muito adiante, pois *a êste fim se encaminhou o mandarvos que pôr ora residisseis em Pernambuco*" (2).

A Baía, apesar de séde da Relação, perdera assim, temporariamente, a qualidade de cabeça da colônia.

Não admira que os desembargadores pretendessem dar as audiencias no palácio abandonado — como se discutiu em consêlho, em Lisbôa (consulta de 21 de Junho de 1617). Que "as casas de vivenda dos governadores daquele Estado se déssem à Relação", deixando-se de alugar um predio para esta... Lembrava-se que D. Diogo de Menezes tivera ordem de arrendar edificio conveniente, mas, com a ida de Gaspar de Souza para Pernambuco "onde residiu todo o mais tempo do seu tempo", o tribunal passara a funcionar nas casas de Sua Majestade, que pouco perdia, pois "Francisco de Souza sendo governador as não habitou nem Diogo Botelho senão pouco tempo, por se não acharem nelas com saúde" (3). Um dos conselheiros, que isto votaram, era o velho Diogo Botelho.

O capitão-mor de Pernambuco (em sucessão de Alexandre de Moura) foi Vasco de Souza Pacheco. Diz

(1) O sucessor de Gaspar de Souza empossou-se no govêrno em 1 de Janeiro de 1617, GARCIA, nota a Varnhagen, V, 304.

(2) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª parte, 37. Fôra residir em Pernambuco "como se lhe tinha ordenado a respeito da proximidade das conquistas..."

(3) *Livro de consultas*, ms. in Arq. Hist. Colonial (Lisbôa), inéd. Essas casas, de pedra e cal, ameaçaram cair no tempo de Diogo de Mendonça Furtado, frei VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, p. 507. Em 1623 estavam concertadas, bem assim "as Casas da Relação, Contos e Armazens", *Doc. Hist.*, XX, 48.

frei Vicente do Salvador que tinha um irmão franciscano, de quem se valeu para pedir a el-rei outro emprego, pois o governador o deixara sem jurisdição. Daí ser mandado para a Baía na ausencia de D. Luiz de Souza (1). Mas, em carta de 18 de Julho de 1617, se advertiu que devia desempenhar-se, não como Alvaro de Carvalho (na ausencia de D. Francisco de Souza), porém com os mesmos poderes que tivera em Pernambuco (2). Obstando a que se formasse dualidade de governos, reduzia el-rei a Baía à condição de capitania como as demais — enquanto a ela não voltasse o governador geral ocupado em socorrer o Maranhão e Pará.

SANTO OFICIO

Foi por êste tempo que a Inquisição visitou de novo a colônia.

O deputado do Santo Officio D. Marcos Teixeira ouviu na igreja do Colégio da Baía, entre 11 de Setembro de 1618 e 26 de Janeiro seguinte, denúncias e confissões : e tornou ao reino (donde viria com o báculo episcopal) sem que se soubesse claramente o efeito da sindicância. (3)

E' crêr subsistissem os motivos políticos da Visitação de 1591-94 — atenta a corôa sobretudo a inqué-

(1) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 490.

(2) *Anais do Museu Paulista*, III, 2.^a parte, p. 42. Em 16 de Fevereiro de 1619 estranhava el-rei que D. Luiz de Souza não estivesse de volta à Baía, *An. do Museu Paulista*, cit., p. 89.

(3) Vd. *Livro de Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á cidade do Salvador*, 1618 pbl. por RODOLFO GARCIA, *An. da Bibl. Nac.*, Rio 1936.

Vasco de Souza Pacheco, por carta de 16 de Março de 1619, foi mandado ir ao reino comandando a armada.

Tratou-se por esse tempo da "creação no Brasil de um Tribunal do Santo Officio". O. LIMA, *Manuscritos... no Museu Britânico*, p. 21, o que não teve seguimento. A nomeação de D. Marcos para o bispado foi como para compensar essa tolerância.

tação dos cristãos-nóvos, seus negócios com Holanda, murmurações da terra e indícios de que o inimigo acharia nela aliados e guias.

Os Inquisidores Apostólicos do Perú em carta de 20 de Abril de 1620 informaram — aludindo a D. Marcos : “... El año pasado nos avisó de um Inquisidor o Visitador General de Portugal a las costas del Brasil y Angola, que son de la corona de Portugal y que va prendiendo muchos portugueses y secrestandoles gran cantidad de hacienda y que se benian huyendo muchos asi del Brasil como de Portugal y venian a aquel puerto (Buenos Aires) y entraban en el Peru sin poderlo remediar el governador...” (1)

Em 1619 D. Luiz de Souza fez diligente administração na Baía.

A PRATA QUE NÃO SE ACHOU

Averiguou então o que de verdade havia com as “minas” de Belchior Dias Moréa — assunto que por um século preocupou os sertanistas do nordeste.

O neto do Caramurú, após a sua participação na tomada de Sergipe, onde se afazendara, percorrera os sertões do S. Francisco até o Paramirim e espalhara a notícia de minas de prata, em continuação das que corriam desde a morte de Gabriel Soares. (2) Fôra a Madrid, em 1603-1609. Queria altos premios pelo descobrimento. Não o atenderam logo : sômente em 1617 escreveu el-rei a D. Luiz de Souza : “Foi acertado o que escrevestes” a Belchior Dias Moréa, para dar principios às cousas das minas de prata... (3) Insistia, em

(1) Doc. in *Anais do Museu Paulista*, II, 2.ª parte, p. 12.

(2) Vd. PEDRO CALMON, *História da Casa da Torre*, p. 48, Rio 1939 ; e “A Conquista — Hist. das Bandeiras Baianas”, p. 61, Rio 1929.

(3) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª, p. 42.

6 de Junho do ano immediato : “Acêrca das minas que Belchior Dias Moréa oferece descobrir, se vos tem avisado do que hei por bem que se faça, que creio tereis executado, e me avisareis na primeira ocasião do que se fôr fazendo”. (1) E agradecia, em 10 de Março de 1620 : “Havendo visto a vossa carta com a relação do que resultou da averiguação que pessoalmente fostes fazer da verdade das minas que Belchior Dias Moréa havia oferecido, me pareceu dizer-vos que me houve por bem servido de vós no procedimento que nesta matéria tivestes, e encarregar-vos muito, como o faço, pois aí já não são do serviço os mineiros de que tratais e buscá-los a êste negocio, procureis concertar-vos com êles ou com outros mais práticos se os achardes nêsse Estado para irem servir nas minas de Monomotapa”. Participou da expedição o jóven Salvador Corrêa de Sá e Benavides (filho de Martim de Sá). Lembraria, mais de meio século depois : “Que na éra de 618, indo seu pae Martim de Sá dêste reino a governar o Rio de Janeiro segunda vez, e êle conselheiro voltando em sua companhia, tomando a Baía acharam governando a D. Luiz de Souza, que depois foi conde do Prado, e lhes pedira fossem com êles às minas de Itabaiana, donde as pedras tinham tanta malacacheta que todos se persuadiram e o mesmo mineiro a que tinham prata ; fizeram-se ensaios por fogo e azougue, por êste nada, e por aquele fumo”. (2) Verificada a inutilidade da viagem o governador — completa a crônica — mandou prender Belchior Dias, que se livrou graças à parentela poderosa, porém tão desgostoso que se retirou para as suas terras

(1) *An. do Museu Paul.*, cit., p. 67.

(2) ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO, *Salvador Corrêa de Sá e Benavides*, p. 7, Lisboa 1936.

de Sergipe e faleceu meses mais tarde (1) : o seu "roteiro das minas" ficou com a Casa da Torre (Francisco Dias de Avila). Por êle se guiou em 1627, numa larga penetração, igualmente infrutifera (2).

A prata não apareceu : mas se conquistou o deserto. O povoamento seguiu o itinerário dos exploradores e o avanço dos gados, de Sergipe para o médio S. Francisco, do Paraguassú para Jacobina, do Itapicurú para os campos sêcos e extensos do nordeste (*caatingas*) : foi o que compensou as decepções de muitos governadores impressionados pela lenda do "Potosi baiano".

Itabaiana reacenderia na imaginação dos colônos o interêsse que despertou a prata de Belchior Dias em 1617 : principalmente no período de Afonso Furtado, quando a procurou, com vagar e sem fortuna, D. Rodrigo de Castelo Branco.

Findara o triênio de D. Luiz de Souza.

Aproveitou-se disto Duarte de Albuquerque Coelho para obter da côrte de Madrid, onde sempre foi bem acolhido (3), que o governador geral ficasse definitivamente

(1) Belchior Dias, batizado em 1557, teria então 62 anos, JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit. Caramurú, e ROQUE LUIZ, *Nobiliarquia*, codice ms. na Bibl. Nac. Os códices que historfam o episódio são do coronel Pedro Barbosa Leal, ms. no Inst. Hist. Bras., 1725 ; e a carta de 1752, do coronel Pedro Leolino Mariz, *An. da Bibl. Nac.*, vol. 31. Filho de Moréa (Caramurú) e uma índia foi Roberio Dias. Coube a CAPISTRANO DE ABREU, publicando em 1885, na *Revista da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa* o relatório de Barbosa Leal, refutar a lenda que fizera de Roberio Dias o descobridor das minas de prata (e não Belchior Dias) — vulgarizada pelo romance de José de Alencar.

(2) Offício de von Walbeck, de 1633, in nota de GARCIA a Varnhagen, II, 222.

(3) Em sucessão de seu pae, Jorge de Albuquerque, foi confirmado na donatária em 2 de Julho de 1603. Elevado a conde de Pernambuco por Felipe III, em 1632, e conde de Basto por seu casamento, Duarte de Albuquerque ficou com a Espanha em 1640, separando-se assim da Pátria — e do irmão, Matias de Albuquerque. (Vd. SANCHES DE BAENA, *Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, I, 257). D'um papel de Manuel Severim de Faria, de 1649 : "Permitiu Deus que o conde de Vimioso, D. Francisco, perdesse a vida e a casa defendendo a liberdade de Portugal, e que o conde de Basto e o marquês de Castelo Rodrigo ganhassem êstes títulos entregando o mesmo reino... e a de Vimioso se restaurasse pela mesma valia do conde de Basto, que casou sua filha com D. Luiz", 7.º conde (CAMILO CASTELO BRANCO, *Noites de Insomnia*, n.º 7, p. 63, Porto 1874).

na Baía. Assim não lhe usurparia a jurisdição de Pernambuco! Conta frei Vicente que Enrique Corrêa da Silva, nomeado para substituir D. Luiz de Souza, desistiu, alegando que “não havia de dar homenagem das terras que não podia vêr como estavam fortificadas, o que haviam mistér para serem defendidas e governadas como convem”. Mandou el-rei “Diogo de Mendonça Furtado, que havia vindo da Índia onde estava casado, e andava requerendo na côrte a satisfação de seus serviços”. (1)

(1) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, ps. 494-5. O governador geral queixara-se de desobediências de Matias de Albuquerque, cf. carta regia de 10 de Fevereiro de 1621, *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a, p. 115.

III

A PRIMEIRA GUERRA DE HOLANDA

O perigo francês passara.

Renovava-se a ameaça holandêsa.

À medida que a colonização entrava as novas terras o seu problema militar era mais difícil e premente.

PRELIMINARES

A côrte de Madrid desconfiava dos cristãos-novos em contacto com os mercados flamengos. Tomara — em 1617 — uma resolução radical : a expulsão dos estrangeiros do Brasil. Depois atenuara o rigôr, dando a D. Luiz de Souza arbitrio para reembarcar “alguns de que tenha suspeita fundada” (1). E’ que “se escreve de Amsterdam de como lá ha mercadores que já estiveram no Brasil e aparelhavam duas náos poderosas bem providas de gente e artilharia para irem à costa do Brasil ou a dos Ilhéos para lá carregarem de pão brasil que lá estava já espalhado” (carta de 1617).

Cumpria-lhe, pois, vigiar todo o litoral.

Êsses rumores significavam o recrudescimento, em Holanda, do interêsse pela América, e os preparativos da agressão, desfechada sete anos depois.

Martim de Sá, no Rio de Janeiro, tomara três bateis a uma esquadra flamenga que se chegara à terra

(1) *Análs do Museu Paulista*, III, parte 2.^a p. 47.

para refrescar (1). Matou 22 e aprisionou 14, entre estes um Francisco Duchs, bem tratado pelo capitão, que o enviou à Baía, onde lhe fizeram a melhor acolhida. Veremos o que disto resultou. . . Constantino de Menelau, capitão-mor do Rio de Janeiro, por esse tempo assaltou uma partida de francêses que carregava páo-brasil no Cabo Frio — e nêsse lugar levantou um forte, destinado a evitar de futuro semelhantes incursões. (2)

MATIAS DE ALBUQUERQUE

Os precedentes justificavam todas as cautelas. Uma das recomendações dadas ao sucessôr de D. Luiz de Souza foi exatamente — para fortificar a Baía. E porque o donatário de Pernambuco, tão cioso de sua jurisdição, cuidasse de assegurá-la, veio Matias de Albuquerque, seu irmão mais moço — fadado a ser um dos grandes vultos do século : nomeado capitão e governador da capitania, em 20 de Agosto de 1620, requereu cem cruzados de ajuda de custo (3). Embarcou em seguida. Aqui estava quando — em Setembro ou

(1) Era a esquadra de Joris van Spilberg, que, em 1615, ia ao Pacifico. Varnhagen, II, 226 e Frei VICENTE *Hist. do Bras.*, p. 491.

(2) Inglêses e holandêses foram batidos em Cabo Frio, por Constantino de Menelau, cf. carta dêste de 1613, nota de GARCIA a Varnhagen, II, 224. A francezes refere-se frei VICENTE, *op. cit.*, p. 491; também SOUZA VITERBO, *Trabalhos nauticos portuguezes nos séculos XVI e XVII*, p. 233, Lisboa 1898. A rendição de uma não-almirante holandesa em Cabo Frio, entre 1618 e 22, alude a patente de João Garcia de Magalhães, *Doc. Hist.*, XXII, 71. Um desembarque de holandêses, de três náos, no mesmo sitio, foi frustrado em 1630 : morreram 130, Patente de Luiz Alvares Monterroyo, *Doc. Hist.*, XVIII, 402. Menelau pedira para servir no Rio de Janeiro em tempo de D. Francisco de Souza, ms. no *Jornal do Comércio*, 5 de Outubro de 1930, cm. por Felix Pacheco.

(3) *Livr. de Mercês*, n.º 1, inéd., ms. no Arq. Hist. Col. (Lisbôa). Vê-se que não ha razão para se dizer que Matias era capitão pelo irmão Duarte de Albuquerque, o donatário. A nomeação é del-rei. Chamava-se Paulo. Tomou o nome de Matias de Albuquerque por ter sido nomeado pelo parente, que assim se chamava e fôra vice-rei da Índia, administrador do seu morgado, cf. Bra-acampã Freire, cit. na *Hist. da Col. Port.*, III, 197.

Outubro de 1621 — passando Diogo de Mendonça Furtado à altura de Pernambuco, mandou Gregorio da Silva assumir a capitania de Recife, vaga pela ausencia de Vicente Campêlo, “posto que Matias de Albuquerque o admitiu só na capitania da fortaleza de el-rei, separando-lhe a do logar ou povoação que allí está, dando-a a um seu criado. . .” (1)

Trouxe um engenheiro, Cristovão Alvares, cujos serviços “feitos em Pernambuco, desde o ano de 620 até o de 54”, nas “obras das Fortificações antes e depois de os Holandeses ganharem a terra”, não foram esquecidos del-rei. (2) A principal seria a que defendesse o porto, como aconselhara o poéta da “Prosopóea” (3).

Para entrada da barra, à parte esquerda,
Está uma lagem grande, e espaçosa,
Que de Piratas fôra total perda,
Se uma torre tivera suntuosa.

.

O GOVERNADOR E O BISPO

Chegou à Baía Diogo de Mendonça Furtado em 12 de Outubro de 1621, “e desembarcando foi levado à Sé, com acompanhamento solene e daí à sua casa, donde, antes de subir a escada, foi ver o almazem das armas e polvora que estava na sua loja, demonstração de se prezar mais de soldado que de outra cousa. E na verdade esta era em aquele tempo a mais importante de

(1) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 495.

(2) Prov. em favor de D. Maria Figueira, 1659, *Doc. Hist.*, XXI, 226.

(3) *Prosopóea*, ed. da Academia Brasileira, p. 39.

todas, por se haverem acabado as trégoas entre Espanha e os holandêses..." (1)

Os acontecimentos seguintes não o surpreenderam.

A gente de toga e o clero é que não pensavam como o governador. Trouxera sete desembargadores (para completarem a Relação, com os dous sobreviventes da primeira turma, "que cá estavam casados") (2). No ano immediato (8 de Dezembro) se lhes reuniu o bispo D. Marcos Teixeira — muito informado sobre os assuntos da terra graças à missão inquisitorial de 1618-19 (3). A divergência dessas mentalidades logo se manifestou em franca opposição: de um lado Diogo de Mendonça, a pretender militarizar os colónos, do outro a mitra, mais empenhada em dar ordem às paróquias e paz aos espíritos. D. Marcos tinha a energia de visitador de Santo Officio e de lente da Universidade: firmeza, illustriação, autoridade. Litigou com os desembargadores; opôz-se a varias medidas adotadas para a defesa da cidade, exigiu se lhe reconhecesse a preeminencia nos atos públicos, contrariou os projéto do governador, — que sabia próxima uma investida de holandêses. Para conjurá-la "fortificou a cidade, cercando-a pela parte da terra de vala de torrões e, porque a casa que servia de almazem, junto á da alfandega, estava caída, começou a fazer outra no cabo da sua, para que o alto lhe ficasse servindo de galeria e o baixo de almazem... Também começou a fazer a fortaleza do porto em um recife que

(1) Frei Vicente, *op. cit.*, p. 496.

(2) Frei Vicente, *ibid.*, p. 495. Os dous "sobreviventes" seriam Antão Mesquita e Ruy Mendes de Abreu.

(3) D. Marcos licenciado em canones, fôra inquisidor em Evora em 1578, deputado do Santo Officio em 1592, lente em Coimbra (1608-11), de Clementinas, depois conego doutoral em Evora (14 de Março de 1611, Francisco Leitão Ferreira, *Alfabéto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra*, p. 306, Coimbra 1937). Em 1620 o vice-rei remeteu ao Conselho de Fazenda a petição do Dr. Marcos Teixeira (sic) sobre as bulas em Roma da Igreja do Brasil e o custo pela real fazenda pois S. Maj. recebe os dizimos dela (despacho de 11 de Abril de 1620, *Livr. de Mercês Gerais*, f. 48, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa, inéd.).

fica um pouco apartado da praia, havendo provisão de Sua Majestade para se fazer não só da imposição do vinho, que estava posto nesta Baía, mas também da de Pernambuco e Rio de Janeiro e que do dinheiro que recebem os mestres, não dos fretes, senão de outro que elles introduzem chamado de avarias, que ordinariamente são duas patacas por caixa, desse quatro vintens cada um para a obra da fortaleza... e de que não se póde tirar o louvor tambem do architecto Francisco de Frias que a traçou" (1).

Começou-se dest'arte a *fortaleza do Mar*, pósta no estado em que ainda hoje se acha um século mais tarde.

"Um dos contraditores que houve da fortaleza sobredita foi o bispo D. Marcos Teixeira..." Dizia (negando-se a ir benzer-lhe a primeira pedra) que principiada aquela obra cessaria a da Sé, apesar de ter o governador reservado 6 mil cruzados para esta... (2)

A Baía continuava "uma cidade aberta, e defendida de oitenta soldados pagos, que não passava dêste número o seu presidio..." (3) "Tesouro rico porém mal seguro..."

Viu-a por êsse tempo Braz Garcia de Mascarenhas, o poeta-soldado de "Viriato Trágico":

Apezar de tormentas, calmarias,
Cossarios e aflições de sangue e morte, °
Entre pela rainha das baías
Celebrado teatro de Mavorte.

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 506. Sobre o impôsto, GARCIA nota a Varnhagen, II, 228. O pedreiro (ou arquiteto?) dos Paços do governo e da Relação em 1623 era Antonio Jorge Carrasco, *Doc. Hist.*, XX, 48.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, loc. cit. Os fortes da Baía que tinham guarnição paga a êste tempo eram: Itapagipe (capitão Antonio de Crasto), êste provido por D. Luiz de Souza, *Documentos Históricas*, XV, 11, e Santo Antonio. O primeiro é o mesmo S. Felipe; o outro, também chamado da Barra. Havia mais: SANTO ALBERTO (*Doc. Hist.* XV, 144).

(3) D. Francisco Manuel, *Epanaforas de Vária História*, p. 169, Lisboa, 1676.

Desta cidade illustre em bizarrias,
Da nova Lusitania nova côrte,
Julguei que era o Brasil jardim sem muro
Tesouro rico, porém mal seguro.

A idade de ouro inda então lembrava,
E a da prata, que nêle florescia
Já com intercadencias vacilava,
Porque perto a de ferro transluzia.
Se a muita gente pobre levantava,
Também a muita gente rica empobrecia,
Que é mal segura em quem compra e vende
Toda a riqueza que do mal depende.

.....

Estando aqui, como trovão com raio
Rompe a guerra estragando de repente
A cabeça do estado do mês de Maio,
Infeliz ao repouso do ocidente,
Sobresalto cruel, mortal desmaio,
Vae perturbando a paz de gente em gente
Branca, negra, gentia, moça e velha
Toda sé espanta, e toda se aparelha (1).

COMPANHIA DAS ÍNDIAS

Na Holanda — a partir de 1595 — os lucros e pro-
veitos das expedições marítimas tinham aconselhado
uma organização mais inteligente de iniciativas e capi-
tais. O Estado era póbree (e continuava a lutar com os
velhos inimigos) mas os particulares podiam dispôr de

(1) VIRIATO TRÁGICO, II, 165-171, Lisboa 1846 (a 1.ª ed. é de 1699)

Braz Garcia de Magalhães levou nove anos ausente, como diz no poema, e regressou a Portugal com 33 anos (nasceu em 1596 e faleceu em 1656): chegara portanto aos 24, ou fosse em 1620. Estava em Pernambuco ao rebentar a guerra e nela serviu. Tornou ao Reino em 1629. Veremos adiante a sua opinião sobre Olinda.

amplos recursos. Numerosos judeus emigrados da península ibérica, mercadores ricos, uma burguesia comediada na sua opulência e prudente na sua prosperidade ansiavam por empregar as suas economias nos empreendimentos coloniais. Usselinx, que conhecia as condições mercantis e políticas de Portugal e Espanha, propagou a idéa d'uma sociedade de quotas, que, investida de poderes e regalias de Estado, fizesse por conta própria navegação e conquistas. Com o século surgiu êsse tipo de exploração ultramarina: a *Companhia das Índias Orientais* (1602). Contentes com a experiência, os capitalistas de Amsterdam e Rotterdam crearam em seguida (6 mil ações, num total de 7.108.161 florins) a *Companhia das Índias Ocidentais* (1) — reconhecida, em 3 de Junho de 1621, pelos estados-gerais, que lhe dêram o privilégio de tráfico por 24 anos da Africa e da América.

Para holandeses significava isto um negócio, uma represália e uma expansão: pois desviavam para os seus mercados a especiaria (como ha cem anos D. Manuel, destruindo o comercio de Veneza), tomavam as possessões espanholas e, pelos sete mares, espalhariam as suas feitorias, sucessôras dos estabelecimentos portugueses. . .

Observa Netscher que um dos fatores do malogro da Companhia também foi razão de exito immediato — fácil mas efêmero: a pilhagem dos domínios del-rei de Espanha. Cessada a guerra, perderia a emprêsa parte de seus objetivos. E desfechando a guerra se pagava com a ganancia do roubo e dos troféos, sem poder de-ter-se a considerações transcendentales de colonização, trabalho e povoamento (2).

(1) Vd. OCTAVE NOEL, *Histoire du Commerce du Monde*, II, 154, Paris 1894.

(2) P. M. NETSCHER, *Les Hollandais au Brésil*, p. 10, La Haye 1853.

A invasão da Baía em 1624 (1) — e o seu fracasso — foi a consequência dessa política. Os negociantes associados queriam fazer o maior mal possível ao inimigo católico: investiram-lhe a praça principal. Se o seu projéto fosse a pösse estável d'um largo território na América teriam imitado Villegagnon e La Ravardièrre: procurariam as paragens desocupadas, onde a superioridade de suas forças marcasse os contornos de um império. O dinheiro dado a premio para a grossa aventura reclamava beneficio pronto. Não admitia os vagares nem o idealismo que requerem os impérios nascentes. Os incorporadores" da Companhia queriam dividendos fartos: e encomendaram vários assaltos. Ganharam e perderam inicialmente. Acabaram com prejuizos irreparáveis. Não lograram fundar no Brasil uma colônia flamenga: limitaram-se a feri-lo na riqueza urbana (a Baía de 1624) e a devastá-lo na agricultura litorânea (Pernambuco em 1631). O período de aparente recuperação, que lhes sorriu em 1636-45 — no nordéste — assinala uma acomodação precária, não um sucesso definitivo. Recife então foi uma feitoria florescente: embora em mãos de intrusos muitos engenhos pernambucanos, a sociedade luso-brasileira não sacrificara alí mesmo nenhuma de suas qualidades peculiares: o sentimento religioso, a fidelidade às origens, o amor do torrão natal, o odio ao forasteiro. Daí a expressão de unanimidade que tem a revolta nativista de 1645: e, por fim, a expulsão do invasôr, sem que lhe ficasse no país, duradouro, o mínimo vestigio de sua cultura, de suas idéas, de sua influênciã.

O episódio holandês, 1624-54, valeu para o Brasil como uma oportunidade: porque o revelou a si mesmo. O que falta de *nacional* à agressão (uma sociedade

(1) Um folheto de 1623, publicado em Amsterdam, tratava de necessidade da occupação do Brasil, vd. Catálogo Nassoviano, An. da Bibl. Nac., LI, 19.

não é uma Pátria) sobra à resistência, anima-a e dirige-a. Aliás a história da América portuguesa prosseguia coerente com os seus princípios: a afirmação brasileira se precipitava na exclusão do estrangeiro. Para combatê-lo as forças se improvisam, os caminhos se rompem, alargam-se as fronteiras, vêm as frotas ou se inventam os exercitos, e a pacífica fisionomia d'uma colônia de lavradores se transmuda nas angustias d'um pequeno mundo em armas... E' a guerra de trinta anos, que também tivemos.

O Brasil, devéras, justificava a cobiça européa. As restrições que a côrte de Madrid lhe opuzéa — fechando-lhe os portos às demais bandeiras — explicam o resto.

AUMENTOS DO BRASIL

Aumentara muito, de norte a sul, êsse Brasil de canaviais à beira-mar, de engenhos grandes como vilas, de povoações nobres e fortificadas. Falam melhor as cifras que os textos. Os dizimos, por exemplo, das três capitánias (Baía, Pernambuco e Itamaracá) arrecadados por 30 mil cruzados em 1584, em 1609 se elevavam a 115.500 (1). Segundo o "Livro que dá razão do Estado do Brasil" podia a renda chegar a um milhão, pois em 1602 "se arrendou todo o Estado junto em 105 mil cruzados e nêste ano de 1612 se arrendou só o governo de D. Diogo de Menezes em 125.000 cruzados..." (2) O período da completa transformação é, pois, o compreendido entre 1580 e 1620. Havia em 1580 uns 117 engenhos. Agora (1618 ou 20) 235, no cálculo de frei Luiz

(1) *Códice Castelo Melhor* (ou "Pernambuco"), ms. na Bibl. Nac. do Rio de Janeiro.

(2) *Livr. que dá rezam do Estado do Brasil*, códice ms. no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro.

de Souza ; e um pouco mais tarde — conforme o *código* Castelo Melhor — 363 (1). Para êsse prodigioso acréscimo concorriam vários fatores. O primeiro, a fixação pacífica dos colonos após a repressão do gentio hostil. Em seguida, com o preço vantajoso do açúcar, o interêsse dos mercadores de Portugal, sobretudo, em relação a Pernambuco, o dos armadores de Viana, correspondentes e conterrâneos da melhor gente da capitania. E' de frei Luiz de Souza a observação. (sobre as riquezas de Viana em 1619) : "Mas nenhum comércio lhe tem montado tanto como o das terras novas do Brasil, que vae em tamanho crescimento, que no tempo que isto escreviamos traziam no mar 70 navios de toda a sorte, com que a terra está massiça de riqueza, porque se estendem os proveitos a todos, sucedendo nos mais dos navios serem armadores e marinhagem tudo da mesma terra" (2). Exagerou com certeza Pedro Teixeira Albernaz, a quem, em 1622, mandara el-rei descrever o litoral português : "ha habido tiempo (diz de Viana) que echara a la mar doscientos navios que venian cargados de azucar y otras mercancias" (3). Entre 70 e 200 navios, fiquemos com o primeiro número, que se harmoniza com os do *código* Castelo Melhor, que adiante reproduziremos.

Contribuíram para o florescimento dos engenhos do Brasil o invento, que os aperfeiçoou, e a peste que danificou os canaviais de S. Tomé (4). Foi "um clérigo espanhol das partes do Perú, que, "governando esta

(1) *Código* cit., segundo o qual os engenhos se distribiam : Pernambuco 150 ; Baía 80 ; Rio de Janeiro 60 ; Paraíba 24 ; Itamaracá 18 ; S. Vicente 14 ; Ilhéos 4 ; Rio Grande do Norte e Sergipe 2...

(2) *Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, livr. I, cap. 26.

(3) Ms. no Escorial, cit. por JAIME CORTEZÃO, *A Geografia e a Economia da Restauração*, p. 73, Lisboa 1940.

(4) S. Tomé chegou a produzir 400 mil arrobas, que davam carga a vinte navios, quando o gusano lhe devastou as plantações, Doc. de 1621, Luciano Cordeiro, *Questões histórico-coloniais*, 1, 211, ed. do Min. das Colônias, Lisboa 1935).

terra D. Diogo de Menezes”, ensinou “outro mais fácil e de menos fábrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente três páos póstos de por alto muito justos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois e cavalos se móve e faz mover os outros” (1). Acabara-se com isto o antigo sistema da moenda horizontal de dous rolos, menos produtiva, ao tempo em que se descobria o processo de branquear o açúcar dando-lhe superior qualidade. O que se fez “por experiência de uma galinha, que acertou de saltar em uma fôrma com os pés cheios de barro, e ficando todo o mais açúcar pardo, viram só o logar da pegada ficar branco”. Continúa Frei Vicente: “Por serem êstes engenhos de três páos, a que chamam entrósas, de menos fabrica e custo, se desfizeram as outras máquinas e se fizeram todos desta invenção e outros muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro onde até aquele tempo se tratava mais de farinha para Angola que de açúcar, agora ha já quarenta engenhos, na Baía 50, em Pernambuco cento, em Itamaracá 18 ou 20, e na Paraíba outros tantos...” (2)

O valor do comércio era por isso de 2 milhões de escudos na Baía — na década de 1620. Pernambuco valia mais: 2.500.000. Seguiam-se Paraíba (600 mil), Itamaracá (300 mil), Rio de Janeiro (200 mil), Espírito Santo (60 mil). Carregavam anualmente, em Recife 120 navios de 120 toneladas, na Baía oitenta, somando 4.500.000 escudos o vâlor do escambo dessas duas capitâneas. (3)

O autor do Livro que dá razão” arrolava, a par dos algarismos, as esperanças: “De modo que a conquista do Maranhão que se pratica e a navegação do

(1) FR. VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 421.

(2) *Hist. do Bras.* ps. 421-2.

(3) *Códice Castelo Melhor*, ms. cit.

salitre do rio de S. Francisco, nem a pescaria da baleia de Todos os Santos e da Angra dos Reis, nem as esmeraldas do rio Doce nem o ouro de S. Vicente ou a prata que dizem haver no rio Real, ainda que tudo junto hoje estivera em termos assegurados, tanto quanto vimos. . .”

Em 1607 dava-se a receita do Brasil como menor que a despesa em 351\$867 (1). Em 1628, consoante frei Luiz de Souza, os gastos alcançavam 59:487\$164 (2). Não informa quanto ao rendimento. Mas por frei Nicoláo de Oliveira sabemos que em 1615 fôra de 54:400\$ — (3). Representava mais que a Índia! Porque sômente das três capitánias do norte iam para a metropole passando de quinhentas mil arrôbas de açucars que pagavam, de direito de alfandega, o branco e o mascavado a 250 réis a arroba e as panelas a 150 réis”, “de que, feita a soma, vem a importar à fazenda de Sua Majestade mais de 300 mil cruzados *sem êle gastar nem despender na sustentação do Estado um só real de sua casa, porquanto o rendimento dos dízimos, que se colhem na própria terra, basta para sua sustentação*” (4). Ou como informa frei Nicoláo d’Oliveira: só para Lisbôa iam todos os anos do Brasil 25 mil caixas de açúcar, fôra encomendas particulares de 3 e quatro arrôbas (5); e “dêste açúcar se paga El-rei na saída do Brasil a 10%

(1) J. Lúcio D’AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, p. 265.

(2) *Anais de D. João III*, p. 453.

(3) *Livro das Grandezas de Lisbôa*, p. 173, Lisbôa 1620.

(4) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. de R. GARCIA, p. 130. ROBERTO SIMONSEN explica: “Êsses 300.000 cruzados correspondem a 28.000 contos, em poder aquisitivo de hoje”. *História Económica do Brasil*, I, 154. O padre Antonio Vieira em 1655 confirmou computo: “Assim se tiram da Índia 500 mil cruzados, de Angola duzentos, do Brasil trezentos, e até do pobre Maranhão mais do que vale todo êle”, *Sermão do Bom Ladrão*, V, 84 (ed. de 1909).

(5) Tais encomendas significam pagamentos feitos em mercadoria. E’ dos “*Diálogos das Grandezas do Brasil*” o informe: “De mais não ha nenhum morador em todo êste Estado tão desamparado que não tenha no Reino algum parente ou amigo, a quem possa mandar seus papeis dirigidos por apelação, e mandando juntamente com êles um caixão de açúcar, basta para a sua despesa. . .” ed. GARCIA, p. 57.

exceto aquele que vem por conta própria dos senhores dos engenhos. E aqui pagam de direitos 20%” (1). A corôa começava a reembolsar-se dos seus gastos e prejuizos na América.

CRISTÃOS NOVOS

Em 1623 o conselho dos 19, diretor da Companhia das Índias Ocidentais, escolheu a Baía para a sua pilhagem e possível conquista. Parece que a indicou Usse-linx, no presuposto de que, com a união ibérica, os domínios portugueses andassem menos defendidos que os espanhóis (2). Paulo van Caarden conhecêra-lhe o porto. E aí contavam os flamengos (3) com aliados naturais numerosos: os judaizantes espiados pelo Santo Ofício (4), porventura mais atemorizados agora que era bispo o antigo visitador D. Marcos. Estes se entendiam com os hebreus de Holanda, emigrados de Portugal, de quem diria Vieira: posto não sejam as pessoas imediatas das Bolsas, entram nas mesmas Companhias com grandes somas de dinheiro, que divertidas de Portugal não só lhe fazem grande falta, mas também grande guerra” (5). Por último Francisco Duchs — o prisioneiro que Martim de Sá tratara gentilmente —

(1) *Livro das Grandezas de Eibôa*, p. 173. Só para Lisboa...

(2) HERMANN WATJEN, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, trad. de Uchôa Cavalcanti, p. 86, S. Paulo 1938.

(3) Observou D. FRANCISCO MANUEL: “Framengo: como em Portugal viciosamente são chamados, sem distinção, todos os estrangeiros”, *Epanáforas*, p. 267.

(4) *Denúncias de 1618*: “... de nação que é passado a Flandres”, p. 112. Diogo Gonçalves Lasso indo a Amsterdam encontrara (1612) o Licenciado Antonio de Velasco e Domingos Prestes, cristãos velhos, e Manuel Homem, que lá se fizera judeu e era casado na Baía, *ibid.*, p. 89. “... Eram saídos de Flandres 4 ou 5 mil volumes de Biblias em linguagem castelhana”, p. 43. Francisco Ribeiro, casado na Paraíba, “tem parentes judeus em Holanda”, carta régia de 7 de Set. de 1618, *An. do Museu Paulista*, 111, 3.ª p. 77.

(5) J. Lúcio D’AZEVEDO, *História de Antonio Vieira*, I, 80, Lisboa 1918.

esclarecera os patricios acerca das condições materiais e religiosas da cidade. Dêle nos fala frei Vicente do Salvador, a proposito do desafio de Francisco Padilha durante as escaramuças do cerco : ' . . . Desafiava o capitão Francisco, que era o mais conhecido, por êste (como já disse) é o que tomou Martim de Sá no Rio de Janeiro, e o mandou o capitão-mor Constantino Meneláu de lá a esta cidade, onde esteve preso muito tempo" (1). Foi o "guia" da expedição de 1624. Na rapidez com que a praça se rendeu, sem sombra de resistência séria, podemos ver ainda o trabalho hábil dos "derrotistas" — que neutralizaram a valentia do governador e entregaram tudo à discreção do inimigo (2).

A EXPEDIÇÃO

A frota — 26 náos grandes, sendo 13 de guerra — saíu de Texel em 21 de Dezembro de 1623. Comandava-a o almirante Jacob Willekens (de Amsterdam); era vice-almirante o famoso Pieter Heyn; e para chefiar a força de desembarque, como seu governador, ia João van Dorth, senhor de Horst e Pesh. (3) A tripulação compunha-se de 1.600 pessôas e a tropa — de 1.700. Pouca gente, portanto, para uma campanha em regra; suficiente para a surpresa projetada.

(1) *Hist. do Bras.*, p. 551.

(2) Diz Netscher: "Antes de sair ao mar, os almirantes holandeses obtiveram sobre a situação política do Brasil informações as mais úteis por intermédio dos judeus lá estabelecidos, e que, quasi todos, desejavam ardentemente passar para a sujeição das Províncias Unidas em virtude de sua tolerância em matéria religiosa". (*Op. cit.*, p. 14). No Museu Britânico: "Consultas del aviso que enviô Enrique Sinel de haver tenido parte los Cristianos Nuevos de la perdida de Bata (Setembro de 1624), O. LIMA, *op. cit.* p. 34. Quanto a Duchs, nascera na Inglaterra, diz ALDENBERG, trad. de D. Clemente da Silva Nigra, *An. do Arq. Publ. da Bata*, XXVIII, 121.

(3) Ao hetórico Plet Heyn chama frei VICENTE PERO PERES, *op. cit.*, p. 511. O almirante, "Jacob Vilguis" (sic) era muito velho, frei VICENTE, *ibid.*, p. 514, e "homem pacífico".

Diogo de Mendonça Furtado foi advertido a tempo (1) tanto que preveniu Martim de Sá e chamou às armas os moradores do reconcavo, que se lhe apresentaram com os agregados, negros e índios. A demora da armada, na ilha de S. Vicente, descoroçoou-lhe os planos. Em Maio (quatro meses depois da partida dos navios, segundo as notícias de Holanda) já não parecia crível que se destinassem à Baía. Os capitães do reconcavo voltaram para os seus sítios, encorajados, nêsse ceticismo, pelo bispo, tão certo, como êles, de que o rebate fôra falso. Não faltaria quem o metesse à bulha, entre mercadores intimamente partidários do inimigo. Foi quando se soube que bordejava à altura do môrro de S. Paulo uma náó (a "Holanda", em que vinham João van Dorth, e que se antecipara às demais).

O governador dispôz às suas forças. Ficava com a companhia de Antonio de Mendonça Furtado, seu filho, moço de 17 anos, para movimentá-la como fosse aconselhável; mandou o capitão Gonçalo Bezerra com a sua companhia, o escrivão da Câmara Ruy Carvalho com cem arcabuzeiros do povo e Afonso Rodrigues de Cachoeira (o pacificador dos aimorés) com 60 índios frecheiros para Vila Velha, de observação à barra; e cuidou de guarnecer como lhe pareceu melhor as outras estancias. A Lourenço de Brito fez capitão de aventureiros (para as escaramuças) e confiou a Vasco Carneiro a fortaleza nova, apenas principiada, porém já com alguma artilharia (2).

(1) Vieira, Sermão de Reis, 1641: "Antes de se tomar a Baía duas barcas de pescar com cartas del-rei, que pela novidade da embarcação fizeram o caso mais misterioso, e o aviso mais notório: um mês antes a mesma capitania da armada holandêsa sobre o Morro... e nós com a praça aberta, sem fortificação...". *Sermões*, ed. de 1907, II, 67.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 510. Duas palavras sobre êsses capitães. Gonçalo Bezerra de Mesquita, nomeado capitão em 27 de Novembro de 1609, já então tinha 17 anos de serviços de guerra no Brasil, *Doc. Hist.*, XIV, 490. Fôra restituído a uma das capitánias do presidio da Baía em 1620, *An. do Museu Paulista* III, 2.^a, p. 111. Ruy Carvalho (Pinheiro), *vd. JABOATÃO, op. cit.*, p. 284. Seu filho e homônimo figurou na campanha de 1638.

TOMADA DA BAÍA

Em 9 de Maio appareceu a frota flamênga. Os seus movimentos foram exátos e rápidos. Em bateis, na enseada da Barra (antes de Vila Velha, e para toma-la pela retaguarda) desembarcaram várias centenas de soldados. À vista dêsse número os arcabuzeiros — apezar das admoestações de Francisco de Barros (1) e do padre Jerônimo Peixoto, que corrêra, a cavallo, para dete-los — se escaparam pelos matos.

A fortaleza nova sustentou o fogo enquanto lhe foi possível, socorrida de Lourenço de Brito e Antonio de Mendonça e sua companhia, também muito desfalcada pelas deserções. Retiraram-se os portuguezes, deixando treze mortos e levando ferido o bravo Lourenço de Brito. Piet Heyn apoderou-se daquela situação e encravou as peças, enquanto os navios bombardeavam a cidade, para aumentar-lhe o pavôr da investida desigual e imprevista. Uma bala de canhão matou o rico Pero Garcia na sua janela (2). Pelas ruas circulou o terrôr panico. Os holandêses já estavam no mosteiro de S. Bento, defronte da porta da praça, mal sustentada por alguns soldados que se aproveitaram da noite — noite confusa e aflita — para fazerem como os outros, largando os póstos. Fugiram todos. O bispo, que se reconciliou com o governador nessa mesma manhã, e lhe ofereceu uma

Lourenço de Brito (Corrêa). Vd. JABOATÃO, *Catálogo* cit. Figurou dignamente na segunda guerra holandêsa. Foi provedor mor da fazenda e fez parte do governo em 1641: um dos principais sujeitos da colônia.

Distinguiu-se Vasco Carneiro na campanha subsequente.

(1) Êste Francisco de Barros, Provedor mor da fazenda, faleceu em 1625, sendo substituído no cargo por Ventura de Frias Salazar, *Doc. Hist.*, XIV, 478. Na igreja da Vitória, a sua lápide: "Sepultura de capitão Francisco de Barros fundador desta Capela, a Igreja e de seus herdeiros, faleceu a 17 de Novembro de 1625".

(2) Pedro Garcia casara-se com a viuva de Baltazar de Aragão, o heróico defensor da terra em 1613. Era um dos colónos mais abastados do Brasil. Vd. *Denunciações da Baía*, ed. Garcia; JABOATÃO *Cat. Geneal.* cit.

companhia de clérigos para receber o invasor a mão armada, achou preferível consumir as sagradas espécies da Sê e, sem tempo de esconder-lhe as alfaías, refugiar-se no campo, com os conegos e servos. A gente bôa, homens de haveres, os servos seguiram o mesmo caminho, aproveitando-se das portas do Carmo e do vale abaixo da ermida de S. Francisco. Atiraram-se para os lados de Itapoan.

O primeiro sítio de descanso da turba foragida foi a quinta dos Padres; e porque imaginassem em sua perseguição os *herejes*, arrancaram para o Rio Vermelho, cujas águas rugiam em enchente que não permitia passagem. Assim mesmo centenas de pessoas — sempre supondo próximos os inimigos — tentaram vadear o rio, e morreram muitas, na escuridão da noite, uma das mais terríveis de que houve memória na terra.

Ainda se chama do “Conselho” o monte no Rio Vermelho, junto do mar, onde os da governação da Baía se juntaram para combinar as primeiras providencias defensivas.

Resolveram retirar-se para a aldeia do Espírito Santo. Apoiar-se-iam aí aos índios catequisados pelos jesuítas, que dispunham de roças de mantimentos e, mais adiante, de outro núcleo de resistência, a Torre de Garcia d’Avila (donde acorreu, com os seus aliados, Francisco Dias d’Avila, neto do fundador da Casa) (1); — e lograram com esta iniciativa, disciplinar os contingentes desbaratados e crear um simulacro de exercito.

Na manhã immediáta entraram os holandêses, sem disparar um tiro, na cidade silenciosa.

(1) Sobre o neto de Garcia d’Avila, nossa “*História da Casa da Torre*”, editôra José Olympio, Rio 1939. No Rio Vermelho houve arraial, como se vê de certidão de Antonio Teixeira, *Doc. Hist.* XV, 78. A descrição da retirada, na *Anua da Companhia*, 1625, que é do P. Antonio Vieira. All os jesuítas tinham a sua ermida desde 1556, cf. NOBREGA, *Cartas Avulsas*, p. 158, ed. da Acad. Bras.

Sòmente o governador os esperou no Palácio, resolvido a morrer, de espada em punho. Concebera o plano desesperado de lançar fogo a uns barris de pólvora. O ouvidor Pero Casqueiro da Rocha impediu-lho tomando de suas mãos o mórão — e foi ali mesmo preso, com o filho, Lourenço de Brito, o sargento-mor Francisco de Almeida Brito e o ouvidor. Levaram-n'os para a Holanda com os troféos da vitória : 3,900 caixas de açúcar, muito páo brasil, e quanto de precioso rendêra o saque. . . (1) Johann Georg Aldenburg confessa que foi tal a pilhagem que os soldados "mediam prata e ouro nos chapéos cheios e mais de um apostava 300 ou 400 florins n'um lance de dados" (2). Os frades, os parocos, algumas pessôas abastadas lograram esconder as alfaias, enterrando-as, ou as levaram na fuga : dos que permaneceram em suas casas sòmente os parceiros de Francisco Duchs escaparam ao roubo.

REAÇÃO E ASSEDIO

A orgia da soldadesca cessou dous dias depois com a chegada de van Dorth, que assumiu o governo da cidade.

Não teve porém tranquilidade, desde que poz pé em terra.

Fôra providencial para os fugitivos a retirada do bispo com o clero. Tinham chefe natural : o velho D. Marcos transfigurado pelo arrependimento. Responsável em parte pela desgraça, como que se decidira a

(1) Frei. VICENTE, *ibid.*, p. 513 ; WATJEN, *op. cit.*, p. 89. Mandados para Holanda foram estes e mais o provincial dos jesuítas Domingos Coelho e os padres João d'Oliva, Manuel Tendrero, Antonio de Matos e Gaspar Ferreira, o negociante Pedro da Cunha, irmãos Manuel Martins, Antonio Rodrigues, Agostinho Coelho e Agostinho Luiz, cf. gravura holandêsa, GARCIA, nota a Varnha-gen, II, 260.

(2) *História Antipodum*, 1631, trad. por D. CLEMENTE DA SILVA NI-GRA, *An. do Arq. Publ. da Baía*, XXVII, III.

resgatá-la com a vida, num exemplo memorável. Na aldeia do Espírito Santo os oficiais da Câmara abriram as vias de sucessão de Diogo de Mendonça : recaía em Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco. Enquanto saía um portador, para avisá-lo, “elegeu o povo e aclamou por seu capitão-mor” o bispo, (1) que nomeou coroneis Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e Melchior Brandão.

Convocou os habitantes do reconcavo ; vestiu uma armadura; e agiu com a energia d’um general experiente.

Ordenou logo um assalto para a madrugada de Santo Antonio, fazendo a vanguarda Francisco Dias d’Avila com os seus índios. Êstes atacaram aos gritos (tal o uso dos tupís) o mosteiro do Carmo, fóra de portas, e tanto bastou para que os flamengos tomassem posição e os rechassassem às bombardadas e mosquetagens. Falhou igualmente a tentativa de Lourenço de Brito para salvar, com jangadas, Diogo de Mendonça e o filho, prisioneiros a bordo.

Em 17 de Junho, com a morte de Van Dorth, recobram animo os portugueses.

Foi o caso que o governador holandês saíra a ver a fortaleza de S. Felipe (em Monserrate) e de regresso, afastando-se da escolta, com um trombeta por ordenança, topou com os chefes de guerrilhas Francisco de Padilha e seu primo Francisco Ribeiro (2), que lhe acertaram com as escopêtas. Derrubados Van Dorth e o trombeta, os dous capitães os mataram a espada, momento em que chegavam os índios de Afonso Rodrigues, de Cachoeira, que, como fêras, se lançaram aos corpos, e lhes deceparam pés, mãos e cabeças.

(1) Vd. JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 419.

(2) André Padilha e seu filho Francisco pelejaram bravamente. Tivêra o primeiro sesmaria de duas legoas junto da cidade, em 1612, *Publ. do Arquivo Nacional*, XXVII, 37. Sobre a genealogia, JABOATÃO, *op. cit.* op. 175-6, aliás omisso. Pensamos que Francisco Ribeiro era filho de Antonio Ribeiro e Maria de Argollo.

Para os flamengos, o desastre foi esmagador.

Além do chefe perdido, significava a insegurança comum se ousassem sair do abrigo dos muros — por toda parte salteados pelas escaramuças, em que se notabilizaram ágeis cavaleiros com os negros e os tupís. Era — em regra — o assédio!

Sucedeu a Van Dorth o major Albert Schouten, substituído no posto militar pelo irmão, Willem Schouten.

D. Marcos mudou então de tática. Preferiu fechar o cerco à cidade, fortificando-se — a uma legoa de distância — num monte defendido de trincheiras e guarnecido pela gente de Melchior Brandão (vindo do Paraguassú), Pero Coelho e Diogo Moniz Telles (1). Postou guerrilhas em Itapagipe, defronte do forte de S. Felipe (capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa), na praia (Jordão de Salazar) (2), n'outro caminho perto (Manuel Gonçalves da Costa, Luiz Pereira de Aguiar e Jorge de Aguiar); e, do lado oposto, sobre a porta de S. Bento, Francisco de Crasto (3) e Agostinho de Paredes (junto da ermida de S. Pedro), na estrada do Rio Vermelho (Gaspar de Almeida, Francisco de Padilha e Luiz de Sequeira). De Manuel Gonçalves da Costa se sabe que foi "o primeiro inventor dos assaltos e emboscadas que se fizeram pelos caminhos e estradas aos que saíam dela, e encarregado de Cabo dos mais capitães e companheiros que nisso se ocuparam no distrito de Itapagipe e da parte do Carmo..." (4) Praticamente não ficava saída

(1) Vd. *Denunciações de 1618*, ed. Garcia; JABOATÃO, *op. cit.*, p. 159. O seu engenho serviu de fortificações a Nassau em 1638. Era ainda vereador em 1641, *Atas ms. no arq. municipal da Baía*.

(2) Vd. JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 325.

(3) Francisco de Crasto, vd. JABOATÃO, *ibid.*; tinha sido escrivão da Misericórdia antes da invasão *Livr. do Tombo ms. no arq. desta*; vereador em 1629-30, Borges de Barros, *O Senado da Câmara da Baía no século XVII*, ps. 5 e 11, e vivia em 1635, quando informou sobre os negócios antigos da Santa Casa, A. J. DAMAZIO, *Tombamento etc.*, p. 68. Baía 1861.

(4) *Doc. Hist.*, XVII, 36.

livre aos invasores, condenados a aguardar socorros marítimos que os abastecessem ou a aventurar-se nos arredores com o seu aparato de força.

Debalde Francisco Duchs foi a Boipeba e Camamá arrecadar as farinhas de que necessitavam.

Percebeu entretanto Matias de Albuquerque — que não pudéra passar-se à Baía, ocupado na defesa de Pernambuco — que o bispo e o desembargador Antão de Mesquita, a quem mandara tomar conta do governo em seu nome, não se conciliavam, recusando-se o prelado a ceder o logar ao juiz. O remedio seria enviar-lhes, como capitão-mor, autentico homem de guerra, Francisco Nunes Marinho, “que o havia já sido na Paraíba e servido a el-rei na Índia e em outras partes com muita satisfação” (1). Com dous caravelões partiu a tempo de encontrar D. Marcos Teixeira prostrado da doença de que morreu poucos dias depois, no seu arraial — em 8 de Outubro de 1624 (2).

Governou Marinho até 3 de Dezembro, quando passou o poder a D. Francisco de Moura (natural de Pernambuco e sobrinho de D. Cristovão de Moura), enviado do reino para “capitão-mor da gente de Guerra do Reconcavo” com “promessas e esperanças de um sócôro considerável” (3)

(1) “Ainda que o capitão-mor Francisco Nunes Marinho era velho...”, frei VICENTE, *op. cit.*, p. 542. Fôra nomeado provedor-mor da fazenda do Estado do Brasil por três anos”, e já aqui estava, em 2 de Maio de 1620, ms. no Arquivo Histórico Colonial (Lisbôa).

(2) Foi sepultado na capela da Conceição do Engenho da Cidade, em Itapagipe de Cima, GARCIA, nota a Varnhagen, II, 235. No logar do Engenho está hoje a Penitenciária da Baía (?).

(3) Filho de Felipe de Moura, portanto neto de Felipe Cavalcanti e (por sua mãe) de Jerônimo de Albuquerque, VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 489. Em 1639 D. Francisco de Moura cuidou da defesa de Angola. — Foi despachado por alvará de 10 de Setembro de 1624, com ordenado “como teve Manoel Mascarenhas Homem e Alexandre de Moura”, *Doc. Hist.*, XV, 73. Deve ter falecido em 1641, ano em que o conde de Obidos, seu testamenteiro, reclamou o pagamento de 1:870\$880, que lhe deviam de soldos do Brasil, *A. da B. N.*, LVIII, 253. A D. Francisco de Moura dedicou Diogo Bernardes a carta VI, O. LIMA, II, 32, ed. de Lisbôa - 1923. — Passara com êle, à Baía Felipe de Moura Albuquerque, que foi alcaide-mor em 1664, *Doc. Hist.*, XXI, 392.

RECUPERAÇÃO DA CIDADE

Chegara a Lisbôa a notícia da quêda da Baía em 26 de Julho : é avaliar o desconsólo que causou, e a ansiedade da côrte, vendo esborôar-se assim uma das colunas do imperio ultramarino. Tratou sem delongas de armar expedição numerosa, da qual D. Francisco de Moura foi o mensageiro, para alertar os póvos àcerca do auxílio pronto que lhes destinava Espanha. Outras providencias régias consistiram na confirmação de Matias de Albuquerque como governador geral, na ordem dada a Francisco Coelho de Carvalho — governador do Maranhão — para deter-se em Pernambuco, e nas instruções a Martim de Sá para que, do Rio de Janeiro, socorrêsse a Baía. Aí, as guerrilhas continuaram, incessantes, e mais eficazes com o comando de Manuel de Souza d'Eça — que, apesar de nomeado capitão mor do Pará, fôra enviado por Matias de Albuquerque para auxiliar Nunes Marinho.

Em 22 de Março, afinal, a armada luso-espanhola se mostrou no horizonte. A maior que ainda viêra à América : 52 navios de guerra, com 1.185 peças e 12.563 homens.

O contingente português andava em pouco menos de metade. Figuravam fidalgos das principais casas do Reino, que todos tinham acorrido ao apêlo de Felipe IV, dando assim à esquadra um brilho inexcêdível. Dirigia-a como chefe supremo D. Fadrique de Toledo Osorio. Os portugueses tinham por general D. Manuel de Menezes. Comandava o "terço" de Napoles o marquês de Torrecuso (Carlos Andréa Caracciolo). O entusiasmo proporcionava-se pelo interêsse que a expedição despertara. Os particulares quotizaram-se, para armá-la, em Lisbôa com 220 mil cruzados. Dir-se-ia que a salvação do Brasil a todos importava, como se

fôra o próprio Portugal. Nêsses sentimentos se revelava a certeza que tinham os negociantes lisboêtas, de que a sua prosperidade dependia em grande parte da colônia transatlântica, e a sua desilusão àcerca da Índia. Não tolerariam, de nenhum modo, a perda da Baía. E souberam rehavê-la.

Não se esquecesse el-rei ! O Brasil (diziam-lhe em 1632) era "o melhor e mais substancial" de sua monarquia, e "por esta razão mais apetecido dos inimigos dela..." (1).

RESTAURAÇÃO

Os holandêses esperavam antes auxílios que lhes tinham sido anunciados : a sua resistência obedeceu à idéa de ganhar tempo, de protelar a quêda da praça, enquanto não apareciam os navios prometidos. Ao contrário, a estratégia dos luso-espanhóis era para forçá-los a uma rendição breve e completa.

Desembarcaram 2 mil castelhanos, 1.500 portuguêses e quinhentos napolitanos no porto da Barra, e dividiram-se em dous grupos de combate : D. Fadrique de Toledo ficou no convento do Carmo, e no de S. Bento os mestres de campo D. Pedro Osorio, D. Francisco de Almeida e o marquês de Torrecuso com dous mil homens. Sofreram um revez preliminar. Trezentos mosqueteiros investiram-nos com tão nutrido fogo que puzeram por terra oitenta, entre os quais D. Pedro Osorio e outros capitães de igual prosápia. No dia imediáto, 3 de Abril, revidaram-lhes os ibéricos, concentrando a artilharia contra porta e muros de S. Bento, a que causou grandes estragos — enquanto os flamengos reduziam o campo de ação, distribuindo as baterias

(1) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª, p. 225.

de que dispunham no terreiro de Jesus, junto á Sé, e ao longo do porto.

Ordenou D. Fadrique que o cerco se fechasse do lado das Palmas (batendo de través aquelas posições) e do Carmo, adiantando uma trincheira para defronte do Colégio dos padres.

Frei Vicente repete o cálculo de um curioso : para 2.510 balas lançadas pelos canhões holandêses, 4.168 dos nossos... Aos primeiros, abalava principalmente a desorientação de comando. Morrêra, de seus excessos, Alberto Schouten, a quem substituiu o irmão Willem, descuidado e tonto, incapaz de impôr-se aos soldados, que, em 26 de Abril, se amotinaram, para escolher outro chefe. Willem Schouten foi ferido com uma alabarda e aclamado, em seu lugar, o capitão Johan Kijf. Debalde multiplicou-se êste em providencias energicas. A armada de socôrro não vinha e o bombardeio da cidade acabara por desengana-lo. Premido pelos comandados, consentiu em oferecer a capitulação. Tentou o entendimento mandando um tambor — em 29 de Abril — com o pretexto de que ouvira uma trombêta espanhola como a convocar para uma conferencia. D. Fadrique respondeu-lhe, que só costumava chamar pela vóz dos canhões... Ato contínuo, os da bateria das Palmas se renderam aos sitiantes.

Manifestava-se com isto o fim da luta.

Enviou o general então João Vicente de San Felice (que tanto avultou, nas campanhas posteriores, com o título de conde de Banholo) e Diogo Ruiz, para, juntamente com o capitão mor da esquadra Tristão de Mendonça e Lancerote de Franca, ultimarem a entrega dos vencidos. Foi tudo concertado a 30 de Abril. Os holandêses largariam armas, bandeiras, petrêchos e riquezas. Seriam, em troca, repatriados nos seus navios com a roupa do corpo ; não combateriam contra Es-

panha até chegarem a Holanda ; os oficiais levariam as espadas. . .

No dia seguinte — 1 de Maio — as forças sitiadas entraram na Baía.

Recolheram-se os contrários à praia (eram 1.919) enquanto grandes cerimônias e festas comemoraram a restauração.

Fôra feliz D. Fadrique, apressando esse desfêcho. Três semanas depois a esquadra de Hendrikszoon, com 34 velas, forçou a barra. Julgava encontrar a cidade em poder dos compatriotas : defrontando, porém, o grosso da frota luso-espanhola. e as bandeiras del-rei Felipe sobre as fortalezas, virou de bordo, rumando para a Paraíba, onde pudesse refrescar. Na hipótese da união das forças de terra e do mar os holandeses poderiam ter resistido muito tempo, e quiçá iniciado em 1625 a longa ocupação do país, a que dariam início em 1631.

“Os portugueses que na cidade ficavam conosco e pegaram em armas contra os seus próprios patriotas foram enforcados no mercado verde junto do Colégio” e assim os negros infiéis — afirma Aldenburg (1). Demorou-se na Baía o general castelhano até 25 de Julho.

Para melhor defender a cidade deixou-lhe um Terço composto de dez companhias de cem homens, todos portugueses (22 de Junho de 1625), primeira tropa fixa que aí houve (2). O posto de sargento-mor e “governador da gente de guerra deste Presídio” foi conferido a Pedro Corrêa da Gama — que provaria ser um dos bons sol-

(1) *An. do Arq. Publ. da Bata*, XXVII, 139. — Entre os prisioneiros católicos estava D. Francisco Sarmiento, que fôra governador de Potosí, e a quem os holandeses tomaram o navio e os bens, O. LIMA, *Manuscritos*, etc., p. 48.

(2) Os capitães dessas companhias foram: Paulo Cardoso de Vargas, Domingos Delgado, Jerônimo Serrão de Paiva, Francisco de Padilha, Antonio de Moraes Barbosa, João de Araujo, Manuel Gonçalves, Simão Leite do Amaral, Manuel Lopes e Francisco Guedes Pinto, Miralles, *História Militar do Brasil*, p. 23. Em 1 de Abril de 1626, por morte de Simão Leite do Amaral, foi nomeado Felipe de Moura e Albuquerque, para uma das companhias de infantaria espanhola. Sendo treze as companhias em 1628, o governador reformou quatro; *Documentos Históricos*, XV, 209. A patente do sargento-mor, *Doc. Hist.*, XIV, 474.

dados da colônia. Chamou-se “terço velho” (denominação que durou dous séculos) para se distinguir do Novo — segundo Terço que teve a Baía, em 1631.

Confirmou além disto no governo D. Francisco de Moura — enquanto não chegava Diogo Luiz de Oliveira (nomeado em 26 de Fevereiro de 25) — e remuniçou fartamente a armada, para regressar ao Reino, onde o esperavam grandes honras. (1)

DESOLAÇÃO

Os moradores queixaram-se acerbamente dos sacrificios que então sofreram, roubados dos flamengos e escorchados pelos castelhanos, tão empobrecidos afinal como se lhes tivesse passado por cima uma das pragas do Egito. Segundo o cronista holandês, “foram obrigados a recomprar as suas próprias peças antigas aos espanhóis, os quais espoliaram muito a cidade, e carregaram os navios com páo brasil, tabaco, açúcar, especiarias e tudo o mais que podiam carregar de mesas, cadeiras, tapeçarias e utensilios de casa” (2). Depenaram-nos de tal sorte que, em 1626, a situação da cidade

(1) A Restauração da Baía foi um dos acontecimentos ibero-americanos mais comentados nas letras do tempo. TOMAZ TAMAYO DE VARGAS *Restauracion de la ciudad del Salvador*, Madrid 1628 (a quem seguimos em certos detalhes da exposição), D. MANUEL DE MENEZES, *Recuperação da cidade do Salvador* (*Revista do Inst. Hist. Bras.* XXII, 357-527), D. JUAN DE VALENCIA Y GUSMAN, *Compendio historial de la jornada del Brasil* (*Coleccion de docs. inéditos para la Hist. de España*, 1870), dão-nos os melhores relatos. Lope de Vega fez uma lóá dramática, em 1625, “*El Brasil Restituido*” (*Obras Completas*, organizada por MENENDEZ Y PELAYO, tomo XIII); parece-nos — diz João Ribeiro — que é a primeira vez que na grande literatura o Brasil figura simbolicamente como um cá-bóclo (IVAN LINS, *Lope de Vega*, p. 170, Rio 1935). MAGGS BROS., *Bibliotéca Americana*, parte IV, London 1925, indica: BARTOLOMÉ RODRIGUEZ DE BURGOS, *Relacion de la jornada del Brasil*, Cadiz 1625, e AVENDANO Y VILELA, *Relacion del viaje y suceso de la Armada*, Sevilla 1625; de um criado de D. JUAN COLONNA, *Verdadeira Relacion*, Cadiz, mesma data; ANÓNIMO, *Relaçam do dia em que as armadas etc.*, Lisboa 1625. Sobre as fontes da peça de LOPE DE VEGA, FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*, L., 26. Em New York Library: “*La défaite navale de trois mil... mis et taillez en pieces a la Baye...*” Paris 1625.

(2) *An. do Arq. Publ. da Baía*, XXVII, 140.

era de completa miséria — desolada e quasi inhabitável. Para sustentar os soldados (venciam um vintem diário), ordenou o governador “se tomasse o dinheiro que houvesse dos direitos dos escravos de Angola... por não haver outra cousa, de que se possa fazer” (1). Alegara a Câmara: “não pôde sustentar guarnição alguma...” (2). Para custear-se o presidio o jeito foi extinguir a Relação do Brasil (carta-régia de 31 de Março de 26) (3): guerreiros e não doutores... A colônia só voltaria a ter tribunal judiciário em 1652. (4).

Em carta de 30 de Julho de 1627 testemunhou o governador do Paraguai, D. Luiz de Céspedes Xeria; “... Cheguei a esta Baía onde achei grande pobreza e muito lastimados todos dela por sua desgraça com mui grande falta de navios...” (5).

Os oficiais da Câmara eram mais explicitos:

“Que V. Maj. lhes faça mercê aos moradores daquela cidade e seu distrito que não paguem direito de seus produtos nêstes dous anos, visto perderem a meia safra

(1) *Doc. Hist.*, XV, 4 (Prov. de 23 de Dez. de 1625). Sobre o pagamento, *ibid.*, XV, 196.

(2) *Livr. de Atas da Câmara da Baía*, ms. no ar. municipal. E' de 30 de Agosto de 1625 o reinício dos trabalhos da Câmara, cf. o *Livr. de Atas*, ms. no mesmo arquivo. No ano seguinte o edificio da Câmara estava em ruínas, motivo por que as sessões se realizavam no da Alfandega, vizinho, *Livr. cit.* Em 1629. o bispo pedia alfaias para a Sé, que fôra saqueada, *An. da Bibl. Nac.* LVIII, 89.

(3) *Doc. Hist.*, XV, 66-7.

(4) O desembargador Antão de Mesquita ficou por ouvidor geral. O des. Nuno Vaz Fialho por ordem do governador Diogo Luiz aceitou a procuradoria da Fazenda Real substituindo a seu colega da extinta Relação Diogo de S. Miguel Garcez. *Doc. Hist.*, XV, 168. O ouvidor em substituição do des. Antão foi o Dr. Paulo Leitão, que partiu de Lisboa em 20 de Abril de 1628, *Doc. Hist.*, XV, 200. Faleceu na Baía em 19 de Agosto do mesmo ano. Em lugar de Nuno Vaz Fialho, que passou a ouvidor geral, ficou Sebastião Parui de Brito, *ibid.*, XV, 220, elevado ao posto em 15 de Jan. de 1629. Seu successor foi Miguel Cirne de Faria ((11 de Maio seguinte). Note-se que a supressão do tribunal tinha sido lembrada em 1618 pelo autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, que mostrou a sua inutilidade até então, pela falta de movimento, dificuldade de comunicações e demora dos despachos. Ha uma interessante coincidência de argumentos entre o escritor luso-americano e Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 157, edição de Rodrigues Lapa, censurando a Relação de Goa.

(5) *An. do Museu Paulista*, I, 2.ª, p. 168.

dos açúcares do ano de 623 e toda a de 624 e muita parte da de 625 e visto terem a metade da casaria daquela cidade derribada e as que em pé ficaram os soldados espanhóes não deixaram porta nem fechadura e houve saque geral dado pelos ditos espanhóes e ficaram todos os moradores da cidade desbaratados de todos os seus bens e havendo mistér muita fazenda para reedificar suas casas e móveis de seu uso" (1).

(1) Cit. de F. BORGES DE BARROS, *An. do Arq. Publ. da Baía*, XIV, 7. A receita dos dizimos da Baía exprime o decréscimo: em 1626, foi arrendada por 38.500 cruzados (metade do rendimento antigo); café em 1628 a 30.500, e estava em 1633 (melhoria local, produzida pela perda de Pernambuco e do seu açúcar) em 44.000 cruzados, *Doc. Hist.*, XVII, 307-8.

IV

A SEGUNDA INVASÃO

O GOVERNO DE DIOGO LUIZ

Inaugurou-se um período de reerguimento econômico e de metódicos preparativos militares com o governo de Diogo Luiz de Oliveira, em 28 de Dezembro de 1626 (1).

Foi um dos mais proficuos da colônia no século XVII. Organizou, fortificou, preveniu — por nove anos, que coincidiram com a segunda invasão holandêsa, a insegurança das comunicações marítimas, a consequente desordem do comércio, nervosas providências de defesa.

O governador ficou algum tempo em Pernambuco, onde o acolheram com esplendor. Por mestre de campo da gente de guerra trouxe a D. Vasco Mascarenhas, seu companheiro de lutas em Flandres, e a quem deu posse em Recife, em 11 de Novembro de 26 (2). Seguiu para a Baía em 20 de Dezembro. No mês imediato (3),

(1) E' a data em que cessam os ordenados de D. Francisco de Moura, *Doc. Hist.*, XV, 76. MIRALLES diz: 27 de Dezembro, *op. cit.*, p. 138. Diogo Luiz fôra mestre de campo em Flandres, Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 614 e GARCIA, nota a Varnhagen, II, 244-5. Acrescenta D. Francisco Manoel: foi seis anos mestre de campo em Flandres e depois do governo do Brasil mestre de campo general na guerra de Espanha, contra a França, em 1637, "o primeiro que em Castela com tal título capitaneou exercitos...". *Epanáforas*, p. 179. Na Baía deu sepultura no Carmo a seu irmão o morgado de Oliveira morto em 1625, frei VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 615.

(2) *Doc. Hist.*, XV, 86. Foi Diogo Luiz que pediu a vinda de D. Vasco, futuro conde de Obidos, *Manuscritos... do Museu Britânico*, p. 23.

(3) Frei VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 615.

quando Piet Heyn aí apareceu, o officio de coronel foi exercido por Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (“nesta ocasião dos holandêses em que o armei cavaleiro”, diz a provisão que o nomeou alcaide-mor, em 13 de Setembro de 27) (1)... Piet Heyn incumbiu-se de mostrar-lhe as persistentes intenções de Holanda : surgiu com treze velas em 3 de Março — a tempo de surpreender a frota mercantil em aprestos de partida.

PIET HEYN

Devemos ainda ao governador do Paraguai D. Luiz de Céspedes um depoimento sobre o ataque do terrível corsário. “. . . Saíu o governador, tocaram-se as caixas, alvorotou-se a gente, preveniu-se a artilharia, repartiu-se a polvora, mandou duzentos soldados que defendessem os navios que estavam na ribeira, digo trezentas caixas que tinha nêles (o governador), e posta a demais gente em seus póstos e êle em sua janela, foi entrando pelo porto o inimigo, tão atrevido como desavergonhado, chegou em meio de nossos navios e em menos de meia hora levou rendidos vinte e cinco entre grandes e pequenos, matou e cativou alguns soldados. . . Lancha vi com quatro holandêses levar três navios de reboque. . .” N’um excesso de confiança Piet Heyn se aproximou da praia. A capitanea embicou num banco e teve de abandoná-la, após inúteis esforços para a desencalhar. Perdeu outra não cujo paiol explodiu acidentalmente (2). Mas durante um mez se conservou no porto, ameaçador e irresoluto. Contento, porém, com a prêsa rica, mandou quatro barcos carregados para a Holanda e saíu a ver a costa até Cabo Frio. Dominava o mar !

(1) *Doc. Hist.*, XV, 151.

(2) *Anais do Museu Paulista*, II, 2.^a parte, ps. 18-9.

Voltou em 10 de Junho, com quatro navios de combate. Tomou dous, fundeados em Itapagipe, e expediu lanchas atraz de três outros, que procuraram ocultar-se no reconcavo.

Na batalha que se travou no rio Pitanga, no dia 12, entre um daqueles barcos e os flamengos, morreu — pelejando heroicamente — o capitão Francisco Padilha (1).

Dir-se-ia que Piet Heyn fôra alí vingar Johan Van Dorth! Retirou-se definitivamente em 14 de Julho. Os lucros de sua expedição rapace e, sobretudo, a conquista da “frota da prata”, que o celebrizou em Setembro de 1628, rendendo-lhe nove milhões de ducados, compensaram os prejuizos de 1625 e habilitaram a Companhia das Índias para emprêsa maior: a ocupação do norte do Brasil.

ÍNDIOS REBELDES

Entregou Diogo Luiz o reaparelhamento das obras de defêsa ao engenheiro Marcos Ferreira — que de Pernambuco viêra auxiliar o velho Francisco de Frias (2) E logo tratou de fazer frente a um perigo mais próximo: os levantes de índios do Paraguaussú e Jaguaripe.

Assentou, em junta, que a guerra seria dirigida por Antonio Rodrigues, de Cachoeira, contra “entradas que

(1) “... E sendo mandado pelo governador geral Diogo Luiz de Oliveira com a sua companhia a socorrer uns navios que do pôrto se retiraram, indo a êle segunda vez uma esquadra holandêsa, o ano de 1627 ser morto em um dos ditos navios em defensão dêle fazendo seu dever, e ficar sua mulher Joana Telles pobre com um filho e uma filha...”, diz a Prov. de 8 de Janeiro de 1630. O que concedeu à viuva de Francisco Padilha a tença de 40\$ cada ano (*Doc. Hist.*, XVI, 194, que perdeu em 1634 por casar com João Borges de Escobar, escrivão do tesouro e depois da ouvidoria, JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 176.

(2) *Doc. Hist.*, XV, 154. Superintendente das obras, foi Francisco Pereira, *Doc. Hist.*, XV, 178, entre 1628 e 31. Encarregado da polvôra, Francisco Alves, *ibid.*, XV, 181.

faziam os índios levantados chamados da *Santidade* os quais por vezes deram nas fazendas e currais dos moradores com mão armada, assim no Paraguassú, no Aporá, e Maragogipe, como em Jaguaripe, chegando às casas dos moradores, e mataram homens brancos, e negros, feriram outros, e mataram muito gado vacum, e ora ultimamente deu em Jaguaripe... e destruíram o engenho de Nicoláo Soares roubando-o de muita ferramenta..." (1) Como estivesse na cidade João Barbosa, prático das línguas indígenas da Paraíba e do Rio Grande, foi incumbido de trazer dez casais de cada aldeia daquelas capitánias, que repetissem a façanha do Zorobabé.

Afonso Rodrigues bateu os selvagens e recolheu numerosos prisioneiros, legalmente distribuídos pelo "cabo" e seus soldados (Jorge d'Aguiar, "capitão da dianteira", Manuel Fernandes, Manuel Rodrigues, Antonio Sarai-va, André Vaz, Francisco Madeira, Domingos Gonçalves, Antonio Pavão, Alvaro Rodrigues filho do capitão Antonio Rodrigues...). O governador geral (tradição que vinha de Mem de Sá!) recebeu do quinto, conforme provisão régia, 24 peças, que deu a Diogo Lopes Ulhôa (2).

Mal se aquiétaram os cabôclos, chegavam nòvos avisos de armadas holandesas. Mandou el-rei socorro de trezentos homens, e "que pelos avisos que se houveram de os Holandêses intentarem ir com armada a êsse Estado" (carta de 19 de Novembro de 29) (3) — se dessem 40 quintais de pólvora à dita cidade, 60 a Pernambuco, 20 a Paraíba e ao Rio de Janeiro num navio em que tornava à colônia Matias de Albuquerque.

O capitão de Pernambuco, com efeito, fôra ao reino dous anos antes pedir os convenientes auxílios para

(1) *Doc. Hist.*, XV, 175.

(2) 22 de Março de 1629. *Doc. Hist.*, XV, 251-6.

(3) *Doc. Hist.*, XV, 333.

segurar a sua terra, agora que a ameaça de inimigos era veemente. Não obteve grande cousa : além daquela polvora, doze artilheiros (1) cincoenta arcabuzes. . . Maior era o título (que se lhe conferiu em 24 de Maio de 1630) "Superintendente da Guerra de Pernambuco e Visitador e fortificador das Capitanias do Norte" (2). Praticamente, era nova divisão do Brasil, em dous governos, entregue o septentrional à influência do seu centro histórico, Recife.

Sabia Felipe IV que os flamengos prefeririam desta vez o próprio Recife ?

Prevía — isto sim — uma guerra intermitente : tanto que ordenou só se fizesse daí por diante a navegação em frotas protegidas por muitos navios de guerra, creando-se na Baía Casa de Contratação para taxar o açúcar, sobre o qual recairia o sustento dèsses comboios (Carta régia de 12 de Julho de 1628) (3). Ato continuo, proibiu a vinda de embarcações menores de 300 toneladas (4).

A SEGUNDA INVESTIDA FLAMÊNGA

A Companhia das Índias Ocidentais preparou, em 1629, uma poderosa expedição para a conquista do norte do Brasil.

Já não lhe interessava apenas a pilhagem : tinha vistas mais largas. Pretendia estabelecer-se numa colônia de rendimento desalojando os portuguezes para o sul do S. Francisco. Não devia cobiçar logo a Baía prevenida, fortificada e com permanente guarnição. Atraíu-a Pernambuco — "mais rica de quantas ultra-

(1) Provisão de 24 de Julho de 1629, *Doc. Hist.*, XV, 359.

(2) *Doc. Hist.*, XV, 355.

(3) Carta régia de 3 de Junho de 1627 tratara do oferecimento de Tristão de Mendonça para armar 18 navios de guarda às frotas, *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª p. 122.

(4) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª ps. 123-4.

marinas o reino de Portugal tem" (1), indispensável para o domínio das capitánias adjacentes e a vigilância das comunicações marítimas e, além disto, despercebida para uma guerra verdadeira.

Nêsse ano de 1629 recrudescera a luta com Espanha nas fronteiras holandêsas, o que retardou a partida da frota — de 35 náos, 15 hiates, 13 chalupas e duas embarcações capturadas, levando 3.780 marinheiros e 3.500 soldados. Morrera Piet Heyn em combate nas águas de Dunkerque. Por isto o comando foi dado a Hendrick Corneliszoon Loncq. Os seus principais officiais eram Pieter Adriaanszoon Ita, Joost van Trappen, Jonkheer Diederik van Waerdenburch (êste chefe da força de desembarque). Largou a armada no verão; concentrou-se em São Vicente em Dezembro; e a 13 de Fevereiro de 1630 defrontou Olinda.

Quatro dias antes chegara a Pernambuco um patacho de São Vicente com a notícia, que mandava o governador da ilha, de que os holandêses não tardariam (2). Matias de Albuquerque trabalhou febrilmente nos aprestos da defêsa, ajudado do capitão-mor André Dias da Franca (que o substituiu na ausencia), do sargento-mor Pedro Corrêa da Gama, enviado pelo governador geral, e de outros soldados animosos (3). Fez rodear

(1) Frei MANUEL CALLADO, *O Valeroso Lucideno*, 1.ª parte, p. 8, Lisboa, officina de Domingos Carneiro.

(2) Vd. carta de MATIAS DE ALBUQUERQUE, 18 de Fevereiro de 1630, GARCIA, nota a Varnhagen, II, 337.

(3) No *Viriato Trágico* descreveu o poeta, que conheceu Pernambuco ao tempo da invasão :

Navegando sua costa desejejo
De saber estranhezas não sabidas,
Naufrágio padeci tão lastimoso,
Que entre muitos salvamos poucas vidas,
Escarmentado mais que curioso,
Tendo as colônias já reconhecidas,
Na de Olinda parei, tendo a de Olinda
Por maior, por melhor e por mais linda.

(*Op. cit.*, canto XV, est. 56.) Camilo, *Luta de Gigantes*, 5.ª ed., p. 27, diz : "Braz Garcia, no posto de alferes, militou nove anos, praticando singulares feitos de intrepidez".

Recife de uma linha dupla de palissadas, obstruiu-lhe o porto afundando oito barcos, e estendeu os canhões de que dispunha ao longo da praia de Olinda. Foram inteligentes as medidas tomadas. Realmente o almirante Loncq não pôde entrar o porto, que achou barrado. Bombardeou de fóra os fortes de Recife, enquanto Waerdenburch metia em terra ao norte de Olinda (Páo Amarelo) uns três mil homens — em 15 de Fevereiro — guiado na operação por um judeu que morara muito tempo em Pernambuco e se passara à Holanda, Antonio Dias Papa-robalos. Vibrou com isto um golpe de morte na resistência portugêsa.

A presença d'um cristão-novo na tropa invasôra, a exemplo do que acontecêra na Baía, tem uma explicação acessória segundo frei Manuel Callado. Alem de serem numerosos os judaizantes na capitania, temiam a próxima vinda do Santo Officio e a este preferiam os flamengos, “como bem mostraram depois que o holandês entrou na terra” (1) Conta que o Padre frei Antonio Rosado, dominicano, viêra por Visitador da Inquisição a Pernambuco; estranhara os vícios e abusos dos colônos, e profligára: “De Olinda a Holanda não ha mais que a mudança de um *i* em *a*...” Amedrontados com a ameaça, seduzidos pelos socios de Amsterdam, mudariam fâcilmente de bandeira (2). Mas outras debilidades prevalecem na perda de Recife. André Dias da Franca, de quem se fiara a parte do litoral atacada, não pôde inquietar os holandêses em Páo Amarelo. O próprio Albuquerque, deixando Recife com Pedro Corrêa da Gama, levou 8 companhias de infantaria e quatro de cavalos (850 homens) para quebrar-lhes o avanço, e ao primeiro choque, na passagem do rio Doce,

(1) *O Valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade*, 1.ª parte, p. 9.

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 278.

teve de retroceder abandonado da maioria dos seus (1), Olinda ficou à mercê do inimigo, que a tomou facilmente. A perda dos defensôres foi ali de 45 mortos (entre êstes o capitão André Pereira Themudo, companheiro de Castelo Branco na fundação do Pará) e 56 feridos. Restava o porto. Com vinte soldados sòmente, Matias de Albuquerque se precipitou para Recife. Queria animar a resistencia dos dous fortes, Picão e São Jorge, e lançar fogo aos navios carregados, antes que os apressassem.

Na sua decisão extrema foi surpreendente de energia. "... E vendo-me pela manhã sem nenhum soldado destas companhias (sete, que havia no porto) me pareceu que convinha pegar fogo a 24 navios, em que havia mais de oito mil caixas de açúcar e muito páo de Brasil, algodão e tabaco, e assim queimei todas as casas em que havia açucares, em que haveria mais de outras oito mil caixas e muito páo e tabaco, que tudo valeria bem um milhão e seiscentos mil cruzados, para que o inimigo, perdendo as esperanças de tão grande sacco, pois era tudo o que havia nesta capitania, se desanimassem seus soldados que viessem cometê-lo e eu pudesse melhor acudir aos fortes..." (2)

Teve grande importância então o sangue-frio do licenciado André da Fonseca de Almeida, provedor da fazenda, e do meirinho da correição Lourenço Guterres. (3)

O primeiro, em meio da confusão geral, tomou a si salvar armas e pólvora dos armazens de Olinda, e realmente, com imenso esforço, as conduziu em carros para

(1) Segundo MATIAS DE ALBUQUERQUE, carta citada, os seus homens eram até mil a pé e 200 de cavalo, estimando em 4 a 5 mil os inimigos. Diz que ao ordenar o ataque à vanguarda que atravessava o rio lhe fugiram, ficando "alguma pouca gente..." Esse derrotismo indica a desigualdade de sentimentos ao primeiro choque — como sucedera na Bafa. A resistência apurou a fidelidade à terra, à religião e a Portugal dos verdadeiros "portuguêses" — em ambas as capitánias.

(2) Carta cit., VARNHAGEN, II, 339.

(3) Frei MANUEL CALLADO. *Valeroso Lucideno*, p. 26.

fóra da vila. Com essas munições — disse Matias de Albuquerque — “me achei de quatro para cinco meses, sendo contínuos os assaltos... e pelos efeitos se tinha por milagrosas tais munições”. Também ao provedor se deve o voto, em junta de capitães, para a escolha do sitio em que a defesa continuaria, como certificou o governador (1).

O ARRAIAL DE BOM JESUS

Nos entrementes corriam ao socôrro da costa o padre Manuel de Moraes com muitos índios, Antonio Ribeiro de Lacerda, vindo de Ipojuca, Pedro de Albuquerque, de Vila Formosa, Matias de Albuquerque Maranhão, da Paraíba. Os fortes sustentaram a luta até 2 de Março. Capitularam honrosamente, obrigando-se a guarnição a não tomar armas durante seis meses. (2) Retirou o governador para um lugar equidistante de Olinda e Recife, alto e defensável; denominou-o “Arraial de Bom Jesus”. Podia concentrar aí os reforços do interior, dominar o rio e a várzea, e hostilizar com as guerrilhas, à maneira dos da Baía cinco anos antes, as partidas inimigas que se aventurassem pelos descampados. Deu a Albuquerque Maranhão o comando da estancia de Santo Amaro, a Lourenço Cavalcanti a Goiana, a Luiz Barbalho a Bôa Vista (casas do rico João Velho Barreto) e a Antonio Ribeiro de Lacerda a Ipojuca (Afogados).

A notícia da perda de Recife e Olinda chegou a Portugal em 29 de Abril. Não foi maior a emoção cau-

(1) Certidões in MAGALHÃES BASTO, *Poetra dos Arquivos*, ps. 152-3, Pôrto 1935.

(2) O capitão Antonio de Lima, comandante do forte de S. Jorge, foi preso, depois de entregue pelo inimigo, e mandado processar na Baía, cf. carta régia de 25 de Outubro de 1630, *Doc. Hist.*, XV, 414.

sada pela desgraça de 1624. O governador do reino D. Diogo de Castro pediu a Felipe IV fosse em pessoa assistir aos preparativos da armada restauradora: que se fazia mistér da influéncia del-rei, enquanto era tempo! Providencia preliminar, expediu Felipe a carta régia de 11 de Maio de 1630, a recomendar préces e penitencias, pois via na calamidade sinais de punição divina: e encolerizado contra os judeus, mandava ao Bispo Inquisidor dêsse “exemplar castigo contra os herejes infieis, com o castigo devido à sua perfidia...” Onde se tem visto o espírito beato e intolerante de Espanha deve descobrir-se também a represália política: em Madrid se considerava que os cristãos-novos conduziam os invasores pela mão... Feitas as rézas, cuidou o governo de aprestar a esquadra entregue a um chefe célebre: D. Antonio de Oquendo, o “heróe cantabrico”. Com êle vieram Duarte de Albuquerque, donatário de Pernambuco, e o conde de Banholo.

A esquadra de Oquendo não se parecia, entretanto, com a de D. Fadrique de Toledo. Compunha-se de 18 navios de guerra e cinco fretados, e transportava mil homens, 200 para a Paraíba e oitocentos para a Baía (1) — tropa e frota insuficientes para o choque previsto.

Em 13 de Julho de 1631 fundeou na Baía: então as perspectivas da luta eram claras, as posições definidas.

Os holandêses recebiam regularmente socorros e nówos contingentes militares. Consolidara-se Matias de Albuquerque no arraial e — em 14 de Março — rechassara um formal ataque (do tenente coronel van der

(1) 600 portuguezes e 200 castelhanos, sob o comando do mestre de campo D. Cristovão Mexia Bocanegra, formaram o Terço Novo da Baía, cf. prov. de 9 de Set. de 1631, *Doc. Hist.*, XV, 458. Af os nomes dos officiaes, alguns notáveis depois, como o sarg.-mor D. Fernando de Luduenha, e Antonio de Brito de Castro. O Terço ia ser embarcado para Flandres, D. Francisco Manuel, *Epanáforas*, p. 180. No Museu Britânica ha um papel de 1630, “inconbenientes que se ofrezem en la jornada y socôrto de Pernambuco”, O. LIMA, *op. cit.*, p. 69.

Elst). Mas não esperou, inátivo, o inimigo cada vez mais forte. Mandou Luiz Barbalho e Antonio Ribeiro de Lacerda inquiri-la nas suas trincheiras da ilha de Santo Antonio (ação em que morreu Lacerda e van der Elst saiu ferido). Demonstrava o empenho em preservar a várzea e defender-lhe os caminhos e os engenhos. Trataram os holandêses — ante a impossibilidade de expandir-se pela zona agrícola — de cingir Recife com um cinto de fortalezas: construíram as do Brum (de Bruyn, nome d'um dos conselheiros da Companhia), Cinco Pontas e Três Pontas, donde vigiavam os campos adjacentes. Não desdenharam os adversários. “Acho êste povo de soldados vivos e impetuosos”, reconheceu Waerdenburch (que assistira ao combate de 16 de Julho). Sentiram que o domínio do país exigia um exercito numeroso, e confessaram a perplexidade em que estavam, junto do mar, rodeados da gente hostil e dispersa, e d'uma natureza cheia de mistério. A audácia dos portugueses — se D. Antonio de Oquendo batesse a armada flamenga — não os deixaria permanecer ali. Perderiam Recife se a sua frota fosse destruída: a frota salvou-se, e se desvaneceu também a oportunidade da reconquista. Numa batalha indecisa Holanda ganhou quasi tudo; e sacrificou Espanha, mais do que uma expedição, o prestigio de sua marinha.

Feriu-se o combate perto da baía de Traição em 12 de Setembro (1631). Inicialmente os holandêses (almirante Adriaan Janszoon Pater e vice-almirante Marten Thijssen) imaginavam vencer pelo número: tinham 17 navios e estimavam em oito galeões a força espanhola. Com surpresa viram 17, fóra 12 caravelas e 24 navios de comércio. Tarde para retirar, suprimam a desigualdade com a iniciativa: a não-capitanea, de Pater, lançou-se sobre a de Oquendo, enquanto o galeão de Thijssen se atirava à vice-capitânea de Castela. Esta, atingida por uma bordada, afundou, e o “São

Boaventura”, que quiz socorrê-la. foi aprisionado. Ao contrário, o navio de Pater atracando ao de Oquendo ficou debaixo do fogo de dous outros espanhóes. Um dêles, “Nossa Senhora dos Prazeres Menor”, naufragou, caindo em poder do inimigo Cosme do Couto Barbosa. Mas os primeiros incendiaram a não inimiga. Debalde Adriaan Pater aguardou o auxilio do resto da frota. Quando a sua nave era uma grande fogueira dependeu-se d’um cabo seguro à prôa, e muito tempo assim se conservou, até que lhe faltaram as fôrças, e desapareceu nas ondas. (1). Aproximava-se a noite; e sem quererem insistir na ação, Thijssen e Oquendo trataram de afastar-se, um para Recife, outro para Baía e a Paraíba, (2) onde desembarcou os soldados que levava.

As perdas tinham sido igualmente pezadas: mas para o Brasil foi como se um destrôço irreparável tivesse mergulhado no oceano as quilhas portuguezas. Porque tomou Oquendo o rumo das Antilhas, afim de proteger a “frota da prata”; Thijssen reconduziu a salvamento os seus barcos; e a próxima esquadra que mandou a côrte de Madrid chegou sòmente em 1635, quando já nada mais restava do arraial de Bom Jesus...

(1) Nada mais falso do que a frase attribuída a Adriaão Pater: “O oceano é o tumulto digno de um almirante bátavo... “E’ apenas literatura. Frei RAFAEL DE JESUS: “... amortalhado na honra se sepultou vivo nas ondas”, CASTRIATO LUSITANO, p. 66, Lisboa 1679. “Envolto no estandarte...”, Frei MANOEL CALLADO, *O Valeroso Lucideno*, p. 13, teria dito: “Muy gran soldado es D. Antonio de Oquendo”. ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 181, repete os dous autores, e acrescenta: “... querendo poupar os mausoleos, escondesse no profundo do Oceano o seu cadaver”. Mas frei GIUSEPPE DI SANTA TEREZA inventou: “... si gettò barbaramente nell’onde, dicendo che solo tutto l’Oceano era degno tumulto del suo invitto cuore”, *Istorie delle Guerre del Regno del Brasile*, p. 115, Rome 1698. ALPHONSE DE BEAUCHAMP concluiu a frase completando o mito: “L’Océan est le seul tombeau digne d’un Amiral Batave!” (*Hist. du Brésil*, 1815, cit. por R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 342.) Os autores holandêses não contribuíram para a lenda...

(2) Houve conselho no dia 13, decidindo-se mandar o galeão “Ios Prazeres major”, que fazia água, concertar na Baía, *Doc. Hist.*, XVI, 5. Êste era fretado por 114\$ por mez, *ibid.*, p. 6. Diz o Licenciado Manuel de Moraes, Resposta que deu etc., *An. do Museu Paulista*, I, 2.ª parte, p. 17, que os galeões espanhóes não combateram devidamente por írem muito carregados de caixas de açúcar.

DEBILIDADE ESPANHOLA

De fato, a monarquia dos Felipes entrara numa fase de agitações e revêzes que lhe prenunciava a dissolução. Insurgiram-se os bascos contra as novas imposições. Esgotara-se o tesouro régio. Praticamente as despesas eram feitas pelos combóios da América, que, todos os anos, reabasteciam um erario falido. Não havia dinheiro para manter em tão apartadas regiões exercitos importantes: Flandres, Itália, Portugal, colônias. Agravavam as finanças públicas os "juros" vendidos, os empréstimos, a burocracia, as classes parasitárias, a deficiência agrícola, a falta de indústrias, os costumes suntuários, o abandono dos campos. Sintômas de revolução alvorçavam nobreza e povo na Biscaia, na Catalunha, em Lisbôa, Porto e Evora. O descontentamento crescêra com os infortúnios militares. Na hipótese de dominarem os holandêses o Atlantico, interceptando o comércio marítimo, a ruína se completaria com a explosão dos regionalismos represados, o desgosto da burguezia empobrecida. O resgate de Pernambuco tornara-se indispensável para a política de Madrid. Ao tempo em que destacara Oquendo para varrer do oceano os flamengos, apelava para os contribuintes portuguezes. Sem muito ouro não os expulsariam! Houve grande venda de "juros", autorizada em 20 de Fevereiro de 1631. Avocou a corôa o monopólio do sal, de que não abriria mão mais tarde, pois se tornou excelente fonte de renda. E' de 6 de Março de 32 a Provisão mandando fôsse o sal vendido no Brasil sem aumento de preço pelo "estanco", representado por uma junta em Lisbôa e pelo provedor das fazendas nas diversas capitánias (1). Mas, insucedida a esquadra

(1) *Doc. Hist.*, XVI, 39-41. O preço fixo foi de \$320 pela medida corrente, que era de dous alqueires, *op. cit.*, p. 43.

de Oquendo, reconhecia "a falta de caravelas e navios geral neste Reino por se terem perdido e tomado muitos..." (1) Resignou-se o governo a permitir a vinda de navios estrangeiros, de nações amigas, ao Brasil: e não soube atinar com os recursos para auxiliar Matias de Albuquerque na sua estoica defensiva.

A CONQUISTA ESTENDE-SE

Não podendo reduzir o Arraial de Bom Jesus, fizeram os invasores por ampliar no litoral a zona de ocupação.

Foram sobre a ilha de Itamaracá, mal defendida do donatário, o conde de Monsanto, em cujo nome governava Salvador Pinheiro (2). E construíram uma fortaleza, na restinga fronteira à barra (o forte de Orange), onde aquartelou, com mais de quinhentos homens, o coronel Crestofle d'Artischaу Arcieszewsky (3). Uma arremetida sobre o porto de Afogados frustrara-se em 1 de Julho de 1631. Também foi desastroso o desembarque tentado na Paraíba no ano seguinte, como diremos. Esse revés encorajou as guarnições portuguesas do norte.

Correu Matias de Albuquerque Maranhão ao forte dos Reis Magos, no Rio Grande, visado por uma expe-

(1) *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a parte, p. 214. Proibiu-se depois que navegassem caravelas, por serem navios de pouco armamento, devendo ir em seus logar náos e galeões. O padre Vieira vangloriou-se, "como fui eu a causa, de que, as nossas caravelas se convertessem em tão poderosas e bem armadas náos, aconselhando D. João IV a queimar 39 que estavam no Tejo," *Sermões*, XIII, 350.

(2) Itamaracá prosperara. Sabemos pelo *códice Castelo Melhor*, ms. cit. que em 1609 lá carregavam quatro navios e o dizimo fóra arrendado por 7 mil escudos, subindo a 300 mil cruzados o valor do seu comércio vinte anos depois. Teria 18 engenhos. Custava à coróa cada ano 605\$840.

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 290. Banholo era homem de confiança del-rei e seu "observador" nessa guerra, tanto que, constando a desavença, mandou (carta de 17 de Março de 1632) "saiba Matias de Albuquerque por caminho confidente e em direito que convem a meu serviço a conformidade...", *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a, p. 151. N'outra ordem: "... e comunicando tudo com o conde de Banholo".

dição de Waerdenburch — logo em seguida — o que bastou para impedi-la. O novo ataque foi ao Cabo de Santo Agostinho: mas aí estava Bento Maciel Parente com sessenta soldados; socorrido de Francisco Gomes Pessôa, que comandava o posto de Afogados, rechassou o inimigo. Decidiu então Matias de Albuquerque, que não se harmonizava bem com o conde de Banholo, chefe dos reforços trazidos por D. Antonio de Oquendo (1), destacá-lo para o Cabo com o seu terço de 300 napolitanos. Banholo levantou o forte de Nazareth para resguardo do porto e poz-se a vigiar essas praias, seguro de que os holandêses desistiriam cedo daquela guerra morosa.

Outra não era a previsão dos defensores do Arraial. Empresa lucrativa, a conquista do Brasil cessaria quando lhe faltassem os rendimentos que se pediam de Holanda. Os negociantes queriam juros do seu capital, resultados prontos, boas prêsas. Não perseverariam numa aventura perigosa que lhes devorasse as reservas e o principal. Em Novembro Olinda fôra arrasada e abandonada. Em Recife havia apenas 576 pessoas civis e 421 negros... (2) Uma desolação! O método de campanha dos pernambucanos era o mais próprio para esgotar a paciência ao estrangeiro: sortidas, por toda parte a coligação de moradores e índios contra o intruso, assaltos inesperados aos combôios que saíam das vizinhanças dos baluartes, a guerrilha feroz... “E o remédio (escreveu a regência de Lisbôa em 16 de Agosto de 32) é irem as armadas de V. Majestade com poder e fôrça bastante a se defenderem no mar, e a sitiarem e tomarem a terra que êle Matias de Albuquerque, enquanto a vida lhe durar, assistirá a tudo o que naquela guerra se oferecer, suposto que com quasi a metade dos sol-

(1) *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a p. 136.

(2) H. WATJEN, *op. cit.*, p. 114.

dados enfermos e todos descalços e despídos, sem pagas de socorros, nem com que lhes poder dar de comer, sendo impossível fazer, e sustentar guerra sem cabedal, e mais quando é tão trabalhosa, pronta e arriscada”(1).

Ocorreu algo de novo em Abril de 1632 que, prodigiosamente, alterou a situação.

Entrou em cêna um desertor. Domingos Fernandes Calabar uniu-se ao inimigo.

(1) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª parte, p. 224.

O NORTE EM 1630

Vejamos o que se passara no norte — da Paraíba à bôca do Amazonas — desde a criação do Estado do Maranhão.

P A R A Í B A

A valia da Paraíba, como quartel para os socórros da costa e prevenção de estrangeiros, crescêra com os rebates da guerra holandêsa.

Diz-nos frei Luiz de Souza (1628): “Logo a Capitania da Parayva (sic) muito importante pelo porto e cidade Felipêa: tem já muytos engenhos, páo brasil, tintas, tabaco, algodão, muyto linho e anil” (1). Subira a 600 mil escudos a estimativa do seu comércio anual (lê-se de um papel do tempo): era a quarta parte da importância atribuída à Baía...

A Afonso da Franca, seu governador desde 1618, sucedêra o primogenito de Jerônimo de Albuquerque Maranhão — Antonio de Albuquerque (nomeado por três anos em 9 de Agosto de 1622) e ainda no cargo ao romper a luta. Foi dos grandes soldados do Brasil. Prorogando-lhe o prazo de servir em 1632, dizia el-rei: “... E porque a Paraíba é a praça que mais apeteçem, e contra a qual meterão mais cabedal e Antonio de Albuquerque a defendeu com muito esforço, prudencia e bôa

(1). *An. de D. João III*, cit.

fortuna e é muito respeitado e conhecido dos índios, parte essencialíssima para os ter quiétos e contentes..." (1)

À notícia do desembarque dos flamengos em Páo Amarelo mandou cem homens, sob o comando de seu irmão Matias de Albuquerque Maranhão. Da Paraíba saíram as farinhas que alimentaram o Arraial de Bom Jesus (2). Esperava, porém, um ataque formal. Melhorou o forte de Cabedelo ainda de madeira, (3) e levantou outros dous na margem opósta (Santo Antonio) e na ilha da Restinga. Da frota de D. Antonio de Oquendo recebeu, numa caravela, "duas companhias do Presidio Novo" (4), cujo capitão era Antonio de Figueiredo de Vasconcelos. Assim se frustrou o primeiro assalto dos holandêses em 9 de Dezembro de 1632. O tenente coronel Callenfels logrou apoderar-se das vizinhanças de Cabedelo onde construiu uma trincheira. Logo Albuquerque se apoiou a outra trincheira defronte, e repeliu o ataque, perdendo o inimigo 140 homens. (5)

Foi grande sucesso. O governo em Lisbôa proclamou a sua alegria dando graças a Deus: "por meio de sacrificios e orações-se Lhe peça que por sua misericórdia permita que êsses sucessos se continuem e levem adiante para que com seu favor se acabem de deitar daquelas partes os Herejes Rebeldes seus e meus, para que as Igrejas que têm ocupado tornem aos ministros cató-

(1) *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª, p. 193.

(2) Manuel Alvares Deus-dará, filho de Antonio Alvares de La Penha, natural de Braga, empregara mais de 10 mil cruzados em levar farinhas da Paraíba para o Arraial, por entre barcos inimigos, em 1630. *livr. de Mercês Gerais*, f. 350, ms. no *Arq. Hist. Colonial* (Lisbôa). Foi título que alegou para ter o filho, Simão Alvares, o logar de Provedor da fazenda, como diremos.

(3) Vd. *An. da Bibl. Nac.*, LI, 101.

(4) *Doc. Hist.*, prov. de 1632, XVI, 87.

(5) JOÃO DE LYRA TAVARES, *Pontos de Hist. Patria, Paraíba*, p. 60, Paraíba 1912.

licos para se celebrarem nelas os mistérios da sua Santa fé, e assim ordenareis logo e do que nisso se fizer me dareis conta. . .” (1)

Distinguiram-se João de Mattos Cardoso, capitão do forte, (2) o engenheiro Diogo Paes, que fôra de Pernambuco ajudar a defêsa, Belchior Beringel (3) e o franciscano frei Manuel da Piedade, filho do capitão João Tavares, morto quando exortava os soldados com um crucifixo. Da outra margem comandava um reduto Duarte Gomes da Silveira, o velho auxiliar de Feliciano Coelho nas incursões sertanejas: de tal sorte revelou o seu proposito de resistir, que preferiram os holandêses bater em retirada, recolhendo-se, desolados, a Recife. Salvava a capitania a tenacidade dos seus naturais.

O ataque subsequente seria ao Rio Grande do Norte.

RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande era pouco mais do que a fortaleza dos Reis Magos, donde saíram os pioneiros da conquista les-oêste. Em 1612 a cidade tinha “pobrememente acomodados até vinte e cinco moradores brancos, fôra da

(1) *An. do Museu Paul.*, III, 2.^a, p. 154. Ha o opusculo de frei PAULO DO ROSARIO, Lisboa 1632: “*Relaçam breve e verdadeira* da memoravel victoria que houve o capitão mor de Capitania de Paraiba, Antonio de Albuquerque dos rebeldes de Olanda, que são vinte nãos de guerra e vinte e sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de Sua Majestade, trazendo nela para o efeito dous mil homens de guerra escolhidos afóra gente do mar”.

(2) O forte de Cabedêlo, reconstruido em 1630. por ANTONIO DE ALBUQUERQUE (*An. do Museu Paulista*, III, 2.^a, p. 139) tinha guarnição ordinária de 20 soldados, cf. a folha do Estado, de 1626, *Doc. Hist.*, XV, 52. A despêsa da Paraiba era então de 2:069\$381 (Vigário, capitão-mor, capitão do forte, provedor da fazenda etc.) Rendia 100 mil escudos. Os dizimos tinham sido al arrendados em 1609 por 80.000 cruzados, cf. còdice *Pernambuco*, ms. na Bibl. Nac. (de 1627?) Tinha no porto em média cinco navios carregando. E 24 engenhos de açúcar (o P. Cardim indicara apenas um).

(3) Vd. carta do cap. mor da Paraiba, 3 de Janeiro de 1634, *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a, p. 125.

O forte defronte de Cabedêlo foi feito a expensas de Domingos de Almeida, *An. do Museu Paulista*, III, 2.^a, p. 207.

obrigação da fortaleza, e dêstes tem pelas roças e rêdes e fazendas principiadas da capitania até 80 moradores, os quais (continúa o "Livro que dá rezam do Estado") pediram modo de governança e se lhes concedeu o ano de 611, pelo Governador D. Diogo de Menezes, o qual com parecer da Relação elegeu o Juiz, um vereador e escrivão da Câmara, procurador do Conselho e procurador dos Índios...

Fôra-lhes providencial a tempestade que fizera arribar na foz do Potengi Diogo de Menezes, em 1607. Creou, atendendo ao que lhe representaram, "logares de provedor e tabelião no Rio Grande", e parece não esqueceu, no seu pródigo governo, a hospitaleira paragem. Mas prosperou vagarosamente. Frei Luiz de Souza nota apenas: "Segue a Capitania do Rio Grande, em que ha fortaleza" (1). Em 1614 carecia ainda de portas a igreja matriz... (2) Importante era a guarnição, de 80 soldados permanentes: a despêsa porém (3:523\$700) permanecia em 1626 igual à de vinte anos antes, (3) e corria pelas rendas da Paraíba (4). E' verdade que Jerônimo de Albuquerque fundara o primeiro engenho de açúcar, na varzea do Cunhaú, depois de 1604 (5). Mas — confirmara Diogo de Campos Moreno — "a terra desta Capitania geralmente é terra fraca mais para gados e criações que para canaviais e roças..." E o autor dos "Dialogos das grandezas":

(1) *Anais*, cit., p. 452.

(2) A. TAVARES DE LYRA, *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte*, p. 108, Rio 1918.

(3) *Doc. Hist.*, XV, 65-7.

(4) Em 1609 os dizimos do Rio Grande tinham sido arrendados por 500 cruzados: rendia a capitania 700 escudos, *códice Pernambuco*, ms. cit. — "... Sem fazer menção da consignação que nas mesmas rendas da capitania da Paraíba tem a do Rio Grande pelas folhas ordinárias", prov. do governador geral, 1633, *Doc. Hist.*, XVI, 88.

— Sete ou oito aldeias e uns 6 mil índios, havia no Rio Grande em 1607, visitados por dous jesuítas, cf. documento in P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 558.

(5) TAVARES DE LYRA, *op. cit.*, p. 112.

“Não ha nela engenhos de fazer açúcares mais de um até êste ano de 1618, por a terra ser mais disposta para pastos de gado, dos quais abunda em muita quantidade, até entrar na capitania da Paraíba que lhe está conjunta” (1). Desdenhava: “Deixemos logo êsse Rio Grande por esteril. . .” Os holandêses, em 1633, viram isto mesmo: “Natal de aspecto triste e acabrunhador” contrastava com os risonhos pastos. . . (2) ‘ e seus currais de gados de toda sorte que é o meneio desta gente e algumas religiões e pessoas particulares moradoras na Paraíba (3)

CEARA'

Na decada de 1620-30 a história do Ceará ainda se confunde com a de Martim Soares Moreno.

O ano de 1617 não fôra propício ao patriarca. Apriornado no mar pelos franceses (4), livrou-o o embaixador espanhol, e estava no Reino em 1618. Recebeu mercê da capitania do Ceará por dez anos (patente de 26 de Maio de 1619) com dispensa de ir à Baía prestar juramento em mãos do governador (5). Em 4 de Janeiro de 1621 o Conselho de Fazenda julgou o seu pedido de um ordenado, que o ajudasse a viver. Gaspar de Souza — com a autoridade de antigo governador — opinou se lhe arbitrasse 300 a 400 cruzados, por ser a capitania cousa de pouco proveito. . . Alegava Martim Soares em 22 de Agosto: a “povoação que *vae fazer*. . . por mandado de V. M. está muito falta de to-

(1) *Diálogos das Grandezas do Brasil* (ed. de R. GARCIA), p. 43.

(2) GASPAR BARLÉU, *op. cit.*, p. 138.

(3) Doc. de 1630, in TAVARES DE LYRA, *op. cit.*, p. 140.

(4) Vd. EUGÈNE GUÉNIN, *Ango et ses pilotes*, f. 24, cit. por AFRANIO PRIXOTO, *Martim Soares Moreno*, p. 28.

(5) CAPISTRANO DE ABREU, *Revista do Inst. do Ceará*, XVIII, 62. Domingos Lopes Lobo tinha sido nomeado capitão do presidio do Ceará, 9 de Set. de 1617, *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª parte, p. 44.

dos os ornamentos para se poderem celebrar os officios divinos” ; e pedia os objétoes necessários e a imagem de São Sebastião ‘que é orago alli’ (1).

Entrara a capitania do Ceará no Estado do Maranhão, separando-se assim do governo do Brasil. Bem pouco pezava aliás ao erario régio. Com o seu vigario, e vinte soldados de guarnição, custava por anno 741\$ (em 1626). “Ruim porto e com baixos”, indica o cronista em 1628 : nada mais (2). Adverte : “Aqui se acharam minas de prata”. Foram atoardas sem confirmação.

Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, lá esteve em Julho e Agosto de 1626 : o forte era “tão fraco e desbaratado que lhe foi necessário fazê-lo de novo e guarnece-lo com 4 peças de artilharia por não ter mais que uma” (3). Martim Soares, depois de ter repellido uma tentativa de desembarque holandês em 1625, não acreditava em novos assaltos à sua pobre atalaia. Mal soube da guerra em Pernambuco a abandonou, para juntar-se a Matias de Albuquerque. (4) Nas “Memórias Diárias”, diz Duarte de Albuquerque que o capitão do Ceará recebêra ordem para apresentar-se no arraial de Bom Jesus “trazendo alguns índios e poucos soldados” : cumpriu-a pontualmente, deixando na Fortaleza seu sobrinho Domingos da Veiga Cabral. (5) Foi por morte dêste que os índios infensos

(1) *Livr. de Mercês Gerais*, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa. Só em 1654 “foi começada a construção da ermida da Fortaleza de N.ª S.ª d’Assumpção, STRUDART, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 187.

(2) Frei LUIZ DE SOUZA, *op. cit.*, p. 452. AFRANIO PEIXOTO, *op. cit.* p., 50, transcreve o parecer do Conselho de Fazenda, 1629, contrário ao pedido do capitão-mor, para que o Ceará fosse desligado do Maranhão e unido ao Brasil.

(3) Carta de 6 de Fevereiro de 1627, *Anals da Bibliotéca Nacional*, XXVI, 349.

(4) CAPISTRANO DE ABREU, *Rev. do Inst. do Ceará*, XVIII, 6.

(5) *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*, p.º 49.

aos portugueses (então trinta soldados e quatro ou cinco moradores) mandaram recados aos de Holanda, atraindo-os ao Ceará (20 de Dezembro de 1637). (1)

MARANHÃO

O Maranhão prosperara duplamente: como presidio e colônia de povoamento. Defendiam-no três fortes, com 261 soldados, em 1626. Saía a capitania a el-rei por 9:706\$920 anuais (2). “Dous ou três engenhos d’açúcar principiados”, acrescenta frei Luiz de Souza. Esse bom princípio resultara d’uma emigração de açorianos em 1619.

Jorge de Lemos Bittencourt tivera licença (carta régia de 12 de Abril de 1617) para pôr na terra duzentos casais de ilhéos. Trouxe-os a expedição cuja não capitânea era comandada por Simão Estacio (que aportou em S. Luiz a 11 de Abril de 19), homem de belas letras; o mesmo que imprimiu em Lisboa, em 1624, a “Relação Sumária das cousas do Maranhão, escrita pelo capitão Symão Estacio da Sylveira, dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal” — de elogio ao novo Estado e as riquezas que prometia (3). Com a chegada, outrossim, de tantos povoadores, consentiu o capitão-mor Diogo da Costa Machado que se fizesse eleição para a Câmara. Foram escolhidos primeiramente cinco eleitores (Ruy de Souza, capitão Pedro da Cunha, Alvaro Barbosa Mendonça, sargento-mor Afonso Gonçalves Ferreira e o capitão Bento Maciel Parente). Os quatro

(1) Em 1632 Domingos da Veiga isto previra, *An. do Museu Paulista*, III, 2.ª, p. 204.

(2) *Doc. Hist.*, XV, 58. O valor do comércio das três capitanias (Maranhão, Ceará e Pará, subia a 40 mil cruzados, códice *Pernambuco*, ms. cit. Em 1633 os dízimos do Maranhão rendiam 6 mil cruzados.

(3) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 217-8.

primeiros eram da gente de Bettencourt. Elegeram juizes — Simão Estacio e Jorge da Costa Machado ; vereadores, Alvaro Barbosa e sargento-mor Antonio Vaz Borba ; procurador Antonio Simões. Instalou-se dest'arte a municipalidade maranhense.

Preferira el-rei destacar as novas conquistas do resto do Brasil, e creou, com as três capitánias da costa leste-oeste, o "Estado do Maranhão" (carta-régia de 13 de Junho de 1621).

Francisco Coelho de Carvalho, mandado para esse governo, em 1623, ficara retido em Pernambuco, a auxiliar-lhe a defêsa, com Matias de Albuquerque : só se empossou em 3 de Setembro de 1625.

Tomara o alvitre de enviar de Recife um navio "com alguns velhos e mulheres" e quinze franciscanos, cujo custodio se chamava frei Cristovão de Lisbôa. Partiu em 12 de Julho de 24. Dous frades detiveram-se no Ceará, a requerimento de Martim Soares. Chegaram os mais a destino em 6 de Agosto, e logo deram início ao convento que tanto avultaria na história das missões. O custodio foi incansável. "Queimou muitos livros que achou dos frãncêses herejes e muitas cartas de tocar..." (1) E escreveu erudita "História de animais e aves do Maranhão" (2).

O governo de Francisco Coelho applicou-se sobretudo às "entradas" contra o gentio barbaro, à expulsão de holandêses e inglêses do Amazonas e ao desbravamento das terras, inçadas de tapuios, que se estendiam do Ceará ao Pará. Nelas recortou aliás duas capitánias, (autorizado em 19 de Março de 1624) a do Caitê, para o filho Feliciano Coelho — seu braço direito — e a de

(1) Frei VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, ps. 536-8.

(2) *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, I, 82, Lisbôa 1937. Frei VICENTE chama-lhe P. Cristovão Serafim. Era irmão de Manoel Severim de Faria, vd. J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão Pará*, p. 45.

Tapuitapéra para o irmão, desembargador Antonio Coelho de Carvalho (1).

Morreu o governador em Cameté, a 15 de Setembro de 1636. Apesar da designação que fizera do cunhado, Antonio Cavalcanti de Albuquerque, para governar em sua ausencia, apoderou-se do cargo Jacome Raimundo de Noronha, fazendo-se eleger pela Câmara, com escandalo e opposição dos parentes de Francisco Coelho. Não lhes perdoou a animadversão. Deixou que a gente do Pará destituisse o capitão-mor. Luiz do Rego Barros, que não quizera reconhecê-lo, e, sabendo da conspiração que à roda de Antonio Cavalcanti se tecia em S. Luiz, prendeu alguns, ameaçou ou desterrou outros, ao tempo em que os principais se retiravam para os matos. Vingou-os Bento Maciel Parente.

A viagem de Pedro Teixeira ilustra o tumultuário governo de Jacome Raimundo. A tomada do Ceará pelos holandêses, porém, chamou a atenção da côrte para as desordens do Maranhão. Foi êste entregue de novo a um experiente e velho soldado: Bento Maciel. Mal assume o poder manda processar e prender o antecessor, que tem de ir justificar-se em Lisbôa. (2)

(1) A capitania do Caité (no Gurupí) já pertencia a Alvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza, que a reivindicou, razão por que, em 1633, o governador deu outra capitania nos confins do Pará (da primeira cachoeira do Tocantins às terras dos Tapuiuçús) a Feliciano Coelho. Quanto à de Tapuitapéra, foi confirmada por el-rei em 15 de Março de 1639: o seu titular, Antonio Coelho, se distinguiu como embaixador de D. João IV à côrte de França. (Vd. P. CALMON, nota ao *Tácito Português*, de D. Francisco Manuel" ed. da Academia Brasileira, p. 199).

Gaspar de Souza obtivera aquela capitania como prêmio aos serviços por ocasião da conquista do norte — em 25 de Maio de 1622.

Tiveram ainda capitanias: Bento Maciel a do cabo Norte (1634), Antonio de Souza de Macedo a de Marajó (1655), Gaspar de Souza Freitas a do Xingú (1681).

(2) Para incentivar a colonização mandou el-rei, em 1636, que os degredados destinados à ilha do Príncipe fossem para o Maranhão, *An. da Bibl. Nac.*, LVIII, 206. Dêsse ano é o "Memorial que na côrte de Madrid fez Bento Maciel, governador do Maranhão, acêrca da fortificação, socorro e mais cousas importantes daquela conquista", *ibid.*, p. 209.

Governava o Maranhão respeitado, cheio de autoridade, e vigoroso, como nos dias dramaticos da occupação da Amazonia — quando o surpreendeu a invasão holandêsa, a que adiante aludiremos.

P A R Á

A história da conquista do Pará até 1621, quando Bento Maciel, provido no governo, lhe impoz uma ordem estável, é nebulosa e caótica.

Vimos Francisco Caldeira fundar, em 1616, a cidade de Belem. Desaveio-se com os companheiros, ao tempo em que os indios, insultados dos brancos, cercaram o forte do 'Presepio'. Saíu o capitão Manuel Soares de Almeida a pedir auxilio em Pernambuco. D. Luiz de Souza expediu quatro navios, às ordens de Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que já encontrou deposto e preso Caldeira, e nomeado Baltazar Rodrigues de Mello por vereadores, soldados e povo (1). Assumiu o poder (28 de Abril de 1619), mas faleceu mêses depois. Delegou antes as funções ao primo Matias de Albuquerque Maranhão (29 de Agosto), também destituido vinte dias mais tarde. Uma junta (Custódio Valente, Pedro Teixeira e o franciscano frei Antonio de Merciana) incumbiu-se da administração até que, por nomeação régia, passou o segundo a governar sozinho (1620-21). Pedro Teixeira era mais homem de descobrimentos e guerra que de governo: devêra alegrar-se com a sua substituição por Bento Maciel, que levou no cargo cinco anos (18 de Julho de 21 — 6 de Outubro de 26).

(1) MANUEL BARATA, *Efemerides Paraenses*, p. 144; e GARCIA, nota a Varnhagen, V, 343. Cartas régias de 1619, ordenando o socôrto ao Pará, *An do Museu Paulista*, III, 3.ª 88-90.

A expansão para a Amazonia coincidira com o primeiro estabelecimento de Belem.

Pedro Teixeira, após a viagem ao Maranhão, para comunicar ao velho Jerônimo de Albuquerque a fundação do Pará, fôra, com duas canôas de guerra, incendiar uma náo holandêsa na foz do Xingú (9 de Agosto de 1616). No ano seguinte a rebelião indígena rasteou por todo o norte, sobretudo em Tapuitapéra e Cumá (onde Matias de Albuquerque comandava um posto de 30 soldados.) Nêste sitio, valendo-se da ausencia do capitão chamado pelo pae a S. Luiz, os selvagens mataram os portugueses. Terrível foi a desforra de Matias de Albuquerque, que aquiêtou as tribus do litoral, enquanto, em 1619, Bento Maciel, Jerônimo Fragoso e outros cabos entravam os rios, a castigar e aprisionar tupinambás, numa luta de extermínio. Oito mêses durou a "entrada" de Bento Maciel, em companhia de Antonio Teixeira de Mello (1). O seu objetivo era duplice: apresar índios e procurar minas de ouro. Os detestáveis excessos que praticou lhe fizeram odiosa a extensa peregrinação.

Aliás não pudéra afastar o perigo estrangeiro (2). Em 1623 estavam os holandêses de novo fortificados em Maturú, nas margens do Xingú, e Gurupá. Para expulsa-los veio de Lisbôa, numa caravela, Luiz Aranha de Vasconcelos (1623). A sua missão era mais transcendente: "a descobrir e sondar o dito rio pelo cabo Norte, por dizerem que por alí podia tirar a sua prata do Potosi com menos gasto, e para êste efeito lhe deu provisão para os capitães de Pernambuco, Rio Grande,

(1) De certidão de Bento Maciel Parente consta que o acompanhou "no descobrimento da serra Telcora, e em demanda das minas de ouro", in *Livr. de Mercês Gerais*, ms. no Arq. Hist. Col. (Lisbôa). A fê de officio de Bento Maciel, que se comparou a Fernão Cortez, GARCIA nota a Varnhagen, II, 267-71.

(2) Carta régia de 10 de Janeiro de 1620 fala em navios inglêses e flamengos "com intento de cometerem a nova mina dêsse Estado...", *An. do Museu Paulista*, III, 3.ª p. 108. Referia-se ao Pará.

Maranhão e Pará lhe darem tudo o que fosse necessário. Em virtude das quais lhe deu Matias de Albuquerque uma lancha com 17 soldados e o piloto Antonio Vicente (Cochado), mui experimentado em aquella navegação, lhe carregou na caravela oito mil cruzados de diversas sortes de fazendas por conta de Sua Majestade para a fortaleza do Pará que havia dous anos se não provia com pagas nem algum socôrro. . .” (1) No Pará Bento Maciel lhe forneceu melhor lancha e trinta soldados. O commissário Franciscano frei Antonio de Marciana mandou com êles o irmão, frei Cristovão de São José, ‘ tão respeitado dos índios que em poucos dias de navegação pelo rio acima lhe ajuntou quarenta canôas com mais de mil frecheiros amigos”. Serviu-lhes de guia o flamengo Nicoláo — “que os índios haviam tomado no Pará, saindo-se de um forte que os holandêses lá tinham”, e foi tão exáto nos seus informes que se acercaram do reduto (Maturú), defendido de centenas de índios Aruans (“gentio contrário ao nosso”). No primeiro combate entre cabôclos mais de duzentos daqueles foram mortos e o forte se rendeu. Capitulou, por igual, a outra feitoria holandesa, a dez legoas da primeira, e voltou Vasconcelos ao Pará, afim de combinar com Bento Maciel o ataque a dous fortes inglêses, mais abaixo. O capitão-mor já estava em campo, contra êstes. Uniram-se os portuguezes para a ação comum, destruindo ao mesmo tempo uma náó e os acampamentos dos invasores. (2).

Antonio Vicente Cochado completou as suas explorações do Amazonas, sondando-o até quatrocentas legoas acima. Não se reconhecera o meio de abreviar o

(1) Frei VICENTE, *História do Brasil*, p. 499.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 503. Luiz Aranha de regresso a Portuga foi capturado pelos holandêses junto às Bermudas e conseguiu fugir num pequeno bote. Voltou ao Pará como capitão-mór. Ha uma consulta do Conselho de Fazenda, 1624, “sobre o que Luiz Aranha de Vasconcelos pede para ir acabar a conquista das Amazonas e fazer no grão rio delas uma fortaleza da parte do norte”, *An. da Bibl. Nac.*, LVIII, 60.

trajeto da prata, por via fluvial, mas, expulso o estrangeiro que ameaçava, com as cabeceiras do Amazonas, as cordilheiras do Perú, cumpria barrar-lhes o passo, com uma fortaleza que vigiasse a entrada do rio : construiu-a Bento Maciel no Gurupá (1624), dest'arte a posição portugueza mais ocidental da América.

Em Belém refez o forte "de taipa de pilão" com baluarte e torreão, substituindo a obra de madeira deixada por Francisco Caldeira de Castelo Branco. E a esperar uma esquadra inimiga, pedira reforços urgentes para o Reino. No Conselho de Estado falou o antigo governador Gaspar de Souza — aliás pessoalmente interessado na conquista : "que Bento Maciel não tem qualidade para naquele cargo ser respeitado, e assim convinha que a ida de Manuel de Souza d'Eça que lhe vae succeder se apressasse, por ser pessoa de qualidades e partes e bem recebido dos naturais, levando em sua companhia munições, gente paga, e ordem para o capitão do Maranhão lhos não tomar, de mais de que se podia valer dos índios petiguares, que é gente de proveito para a conquista", enquanto Bento Maciel podia continuar a luta com holandêses ou ingleses, onde estivessem". (1)

Manuel de Souza d'Eça (que desde 1615 conhecia a região) investiu-se no cargo em 6 de Outubro de 1626. Retardou-se a combater os flamengos na Baía. Revelara-se até aí honesto e leal cavaleiro.

Os holandêses voltaram ao Amazonas, porém em 1629. Pedro Teixeira teve, para rebatê-los, o auxílio do Maranhão : cem homens em vinte canoas (com 300

(1) Doc. in GARCIA, nota a Varnhagen, II, 219. Alegou Bento Maciel, em 1630, ter conquistado doze províncias dos índios (Guajajaras, Tupinambás, Tocantins, Nhuanas, Amaus, Mapuazes, Pacajares, Curupas, Maraiguís, Quanis, Tapuyusus, Tacares, Uguapes, Andurás e Pirapes) desde o Maranhão ao Amazonas... Antes de deixar o Pará deu a sua casa para os carmelitas (1627) no mesmo ano em que os franciscanos começaram o convento de Santo Antonio, *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, LXXVIII, 1.ª, p. 117. Em 1635 ousou pedir mil casais de índios em "administração e encomenda", *An. da Bibl. Nac.*, LVIII, 181.

Índios de séquito) ao mando de Feliciano Coelho de Carvalho, filho do governador Francisco Coelho (que em 1627 visitara Belem). Em 24 de Outubro rendeu-se o reduto inimigo (foz do Maracapucú) governado por dous estrangeiros, “um por nome Gomez Procel e outro Mortonimór, de três a quem Manuel de Souza d’Eça déra licença se fossem do Pará para suas terras...” (1) Os dous chefes calvinistas eram James Purcell e Matias O’Mallon (2). Rechassado o intruso, Feliciano Coêlho se instalou em Belem, onde — inimizado com Souza d’Eça — prendeu num carcere, depois remeteu para o Maranhão o honrado capitão-mor. Seguiu-se a esta violencia um período confuso. Uma feita frei Cristovão de S. José, custódio dos capuchos, aludiu no pulpito à rapinagem de que se acusava Feliciano, dizendo: não espanta que uma cobra mate um veado; em Pernambuco ouvi dizer que um coelho tragou um navio com toda a sua enxárcia... O convento nessa noite foi apedrejado, e morto, por engano, um frade. (3)

As queixas dos moradores forçaram em seguida o governador Francisco Coelho a chamar ao Maranhão Luiz Aranha de Vasconcelos, capitão-mor do Pará. Substituiu-o o provedor da fazenda, Jácome Raimundo de Noronha, também para expulsar de Cumaú uns ingleses que lá se tinham fortificado novamente (na ponta de Macapá): renderam-se, em 1.º de Maio de 1631, os que se haviam instalado entre os Tucujús, (margem esquerda do Amazonas) e por fim, em 9 de Junho do ano seguinte, o forte de Cumaú, investido por Feliciano Coelho (4).

(1) Informação de D. Diogo de Castro, 1630, *Revista do Inst. do Ceará* XXVI, 30.

(2) Vd. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 271-2; CAPISTRANO, *Prolegomenos*, a frei VICENTE, p. 461.

(3) CAPISTRANO, *ibid.*, p. 462.

(4) VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 183.

Não foi mais feliz do que Luiz Aranha o capitão-mor Luiz do Rego Barros, primo do governador: irritou os colônos, afrontou-lhes a impopularidade e teve de fugir para o Maranhão. Elegeu o povo, em Belem, seu tio Antonio Cavalcanti de Albuquerque (que já governara na ausência de Jácome Raimundo). Voltou porém Luiz do Rego Barros: sublevou-se a mesma gente, e desta vez o depoz. Passados dez meses — desvanecida a agitação — recebeu-o pacificamente (1).

CONQUISTA DO AMAZONAS

O reduto do Gurupá está para o devassamento do Amazonas como o Colégio de S. Paulo para o domínio do Tietê-Paraná.

Lograra assegurar a soberania portuguesa “sobre uma ribanceira ou rochedo, em uma como ponta ou canto que faz a ilha... bem na bôca” do rio Xingú (2).

Mas as excursões, rio acima, não foram de ordem a descortinar o alto Amazonas antes que um acontecimento inesperado alarmasse e encantasse os portugueses do Pará: a presença de missionários de Quito, descidos dos Andes, nessa região ainda virgem de contactos europeus.

Os franciscanos de Quito fizeram pazes, em 1634, com os Encabelados, índios instalados na confluência do Napo, à margem direita do Aguarico, em lutas constantes com os Omaguas (de entre Napo e Juruá), êstes ótimos canoeiros, de civilização superior, parentes dos

(1) JOÃO FRANCISCO LISBÔA, *Obras*, II, 19, Lisboa 1901.

(2) P. JOÃO DANIEL, *Tesouro Descoberto*, *Rev. do Inst. Hist.*, XII, 382. “... Derradeira terra para a largada em busca do desconhecido”, RAYMUNDO MORAIS, *À Margem do Livro de Agassiz*, p. 35, S. Paulo 1939.

tupís. (1) No ano immediato a Real Audiencia despachou alguns frades e soldados para que estabelecessem uma povoação-forte junto dos "cabeleiras". Desconfiaram elles desses piedosos intuitos e mataram o capitão da escolta. Temendo a mesma sorte se recolheram frei Pedro Pecador e os companheiros a uma ilha, onde os viu um portuguez do Pará, Francisco Fernandes, "marinero, que decia haber estado en el Gran Pará, allá por la costa del Brasil, y que nuestro rio de Napo sin duda iba a salir à aquella parte ; y que, estando allá, habia tenido noticias que en medio de aquellos rios estaba El Dorado y la Casa del Sol ; y que se bajasen por nuestro rio, darían en aquellas grandesas : con lo cual inclinó los animos de algunos codiciosos". A viagem, pois, foi-lhes inspirada pelo portuguez : e apezar da opposição de frei Laureano de la Cruz, se meteram numa canôa cinco soldados castelhanos, frei Domingo de Brieva e frei André de Toledo, com Francisco Fernandes e dous índios, a 17 de Outubro de 1636. Attingiram Gurupá em 5 de Fevereiro de 37.

Comandava o forte João Pereira de Cáceres, que dispunha de vinte soldados. Sentiu a importancia daquela aventura, querendo que levassem em procissão a canôa à igreja, em ação de graças ; e remeteu-os, muito festejados, para Belem, donde se passaram ao Maranhão. Tambem Jácome Raimundo de Noronha — successor de Francisco Coelho — não deixou passar em vão o feliz ensejo. Expediu para Madrid frei André de Toledo, com cartas a el-rei, e designou o capitão Pedro Teixeira para chefiar uma armada de canôas que subiria os rios até onde fosse possivel, demandando depois, sempre com frei Domingo de Brieva, as alturas de Quito, a reconhe-

(1) Frei LAUREANO DE LA CRUZ, *Descubrimiento del Río de Marañon*, p. 37, 1878 ; JIMENEZ DE LA ESPADA, *Viaje del Capitan Pedro Texeira agua arriba del Río de las Amazonas*, Madrid 1889 ; PEDRO CALMON, *Rev. do Inst. Hist.*, Assembléa Pan-americana de História, II, 101 (al sintetizamos' este episodio decisivo para a expansão portugueza na América).

cer essa comunicação entre o Atlântico e as minas do Perú. Se demorasse um pouco as providências para a viagem se arriscaria Pedro Teixeira a não a realizar, pois em Espanha se teve medo à novidade e repugnância por um itinerário que poderia lançar no Potosi os inimigos de Felipe IV...

O combôio de 47 canoas, de vinte remos cada uma, com 70 portugueses e 1.200 cabôclos, largou de Cameté em 26 de Outubro de 1637.

Os principais auxiliares do capitão eram Bento Rodrigues de Oliveira, natural do Brasil, e Pedro da Costa Favella, veterano da fundação do Pará. Pelo Napo, Payamino, Quijos (hoje província de Oriente, no Equador) e, por terra, para Avila, se acercou da grande cidade andina. Pomposamente recebido em Añaquito, teve por toda parte gazalhado condigno e curioso. O vice-rei conde de Chinchon (em cuja honra a quinina se chamou "chinchonina") mandou que regressasse com dous jesuitas, padres Cristovão de Acuña (autor de "Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas", Madrid 1641, livro que fez logo famosa a viagem) e André de Artieda. Juntaram-se-lhes quatro religiosos das Mercês, um dos quais fundou o convento dessa Ordem no Pará (1640), o primeiro da mesma Religião em domínios portugueses (1). Poz-se a caminho em 10 de Fevereiro de 39; encontrou-se na embocadura do Aguarico com o capitão Favella, que submetera os Encabelados; e a 10 de Agosto se acharam 'defronte das bocainas do rio do Ouro', ou seja a bôca do Napo. Decidiu Teixeira tomar posse do sitio, como fronteira entre as possessões castelhana e portuguesa, para a corôa de Portugal: e o fez com solenidade, sem se lembrar do meridiano de

(1) O P. VIEIRA, sermão de S. Pedro Nolasco, *Sermões*, VI, 349, comemora essa prioridade: "... só o Estado do Maranhão pôde dar nova religião a Portugal, porque lhe deu a das Mercês". Vd. também GARCIA, nota a Varnhagen, III, 194.

Tordesilhas nem de possíveis reivindicações espanholas. Assinalou esse limite; marcou-o com uma pösse simbólica; e entrou em Belem em 12 de Dezembro, depois de ter integrado no patrimônio lusitano a maior parte da Amazonia.

De prêmio teve a nomeação de capitão-mor do Pará (28 de Fevereiro de 1640—26 de Maio de 41), onde faleceu em 4 de Junho de 1641, portanto depois da Restauração portuguesa, que lhe frustrou o ideal da comunicação entre o Perú e Belem. O proprio livro do padre Acuña foi condenado ao fogo, como instrumento d'uma aproximação inconveniente e temerária. (1)

(1) Vd. JOSÉ ANTONIO DE PLAZA, *Mem. para la Híst. de la Nueva Granada*, p. 332; ANTONIO JOSÉ URIBE, *Colombia y el Perú*, Bogotá 1931.

VI

O SUL EM 1630

As capitanias do sul aperceberam-se para a defêsa e aumentaram consideravelmente os seus rendimentos naqueles tristes anos da guerra de Pernambuco. •

A ameaça era comum e o inimigo esperado por toda parte. Renovam-se os velhos baluartes, os capitães-mores convocam os moradores para a resistência ao corsário ou ao tapuia seu aliado e as vilas conservam o aspecto fortalezado do tempo de Mem de Sá.

ILHEOS E PORTO SEGURO

As duas capitanias — Ilhéos e Porto Seguro — outr'ora ricas de páo brasil, açúcar e farinhas, têm o inimigo às portas: os aimorés que lhas rondaram, em alternativas de ataques e trégoas, durante o seculo todo (1). A animação mercantil circunscreveu-se-lhes às vilas, sempre alarmadas pelos brados d'armas, d'uma guarnição vigilante: foi preciso o duplo concurso, dos sertanistas de São Paulo com o seu método de combater o índio, e dos jesuítas, com o seu sistema de catequese, para que — de 1674 por diante — as oprimidas popula-

(1) Vd. *História do Brasil*, 1.º tomo, ps. 433-4. Af a referência aos donatários, Castanheiras em Ilhéos, Aveiros em Pôrto Seguro. Em Agosto de 1652 o conde de Castel Melhor, defendendo os direitos da condessa de Castanheira (D. Helena de Souza) reclamou contra uma invasão de jurisdição da vizinha capitania (*Doc. Hist.*, III, 182). A pobreza da primeira daquelas capitanias exprime-se nesta frase do arcebispo da Bafa, em 1689: "Toda a capitania dos Ilhéos não vale vendida, o que Vossa Mercê quer (5 mil cruzados) que se lhe dê para livrá-la" dos tapuias", *Doc. Hist.*, XI, 152.

ções pudessem expandir-se pelas terras convizinhas. Veremos — a proposito dos governos de Alexandre de Souza Freire, Afonso Furtado e Câmara Coutinho — como se realizou essa reconquista.

ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo governava — 4.º donatário — Francisco de Aguiar Coutinho. Moíam oito engenhos de açúcar. Os dízimos tinham sido arrendados por 2.500 cruzados e o valor anual do comércio alcançara 60 mil. A despêsa, pelos cofres reais, não passava aí de 694\$040. O interior continuava infestado de tapuios. Os córtes de madeiras e a produção açucareira animavam uma população rala e corajosa que tinha no convento da Penha a sua fortaleza inexpugnável: não se aventurava nas serras e selvas que escondiam minas lendárias, gentio esquivo, um continente de mistério, o "ignoto". As primeiras explorações feitas nêsse sertão perigoso crearam a certeza de que lá havia esmeraldas, montanhas ou cascalheiras de pedras finas, a desafiarem a iniciativa de portugueses e mamalucos. Marcos de Azevedo, "encarregado por D. Francisco de Souza", dissêra ter descoberto a "serra das Esmeraldas" (1). Isto em 1611. Em 1651 êsse descobrimento continuava a cargo dos capitães Domingos e Antonio de Azevedo (2). Transmitira-se como segredo de família. A' maneira da "prata do Moribéca", foi sonho

(1) Carta de 22 de Fevereiro de 1613, para o governador Gaspar de Souza, Paulo Prado, *Pauíastica*, p. 125. Foi em 1611, cf. provisão de 28 de Junho de 1633, *Doc. Hist.* XVI, 386. Em 1633 os jesuítas foram encarregados desse descobrimento.

(2) Carta do conde de Castel Melhor, 1651, *Doc. Hist.* III 7.

que encheu o século todo. De Marcos de Azevedo a Fernão Dias Paes Leme. . .

Sabemos que Azevedo entrou o rio Doce e o subiu, deixando roteiro que no fim do século XVII servia ainda aos sertanistas. (1)

Os holandêses jamais conseguiram apoderar-se de Vitória.

Foi Piet Heyn o primeiro a investí-la — em 10 de Março de 1625, com oito navios. Achava-se alí de passagem para a Baía, a reunir-se à expedição restauradora, o jóven Salvador Corrêa de Sá e Benavides, com duzentos soldados. Guiava o inimigo um judeu flamengo que morara muitos anos no Espírito Santo, Rodrigo Pedro (2). Morreu no combate, em que cairam mais de cem atacantes, retirando-se Piet Heyn consternado pelo duro revéz (3).

Em 1635, por morte do capitão-mor Francisco Alemão de Cisneiros, assumiu o governo da capitania Domingos Barbosa de Araujo (4), logo substituído por Antonio do Canto d'Almeida (5).

Veremos como o Espírito Santo logrou novo donatário : e por pouco dinheiro.

(1) Informações das minas, *Anais da Bibl. Nac.* LVII, 167 : "Por be-nefficio de amizade que teve com um índio natural destas serras Marcos de Azeredo alcançou notícia destas esmeraldas, e guiado d'ele seguro na amizade escoteiro se dispôs a fazê-la, e desembaraçado das demoras, que hoje fazem as embarcações com que se intenta, efetivamente guiado em breves dias a conseguil, confessando porém que na imensidade das últimas serras esteve o guia perplexo na certeza e demoroso na segurança. . ."

(2) Fora condenado à morte em 1618 e fugira, GARCIA, nota a Varnha-gen, II, 240. Mandou el-rei um desembargador devassar na capitania a propósito dos negócios d'esse flamêngo, *Anais do Museu Paulista*, III, 2.ª parte, p. 75. Parece que foi absolvido em 1620, *An. cit. ibd.*, p. 112.

(3) FREI VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.* pag. 566.

(4) Patente rég. em 19 de Fevereiro de 1635, *Doc. Hist.*, XVI, 217.

(5) *Doc. Hist.*, XVI, 319.

RIO DE JANEIRO

Martim de Sá honrava, no governo do Rio de Janeiro, as tradições de sua Casa.

Grande proprietário, sertanista e homem de guerra, esteve à frente da capitania de 1602 a 1608, de 1620 a 23, e em 1632. Mais importante função lhe cometeu o alvará de 14 de Abril de 1618: continuar a fortificação de Cabo Frio e reger a capitania de S. Vicente (enquanto durasse o litigio entre os condes de Monsanto e Vimioso), com “a superintendencia do que tocar à guerra naquele distrito, com subordinação à pessoa que estiver nêsse governo...” (1) De 20 de Março de 1619 é o alvará creando a Ouvidoria geral do Rio de Janeiro. Sempre em excelentes relações com os jesuítas — coerência de família que lhe herdou o filho glorioso — podia dispôr Martim de Sá do auxílio dos índios aldeados e movimentá-los para a defêsa da terra. Enviou com duzentos homens o seu primogenito, Salvador Corrêa de Sá e Benavides, para ajudar a restauração da Baía em 1625.

Crescêra o Rio de Janeiro. Embora arrendados apenas por 3 mil cruzados os dízimos em 1609, o valor do seu comércio anual subira a 200 mil, e (com o novo sistema de fabrico, como diz frei Vicente do Salvador) a sessenta o número dos engenhos. (2)

Julgara-se — é certo — que os holandêses prefeririam estabelecer-se no Rio de Janeiro. Apenas sabedor da aproximação dêles Matias de Albuquerque — em 1630 — mandara avisos a Martim de Sá, que fortificou apres-

(1) *An. do Museu Paul.*, III, 2.ª p. 63. O alv. de 2 de Fev. de 1618 deu-lhe o governo de S. VICENTE por três anos, GARCIA, nota a Varnhagen V., 353.

(2) *Códice CASTELO-MELHOR*, ms. na *Bibl. Nac. cit.* A despêsa do Rio de Janeiro em 1616 foi de 1:806\$520 *Doc. Hist.*, XV, 41.

sadamente o porto. Melhorou a bateria e os muros de Santa Cruz e concentrou em São João, fronteira àquela, um sistema de três fortes (São Inácio, São João e São Martinho). (1) Podia com isto obstar à entrada da barra. Refazendo os muros da cidadela (môrro do Castelo) garantia o núcleo principal da população, que, em caso de perigo, contava com os dous mosteiros altos — S. Bento e Santo Antonio — para nêles resistir.

Êsses arduos trabalhos ocuparam o governador de 1630 a 32 e serviram de esbôço às obras militares que fizeram do Rio uma praça poderosa (2). Sacrificavam-lhe, porém, o crescimento natural.

Constringida no môrro do Colégio, a cidade lá se retardava, separada do porto por ladeiras íngremes, pobre e diminuta.

DESCIDA DO MORRO

O florescimento mercantil das capitâneas do sul, conseqüente à ocupação de Pernambuco pelos holandeses, creou nas praias do Rio, ao sopé do Castelo, entre o Carmo e o Valongo, uma nova cidade.

Um papel de 1669 diz-nos: "Ocupado Pernambuco dos holandeses buscou a necessidade do comércio êste porto (Rio) e o trato com as comodidades tão vantajosas que a experiência lhes mostrou convidou tanto em breve aos navegantes e moradores que muito à pressa

(1) Vd. *Anais da Bibl. Nac.*, LIX (Processo das despêsas feitas por Martim de Sá, 1628-1633, pbl. por RODOLFO GARCIA.)

O padre Antonio Vieira, em 1648, *Cartas*, I, 40, aconselhou ao marquês de Niza dísse em Paris que "o Rio de Janeiro é a praça do Brasil que pode melhor que todas ser socorrida por terra, porque tem muitas aldeias vizinhas de índios vassalos de S. M., e a cidade de Cabo Frio, que é de portuguezes, e as vilas..."

(2) O engenheiro Miguel de Lescolles em 1650 tratou de aperfeiçoar o sistema de fortificações e foi pelo Conde de Castel Melhor incumbido da fazer "a planta da praça com a perfeição possível", *Doc. Hist.*, XXXIII, 252.

cresceu em povoação, não obstante o ser a costa ao Cabo Frio para o Sul tão tormentosa, e os mares tão gróssos pela maior altura, e temerosos pela vizinhança daquele Cabo. E' esta povoação do Rio de Janeiro poucos anos atraz nada; hoje a segunda praça daquele Estado, na estimação vulgar; e primeira para os interêsses e aumentos desta Monarquia...” (1)

Abriu-se o conflito entre a tradição e a riqueza. O governo queria que se permanecesse na cidadéla, em cima; mas o negocio exigia o armazem de beira-mar, a loja da “rua Direita”, o trapiche, o mercado. A carta régia de 17 de Outubro de 1632 previu a crise e mandou que “a cadeia e a casa da Câmara se conservem no sitio alto e se não mudem para outro como diz Martim de Sá”. Insistia: “por nenhuma via se faça obra nem casa fóra da fortificação e escrevendo-se à Câmara o muito que convem fortificar-se aquela praça...” (2) Martim de Sá representa a resistência à descida do morro do Castelo para o porto; seu filho Salvador Corrêa deu ganho de causa à corrente opósta. Eram gerações que se sucediam: o primeiro pertenceu ao ciclo da defêsa; o segundo, ao da expansão. Faleceu Martim em 10 de Agosto de 1632. (3) Dous anos depois a Misericórdia atendia ao apêlo dos mercadores e mudava o hospital para o pavimento térreo do convento

(1) Codice d'Ajuda, 1669, in *An. da Bibl. Nac.*, LVII, 162-3.

(2) *An. do Museu Paul.*, III, 2.^a parte, p. 209. A fortaleza de Santa Cruz tinha capitão, Antonio de Faria, em 1633, e S. João, PEDRO MARTINS NEGRÃO, *Doc. Hist.*, XVI, 153 e 342.

(3) O autoritarismo de Martim (peculiar aos Sás) revelou-se no caso célebre do ouvidor Paulo Pereira do Lago, que occupava o cargo desde 1630. O governador geral Diogo Luiz, para quem apelou, afim de declarar suspenso de funções o magistrado, mandou que se passasse este à Baía, entregando a ouvidoria ao provedor Dr. Miguel de Cirne (que foi substituí-lo). A Câmara tomou o partido de Paulo Pereira; o capitão-mor empossou o substituto; e aquele, depois “de andar pelos matos mais de dous anos, fez grandes despêsas em ir ao Reino”. Memorável foi a sentença do Desembargo do Paço, 1644, condenando D. Leonor de Tavora, viuva de Martim, a indenizá-lo, cf. Pégas, cit. por VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 252. O seguinte ouvidor chamou-se Manuel da Costa Barros, *Acordãos e Vereanças*, p. 3, Rio 1935.

do Carmo (1). Equivalia à vitória dos caixeiros sobre os magistrados. Indecisa no governo de Rodrigo de Miranda Henriques (investido em 13 de Junho de 1633), completou-se no de Salvador Corrêa (provido por seis anos em 21 de Fevereiro de 37) (2) : sem mais respeito às proibições antigas, começou êste a instalar os moradores “na cidade em baixo...” A vereação de 18 de Julho de 1639 observou : “esta cadeia e casa da Câmara estava em miseravel estado”, “e por estar nêste alto tão desviada do concurso da gente e da cidade o qual alto está quasi despovoado e em estado que em breve se acabará de despovoar”... Parecia-lhe o remédio construir outra, de pedra, junto do mar (3). A êste tempo — de fartura e renovação — “mais de quarenta navios”, bem carregados, trocavam ali as mercadorias da Europa pelo açúcar dos engenhos fluminenses, disputando-o a mil réis a arrôba, que era preço excelente. (4). Os dízimos do Rio, arrendados em 1636 por 18 mil cruzados, em 1639 subiam a 25 mil (5).

Justifica-se a tolerancia del-rei : “que os officiais que em cada um ano se elegend na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para governo da cidade seja uma parte dêles dos que morarem na povoação e cidade que a princípio se edificou em cima...” (6)

(1) FELIX FERREIRA, *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense*. p. 130. Rio 1898.

(2) Salvador Corrêa de Sá e Benavides acabava de prestar grandes serviços combatendo, na provincia de Tucuman do Rio da Prata, a revolta dos Calcaquies (1634-35). Empossou-se como alcaide do Rio de Janeiro em 3 de Set. de 35, *Acordãos e Vereanças*, p. 21. Em 18 de Dez. de 35 a Câmara fez com êle contrato para guarda e pêso das caixas de açúcar de modo a não safr nenhuma sem a verificação, que rendia ao alcaide de 8 a 12 vintens cada caixa, *op. cit.*, p. 8. Tomou posse do govêrno em 19 de Setembro : “... E logo pelo dito Rodrigo de Miranda Anriques foi feito desistência do dito cargo nas mãos e poder de Salvador Corrêa de Sá...”

(3) *Acordãos e Vereanças*, p. 35.

(4) Ms. no “*Jornal do Comércio*”, de 5 de Outubro de 1930.

(5) *Doc. Hist.*, XVII, 212.

(6) *Acordãos etc.*, p. 41.

O ouvidor era então — parente de Salvador — Diogo de Sá da Rocha. (1) A vontade do capitão-mor exercia-se, ilimitada. Na guarnição e no clero apoiava-o gente sua, protegida de sua Casa. Os vereadores sim, eleitos em parte (el-rei fôra peremptório) entre os habitantes do Castêlo, desavindos com os da baixada, e os negociantes, que não lhes perdoavam as fintas e taxas dos “contrátos” — não sòmente se lhes opuzéram, desde o início, como formaram o ambiente para a insurreição final, contra a “oligarquia”, dos Sás. Mas vinte anos se passaram antes disto — em que o valoroso soldado realizou a missão providencial de sustentáculo da ordem portugueza no Brasil meridional e restaurador de Angola.

S. VICENTE

A divergencia de interêsses entre a baixada agrícola e o planalto — cenário de grande aventura das “bandeiras” — acentuou-se no começo do século XVI: São Vicente continúa (como lhe quiz Martim Afonso de Souza) terra de canaviais, balisada por engenhos ricos, em contraste com o sentido pastoril, o character instável do povoamento paulista. O “caminho do mar”, ingreme e penoso, não separava apenas duas vilas de distinta formação (sertanistas no altiplano, lavradores à

(1) Era ouvidor por quatro anos, quando — em 10 de Abril de 39 — se apresentou, provido nêsse logar, o Licenciado Simão Alvares de La Penha, a quem a Câmara deu posse apezar do protesto do primeiro, *Acordãos e Vereanças*, p. 31.

Das habilitações para o cléro de Braga (*Padres do Arcebispado de Braga*, p. 36, Lisboa 1939) consta Simão Alvares, filho de Manuel Alvares (de Palmeira, Braga, e morador no Brasil,) e Aldonça Alvares de La Pena (de Viana), neto paterno de Simão Alvares e Maria Dias, materno de Pedro Alvares de La Pena, védor del-rei, natural do Pôrto, e Felipa Corrêa, de Granada, Espanha. O processo é de 1623 e completa os informes de frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit. De La Penha Deus Dará. Foi um dos grandes magistrados do Brasil seiscentista, como diremos, e cunhado do Padre Antonio Vieira.

beira-mar) como duas sociedades que se contradiziam : em cima, hostís aos missionários, os desbravadores do deserto, que faziam também a caça ao índio, semi-nômades, na maioria “mamalucos”, os homens das viagens intermináveis ; em baixo, mais afeitos à ordem municipal, lavradores estabilizados nas propriedades junto do porto, perto da influência portuguesa, mais acessível ao comércio de fóra que à barbárie do interior do país.

Em 1609 havia na “Ilha de São Vicente” 14 engenhos (1). Defendiam-na as fortalezas de Monserrate (18 peças) e Santa Cruz (de 14).

Esse litoral ao sul do Rio de Janeiro era de dous donatários : D. Fernando de Faro e o conde de Monsanto. Pertenciam a êste S. Sebastião, S. Vicente, rio de S. Francisco e “terra alta de Sant’Ana” (Santa Catarina) ; e a D. Fernando : Ilha Grande, Itanhaen e Cananéa. Vasto território, porém — à parte o núcleo vicentino — pobre e de desenvolvimento retardado, foi exatamente o litigio entre os donatários que lhe deu notoriedade nos conselhos da corôa : esperaria, para uma colonização intensa, que a atenção del-rei se voltasse para a conquista da costa entre Paranaguá e a lagôa dos Patos (2).

(1) Os dizimos da parte do sul (Sergipe, Ilhéos, Pôrto Seguro, Rio de Janeiro, S. Vicente e Cananéa) tinham sido arrendados em 1609 por 36.200 cruzados : metade do valor do norte.

A despêsa da capitania em 1616 : 328\$480 ! A tendência para o exodo, entretanto, fazia o corregedor Amancio Rebelo Coelho (9 de Setembro de 1620) proibir saíssem da vila os moradôres para povoarem outras terras, *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, V, 186.

(2) E’ interessante notar que o donatário (assim o marquês de Cascais para S. Vicente, em 1648, vd. *Doc. Hist.*, XXXIII, 249) nomeava o capitão-mor, porem dependendo de confirmação do governador-geral, sendo que “os ouvidores da repartição do Sul haviam usurpado quasi a jurisdição toda ao mesmo Donatário...” Êste tinha senhoriagem nominal, não mais o poder arbitrário dos primeiros capitães-mores das várias capitanias. Percebiam a redizima, gozavam do privilégio de indicar o seu representante, e pouco mais.

AS TRÊS VILAS

As três vilas depois de S. Vicente — Itanhaen, Iguape e Cananéa, não prosperaram na primeira metade do século XVII. A primeira adquire a sua importância em 1624 : mas em consequência daquela questão. Debatiam-na então os descendentes de Martim e Pero Lopes de Souza — o conde de Monsanto e a condessa de Vimieiro. Teve ganho de causa Monsanto ; e a condessa de Vimieiro (representando a sucessão de Pero Lopes) passou a séde de sua capitania (abrangia S. Francisco do Sul e a ilha de Santa Catarina) para a vila de Conceição de Itanhaen (1), assim com fóros de principal, embora ornada de uma única igreja-matriz. Os franciscanos fizeram aí um convento de Santo Antonio. Iguape — que tinha também uma só igreja — se animou no fim do século, com a jurisdição das minas de lavagem da Ribeira (2). Cananéa limitava-se igualmente a uma igreja — ao tempo em que Paranaguá, ao sul, e Santos, ao norte, florescia em construções grandes, de melhor fortuna.

O S P A T O S

Abaixo ficava a costa dos carijós ou — entre o território dos Arachãs (litoral do Rio Grande) e Santa Catarina — dos Patos, com Paranaguá e São Francisco

(1) PEDRO TAQUES, *História da Capitania de S. Vicente*, p. 140 (e af o histórico do litígio entre os donatários, que terminou no final do século).

(2) PEDRO TAQUES, *op. cit.*, p. 140. O cap. Bernardo Rodrigues Bueno em 1660 fez a Câmara declarar que fóra seu sógro, Francisco Alvares Marinho, quem edificou a vila em sítio definitivo, mais decente, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, IX, 110.

— As povoações da costa, a partir do Rio de Janeiro : Angra dos Reis (“vila de Ilha Grande”), vila de Parati (fundada em 1667 por Martim Corrêa Vasqueanes), vila de Ubatuba, creada em 1637 e fundada pelo cap. Jordão Homem da Costa, adquiriram notoriedade e vulto com o descobrimento das Minas Gerais e o seu comércio (1700).

do Sul, baías frequentadas pelos barcos castelhanos, e Laguna, onde chegavam os traficantes de escravos indígenas, à procura do índio Tubarão, principal vendedor dessa mercadoria e péssimo sujeito, como nos diz o Padre Jerônimo Rodrigues em 1605 (1). Tubarão reatou o comércio de escravos do Bacharel de Cananéa, contemporâneo das primeiras expedições. Parecia-se com o dos negros de Guiné e Angola no regimen de resgates, no engôdo ou na violencia que sofriam os cativos, e na forma do transporte marítimo. O jesuíta estranhou “haja Religiosos que préguem no pulpito que são os Patos gordos, e que bem se podem comer, e que haja Prelado que mande cá navio a tal resgate...” (2).

Em Laguna instalaram a sua missão por dous anos os padres empenhados na catequese dos carijós e na repressão do tráfico. Mas não puderam com êles; e deixaram para mais tarde o prosseguimento do seu piedoso trabalho. Em 1631 Martim de Sá obteve que o Padre Antonio de Matos, provincial da Companhia no Rio de Janeiro, destacasse os padres João de Mendonça e Francisco de Moraes, “para irem à missão dos Patos e Rio Grande, a descer índios para as aldeias do Rio de Janeiro...” (3).

Sòmente na segunda metade do século XVII os portuguezes cuidaram de povoar o litoral, de Cananéa à Lagôa dos Patos.

(1) P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 221. O nome — Tubarão perdura, numa localidade de Santa Catarina, entre Laguna e Jaguaruna. Lembra outro índio, do mesmo nome, da Baía primitiva, cf. NOBREGA, *Cartas Avulsas*, p. 161, ed. da Acad.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 235. A alusão é ao prelado do Rio de Janeiro.

(3) *Anais da Bibl. Nac.*, LIX, 19. O padre Roque Gonzales encontrou em 1628 vestígios do comércio português com os índios do rio Uruguai: “me disseram os índios, entravam portuguezes, em navios pequenos, deixando os grandes em alto-mar, para comerciar com êles...”, Pe. L. G. JAEGER, *Os Heróis de Caaró e Pirapó*, p. 195., Pôrto Alegre 1940.

SANTOS

Nos primeiros dias do século D. Francisco de Souza começara a levantar a ermida de Monserrate no morro de São Jerônimo, que domina o porto de Santos (1).

Fóra do alcance dos canhões de tantos corsários que rondavam o oceano, representava, em 1605 ou 1609, o receio d'alguma agressão semelhante à de Cavendish: aliás o aparecimento de Joris van Spilbergen, em 1615, defronte da vila que o recebeu com heróicos propósitos de resistência — justificou a cautela (2). Diferente era a situação em 1640 — quando — vindo da Baía — frei Manuel de Santa Maria lançou os fundamentos do convento de Santo Antonio, rente à água. Os beneditinos cuidaram de fazer, nas proximidades, mosteiro seu, em 1650 (3). Demonstravam confiança; fixavam a povoação no seu núcleo urbano; juntavam-lhe galas espirituais. Êsse progresso interrompeu-se em 1665: quando a epidemia de bexigas (contágio que correu todo o Brasil litorâneo) matou um terço da gente santista “a ponto de ser fechado o caminho do mar e interrompida oficialmente a ligação de Santos com São Paulo...” Passou a péste. Declinou também a vila — diminuida na sua lavoura, empobrecida no co-

(1) FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *História de Santos*, I, 265, Santos 1937.

(2) Joris van Spilbergen, um dos primeiros marinheiros de Holanda que estiveram nos mares orientais, comandava uma esquadra de seis navios. Zarpou de Amsterdam em 8 de Agosto de 1614. Do ataque a Santos nos dá completa notícia A. TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, ps. 66-81, S. Paulo 1922. Da passagem pelo Cabo Frio dissemos no capítulo sobre o Rio de Janeiro. Recebida hostilmente em Santos, a frota não pôde aí refrescar com a comodidade que esperava. Deu desembarque no engenho de S. Jorge dos Erasmos (o melhor da terra), realizou algumas presas, mas, ante a repulsa dos moradores, bem armados, seguiu viagem para latitudes mais hospitaleiras. A abundância de frutas, notada em S. Vicente, confirma a animação agrícola que beneficiava então o litoral: d'uma vez os flamêngos carregaram oito mil laranjas e limões.

(3) F. MARTINS DOS SANTOS, *op. cit.*, I, 267-8.

mércio modesto — em proveito das forças novas que então remodelaram a fisionomia da colônia: o deslocamento para as minas de Paranaguá, o incremento das expedições sertanistas, a mudança de numerosas famílias para as margens do Paraíba, o advento do ciclo do ouro.

No conflito inicial, entre as tendências de dispersão mamaluca e de fixação portuguesa — venceu enfim o nomadismo paulista.

VII

EXPANSÃO PAULISTA

Na bacia do Paraná se formara a êste tempo um novo valor social : a grande obra jesuitica de organização e doutrina do gentio guaraní.

OS JESUÍTAS NO PARAGUAI

Surgiu modestamente e sem alarde êsse verdadeiro império religioso cujas origens estão na viagem que, à custa do bispo de Tucuman, empreenderam os primeiros missionários do Brasil em busca do sertão paraguaio.

O prelado, porém, não pudêra prevêr o progresso da catequêsé, tal como a orientaram os padres Soloni, Ortega e Filds, levando ao Guayrá a sua experiência das "reduções" da Baía (1). Para êstes devia ser também uma surpresa a facilidade com que se lhes submetiam os índios, a riqueza dos seus campos, a pronta adesão dos principais ao ensino brando e hábil dos sacerdotes favorecidos das autoridades espanholas : o Ade-

(1) Os padres idos da Baía já encontraram em Córdoba do Tucuman dois jesuitas descidos do Perú, Francisco Angulo e Alonso Barzana, em 1585, início portanto das atividades da Companhia no Paraguai, P. SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, 348, Lisboa 1938. O P. Geral, carta de 24 de Janeiro de 1587, ordenou que a nova missão pertencesse ao Perú, e como para acentuar mais a separação dos jesuitas do Brasil, autorizou em 1591 o Provincial P. Bellarte a retirar de lá os seus padres. Três não quiseram voltar, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 349. O P. Salóni faleceu em 1599. O P. Filds pediu, em 1601, que ficasse a missão subordinada ao Brasil, dadas as difíceis comunicações do Perú. O P. Tolosa, vice-provincia] do Brasil, apoiou essa súplica em 1604. O P. Geral resolveu o caso fundando a Provincia independente.

lantado Don Juan Torres de Vera, que os recebera em 1588, Hernandarias de Saavedra, que os apoiou com firmeza...

O Geral P. Claudio Aquaviva confirmou, em 1604, a criação da provincia do Paraguai, e o governo de Madrid, em 30 de Janeiro de 1609, assegurou aos jesuítas o direito de aldeamento dos aborígenes do Guayrá, do Paraná e dos Guaycurús — ou seja, na vasta área entre o Paranapenama e o Uruguai, a léste, e o Paraguai-Paraná ao oeste, limitando com os portuguezes de S. Paulo e as “encomiendas” castelhanas de Assunção... Não tardaram os padres em tomar posse de sua ampla “concessão”, sem perceber que a vizinhança dos “paulistas” era incômoda e alarmante.

Duas cidades havia na “região de Guayrá”: Ciudad Real (fundada em 1557, por Rui Dias Melgarejo, na bôca do Piquiri) e Vila Rica do Espírito Santo (criada pelo mesmo povoador em 1570, na terra dos Ipirajás, sessenta léguas adiante) (1).

Segundo o autor de “La Argentina” cerca de 200 mil índios habitavam vales, montanhas e campos em torno de Vila Rica. Ambas as localidades arrastaram uma existência mediocre e em 1601 possuíam entre cinquenta e cem moradores brancos. Decerto as alimentava o transito de mercadores que demandavam Santa Catarina, vindos do Perú, fugindo ao itinerário de Buenos Aires, mais longo, e indesejável dos que tinham por que se ocultar aos agentes do fisco: os “peruleiros”. Os jesuítas nada quizeram das duas pobres cidades. Em 1603 alguns soldados de Vila Rica visitaram S. Paulo... (2)

Os padres Cataldino e Maceta, em 1610, foram construir a sua primeira aldeia, com a invocação da

(1) RAMON I. CARDOZO, *El Guairá, História de la antigua provincia*, p. 154, Buenos Aires 1938.

(2) *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, IX, 527.

Virgem de Loreto, no Paranapanema, confluencia do Pirapó, onde, virtualmente, terminava, ao sul, a campina paulista. Logo abaixo, a um quarto de légoa, fundaram San Inácio (1610) No ano immediato os padres Antonio Ruiz de Montoya, natural de Lima, e Martin Javier Urtazu se uniram aos dous outros, e a zona das missões se alargou pelos vales do Ivaí (Huaybay), Pirapó e Tibagi (Tibaxiba) (1) : era a occupação metódica.

O PRIMEIRO CHÓQUE

O conflito sobreveiu, inevitável.

Já o P. Angulo — em 1592 — escrevera ao santo arcebispo Tomás de Morgrovejo descrevendo ao vivo as “encomiendas” : “no hay esclavitud ni cautiverio en Barbería ni en galeras de Turcos de más sujección” (2)

A gente de Vila Rica e Ciudad Real recebera com desconfiança os jesuítas e os hostilizava surdamente. Os mamalucos de S. Paulo tomaram a palavra, tanto que se dissipou o sonho das minas de D. Francisco de Souza. Parece até que os conteve êsse governo de muitas promessas e pouco fruto : pois não esperaram quem lhe succedesse em caracter efetivo.

O capitão Pedro Vaz de Barros alcançou de D. Luiz de Souza a carta de 5 de Agosto de 1611, que o autorizou a arrebanhar os índios no seu, e no distrito vizinho,

(1) O P. Diego de Torres obteve do Visitador do Paraguai, em 11 de Outubro de 1611, que os índios guaicurús de Tibaxiba fossem isentos de serviço (*encomienda*), *Anais do Museu Paulista*, 1. 446. O mesmo padre enviara em 1609 um mapa da região, cf. G. FURLONG, *Cartografia Jesuítica*, 1, 21, Buenos Aires 1938. Em 1612 começou o apostolado do P. Roque Gonzalez de Santa Cruz, em San Inácio, cuja igreja construiu : é reputado o “primeiro apostolo do Rio Grande do Sul,” (P. CARLOS TESCHAUER, *Vida e Obras de Roque Gonzales*) para cujo território passou em 1626 : fundou então a aldeia de São Nicoláo. Foi morto pelos índios no Caaró, em 1628.

(2) P. GUILHERMO FURLONG, *Los Jesuitas y la cultura Rioplatense*, p. 19, Montevideo 1933.

para o serviço das minas, a pretexto de que tinham pedido aos parentes de S. Paulo fossem buscá-los (1). “Eram trinta e dous homens e traziam comsigo muitos índios tupís”, conta o capitão espanhol Antonio de Añasco, que visitava então Vila Rica e, alertado pelos padres, correu, com 25 soldados, ao encalço dos mamalucos que “entravam pelo caminho que entrou Jerônimo Leitão haverá 30 anos”. Deu com êles em território paulista (Ytanguamiri), tirou-lhes quinhentos cativos, e arrostou a soberba de alguns “caciques” armados de espadas e arcabuzes, dous dos quais foram mortos sob as vistas dos portuguezes — comunicou o official a seu governador, Diogo Marin Negrón, que logo o transmitiu a el-rei. “Para que V. M. se sirva de mandar ao governador da província do Brasil que ponha muito cuidado em estorvar estas entradas porque nos inquietam a terra e é notável o dâno que os portuguezes fazem aos pobres índios porque os tiram de suas terras oprimidos e forçados e para conseguir êste intento têm alguns caciques daquela província de Guaira ganhadoss...” (2)

Iniciara-se visivelmente uma nova época da história continental.

Se a colonização espanhola subia em direção aos pinhais de S. Paulo, conduzida pelos missionários, em forma tranquila, a expansão portugueza descia até Guairá, impelida pela cobiça dos apresadôres de índios, cujo trabalho fôra facilitado pela própria catequese.

(1) Doc. in *An. do Museu Paul.*, 1, 149. Pedro Vaz de Barros fôra capitão-mor de S. Vicente em 1603-05, *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, V, 164.

(2) Carta de 8 de Janeiro de 1612, *An. do Museu Paul.*, 1, 157. Deu em resultado a carta régia de 25 de Fevereiro de 1614, que proibiu os agravos feitos às missões, c. PABLO PASTELLS, e AFONSO TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 91, S. Paulo 1922. O cabildo de Ciudad Real queixou-se em 1612, que os mamalucos já havlam levado mais de 3 mil índios em prejuizo da cidade. O resultado da representação do governador foi, sem dúvida, a correição que empreendeu, em 1614, o desembargador Manoel Jacome Bravo, *Revista do Inst. Hist. de S. Pau'o*, V, 182. Publicou-se em 1618: DIOGO DE VELASCO, *Advertencias... sobre el remedio de los excesos que se cometeu por el puerto de Buenos Aires y puerto de S. Pablo...* Sevilha.

Não tinham de escolher tribus numerosas : bastava-lhes pilhar as “reduções” onde, mansos e laboriosos, os catecumenos se agrupavam. Dous mil em cada aldeia. E ainda enriquecidos pela sua lavoura, pela pequena indústria, pelos costumes de poupança e paz em que os educavam os padres, à medida que igrejas de pedra e cal substituíam as tóscas capelas da primeira hora. A barbárie rondava as “missões”!

S. PAULO... MIRIM

A pobreza estimulava, em S. Paulo, êsse amor do sertão.

Fôra transitória a animação que alí reinou, em harmonia com as esperanças de D. Francisco de Souza.

O velho Salvador Corrêa, “administrador geral das minas desta Repartição da banda do sul”, não se demorou no planalto — em 1616 — nas suas pesquisas apressadas. Nomeou meirinho das minas Pedro de Moraes, fornecedor de mantimentos para a expedição que comandou — Jorge Neto, e, tendo de recolher-se ao Rio de Janeiro, deixou no lugar o filho Duarte Corrêa Vasques. (1). Outro filho seu, Martim de Sá, seguiu para Portugal, a reclamar várias providências : a principal, a sua própria investidura no governo de S. Vicente (2). Os paulistas descreeram do ouro. E substituíram a sua cobiça de metais por mais fácil prêsa : o índio. Déram de caça-lo com enganos e violencia no vale do Paraíba, pelos Goiazes, na mesopotamia paraguaia. Fizeram disto o seu negócio, o seu officio, a sua grande e perigosa aventura.

Bem mediocre era a vila, cujo único edificio importante — claustros e templo — pertencia aos padres que

(1) *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 215-20.

(2) RODOLFO GARCIA, *Anals da Bibl. Nac.*, LIX, 11.

a fundaram. Crescêra sem duvida, com a chegada de frades do Carmo em 1591 e beneditinos em 1598. Mas a Matriz continuava então de varas e palma (1), como um largo tejupar, em contraste com a decência e largueza da igreja da Companhia.

“...Era tão pequena que o edifício da cadeia, ficando junto ao convento de S. Francisco, já se achava fóra das ruas públicas”. “... Ocupava a área contida pelo colégio dos jesuítas, hoje Palácio do governo, pelos conventos de S. Bento, S. Francisco e Carmo...” (2) Não admira que Itú, Parnaíba e Taubaté disputassem por vezes a S. Paulo (até 1720) a primazia, de riqueza e cultura, naqueles tempos de dispersão “bandeirante” e simplicidade vilarêja.

Estimou um viajante espanhol, que por ali passou em 1682, em “duas centenas de fôgos” a população de S. Paulo, sendo as “habitações construídas à moda dos índios, e no meio das quais avultavam as taipas do Colégio e as da Matriz e do Senado da Câmara, que ainda estava coberto de palha” (3). E o padre Vieira, em 1695: “Os ditos moradores em todo o distrito de S. Paulo” são mais de dous mil...” (4).

Os sertanistas ricos acomodavam-se nas fazendas; preferiam a independência — e o feudalismo — das casas-grandes, cercadas de “malocas”, onde moravam os servos e agregados (ou índios, cuja administração se lhes confiava); ou fundavam outras tantas povoações,

(1) AFONSO TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 51, Tours 1920.

(2) WASHINGTON LUIS, *Capitania de S. Paulo*, 2.^a ed., ps. 25-6.

(3) B. CALIXTO, *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XXI, 197. A humildade dos costumes, de que fala frei Vicente do Salvador, correspondia a mingua de utilidades. “Prova não ha melhor, da pobreza do mobiliário, do que o famoso incidente, ocorrido em 1620, de que dão conta as atas da municipalidade vulgarizadas por Taunay. E’ o caso da cama de Gonçalo Pires, requisitada pela edilidade paulistana, para uso do ouvidor geral Dr. Amancio Rebelo Coelho, vindo a S. Paulo em correição”. ALCANTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 54, S. Paulo 1929.

(4) *Cartas*, III, 668, ed. de J. Lúcio D’AZEVEDO.

cuja chefia patriarcal lhes dava, ao fim da vida, o prêmio dos duros trabalhos, das “entradas” heróicas.

No planalto tudo se submetia à lei do sertão : migrações súbitas, individualismo pastoril, desintegração dos grupos sociais, ausencia de espírito urbano...

De continuo na vila semi-deserta ficavam velhos, mulheres, crianças, à espera da gente válida que se espalhava pela selva. As “bandeiras” iam desbravando ! (1) Adolescentes, seguiam com os parentes mais velhos para as largas jornadas ; depois faziam grupo à parte ; e — patriarcas — comandavam outras tantas expedições, com os filhos, os sócios, os índios auxiliares.

No ciclo guaireno os paulistas aparecem com a designação geral de *mamaluços* ou portugueses de S. Paulo : povo inconfundível, raça distinta, indómita...

O grosso da “bandeira” constituía-se de cabôclos ou mestiços, andarilhos famosos, “línguas”, práticos na arte tupí da guerra, da viagem e da lavoura. Não importava a procedencia dos Cabos : portugueses como João Ramalho ou Antonio Raposo Tavares ; netos dos aristocratas vindos com os governadores, como Fernão Dias Paes ; ou simplesmente homens de espada. Relevava, na expedição grande, a disciplina, que lhe dava unidade. O espírito de iniciativa era do capitão branco ; a agilidade, a adaptação à aspereza da campanha, a resistencia física e a sobriedade vinham do índio ; a religião temperava os desatinos da aventura. A religião

(1) Bandeira é um arcaísmo luso que se conservou no Brasil, como tantos mais, e atual, quando já esquecido alhures. O Padre Vieira, *Anua da Prov. do Brasil*, 1624-25, escreveu : “... bandeira nossa com méchas caladas...”. D. Francisco Manuel, *Epânaforas de Vária História*, p. 176 : “... Repartida a gente em partes desiguais, a que ora chamamos Hostes, ora bandeiras...” Diogo do Couto, *O Soldado Prático* (Col. de Clássicos SÁ DA COSTA, p. 99) : “...D. Luiz de Tafde já levava por regimento fazer ordenanças e assentasse os soldados em bandeiras...”

O “Zorobabé levou alguns que foi vendendo pelo caminho para comprar uma bandeira de campo, tambor, cavalo e vestidos...” FR. VICENTE, *Hist. do Brasil*, pag. 396.

não impedia o saque das “missões”, o tráfico e a mortandade dos selvagens, a luta feroz : mas inspirava aos sertanistas o respeito de muitas normas de conduta (o testamento dos que morriam, os “votos”, os privilégios que tinham os cristãos, assim diferenciados dos bárbaros) e florescia tanta vez em atos piedosos, logo depois das tropelias cruéis, dos assaltos que tudo destróçavam. (1)

Empenhavam-se em “descer” o gentio. Também povoavam — despovoando. Se de um lado abraçavam as aldeias, e, aos milhares, puxavam pelos caminhos os escravos, num raio de cem légoas, d’outro lado dilatavam a zona de ocupação afastada de S. Paulo por uma série de arraiais, que eram como atalaias na fronteira sertaneja.

PARNAÍBA E TAUBATÉ

Essa desintegração do núcleo de Piratininga (passada a fase quinhentista das concentrações defensivas) começou com os acampamentos mineiros do tempo de D. Francisco de Souza.

Sant’Ana de Parnaíba, sobre o Tietê, assinalou, em 1625, um *shisma* administrativo (a vila recente contra a vila tradicional) e uma divergência típica (a emancipação rural em oposição ao nascente urbanismo).

Os vereadores paulistas estranharam que “Alvaro Luiz do Valle sendo capitão e ouvidor pelo conde de Monsanto e donatário” fundasse “vila em Parnaíba, contra forma de direito e leis...” entrando em limites e jurisdição de S. Paulo (2).

(1) Sobre os múltiplos aspectos da “bandeira”, vd. CASSIANO RICARDO, *Marcha para Oêste* (Influência da bandeira na formação social e política do Brasil), p. 407 e segs., Rio 1940.

(2) *Cartas de datas de terra*, II, 175, S. Paulo 1937.

Baltazar Fernandes com doze filhos representou o papel revolucionário de creador de cidades ao sabôr de sua ânsia de espaço. . . Com o primogenito, André, fizêra Parnaíba. Seu filho Domingos foi adiante, e fundou Itú (1651). Outro, atraído pelos campos de Sorocaba (desertos desde as pesquisas de D. Francisco) lançou os alicerces da vila dêsse nome (1), chamando após si os beneditinos (2) cujos conventos de Parnaíba e Sorocaba ràpidamente floresceram. Os mesmos monges fizeram hospicio em Jundiá (1667) (3). Os carmelitas estavam em Mogí das Cruzes (fundada em 1600) em 1629. Os franciscanos, em Santos em 1639, depois de fundarem convento em S. Paulo, em 1640, procuraram S. Sebastião (1664), Itú, Itanhaen (1654). (4) Em 1674 estabeleceram-se em Taubaté com o convento de Santa Clara (5).

Taubaté (taba-etê), no vale do Paraíba, onde chegara Jaques Felix em 1636-39, corresponde a uma etapa do deslocamento para as montanhas centrais, terras de purís e cataguazes, talvez as minas de prata e esmeraldas de Marcos Azeredo. . . Munido de uma provisão do capitão-mór de Itanhaen (20 de Janeiro de 36) o povoador levantou primeiro uma casa-forte; em 1645 creou a vila (6). Desenvolveu-se depressa: e erigiu-se em rival de S. Paulo. Domingos Leme foi adiante e

(1) Conêgo LUIZ CASTANHO, *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XXXV, 45 e 138.

(2) Por êsse tempo — 1650 — foi que Fernão Dias Pais começou a reconstruir o mosteiro beneditino de São Paulo, até então uma ermida e quatro célas. . . Vd. A. TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, IV, 66. — Sobre as villas, PEDRO TAQUES, *Hist. da Cap. de S. Vicente*, p. 146 e segs.

(3) Vd. carta de sesmaria de 12 legoas que Ihes concedeu o governador geral, 15 de Nov. de 1668, *Doc. Hist.*, XXII, 254-7. Aí se menciona Camanducaia, com outros limites: rio Jaguarí, Batatais, Mogi-Guassú. . .

(4) *Documentos Interessantes*, XXXI, 160.

(5) Vd. GUIZARD FILHO, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXVIIII, 279.

(6) A 1.º de Jan. de 1645 se realizou a primeira eleição municipal, cf. PEDRO TAQUES, *Hist. da Cap. de S. Vicente*, p. 151. O livr. de notas do tabelião de Taubaté iniciou-se em 1638, GUIZARD FILHO, *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*, I, 32. Jacaré é de 1652.

fundou Guaratinguetá, em 1651 (1). Taubateanos e paulistas detestaram-se : assim êstes e parnaíbanos, e sorocabanos, e vicentinos ou santistas...

O tipo feudal dessas prevenções, o seu caracter de lutas tribais, comandados os partidos por bravios patriarcas soberbos — documenta-se no caso célebre de Pires e Camargos.

PIRES E CAMARGOS

Em 1692 o governador geral escreveu : "... A vila de S. Paulo ha muito que é República de per si, sem observância a lei alguma, assim divina como humana" (2). Aludia ao latente estado de revolta — que no episódio dos Pires e Camargos puzera de manifesto o poder das famílias desavindas : divididas por um odio selvagem, porém sempre prontas à resistência comum contra os magistrados prepotentes, os jesuítas que falavam da liberdade do gentio e os capitães-mores que pretendessem obstar-lhes às "bandeiras" que o "desciam"

Começara a guerra das duas famílias "potentadas" em 1640. No ano seguinte Pedro Taques (cunhado de Fernão Dias Pais) foi morto por Fernão de Camargo, o "Tigre". Os da parcialidade da vítima se retiraram para Parnaíba em hostilidade aberta, não só à gente inimiga, como à vila de S. Paulo (3) Reavivou-se a questão em 1653, em situação inversa : os Camargos tiveram de ir pedir justiça à Baía, os Pires apoiados pelo ouvidor da capitania, Dr. João Velho de Azevedo. Deposto de juiz ordinário José Ortiz de Camargo, obte-

(1) PEDRO TAQUES, *op. cit.*, p. 153.

(2) Carta de 1692, *Doc. Hist.* XXXIV, 47.

(3) A. TAUNAY, *Hist. Geral das Band. Paul.*, III, 338 ; *Anais do Museu Paulista*, IV, 48 ; e *História Seiscentista da Vila de S. Paulo* (onde pormenoriza a história dessa "guerra civil"), vol. 2.º Documentação de procedência baiana, *Anais do Museu Paulista*, III, ps. 233-271.

ve do governo geral ordem para ser reempessado e se apresentou em São Paulo com “muita gente branca armada além do gentio em armas...” Os jesuítas serviram de mediadores para que retomasse o cargo, porém aceitando os “capítulos de correição” deixados pelo ouvidor. Êste não concordou: e, de volta à vila, forte da aliança dos Pires, abriu devassa sobre os tumultos e crimes da facção de José Ortiz, a qual, remetida para a Relação da Baía, significaria a pena de morte para uma parte da nobreza paulista se não interferisse o bom senso do conde de Atouguia. Ouviu os procuradores dos partidos (o dos Pires era o letrado Francisco Nunes de Siqueira, o dos Camargos o próprio José Ortiz) e — em 2 de Outubro de 1656 — escreveu às Câmaras de S. Vicente e São Paulo palavras suasórias e clementes. Ordenava a reconciliação! Apelou para os principais Pires. Determinou — pois o motivo de se renovarem as querélas era o governo municipal — que nêste cada ano servissem “tantos oficiais de um bando como do outro, para que com esta igualdade cessem as inquietações que de a não haver se acenderam naquele povo...”

(1) Em 1658, entretanto, a rusga voltou a dividir a aristocracia de Piratiniã. Os vereadores abandonaram a vila à sanha dos mandões embravecidos. Um morador (Janeiro de 59) pediu-lhes que lhe deixassem reparar o caminho do mar, “que se não sabia por onde ir” (2). O jeito foi intervir o ouvidor Pedro de Mustre Portugal, mandando que se fizesse a eleição pela fórmula

(1) A. TAUNAY, *An. do Museu Paul.*, IV, 83. O governador deu o processo para a eleição: o ouvidor com o escrivão da Câmara chamaria os homens bons e povo, e todos votariam em seis nomes para eleitores, sendo três dos Pires e três dos Camargos “não sendo os cabeças dos bandos”. Os mais votados (3 de cada partido) se dividiram em três partes um Pires e um Camargo e distribuiriam na mesma proporção os cargos da Câmara... Nêsse “modus vivendi” político está a idéa da vereação como primeiro organismo “representativo” no país. Diz Pedro Taques: “Ficou a sua Provisão servindo como de nova lei para as futuras eleições dos oficiais da Câmara...”

(2) TAUNAY, *ibid.*, IV, 95. Sobre o desenvolvimento da vila por todo o período, Vd. do mesmo mestre, *História Seiscentista da Vila de S. Paulo*, cit.

das Ordenações, de maneira a recair em pessoas alheias às famílias incompatíveis. E conseguiu que se firmasse o pacto de paz em 25 de Janeiro de 1660 (dia de São Paulo, e com a assistência dos religiosos da terra, o que dá ao documento interêsse espiritual todo particular) (1).

Salvador Corrêa surge então, diferente do que se afigurara até aí aos paulistas ciosos de sua autonomia e de suas armas: mensageiro d'uma disciplina oportuna e quasi sentimental. No tratado de conciliação se dizia que à mingua de entendimento entre os capitães e seus aliados caíra a “vila no mais miserável estado que se podia considerar, porquanto a maior parte dos moradores a tinham desamparado e se iam metendo no sertão e matos, fazendo nóvas povoações e domicilios, vivendo sem socego mui atrazados e diminutos em seus cabedais e lavouras...”

A paz de 1660 foi o ponto de partida para as atividades do “cíclo mineiro”.

Os “mamalucos” renunciavam tacitamente às desordenadas incursões atraz do gentio dócil. Ouvem a palavra do govêrno — da metropole, da Baía, do Rio de Janeiro e de São Vicente — e o seu convite, para as viagens descobridoras de que necessitava o Estado. Primeiro entre os seus conterrâneos, Fernão Dias Pais se oferece para chefiar o movimento — que principiou com a busca infrutifera das esmeraldas e acabou desvendando os tesouros do Brasil central.

Ø C O L E G I O

E os jesuítas do Colégio, a cuja sombra surgira São Paulo?

Em 1611, no papel de D. Luiz de Souza, foram dados como favoráveis à entrada de Pero Vaz.

(1) *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, 11, 547.

Mas a Real cédula dêsse ano, mandando respeitar a liberdade dos índios, os achou dispóstos a cumprir a todo custo o dever apostólico. Logo a 10 de Junho de 1612 vereadores e povo — representado pelos melhores sujeitos da vila — declararam não se conformar com a direção, pelos padres, das aldeias indígenas, e a intenção de tomar-lhes, para o serviço das minas, os catecúmenos disponíveis, votando além disto uma recomendação, por que as povoações dêstes se distanciassem sempre quatro léguas umas das outras e não ultrapassassem de duzentas almas (1). Um dos vereadores que assinaram a intimação foi Antonio Raposo. (2) Seu homônimo Antonio Raposo Tavares, quinze anos mais tarde, assolou toda a “província do Guairá” (3) à frente dos clavineiros “mamalucos”, terrôr dos guaranis.

O dissídio entre missionários e paulistas se definira. Nem seria local. O mesmo “clima” econômico do Rio de Janeiro, do Maranhão, do Pará, estenderia às outras capitanias onde se travava luta semelhante — entre a religião e o rude trabalho colonial, à roda da liberdade dos índios — o profundo mal estar resultante da pertinácia de uns e da ganância dos demais. A história é longa...

(1) Doc. in A. TOLEDO PISA, *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, III, 60-2. A Real Cedula de 10 de Setembro de 1611, in *Documentos Interessantes*, III, 70-79.

(2) Antonio Raposo foi pae de outro famoso sertanista, João Raposo Bocarro. Vd. ERMELINO A. DE LEÃO, *Vultos do Passado Paulista*, p. 65., S. Paulo 1923.

(3) Esse Raposo, natural de Beja, nasceu em 1598 e faleceu por volta de 1658, cf. WASHINGTON LUIS, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, IX, 502. Foi capitão-mor de S. Vicente em 1622; casou-se na terra; em 1633 era juiz ordinário em S. Paulo e logo ouvidor em S. Vicente. O governador geral quiz destituí-lo, mas foi mantido no cargo pelo ouvidor das capitanias do sul. Dele falaremos mais detidamente.

A GUERRA DE CORSO

Depois da incursão de Pedro Vaz de Barros, Sebastião Preto — em 1612 — e Lazaro da Costa — em 1615 — frequentaram o vale do Paranapanema aprisionando, às centenas, o gentio inerme (1). O mesmo Sebastião Preto desceu, com uma companhia de soldados, em socorro de S. Vicente e Santos ameaçados pelos holandêses em 1615 (2). O perigo externo talvez retivesse por êsse tempo os melhores sertanistas próximos da marinha. E' quando Martim de Sá obtem autorização para que os padres transportassem do porto de Patos para o Rio de Janeiro centenas de índios (3). Em 1619 regista-se a expedição truculenta de Manuel Preto — que atingiu San Inácio (4). A ser verdade, resultara inútil a devassa aberta em S. Paulo pelo desembargador Antão de Mesquita, na "residência aos capitães que haviam servido nos dez anos precedentes, perguntando especialmente sobre matérias do sertão pelo escandalo e devassidão que delas tinham resultado" (5).

Os jesuítas preferiram afastar-se daquela fronteira insegura. Não poderiam manter muito tempo os seus estabelecimentos do Paranapanema, apenas a "dez jornadas de S. Paulo" (6). As próprias cidades — Vila

(1) Vd. A. ELLIS JUNIOR, *Meio século de Bandeirismo*, p. 112, S. Paulo 1938.

(2) TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 87.

(3) *An. da Bibl. Nac.*, LIX, 33. Alvará de 22 de Março de 1618. Sobre as expedições que iam ao porto de Patos e localização d'êste (Santa Catarina), vd. P. LUIZ GONZAGA JAEGER, *As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul*, p. 27, Pôrto Alegre 1940. Note-se que o governador do Rio do Prata achava, em 1616, que o remedio seria el-rei despoovar S. Paulo... *Anais do Museu Paulista*, II, 2.ª parte, p. 9.

(4) BASÍLIO DE MACALHÃES, *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, p. 116, 2.ª ed.

(5) *Rev. do Inst. Híst. de S. Paulo*, V, 184.

(6) Real Cédula de 12 de Setembro de 1628, CORRÊA LUNA, *Campaña del Brasil*, I, 8, Buenos Aires 1931.

Rica e Ciudad Real — desapareceriam cedo ou tarde : pagaram a cumplicidade com os mamalucos... Em 1622 os padres Montoya, Cataldino e Salazar fundaram nas nascentes do Tibagí — San Francisco Xavier. Três anos depois, à margem esquerda do mesmo rio, San José, e, no vale de Ibitirembetá, Encarnación. Logo em 1626, no Ivaí, San Pablo ; e em 1627, Archangeles e Concepcion. San Miguel e San Antonio foram aldeias por êsse tempo instaladas mais ao oriente, no caminho de Santa Catarina... A redução de Jesus y Maria, na serra dos Tapes, é a última dêste período.

Simultaneamente o padre Roque Gonzales estendia a catequese ao alto Paraná e ao Uruguai (penetrando o território que seria Rio Grande do Sul). (1). Aí se consolidou a colonização espiritual, alhures destinada a breve fracasso. Foi a linha "missionera", que a investida dos "portuguêses de S. Paulo" não logrou quebrar.

Recrudesceram entretanto, em 1623, as atividades sertanistas. "... Que esta vila (S. Paulo) estava despejada pelos moradores serem idos ao sertão"... (2) Já no ano seguinte o retôrno dos holandêses às águas sul-americanas os obrigava a atender à defesa de Santos. Folgaram com isto os guaraníes. Até que lhes appareceu o governador do Paraguai, que fez por terra a comprida viagem, D. Luiz de Cespedes Xeria (3). De passagem pelo Rio de Janeiro se casara com uma sobrinha de Martim de Sá, filha do capitão Gonçalo Cor-

(1) Vd. HERNAN F. GOMEZ, *Yapeyú*, ps. 12-4, Buenos Aires 1923. Quanto à cronologia das missões do Uruguai a partir de 1626, P. LUIZ GONZAGA JAEGER, *op. cit.*, p. 10. Dêste autor, vd. *Os Heróis do Caaró e Pirapó*, p. 199, Porto Alegre 1940.

(2) *Atas da Câmara de S. Paulo*, III, 41 ; ELLIS, *op. cit.*, ps. 114-5.

(3) Nomeado em 6 de Fevereiro de 1625, safu de Lisboa em 18 de Abril de 26 ; levou vinte meses na Bafa ; no Rio foi bem recebido de Martim de Sá, TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 104. — A Real Cédula de 12 de Setembro de 1628 refere-se a tropelias de paulistas de 1626-27.

rêa de Sá que, em 1626-32 governara S. Vicente (1). Em Santos intimou os paulistas a não invadirem terras de sua jurisdição. Mas o guia que lhe dêram, para conduzir-lhe o combôio Tietê abaixo, foi o famigerado Manuel Preto! Enlaçou-se dest'arte nos interesses portuguezes e não fez bom semblante aos jesuítas. Empossou-se em Ciudad Real, a 8 de Novembro de 28. Logo, em carta para Madrid, denunciou as tropelias e atrocidades dos paulistas, e como temia uma arremetida que premeditavam, desdenhando as ordens do seu governo: "lo saben y no lo remedian". D. Luiz protegia-os — redarguiram os padres, que o acusaram de ter recebido em dôte um engenho de açúcar, para o qual mandou logo uma centena de índios... Manuel Preto e André Fernandes — (fundador de Sant'Ana de Parnaíba em 1625) (2) que fôra levar-lhe a esposa até Guairá, em 1628, cometeram incríveis atentados contra as "reduções". A viagem de D. Vitória de Sá para o Paraguai — dissêram os jesuítas — fôra pretexto para novos desafôros. Além de Fernandes acompanhou-a "um primo da dita sua mulher, cavaleiro do habito de Santiago, chamado capitão Salvador de Sá e Benavides, o qual trouxe mais de 30 soldados portuguezes e dous frades com quem passou para a província do Rio da Prata com ciência e consentimento do governador D. Luiz de Céspedes e o dito capitão Salvador de Sá e sua prima vieram pelo rio chamado Anemby sair nas reduções que têm os padres da Companhia de Jesus, donde fizeram a viagem até esta cidade (Assunção)..."(3)

(1) Chamava-se D. Victória de Sá. A sua pedra tumular (1660) é uma das mais notáveis da nave da abadia de S. Bento do Rio de Janeiro, da qual foi benfeitôra, como seu primo Salvador Corrêa de Sá e Benavides. O marido espanhol louvou-a: "señora tan principal como hermosa y virtuosa...", *Relación de los sucesos, Anais do Museu Paulista*, 11, 2.^a parte, p. 27.

(2) CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*, p. 85.

(3) Doc. in *Anais do Museu Paulista*, 11, 2.^a parte, p. 266.

Foi em princípios de Agosto de 1628. (1)

Uns novecentos brancos e 3 mil índios arrojaram-se de S. Paulo “com bandeiras, como se fossem levantados contra a Real Corôa”, dirigidos por Manuel Preto (“autor de todas essas malocas”, disseram os padres (2) e pelo português Antonio Raposo Tavares, cujos principais ajudantes eram Antonio Pedroso, chefe da vanguarda, e Salvador Pires, da retaguarda, Pero Vaz de Barros, já nosso conhecido, Braz Leme e André Fernandes). Os melhores homens da vila : dous vereadores, o procurador do Conselho — a Câmara em peso l —, filho e genro do ouvidor de S. Paulo e Sant’Ana de Parnaíba, que era o respeitável Amador Bueno da Ribeira a quem D. Luiz de Céspedes intimara a proibição dessas incursões. . . ” de maneira que en San Pablo, fuera de los viejos que por su vejez no podían ir, apenas quedaran veinte y cinco hombres que pudiesen tomar armas” . . . Cruzaram o Tibagi em 8 de Setembro e acamparam atrás de palissadas perto da aldeia de Encarnación. Detiveram em seguida um grupo de catecumenos, que colhia as suas fôlhas num herval, e não os entregaram ao padre Antonio Ruiz, que saíra a reclamá-los. Reuniram os padres 2.200 índios e se puzeram a parlamentar, arrastando-se as discussões, sem um ato formal de guerra, até 30 de Janeiro seguinte. Agravou a situação o homizio dado pelos religiosos a um “cacique” fugido do campo paulista. Um troço de mamalucos queimou a missão do padre Mola (San Antonio) e levou-lhe uns dous mil selvicolas. Foi o sinal para piores desatinos. Em 23 de Março tomaram San Miguel, abandonada pelos padres, e logo Jesus

(1) Vd. A. TAUNAY, *Índios ! Ouro ! Pedras !* p. 6 e segs., S. Paulo.

(2) Vd. PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia, Rev. do Inst. Hist. Bras.* tomo especial, ed. TAUNAY, p. 14. O padre MACETA, carta de 22 de Julho de 1630, diz que morrera de flechas que lhe atiraram os índios, êsse sertanista, *Anais do Museu Paulista*, 11, 2.ª parte, p. 264.

Maria, a ferro e fogo, insultando os sacerdotes, violando as igrejas, roubando tudo.

Adotaram os jesuítas um recurso desesperado: largaram as aldeias de Encarnacion, San Pablo, Archangeles e Santo Tomás Apostolo, dispersando o gentio, e incumbiram os padres Maceta e Mansilla de pleitear em S. Paulo e na Baía a liberdade dos prisioneiros, cujo número subia — quem sabe? — a vinte mil.

Em S. Paulo, evidentemente, nada podiam fazer os dous religiosos, que viram, consternados, a distribuição dos novos escravos pelas pessoas principais, e o próprio governador, intimidado entre os sertanistas poderosos e ufanos (1).

Estavam em Outubro de 1629 na Baía.

E' do dia 10 o memorial que redigiram, narrando a el-rei as crueldades ocorridas. (2).

I M P U N I D A D E

Diogo Luis de Oliveira não mostrou bôa vontade aos jesuítas. Confirmou a opinião de D. Luiz de Céspedes, que nenhum auxílio dêle recebera para a sua penosa viagem. Dizem que o governador lhes deu cartas, para que os mamalucos não voltassem a cometer os crimes habituais, porém, como não tivessem efeito, se recusou a ratificá-las, deixando-os impunes (3). Junta a indiferença da Baía à cumplicidade do Paraguai (D. Luiz de Céspedes não socorreu as missões nem perseguiu os invasores) — era como se gozassem os paulistas de liberdade irrestrita.

(1) Vd. ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuíticas y los bandeirantes paulistas*, p. 44, Buenos Aires 1936.

(2) CORRÊA LUNA, *Campaña del Brasil*, ps. 9 — 24. Outras cartas dos mesmos padres, *Anais do Museu Paulista*, 11, 2.ª parte.

(3) CORRÊA LUNA, *op. cit.*, p. 28.

Na Europa a indignação se manifestou tardia e inutilmente. Só em 1641 o Conselho de Índias, de Madrid, “começou a ter notícias das excursões dos moradores de S. Paulo...” (1) E porque os portugueses estavam em armas contra Espanha. Não fôra isto — e o Conselho continuaria calado. Os missionários sim, escreveram e falaram com veemencia e bravura: o seu desespero impressionou o mundo católico, as côrtes e a Santa Sé. Só não impressionou a gente do planalto. Realmente, de novo em São Paulo em 1630, o padre Mansilla contava as novas proezas dos seretanistas.

Antonio Pires, da vila de Parnaíba, fôra “aos confins do Paraguai” insultar os padres e aprisionar o gentio. E então (9 de Julho de 30) outra bandeira saía, com “200 índios ou trezentos de diferentes moradores”, e “duas ou três companhias” dêstes, para igual deprecação (2). Póde ser a expedição de Antonio Raposo Tavares (1631), que não se limitou a assaltar as aldeias dispersas. Arrojou-se sobre Vila Rica do Espírito Santo quando a visitava o próprio bispo da província, Frei Cristóbal de Aresti. Debalde o prelado tentou afastá-lo. Ordenou — para obviar à mortandade — o abandono do lugar. O mesmo fez o padre Montoya em Loreto e San Inácio. Embarcou em canôas o que melhor restava nas aldeias e se recolheu a Ciudad Real. Inseguro também alí, deslocou-se para o sul do Iguassú, enquanto os espanhóes, moradores de ambas as vilas, iam estabelecer-se em Curuguatí. Tiveram paz nêsses campos: mas até 1676 (3).

(1) ENRIQUE DE GANDIA, *op. cit.*, p. 79.

(2) Doc. in *Anais do Museu Paulista*, II, 2.^a parte, p. 261.

(3) RAMON I. CARDOZO, *op. cit.*, ps. 148-9.

Volveu o silêncio aos vales do Tibagi e do Parapanema, onde a selva escondeu as ruínas das povoações saqueadas (1).

Praticamente houve uma expansão territorial, partida de S. Paulo, que empurrou a gente de fala espanhola para a região dos Tapes (ou Missões, nome que conserva): e a área de exploração sertanista se ampliou, com os campos outr'ora compreendidos na "província de Guairá" e o "sertão de Patos", seguidamente cruzados — após a destruição de Ciudad Real e Vila Rica — por Fernão de Camargo e Luiz Dias Paes (1635) (2), ainda Antonio Raposo (1636), Francisco Bueno (1637), Fernão Dias Paes e Domingos Cordeiro (1638). Dessas expedições em direção ao Uruguai diremos adiante.

Os governadores gerais continuaram estranhos aos feitos e aventuras dos paulistas. Não se lembraram de agravá-los com uma intervenção qualquer; mesmo os esqueceram, quando foi preciso apelar para a intrepidez dos homens de Piratininga. O conde da Torre, para levantar nas capitânicas do sul uma força que o acompanhasse a Pernambuco, perdoou de seus crimes quantos se apresentaram. Tal jubileu precedeu de pouco a expulsão dos jesuítas de São Paulo.

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DE SÃO PAULO

O conflito entre os padres e os mamalucos reavivou-se com o êxito da missão de dous jesuítas — Montoya e Diaz Taño — em Madrid e Roma, em 1637-39.

(1) Em 1771 o cap. Francisco Lopes da Silva identificou o sítio de Vila Real pelas bananeiras e laranjeiras que encontrou na mata, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, V, 193.

A antiga província de Guairá se viesse até o mar corresponderia ao Estado do Paraná, e "abrangeia o território banhado pelos rios Ivaí e Tibagi e seus afluentes", TOLEDO PISA, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, III, 35.

(2) Vd. P. LUIZ GONZAGA JAEGER, *As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul*, p. 27.

Certo, o governo espanhol não se comoveu somente com as razões apostólicas. Temeu que a audacia dos paulistas fosse adiante e puzesse em perigo os caminhos do Perú pelo Paraguai, como, na década anterior, a presença de holandeses e ingleses no Amazonas ameaçara, pelo norte, as comunicações do Potosí. Em 1638, desviando-se dos Tapes, alcançaram a província do Itatin, a oitenta legoas de Santa Cruz de la Sierra. Ponderou o Conselho de Indias: "si los cristianos nuevos de que esta sembrado todo el Perú, se dan la mano con los que así entran por el Itatin (judios portuguezes, holandeses y franceses) y estos con los indios chiriguanaes, la provincia del Paraguay está arriesgada, pues de cuatro ciudades que tenía le faltan las três y sólo queda la Asunción cuyos moradores apenas pueden defenderse de los guaycurues, indios de guerra de sus contornos..." (1)

Propoz o Conselho uma série de medidas drasticas, sem esquecer a Inquisição, que devia tomar contas aos "cristãos novos" e expurgar dessa suspeitosa gente o Brasil. El-rei contentou-se com muito menos. Aliás a restauração de Portugal, no ano immediato, inutilizou as providencias de ordem disciplinar previstas, ou em começo de execução. O padre Ruiz de Montoya conseguiu a Real Cedula de 16 de Setembro de 1638, que autorizava o armamento do gentio aldeado, afim de resistir — em ordem militar — aos mamalucos (2). Ao padre Taño não foi difficil obter de Urbano VIII o Breve que revalidou, no Brasil, a bula de Paulo III em favor dos indios peruanos — por que fossem excomunga-

(1) ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuiticas y los Bandeirantes Paulistas*, p. 80.

(2) MONTOYA publicou em Madrid, durante a sua missão, os primeiros livros elucidativos do idioma guaraní: "*Tesoro de la lengua guaraní*" (1639), "*Arte y vocabulário*" (1640), "*Catecismo*" e "*Conquista espiritual hecha por los religiosos etc.*", trasladada esta do guaraní a português por BATISTA CAETANO, *An. da Bibl. Nac.*, VI (Vd. GARCIA, nota a Varnhagen, III, 176).

dos os escravizadores... (1) Ambos os diplomas eram da maior importância. Sobretudo o que permitia a arregimentação, em fôrma de guerra, dos catecumenos, até aí surpreendidos no seu ingênuo pacifismo pelos sertanistas.

As “milícias guaraní”, que falaram à imaginação dos filósofos do século XVIII, surgiram assim : lícitas, defensivas, confiadas ao senso organizador dos religiosos, logo temíveis, pelo número e pelo valor.

E’ imaginar a emoção causada no Rio de Janeiro pela presença do padre Taño, munido do Breve pontifício.

Não precisou ir a S. Paulo. Lá explodiu a desordem, apenas se soube das novas disposições da Companhia de Jesus.

A proximidade das datas do motim — 22 de Junho no Rio e 25 de Junho de 1640 em S. Vicentē — revela a comunhão de interesses entre as duas capitanias.

Salvador Corrêa obstou a que a populaça atacasse o Colégio, e, sob os seus auspícios, se concertou o “modus vivendi”, segundo o qual os jesuítas só se imiscuiriam nas aldeias, fechando os olhos aos índios que os moradores tivessem em suas casas, e exculpando-lhes as injúrias. (2)

O acôrdo não era possível no planalto. Os paulistas tomaram ares de povo em revolta e dêram solenidade a uma decisão extrema.

Juntaram-se em S. Vicente os procuradores desta, e das vilas de S. Paulo, Santos, Sant’Ana de Parnaíba,

(1) Seria impossível resumir em nota a evolução das idéas jurídicas relativas ao índio — na literatura hispânica. Evidentemente o libélo de frei Bartolomeu de Las Casas contra os métodos barbaros da conquista inspirou a outro dominicano, frei Francisco de Victória, as suas teorias do direito natural dos aborígenes, nas quais se vê a fundação do direito internacional (Vd. RODRIGO OCTAVIO, *Les Sauvages américains devant le Droit*, p. 43, Paris 1931) : em 1532. A bula de Paulo III é de 37. Sobre a jurisprudência castelhana, ROBERTO LEVILLIER, *Don Francisco de Toledo*, I, 183 e segs., Madrid 1935.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, III 159.

Sant'Ana das Cruzes, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Neves do Iguape e S. João de Cananéa — e depois de acêrbas queixas dos padres, sem lhes esquecer o sebastianismo (“com juramentos que temos outro Rei vivo”), concluíram por votar a expulsão “com protestaçoão de nunca mais os admitir nela” num prazo de seis dias (1).

O golpe foi terrível para os sucessores da obra apostólica de Anchieta — contra quem se levantavam os mais ilustres filhos da terra: Amador Bueno, Fernão Dias Paes, Prados, Lemes, Fernandes, Pires e Camargos. Quizeram iludir a intimação. Houve nova “junta” em 7 de Julho, e a 10 e 13, com alvorôço tal que o Padre Reitor Nicoláo Botelho deixou os bens do Colégio (“Currais, como fazendas, moinhos, vinha e mais bens”) com um procurador (o vigário P. Manuel Nunes) e se passou com os companheiros para a beira-mar, onde não prevaleciam as mesmas hostilidades.

Os mamalucos não agiam às tontas. Certos da repressão, que não demoraria, foram além: tomaram as suas medidas de resistência e combate. Negando qualquer conciliação com os missionários, na vereação de 17 de Maio de 41, “requereu o dito Povo que se não mandassem farinhas nem mantimentos alguns ao Rio de Janeiro, e se fechasse o caminho do Mar, e comunicação que havia com a vila de Santos, e se notificassem os senhores dos moinhos com graves penas não moessem farinhas...” E comissionaram o mais influente dos moradores, Amador Bueno, para ir justificar em

(1) *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, III, 67. Em 1633 em vereação o povo de S. Paulo fôra convocado para tirar os padres das aldeias, *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, IX, 514. A carta-régia do ano seguinte, que destituiu o ouvidor e os vereadores de S. Paulo, correspondeu a uma reparação feita aos jesuítas, *op. cit.*, IX, 518.

Lisbôa, perante D. João IV, que acabava de ser reconhecido rei, as alterações havidas (1).

As providencias de guerra em S. Paulo dirigiam-se contra Salvador Corrêa, que em S. Vicente e Santos logrou socegar os espíritos, sem ousar, porém, chocar-se com a intransigência dos homens de Piratininga. Sabiam da afeição do governador aos jesuítas. Não foram muitos os amigos da Companhia fiéis e coerentes como aquele neto e filho de protetores dela (2). Recebe-lham de armas na mão (3). Salvador Corrêa preferiu negociar. Mandou-lhes mensagem cordata — de que resultou um convênio singelo. As minas seriam administradas por um triumvirato, de dous paulistas e uma pessoa de Santos nomeada pelo governador; e este não investigaria sobre as culpas e responsabilidades dos agitadores. . .

El-rei, é verdade, ordenara que se devolvesse aos padres o que era seu (4). E, de resposta às reclamações dos paulistas, nomeara Salvador Corrêa Governador e administrador Geral das Minas de São Paulo (24 de Setembro de 1643), para aquiêta-los (5). Mas o "statu

(1) Em lugar de Amador Bueno foram a Portugal Luiz da Costa Cabral e Baltazar de Borba Gato, A. Toledo Pisa, *Rev. do Inst. de S. Paulo* cit. III, 87. Veja-se o capítulo relativo á aclamação de D. João IV e Amador Bueno.

(2) O P. SERAFIM LEITE esclareceu este ponto da biografia de Salvador. Em carta ao Geral da Companhia, do Rio, 2 de Junho de 1643, dizia de sua promessa de fundar um Colégio, que não pudera ser nas minas por opposição dos paulistas. Em 10 de Maio de 48, dous dias antes de embarcar para Angola, escreveu de novo ao Geral, declarando que fóra seu desejo entrar para a Companhia. . . (Doc. cm. em sessão do Inst. Hist. e Geogr. Bras., 6 de Setembro de 1939). Em Setembro de 1659, passando pela Bafa, apresentou-se como procurador do Colégio de Santo Antônio para dirimir a contenda com a Santa Casa a respeito do engenho legado pela filha de Mem de Sá, ANTONIO JOAQUIM DAMAZIO, *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa*, p. 18, Bafa 1862.

(3) D. João IV concedeu a Salvador os poderes que tinham tido D. Francisco de Souza e Antonio de Salema, e como almirante da costa do sul e governador desta cidade se investiu em 9 de Agosto de 1641, *Acordãos e Vereanças* cit., p. 46-7. Contudo fez-lhe ver que dependia do governador geral, *op. cit.*, p. 48.

(4) Requerimento de Salvador, ata da Câmara do Rio, 31 de Julho de 41.

(5) PEDRO TAQUES, *Informação* etc., p. 84.

quo” se conservou até 1647 : então, por alvará de 7 de Outubro, expediu D. João IV perdão geral aos paulistas, com a condição de receberem de novo os jesuítas. Não lhe convinha — preocupado com a retomada de Angola, com a situação européa e Pernambuco — fomentar um conflito que poderia provocar o interêsse dos espanhóes do Rio da Prata ; tambem a gente do planalto parecia saudosa dos missionários, cujos claustrros completavam a vida espiritual da capitania. Fizeram escritura de composição (14 de Maio de 1653) e o próprio Fernão Dias Paes “os foi em pessôa buscar ao Rio de Janeiro à sua custa e os tornou a meter de posse neste Colégio onde estão, com sua muita autoridade e fóros do seu poder...” (1)

REAÇÃO DOS PADRES

Nas reduções do Uruguai — entretanto — os jesuítas pareciam agora muito diferentes dos dôces missionários do Paranapanema.

Não esperaram pela autorização régia para se armarem. O provincial P. Diogo de Boroa teve a iniciativa da primeira organização defensiva : “... Deviam os padres mobilizar a seus neófitos, porquanto, diziam, não sòmente perigava a liberdade dos índios das reduções, seus bens e sua vida, senão também a autoridade

(1) Certidão do P. Domingos Dias, 1681, CARVALHO FRANCO, *op. cit.*, p. 145. Destacou-se nessa final acomodação o capitão-mor de S. Vicente Bento Ferrão Castelo Branco. Reconheceu o governador conde de Atouguia : “Tomou posse em ocasião em que estavam dall expulsos os Religiosos da Companhia, e mais obstinados os moradores que os repugnavam. Depois se ofereceram as mais inquiêtas sedicções, que nunca alteraram aquela Capitania. Consta-me que assim na restituição daqueles Religiosos como no sossego dos tumultos e mais obrigações daquele cargo se houve com particular zelo do serviço de V. M. aceitando do povo o beneficio dos Colégios e residências perdidas, sendo a principal causa das ordens que V. M. mandou sobre esta matéria terem o efeito que até aquele tempo não conseguiram seus antecessores...” (Carta de 30 de Abril de 1655, *Doc. Hist.*, IV, 243.

dos ministros do Evangelho, a qual não podia consentir semelhantes devastações e pilhagens". Os irmãos coadjutores, antigos soldados, Antonio Bernal e João de Cárdenas, instruíram em ardis militares os guaranis (1635). Não puderam conter Antonio Raposo em 1636 (alcançou êle o salto do Jacuí em pleno Rio Grande do Sul) (1); mas se opuzeram a Francisco Bueno (ou André Fernandes) no ano seguinte, e impediram, em 1637-38, que tivesse exito a bandeira de Fernão Dias Paes no alto Uruguai. Comandava então os catecumenos das aldeias o valente Nicoláo Nenguirú, fiel aos jesuítas, grande guerreiro, cujo nome se tornou lendário em toda a província. (2) Em Candelária, em 1638, uma partida de caçadores de índios foi dizimada. Significava, essa reacção enérgica, o duplo propósito, dos padres e das autoridades que os ajudavam, de impedir pelas armas o avanço dos mamalucos. Fortes das ordens trazidas pelos padres Taño e Montoya tinham em campo — 1641 — perfeito exercito: foi o que aniquilou no Mbororé a bandeira de Jerônimo Pedroso de Mattos e Manuel Pires.

Esse combate cresce de importância pelo prestigio que dá às milicias "missioneras", pela decepção que inflige aos atacantes e pela impressão penosa que causa em São Paulo. Assinala o término de um ciclo de incursões e depredações, cujo eixo se deslocara gradual-

(1) P. LUIZ GONZAGA JAEGER, *op. cit.*, p. 36.

(2) O 2.º Nenguirú (suposto Nicoláo I, rei do Paraguai, das publicações anti-jesuíticas do século XVIII) foi o famoso general das forças guaranis ao tempo em que se feriu o conflito de 1752 (Vd. RODOLFO GARCIA, *An. da Bibl. Nac.* LII, 401, Documentos sobre o Tratado de 1750) Era "superior de todos los pueblos de una y otra banda del Uruguay".

Das brutas escaramuças
As artes e artimanhas
Foi o grande Languirú
Que lh'ensinou...

dizia o poema de São Sepé, transcrito, segundo a tradição oral, por J. SIMÕES LOPES NETO, *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, p. 307, Porto Alegre 1926.

mente do vale do Paraná para o Paraguai e o Uruguai : permite que se não despovoem as aldeias fundadas pelo padre-mártir Roque Gonzalez. Realmente, com uma centena de canôas, cerca de 300 brancos e 700 tupís, Manuel Peres tentou apoderar-se de S. Francisco Xavier e S. Nicoláo, durante as cerimoniaes da Semana Santa. Não deu com tribus assustadiças de carijós, senão com inúmeros arcabuzeiros bem comandados, que o receberam em linha de batalha. Sem lograr vencer-lhes a resistencia os assaltantes bateram em retirada, deixando intactas as “missões”, “mortos, feridos e afrontados a flôr dos sertanistas de São Paulo e do Brasil, inimigos declarados desta atormentada Cristandade e de seus doutrinadores” (1).

Até 1651 não voltaram a essa região firmemente defendida.

INQUIETAÇÃO CONSTANTE

De fato os jesuítas — reinstalados em S. Paulo — continuariam à mercê dos tumultos do povo como, àquele tempo, no Maranhão e no Pará.

Em 1677, só porque o governador Matias da Cunha mandasse por em liberdade um índio que chegara à Ilha Grande, como escravo, a nobreza paulista, juntamente com procuradores de Parnaíba e Mogi, se reuniu no próprio Colégio da Companhia, e trovejou : “vinha deliberado a botá-los fóra por suspeitarem que por sua via dêles religiosos havia vindo esta ordem...” Os

(1) Vd. Relación de la guerra y victória contra los portuguêses del Brasil ano 1641 en 6 de Abril, *Rev. do Inst. de S. Paulo*, X, 529-52 ; e P. LUIZ GONZAGA JAEGER, *op. cit.*, p. 57. — Os padres habituavam “todos los pueblos a hacer sentinelas, alardes y exercícios militares con que nuestros hijos se animavan y ya no vian la hora de probar las manos...” A reacção de 1641 salvou as “missões” do rio Uruguai e relegou a occupação portuguesa do Rio Grande do Sul para o século seguinte, quando dela se incumbiu, não mais o sertanismo caçador de índios, porém a corôa de Portugal.

padres negaram ; e prometeram que não seria cumprida em S. Paulo... (1) Matias da Cunha acalmou-os, dizendo que se tratava de um "pobre índio", fôrro. Pior foi o sucedido em 1682 — com as novas ordens sobre a administração do gentio e o tributo que o bispo do Rio de Janeiro impôz às "peças" descidas do sertão. Começou a agitação em 28 de Março ; irrompeu, em 3 de Julho, em fórmula de revolta a mão armada — como em 1640. (2) Os vereadores tidos por fracos escaparam de morrer, caçados pelos sediciosos ; muita gente fugiu da vila ; Bartolomeu Fernandes de Faria (depois "régulo de Jacareí") foi compelido a ocupar o caminho do Mar, para que não subissem soldados de Santos. O povo exigiu que ficasse claro, na ata então lavrada : "Não queriam nem convinha que os tais corregedores viessem à sua Pátria interromper as provisões do Foral da Capitania que êles com aquelas armas que nas mãos tinham haviam de matar os dítos senadores e todas as mais pessoas que contra a sua opposição fossem". Não foram. Mais arrogantes se tornaram os paulistas com o ato do marquês de Cascais, donatário da capitania, que lhe transferiu a séde de S. Vicente para a vila do planalto — embora o governo geral logo anulasse êsse galardão (3). Não transigiam quanto ao índio, braço de sua lavoura, lucro de suas "bandeiras", pecúlio e ambição — na aventura sertanista exacerbada pela procura das minas depois de 1674.

Fôra dessa razão econômica — gostavam dos padres e não pretendiam largá-los.

Em 1684 a mesma Câmara, infensa aos jesuítas, se comovia à idéa de que se preparavam para sair da vila. "Os officiais da Câmara desta Vila de S. Paulo que ser-

(1) *Reg. da Câmara de S. Paulo*, III, 159.

(2) A. TAUNAY, *Hist. Geral das Band. Paul.* IV, 278.

(3) BENEDITO CALIXTO, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXI, 191.

vimos êste presente ano, os abaixo assinados com o bom dêste povo por nos haver vindo a notícia que vossas paternidades determinavam deixar êste Colégio para sempre, vimos a esta casa do grande Patriarca Santo Inácio a requerer, como requeremos nós... que deponham o intento por serviço de Deus porquanto se perderão as almas cristãs à falta de doutrina, crescera a ignorância e a obsessão dos estudos, ficará o gentio do Brasil sem a luz que a Companhia comunica..." Que "o melhor dêste povo e todos uniformemente afetuosos reverenciam a Companhia"... (1)

(1) *Reg. cit.*, III, 421 ; A. TAUNAY, *op. cit.*, IV, 281. A carta dos vereadores é de 18 de Novembro de 1684.

VIII

UM IMPERIO EFÊMERO

O ÊXITO DOS HOLANDÊSES

A fixação do invasor em Pernambuco, a sua intimidade com o clima e os costumes, e os primeiros sucessos de suas armas, importavam êxito pleno — quando exatamente até aí o seu grande adversário fôra o meio estranho, a que não pudêra adaptar-se numa tentativa precipitada de ocupação das terras tropicais. Dando um sentido de permanencia aos seus esforços de conquista, aparelhara-se para a expansão que seria irresistível, em consequência de desgaste das fôrças portuguezas na confusão do exodo, no deslocamento das famílias patriarcais e no terrôr que se estendera às regiões próximas de Olinda.

As colônias americanas, por sinal, tinham a sua melhor defêsa no mistério que as envolvia, dissimulando-lhes a geografia, os recursos naturais, os pontos fortificados e as povoações-chave. Quem conhecesse (“saber de experiências feito” . . .) êsse segredo, cuidadosamente preservado por espanhôes e portuguezes, com facilidade lhes quebraria a resistêcia em golpes rápidos. O exercito inimigo carecia de “olhos”, para orientar-se no deserto. Domingos Fernandes Calabar desempenhou o papel — incomparável — de seu guia e conselheiro. Permitiu desembarques audazes, a tomada dos portos ao norte e ao sul da capitania assolada, a desarticulação das guerrilhas, e, por fim, a vitória do estrangeiro.

C A L A B A R

A deserção de Calabar para as fileiras holandêsas coincidiu com um período brilhante da reação pernambucana (1).

As fôrças volantes ao mando de cabos famosos — Luiz Barbalho, o índio Potí (Camarão), D. Fernando de Riba Agüero (2), Henrique Dias com o seu corpo de “creoulos, negros e mulatos” — impediam-lhes a expansão pelos engenhos da Varzea. Calabar não se deixou iludir. O erro fundamental dos flamengos consistia em engajarem batalha à roda de Recife. Venceriam de subito a resistência se lhe cortassem os abastecimentos, com a entrada, de surpresa, nos portos indefesos, ou ligeiramente guarnecidos: o ataque a Igarassú provou o acêrto do conselho e assinalou o começo de infortúnios sucessivos, que forçaram o grandê exodo dos portuguezes da capitania.

Em 1.º de Maio de 32 a expedição guiada por Calabar e comandada por Waerdenburch — depois de uma cautelosa marcha noturna — apresentou-se diante da vila e a tomou de assalto, com a retirada garantida pelas barcaças que tinham ido de Itamaracá (em poder dos holandêses) para secundar a ação. À pilhagem de Igarassú se seguiu, sem incidentes, a volta dos atacantes para Recife. Satisfeitos com o plano que lhes dera

(1) O nome africano, Calabar, indica-nos que o desertor era negro ou mulato, embora Frei RAFAEL DE JESUS lhe chame mamaluco. CASTRIOTO LUSITANO, p. 69. Sertanista experimentado, em 1627 procurara as minas do Moribeca com a gente da Casa da Torre; ajudara Matias de Albuquerque na defêsa do Arralal, onde fôra ferido; e desertara em consequência de vários crimes praticados... Vd. resumo biográfico de VARNHAGEN e R. GARCIA *op. cit.* II, 343.

(2) Vindo com D. Antonio de Oquendo, êsse fidalgo espanhol é avoengo da importante família do seu apelido que existe no Perú.

o traidor, ocuparam sucessivamente Rio Formoso (7 de Fevereiro de 33), Afogados, o resto de Itamaracá, Goiana...

Retirou-se nos entrementes Waerdenburch para a Holanda e foi substituído no comando pelo major Rembach, que a 24 de Março (1633) ousou investir o Arraial de Bom Jesus, orientado sempre por Calabar. Mas encontrou alertas os defensores, e a peleja saiu desfavorável aos holandêses, que recuaram com pezadas baixadas. O próprio Rembach, aí ferido gravemente, morreu em 1.º de Maio. Ganhou com isto o bastão de comandante em chefe Segismundo von Schkoppe, melhor soldado, implacável nas represalias, inteligente nos movimentos. Não se mostrou ressentido do revêz que Calabar não soubera prevenir. Deu-lhe, ao contrário, maior atenção. Percebeu que era imprescindível alargar o teatro de operações. E deixou que estas fossem levadas até onde pudesse ferir e comprometer as reservas portuguesas.

Mandou devastar o litoral das Alagôas por seiscentos homens, embarcados em alguns navios ao mando de Lichthardt: queimaram a vila de Nossa Senhora da Conceição, intentaram, sem sucesso, incendiar igualmente Santa Luzia (defendida pelo capitão Antonio Lopes Filgueiras, morto no combate), e regressaram com 250 caixas de açúcar e muitos tóros de páo brasil (1). Tal êxito justificou mais larga jornada: a acometida do Rio Grande do Norte.

Desta feita o forte dos Reis não suportou o cerco.

Ferido o comandante, Pedro Mendes Gouvêa, capitulou a guarnição, em 12 de Dezembro (1633). Substituiu-a um batalhão de holandêses, com o capitão Gartsman. Firmavam-se enfim os batavos em posição que

(1) Regressaram a 9 de Novembro de 33, Vd. VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, II, 306 e notas de RODOLFO GARCIA.

tão caro custara a Portugal : podiam interromper as comunicações entre a Paraíba e o Ceará e entender-se com os tapuias, privando Matias de Albuquerque dos abundantes recursos — de farinhas e gados — que até aí encontrara nas capitánias septentrionais. Foi Calabar — nos manêjos dessa política — hábil e terrível. Atraíu à sua causa o Janduim, principal das tribus do Rio Grande, inimigas dos tupís da costa, e ávido do sangue tobajara, petiguar e português. Renovou, à volta do forte dos Reis (agora chamado “de Ceulen”, em homenagem ao commissario holandês dêste apelido) a intriga dos colonos do século anterior, para dividir e exterminar os indígenas vizinhos : e de sorte ao Janduim descer do sertão com os seus guerreiros para acabar com todos os seus antigos inimigos. Começou no engenho de Francisco Coelho, onde se reuniam os moradores da capitania (umas 60 pessoas) de medo a holandêses e selvagens. Investiu-as repentinamente ; e quebrou-lhes as cabeças, numa fúria bestial. Ganhou, com o morticínio, a confiança de Garstman, que o acolheu no Forte com muitos agrados. O intruso associou-se ao Janduim ; mas perdeu a aliança dos petiguares, cujo chefe, batisado com o nome de Simão Soares Jaguararí, tio de Camarão (1), despeitado com as festas feitas ao tapuia, se retirou prudentemente para junto dos portuguêses.

(1) Poti, Antonio Felipe Camarão, filho do homônimo que acompanhou os padres Pinto e Figueira à serra de Ibiapaba, era o principal dos petiguares. Recebeu, carta régia de 14 de Maio de 1633, habito de Cristo e tença de 40\$. com patente de capitão-mor desses índios, GARCIA, nota a Varnhagen, II, 309, Na carta citada el-rei reconhecia que até o Ceará os índios respeitavam Camarão, *Doc. Hist.*, XVI, 466. Nascera aliás em Pernambuco, em 1601, cf. PEREIRA DA COSTA, *A Naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão*, Recife 1909. — Da aliança dos holandêses com os tapuias nos diz o Licenciado Manuel de Moraes : . . . “Domesticaram três nações destes barbaros Tapuias, e os tem servido e ajudado muito na guerra . . . chamam-se estas nações Taretiyus, Inqueriyus e Cariris. . .”, *An. do Museu Paulista*, I, 2.ª parte, p. 129. Janduim era principal dos cariris e ligou o nome à mais feroz das tribus do Rio Grande — a da “guerra do Assú”, do fim do século em apreço.

N A P A R A Í B A

Menos feliz foi a segunda tentativa para a conquista da Paraíba, Esbarraram, mil holandêses, na trincheira que fizera Antonio de Albuquerque, ajudado do capitão Lourenço de Brito Corrêa, apresado e solto tempos antes pelos invasores. Preferiram tornar ao Cabo de Santo Agostinho. Provavelmente Matias de Albuquerque quiz distraí-los dêsse objectivo mandando Martim Soares Moreno tirotear com as avançadas de Recife, para mostrar-lhes que estavam inseguros no próprio quartel-general. Mas não foi de ordem a obstar a expedição. Desembarcaram em três pontos no Cabo, apesar de hostilizados vivamente de terra, e já por Matias de Albuquerque, que corrêra em socôrro à guarnição do forte de Nazareth comandada pelo sargento-mor Pedro Corrêa da Gama. Os flamengos não se arrojaram logo sobre êsse reduto. Assentaram acampamentos defronte, e cuidaram de avassalar a várzea de Ipojuca. Chegavam-lhes entretanto refôrços da Europa, com o coronel Arciszewski : graças às tropas frescas e bem equipadas podiam desenvolver as operações em direção ao norte, visando aos pontos fracos da defêsa — experimentados na expedição precedente. Desta vez a Paraíba não se livrou dêles.

Lá se apresentaram em 4 de Dezembro (1634) com muitos barcos e gente de guerra : e a despeito da bôa prevenção de Antonio de Albuquerque lhe levaram de vencida a tranqueira da praia, forçando-o a recolher-se ao forte de Santo Antonio. Os outros dous baluartes, Restinga e Cabedelo, aguentariam o fogo. O primeiro, porém, caiu na seguinte madrugada, em poder do major Hinderson. O destemido João de Mattos Cardoso, comandante do segundo, foi aí ferido. Sucedeu-lhe Francisco Peres do Souto. Com cinco dias mais de assédio

teve de render-se. Nos entrementes chegava Banholo à cidade da Paraíba e combinava a manobra capaz de salvar a derradeira posição da barra : uma sortida de Riba Agüero com 250 homens, a envolver os sitiante de Cabedelo. Era tarde. O fortim de Santo Antonio quatro dias depois se entregou, com as honras militares devidas à galharda resistência.

Derrocara-se o sistema defensivo em que confiara o capitão-mor, justamente ufano das vitórias precedentes. Na cidade reinou a confusão agravada pela intolerancia do Albuquerque (1), que já não tinha mão nos companheiros, e via traidores por toda parte. Porque o venerando Duarte Gomes da Silveira (um dos construtores da Paraíba) parlamentasse com o inimigo, a pedir-lhe clemencia para os da terra, mandou prendê-lo, e faria peor, se uma força holandêsa não o libertasse. Os moradores, atemorizados pela proximidade dos tapuias (o exemplo do Rio Grande os enchia de pavôr) e não podendo fugir aos flamengos — depunham as armas.

O jesuíta Manuel de Moraes, paulista, ordenado na Baía e capitão de uma partida de índios, aprisionado ali e remetido para Recife, aderiu com impudôr aos vencedores. Aceitou-lhes o jugo ; viajou para a Holanda, onde adotou a religião luterana ; e passou a ser precioso informante dos assuntos do Brasil que conhecia tão bem. Grande “língua” e político fino, escreveu uma curiosa “Resposta” “a dizerem os holandêses que a paz era a todos útil, mas a Portugal necessária...” (2) Voltaria, em 1643, para negociar madeira de tinturaria :

(1) As más relações entre o capitão-mor e os moradores foram assunto da carta régia de 17 de Março de 1632, *An. do Museu Paulista*, 111, 2.^a, p. 152.

(2) Vd. nota de GARCIA a VARNHAGEN, II, 344-5; OLIVEIRA LIMA, *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 70 ; A. TAUNAY, *An. do Museu Paulista*, I, 2.^a, p. 121. Al o interessante trabalho em que o ex-padre defende a causa de Portugal mostrando a insensatez da paz com a entrega de Pernambuco, — Saíu condemnado pela Inquisição em 15 de Dezembro de 1647.

e, com a mesma facilidade, largou o intruso e serviu à insurreição pernambucana — sem escapar ao Santo Officio, em Portugal, que o tomou à sua conta. Para recomendar-lhe a cultura basta acrescentar que escreveu uma história do Brasil (“daremos mais larga relação na história do Brasil que temos começada”) — que se perdeu.

P O R T O C A L V O

A ocupação da Paraíba precedeu de pouco o cerco do Arraial de Bom Jesus, a tomada de Porto Calvo, mal defendido por Banholo, e a rendição do forte de Nazareth, insustentável após o desembarque do inimigo no Cabo de Santo Agostinho.

A defesa do Arraial foi renhida e digna: tombou — como previra Calabar — por falta de mantimentos e munições. Entre os prisioneiros figuravam Henrique Dias, cinco vezes ferido na campanha, o senhor de engenho João Fernandes Vieira (1)... Pedro Corrêa da Gama e Luiz Barbalho — capitulando perante Von Schkoppe em Nazareth — tiveram direito de sair com “insignias, armas, bagagens, bandeiras tendidas, cordas e caixas temperadas”, que era delicada homenagem prestada aos bravos. Porto Calvo, berço de Calabar, foi conquistado graças à sua estratégia. Restava a Matias e ao donatário Duarte de Albuquerque, que com êle estava, a fraca posição de Vila Formosa. Não podendo aguentar-se junto do Capibaribe, e sem contar com as guarnições do norte, devia arriscar uma retirada até os limites da Baía, onde se encostasse aos reforços que desse lado teriam de vir.

(1) Outros prisioneiros: Guilherme Barbalho Bezerra, que da Índia se passou ao Reino (*Doc. Hist.*, XXVII, 3); LUIZ ALVARES BRANDÃO, *Doc. Hist.*, XVII, 52; os frades franciscanos de Olinda e Recife, fugidos de seus conventos para escaparem aos holandeses. Henrique Dias perdeu a mão na batalha de Porto Calvo, *Doc. Hist.*, XVIII, 95.

De qualquer modo Pernambuco, a Paraíba, Itamaracá e o Rio Grande ficavam com os estrangeiros.

O que de melhor tinha a fazer era salvar as reliquias de suas forças, abrindo caminho entre os inimigos.

Converteu-se num exodo êsse deslocamento, que arrebanhou os moradores, quantos temiam holandêses e tapuias, os índios de Camarão, os veteranos da longa resistência, oito ou dez mil pessoas. O longo combôio desfilou pela estrada que ia ter às Alagoas.

Sebastião do Souto, residente na vizinhança de Porto Calvo, saiu-lhe ao encontro, e concertou com o general um ataque súbito à vila.

Foi providencial êsse auxílio. Duas vezes Sebastião do Souto derrotou os flamengos com os seus avisos: nessa jornada e, três anos depois, no assalto dado à Baía por Mauricio de Nassau, ocasião em que achou morte gloriosa. Realmente, voltando à povoação assistiu à chegada de Calabar com duzentos homens, passou um bilhete com a notícia aos portuguezes e enganou o major Alexandre Picard, chefe da praça, de maneira a permitir que Matias de Albuquerque a sitiasse investindo-a vitoriosamente. Após seis dias de cerco rendeu-se Picard (19 de Julho de 1635) com 25 oficiais e 377 soldados. Calabar figurou entre os presos. Não se apiêdo dêle o vencedor. Submeteu-o a julgamento e o fez enforcar, em castigo dos crimes, e memória da traição.

O DESASTRE DE D. LUIZ DE ROJAS

A retirada de Albuquerque para as Alagôas poderia transmutar-se num belo movimento estratégico se bem o ajudasse aí o general espanhol que lhe mandavam. Foi D. Luiz de Rojas y Borja (veterano de Flandres, presidente no Panamá), que trazia um destacamento

luso-castelhano e alguns oficiais de mérito (como Miguel Giberton e Heitor de la Calce). Desembarcou em Jaguaruá, fazendo recolher à Baía a força portuguesa (setecentos homens).

Matias de Albuquerque entregou-lhe o comando (16 de Dezembro de 35) e passou-se ao reino, onde respondeu pela perda de Pernambuco, numa devassa impertinente, de que se vingou em hora oportuna: empenhando a espada na Restauração de Portugal, cenário condigno do seu alto valor militar. (1)

Na mesma esquadra chegara sucessor para Diogo Luiz de Oliveira: o governador geral D. Pedro da Silva.

D. Luiz de Rojas engajou a sua batalha infeliz na Mata Redonda (18 de Janeiro de 36).

Êsse desastre completou a série dos infortúnios da pobre gente que fugia de Pernambuco. Combate imprudente e obscuro: atacou o espanhol um bosque onde se condensara o inimigo, e ao querer envovê-lo lhe caiu êste sobre as suas fileiras desordenadas, tombando aos primeiros tiros o próprio general. Ferido na perna, tentou montar de novo, quando o estendeu morto outra bala. Foi o sinal para a debandada (2).

Estava Banholo, pelas vias de sucessão, governador da guerra de Pernambuco. (3)

(1) Matias de Albuquerque logo em 11 de Dezembro de 1641 foi nomeado para o Conselho de Guerra permanente, ao lado do conde de Obidos, outro veterano do Brasil. Exerceu primeiramente o comando da fronteira do Alentejo, que se lhe interrompeu com a prisão ao tempo em que se descobria a conspiração do marquez de Vila Real. Nada tinha com ela e foi restituído ao seu alto posto em 1643. Venceu a batalha de Montijo, 26 de Maio de 1644, e recebeu o título de conde de Alegrete.

(2) Os cronistas fr. MANUEL CALLADO (*Valeroso Lucideno*, p. 33) e fr. RAFAEL DE JESUS (*Castrioto Lusitano*), p. 128) insinuam ter sido o general vítima de uma traição ou vingança portuguesa, alvejado pelas costas, talvez consequência da irritação de amigos de Matias de Albuquerque. Inverificável esta versão, serve para acentuar a perplexidade dos historiadores em face do revêz de Mata Redonda.

(3) Nascido em 1575, Banholo tinha então 61 anos, vd. FRANCESCO PETTINATI, *O elemento italiano na formação do Brasil*, p. 197, S. Paulo 1939.

Resolveu abandonar a linha da costa, e, pelo sertão, voltou a Porto Calvo (19 de Março) onde se fixou, expedindo logo as guerrilhas ao mando de Francisco Rebelo, e depois de Henrique Dias, Camarão, João Lopes Barbalho, Sebastião do Souto e André Vidal de Negreiros, em direção ao Cabo, aos arredores de Recife e à Paraíba, para que o inimigo não tivesse repouso nos engenhos conquistados.

Inaugurou-se um período de sortidas, queima de plantações, assaltos pelos campos, golpes de surpresa, que inquietaram longamente os holandêses à espera de quem os viesse dirigir com mais ordem e espírito que os commissários da Companhia — gananciosos e desageitados.

Veiu Mauricio de Nassau.

UM ADMINISTRADOR : O CONDE DE NASSAU

A Companhia das Indias Ocidentais não ambicionava apenas um império. Empresa mercantil, o seu objetivo mais próximo era o lucro dos grandes capitais comprometidos. Entre 1630 e 33 perdêra sempre. A defecção de Calabar foi-lhe de subito proveitosa: começara a resarcir os prejuizos. De Janeiro de 33 a Agosto de 34 subira a 1.655.700 florins o valor do açúcar mandado do Brasil. Os navios capturados e a madeira de tinturaria estimavam-se em mais 586 mil florins. Pouca cousa: no verão de 1636, as dividas da Companhia chegavam a 18 milhões (1).

Melhorara consideravelmente a situação da "Nova Holanda" e podia cuidar do seu açúcar, na Paraíba,

(1) Os barcos apresados, entre 1623 e 36, em número de 547, tinham rendido 6.710.000 e os carregamentos pilhados, 30.309.736. Mas as despêsas da Companhia com as suas frotas subiram, no mesmo ptazo, a 45.183.430, HERMANN WATJEN, *op. cit.*, ps. 138-9.

em Itamaracá, em Pernambuco. Mas as guerrilhas de Banholo inquietavam os moradores que, timidamente, volviam ao trabalho, e devéras os holandêses não se animavam a afastar-se do litoral, protegidos pelas "casas fortes", onde velavam os seus capitães. Fôralhes excelente a política, na Paraíba, de perdoar aos portuguezes, concitando-os a tornar às lavouras, enquanto os padres retomavam as igrejas e continuavam, tolerados, o seu ministério. Graças a esta benevolencia o exodo se interrompera e vários senhores de engenho se ligaram ao invasor, numa acomodação interesseira. O porto de Recife reanimara-se. A Varzea apresentava outro aspecto. Seria a pacificação — dizia-se daí — se o Conselho dos XIX, que presidia à Companhia, atendesse às sugestões de Waerdenburch (desde 1633), de Arszchewzki, de von Schkoppe, enviando administrador capaz de dar unidade ao governo, dirimir as dúvidas entre os conselheiros políticos e os militares, e inspirar a todos uma confiança oportuna. Um dirigente sensato, energico, autorizado. . . O principe de Orange e os Estados Gerais acharam ótima a indicação do conde João Mauricio de Nassau. Jóven (nascera em Dillenbourg em 17 de Junho de 1604), sobrinho neto de Guilherme o Taciturno, instruido (estudara nas Universidades de Basiléa e Genebra), soldado nas lutas contra os hespanhões em Flandres, realizava o ideal do "bom principe", culto e valente, guerreiro e artista. A oferta, aliás, deslumbrou-o. Dava-lhe um grande ensêjo : ilustrar-se n'uma aventura ultramarina que podia ser a fundação de novo e opulento Estado !

Em 4 de Agosto de 1636 apresentou-se Nassau à Companhia, aceitando as condições com que viria ; e teve, em 23 de Agosto, o regimento do seu governo em 99 artigos. Convidou para a sua comitiva alguns homens notáveis : Piet de Groot, filho de Hugo Grotius, que não aceitou ; o pintor Franz Post, de Haarlem, o ca-

pelão Francisco Pante, teólogo e poeta, Elias Herckmans, militar e humanista, o medico Willem van Mi-laem, depois o medico e naturalista Willem Piso (1).

Essa preocupação de sabedoria e estética completa-va o sentido do consulado de Nassau : um civilizador, um organizador, um conciliador. Até aí mandara Holanda para os trópicos os seus corsários e mercadores : agora, iam os representantes d'uma sociedade liberal e delicada à volta do príncipe sonhador. Embarcaram na Inglaterra em 6 de Dezembro ; em 23 de Janeiro de 37 chegavam a Recife.

A CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO

O plano administrativo de Nassau estava em função de sua guerra.

O que havia de fazer primeiro era livrar-se de Banhãlo, empurrando-o para longe de Porto Calvo ; em seguida, alargar para o sul o domínio holandês ; e assim, limpa uma vasta área de colonização, prepará-la para os esperados rendimentos.

Não se retardou em preparativos pacientes.

Em 17 de Fevereiro lançou sobre Porto Calvo (2) 3 mil soldados, 800 marinheiros, seiscentos índios e negros : a verdadeira ofensiva. Banhãlo desconcertou-se. Para não se arriscar a uma capitulação com toda a sua força, deixou na praça Miguel Giberton com uma guarnição, expediu os melhores cabos para as margens do Comandatuba, afim de dificultarem a passagem ao inimigo, e, sem o aguardar, bateu em retirada para

(1) Vd. P. Calmon, in *Anais do Arquivo Publico da Bahia* XXVI, 188.

(2) Banhãlo escrevera para a Baía em 11 de Fevereiro : "esperava que o viessem sitiar com o novo socorro que ora lhes veio de Holanda em que veio por general Enrique de Nassau (sic.) filho bastardo do príncipe de Orange..." *Atas da Câmara da Baía*, 1637, ms. cit.

Sergipe. Evidentemente abandonava o campo e sacrificava Giberton : com treze dias de cêrco êste se rendeu honrosamente ; e a 27 de Março as vanguardas flamenegas alcançavam o rio de S. Francisco. Entristeceu a vitória do príncipe a morte, numa sortida, de seu sobrinho Henrique. Atingindo, porém, o grande rio, dir-se-ia completa a conquista territorial : dêra-lhe um limite, que podia ser definitivo. Em Penedo fez construir o forte Maurício.

Errou Nassau, tomando então o S. Francisco por balisa luso-holandêsa.

Não perseguiu até S. Cristovão as tropas de Banholo em desordem, permitindo que se recompuzessem no caminho que de Sergipe ia ter à Casa da Torre ; e deixou que a Baía — alvo subsequente do seu ataque — se fortalecesse com êste contingente veterano. O seu revêz, em Abril de 38, resultou sobretudo dêsse erro, por onde começou o fracasso lento, quiçá inevitável, do “Brasil holandês”.

Arszchervzki desaveiu-se então com o príncipe, que o mandou para a Holanda. Aí publicou uma notícia da brilhante marcha sobre o S. Francisco (1). Murmurou-se contra a prudencia do general em não ter transpôsto o rio. Aparentemente o contra-tempo se compensava com a tomada do Ceará — empreendimento fácil, a cargo do capitão Jorge Gartsman, com duzentos homens partidos do Rio Grande, bem recebidos dos índios, que já não sentiam o pulso de Soares Moreno ; e a quiêtação em que manteve as capitánias conquistadas.

Segismundo von Schkoppe ficou no forte Maurício, de observação a Banholo. Observação incruenta : o

(1) O folheto figura in MARTIUS NIJLOFF, *Catalogue* n. 34, 596, La Haya 1935. Sobre êsse herôe polaco, que por ter assassinado um rival no seu país, passou à Holanda, ha um livro em dous tomos, publicado na Rússia em 1893, que nos dá a conhecer José Honório Rodrigues, *Jornal do Comércio*, Rio, 19 de Maio de 1940. Faleceu em 1650. Foi também poeta e escritor.

italiano não se conservou em Sergipe. Fôsse pela pobreza da terra, de defêsa difficil em virtude de suas amplas campinas, ou porque lhe parecesse mais útil a sua presença na Baía, não esquentou logar. Rumou para a Torre de Garcia d'Avila, onde se aquartelou como em sitio equidistante, de Sergipe e da capital. E espalhou espias e capitães de emboscadas até a vizinhança do invasor. O mais eficiente dêstes era Sebastião do Souto.

Porque Banholo não se fixou em S. Cristóvão?

Que importância se dava, a esta época, à capitania real de Sergipe?

Desbravada depois de 1590, tinha capitão nomeado pelo governador geral, muito gado e algum açúcar, salitre e algodão. Em 1609 o seu comércio não aparecia na estimativa da costa do Brasil; mas três engenhos eram aí começo d'uma colonização estável (1). Os rebanhos, entre o Rio Real e o S. Francisco, constituíam-lhe a riqueza dispersiva. Vaqueiros "mamalucos", a serviço dos proprietários que residiam na Baía ou se afazendavam junto à costa, antecipavam nos descampados — com os seus "currais" — os núcleos d'um povoamento tardo e hesitante. Como no Rio Grande e no sertão da Paraíba, tangidas as boiadas pelos "curraleiros" voltaria a terra ao silencio e ao abandono dos primeiros tempos — quando atraz das "entradas" de caça ao gentio ficára apenas a desolação da paizagem, alí e acolá assinalada por uma "tapera", de cabôclos cujo rastro se perdêra no deserto...

Arrebatando consigo os rebanhos para que os hollandêses nada achassem em Sergipe — devêras Banholo destruiu a capitania. Mas com a vantagem de resguardar a Baía d'um assalto furioso.

(1) *Códice CASTELO-MELHOR*, ms. na Bibl. Nac.

IX

REVEZES E FORTUNA

AUMENTOS DA CIDADE-CAPITAL

Volvamos à Baía de Diogo Luiz de Oliveira.

Advertido do perigo que corria a cidade, com os holandeses perto, e em sortidas pelo litoral, mandou construir por Francisco de Frias uma trincheira, junto da ermida de Santo Antonio, d'alem do Carmo (1), um reduto no caminho da Vila Velha (depois o "forte de S. Pedro"), a vigia do Rio Vermelho, um "forte novo da praia" (2) e, para a defesa da costa, entre as vilas do sul e a barra, o forte do morro de São Paulo (3). Fracos auxílios expediu para Pernambuco, por não dispôr de mais de dous *Terços*, insuficientes para a guarnição da praça. Beneficiou-se esta — nos anos seguintes à ocupação de Recife — do preço alto do açúcar, que fez aparecer no Reconcavo nóvas fábricas. O comércio cresceu-lhe, com o desvio das frotas, do seu antigo itinerário de Pernambuco para a Baía e o Rio de Janeiro. As duas devastações de engenhos e canaviais, de Piet Heyn, em 1627, e de Lichthardt, em 1640, não lograram abater essa economia farta. Resurgiu com surpreendente rapidez. Estendeu-se a toda a orla do

(1) *Doc. Hist.* XV, 155; e P. ANTONIO VIEIRA, *Por Brasil e Portugal*, sermões comentados por P. CALMON, p. 38 not., S. Paulo 1938.

(2) *Doc. Hist.*, XVI, 378.

(3) *Doc. Hist.* XV, 468. Foi nomeado almoxarife do forte, 11 de Setembro de 1631, Francisco d'Amaral. Em 1634 havia a companhia de infantaria, *Doc. Hist.*, XVI, 206.

golfo e penetrou os vales do Paraguassú e do Jaguaripe. E' de 1633, quando Antonio Vieira dizia : "Uma das maiores escolas de Marte, que hoje tem o mundo, é a nossa Baía" — (1) o convento franciscano de Sergipe do Conde (2). A fundação do grande convento de S. Francisco do Paraguassú — a duas legoas de S. Tiago de Iguape — foi deliberada em 1649. (3) A prosperidade da lavoura, a opulencia dos engenhos convizinhos e a caridade dos moradores permitiam trabalhos dêsse pórte, longe do núcleo urbano e de suas comodidades burguezas. Nem era só o açúcar a razão da fortuna dos senhores da terra.

Em 1636 houve o governador de proibir que se fabricasse aguardente "na qual se consumiam muitas mil arrôbas de açúcar" (4). A luta entre a aguardente e o vinho do Reino arrasta-se, aliás, pelo século todo. Do vinho era o principal imposto, com que se pagava a tropa ; mas a aguardente valia por "artigo de troca", predilêto, na costa d'Africa ; bebida de negros, o "mata bicho" do pobre... (5) De fato, apesar da proibição nunca deixou de ser distilada nos engenhos : a Câmara obteve a liberdade de fabrico, pagando cada alambique 20\$000, quando escassearam os vinhos do monopólio da Companhia Geral do Comércio, em 1656... (6) Êsse direito arrendava-se por 14 mil cruzados em 1693. A

(1) Sermão na Conceição da Praia, 1633, *Sermões*, IV, 6 (ed. do Pôrto 1909).

(2) *Doc. Hist.*, XVI, 149-52.

(3) A primeira pedra do famoso convento foi lançada em 4 de Fevereiro de 1654, PEDRO CELESTINO DA SILVA, *Anais do Arquivo Público da Bafa*, XXVI, 427.

(4) *Doc. Hist.*, XVI, 397.

(5) A expressão "mata-bicho" ainda é encontrada entre os nativos do Congo Belga, como uma reminiscência do português, dos traficantes, e da fascinação que a aguardente exercia, para os negros. "Matabich"... BARON DE MANDAT-GRACEY, *La Revue Hebdomadaire*, Fevrier 1900, III, 193 (Paris.)

(6) Ata da vereação de 14 de Junho de 1656, *Códice ms. no arq. municipal da Bafa*, inéd. Em 1693 o governador Câmara Coutinho pediu que se deixasse fabricar aguardente, como até aí, pois "é só o genero que ha nêle para se levar à Angola..." *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 104.

exportação de açúcar, contudo (em Portugal “tem sempre muita valia e se ganha mais de cento”) era o maior negócio, quando lhe subia a arrôba de 800 para mil e mil e duzentos réis (1).

D. PEDRO DA SILVA

Nomeado governador geral em 9 de Maio de 1635, começou D. Pedro da Silva em 11 de Dezembro a sua porfiosa administração (2).

Viéram com êle o Provedor-mor da fazenda Pedro de Cadena Vilha-Santi (3); o ouvidor geral João do Couto Barbosa, que fôra corregedor em Thomar; e vários militares experimentados.

O engenheiro-mór Diogo Paes substituiu Francisco de Frias (4). Foi certamente quem completou as obras de defesa projetadas e iniciadas por Diogo Luiz de Oliveira: o “Forte de Santa Maria” (5), o de S. Bartolomeu em Itapagipe.

Teve D. Pedro da Silva o mérito de continuar os trabalhos urbanos do seu antecessor sem se descuidar do primeiro dos problemas rurais: a repressão de tapuias

(1) Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão, etc., *Anais do Museu Paulista*, IV, 794.

(2) D. Pedro era genro de Fernão da Silva, alcaide de Silve, Sanches de Baena, *Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, II, 480. Comandou uma não da Índia em 1605, SIMÃO FERREIRA PAES, *As Famosas Armadas*, ed. do Ministério da Marinha, p. 101. Sobre a sua descendência, P. ANTONIO CARVALHO da Costa, *Corografia Portuguesa*, II, 356, 2.ª ed.

Diogo Luiz não foi devidamente recompensado. Diz-nos D. FRANCISCO MANUEL, *Ecco Polyitico*, p. 12, Lisboa 1645, que morreu em Espanha, prisioneiro d'Estado, depois de ter sido mestre de campo general de Cantabria, etc.

(3) Vd. Provisão, *Doc. Hist.*, XVI, 282. Era de Lisboa, irmão de Jerônimo, senhor do engenho Tibirí, na Paraíba. Casara-se em Pernambuco (onde foi também provedor-mór) com D. Brites Bandeira de Melo, Borges da Fonseca, *Nobiliarqueta*, ed. da Bibl. Nac., I, 184. Em 1632 fôra indigitado para capitão-mór da Paraíba.

(4) *Doc. Hist.*, XVIII, 121.

(5) *Doc. Hist.*, XVIII, 460.

e negros fugidos (tapanhunos, chamavam-lhes os índios) que por vezes obstruíam os caminhos para o Rio Real ou para o São Francisco.

Numerosos africanos aquilombavam-se no Itapicurú : foi batê-los o capitão-mór Belchior Brandão, por ordem do governador e da Câmara da Baía. Deliberada a expedição em 24 de Maio de 36, em 7 de Fevereiro seguinte podia ser feito na cidade o leilão dos pretos apresados. (1) Muito a auxiliou Roberio Dias, filho de Belchior, o "homem da prata", (2) descendo de Sergipe com os seus cabôclos. Esse êxito assegurava as comunicações com o conde de Banholo, a quem se mandava (assento de 16 de Março de 1637) farinha e outros socórros. . . Pouco lhe valeram, é certo : mas a sua retirada, para o S. Francisco e a Casa da Torre, ficaria assim desembaraçada.

Nos entretantes, a cidade crescia. Mandavam os vereadores construir, a modo de mercado, cabanas para a venda de peixe ao povo, ao Terreiro (julho de 1637) e punham em arrematação obras urgentes, quais as do Paço da Câmara, que se estenderam, por sinal, até 1660.

(1) *Livr. de atas da Câmara da Baía*, ms. cit.

(2) ROBERIO DIAS escreveu à Câmara da Baía, em 6 de Fevereiro de 1637, *Livr. de atas* ms. inéd. : "Fiquei aqui neste Mocambo pela Carta de V. S. e por ordem do coronel Belchior Brandão e logo fui com a minha gente, gentio e tapuios correr os matos e demos com três companhias de Tapanhunos de muita gente de que tivemos uma grande briga da qual nos quiz Deus dar vitória em que tomei 40 peças afóra de muitos que foram feridos e mortos e assim lhe tomamos o fato que tinham tomado aos Tapuios do Inhambupe, e nestes negros que tomei também o seu Governador, e Ouvidor Geral, e Provedor, e desembarcadores e o seu Bispo (sic) e trazendo-os ao seu sítio do Mocambo vendo-me que não tinha prisão nem por quem os pudesse manda-los a V. S. . . grande febre de que fui forçado vir muito à prêssa para minha casa donde estou no fim da vida sangrado com oito sangrias de um grande pleuris. . . "Quería que não fossem inquietar os negros pacificados e pedia refôrço de índios. Essa carta dá novo realce histórico ao contestado Roberio. . . das "Minas de prata". — A venda dos escravos do Mocambo rendeu 2:682\$ e as despêsas da expedição não passaram de 158\$770, *Atas*, cit. Al o nome dos expedicionários.

SOCORROS DE ESPANHA

A situação tornára-se mais sombria na península.

D. Fadrique de Toledo, o marquês de Valleda, o conde de Linhares, tais exigências tinham feito, de homens e material, que acabaram desistindo da “empresa e restauração de Pernambuco”. (1) Em 1636-37 — mandou Felipe IV bem escasso auxílio ao seu governador : um pugilo de oficiais e 250 soldados, dos oitocentos que deviam vir de Lisbôa. Os principais eram Heitor de Lacalche, para comandar o Terço Napolitano, (2) e Luiz Barbalho Bezerra com alguns companheiros repatriados depois do desastre de Pernambuco : Guilherme Barbalho, Pedro Cavalcanti, Antonio Bezerra Monteiro, Gaspar de Souza de Carvalho, Tristão da Franca, Antonio Teixeira... (3).

A presença de Lacalche turvou as águas, pois Banholo — aquartelado na Torre de Garcia d’Avila — se considerou diminuído (pedira a mestrança do Terço de italianos para o filho Marcos Antonio de San Felice), e recusou-se a empossá-lo, enquanto D. Pedro da Silva não escondia a sua indignação pelo abandono de Sergipe. Devia voltar e fazer face ao inimigo ! — aconselhou-lhe, por intermedio de Pedro de Cadena. Combinaram uma entrevista a quarto de legoa da cidade — em 15 de Dezembro — e, transigindo, enviou o general quatro capitães à exploração. À espera das informações que trariam dos movimentos de Nassau, Banholo e D.

(1) D. FRANCISCO MANOEL, *Epanáforas*, p. 103.

(2) Patente de 14 de Dezembro de 1636, registada na Bafa em 5 de Junho de 37, *Doc. Hist.*, XVII, 54.

(3) Patente de Barbalho, 30 de Outubro de 36, registada em 31 de Janeiro de 37. Chegou à Bafa com os 250 homens em 16 de Agosto de 37, DUARTE DE ALBUQUERQUE, *Memórias da Guerra do Brasil*, p. 146, Rio 1855. Patentes de seus companheiros, *Doc. Hist.*, XVII, 5, 14, 22.

Pedro acertaram um curioso "modus vivendi": ficaria aquele em Vila Velha, e o governador no seu Paço, cada um tomaria a si a vigilância da costa durante quinze dias. Não cediam atribuições nem humilhavam pro-sápias: passavam a colaborar... O acôrdo simplificou-se no dia em que um daqueles capitães, Sebastião do Souto, apareceu a Banholo com um bilhete que tomára ao alferes holandês por êle morto numa escaramuça, perto do forte Mauricio.

O bilhete informava sobre o designio do principe de assaltar a Baía com poderosa esquadra e 6 mil homens. (1)

Prontamente Banholo se recolheu à cidade com a sua força: e era tempo.

A 16 de Abril quatorze navios surgiram na altura do Rio Vermelho. Entraram a barra, afrontaram o fogo dos baluartes, e, dobrando a ponta de Monserate, foram deitar ferros diante da praia deserta de Nossa Senhora de Escada.

ATAQUE DE NASSAU À BAÍA

A manobra foi sagaz. Desprezou Nassau o antigo plano de investir a praça pela Barra e portas de S. Bento: experimentar-lhe-ia a resistência pelas portas do Carmo, valendo-se do fácil acesso da montanha entre S. Felipe e Água de Meninos, para ganhar simultaneamente os altos, fronteiros ao Terreiro de Jesus, e o vale, que dêste lado separa das colinas adjacentes o centro urbano.

Até o dia 20 os portugueses ignoraram o logar definitivo do desembarque. Também se desentendiam os

(1) Provisão do governador, de 7 de Fevereiro de 1637, fala na "Armada inimiga que se espera vir sitiá a esta Praça", *Doc. Hist.*, XVI, 418.

capitães, reunidos por D. Pedro da Silva : para Banholo seria preferível deixar que o príncipe tomasse a cidadela, para aí o encurralar, como em 1625 ; mas os moradores se opunham, lembrando o prejuizo, das casas varejadas pelo hereje, e como êstes se fortificariam, ao abrigo dos muros feitos para afugentá-los... O sino da Câmara tocou a rebate. Talvez explodisse um motim. O bispo D. Pedro da Silva e São Payo, (1) o governador e Duarte de Albuquerque apaziguaram os animos, prometendo que a cidade se sustentaria (2). As tropas distribuíram-se em ordem a defender a trincheira em Santo Antonio-alem-do Carmo : os veteranos de Pernambuco, o Terço Novo (do mestre de campo D. Fernando de Lodueña) e a gente de Luiz Barbalho. O governador deu o comando supremo a Banholo. Na noite de 21 — após entre-choques de guarda avançadas — os holandêses tentaram levar de vencida a trincheira. Advertidos por Barbalho e seus vanguardeiros, os nossos os receberam com tal vigôr que se converteu a arremetida num revés considerável : duzentos ficaram no campo... (3) Mas o exercito invasor caminhára ao longo da praia, conquistando sem dificuldade os fortes de Itapagipe e Novo (do Rosario), e entre 23 de Abril e 2 de Maio reconheceu o terreno circumvizinho, para vibrar com segurança um golpe que podia ser decisivo. Não lograria melhor êxito. Invencíveis nas guerrilhas, cercavam os seus chefes (o governador, incançável nas suas providencias,

(1) A D. Marcos Teixeira sucedêra o bispo D. Miguel Pereira, que tomou posse por procuração em 19 de Junho de 1626, e faleceu em Lisboa em 16 de Agosto de 1630.

Tinha parentes na Bafa, frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, cit. Cavalcantes etc. Seu successor, D. Pedro da Silva e São Payo, chegou à Bafa em 19 de Maio de 1634 e aqui faleceu em 15 de Abril de 1649.

(2) Quanto aos moradores, em 23 de Abril se quotizaram para oferecer aos soldados 15 mil cruzados, a título de animação, *Atas da Câmara da Bafa*, ms. Alegavam que o inimigo estava "na roça do Padre Ribeiro, e senhor de Itapagipe, e chegando já às nossas trincheiras..."

(3) Vd. nosso estudo sobre o ataque da Bafa de 1638, *An. do Arquivo Publ. da Bafa*, XXVI, 206.

Banholo, Duarte de Albuquerque, Lourenço de Brito Corrêa, os comandantes dos Terços, Lodueña, João de Araujo e Lacalche) famosos “campainhistas” como Henrique Dias, Francisco Rabello, Vidal de Negreiros, Camarão, Sebastião do Souto, Barbalho. Êste se fortificou numa elevação que protegia a estrada de contôrno por onde se vae à Quinta dos Padres (alto “do Barbalho”, desde então) e daí observou o acampamento de Nassau.

A grande batalha, após muitos dias de bombardeio ineficaz, (1) ocorreu ao cair a noite de 18 de Maio.

Mandou o principe que os navios hostilizassem as encostas de Vitória e Barra — para onde acorreu Lacalche — afim de dividir a atenção dos defensores: e atirou o grosso das fôrças sobre Santo Antonio.

A trincheira foi atacada pela esarpa de Água de Meninos e pela ladeira de Agua Brusca. Diz-nos o padre Antonio Vieira: “. . . Armada de infinita munição, de granadas e outros artificios de fogo, que disparados incessantemente entre a tempestade das cargas, alumiaa a noite, atroavam ao ar, e choviam raios sobre os que dentro e no alto da fortificação a defendiam, presumindo os escaladores que, com êstes aparatos de horror, sacudiriam dela os nossos, e franqueariam os difficultosos passos por onde insistiam em subir, e pretendiam ganhar” (2). Interveiu Barbalho, colhendo de flanco o inimigo (3). Dos parapeitos da trincheira alcanzias, pedras, projecteis de toda sorte rechassaram a escalada, a que assistia o próprio Mauricio de Nassau. Sebastião do Souto foi ferido mortalmente. Os holandêses perderam o engenheiro Berchen, o capitão Houwin, oito officiaes da companhia do principe: e o major

(1) Diz o P. Vieira que os holandêses dispararam 1600 tiros; e DUARTE DE ALBUQUERQUE, *Memórias Diárias*, p. 162 — 1.446 balas...

(2) *Por Brasil e Portugal* (Sermões anotados por PEDRO CALMON).

(3) Vd. *Doc. Hist.* XVIII, 84.

Hinderson se salvou com a perna dilacerada. O malôgro tornou-se-lhes esmagador. Relata Pedro de Cadena que no dia seguinte os portugueses "em carro lhe fomos entregando os seus mortos, e lhe contamos, na entrega, trezentos e vinte sete dos mais formosos homens que se viram nunca, que pareciam gigantes. E sem dúvida eram a flôr dos holandêses, e êles se enfadaram de ver tantos, e se foram, ficando mais de 30 para lhes mandar, que ainda tínhamos. E êstes, fóra muita quantidade, que retiraram de noite, enquanto se pelejava, com cincoenta rêdes. E se afirma que só de mortos, com os da entrega, passam de 500, e mais 700 feridos". Dos nossos, mataram 60 e feriram 99 — continúa o prevedor-mór (1). Derrotado assim, sem a esperança de que a fortuna lhe sorrisse nessa terra indomável, quiz o príncipe que lhe restituissem 60 prisioneiros, e de repente, interrompendo a negociação, embarcou com todo o exercito no dia 26 e voltou, silenciosamente, para Recife.

Êsse insucesso das armas de Orange poz um paradedeiro aos seus triunfos no Brasil. A reconquista ia começar. Portuguezes e espanhóes exultaram em jubilos patrióticos. Assomou ao pulpito, (13 de Junho de 1638) para celebrar a gloria dos soldados católicos, um pré-gador moço e sábio que iniciára em 1634 no Reconca-vo, a sua carreira de orador sacro e pensador político: Antonio Vieira. (2) A sua voz de insuperável eloquencia devia repercutir na Europa, assegurar-lhe que o

(1) De Pedro de Cadena é uma importante correspondência sobre a luta na Baía, existente no Arquivo Histórico Colonial (Lisbôa) e da qual nos deu as primicias o P. SERAFIM LEITE, *Páginas de História do Brasil*, S. Paulo 1937.

No mesmo ano de 1638 se publicou em Madrid uma "Relacion de la vitória que alcanzaran las armas católicas en la Baía de todos Santos". *Catalogue of Spanish Books*, MARTINUS NIJHOFF, u. 803, Haia (u. 612). Tres outros folhetos sobre a vitória consultamos em New York Librarys

(2) De 1635 é o compêndio de filosofia de Vieira, que se lia na Baía ainda no começo do século XIX, cf. conego Antonio Joaquim das Mercês, ms. de 1851, no *Inst. Hist. da Baía* (n. 185, m. III), ignorado dos seus biografos.

Brasil, bem ou mal, se libertaria sòzinho dos homens de outra fé : e definia, com uma energia nova, o espírito português — que no Alemtejo aprestava os homens-bons para a revolução restauradôra, prevista, e inevitável.

A ARMADA DO CONDE DA TORRE

Em Espanha e Portugal a notícia de estar a Baía sitiada alvoroçou governantes e mercadores, que se dispuzeram a todos os sacrificios para socorrê-la e, se possível, resgatar ao mesmo tempo Pernambuco.

Organizou-se depressa uma expedição grossa cujo comando coube (juntamente com o governo do Brasil) a D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, “primeiro português que durante a dominação castelhana teve o cargo de ambas as armadas”. (1)

O dinheiro para os aprêstos saiu dos adiantamentos feitos por particulares sobre a receita da alfandega, e dos bons eclesiasticos. D. Diogo Lobo levantou mil homens nos Açores. . . (2) A esquadra, de 3 velas, largou de Lisbôa em 7 de Setembro de 1638 e passou à vista de Recife em Janeiro. Se desembarcasse então a gente que levava — dez mil soldados ! — talvez exterminasse sem mais demora o domínio holandês no Brasil. Mas o conde da Torre ignorava a verdadeira fôrça de Nassau e tinha instruções para aperceber-se, na Baía, para o ataque formal às capitánias do norte. Alarmou-se, nêsse porto, com a falta de tudo. Assumiu o governo em 23 de Janeiro. Antes para preparar de novo a frota do que para desfechar com ela o golpe que prometêra. Não havia “bastimentos, nem em deposito nem a comprar, e nada do que a V. Maj. se tinha avisado,

(1) JOSÉ CASSIANO NEVES, in *Ocidente*, n. 30, Lisbôa, 1940, p. 92.

(2) Vd. *Doc. Hist.*, XVIII, 52.

pertencente ao seu real serviço ; antes os soldados descontentes e por pagar, a fazenda real consumida e endividada em mais de 15 mil cruzados, sem ter consignação de que me aproveitar, os armazens sem armas, as fortificações danificadas e caídas” (1).

Empenhou-se sobretudo em reunir os mantimentos indispensáveis — mandando procurá-los no Rio de Janeiro, em S. Vicente e até em Buenos Aires (2). Em 8 de Junho juntou os homens bons da terra e concitou-os a cuidarem do provimento da armada sem a espera de socórros da Europa, que não mais viriam. Formou-se a comissão : Diogo de Aragão Pereira, Diogo Lopes Ulhôa, Antonio da Silva Pimentel, capitão Francisco Fernandes, Mateus Lopes Franco. (3) Em 12 de Julho apresentaram 60 mil cruzados, que emprestavam. Ficou o capitão Francisco Pereira do Lago com o trabalho de administrar os concêrtos reclamados por vários navios (4). Retardou-se assim, estranhamente, o conde-

(1) Carta in R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 422. Nos *livros da Câmara Baía* (ms. no arq. desta) vemos que em 26 de Janeiro (1639) se consignava a abundância de farinha do Reino, existente com a chegada da frota... Entretanto em Abril o conde da Torre, depois de proibir o plantio do tabaco, obrigava os moradores a tratarem de fabricar farinha de mandioca — o que vale dizer, deixou que se dispersassem os víveres necessários para a missão, a que vinha.

Observe-se que, “retirando-se o conde de Banholo a esta praça, se uniu todo o govêrno militar, quando o conde da Torre passou a êste Estado, por capitão general de mar e terra. Assim se conservou até o presente...”, escreveu o conde de ATOUGUIA em 1655, *Doc. Hist.*, IV, 264.

(2) Sobre o comércio com Buenos Aires a êste tempo, R. DE LAFUENTE MACHAIN, *Los Portugueses en Buenos Aires*, p. 108, Buenos Aires 1934.

(3) Eram os homens mais ricos do Brasil. Sobre Diogo de Aragão Pereira, genro de Baltazar de Aragão, P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 121.

Francisco Fernandes (da Ilha), sôgro de Nicoláo Aranha Pacheco, foi senhor da ilha da Maré, e bemfeitor da Mizericórdia da Baía : af o seu retrato, o mais antigo desta galeria. Mateus Lopes Franco, contratador de dizimos, era senhor de engenho, além de mercador. Queimaram-lhe um engenho os hollandêses em 1638, DUARTE DE ALBUQUERQUE, *Memórias Diárias*, ed. de 1638, p. 164. Antonio da Silva Pimentel, alcáide-mêr da Baía dezesseis anos, era genro de Pero Garcia, morto em 1624, vd. frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit. Silvas Pimentels.

(4) Francisco Pereira do Lago tem a notoriedade do morgado de Santa Barbara — o principal da cidade baixa, na Baía — que fundou em 1641, MELO Moraes, *Crônica geral e minuciosa do Impêrto do Brasil*, p. 47, Rio 1879. Ar-

governador na Baía, enquanto por certo o inimigo, bem avisado, se preparava para recebê-lo.

O fracasso estava, implicito, nêsse letargo.

O padre Vieira exprimiu o descontentamento e a dúvida causados pela dilação, a que se aliava a soltura de costumes de soldados e marítimos, na pobre cidade vítima de inimigos e patricios... "Que dirão aqui muitos capitães com nome de cristãos, ou sejam dos menores, ou também (que pode ser) dos maiores? Que dias pôdem esperar de Deus, se dão as noites ao diabo?"

(1) "A ousadia é a metade da vitória, e quem temeu ao inimigo, já vae vencido". — Explicou D. Francisco Manoel que Felipe IV desconfiára do "capitão general de mar e terra" — com tanto poder — e o rodeára de conselheiros, de modo a nada resolver de pronto... (2) Molêza e solercia de um lado, prudência e ceticismo do outro, prenderam no porto a armada e a fidalguia que a tripulava até 19 de Novembro (3). No dia 8 fizera o conde registar a carta régia (de 4 de Março!) que lhe avisava da provável vinda de sucessôr seu... (4)

Não podia retardar-se mais.

Sáiu tarde e em má hora.

A frota — de 41 unidades — ao mando de Willem Corneliszoon Loos, partiu de Recife a surpreende-lo

rendára o contrato dos dízimos da Baía em 1636-7, *Doc. Hist.*, XVII, 136. Em 1642 foi tenente general da artilharia, MIRALLES, *op. cit.*, p. 45. No *Cat. Geneal.* citado, a sua descendência.

(1) *Sermão da Santa Cruz*, pregado em 30 de Maio de 1639 "estando na Baía a armada real", *Por Brasil e Portugal*, p. 69. Tais os delitos, que as mulheres não podiam sair à habitual missa da madrugada, diz um relatório holandês, *Rev. do Inst. Arqueol. Pernambucano*, V, 21-2.

(2) *Ecco Polytico*, p. 12, Lisboa 1645.

(3) Entre os braços da expedição figuravam D. Sancho Manuel, futuro conde de Vila-Flôr (*Doc. Hist.*, XVIII, 135), Antonio de Souza de Menezes, que foi governador geral (VARNHAGEN, *Hist. das Lutas Holandêsas*, p. 330), Francisco Barreto, o conde de Castel Melhor, também futuros governadores gerais do Brasil.

(4) *Doc. Hist.*, XVIII, 173-4.

(5) *Sermões*, IX, 359.

no litoral das Alagoas. Compunha-se a esquadra del-rei de oitenta e sete velas: “a maior que nunca passou a Equinocial”, na frase de Vieira. “Cobriu enfim ou asombrou êsses mares aquela multidão confusa de torres navais, composta de 87 vasos, muitos de extraordinária grandeza, armada de 2.400 canhões, e animada de 14 mil europeus, número que o Oceano Austral jamais tinha contado nem ouvido” (1). Sobreveio então o desastre, infligido em parte pelos ventos contrários, em parte pela audacia e habilidade do adversário.

Levava o conde da Torre o desígnio de dar desembarque à tropa em Páo Amarelo — dous mil homens — que iriam sobre Recife, enquanto os barcos lhe fechariam a barra, estendendo o bloqueio a toda a costa.

Diante daquela praia, com efeito, se chocaram as duas esquadras. Corneliszoon procurou a não almirante, mas, investido por vários galeões, não logrou abordá-la. Aos primeiros tiros morreu o chefe holandês. Sucedeu-lhe Jacob Huygens e, na manhã seguinte, o combate se renovou à altura de Goiana (2 de Janeiro de 1640). A sorte das armas favoreceu, já então, ao inimigo, que manobrava com facilidade navios menores, em contraste com a semi-imobilidade das pezadas náos da Índia (2). A 14 de Janeiro ocorreu a terceira batalha, ao longo do litoral da Paraíba, num mar insidioso, que atirava os combatentes para o ocidente, afastando-os dos portos onde poderiam refrescar. Finalmente, a 17, se feriu o quarto encontro em frente ao Rio Grande, “a frota espanhola desgarrada e desfalcada” (3) e em franca direção do equador a despeito dos esforços dos

(1) *Serm.*, IX, 359. O índio Camarão, em companhia do Padre Afonso Ferreira, *Doc. Hist.*, XVIII, 123, seguiu por terra.

(2) GASPAR BARLÉOS, *O Brasil Holandês sob o conde João Maurício de Nassau*, edição do Ministério da Educação, p. 186.

(3) BARLÉOS, *op. cit.*, p. 190.

capitães para retê-la junto ao litoral. Os holandêses, seguros dêsse rumo, suspenderam o fogo e voltaram, com vozes e fanfarras de triunfo, para Pernambuco — imprevidentes nêsse regozijo ainda prematuro, pois com isto não impediram o desembarque, no porto de Touros, de 1.400 homens, dos destinados a Páo Amarelo, cujo mestre de campo era o invicto Luiz Barbalho Bezerra.

CATASTROFE

A dispersão, o malôgro da armada assombraram Brasil e metropole. Muitos navios foram dar ao Maranhão e às Antilhas (1). O conde da Torre recolheu-se à Baía num bergantim, como para comunicar pessoalmente o seu fracasso — fatal para a cidade, alvo de represalias que não tardaram, e para Pernambuco, que não seria tão cedo socorrido. Reassumiu o governo. Em 25 de Março (1640) dirigiu-se à Câmara pedindo lhe concertasse o galeão “Borgonha”. Apresentou, em 20 de Abril, cartas de Luiz Barbalho e André Vidal, boas e más. Tanto falavam da impavidez e do êxito da retirada como do grande reforço recebido pelos holandêses. “. . . Em como viêram de socôrro ao inimigo 20 nãos e 2 mil homens e se estavam aparelhando muitos navios com desenho de virem a esta Praça e assim que era necessário meter bastante bastimento e fornecer esta Praça. . .” (2)

(1) Com seu cunhado D. Francisco Rendon fôra de S. Paulo o alferes Amador Bueno, filho do homônimo, e embarcou no galeão Jesus Maria, de Castela. Deu em S. Domingos. Indo para o reino os francêses lhe afundaram o navio. *Livr. de Mercês Gerais*, ms. no Arq. Hist. Colonial (Lisbôa). O capitão Antonio Tavares Raposo juntara-se ao conde da Torre na Baía, com 150 paulistas, *Doc. Hist.*, XVII, 418.

(2) *Livr. de atas da Câmara da Baía*, ms. cit. A última ata em que aparece o nome do conde da Torre é de 1 de Maio de 1640. Montalvão empossou-se em 26 de Maio, *MIRALLES, Hist. Mil.*, p. 143.

A retirada de Barbalho (1) compensou o revéz, como um desagravo militar; deu à história dessas lutas intermitentes um retoque de epopéa; inquietou e flagelou o estrangeiro que se julgava senhor definitivo do país, entre o Rio Grande e Sergipe; mostrou principalmente que a guerra continuava.

Cairam os retirantes sobre "800 flamengos e 400 índios, de que se degolaram mais de quinhentos, na Goiana", deram "numa casa forte, a que os mais se retiraram"; no engenho Salgado bateram 1.400, com furor incomparável; e abrindo caminho para as Alagoas, (2) rechassaram os destacamentos sucessivos que ousaram tomar-lhes o passo.

(1) Merecem citados os companheiros de Barbalho: Francisco Barreto, que seria o general da Restauração de Pernambuco; cap. HILÁRIO NUNES DE MATOS (*Doc. Hist.*, XVIII, 246), AMARO VELHO DE CERQUEIRA (*Doc. Hist.*, XX, 78), LOURENÇO DE BRITO CORRÊA (*Doc. Hist.*, XIX, 470), MANUEL DE HINOJOSA, LOURENÇO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE e MANUEL CAMÉLO, adiante mencionados; MANUEL ALVES e MANUEL DE ARAUJO (*Doc. Hist.*, XXIV, 223 e 295), Pedro Gomes, depois mestre de campo (*Doc. Hist.*, XXV, 39), MANUEL CARVALHO FIALHO (*Doc. Hist.*, XXX, 376) que perdeu dous irmãos na retirada; Manuel Lopes, general na guerra dos Palmares (MELO, *Biographias* etc., II, 170-2); Pedro de Oliveira, depois ajudante no Rio, *Doc. Hist.*, XXI, 241; PEDRO DO CANTO COELHO, *Doc. Hist.*, XXVI, 39; FRANCISCO PEREIRA GUIMARÃES, *Doc. Hist.*, XXVI, 183 (foi capitão-mór do Rio Grande); GREGÓRIO PEIXOTO, *Doc. Hist.*, XXV, 335; ANTONIO DE ANDRADE, *An. do Arq. Publ. da Bafa*, VIII, 32, ASSENÇO DA SILVA, *Doc. Hist.*, XIX, 352; PEDRO DE MIRANDA, *Doc. Hist.*, XIX, 387.

(2) Patente do cap. Antonio de Andrade, *An. do Arq. Publ. da Bafa* VIII, 33 (as demais Patentes de veteranos da retirada insistem na enumeração dos mesmos sucessos). Logo no Rio Grande destróçou Barbalho os pelotões de holandêses e tapuias (70 brancos e 300 índios). Atravessou a Paraíba auxiliado pelos senhores de engenho prevenidos por André Vidal. Deu em Goiana em 20 de Fevereiro (1640): morreu aí o sargento-mór Picard. Tombaram mais de 400 inimigos. Queimou os engenhos das Alagoas e perseguido pelas forças de Carlos de Tournon (comandante do forte Maurício) juntou-se às guerrilhas de Camarão e Henrique Dias, passando o São Francisco para atender à Bafa, a tempo de reanimá-la, quando a investia Lichthardt. Cousa digna de gregos, celebrou D. Francisco Manuel, *Epanaphoras*, cit. Também Frei MANUEL CALADO, *O Valeroso Lucideno*, ps. 73-4, Lisboa 1668; frei RAFAEL DE JESUS, *Castríoto Lusitano*, p. 165.... Hierônimo de Hinojosa declarou que em Goiana degolara mais de 50 inimigos, *Livr. de Mercês Gerais*, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa. Lourenço Cavalcanti diz que na retirada lutavam "comendo cavalos e cachorros". *Livr. 2.º de Mercês Ger.*, ms. no mesmo Arq., f. 645. E MANUEL CAMÉLO, *Doc. Hist.*, XXI, 296; "... no assalto que pelas 2 horas da noite deu a 800 holandêses no engenho de Goiana de que se degolaram 500 flamêngos; na investida que pelo romper d'alva da mesma noite se fez a uma Casa forte em que se recolheram os que escaparam; no reconto que a 1.500 holandêses se teve no engenho do Salgado..." Vd. também *Doc. Hist.*, XX, 78.

Apresentaram-se, ufanos, na Baía, quando mais precisa era a colaboração de sua bravura e experiência.

Lastimou o padre Vieira : “perderam os derrotados e tristes conquistadores o mar, perderam a terra, perderam a esperança, e nós que nêles a tínhamos fundado também a perdemos”. “Os que tanto costumados eramos a vencer e triunfar, não por fracos, mas por castigados fazeis que voltemos as costas a nossos inimigos. . .” “E aquele nome português, tão celebrado nos Anais da Fama, já o hereje insolente com as vitórias o afronta, e o gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza” (1) . . .

Misturou-se-lhe o queixume às angustias d’uma população afligida pelo mais impiedoso dos ataques marítimos — quando o almirante Lichthardt quiz desferrar-se dos “campanhistas” e das guerrilhas de Barbalho, abraçando o Reconcavo, entre 25 de Abril e 12 de Maio de 1640.

Estava na lógica da guerra.

Lichthardt foi a resposta de Nassau ao desafio do conde da Torre.

Informou o príncipe para Holanda : “Realizamos um assalto à Baía com vinte navios e 2.500 soldados, afim de tomarmos vingança dos danos que Luiz Barbalho ocasionou nas regiões por nós ocupadas, e incendiámos, e destruimos para sempre vinte e sete engenhos, além de povoações e casas particulares, de sorte que na Baía só restam oito engenhos. . .” (2)

(1) *Sermão pelo bom successo etc.*, 10 ou 11 de Maio de 1640, *op. cit.*, p. 96.

(2) R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 389.

O VICE-REI MONTALVÃO

Mas a represalia não se limitou à assolação do Reconcavo.

O coronel Koin entrou o rio Real, a destruir o que encontrou. Encurtavam-se distâncias, entre a Nova Holanda e a Baía. “Em Junho (resumiu Vieira) o rio Real ocupado pelo inimigo, os campos e os gados quasi senhoreados, e as esperanças de os recuperar não quasi, senão de todo perdidas”. Foi quando chegou o substituto do inditoso conde da Torre (1), aliás logo em seguida mandado preso para Lisbôa, onde expiou, nos cárceres de S. Julião (destituído por el-rei de títulos e honras que possuía) a sua infelicidade: D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão (2). Trazia um título superior: Vice-rei do Brasil. Contrastava com a ruína dêste, Província que, “pois a vemos levantada a vice-reino entre as mortalhas, bem se pôde dizer por ela também: que depois de morta foi rainha” — sorriu, no pulpito, o jóven prégador. (3) Tivêra Felipe IV em vista opôr a Nassau, príncipe de sangue, uma autoridade mais qualificada que os governadores antigos: acentuava assim o seu interêsse pela conservação da colônia. Empossou-se Montalvão em 26 de Maio de 1640 (4).

(1) Ficára no governo durante a ausencia do conde, a partir de 21 de Outubro de 1639, o mestre de campo D. Vasco Mascarenhas — conde de Obidos por carta de 22 de Dezembro de 36.

(2) Sobrevindo a Restauração, em 1640, foi o conde da Torre que induziu o comandante da fortaleza de S. Julião da Barra, D. Fernando de la Cueva, a entregá-la, DAMIÃO PERES, *História de Portugal*, VI, 9. D. Francisco Manuel escreveu-lhe uma de suas “cartas familiares”. Faleceu em 9 de Agosto de 1651. Sobre a sua descendência, vd. P. ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, II, 415, 2.ª ed., Braga, 1862. O 2.º conde da Torre, seu filho, herde de Evora, em 1662, fundou a admirável casa dos marqueses da Fronteira, em Lisbôa.

(3) VIEIRA, *Sermão da Visitação*, *Serm.*, IX, 306.

(4) Mestre de campo, com Gaspar de Souza, de um dos primeiros terços que houve no Reino, *Epanaforas*, cit., p. 178. Entrou em Palácio a 23 de Junho de 1640, cf. *Livr. de Atas da Câmara da Baía*, ms. inéd. Esta a verdadeira data da posse?

Felizes sucessos consolaram os colônos, até af tão castigados pela sorte adversa. O vice-rei trouxêra a fortuna! — festejou-o o jesuíta (1). Realmente, os “campanhistas” lograram retomar o rio Real em Setembro. Falhára uma tentativa holandêsa de ocupação de Camamú, também o seu desembarque no Espírito Santo. (2) Isto em Outubro. Pois em Novembro “o incendio das canas e assolação dos engenhos de Pernambuco; (3) terrível guerra e a que mais desespera ao inimigo. Em Dezembro, embaixadores do mesmo nêste porto a pedir tréguas, a oferecer partidos, a reconhecer a superioridade de nossas armas, de que pouco antes tanto zombavam”.

T R E G U A S

Que tréguas eram essas?

Resolvera Nassau mudar de política. Manifestára o desejo, em Pernambuco e na Paraíba, de manter a liberdade dos cultos, o respeito da propriedade, os costumes portugêses. Queria, em compensação, que os “campanhistas” cessassem as suas correrias. Dava-se por bem pago das perdas passadas com os incendios do Reconcavo. Não foi difficil entender-se com o marquês de Montalvão. Sabendo êste, pelos religiosos que con-

(1) O Padre Vieira, na festa da Visitação de Nossa Senhora, 2 de Julho de 1640, saudou, do pulpito da Mizericordia, o marquês de Montalvão, *Por Brasil e Portugal*, p. 129. Êste sermão por certo lhe deu a amizade do vice-rei, manifestada na importante comissão com que foi a Portugal no ano seguinte.

(2) A esquadra do coronel Koin atacou Espírito Santo em 28-30 de Outubro. Os moradores refugiaram-se no castelo e mataram 60, ferindo 80 inimigos. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 390. Verdadeiro milagre, cf. JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico*, I, 92.

(3) Os capitães escolhidos para essa assolação eram Henrique Dias e Paulo da Cunha, frei RAFAEL DE JESUS, *Casrioto Lusitano*, p. 165. Das Atas da Câmara, ms. cit., consta entretanto que se fez junta em palácio, em Novembro, sobre o mocambo que devia ser atacado por Henrique Dias, e a conveniência de levar êle um padre que soubesse a língua dos negros quilombolas. Teria Henrique Dias interpretado a sua maneira as instruções do vice-rei?

viviam com o inimigo, de seus propositos humanitários, se adiantou em escrever-lhe. Deviam renunciar ao sistema de guerrilhas... Respondeu o príncipe em 20 de Outubro; e a 5 de Novembro pediu a troca de commissários ou reféns, que assegurassem a suspensão de hostilidades. Mandou o tenente coronel Hinderon e o major Day. Para Recife seguiu o mestre de campo Pedro de la Carrera de Arenas (veterano de 1624 e 1631). Trêguas, sem dúvida: mas incompletas, pois o vice-rei fez jôgo duplice, pegando-se de um lado à palavra de Nassau, e do outro dizendo que Henrique Dias e Paulo da Cunha lhe desobedeciam, devastavam os canaviais como malfeitores, "e, quando presos, deviam ser enforcados..." (1)

O principal era a tranquillidade, que ganhava o governador do Brasil holandês para a sua obra administrativa, favoneando simultaneamente a diplomacia do seu país, empenhada em distinguir Portugal da Espanha, e de pazes feitas com o primeiro, acabar a destruição do velho adversário.

Essa orientação provinha do cardeal Richelieu.

A liga de Rivoli (1635), que unira, contra a casa d'Austria, França e Holanda, envolvêra os Estados Gerais no projéto franco-inglês de levantar portugueses contra espanhóis, a exemplo das "alterações de Evora". O motim, em que estrugiram as iras do povo atenuado pelos tributos, descontente e humilhado, subitamente revelára à Europa a debilidade do domínio castelhano em Portugal. A missão diplomatica de Saint-Pé aproximou do governo de Paris o duque de Bragança D. João, que, o primeiro fidalgo do Reino, estava naturalmente indicado para chefiar a Restauração.

(1) Frei MANUEL CALADO, *O Valeroso Lucideno*, p. 76.

O duque era dissimulado e sagaz. Ocultou pretensões e sentimentos. Mas o conde-duque de Olivares velava.

O ministro de Felipe IV presentira o perigo. Não soube neutralizá-lo. Adotou um método contraditório : quiz enfraquecer, aniquilar Portugal, chamando a Madrid a fina flôr de sua gente, recrutando-lhe a mocidade para as guarnições em Espanha e empobrecendo, com impostos crescentes, comércio e povo. A rebelião da Catalunha, em Junho de 1640, mostrou-lhe a gravidade do problema : pois os francêses ajudavam Barcelona e, distraídas as forças espanholas, os portuguezes não tardariam em aliviar-se do jugo que os oprimia... Holanda e França trataram de apressar o rompimento. Suspeitada de todos, sòmente no Brasil se percebia mal e imperfeitamente a marcha dos fatos.

À falta de informações, os homens de espírito, como o padre Vieira, se valiam das profecias do sapateiro Bandarra. Alguma cousa aconteceria, nêsse ano de 40 — dizia a trova do vidente... Portugal teria *rei natural*! Outro D. Sebastião, o *Encoberto*. A Independência — bem merecida.

Nassau podia estar de posse dos segredos de Amsterdam.

Vieira ignorava-os — e, vendo esgotar-se o ano de 40, sem que a promessa se cumprisse, achou que o *rei natural* era mesmo Felipe IV, e assim carecia de sentido a bulha *sebastianista*. (1) Chamou-lhe, no Sermão de 6 de Janeiro de 41, “invictissimo Felipe IV, o grande...” Dous mêses depois reconhecia D. João IV — e se preparava para pôr ao seu serviço a mais engenhosa eloquencia que ainda floresceu na Igreja portugêsa!

(1) Vd. a polemica entre OLIVEIRA MARTINS e CAMILO, sobre “os jesuitas e a Restauração”, in *Boêmia de Espírito*, 3.ª ed., Porto 1920.

D. JOÃO IV

Em 1.º de Dezembro, com efeito, nobreza e povo aclamaram em Lisbôa o Rei desejado. Foi quasi incruenta essa revolução decisiva. Propagou-se pelo país e chegou às colônias sem resistências sérias: Porque estava nas almas, falava ao sentimento português, soprára-lhe a flama patriótica tantos anos velada.

Na Baía a bôa nova aportou com uma caravela, em 15 de Fevereiro seguinte.

O mestre do navio teve a cautela de não se comunicar com ninguém antes do vice-rei, a quem entregou uma carta do próprio D. João IV. Montalvão não perdeu tempo. Devia agir com prudencia e tacto para não provocar o terço espanhol, de mais de seiscentos homens, aquartelado na cidade, nem, diante dêle, dividir as opiniões e as fôrças. Chamou a palácio as principais pessoas, eclesiásticas e civis, e as ouviu de per si. Simultaneamente deu ordem a Joanne Mendes de Vasconcelos e D. Fernando de Mascarenhas seu filho, mestres de campo dos dous terços, para se apresentarem com êles no Terreiro de Jesus e na praça de Palácio. Procedeu-se alí a uma espécie de votação. E' verdade que os vereadores, em carta a el-rei de 25 de Fevereiro, dizem: "O Marquês de Montalvão, Vice-rei dêste Estado, nos mostrou a carta de V. M. a que logo obedecemos, jurando e aclamando a V. M. em toda esta cidade por o verdadeiro Rei e Senhor Nosso..." (1) Mas o assento, em *livro das atas*, recapitula: "... e votando cada um em particular por todos foi aclamado por Rei D. João IV". (2) Depois saíram todos — con-

(1) ACCIOLI, *Mem. Hist. e Pol.*, II, 21.

(2) Livr. 4, f. 13, ms. das *Atas da Câmara da Baía* (inéd. no arquivo da mesma Câmara).

No *Sermão das exequias de D. João IV, Sermões*, XV, 295, disse VIEIRA: "Apontou El-rei ao Brasil, e primeiro à cabeça, onde estavam dous terços de

tinúa o dito assento — para a Sé, ondè o bispo D. Pedro lhes exhibiu o Missal, na cerimonia do juramento, assim tomado solenemente.

Voltando a palácio, D. Jorge transmitiu aos castelhanos a noticia e os intimou a permanecerem, desarmados, nos alojamentos, até terem transporte, para a Europa. O seu mestre de campo, o veterano Heitor de Lacalche, não pensou em amotinar-se. Aliás a velha camaradagem das armas — desde 1631 — agora servia para atenuar o choque e abrandar as cóleras, represadas no largo período de predomínio espanhol. O sangue derramado em Pernambuco e na Baía, e nove anos de campanha, presupunham tolerância e cavalheirismo: não faltaram ao episódio. A gente de Lacalche embarcou em paz.

A Câmara da Baía apressou-se a escrever às demais do sul, concitando-as à aclamação del-rei, e preparou festas esplendidas, que se fizeram entre 6 e 10 de Abril. (1). Expediu Montalvão o filho D. Fernando e os padres Antonio Vieira e Simão de Vasconcelos, para, de viva voz, assegurarem ao monarca a fidelidade do Brasil. E, em 2 de Março, comunicou a Nassau — como se acabassem de repente os motivos para a guerra holandêsa, (2) que o Rei e senhor era mesmo D. João IV.

infantaria castelhana e um de napolitanos, com um vice-rei tão beneficiado, de Castela; poz Deus a mão, veio a cabeça do Brasil, e após ella todos os membros”.

(1) *Atas da Câmara* de 6 de Abril: “... muito trabalho no apresto das festas que se fazem a El-rei...” 10 de Abril: “dando ordem às festas que nesses dias se fazem a El-Rei...”

(2) Vd. *An. do Arq. Publ. da Baía*, XXI, 169-171. Diz a carta que o seu rei, desejando viver “naquella paz com que sempre se conformou com os Príncipes da Europa”, “já tinha mandado embaixadores, principalmente para a França, Inglaterra e Catalunha”.

A ACLAMAÇÃO NO RIO

As demais capitanias, de norte a sul, aceitaram jubilosamente o “Rei natural”.

A 23 de Fevereiro seguiu para o Rio de Janeiro o padre Manuel Fernandes, provincial dos jesuítas, com carta de Montalvão a Salvador Corrêa de Sá, cuja conduta era de suspeitar-se, dadas as suas relações de sangue e interêsse com os espanhóis. Ao contrário, o governador procedeu com leal e perfeita solícitude (10 de Março de 1641). Adotou, para o juramento, o mesmo sistema de Montalvão. Comunicou o assunto, no Colégio da Companhia, ao sargento-mór Antonio Ortiz de Mendonça, que convocou oficiais, prelados e pessoas notáveis para a sala da livraria dos Padres, onde, de per-si, foram sendo informados e dêram a sua adesão. Colhidos os votos e apurada a unanimidade dêstes, conclamou Salvador Corrêa o reconhecimento que faziam de D. João IV, e, em procissão, se dirigiram à Sé Matriz, “donde feito um Altar no Cruzeiro dela sobre um Missal fez o Governador e a seu exemplo todos os mais solene juramento, preito e menagem...” Houve em seguida muitos vivas, festas alegóricas e outras demonstrações de alegria civica, que se prolongaram por vários dias com cavalhadas, mascaras, sortes de armas, iluminações próprias de rica cidade. A 19 de Março recebeu o governador carta de D. João IV, que renovou o contentamento geral. Nem se limitára a tais congratulações

(1) *Relaçam da Aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil e nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom João o IV, em Lisboa, por JORGE RODRIGUES, ano de 1641 (nova estampa, por Francisco Morais, conservador da sala do Brasil da Universidade de Coimbra, nesta cidade, em 1940, fac-simililar). Também na Rev. do Inst. Hist., V, 343-352. Esse folhêto é de evidente defêsa de Salvador Corrêa cujo espanholismo de mães, esposa, cunhado, dêra que pensar, na Baía e na côrte.*

João Antonio Corrêa foi o emissário da notícia da Aclamação a Portugal, e lá pediu o logar de juiz das avarias, *An. da Bibl. Nac.*, LVIII, 227.

Salvador Corrêa. Logo a 11 enviára o capitão Artur de Sá, que o era da Ilha das Cobras, às “Capitanias de-baixo, S. Vicente e S. Paulo e onze vilas de que constam”, para comunicar-lhes a Restauração, antes que os avisos de Castela lhes perturbassem o sentimento português.

S. PAULO E AMADOR BUENO

Em S. Vicente, mal soube da novidade o capitão Luiz Dias Leme, aclamou D. João IV, antecipando-se à vila de S. Paulo onde preponderavam influências dissemelhantes. Era “golpe sensibilíssimo aos espanhóis que se achavam estabelecidos e casados na dita Vila de S. Paulo, para onde tinham concorrido não só da Europa, mas também das Indias Ocidentais” (1), como os Rendons, os seus parentes Buenos, outros aristocratas mais ligados a castelhanos do Prata e do Peru do que aos portugueses do litoral e de Lisbôa. Sem maior obstáculo, porém, os paulistas anuíram ao juramento, em 3 de Abril. “O vereador mais velho Paulo do Amarral arvorou o dito pendão por três vezes, dizendo em cada uma *Real, Real, Real por El rei D. João o quarto de Portugal*, respondendo a cada uma destas vózes todos os circunstantes com mil vivas e júbilos...” O capitão, mór João Luiz Maфра presidiu à cerimônia com o vigário e a nobre gente, como Antonio Raposo Tavares, o abade de S. Bento, o guardião de S. Francisco, Fernão Dias Pais, Lourenço Castanho, João Raposo Bocarro... (2).

Daquelas tendências hispânicas ha entretanto um importante documento, que a tradição dilatou, dando-

(1) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a Hist. da Capitania de S. Vicente*, p. 240.

(2) *Registo Geral da Câmara de S. Paulo*, VII, 251; e AFONSO D'E. TAUNAY, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, III, 132.

lhe o simbolismo e a poesia de um formoso episódio de fidelidade ao soberano legítimo: o caso da “aclamação de Amador Bueno da Ribeira”.

Silenciam a respeito disto os papeis da época, (1) mas reconhece a tradição a patente que, em 1700, o capitão general da Repartição do Sul, Artur de Sá e Menezes, passou a Manuel Bueno da Fonseca: “E quando não bastaram êstes serviços, era merecedor de grandes cargos por ser neto de Amador Bueno que sendo chamado pelo Povo para o aclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro vassalo, com evidente perigo de sua vida clamou, dizendo que vivesse El Rei D. João IV seu Rei e Senhor e que pela fidelidade que devia de vassalo, digno de grande remuneração...” (2)

Não sabemos se frei Gaspar da Madre de Deus, que nô-la referiu primeiro, narrou o incidente segundo a notícia dessa Patente, ou a tomou em abono do seu escrito. E’ possível — em todo caso — que a “aclamação” de Bueno se tenha dado não em Abril, ao tratar-se da aceitação de D. João IV, porém meses depois, durante o dissídio entre paulistas e defensores dos jesuítas, que deixamos relatado. Foi uma revolução. Os moradores do planalto interceptaram-lhe as comunicações com S. Vicente e o Rio e prometeram receber na ponta das armas Salvador Corrêa de Sá. Fizeram uma junta governativa, que lhes dirigisse a defensiva, e é compreensível que, nesta extremidade, propuzessem aqueles castelhanos, submetidos em 3 de Abril, uma solução radical: dariam a corôa ao mais venerável dos seus cabos, filho de espanhol, o honrado Amador Bueno.

(1) O Conselho Ultramarino deliberou, 7 de Maio de 1644, dar o habito de S. Bento com 12\$ de pensão ao alferes Amador Bueno, por seus serviços e “visto ser de utilidade seu pae em S. Paulo por o descobrimento das Minas de que V. M. al manda tratar...” E’ a unica referencia que desse tempo achamos ao “aclamado”. (*Livr. de Mercês Gerais*, ms. f. 208, Arq. Hist. Col. (Lisbôa).

(2) AFRONSO TAUNAY, *Hist. Geral das Bandeiras Paul.* III, 109 cf. frei Gaspar, op. cit., 245.

Êste — diz frei Gaspar — vendo que se faltava à palavra leal e arriscava-se a tranquilidade comum, recusou com energia, e ante a coação, mesmo ameaças e tumultos, se refugiou no mosteiro de S. Bento, enquanto nas ruas lhe gritavam, “Viva Amador Bueno nosso Rei”.

O problema não era a rebeldia nativista, para separar S. Paulo da América portuguesa : sim, a exclusão dos Padres e a interferencia incômoda do governador fluminense, que os apoiava com alardes temerosos. A pacificação — desistindo êle de repôr com violencia os missionários — dissipou igualmente a agitação. E não se falou mais no estoico Bueno da Ribeira.

DESTITUIÇÃO DO VICE-REI

Houve na Baía uma alteração política semelhante às quédas de situação que se seguem, nas côrtes, à morte dos reis.

O padre Francisco de Vilhena trouxéra instruções confidenciais, em segunda caravela que chegou à Baía, para o caso de resistir Montalvão às ordens precedentes. De fato, dous filhos dêste tinham preferido ficar em Madrid, fiéis a Felipe IV, e se temia que, a instâncias dêles e da marquezia de Montalvão o vice-rei, apoiado à guarnição espanhola, se revoltasse contra a Restauração (1). Aclamado porém D. João IV, devêra o jesuíta aguardar nóvos recados de Lisbôa. Fez o opôsto. Emparceirou-se com os descontentes, ouviu-lhes as vozes irritadas, correu à Câmara, a apresentar os papeis que autorizavam a destituição do marquês, e de tal arte que logo os vereadores concordaram em reconhe-

(1) A marquezia D. Francisca de Vilhena realmente concitou o marido a resistir, chamando de traição a revolta de 1 de Dezembro, carta de 6 de Fev. de 41, JOSÉ CALDAS, *História de um Fogo-Morto*, p. 129 nota, Porto 1903. No mesmo sentido D. Pedro Mascarenhas escreveu ao pae, em 12 de Fevereiro.

cer o governo de um triumvirato, em que entravam o bispo D. Pedro, Luiz Barbalho e o provedor-mór Lourenço de Brito Corrêa (16 de Abril de 41) (1).

Montalvão não hesitou em transferir-lhes o poder; compareceu à Sé, para a cerimônia da posse solene; e se retirou para o Colégio dos padres, amargando sem queixumes a injustiça que lhe faziam.

Mas a junta não se convenceu dêsse desinteresse. Declarou-o prisioneiro, juntamente com o mestre de campo Joanne Mendes de Vasconcelos e o sargento-mór Diogo Gomes de Figueiredo. Deu liberdade a Luiz da Silva Telles e D. Sancho Manuel (2), encarcerados "por matarem de dia um Ajudante na Praça do Paço". E, num navio comandado pelo primeiro, remeteu Montalvão à presença del-rei.

Em Portugal, entretanto, todas as reparações lhe foram oferecidas, porque já D. Fernando e Vieira haviam afiançado a lealdade do bom fidalgo. D. João IV, recebendo-o, não se conteve que lhe não beijasse a mão trémula (3). Elevou D. Fernando ao posto de

(1) MIRALLES, *op. cit.*, p. 144. Corrige neste passo ROCHA PITTA, a quem Varnhagen segue no seu relato, *Hist. Ger.* II, 395-6.

(2) MIRALLES, *op. cit.*, loc. cit. Resume D. Francisco Manuel: "Este é aquele D. Jorge, que foi varão, entre os nossos, assás notável (e ainda entre os do Mundo) péla desigualdade de fortunas que passou, até ser delas rendido: ocasionando-lhe a morte, dentro de dâvidas, muralhas e cadeias; sobre largos anos de vida, e serviços", *Epanaforas*, p. 179.

D. Sancho Manuel, depois conde de Vila Flôr, viêra na armada do conde da Torre, cf. Patente de 31 de outubro de 1639, *Doc. Hist.*, XVIII, 135-7. Seria o maior general da última fase da guerra da Restauração. Luiz da Silva Teles casou-se com uma filha de Salvador Corrêa de Sá e Benavides.

(3) Conde de ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, I, 147, Lisboa 1751. Confirma D. FRANCISCO MANUEL, no *Tácito Português* (apógrafo da Bibl. Nac., editado pela Academia Brasileira, Rio 1940) que os triumviros foram castigados: Lourenço de Brito preso no Reino; Barbalho removido para o Rio de Janeiro como governador, onde morreu, dous anos depois. E' verdade que Barbalho estava desde 1637 indicado para esse govêrno. Nomeado então mestre de campo, "servirá por tempo de três anos antes de entrar na capitania do Rio de Janeiro de de que o tempo provido..." *Doc. Hist.*, XVII, 2.º Seus filhos ali ficaram. Jerônimo Barbalho foi mandado degolar por Salvador de Sá após o motim de 1660, e o outro, Agostinho Barbalho, nessa ocasião governador provisório, faleceu quatro anos depois procurando as minas do Espírito Santo. A descendência de Barbalho subsiste por sua filha casada na Bafa com Antonio Ferreira de Souza.

coronel. Censurou asperamente o triumvirato da Baía. Mandou governar o Brasil Antonio Telles da Silva — exatamente para dar o lugar de mestre de campo general do Alemtejo a Joanne Mendes, amigo e protegido do marquês (1). E a êste quiz ouvir sobre os principais negócios da monarquia.

CONSELHO ULTRAMARINO

A Restauração iniciou-se com os melhores propósitos de política colonial — tão agradecido estava el-rei à fidelidade dos domínios. (2)

O Consêlho Ultramarino foi creado em 1642 (Regimento de 14 de Julho) à maneira do extinto Consêlho da Índia, para informar os assuntos do Brasil e demais possessões portuguezas, vigiados mais lucidamente por homens que os conheciam. Tornou-se verdadeiro ministério, de que se valeu a corôa, socorrida aliás de quatro outros Conselhos, que supriam a inexperiência do soberano: o da Conciência (para as cousas ecclesiasticas), da Fazenda (para as contas), de Guerra (creado logo em 11 de Dezembro de 1640) e de Estado (31 de Março de 1645, para os negocios gerais do Reino). Tal limitação do arbitrio régio (3) se harmonizava com o sentido liberal da Restauração (a vontade de nobreza, clero e povo, em favor d'um Rei nacional) e o trabalho das Côrtes, convocadas para votar os recursos indispensáveis à sua subsistência.

A revolução patriótica fôra precipitada pelo mal estar causado por uma agravação continua de impóstos.

(1) D. FRANCISCO MANUEL, *Tácito Português*, cit.

(2) E' índice dessa gratidão a carta régia de 26 de Outubro de 1645 que deu ao herdeiro do trono o título de príncipe do Brasil. Foi o 1.º D. Teodosio, e assim todos os herdeiros da corôa, até D. Pedro, filho de D. João VI (1817-22), príncipe e, com a Independência, Imperador do Brasil.

(3) Vd. P. VIEIRA, *Sermão das exequias de D. João IV*, *Serm.*, XV, 293.

Espanha começara a perder Portugal fintando-o, sem respeito à pobreza do contribuinte e à crise do comércio. 1.º de Dezembro de 1640 marcára por isto dous acontecimentos: o advento do "Rei natural" e a abolição dos tributos impopulares. Foi um jubileu fiscal. No dia seguinte, porem, se sentiu que as guerras não se fazem sem dinheiro e o Reino devia sustentá-las com o vigor de que fosse capaz.

A junta da Bafa percebeu o problema com demasiada simplicidade.

Apoderando-se do govêrno em 16 de Abril, em 22 publicou um Bando jubiloso: abolia os impostos; e — visto não cobrar mais a meia pataca pela canada de vinho — lhe abateu o preço, de 720 para 560 réis... Parecia um sonho; e não durou. Os próprios triumviros, premidos pelas exigências da tropa, que não podia ser paga pelos rendimentos normais do Estado, tiveram de pedir o restabelecimento das taxas antipáticas (1). Gradualmente voltou o sistema anterior, da tributação sobre as utilidades importadas — para que os soldados tivessem o seu soldo, e a Praça se conservasse.

E' verdade que o optimismo se justificava, com a suspensão da luta em Pernambuco e a atitude do inimigo seguro de que não demoraria um acôrdo definitivo, contente com a aclamação do Rei portuguez, disposto a comemorá-la com festas retumbantes, e eloquente agora nos seus propositos pacíficos.

(1) *Livr. de atas da Câmara da Bafa*, ms. cit., 1641. Os dízimos da Bafa foram arrematados, entre 1 de Agosto de 1636 e 11 de Junho de 37 por 20 contos. Representava um aumento de 7.500 cruzados sobre a arrematação de 1631, *Doc. Hist.*, XVII, 128. O arrendatário foi Francisco Pereira do Lago, *Doc. Hist.*, XVII, 136, que em 1641 instituiu o morgado de Santa Barbara, na cidade-baixa, MELO MORAIS, *Crónica Geral*, p. 47, Rio 1879.

X

A ÉPOCA DE NASSAU

DUPLICIDADE...

Da parte da junta da Baía, as instruções do Reino foram bem interpretadas:

Enviou a Recife Pedro Corrêa da Gama e o Licenciado Simão Alvares de La Penha, acompanhando mais trinta prisioneiros restituídos, e expediu ordens para que os “campanhistas” se recolhessem à cidade.

O próprio tenente Paulo da Cunha Souto Maior, cuja cabeça fôra posta a prêmio pelo príncipe, teve salvo-conduto para se apresentar aos holandêses, que o receberam como amigo. Em nome dêstes parlamentararam os conselheiros van der Burgh e Nunin Olfers. E enquanto conversavam o comandante do forte Maurício, no S. Francisco, recebia recados para marchar sobre o Rio Real, aí se entrincheirando — o que fez sem disparar um tiro — e saía a expedição do comando de Cornelis Jol para atacar S. Tomé e Loanda.

Estranharam os portugueses a partida dos navios: aquiétou-os Nassau, dizendo que iam combater castelhanos... (30 de Maio).

Caíu S. Paulo de Loanda sem resistência, em 25 de Agosto (1) e S. Tomé em 11 de Outubro, mas as febres africanas mataram nessa ilha o almirante Jol, vários oficiais e duzentos dos 300 índios que levava.

(1) Falhára a tentativa holandêsa de ocupação de Angola em 1627. ELIAS ALEXANDRE DA SILVA CORRÊA, *História de Angola*, I, 241, Lisboa 1937. Em 1641 governava Loanda Pedro Cesar de Menezes. Abandonou inexplicavelmente

PERDA DO MARANHÃO

Entendia Nassau que para segurar Pernambuco — com os engenhos — era preciso ter a África — com os negros. Garantiria o fornecimento de braços e poderia, agora protegido pela comunhão luso-holandêsa, desfrutar a prosperidade d'uma indústria sem igual em domínios ultramarinos.

Quanto ao Maranhão, parecia-lhe complemento da aquisição do Ceará : e um método, para a aproximação do Amazonas, limite provável da colonização flamenga, caso capitulassem os pobres núcleos portugueses da costa les-oéste.

Governava aquela capitania o velho Bento Maciel Parente. Não contava com nenhuma sortida dos “aliados” e vizinhos. Foi com assombro que viu entrar a barra — em 25 de Novembro de 41 — uma esquadra de treze navios de guerra, três bergantins e três embarcações de comércio. Debalde os fortes se lhe opuzeram com a sua artilharia. Comandava a armada o terrível Lichthardt e o chefe da força expedicionária — uns mil homens — era o coronel Koin. Ninguém se atreveu a perturbar o desembarque. A dois mensageiros do governador (o provedor-mór Inácio do Rego Barreto e o padre Lopo do Couto) respondeu Koin, que gostaria de ver o tratado de paz a que se referiam. Bento Maciel saiu da fortaleza para mostrar-lhes o papel, e da discussão resultou — bem ingênuo ajuste ! — que os holandêses se aboletariam na praça e não haveria luta, até chegarem ordens claras das respectivas metrópoles.

a cidade, *op. cit.*, I, 248. A despeito das tréguas oficiais a luta não cessou nessa África. O arraial de Pedro Cesar foi tomado de surpresa pelos holandêses em 17 de Maio de 1643, alegando estes “que os nossos no Maranhão se tinham levantado com a sua gente que lá tinham, e degolado-os, o que souberam por via de um navio que havia três ou quatro dias lhe tinha chegado de Pernambuco...” Relação de dous jesuitas, pbl. por EDUARDO BRAZÃO, *Ocidente*, n.º 25, p. 274.

Assim se fez, porém de modo que as bandeiras portugêsas foram substituídas pelas de Orange, e antes que os soldados, ludibriados, pensassem numa revide, se descartou dêles o esperto inimigo mandando-os embora nuns navios velhos. Parte da guarnição (que era de 130 homens) foi dar em S. Cristovão das Antilhas, e o resto no Pará, enquanto Bento Maciel acabava tristemente a sua vida heróica. Preso no dia imediato à burla, que lhe custára o Maranhão, foi enviado para o Rio Grande, e daí, por terra, enfermo e humilhado, para Recife. Morreu em meio da jornada, aos 75 anos, “pobre e miserável”, diz frei Manuel Callado.... (1)

Esta última violencia repercutiu mal em França e Holanda, tal a energia com que a censurou o representante de D. João IV em Haya, Francisco de Andrade Leitão. Informou-o aliás pessoalmente Inácio do Rego Barreto, mandado preso para êsse país, e bem se viu que as trêguas tinham sido violadas com uma presteza singular. Os Estados Gerais responderam-lhe que as conquistas eram legítimas, e se contentaram em prevenir a Nassau sobre a vigência do tratado com Portugal. A ida do plenipotenciário para o Congresso de Westfalia interrompeu-lhe nêste ponto a negociação, retomada em outras circunstâncias pelo sagaz Francisco de Souza Coutinho. (2)

A tomada do Maranhão derrocou os sonhos pacifistas que se fizeram à roda da munificência e do esplendor de Nova Holanda.

Os portugêses enxergaram exatamente o seu problema do Brasil.

A acomodação europêa cá não lhes aproveitaria. O potentado de Recife não se contentaria siquer com o usurpado. Estenderia o seu domínio ambicioso, ao nor-

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 432.

(2) EDUARDO BRAZÃO, *A Rest.*, p. 352.

te e ao sul. Ontem S. Luiz; amanhã a Baía. O jeito seria pagar-lhe na mesma moéda, e fingindo pazes, retomarem os colônos as suas terras: pelo "sistema do Maranhão".

D. João IV isto mesmo lhes aconselhou, por intermédio do governador geral Antonio Telles da Silva, (1) enviado para suceder à junta da Baía.

A sua patente é de 16 de Maio de 1642. Partiu de Lisboa em 3 de Julho e tomou posse em 30 de Agosto. Veio, pois, depois das instruções dadas ao embaixador em Haia e do estudo feito em Lisboa da situação do Brasil após as três conquistas de Nassau.

Não trazia mensagens especiais nem reforços do Rei novo: melhor, trazia-lhe as confidências.

A guerra deveria continuar soturna e esperta, para que os acontecimentos americanos não compromettessem a sorte da metropole, a braços com a campanha da Independencia.

Era tempo de libertar-se o Brasil sem auxílios de fóra e mesmo parecendo que desobedecia a D. João IV: para que Portugal, ajudado de Holanda, França, Inglaterra, fizesse frente às forças de Madrid e completasse, com as armas, a sua "prodigiosa Restauração".

Vejamos o que acontecia no Brasil holandês.

ESPLENDOR DA NOVA HOLANDA

Nassau distinguu-se dos commissários da Companhia das Índias pelo caráter construtivo do seu governo.

(1) Filho do "grande ministro" Luiz da Silva e de D. Mariana de Alencastre — esclarece D. FRANCISCO MANOEL no *Tacito Português* — exercia o comando das armas no Alemtejo, onde foi substituído por Joanne Mendes de Vasconcelos muito apadrinhado por Montalvão. Antonio Telles recebeu como uma compensação o governo do Brasil.

Figurára nos acontecimentos da Restauração, em 1 de Dezembro de 1640, e foi o único ferido nesse dia memorável, durante o assalto à secretaria de Miguel de Vasconcelos.

Talvez tivesse o propósito de ficar em Pernambuco, ou sonhasse com a criação de um Reino cuja corôa faltava à sua ambição. Foi em tudo príncipe: ao contrário da sordidez mercantil dos comissários, que especulavam em açúcar e arrecadavam impostos desdenhando a colonização e maltratando os nativos. Organizou, apaziguou, edificou. Em 1641 podia contemplar afinal a sua obra social incipiente, mas pretenciosa, naquele Recife que se transformára completamente.

Na ilha de Antonio Vaz, onde o Beberibe e o Capibaribe se juntam, levantou o seu palácio — do qual Gaspar Barléo nos dá uma gravura soberba — vasto e dominante. Chamou-se de Vrijburg (“Retiro” ou “asilo-forte”). Consta que o fez à sua custa, com 600 mil florins (1). Cercava-o um horto onde o príncipe, que amava a botânica, aclimou setecentos coqueiros de bom tamanho e árvores frutíferas que os portugueses mais estimavam. Seguindo-lhe o exemplo os homens ricos trataram de construir as casas na ilha, por isto chamada Mauritsstad (Maurícia). Tornou-se o bairro nobre de Recife, então com umas duas mil habitações e atulhado de mercadores de Amsterdam ávidos e ativos. O rio separou os dous aspectos opostos da ocupação flamenga: o personagem de sangue real que lançava os fundamentos d’um Estado com arte e graça; e a burguezia um pouco sem pátria e sem escrúpulos (gente de todas as procedencias desembarcada das urcas da Companhia naquela “feira” nova) que acolá

(1) NETSCHER, *op. cit.*, p. 104. O sítio de Vrijburg é o mesmo do palácio do governo de Recife, na ponta norte da ilha, onde a confluência dos rios e a vista de Olinda aumentam o interesse do lugar. O palácio foi começado a demolir logo que Nassau deixou o Brasil, ao que parece, dada a altura das torres, excelente alvo para a artilharia. Mas, com torres ou sem elas, o palácio do príncipe foi aproveitado após a capitulação do invasor, em 1654. “Vi a certidão que V. Mcê me remete do escrivão da fazenda sobre o quartel das Tôrres em que moravam os Governadores dessa Capitania e a pretensão de V. S. sobre lhe pagarem as Casas da Fazenda Real...”, carta do governador geral ao de Pernambuco, 1687, *Doc. Hist.*, X, 252. O Erário Régio al funcionou no século seguinte.

instalára as suas tendas e as suas balanças. Aliás o grande problema era a união de um bairro a outro por uma ponte que lembrasse as de Holanda. Foi a obra mestra de Nassau. Gastou cem mil florins com os primeiros pilares dessa grande ponte — de que se encarregára o arquiteto Pieter Post. Sem dinheiro para concluí-la em pedra completou-a mesmo em madeira e a inaugurou com uma festa popular que ficou famosa. Outra ponte, sobre o Capibaribe, ligou a ilha de Antonio Vaz ao continente. Foram trabalhos que maravilharam os moradores — distanciados do príncipe pela sua côrte de pintôres, naturalistas e médicos, que dava a Vrijburg o prestígio d'uma Academia, a riqueza de um museu.

Trouxéra seis artistas. Os mais ilustres, Franz Post, irmão do arquiteto, Zacarias Wagner e Albert Eckout, ótimos desenhistas e pintores. Cuidaram de documentar-se reproduzindo o que havia de característico no país: povo e costumes, paisagens, engenhos e vilas, fauna e flora, colônos e índios, sem esquecer os tapuias antropofagos e os negros de Guiné, os panoramas do vale do S. Francisco, de Goiana, de Olinda em ruínas e das varzeas onde as casas-grandes com a alta varanda continuavam a evocar o patriarcado antigo, dos morgados pernambucanos. Centenas de telas, de estudos, de esbôços, de gravuras que iriam revelar à Europa o Brasil autêntico: pela primeira vez surpreendido nas côres e nas linhas verídicas pelo pincel da escola de Rubens. . .

Que fale o próprio Nassau ao oferecer a Luiz XIV êsse acêrvo, em 1678: “As ditas raridades representam todo o Brasil em imagem, a saber, a nação e os habitantes do país, quadrupedes, passaros, peixes, frutos e ervas”, “também a situação do mesmo país, cidades e fortalezas. . .” (1)

(1) THOMAS THOMSEN, *Albert Eckout — Ein niederländischer maler und sein gönner Moritz der Brasilianer*, p. 177, Kopenhagen 1938. Nassau retalhou o seu tesouro artístico vendendo, em 1652, por 50 mil táleres, parte dêle ao elei-

Os medicos Willem Piso e Georg Marcgraf (que chegou em princípios de 1638) coligiram aí as observações para uma magnifica "História Naturalis Brasiliae". (Leide, 1648). O primeiro ocupou-se principalmente de doenças tropicais e rudimentar medicina indígena, com as suas hervas virtuosas: o segundo, estudou plantas e animais, astronomia e clima, peculiaridades e surpresas dêsse nordêste que abria à ciência européa um cenário imprevisto. "... Por sinal que me pesou ver tão público um secreto, que podia acrescentar a cobiça daquelas terras, que nós tão pouco sabemos estimar", comentaria Vieira. (1).

Elias Herckmans, no governo da Paraíba não se esqueceu das boas letras. Descreveu com riqueza de detalhes a sua capitania e os aliados, tapuias que causavam igualmente pavôr e admiração, ingênuos, cruéis hercúleos. (2)

A animação espiritual, certo, não lograra desenvolver a civilização material como desejaria Nassau: faltavam-lhe operários, a aprovação da Companhia, sempre contrária a maiores despêsas, boa gente para elevar o nível daquela sociedade enervada pela conquista, pela ganancia, pelo clima e novidade da terra.

A cidade, a despeito das obras realizadas, continuava mesquinha e — no porto — insuficiente para abrigar os recém-chegados. Os relatórios a respeito da vida em Recife alinham intermináveis queixas, mostrando o mal estar dos soldados, a impaciencia dos mercadores, a tristeza dos imigrantes. Parecia aquilo um acampa-

tor de Brandeburgo, e dando outra porção ao rei de França em 1678. Esta, figura no Louvre. Ha, esparsos, vários quadros de Post. De quarenta e quatro dêles nos dá a reprodução fotográfica J. DE SOUZA-LEÃO, *Franz Post*, Recife 1937. Vd. também GARCIA, nota a Varnhagen, II, 373. As principais obras de Eckout estão no real museu de Copenhague. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possúe várias cópias mandadas fazer por D. Pedro II.

(1) *Cartas*, III, 148, ed. de J. Lúcio.

(2) Vd. HERMANN WÄTJEN, *op. cit.*, p. 401.

mento em desordem, onde lavravam doenças atrozés, sem higiêne, obrigados os holandêses a morarem em habitações coletivas alugadas a preços exorbitantes, num desconforto lastimável. (1) Êsse aspecto de ocupação "provisória", de instalação precária à beira mar, refletia-se igualmente nos trabalhos de fortificação — e dissipa a lenda d'um esplendôr de costumes, riqueza e construções do Pernambuco de 1641. Nassau e sua "côrte" não podiam fazer o milagre de tudo crear... Por isso os principais fortes de Recife — que em 1654 capitularam — nem sequer eram de pedra e cal, porém de torrão, (2) a modo das casas de engenho...

PROSPERIDADE

Cento e vinte, dos 166 engenhos da capitania, retomaram o trabalho: no período de 1637-44 produziram 218.220 caixas de açúcar (22 milhões de florins!) (3) Cuidou Nassau, além disto, das lavouras auxiliares, da criação de gado, da adaptação de culturas rendosas que pudessem aumentar o comércio e atender as exigências de Holanda, numa recuperação pronta dos seus sacri-

(1) Vd. HERMANN WÄTJEN, *op. cit.*, p. 392 e segs.

(2) Carta de Alexandre de Souza Freire, 28 de Abril de 1669: "Vi a carta que V. S. me escreveu em 20 de Janeiro acompanhando a relação das fortalezas, que ha nessas capitanias; e a despêsa que V. s. me diz se fez sempre com as ruinas, que têm por serem as mais delas de torrão arento. E como a principal de todas é do Brum... estava o povo resolvido e fabricá-la de pedra e cal...", *Doc. Hist.*, IX, 333. E em 19 de Julho de 1670: "Recebi a carta de V. Mcê, (engenheiro Antonio Corrêa Pinto) com as plantas nova e velha da fortaleza do Brum e estimei que tenha V. Mcê o merecimento de emendar nela o que obraram os holandêses, etc." *Doc. Hist.*, IX, 372.

(3) "Não é exagerado porém que se compute em mais de £15.000.000 o valor do açúcar distraído para os Paizes Baixos durante a ocupação holandêsa, o qual, com outros artigos da terra, representaria cêrca de £20.000.000 desviados do comércio português. Os relatórios da Companhia Holandêsa, entre os quais estão publicados os de Joanes de Laet, elucidam os lucros da Companhia e os enormes prejuizos infligidos às corôas de Portugal e Espanha". ROBERTO SIMONSEN, *Hist. Econ. do Brasil*, I, 181.

fícios financeiros. (1) Os portugueses, em 1641, pareciam acomodados ao jugo flamengo. A sua religião fôra tolerada. Os párocos tinham reaberto várias igrejas. A instituição municipal à moda holandêsa (Câmaras de escabinos) melhorára a vida civil, pois aí se dêra representação igual a moradores e intrusos, e tinham elas competencia para o julgamento das controversias entre uns e outros. O presidente dessas Câmaras era holandês: o “escultêto”. A diferença de lingua, por certo, dificultava-lhes o serviço. Que não impressionaram a imaginação dos filhos da terra sabemos, porque, expulsos os estrangeiros, não se lembraram mais de “escabinos”. Significavam antes uma fórmula conciliatória, em atenção aos melindres dos proprietários rurais, ainda desconfiados, submetidos, mas ansiosos pela hora da libertação... O príncipe não os perdia de vista. Honrou-os com emprêgos, auxiliou-os com empréstimos para reaparelharem os engenhos com o consequente aumento da produção e das exportações, e fez-lhes cortezias em Recife aliciando-os habilmente. Uma assembléa geral dos escabinos (27 de Agosto — 4 de Setembro de 1640) confirmou as suas esperanças: embora queixosos de sua situação econômica e bradando que a religião católica não tinha as mesmas garantias do calvinismo, manifestaram a sua adesão ao governo de Mauricio de Nassau. Isto recomendava-o aos nativos, ufanava-o e abreviava distâncias, entre a sua astuta política e os “senhores” inconformados.

João Fernandes Vieira (2) é o mais representativo dêsses “senhores”.

(1) Temos dados pertinentes ao ano de 1639 que permitem deduzir a média dos proventos: Dízimos do açúcar e direitos sobre víveres: 350 mil florins; Direitos sobre mercadorias importadas, 400 mil; Direitos sobre o açúcar entrado na Holanda, 300 mil; renda de engenhos, capitais e escravos, 2.400.000. Total, 3.450 mil, ou sejam (conclúe SIMONSEN), £ 140.000, mais de 31.500 contos em poder aquisitivo de hoje. *Op. cit.*, I, 179.

(2) Chamava-se na ilha da Madeira, onde nasceu (1613) Francisco de Ornelas Moniz, e adotou no Brasil o nome de João Fernandes Vieira, MÁRIO

De condição modesta, prisioneiro em 1635, soldado às ordens de Matias de Albuquerque no arraial, associára-se, por 1636 ou 37, a um rico judeu, conselheiro da Companhia, Jacob Stachower (1), e se fizera grande proprietário na varzea, em contacto com os principais d'uma e d'outra nação. Os holandeses disseram, após a insurreição, que Viera lhes devia muito dinheiro e, insolvente, tomára as armas para não pagar. O fato das dividas não é contestado: revêla antes a crise em que se debatiam os "senhores de engenho" e exprime um mal estar econômico, ligado intimamente à opressão política e ao descontentamento religioso. Os ambientes de revolta, em seguida a uma larga submissão de consciências, cream-se pela conjunção de causas e pretextos que não excluem pequenos oportunismos. Não havia ninguém satisfeito na região açucareira, onde as famílias antigas amargavam a vizinhança de forasteiros insolentes, e a idéa de vingança circulava em segredo, como um compromisso e uma senha.

Os mais audazes cortariam aquele marasmo com um clarão de incendio: sem Fernandes Vieira — cujo engenho de São João é como a chave da várzea (2) — não se atearia êle em 1645.

MELO, *Rev. do Inst. Arq. Pernambucano*, n.º 151, p. 48. Casou-se no Brasil com D. Maria Cesar, filha do cap. Francisco Berenguer de Andrade e D. Joana de Albuquerque. Desmente-se a lenda de que fôsse mestiço.

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 331. Um dos poucos vestígios deixados em Recife pela arte holandesa é uma lembrança dêsse flamengo. Consiste na imagem d'um peregrino, em pedra, e o distico, "Jacob Bisk Ginea me", que estava na casa da rua da Cruz que fôra do mesmo Jacob e depois de Fernandes Vieira, demolida quando da remodelação de Recife. Pertence agora às coleções do Instituto Arqueológico Pernambucano. A estatueta ostenta um livro. Parece indicar a entrada duma sinagoga, ou a qualidade de rabino... Aliás a sinagoga da rua dos Judeus (em 1654, da Cruz) foi por Francisco Barreto dada a Vieira, cf. *Inventário das armas*, etc., p. 188, da 2.ª edição. Vd. a nota final deste cap.

(2) São João domina o curso do Capibaribe: e daí se vê Olinda. Hoje, importante usina e solar suntuoso.

RECONQUISTA DO MARANHÃO

O primeiro sinal para a reação, depois das tréguas de 1641, partiu do Maranhão.

Os "senhores de engenho" esbulhados não se conformaram com a invasão e tiveram o apôio dos colônos do Pará. E' certo, não lhes faltou a palavra de ordem da côrte, para que retomassem à viva força que o tinham perdido à falsa fé.

O portador dos recados de D. João IV pôde ter sido André Vidal de Negreiros. Recolhêra-se a Lisbôa, após o fracasso da expedição do conde da Torre, que valentemente secundára na Paraíba, e voltára com o governador Antonio Telles, apresentando-se em seguida em Recife, a título de confabular com Mauricio de Nassau sobre a conquista de Angola.

No mês seguinte, Antonio Moniz Barreiros soltou o grito de guerra no Maranhão. (1).

Foi na noite de 30 de Setembro. Caíram os portugueses simultaneamente, e de surpresa, sobre as pequenas guarnições de cinco engenhos, e as destroçaram. Com o mesmo impeto prenderam no forte do Calvario, do Itapicurú, cinquenta soldados holandêses e o comandante. Dizimada uma força enviada ao seu encontro, correram a sitiar a cidade, onde o resto dos inimigos se entrincheirou. Os socórros do Pará (113 soldados, 700 índios em 54 canôas) chegaram em 3 de Janeiro (2). Mas os sitiados receberam gente e armas em sete navios (15 de Janeiro), ao mando do tenente coronel Hinderson (acabava de chegar da tomada de Loanda), que investiu os quartéis dos rebeldes e os levou de vencida. Aí morreu o capitão-mór Moniz Bar-

(1) Vd. VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 405.

(2) Capitães : Pedro da Costa Favella, Bento Rodrigues de Oliveira (ambos naturais do Brasil) e Aires de Souza Chichorro.

reiros, substituído no posto por Antonio Teixeira de Melo, veterano das lutas de 1614-21. Não quiz prolongar um combate desfavorável. Repetiu a estratégia de 1624 e de 1631, na Baía e em Pernambuco. Retirou-se para as cercanias, onde as guerrilhas impediam o passo aos estrangeiros necessitados de víveres, e esperou munições e homens do Pará.

Hinderson apelou para Recife. Sem um exercito considerável não poderia desmanchar a armadilha em que se metêra. Nassau não o ouviu. Pensava em deixar o governo e não contava com os diretores da Companhia, mais avaros e mesquinhos, para novas remessas de tropas e material. Porventura percebeu que o erro da ocupação temerária do Maranhão importava outra aventura, de maior alcance, qual a conquista do Amazonas, que não devia intentar sem fôrças superiores e em trôco d'um proveito remoto. E deixou que o tenente-coronel, enfadado, destruísse a artilharia do forte e, em 28 de Fevereiro de 1644, embarcasse, com todo o seu séquito, para o Ceará, donde se passou ao Rio Grande.

No Ceará ficára Gedeon Morris com poucos soldados. Não demorou no posto. Os índios, que tinham atraído os holandêses sete anos antes, não os toleraram mais. Talvez fossem induzidos à rebelião pelos parentes da capitania vizinha. Assaltaram-n'os à sua maneira, e os exterminaram — como verificou um hiante que, despercebido, alí aportou em Novembro de 1643. (1).

DECLÍNIO

A decadencia do domínio holandês declarou-se com a retirada de Nassau. Fôra impossível a sua per-

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 433.

manencia no Brasil, dada a divergência de opiniões e intuitos com os negociantes de Amsterdam. Estes — em summa — não estavam dispostos a sustentar um Estado para a ambição politica do príncipe perdulário e artista ; e ao príncipe não sorria a missão de administrador comercial d'uma colônia tormentada pelo sistema da Companhia. Tinham razão, ela e êle, nas suas recriminações. Acusava-o a Companhia do fracasso de 1638, do revêz do rio Real, do Maranhão ; e revivava-lhe, attribuindo-lhe reservas odiosas. Os moradores tudo fizeram para que ficasse em Pernambuco. Mas lhe chegára a demissão pedida, e entre comoventes mostras de apreço embarcou na Paraíba a 22 de Maio de 1644. Repatriou-se completando o seu octenio de governo creador e inconfundível. Aos três conselheiros secretos que lhe sucederam (Henrique Hamel, van Billestrate, van der Burgh) ofereceu uma espécie de “testamento político”, com sizudos conselhos sobre o melhor meio de dirigir aqueles povos. Apresentou em Holanda dous relatórios sobre as necessidades do Brasil. E — de remate à aventura tropical — encomendou a Gaspar Barléo um livro que lha perpetuasse. Talvez tivesse já então a consciência de que o livro — e os quadros de Eckhout e Post, seriam os vestigios definitivos da passagem de flamengos pela América austral. O resto desapareceria fatalmente. O levante maranhense começára a série...;

Realmente a situação internacional era demasiadamente favorável à Holanda ; mas os seus negocios no Brasil estavam em mãos ineptas e rudes. Portugal cedia — absorvido na guerra de fronteira ; porém os próprios pernambucanos não tolerariam mais tempo uma occupação estrangeira ávida e destemperada. A saída de Nassau foi como um esteio derrubado : caiu de repente a construção frágil. E caiu com grande espanto dos portuguezes.

Só por milagre... — dizia-se no reino.

“Aqui se viu o milagre da Providencia”, confirmou o padre Vieira. (1)

Prodígio de forças nativas, impetuosas e espontâneas — não ha dúvida. Aconteceu pelo Santo Antonio de 1645.

(1) *Sermão de S. Roque*, 1644, anotado na edição definitiva, *Serm.*, VIII, 79.

— Veja-se *Brasilische Gelt-Sack*. Waer in dat chaufijck vertoout wordt waer dat de Participanten van de West-Indische Comp. haer Ietl geblevhen is. Iedruet in Brasilien op't Reciff in de Bree Bijl Anno 1647. (Vimos os exemp. da Livraria do Congresso, de Washington, e de John Carter Brown Library). Dado como impresso em Recife, o problema é de difícil solução, pois não consta a existencia de tipografia holandêsa no Brasil (WATJEN, op. cit., p. 33) (Vd. LAWRENCE C. WROTH, *A History of the printed book*, p. 178, New York 1938). O livro informa-nos sobre os contratos que a insurreição interrompêra (nomeia os contratantes) e acusa Fernandes Vieira, “grande traidôr”, que devia as importancias dos dizimos por ele arrecadadas... Pedira uma redução de sua dívida em 1641. O tota.. ia a 38.000 fl.

XI

REINTEGRAÇÃO

IDÉAS DO PADRE VIEIRA

Para compreender as relações de D. João IV com Holanda é preciso ter em vista a influência do Padre Antonio Vieira.

Mal chegado ao Reino, ganhou a confiança do soberano e entrou-lhe a intimidade como conselheiro engenhoso, grande conhecedor das cousas de ultramar e prégador sem igual. Identificou-se com a causa da pátria. O problema parecia-lhe sòmente a guerra de Espanha. Tudo o que a favorecesse devia ser feito. Tomou por isto uma posição decidida ao lado dos judeus e da aliança com os Estados Gerais, afim de tirar a Castela êsse possível apôio na luta contra Portugal, e a êste restituir a energia econômica que tanto lhe faltava. Fechou os olhos ao preço da composição : Pernambuco.

A manobra do Padre era audaz. Num papel de 1643, que confirmou, em linhas gerais, no sermão de 21 de Agosto de 44, propoz a el-rei aceitasse os cristãos-nôvos e com isto privasse dêles Holanda. O seu argumento foi singelo e oportunista : a tolerancia, recomendada como ardil de guerra, reforçaria a defêsa do Reino e lhe permitiria ter duas Companhias de comércio, uma ocidental e outra oriental, com que protegesse as frotaç do Brasil e da Índia. Pretendia, pois, combater o inimigo católico com as armas do hereje : as Companhias mercantis. Adaptando-as, porém, à debilidade nacional, e aproveitando a lição da América.

Chamasse D. João IV os hebreus de Flandres, que, naquele exílio, se vingavam do Santo Offício, nutrindo com os seus capitais a conquista do Brasil: assim renasceria a armada dos bons tempos, a fortuna dos bons reis!

Vieira infringia com o extraordinário alvitre os preconceitos e, sobretudo, a mentalidade da nobreza e do clero, que se formára, de um século a esta parte, robustecida pelas represalias judaicas às perseguições na península. A própria Companhia de Jesus alarmou-se com a vivacidade de suas opiniões. Nem esquecia a nobreza que uma das justificativas da Restauração fôra a benignidade de Felipe IV em relação a cristãos-nóvos, que, afinal, sempre tinham achado ocasião de transigir com os reis espanhóes. D. João IV não lhe reprovou a sugestão: ao contrário, em carta de 6 de Setembro de 44 preveniu o provincial, de que não devia vexá-lo pela publicação do papel sobre os judeus. "Encarreguei-lhe fizesse uma Política para o príncipe", dizia el-rei. (1) Nomeára-o preceptor de D. Teodosio...

Vieira, não ha dúvida, levára da Baía a sua idéa conciliatória ácerca dos israelitas. Não é preciso indagar sobre a sua família e admitir que houvesse nela sangue "de nação". Basta considerar que se creou numa cidade infestada dêsses elementos, e na qual se lastimava a presença da Inquisição (com as suas Visitações) e os métodos drásticos de Espanha, como razões de todos os males supervenientes: hostilidades holandêsas, traição dos cristãos-nóvos, financiamento das conquistas de Pernambuco e Angola, intranquilidade, geral. Servia ind' diretamente ao grosso comércio do Brasil, defendendo, em Lisbôa, os judeus portuguezes. Mas, logicamente, ficava inhibido de advogar a restauração do Brasil, ocupado pelo estrangeiro. Ao contrário: para desarmar os de Holanda precisava fazer-lhes o jogo quanto

(1) J. Lúcio D'AZEVEDO, *História de Antonio Vieira*, 1, 91.

a Pernambuco e pedir o reconhecimento da ocupação, clausulada pelo "statu quo". Assim evitaria a falencia da Companhia das Índias Ocidentais, em que predominava o dinheiro dos judeus fugidos da Ibéria, e, pelo mesmo empenho dêstes em conservar o ganho, os solicitaria para a causa de Portugal. (1) O "Papel forte", de 1648, em que aconselhou a restituição aos holandeses dos territórios retomados pelos pernambucanos depois de 1645, para que a paz se estabelecesse, definitiva, entre Amsterdam e Lisbôa, provem dêsse pensamento sistemático. Numa palavra : sobrepunha a independencia da mãe-pátria ás considerações coloniais. E se houve um homem a quem o raciocínio agradasse por completo, foi D. Joao IV. A corôa, em primeiro lugar !

Um fato novo perturbou a marcha dêstes propósitos : a insurreição geral do nordeste.

A SURPRÊSA DE PERNAMBUCO

O estupôr causado pela rebelião pernambucana está escrito nesta passagem de carta do padre Vieira ao marquês de Nisa :

"Eu estava em uma cama sangrado dezeseis vezes, quando do Brasil me vieram as primeiras notícias do que se queria intentar ; e, porque o impedimento me não permitia falar com S. M., e dizer-lhe pessoalmente o que entendia naquela matéria, como quem tantos anos havia estado no Brasil, e sabia o que lá se pôde,

(1) Gaspar Dias Ferreira, rico mercador de Pernambuco, onde esteve pela primeira vez em 1618 : amigo de Nassau, que se recolhêra à Holanda, produzera em 1644-45 um acôrdo pelo qual a Companhia das Índias cederia a sua conquista mediante 3 milhões de cruzados. Após a rebelião de Pernambuco o negociante foi preso como traídor. De fato pensava como numerosos cristãos-novos, num meio urgente de resarcirem êles o seu cabedal, cada vez mais ariscado. Esse mesmo Gaspar foi quem induziu Barleu a escrever o seu grande livro.

pedi a um prelado muito confidente de S. M. lhe quizesse representar de minha parte o perigo e dificuldade desta empresa, e que o segurasse que era impossível render-se a principal força, por mais que os de lá, enganados do desejo da liberdade, o promettessem ; e acrescentava, que ainda quando o Brasil se nos dêsse de graça, era matéria digna de muita ponderação ver se nos convinha aceitá-lo com os encargos da guerra com Holanda, em tempo que tão embaraçados nos tem a de Castela ; porque são homens os holandêses com quem não só vizinhamos no Brasil, senão na Índia, na China, no Japão, em Angola, e em todas as partes da terra e do mar, onde o seu poder é o maior do mundo. Estas e outras razões propuz àquele prelado, que não sei se as representou a S. M. ; só sei que por nosso mal fui profêta, e queira Deus que aqui parem os meus temores". (1).

Esquecia-se de que a revolução nativista já não dependia da vontade do rei prudente. Dizia agora respeito aos habitantes do Brasil, oprimidos, enfurecidos. mais fôrtes depois de conhecerem o inimigo do que antes, quando lhe ignoravam os recursos.

ANDRE' VIDAL

André Vidal de Negreiros foi o coordenador. O seu plano não podia ser mais simples e prático. Munido de um salvo-conducto do governador geral iria à Paraíba vêr o velho pae e, de passagem, combinaria o levante com Fernandes Vieira, comprometendo-se a iniciá-lo naquela capitania. Mandariam da Baía reforços heterogêneos : um grupo de soldados, às ordens de Antonio Dias Cardoso, pessoa da estricta confiança do gover-

(1) *Cartas*, ed. de 1885, I, 13.

nador (1) e os “terços” de Henrique Dias e Camarão sob pitorêscio disfarce, qual o de se dizer que o negro fugira, e ao seu encalço saía o índio. . . Num dia determinado os senhores de engenho se alçariam, em armas e, a um tempo, cairiam sobre os flamengos apanhados de surpresa, ao norte, ao sul e a oeste.

Assim se fez.

O salvo-conduto de Vidal que, em companhia do alferes Nicoláo Aranha Pacheco, se passou a Pernambuco e a Paraíba (2), foi datado de 14 de agosto de 1644.

Hospedou-se com Fernânes Vieira (3) e entrou aí em contacto com Antonio Cavalcanti e outros proprietários influentes. Regressando à Baía, Antonio Dias Cardoso teve ordem para abeirar-se dos engenhos, onde estalaria a revolta, com quarenta soldados e, em seguida, André Vidal comunicou ao governador, alarmado, que Henrique Dias fugira. . .

(1) Da patente de mestre de campo de Antonio Dias Cardoso, 4 de Maio de 1656: “E na aclamação da liberdade daquelas Capitánias ser o sujeito que mais trabalhou descobrindo o segredo às pessoas que lhe pareceu para o ajudarem, no que tomou à sua conta dando-a de tudo mui pontual e inteiramente, e mostrando sempre particular zelo de meu serviço” (*Doc. Hist.*, XVIII, 326). Em resumo: o governador mandava esse official como o seu representante para apoiar a revolta dos pernambucanos e paraibanos, que devia transformar-se em guerra verdadeira.

(2) Nicoláo Aranha distinguira-se na defesa da Bafa contra Nassau e teve a patente de mestre de campo em 20 de Outubro de 1642, MIRALLES, *op. cit.*, p. 40. A confiança que mereceu de Francisco Barreto foi tal que este chegou a nomeá-lo governador de Pernambuco, em 1658, *An. do Arq. Publ. da Bafa*, XIII, 99. Faleceu em 1664. Vd. a sua linhagem em JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit., Câmara e Albuquerque. Deixou viuva “poderosa e matrona das principais da Bafa” D. Francisca de Sande, a quem alude ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, p. 310.

(3) Na patente do cap. Antonio de Barros Rego se diz: “e passando o ano de 1644 daquela capitania (Pernambuco) a esta Praça, com um aviso de João Fernandes Vieira, de grande importância, ao Governador e capitão general que foi deste Estado, Antonio Teles da Silva, escapou o dito aviso na sola de um sapato. . .”. *An. do Arq. Publ. da Bafa*, VIII, 35.

E’ também elucidativa a do cap. BRAZ DA ROCHA CARDOSO: “sendo uma das pessoas a quem o Mestre de Campo João Fernandes Vieira frou o segredo dela (guerra) para cuja ordem assitiu no Recife servindo de espia e avisando dos intentos do inimigo. . .”, *Doc. Hist.*, XXVIII, 233.

Houve assemblêa das pessôas principais da Baía, em 31 de Março, sobre essa deserção do preto, que Antonio Telles, fingindo preocupação e estranhêza, relatou para o governo holandês de Recife, como a eximir-se do que pudêsse suceder. Nôs entrementes Fernandes Vieira e Antonio Cavalcanti atraíam à conspiração parentes e amigos, e, em 15 de Maio, na Várzea do Capi-baribe, assentaram fazer a guerra “em nome da liberdade divina”. Dezeseis coligados subscreveram uma ata, no dia 23, comprometendo-se à luta pela “restauração da nossa pátria”. E marcaram o movimento para a festa de S. João.

INSURREIÇÃO

Soube-se de tudo em Recife. Os cristãos-novos, sagazes, perceberam que se preparava um vasto movimento e, aflitadamente, denunciaram aos conselheiros os suspeitos e perigosos.

De início os governantes, incrédulos, acharam absurda a denuncia: depois, intimidados, dêram de tomar precauções visíveis, e sômente a 11 de Junho se convenceram de que a situação era grave. Avisaram de Alagôas que os negros de Henrique Dias e os índios de Camarão avançavam... Nêste caso, convinha prender imediatamente João Fernandes Vieira, Cavalcanti e outros “senhores”. Êstes não perderam tempo. Anteciparam para o Santo Antonio (13 de Junho) a insurreição e desembainharam as espadas, com resolução de matar ou morrer. Partiram do engenho de Luiz Braz Bezerra naquele dia (já cento e cinquenta); uniram-se à escolta de Antonio Dias Cardoso; e instalaram na mata o seu acampamento. Foi então providencial a experiência militar de Dias Cardoso. Retiraram para um sitio defensável, o monte das Tabocas, e com a su-

perioridade do terreno aguardaram a primeira agressão, em 3 de Agosto.

A tropa inimiga orçava em 1.100 combatentes dirigidos por bom capitão (Haus). Mas gastou o seu ímpeto nas emboscadas que a esperaram ao pé da colina, e, com perda de muita gente, forçou a subida — ao fim da tarde — em procura de Fernandes Vieira que permanecia no alto, com o resto dos insurrectos, em ordem a intervir no momento preciso. Arremessou-se sobre os atacantes e os rechassou, interrompendo-se o combate com a noite, que adiaria o desfêcho para a manhã imediáta se, ao alvorecer, não se achassem os rebeldes donos do campo. Abandonaram-no os holandêses deixando quasi três centenas de mortos. A vitória!

Debalde os conselheiros de Recife mandaram emissários à Baía, por que Antonio Telles aquiétasse os pernambucanos (1)

O governador aproveitou astutamente a crise. A pretexto de compelir os amotinados a obedecerem ao rei, embarcou numa frota, comandada por Jerônimo Serrão de Paiva, os “terços” de Martim Soares Moreno e André Vidal, e mandou que a comboiasse a de Salvador Corrêa de Sá, que acabava de chegar do Rio de Janeiro, de rumo feito para Lisbôa (2).

Salvador Corrêa não queria participar de operações militares, tanto que levava a família e bens que não podia arriscar... Limitou-se a entregar a corres-

(1) O governador Antonio Teles iludiu como poudo os holandêses e o emissário Hoogstraten chegou a ser peitado na Baía, para abandonar os patrióticos, VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 23. Aliás o rei lhe estranhára uma vez “não dar aos Deputados da Companhia Occidental que governavam Pernambuco os vinhos que a este porto mandavam comprar com grande quantidade de dobrões...”, lembrou o conde de Óbidos em 1664, *Doc. Hist.*, VI, 21. — A Câmara da Baía, em 20 de Novembro de 1645, fez voto a Santo Antonio de grandes demonstrações se Pernambuco fosse restaurado...

(2) Salvador Corrêa entregára o governo do Rio de Janeiro a Luiz Barbalho em 27 de Junho de 1643, *Actôrdãos e Vereanças*, p. 68. Faleceu este em 16 de Abril de 1644 e a Câmara elegeu para o logar Duarte Corrêa Vasqueanes, *op. cit.*, p. 82. Vd. tambem CLADO RIBEIRO de Lessa, *Salvador Corrêa de Sá e Beneficências*, p. 38 *passim*, Lisbôa 1940.

pondencia de que era portador — em Recife — e fez-se de vela, antes que o almirante flamengo lho impedisse. A fôrça de desembarque, esta, com Paulo da Cunha à frente, rendeu logo em 4 de Agosto duas casas-fortes (com sessenta holandêses) e o forte de Serinhaen, enquanto Fernandes Vieira se apodera da fortaleza do Cabo, abandonada por seu comandante, tenente-coronel Gaspar Van-der-ley, que se retirára para a do Pontal (do comando de Hoogstraten). Recebeu Vieira de mãos de André Vidal a carta em que Antonio Telles o nomeava mestre de campo (1). Tornou-se o verdadeiro chefe da campanha, como solenemente o reconheceram no *arraial novo*, em 7 de Outubro, representantes de Olin-da, Serinhaen, Igarassú e Paraíba. Os defensores de Pontal entregaram-se em 3 de Setembro. Vidal, que os atacára, concedeu-lhes honras militares, e aos dous comandantes, Hoogstraten e Van-der-ley, iguais patentes no exercito português. Os officiaes flamengos, casados com pernambucanas, começavam a aderir à causa dos parentes de suas esposas. Vinculados à terra que não pisavam mais com a arrogancia de conquistadores, esqueciam depressa as bandeiras a que serviam: incorporaram-se com afoiteza às do rei católico. Não as deixariam mais (2). Tomou Vieira a Casa Forte do engenho de Isabel Gonçalves, na Varzea, com 322 prisioneiros, entre os quais o tenente coronel Haus (3) e o

(1) A patente é de 6 de Outubro de 1645; concedia o soldo de 116 cruzados. Confirmou-a el-rei em 9 de Abril de 1651, *Doc. Hist.*, XXII, 30. (Da expedição mandada pelo governador temos: *Successo della guerra de Portoghesi sollevati in Pernambuco contra Olandesi, come affare per lettera del Maestro di Campo Martim Soares, J. d'Andréa Vidal de Negreiros indrizzata a Antonio Telles da Silva l'anno 1646*" (Cons. em New York Library, col. LENOX).

(2) Martim Soares Moreno, carta de 6 de Setembro de 1646: "O capitulo de cavalos Gaspar Wanderley também obrrou muito (na entrega de Pontal), e os demais casados com portuguezas..." GARCIA, nota a Varnhagen, III 34, Chamava-se D. Maria de Melo sua esposa; esta casou em segundas núpcias com João Batista Accioli, vd. BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia Pernambucana, Rev. do Inst. Arqueol. Pern.*, n. 65, p. 148 e segs.

Hoogstraten foi mestre de campo na Bafa.

(3) O tenente coronel Haus foi mais tarde assassinado na Bafa. Em carta ao governador de Pernambuco, 21 de Abril de 1674, o da Bafa recomendou a prisão dos delinquentes "que mataram Henrique Hus", *Doc. Hist.*, X, 110.

capitão Blaer. Investiu Paulo da Cunha a ilha de Itamaracá (24 de Setembro) sem resultado, por sobrevirem reforços ao inimigo (1). As hostilidades circundavam dest'arte Recife. Tendiam ao cêrco, em cujas tenazes devia em breve debater-se a cidade isolada do continente e sem víveres ou munições de guerra para uma resistência longa. Foi quando o desastre da pequena frota de Jerônimo Serrão de Paivã interrompeu essa sequência de êxitos fáceis. Deu ao invasor a arma mais temível de que poderia valer-se contra D. João IV: a verdade. A verdade sobre a sua política dúplice, de aliança na Europa e luta bravia — dura e inclemente — na América!

A ESQUADRA DE JERONIMO SERRÃO

Num papel oferecido a el-rei diz o Dr. Antonio da Silva e Souza — procurador da fazenda real em Pernambuco e na Baía — que a expedição confiada a Jerônimo Serrão de fato se destinava a desarmar os amotinados, chamando-os à razão em nome da aliança entre Portugal e os Estados Gerais. Poucas “memórias” se conhecem em que a malícia de linguagem e o engôdo sejam tão perfeitos. Procura o autôr lançar a culpa dos combates aos flamengos, declarando que receberam hostilmente os “socórros” da Baía que iam em seu auxílio, contra Fernandes Vieira e os pernambucanos...

(2) Enumera os navios de que se compunha a frota: almirante *Santo Antonio*, a cargo de Paulo de Barros; charrúa *São Pedro*, capitão Francisco Gil de Araujo; não *Nossa Senhora do Rosario*, capitão João Rabello de Macedo; navio *Nossa Senhora do Rosario e S. Domingos*, capitão Estevão Pereira Bacellar; navio *Nossa*

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXV, 124 (Patente de Manuel de Araujo, com a cronologia dos sucessos).

(2) *Anais da Bibliotéca Nacional*, LVII, ps. 89-109.

Senhora da Graça, capitão Pedro Duarte; patacho *São Sebastião*, capitão Gaspar de Souza de Carvalho; barco *Santo Amaro*, capitão Francisco Godinho; caravela *Santo Antonio*, capitão Gaspar Borges, caravela *S. Boaventura*, capitão Luiz de Mello Pinto; barco da Torre, capitão Mateus Reigam; náó *N. S. do Rosário e Santo Antonio*, capitão João Alves Soares (1).

Lichthardt surpreendeu em 7 de Setembro, na enseada de Tamandaré, toda essa esquadra, e a aprisionou, com o comandante, a maior parte das equipagens e — o que foi imenso — os seus papéis. Estavam entre estes a carta de Antonio Telles em que se queixava de Salvador Corrêa e a carta-régia de 9 de Maio, em que era o antigo governador do Rio de Janeiro incumbido de ajudar a Restauração! Publicaram-se em Amsterdam, em 1647 (2).

GUERRA GERAL

A sedição, porém, ganhou a Paraíba. Paulo de Linge, militar inexorável, chamou do sertão Pero Poti (parente do Camarão e chefe do grupo de petiguares

(1) Note-se que esses capitães eram soldados distintos da campanha de 1638 e, portanto, os melhores oficiais disponíveis para a ajuda aos pernambucanos. Paulo de Barros é mencionado por frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, como sogro de Baltazar de Aragão, 2.º do nome.

Francisco Gil de Araújo, ferido na defesa da cidade em 1638, chegou a coronel, e por sua grande fortuna foi dos principais sujeitos do Brasil. Faleceu em 24 de Dezembro de 1685: é notável a sua lápide tumular na Catedral da Baía.

Estevão Pereira Bacellar foi meirinho da Relação, *Doc. Hist.*, XXV, 99; Jaboatão, *ibid.*, p. 412.

Pedro Duarte "acabou a vida de má trato que padeceu na jornada", *Doc. Hist.*, XXII, 41.

Gaspar de Souza de Carvalho serviu na guerra entre 1631 e 44: chegou a sargento-mór, *Doc. Hist.*, XXXII, 50.

João Alves Soares é provavelmente o indicado por frei JABOATÃO, *op. cit.*, p. 246, pae ou tio do homônimo, que foi poeta e prosador.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 35. Eram nove os navios flamêngos. Na mercê de tença que se fez à filha do cap. Pedro Duarte, constava que, a despeito do encontro, meteu "com efeito o socorro que levava àqueles postos, comboidando a artilharia até a paragem que era necessária com muito trabalho e incomodidades...", *Doc. Hist.*, XXII, 46.

que aderira ao inimigo) : e êsse dissidente quiz ser tão barbaro quanto o Janduí e os seus cariris. No domingo, 16 de Julho, deu na igreja de Cunhaú, cheia de fiéis, que ouviam, desarmados, a sua Missa, e os matou. Os senhores de engenho, apalavrados com André Vidal (Jerônimo Cadena, Lopo Curado Garro, Francisco Gomes Muniz), marcharam sobre o forte de Cabedelo, e Fernão Rodrigues de Bulhões se destacou, com 19 mil cruzados, para negociar a capitulação com Paulo de Linge. O honrado holandês indignou-se e enforcou o parlamentarío.

Nos entrementes, Cristovão Lins e o tio, Pedro Marinho Falcão, forçavam a rendição de Porto Calvo (17 de Setembro), e Valentim da Rocha Pitta a do forte Mauricio (dia 19), arrebatando assim o vale do S. Francisco à influência flamenga.

Peores sucessos ocorreram em Itamaracá, onde fracassaram três investidas (até que os holandêses largaram a ilha em Junho de 46) e no Rio Grande, dominado por um capitão atroz : Jacob Rabbi. Não ha mais sinistra figura na Nova Holanda. Engenhoso e deshumano, prometeu a vida aos moradores insurgidos, que se deixaram prender num arraial a seis legoas da barra, mas de fato para entregá-los aos índios de Antonio Paraopaba, émulo de Pero Potí, que os chacinou. O próprio Jacob incorreu nas suspeitas de Garstman, governador da capitania, e foi assassinado (5 de Abril de 46).

RECIFE ASSEDIADO

A guerra tornára-se sobremodo rigorosa para os mercadores de Recife.

A ocupação de Olinda fechou o sitio, que Fernandes Vieira levou às imediações da cidade. Do sul nada podiam esperar. Logo ficaram sem as farinhas da Pa-

raíba e as carnes do Rio Grande interceptadas pelos soldados de André Vidal. Antonio Jácome Bezerra com 400 homens salteou o Rio Grande a dispersar os rebanhos, destruir os currais e afugentar os vaqueiros que serviam ao inimigo. "... E no encontro que em Cunhaú teve o mesmo Antonio Jácome a mais de mil homens que o inimigo levava, poder muito superior ao nosso, e se pelejou desde a uma hora depois do meio dia até quasi noite em que o inimigo se retirou deixando mais de cem mortos, e entre elles o cabo que os governava, muitas armas e despojos, alem de grande número de feridos, que levou, recolhendo a nossa gente mais de 600 cabeças de gado necessárias para o nosso exercito..."(1) Restava-lhes o oceano. Passaram os assediados dias terríveis, entre Março e Junho de 1646. Bateram moeda obsidional, de 3, 6 e 12 florins, com algum ouro de Guiné bem pouco valioso, se a premencia era de alimentos e combustivel. Demora que houvesse no socôrro da Europa os forçaria à capitulação. Deu-lhes alma nova a chegada — em 23 de Junho — de dous barcos annunciando grande armada, que efetivamente surgiu em 1 de Agosto, com 2 mil homens, os governadores em successão do conselho que administrára tão mal a conquista, os coroneis von Schkoppe e Hinderson, e abundantes recursos.

A campanha tomou outra fisionomia. Os coroneis resolveram concentrar em Recife as forças abandonando a Paraíba e o Rio Grande, já sem interêsse para a manutenção da Praça, de vez que lavouras e currais tinham sido devastados; e fizeram saídas com alardes ameaçadores, em ordem a aliviar o cêrco e lançar o terror às fileiras portugêsas. As armas voltaram a lampear na Várzea, porém em efêmeras sortidas. O plano

(1) Patente do cap. Francisco Fernandes Pacheco, *Doc. Hist.*, XXVI, 154.

geral consistia em não deixar reforçar-se em torno de Recife a força atacante — distraíndo-a com desembarques imprevistos e brutais.

PENEDO E ITAPARICA

Hinderson, por mar, atacou o litoral das Alagôas e retomou Penedo, onde levantou um forte de torrão. Perdeu, porém, parte do seu regimento numa emboscada, em que caiu o capitão La Montagne, e contentou-se em guardar aquela posição, praticamente cercado pelas guerrilhas sertanejas e pelos tapuias, que as secundavam.

Concebeu von Schkoppe operação mais eficaz.

Não havia dúvida sobre a solidariedade do governo da Baía com os pernambucanos. De lá partiam as ordens, as expedições, a orientação da guerra. Lembrou-se das represalias de Lichthardt em 1640, e decidiu instalar-se no Reconcavo para ameaçar a capital e ditar-lhe a paz. Embarcou dous mil e quinhentos homens na frota que reconquistára Penedo (1), e, irrompendo pela baía de Todos os Santos, foi deter-se na Ponta da Baleia, na ilha de Itaparica, lugar indefeso, donde avistava a cidade do Salvador (9 de Fevereiro de 47).

Os holandêses passaram a fio de espada os habitantes da ilha (talvez dous mil !), devastaram os engenhos, pilharam as casas, e por fim se fortificaram na praia, onde hoje persiste o fortim de S. Lourenço (2),

(1) Lichthardt morreu em Penedo em 30 de Novembro de 46, por ter bebido água fria estando excessivamente acalorado, cf. Nieuhoff. (VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 52). Sucedeu-lhe o almirante Banckert, ou Joast van Trappen, que se notabilizara na batalha das Dunas (1639).

(2) A Ponta da Baleia assim se chamou depois que João Francisco, em 1624, arrematou o contrato das baleias e aí se estabeleceu "na mesma língua de terra em que hoje se acha edificada a cidade", UBALDO OSÓRIO, *A Ilha de Itaparica*, p. 21, Baía 1928, Frei VICENTE DO SALVADOR descreve-a: "Outros foram em uma náó à ponta da ilha de Itaparica, chamada a ponta da Cruz e, depois

de modo a manterem permanente contacto com os seus barcos entretidos no assalto aos povoados ribeirinhos.

Em Pernambuco os holandêses sofreram o revêz de Guararapes (19 de Abril), como adiante veremos.

Mas não arredaram pé de Itaparica.

Várias guerrilhas no interior da ilha os hostilizaram distinguindo-se nelas, entre outros, Bernardo Vieira Ravasco (1). Malogrou-se, porém, o ataque da madrugada de 10 de Agosto, de 1.200 homens, chefiados pelos mestres de campo Francisco Rabelo (o bravo Rabelinho), João de Araujo e van Hoogstraten que assim enfrentava os compatriotas. Os entrincheiramentos eram tão sólidos que, após duas horas de fogo, tiveram os atacantes de retirar, deixando uma centena de mortos, entre êstes o Rabelinho, cujo corpo frei Domingos, que acompanhára a expedição, levou às costas.

Tal insucesso não consternou apenas a cidade, de frente: causou em Portugal maior alarma, porque punha em perigo a Baía, sem mantimentos, e exposta a uma agressão irresistível. (2).

Vejamus qual o estado de espírito de D. João IV por êsse tempo: ou melhor, o que pensava o padre Antonio Vieira.

de a carregarem de azeite ou graxa de baleia, que aí havia (porque aquele é o lugar onde se faz) se foram ao engenho de Gaspar de Azevedo, que está na praia uma legoa atrás da ponta, etc." (*História do Brasil*, p. 528). No sítio do entrincheiramento holandês ficou uma obra de defêsa, a que D. Rodrigo da Costa aludiu em carta de 20 de Setembro de 1704: "determino mandar logo reedificar um forte de torrão que havia na dita ponta e guarnecel-o..." B. DO AMARAL, notas a Accioli, II, 298.

(1) ALBERTO LAMEGO, in *O Jornal*, 2 de Fevereiro de 1930, e GARCIA nota a Varnhagen, III, 55.

(2) Da falta de mantimentos se queixou Vila Pouca em carta de 7 de Janeiro de 48 às Câmaras do sul, *Documentos Históricas*, III, 16. Daí, mais tarde, a insistência de von Schkoppe de investir o Reconcavo para reduzir à fome a cidade, cujo abastecimento era todo marítimo.

O governador reclamou auxílio de S. Paulo, que, pelo sertão, fosse ter ao S. Francisco e à Baía: cartas de 8 e 21 de Novembro de 46, e 11 de Março de 47. Levou esse socôrro (200 paulistas e 2.000 Índios) o cap. Antonio Pereira de Azevedo (PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, p. 259).

O QUE FEZ D. JOÃO IV

D. João IV cuidou logo em atender à situação da Baía. Nomeou governador geral do Brasil Antonio Telles de Menezes, conde de Villa Pouca de Aguiar, que embarcou em Setubal com alguma tropa tirada do exercito do Alemtejo, e mandou o mestre de campo Francisco de Figueirôa levantar nas ilhas quatro companhias com igual destino.

Estava o padre Antonio Vieira convalescendo em Carcavellos quando el-rei o chamou, para dar-lhe a notícia de “ficar Sigismundo fortificado em Taparica”. E’ o próprio Vieira que nol-o relata.

— O remédio, Senhor, é fácil. Não disseram os ministros a V. M. que aquelle negócio estava mui crú. Pois os que então o acharam crú cozam-no agora.

Demoveu-o a aflicção do soberano. Saíu à procura do mercador Duarte da Silva, cristão-novo que conhecêra na Baía, e êste, associado a Antonio Rodrigues Marques, ofereceu os 300 mil cruzados (garantidos pelo tributo de um tostão em arrôba de açúcar) com que se aprestou a frota (1).

El-rei aborrecêra-se do governador Antonio Telles da Silva. Não tanto, talvez, pelo desastre do Rabelinho, como pela perda dos papéis que levava Jerônimo Serrão, e o comprometeram em Holanda. “Sobre êste successo (escreveu Vieira) deve de cair o enfadamento que Lanier escreve tem S. M. com Antonio Telles: se o houvêra tirado escusaram-se êstes e outros inconvenientes” (2).

(1) Carta ao conde de Ericeira, 23 de Maio de 1689, é J. Lúcio, *op. cit.*, I, 113-4. Aliás a capitania da Baía prometeu 200 mil cruzados para a armada, carta de Vila Pouca, 20 de Fevereiro de 1648, *Doc. Hist.*, III, 20. O fato é que este tomou emprestados ao bispo D. Pedro da Silva 58 mil cruzados para os aprestos do regresso da armada, dinheiro mandado pagar a D. Micaela da Silva, sua sobrinha, em 1665, *Doc. Hist.*, XXII, 321.

(2) Carta de 20 de Janeiro de 1648, *Cartas*, I, 40.

O que era o sacrifício de Portugal em auxiliar a colônia ainda o diz Vieira :

“Se fazendo Portugal os últimos esforços o ano passado, não pôde mandar ao Brasil mais que treze navios, e ficou o porto de Lisbôa sem um patacho, os armazens sem uma ancora nem uma peça de artilharia, donde havemos de tirar navios para o Brasil, para a Índia, para a costa de Portugal (sob pena de nada entrar nem sair) e demais disto para a França?” (1)

O consôlo andava na revira-volta da fortuna :

“O sr. embaixador aqui diz que não espera mais que o successo do Brasil para se meter a proféta de profissão ; porque em tudo lhe têm saído verdadeiras suas esperanças, e só falta estar hoje por nôsso o Recife, como lhe diz o espírito ; e segundo os milagres que vemos, bem podemos também crêr êste. E em confirmação dêle se avisa também de Amsterdam, que a nossa armada na altura em que a viram ia tão chegada à costa, que não podia deixar de avistar Pernambuco, que seria tão alegre vista para os nossos, como triste para os cercados”.

Von Schkoppe não aguardou a chegada da esquadra portuguesa. De Recife avisaram-lhe que êsses navios poderiam atacar Pernambuco, em combinação com Fernandes Vieira, e seria preferível defendê-lo, abandonando-se Itaparica. Em 15 de Dezembro Segismundo deixou a ilha ; oito dias depois chegava a armada do conde de Villa Pouca.

Empossou-se no governo o sucessor de Antonio Telles (2) em 26 de Dezembro. Êste, a quem esperava no

(1) Carta de 1648, *Cartas*, I, 46.

(2) Antonio Teles de Menezes, filho do mordomo-mor da casa Real de Portugal por Felipe III Luiz da Silva Teles e neto materno do conde de Vimieiro, pertenceu ao Conselho de Guerra, P. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia*, II, 212. Passara duas vezes à Índia. Foi capitão de Diu e general das armadas de alto bordo, e governou a Índia após a morte do vice-rei Pedro da Silva, até a chegada do Conde d'Avelras, Depois do seu govêrno do Brasil foi alferes-mor na

Reino inevitável castigo, acabou num naufrágio memorável : (1) do galeão "Santa Margarida", na costa de Boarcos, quando regressava, triste e acusado, para justificar-se perante D. João IV.

P O L Í T I C A D E L - R E I

Vimos que o padre Vieira se tomára de angustia ao ter notícia da insurreição pernambucana. Parecia-lhe uma temeridade que reverteria, em fórma de catastrophe, sobre Portugal. El-rei deu-lhe razão. Não queria, porém, desarmar os súditos sublevados : esperava que acabassem vencendo. Seria preferível adormecer os dirigentes da Companhia em Holanda com outras seguranças : e tentá-los a uma composição por dinheiro. O embaixador Francisco de Souza Coutinho precisava para isto de um coadjutor : o padre Vieira — insuspeito aos judeus de Amsterdam — era o homem. Embarcou logo para a França (1 de Fevereiro de 46), e daí, com cartas para Haia, se dirigiu a essa terra "de herejes" em Abril, muito bem recebido pelas notícias, que o tinham precedido, de ser quem em Portugal defendia os cristãos-novos. Três meses levou aí em negociações baldadas. Os fatos de Pernambuco e as suspeitas da conivencia de D. João IV com os rebeldes obstaram-lhe os passos. Retornou a Haia em Março de 47, disposto a proseguir nos ajustes pecuniários para o resgate do Brasil. Três milhões em anuidades de 500 mil cruzados... Onde todo êsse ouro? Parecia-lhe simples : dá-lo-iam mercadores e judeus indultados em Portugal. Voltava

coroação de Afonso VI e afinal vice-rei da Índia, em terceira viagem àquelas partes. Faleceu em 1657. O titulo de conde obteve-o em 1647, Sanches de Baena, *op. cit.*, II, 756.

(1) MIRALLES, *op. cit.*, p. 145 ; e D. FRANCISCO MANOEL, *Epanaforas*, p. 592.

à sua política predilêta : para subornar Holanda forçoso era subornar a sinagoga ; el-rei perdoasse aos hebreus, que arranjariam o resto : “naquela república tudo é venal...” (1).

U M G E N E R A L

Preferiu D. João IV mandar um bom general a chefiar os... rebeldes.

Atendia a duas necessidades : de união dos pernambucanos, que ameaçavam dividir-se, muitos dêles queixosos de João Fernandes Vieira ; e da energica direção da guerra longinqua.

O Conselho Ultramarino, realmente, recebendo várias denúncias sobre desacêrtos e tropelias de Fernandes Vieira, conviêra em indicar para “aquella campanha Mestre de Campo General e um auditor que governassem a guerra e justiça”, sem contudo afastar o valente colôno. El-rei despachára : “Parta Francisco Barreto...” (2) Nomeado em 12 de Fevereiro de 1647, Francisco Barreto de Menezes (soldado de Luiz Barbalho na retirada de 1639 e, depois de 42, um dos melhores cabos da campanha no Alemtejo) partiu sem demora — com o Dr. Simão Alvares de Lapenha, que ia como Auditor (3).

(1) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Hist. de Antonio Vieira*, I, 107.

(2) ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, ps. 136-7.

(3) Vd. PEDRO CALMON, *Francisco Barreto*, ed. da Agencia Geral das Colônias, Lisboa 1940. — Era filho do homônimo, governador de Callão, no Perú e de mãe espanhola : ali nasceu por 1616. Fez no Brasil as primeiras armas, em 1638. Faleceu em Lisboa, em 23 de Janeiro de 1688, GARCIA, nota a Varnhagen, III, 108. Ha retrato seu na Galeria degli Uffizi, Florença : o visconde de Paragassú ofereceu uma cópia á municipalidade da Bafa. O elogio de D. Francisco Manuel é caloroso : “Ilustre em sangue e espírito ; de juizo e valor, qual convinha...”, *Epanóforas*, p. 592. Depois do seu governo em Pernambuco foi o 23.º governador geral. Antonio de Souza de Macedo tem diferente julgamento : “... Havendo ido servir àquella conquista como soldado particular e com as poucas assistências de um filho natural de pae não demasiadamente rico”... (*D. Afonso VI*, ed. de E. BRAZÃO, p. 187). Não parece certo que fosse filho natural. Relvindicou a sua quinta da Quarteira dizendo : “foi sempre braço maior de meus pais e avós...”, *Doc. Hist.*, IV, 403.

A viagem não lhes correu feliz. A caravela em que vinham foi tomada pelos holandêses após breve combate perto da costa pernambucana, e identificados os dous illustres prisioneiros, deram-lhes prisão especial em Recife. O auditor poude ser resgatado. Nove mêses durou o cativeiro do general: livrou-se com a cumplidade do filho do carcereiro, o flamengo Francisco de Brá (1) e do francês João Voltrin (2), que o acompanharam na fuga. Apresentou-se aos arraiais insurretos em 23 de Janeiro de 48. A 16 de Abril tomou posse do seu cargo de mestre de campo general (3).

GUARARAPES

A paizagem nas imediações de Recife estava a determinar as grandes batalhas. Onde houvesse um monte, uma trincheira natural, um sitio alto, aí se abrigariam os da terra, à espera do ataque ou prontos para cair de surpresa sobre as posições avançadas do inimigo.

(1) Francisco de Brá, a quem Barreto tomou sob a sua proteção, subiu ao melhores postos da milícia colonial e casou-se na aristocracia baiana, *JA-BOATÃO, Cat. Geneal.*, tit. Brá. Era "de Rotterdam, filho de Jaques de Brá, natural da mesma cidade, e D. Ana de Brá, natural da cidade de Nantes", *Livr. de Termos de Irmãos da Misericórdia da Baía*, f. 92, termo de 24 de Junho de 1675. Barreto reconheceu "ser instrumento de minha liberdade...", *Doc. Hist.*, XIX, 176. Foi alferes no arraial de Bom Jesus, patente de 26 de Outubro de 52, capitão em 13 de Outubro de 53, ANTONIO JOAQUIM DE MELLO, *Biografias de alguns poetas e homens illustres da Província de Pernambuco*, I, 112-3, Recife 1856. Chegou a sargento-mór, 27 de Novembro de 1668. Esteve em ambas as batalhas de Guararapes, *Doc. Hist.*, XXX. Aliou-se à familia Góes de Araujo, com descendência copiosa.

Quanto a Lapenha, carta régia de 9 de Agosto de 1647 recomendara se lhe desse preferencia no resgate de presos, *Regístro ms.* na Bibl. Nac., f. 17.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 59. Foi aquinhoado com casas de sobrado em Recife; morreu em 1686, Frei MIGUEL ARCANJO DA ANUNCIACÃO, *Crônica do Mosteiro de S. Bento de Olinda até 1763*, p. 70, Pernambuco 1940.

(3) Carta de Barreto: "... Chegou a armada do inimigo a 17 de Março e preveniu toda a sua infantaria até 18 de Abril, dia em que safu à campanha com o seu exército... havendo somente dous dias que da Baía me tinha chegado ordem do Conde general para que governasse estas capitánias, a qual não quiz deixar de aceitar... chamei logo a conselho aos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira..." cf. ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 139.

Precipitando-se para o outeiro de Bom Jesus, lograra Matias de Albuquerque manter-se no "arraial" cinco anos. Francisco Barreto teve a intuição do que valiam os Guararapes e a êles se acolheu.

A várzea, levemente ondulada, o Capibaribe como sua estrada central, aqui e acolá um arvoredado copado, os canaviais, os engenhos, as capelas, naquelas redondezas é como um parque imenso limitado por Olinda, Recife, e os montes Guararapes que arrancam da costa para o oeste. Restringem nessa direção o horizonte, vêdes, sem recôrtes bruscos, esbôço de serra que se esbate em perspectivas altiplanas, sem quebrar a harmonia geral do panorama onde não ha elevações abruptas. Quem lá se encontra, vê à frente, até muito longe, a planície canavieira, dando as costas ao casario de Recife. A igreja, comemorativa dos triunfos que vamos narrar, tem a fachada para o sul. A subida dêsse lado é amêna, porém agreste e difícil do lado oposto, fronteiro de outra colina, também crêsca de matos, de aspecto selvagem, as rampas perigosas, portanto própria para a defêsa e a guerrilha. Assim imaginou Francisco Barreto : certo que von Schkoppe não deixaria de atacá-lo, acampou no tôpo dêsses montes os terços de Camarão e Henrique Dias (dous mil e quinhentos homens). Foi em 19 de Abril de 1647 que se travou o combate célebre.

Atraídos igualmente pelas vantagens topográficas, os holandêses souberam instalar-se nos cimos com as suas peças de artilharia. Eram uns seis mil soldados. Queremos crêr que os tiros, com que castigaram as linhas pernambucanas, fossem de monte a monte, cada exército agarrado ao seu e bem protegido pelos despeñhadeiros. Mas o general português saiu a campo ; logo se engajaram as vanguardas, e em breve a ação se desenvolvia à arma branca, nas rampas e no vale, investidos os flamengos por Fernandes Vieira ao centro, negros e índios pelos flancos. Henrique Dias foi for-

gado a retirar sob a pressão de reservas que acorreram em substituição dos derrotados, enquanto Camarão e Vieira levavam de vencida os que encontraram por diante. Fertil em decisões rápidas, reorganizou Barreto o terço de homens pretos, cujo comando assumiu André Vidal, e logo os holandeses, em desordem, cederam o terreno, deixando às mãos dos nossos um canhão de bronze, mais de trinta bandeiras, 515 mortos, 523 feridos. Nessa mesma noite retrocederam para a Barreta, o próprio Segismundo ferido na perna, desfalcados dos seus melhores oficiais, desenganados quanto à força e á disciplina do adversário.

A batalha de Guararapes foi de influência incalculável sobre o espírito dos colônos (1).

Peito a peito, exercito contra exercito, às vistas de oficiais hábeis, mostrara-se valoroso e tenaz o soldado *brasiliano*. Vinte e quatro horas suportou, sem se alimentar, a dureza das marchas, o fogo vivo, a luta encarniçada. Consequência imediata do triunfo: fez Francisco Barreto tomar pela gente de Henrique Dias a vila de Olinda (20 de Abril), com outra matança de holandeses ali surpreendidos (2) e arranchou no arraial de Bom Jesus, renovando-lhe a tradição gloriosa.

O cêrco à praça de Recife voltava a ser asfixiante. Das ruínas do Carmo de Olinda e, ao sul, da outra margem do rio dos Afogados, perto do forte de Cinco Pontas, os sitiantes podiam observar os movimentos de tropa em Santo Antonio e Recife, a entrada dos navios,

(1) Em carta a Salvador Corrêa o governador geral descreveu: o inimigo era em número de 6 mil e tinha nove peças de campanha. Os nossos tomaram-lhe 33 bandeiras e um estandarte dos Estados. Deixaram 800 mortos, uma peça e muitos petrechos. De seus sete coronéis morreram dous, um foi aprisionado e Segismundo ferido. "De nossa parte morreram vinte soldados pagos e 40 moradores", *Doc. Hist.*, IV, 435. No século seguinte foram pintados painéis alusivos à batalha, um para a igreja dos Guarapes (hoje no Instituto Arqueológico) e outro no côro baixo da igreja da Conceição dos Militares de Recife, ambos sem valor documental, os soldados trajados pelos figurinos de 1700 e as figuras puramente simbólicas.

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, III, 62.

protegida pelos canhões do forte de Brum (a prevenir qualquer surpresa das bandas de Olinda e do norte), o nervosismo e a tristeza dos mercadores encerrados na ilha e naquele estreito bairro mercantil cheio de judeus e de soldados.

As negociações diplomaticas na Europa podiam agora mudar de rumo. E mudaram.

ASTUCIA DIPLOMÁTICA

O principal, em Haia, era retardar a expedição dos socorros, como impedir também que Holanda se unisse à Espanha contra Portugal. O embaixador Francisco de Souza Coutinho foi admirável nêsse trabalho — ajudado do plano de Vieira sobre a transação, que convinha a muitos conselheiros da Companhia das Índias desenganados da continuação da luta. Chamado o principe de Nassau para aceitar de novo o governo do Brasil holandês, Souza Coutinho prometeu-lhe grande quantia para que, declinando do convite, advogasse antes o acôrdo desejado. Daria um milhão de florins! Nassau exigiu tais condições para embarcar (ordenado anual vitalício de 50 mil florins e um exercito de, pelo menos, 12 mil homens, fóra a autonomia administrativa) que logo se conheceu o seu proposito de não atender ao apêlo (1). Coutinho preveniu a D. João IV, escrevesse a Nassau agradecendo e “segurando-lhe as promessas feitas e que terão cumprimento pelo embaixador que se me seguir, e digo pelo embaixador que se me seguir, porque se V. M. não julgar o negocio por bom, e houver de faltar ao essencial dêle, pouco vai que se falte aos acessórios” (2).

(1) H. WATJEN, *op. cit.*, p. 261.

(2) *Correspondencia diplomática de Francisco de Sousa Coutinho, durante a sua embaixada em Holanda*, publ. por Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, II, 192. Correu que o embaixador, tendo prometido ceder Pernambuco, escrevera ao

Partiu sempre da Holanda a esquadra do comando do almirante de With, porém com um atraso de seis meses (chegou a Pernambuco em 18 de Março de 1648). O rei pode escrever, em 2 de Julho de 48, ao embaixador Luiz Pereira de Castro: "brevemente parece que se gastará o socorro que foi de Holanda àquele estado, tempo era já de entenderem os de Holanda que lhe não está bem a guerra naquela parte". (1) Entabolará Souza Coutinho o trato pelo qual se cedia o território entre o rio Real e o Ceará (todo o nordeste brasileiro), com uma indenização ainda de 20 mil caixas de açúcar paga à Companhia das Índias. Era um processo protelatório, a que o rei, em Lisboa, deu o despacho habitual. Sem prêssa, astuto, quiz ouvir os seus vários conselhos, e foi o procurador da fazenda Pedro Fernandes Monteiro que resumiu a opinião dominante, opondo-se ao conchavo e propondo solução contrária, isto é, a compra do "Brasil holandês", ou a guerra. O padre Vieira continuava pessimista: apresentou aí o seu "papel forte", em que reiterava o alvitre antigo (achando impossível e prejudicial a provocação a Holanda) e, como derivativo, a expansão em direitura ao rio da Prata, num deslocamento da América lusa para os climas austrais... (2)

rei: "Vossa Majestade, Senhor, salve a sua honra desaprovando o que eu fiz em seu nome: sacrifique a minha cabeça e não aquela praça". (Vd. AFRANIO PEIXOTO, *História do Brasil*, p. 119, Pôrto 1940). Essa versão não está longe da verdade.

Note-se que, fracassando o negócio na Holanda, foi Vieira encarregado de agenciar em Roma a paz com Hespanha, pelo casamento de D. Teodosio com Maria Tereza d'Austria, filha única de Felipe IV, em 1650. Dessa embaixada nos dá notícia no sermão de 1695, dedicado ao primeiro filho del-rei D. Pedro II, *Sermões*, XV, 104.

(1) EDUARDO BRAZÃO, *A Restauração*, p. 356.

(2) Sintetizou Vieira o "papel forte" (como lhe chamou el-rei) na carta a Ericeira, de 23 de Maio de 1682, *Cartas*, II, 233. Defende-se da increpação de mau conselheiro: "Já estou vendo que V. S. com a voz popular me ha de perfi-lhar a entrega de Pernambuco... Atribúe este propósito não a convicção sua, mas a maduro juízo de D. João IV, que mandou fizesse o papel "reduzindo ambas as proposições de el-rei a três razões muito breves": 1.º, se Castela e Portugal não tinham podido com Holanda, Portugal só não a venceria; 2.º, superioridade naval e militar de Holanda; 3.º, política espanhola de aproximação

Venceu a idéa da transação, que o novo embaixador, Antonio de Souza de Macedo, voltou a discutir em Haia sem êxito nem oportunidade.

A RETOMADA DA AFRICA

D. João IV bandeou-se com a maioria e, contente do êxito de Francisco Barreto em Pernambuco, mandou Salvador Corrêa de Sá reconquistar Angola.

A importância da expedição era justamente considerada em Portugal e na Espanha, tanto que procurou esta negociar a liberdade do irmão do rei, o infante D. Duarte (prisoneiro em Milão) em troca daquele mercado de escravos. Informa-nos o padre Vieira: "...sucendendo no mesmo tempo suspirar a falta de Cartágena e a necessidade de Potosi por cavadores etiofes, houve arbitrios em Madrid, que o infante se trocasse por Angola, e a sua liberdade por muitos cativeiros. Mas como esta notícia chegasse aos ouvidos do real prisoneiro, teve êle indústria para minar os muros do castelo e, por debaixo da terra escreveu uma carta, que de Veneza veiu a Haia, côrte de Holanda (onde eu a li) e da Haia passou a Lisbôa. E que continha aquela carta? Dizer e protestar a sua majestade o generoso infante, que nem um torrão de terra conquistada com o sangue dos portuguezes se dêsse pela sua liberdade, nem pela sua vida" (1). Essa comovente mensagem podia ter inspi-

com os holandêses. Reconhece Vieira, a sua lógica era impecável, mas... "a Providencia Divina determinava fazer em Pernambuco um milagre, que ninguém imaginou e todos reconheceram por tal..." (Vd. J. Lúcio d'AZEVEDO, *Hist. de Antonio-Vieira*, I, 155-166). Note-se que Pedro Monteiro era de toda a confiança do rei, como diz o Padre: "... Correndo a comunicação dos ditos negócios por cifra particular, de que só era sabelor o secretário Pedro Monteiro", *Cartas*, II, 234. Vale dizer que foi o próprio D. João IV que se opôz à cessão de Pernambuco.

(1) *Sermão de ação de graças*, 1695, XV, 112. Vieira esteve em Haia de 18 de Abril a Julho de 1646, quando teve ocasião de ler a carta de D. Duarte (que morreu em Milão em 1649). Pôde ter sido quem a comunicou a D. João IV encarecendo a necessidade da retomada de Angola, tão necessária ao Brasil.

rado a el-rei a ordem, afinal, para a restauração das praças perdidas ; e o antigo governador do Rio de Janeiro não se retardou em cumprí-la.

Nomeado capitão general de Angola em 20 de Setembro de 1647, chegou ao Rio em 16 de Janeiro e partiu, para a grande empresa, em 12 de Maio de 48. Reuniu quinze navios, sendo 6 fretados no Rio, quatro por êle comprados e 5 que lhe enviára da Baía o governador geral. Meteu a bordo novecentos homens. Contribuiu a cidade com o empréstimo que lhe pediu (1) — e o suplemento, de 5.500 cruzados (2).

De início a expedição lutou com sérias dificuldades. Alcançou na costa d'África Quicombo — em 12 de Julho (3)— perdendo logo, num temporal, a capitânea com 300 homens e seu comandante Baltazar da Costa de Abreu. Convocou Salvador Corrêa o conselho dos oficiais e deliberou investir S. Paulo de Loanda. Isto fez em 12 de Agosto. Intimado a entregar-se, o governador holandês reclamou oito dias de prazo. Deu-lhe dous, findos os quais desembarcou com a sua gente, e, no ímpeto do ataque, se apoderou da praça, com exceção do forte de S. Miguel (ou do Morro) onde se refugiára a guarnição. Foi temerário o assalto com que o experimentou, em 15 de Agosto. Recuaram os portugueses, desfalcados de 163 mortos e 160 feridos. Mas a galhardia da ofensiva desnor-teára os sitiados que, na manhã seguinte, hastearam bandeira branca, e asinaram a ata de capitulação em que se lhes permitiu

(1) Vereação de 1 de Fevereiro de 1648, *Acordãos e Vereanças*, p. 155.

(2) Vereação, de 2 de Abril de 48. Disse Salvador Corrêa ter despendido de sua fazenda 12 mil cruzados. Vd. as cartas do governador geral encarecendo-lhe a necessidade de partir logo, *Doc. Hist.*, IV, 432-8.

(3) Em carta ao embaixador Luiz Pereira de Castro, explicou D. João IV : "... Ordenei a Francisco de Souto Maior quando o enviei a governar aquele Reino escolhesse um porto com sitio a propósito para fundar uma cidade em que estivesse e em que pudesse continuar seu govêrno como dantes se fazia em Loanda, fez êle diligência na conformidade desta ordem, e fundou Quicombo..." (EDUARDO BRAZÃO, *A Restauração*, p. 358).

a volta à Holanda com armas e bagagens. Eram oitocentos — e portanto em número superior aos vencedores! (1)

Restaurada Angola, de pronto volveram ao domínio português Benguela e demais feitorias do litoral.

Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que, no sertão, sustentára até aí a luta, correu a castigar os “sôbas” que tinham ajudado os flamengos, assim o rei do Congo e a famigerada rainha Ginga; e em expedições análogas submetteram os negros e os puniram Antonio Teixeira de Mendonça (2) e Francisco Ribeiro de Aguiar.

Durante três anos e quatro meses Salvador Corrêa pôz ordem nessas terras reavidas em tão admiráveis circunstâncias: completára a reconquista de Pernambuco, livrando de intrusos os mercados de escravos onde se abastecia a melhor parte da agricultura americana.

D. João IV podia agora falar outra linguagem aos mercadores de Haia: o eclipse de sua Companhia já era o efeito de forças pujantes e novas, que retemperavam Portugal e o Brasil.

DEFESA DE ANGOLA

Recrudescceu a seguir o tráfico negreiro para a Baía e as capitâneas do sul. A conservação de Angola não deixaria mais de pesar sobre o governo do Brasil. A fre-

(1) Vd. ELIAS ALEXANDRE, *História de Angola*, I, 264. — Diz CAMILO, *Serões de S. Miguel de Seide*, p. 78: Na quinta de Ruivão, “no tecto repartido em muitos painéis, viam-se pintadas as façanhas de Salvador Corrêa de Sá, em guerra contra os holandeses antes e depois da restauração de 1640. O genealógico Manuel de Souza da Silva diz que as pinturas foram mandadas fazer por Manuel Corrêa de Lacerda que sucedeu na casa e senhorio de Farelans e aqui morreu em 13 de Novembro de 1695”. É curioso que o título de visconde de Assêca que teve Martim Corrêa de Sá, seu filho, levava a referência aos serviços de Salvador Corrêa, a quem as mercês não estiveram em proporção com os trabalhos. Veremos que voltou a governar o sul do Brasil (1659-1662).

(2) Vd. J. C. FEO DE CASTELO BRANCO e TORRES, *Memórias* etc. de Angola, p. 178, Paris 1825. A sua descendência ficou na Baía, JABOATÃO, *Cat. Geneal.* p. 240, onde por quatro gerações teve a propriedade do ofício de escrivão da ouvidoria geral do civil.

quencia da navegação — com os capitais nela empenhados — deu em seguida à costa d'África, entre o Níger e Loanda, o caráter de feitoria “protegida” da outra banda do Atlântico. Daí lhe fôram os socorros pelo tempo adiante (1), sempre que constou ameaça de estrangeiro ou rebelião de “sobas” do Congo. Soldados, religiosos (2), magistrados, negociantes, cavalos de guerra saíram, em lévas sucessivas, da Baía para Angola, (3) que se declarou, além disto, logar de degredo para os “indesejáveis” do Brasil, cujas penas (ou por serem pessoas de qualidade) os eximiam de peor castigo.

SEGUNDA BATALHA

Os holandêses não podiam contrabalançar o desastre d'África atacando Barreto no *Arraial* — onde se reforçara com o “terço das ilhas”, do mestre de campo Francisco de Figueirôa (Agosto de 1648). Cuidaram de incrementar a guerra marítima e exercer na Baía represalias à maneira antiga.

Uma esquadra, com 2.500 homens de desembarque, ao mando do coronel van den Brande, entrou real-

(1) O primeiro socorro grande para Angola safu da Baía em Maio ou Junho de 1664, à iminência de um ataque espanhol às colônias d'África: eram capitães Baltazar da Costa (*Doc. Híst.*, IV, 133), PEDRO DO COUO COELHO (*Doc. Híst.*, XXI, 364).

Para o socorro que levou João de Velasco em 1671 (*Doc. Híst.*, IV, 155) foram recrutados todos os vadios, principalmente em Cachoeira (*Doc. Híst.*, IV, 195) e também em Pernambuco (*Doc. Híst.*, IX, 416: “desterrando dessa capitania os delinquentes enche aquele Reino de soldados”).

A provisão real de 30 de Junho de 1675, mandou que fossem levados cavalos da Baía para Angola nos navios do tráfico, *Doc. Híst.*, XXVI, 158. Retorrou — a carta régia de 13 de Fevereiro de 1691, *Doc. Híst.*, XXXIII, 403.

(2) Eclesiasticamente Angola ficou, por igual, dependente do Brasil, pois a bula que elevou a arcebispaço o da Baía, declarou sufraganeos dêle os bispados de Loanda e São Tomé.

(3) Vd. Ch. de LANNOY ET VANDER LINDEN, *Histoire de l'Expansion Coloniale des Peuples Européens*, p. 223, Bruxelles 1907: “Destinées à faciliter le recrutement des esclaves pour le Brésil, elles relevaient plutôt de Baía, qui payait les frais d'administration d'une partie d'entre elles”.

mente a Baía, em meiado de Fevereiro de 49, e a sua tropa, tomando pé no reconcavo, incendiou vinte e três engenhos, desorganizando nêsse ano a indústria açucareira que completamente se restaurára depois de 1640. (1) Os invasôres retiraram-se sem grandes perdas.

Menos feliz foi o golpe desfechado pelo coronel Brinck contra os sitiantes, ainda nos montes Guararapes.

Com 3 mil e quinhentos soldados saíu em 17 de Fevereiro, para ocupar a várzea, nas imediações do engenho Guararapes. Francisco Barreto, porém, formou a sua gente em linha de combate ao abrigo dos matos, deixando que o inimigo ficasse ao sol, na expectativa d'uma ação cuja iniciativa lhe repugnava. Não sendo investido nas posições dominantes que escolhera, preferiu Brinck retirar-se sem engajar batalha: então o general português o acossou pela retaguarda, lançando-lhe cavalaria e mosqueteiros, que, depois de ensanhada luta, destroçaram os batalhões flamengos e, por fim, os puzeram em fuga. Morreu aí o chefe holandês, com 173 oficiais e sub-oficiais; e, quanto aos soldados, as baixas subiram a 855 mortos e noventa prisioneiros. A segunda batalha de Guararapes foi mais cruel para êles do que a primeira, e destruiu praticamente as veleidades de reação que ainda excitavam os comissários da Companhia em Recife.

O êxito do soldado luso-brasílico mereceu do conselheiro Michel van Goch (em carta para Haia) estas considerações graves: 'A respeito do combate acima relatado, notei sobretudo duas particularidades que (em meu parecer) merecem muita atenção: em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo dos matos e

(1) Em carta de 20 de Março de 1650, dizia CASTELO MELHOR: "Quando tomei posse do govêrno e me achei com a Fazenda Real no mais apertado extremo em que nunca se viu e aos moradores desta praça em outro maior... na queima dos Engenhos, na retenção do comércio e na assistência da Armada Real neste pôrto vae em três anos...", *Doc. Hist.*, III, 38.

de detraz dos pantanos e outros logares, onde têm a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e se aplicam em romper diferentes quartéis. Em segundo logar, as tropas inimigas são ligeiras e ágeis para corrente adiante ou afastar-se, por causa de sua crueldade ináta são temíveis também; êles se compõem de Brazilianos, Tapuias, Negros, Mulatos, Mamalucos etc., todas as nações do país; aliás, Portuguezes e Italianos, que têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de maneira que atravessam e cruzam os matos e os pantanos, sobem aos montes, tão numerosos aqui, e descem, e tudo isso com uma velocidade e agilidade, que são verdadeiramente notáveis; nós, ao contrário, combatemos formados e colocados de maneira que se usa na mãe-pátria, e nossos homens são indolentes e fracos, de modo algum afeitos à constituição do país, do que resulta que essas espécies de ataques com arma de fogo, como o de que aqui trato, devem ter bom êxito inevitavelmente, e que, rechassando os nossos batalhões e pondo-nos em fuga êles nos matam maior número de soldados na perseguição do que no próprio combate; esta ocasião — ai de nós! não fez mais do que fornecer prova disso; aliás as peças de artilharia de campanha não podendo ser disparadas sobre bandos dispersos, tornaram-se inteiramente inúteis, ou, para melhor dizer, verdadeiras charrúas para o nosso exercito...” (1).

Mesmo D. João IV entendeu que fôra prodigioso: em carta a seu embaixador Nuno da Cunha — de 8 de Junho de 49. “Parece certo que quer Deus favorecer aqueles homens, porque assim o mostra successo *tão prodigioso como êste foi*, e o têm mostrado os passados, a Relação é a mesma que os Holandeses imprimiram

(1) RODOLFO GARCIA, nota a Varnhagen, *Hist. Ger.*, 111, 131.

em Holanda porque do Brasil não veio com tanta clareza que se vos possa remeter...” (1)

A sua própria superioridade naval anulou-se pela escassez de provisões para os navios do almirante de With, assás velhos e gastos para operações incessantes e infrutíferas. De novo a ameaça da fome perturbou a guarnição de Recife. Malquistado com o comando de terra, de With se retirou em Novembro para a Europa, abandonando aquela guerra que dava por perdida. (2) Todas as censuras recaiam sobre a Companhia que não mandava viveres, barcos, elementos eficazes para a reconquista. Cometêra o erro de restringir os auxílios, quando um esforço qualquer mais enérgico lhe reforçaria os argumentos na discussão diplomática que se travava em Haia... Em Lisbôa, sentiu-se que o domínio do mar resolveria depressa o problema. Devêras o assédio teria o mesmo efeito — a rendição dos holandeses — mas num tempo indeterminado: corria o risco de interromper-se com a chegada d’alguma esquadra de socorro. O príncipe de Nassau achára que se retomaria Pernambuco fundindo as Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, em ordem a crear uma emprêsa homogênea e poderosa. Os mercadores de Lisbôa aplaudiram um plano simétrico: a organização de uma companhia de comércio para desalojar o inimigo daquele porto.

(1) Cartas de D. João IV, inéd., pbl. por EDUARDO BRAZÃO, *Revista dos Centenários*, Lisbôa, Dezembro de 1939 (arq. da casa de Tarouca).

A Francisco Barreto não escapára a importância de suas duas vitórias. Na igreja votiva de Guararapes ha a lápide seguinte, datada de 1656: “O Mestre de campo general do Estado do Brasil Francisco Barreto mandou em ação de graças edificar à sua custa esta Capela à Virgem Senhora Nossa dos Prazeres com cujo favor alcançou neste logar as duas memoráveis vitórias contra o inimigo holandês, a primeira em 18 de Abril de 1648 em domingo da Pascoela vespera da dita Senhora, a segunda em 18 de Fevereiro de 1649 em uma esxta-feita e ultimamente em 27 de Janeiro de 1654 tomou o Recife e todas as mais prassas que o inimigo pesuhiu 24 annos”. (Inscrição copiada no local, 2 de Fevereiro de 1940).

Observe-se entretanto que, depois da segunda batalha dos Guararapes, houve um motim contra o general, de indisciplinados soldados: “A uns sete que achei serem los cabeças do motim mandel justicar”, escreveu a el-rei em 28 de Fevereiro de 1650, A. LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 144.

(2) HERMANN WATJEN, *op. cit.*, p. 271.

A COMPANHIA DE COMERCIO

A iniciativa pertencia ao padre Antonio Vieira. "O primeiro negócio que propuz a S. M., pouco depois da sua feliz aclamação e restauração, foi : que em Portugal, à imitação de Holanda, se levantassem duas companhias mercantis, uma oriental, outra ocidental, para que (sem empenho algum da real fazenda) por meio da primeira se conservasse o comércio da India, e por meio da segunda o do Brasil. . . Sòmente tardou em se aceitar, até que a experiência desenganou aos ministros, que ao principio por ventura o não capacitaram. E quanta fosse a utilidade e eficacia dêle, bem o mostrou a companhia ocidental, a qual foi sempre trazendo do Brasil o que bastou para sustentar a guerra de Castela, conservar o reino, restaurar Pernambuco, e ainda hoje acudir com prontos e grandes cabedais às ocorrências de maior importância" (1).

Chamou-se *Companhia Geral de Comércio*. Inverteram nela os cristãos novos seus capitais (segundo o alvitre de Vieira) mediante a isenção de confisco aos penitenciados pelo Santo Officio — por alvará de 6 de Fevereiro de 1649 (2).

O negócio era atraente. Governava-se a Companhia por uma junta de nove deputados. Déra-se-lhe o monopólio de venda de quatro generos : bacalháo, farinha de trigo, azeite e vinho — por preços que arbitrara. Ganhava as taxas e premios de seguro impostos aos navios comboiados por suas frotas. O seu maior lucro estava naquêle monopólio, aceito com resignação na Baía, mas recebido hostilmente no Rio de Janeiro, razão porque — em 24 de Agosto de 1649 — o governador

(1) *Cartas*, II, 225-6.

(2) Um dos principais judaizantes da Companhia foi Gaspar Dias (de Mesquita) que assinou os papéis de sua fundação, amigo de Vieira, que a êle várias vezes alude nas cartas.

geral dirigiu curiosa intimação a Salvador de Brito Pereira, que lá administrava: "Com esta consideração se estabeleceu nesta cidade o negocio, e admitiram os preços dêstes generos por aceitação uniforme de todo o povo, que não necessitou de coação alguma para abraçar seu próprio benefício. Pelo que tanto que êstes papéis se presentarem a V. M. e aos officiais da Câmara (a quem escrevo) o faça V. M. logo assentar e publicar. . . E assim só advirto a V. M. que se houver quem o impugne, m'õ remeta V. M. preso a bom recado. E só lhe lembro que convem muito que se antecipe V. M. com tanta brevidade na introdução dêste negocio. . ." (1) Por bem ou por mal, os colónos deviam sujeitar-se ao conchavo dos capitalistas de Lisbõa.

A PRIMEIRA ESQUADRA

A primeira esquadra da Companhia largou do Tejo a 4 de Novembro do mesmo ano, sob a chefia do almirante Pedro Jaques de Magalhães (2): trazia por general João Rodrigues de Vasconcelos, conde de Castelo Melhor, nomeado sucessõr do conde de Vila Pouca de Aguiar (3). De passagem por Pernambuco desembarcou os mantimentos reclamados por Francisco Barreto (4) e aportou incolume à Baía.

Tendo chegado a 7 de Março, empossou-se Castelo Melhor em 10 dêsse mês (5). Demonstrou as qualidades

(1) *Doc. Hist.*, IV, 445-6.

(2) Foi o 1.º visconde de Fonte Arcada: Mestre de campo general, do Conselho de Guerra, General da Armada de Saboia, General da Armada do Mar Oceano, agraciado com altas mercês, vd. SANCHES DE BAENA, *Famílias Titulares*, I, 595: P. ANTONIO CARVALHO DE SOUZA, *Memórias dos Grandes de Portugal*, p. 359 e segs.

(3) Vd. D. ANTONIO CAETANO DE SOUZA, *Memórias dos Grandes de Portugal*, p. 359 e segs.

(4) Carta de 3 de Abril de 1653, *Doc. Hist.*, III, 154.

(5) MIRALLES, *op. cit.*, p. 146. Seu filho, o 3.º conde, foi o grande ministro de Afonso VI, em cujo serviço entrãra como reposteiro-mór pelo casamento

que o recomendavam : tino administrativo, senso organizador, espírito prático. Veremos em seguida os atos principais do seu triênio. Sobrelevava então o epilôgo da guerra.

Malogrou-se em Holanda a embaixada de Antonio de Sousa de Macedo, que fôra oferecer dinheiro pela evacuação de Pernambuco : três milhões de cruzados, fôra outras concessões mercantís. Os Estados Gerais, irritados com a *Companhia Geral do Comércio* e suspeitando da sinceridade de D. João IV, não lhe dêram ouvidos. Mas as suas dificuldades com a Inglaterra lhes obstavam a auxiliar devidamente Recife, enquanto a penuria e os fracassos no Brasil apressavam um desfêcho, devêras inconjurável. Antonio Dias Cardoso, com meio milhar de homens, bateu-as em Barreta e Afogados (Junho de 52). André Vidal queimou-lhes o páo brasil que tinham pronto para exportar. O cêrco fechára-se, implacável, e já os três emissários que dali foram, para expôr a situação na Europa, se contentavam com um acôrdo que resguardasse a propriedade ganha durante a ocupação... Inevitável o naufrágio, tratavam dos salvados! Demitiram-se, outrosim, os conselheiros que administravam Pernambuco (von Goch, Schoonenborch e Haecx). Desertavam soldados, oficiais abandonavam os comandos, ruía o edifício montado em vinte anos de luta... A última esperança estava nos corsários, que lograram apresar quatro navios da segunda frota que a Companhia portugûesa mandára ao Brasil.

A CAPITULAÇÃO

Decidiu-se então em Lisbôa expedir diretamente para render Recife uma terceira esquadra da *Companhia*,

com uma sobrinha do conde de Odemira, *Vida del rei D. Afonso VI (CAMILO)*, p. 23. Ao sobrevir a Restauração estava o 2.º conde em Cartagena, nas Indias de Castela, para onde o lançára um temporal vindo para o Brasil, em 1640

ainda sob a chefia de Pedro Jaques de Magalhães : desta feita sessenta e quatro navios mercantes e treze de guerra. Surgiu em 20 de Dezembro de 1653 em frente a Recife. Mandou-lhe avisos Francisco Barreto, para que o General da Armada fosse ter com êle em Olinda, afim de combinarem as operações.

Alí desembarcou Pedro Jaques com Francisco de Brito Freire, seu almirante (1) — recebido pelo “governador da guerra” e os três mestres de campo João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Francisco de Figueirôa. (2)

Barreto falou-lhe com firmeza : o momento era único para investirem as fortificações, enquanto a marinha obstruia o porto e lhe interceptava as comunicações. Aceito o plano, Pedro Jaques tomou, com os seus barcos, as águas de Recife e o exercito, à ordem dos cabos veteranos, marchou sobre as posições holandesas. Capitulou logo o forte do Rego (15 de Janeiro de 54). À margem esquerda do Capibaribe rendeu-se, quatro dias depois, o reduto de “Altenar” (com o major Berghen e 180 homens). O terço de André Vidal proseguiu em direção ao forte de Cinco Pontas, cuja queda seria fatal à defesa do porto. Comandava-o Waulter van Loo, que, na tarde de 23, saiu com uma carta para Francisco Barreto. Era o pedido de armistício. A campina diante do forte, onde o general ouviu van Loo, chamava-se *do Taborda* (nome d’um pescador que alí morára). Discutiram o ajuste, do lado dos portugueses o-auditor geral Francisco Alvares Moreira, o capitão secretário Manuel Gonçalves Corrêa e o capitão reformado Afonso de Albuquerque ; e, pelos contrários, o conselheiro Gilbert de With, o presidente dos escabinos (vereador

(1) O autor da “*História da Guerra Brasileira*”, Lisboa 1676, em cuja companhia, na armada de 1655, veiu para o Brasil, exilado, D. Francisco Manoel de Melo — foi um dos mais ilustres almirantes portugueses do seu tempo.

(2) D. Francisco Manoel na *Epanófora Triunfante* (V. ed. de 1676) notícia, com primores de estilo, as confabulações de Olinda e os sucessos que se lhes seguiram.

res) Huybrecht Brest e van Loo. Uma capitulação que honra o cavalheirismo dos vencedores e a dignidade dos vencidos pôde ser assinada na noite de 26 de Janeiro de 1654; encerrou de um modo altamente civilizado esse prolixo episódio e integrou Pernambuco na comunidade luso-brasileira.

Estendia-se em vinte e sete artigos. Em primeiro lugar estipulava-se uma como anistia, para todas as queixas e nações. Os holandêses, a quem se reconhecia a propriedade, ficavam com três meses para vender os imóveis e retirar-se. Durante quatro meses os navios de Holanda não seriam hostilizados. Teriam os que partissem alimento e condução, indispensáveis para o repatriamento (1). Entregariam, por sua vez, os fortes, a artilharia e as munições de guerra.

Comentou o padre Vieira — essa maravilha: “Apareceu a frota mercantil do Brasil defronte do Recife, a que por sua fortaleza poderamos justamente chamar a Rochella da América, e à ostentação somente do número de seus vasos, sem morte de um homem, se renderam dezeseite fortes reais, guarnecidos de sobeja infantaria, abastecidos de munições de bôca para dous anos, e de guerra para muitos, e em espaço de três dias se recuperou o que se não podia caminhar pacificamente em muitos meses, e se tinha ganhado a palmas em vinte e quatro anos”. (2)

ENTRADA EM RECIFE

Assim se cumpriu.

A 28 de Janeiro apresentou-se a cavallo Francisco Barreto para receber as chaves da cidade: rodeavam-no

(1) De Pernambuco passaram-se muitos à Guiana, Antilhas, Nova Amsterdã. Imitaram em Surinã os processos industriais do Brasil. Vd. J. Lúcio D'AZEVEDO, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, p. 434, Lisboa 1922.

(2) Sermão de S. Roque, Ser., VIII, 79-80.

os oficiais formando um lusido estado-maior, em vistosa cavalgata que contrastou com a modestia de Segismundo von Schoppe e dos seus ajudantes que, a pé, foram encontrá-lo.

Então o general se apelou e recebeu as chaves, ao som de salvas e clarins; a que se seguiu a entrada na povoação. Para acentuar as suas disposições cortêzes Barreto visitou na sua casa Segismundo e foi alojar-se nas do Conselho, preparadas para hospedá-lo. Levou a sua cordura ao requinte de conceder a von Schoppe e à esposa que carregassem o pão brasil correspondenté aos bens que deixavam em terra — o que aumentou a suspeita de venalidade que, na Holanda, atormentou o guerreiro bravo e infeliz. Determinou que os soldados flamengos ficassem em Olinda, dando-se-lhes 480 réis a cada um. Incorporou ás suas próprias fileiras os negros e índios que até af os acompanhavam. A tomadia cifrava-se em quasi quinhentas casas logo concedidas ou alugadas a quem as requereu — trezentos canhões (1), 38 mil balas, 5 mil mosquetes, 2 mil arrobas de pólvora . . .

A restauração dos demais distritos foi imediáta.

Felipe Bandeira de Melo (2) teve o governo dos fortes do sul. Francisco de Figueirôa despachado para a Paraíba, já a encontrou em poder dos portugueses, pois o tenente-coronel Claes, fugindo de Recife, persuadira o coronel Houthain a abandoná-la, largando tudo. Os índios, avaliados em 4 mil, acreditaram nas notícias terríficas que corriam sobre a vingança dos cató-

(1) Um desses canhões, com as iniciais da Companhia das Índias Ocidentais e o dístico de Middleburgo, está no Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro). Outro, no Instituto Arqueológico Pernambucano. Vd. *Inventário das armas e petrechos belicos*, etc., Recife 1939 (reimpressão de opusculo de 1838).

(2) Natural de Pernambuco, serviu quinze anos na Armada Real e viera adido a pessoa de Francisco Barreto, patente de 20 de Dezembro de 1646, Borges da Fonseca, *Nobilitarquia*, I, 185 (ed da Bibl. Nac.) Sua irmã Maria de Mello foi mulher de Jeronimo Cadena Villa-Santi, de quem se dará noticia.

licos, (1) correram a refugiar-se nas serras do Ceará. Itamaracá foi ocupada pelo capitão Manuel de Azevedo, e Alvaro de Azevedo Barreto, por mar, reconheceu o abandono do Rio Grande pelo inimigo e ocupou o Ceará — que o major Garstman não teve dúvida em entregar-lhe.

Melhor comissão ganhou André Vidal : a de levar ao reino as alviças do triunfo. Chegou a 19 de Março ; e logo na manhã seguinte fez D. João IV cantar na capela real solene “Te Deum”. Não lhe ficou nisto o jubilo : no dia immediato foi dar público testemunho do seu agradecimento a Deus na Sé, a que se juntou a côrte, em procissão grande. Não regateou os premios merecidos pelos herões, sobretudo Barreto, Vidal, Vieira, que tiveram os governos de Pernambuco, Maranhão e Angola. Officiais e soldados lucraram mercês pecuniárias e sesmarias.

Consumára-se o “milagre”. Expulso o estrangeiro, a economia colonial normalizada, restabelecida a unidade da América portugûesa, depressa esqueceria esta o quarto de século consumido por uma guerra feroz. Cicatrizaram-lhe as feridas recuperando sem demora a prosperidade que se lhe interrompera : em 1655 affiançava com o seu rico comércio a definitiva restauração da metropole.

Mas já não era igual ao Brasil de ha trinta anos antes.

Uma profunda modificação moral fôra o vestigio deixado pela campanha ardua, a marca dos seus asperos trabalhos, o seu legado : no ir e vir das marchas, ao calor das refregas, na paixão dos levantes, na dôr dos

(1) Cabedêlo foi tomado por Ambrosio Luiz de La Penha, *Doc. Hist.*, XXI, 20.

exôdos, na continuidade dos sacrifícios e na exaltação das vitórias se compuzera — em linhas inconfundíveis — um espírito nativista capaz de independência, de reivindicações inesperadas, de afirmações definitivas. Pondo-se fóra o holandês metêra-se no Brasil o brasileiro : é a sutil resultante d'uma campanha aparentemente concluída.

XI

O GOVERNO GERAL E O SERTÃO

O CONDE DE CASTELO MELHOR

As principais providencias que notabilizaram o governo do conde de Castelo Melhor foram de ordem militar.

Obediente ao que determinára a carta régia de 10 de Maio de 1651, procedeu à reforma dos três Terços da Baía (dos mestres de campo João de Araujo, Nicoláo Aranha Pacheco e Teodosio Hoogstraten), suprimindo êste em proveito dos dous primeiros e reduzindo a duas companhias a artilharia, num reajuste próprio do período de paz, que se esperava. A guarnição do “presidio” limitou-se a 2.134 praças, de cujo sustento se encarregou a Câmara. (1) Reforçou, porém, a defesa da capitania, provendo os cargos militares referentes às várias vilas e distritos e, em resguardo do Reconcavo, investido havia pouco por quatro náos holandêses, mandou estabelecer plataformas ou trinheiras nas bôcas dos rios que o penetram (2). Não faltou com os socorros de gados e farinhas para o exercito de Pernambuco (incumbindo disto o capitão-mór da capitania do Rio de S. Francisco, Belchior Alves Camelo) (3). Na cidade creou uma companhia “de todos os Estudantes

(1) MIRALLES, *op. cit.*, p. 146 ; e *Doc. Hist.*, III, 178.

(2) “... Plataforma da Cambôa, no distrito da Patatiba, uma das de mais importância que mandei fazer na bôca dos rios do Reconcavo” patente de 20 de Março de 1651, *Documentos Históricos*, XXXI, 89.

(3) *Documentos Históricos*, XXXI, 69.

desta Universidade (sic) da Baía”, sob o comando de Francisco Barbosa, segundo o estilo de Reino (1). E expediu uma tropa, confiada a Gaspar Rodrigues Adorno, para bater os índios que no Aporá ameaçavam as povoações vizinhas, mesmo o porto de Cachoeira (Provisão de 16 de Setembro de 51). (2)

O sargento mór Diogo de Oliveira Serpa (cabo de uma “entrada” em Maio de 51) (3) teve o cargo de *capitão-mór das Entradas dos Mocambos* (14 de Maio de 53) : correspondia à necessidade de dissolver os agrupamentos de negros fugidos, cada vez mais frequentes. Dest’arte fazia-se policiamento rural e normalizavam-se as comunicações, de começo indispensáveis para o abastecimento da guerra de Pernambuco, depois para a expansão povoadora em que a Casa da Torre se substituiria aos Adôrnos do Paraguassú. A “bandeira” dêstes, de 1651, não foi decisiva : tanto que, em 1654 o conde de Atouguia os mandou de novo, com dobradas forças, limpar o vale do Jequiriçá, e afastar do litoral o perigo dos selvagens.

RESTABELECIMENTO DA RELAÇÃO

O restabelecimento da Relação do Brasil, por êsse tempo, restituiu à Baía a dignidade de capital judiciária da América portuguesa.

O Regimento da Relação foi aprovado em 30 de Março de 1651, quasi um ano depois de consultado a respeito o Conselho Ultramarino, e assinado por El Rei

(1) Patente de 14 de Fevereiro de 1651, *Doc. Hist.*, XXXI, 85.

(2) Gaspar Rodrigues Adorno é filho de Afonso Rodrigues de Cachoeira, o herde das lutas de 1624-25, JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 77. Os índios mataram-lhe um irmão em 1639, PEDRO CALMON, *Hist. das Bandeiras Baianas*, p. 85. Nasceu Gaspar em 24 de Junho de 1624, Aristides Milton, *Efemerides Cachoeiranas*, *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n. 27, p. 73.

(3) *Doc. Hist.*, 111 108.

em 12 de Setembro de 52, — o que evidencia o propósito de procrastiná-lo, até a expulsão dos holandeses (1). Em 3 de Março de 1653 empossaram-se o chanceler Francisco de Figueiredo e os desembargadores Luiz Salema Carvalho, já no Brasil em sindicâncias, (2) Simão Alvares de Lapenha, Francisco Barradas de Mendonça e Simão da Maia Furtado.

No ano imediato, em 22 de Janeiro, teve assento nêsse tribunal o primeiro desembargador natural do Brasil, não havia muito formado em Coimbra: Cristovão de Burgos Contreiras. (3).

Entrou no lugar de Simão Alvares de Lapenha, apesar da “prudencia, zelo e talento” dêste, no elogio do conde de Atouguia, que o recomendou para ouvidor geral (4).

Não deixou Castelo Melhor o governo sem dar início a duas tarefas consideráveis: a reforma da Ribeira, para que af se construísse, talvez anualmente, um galeão de 700 a 800 toneladas (conforme a ordem régia de 2 de Dezembro de 50) (5) e o proseguimento das

(1) B. DO AMARAL, notas a Accioli, II, 111. Vd. integra nos *Anais do Arq. Publ. da Baía*, XV, 5-21.

(2) Carta de Castelo Melhor, 6 de Abril de 52, *Doc. Hist.*, III, 155 e 160.

(3) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, 2.^a ed., p. 459. Foi homem de grande fortuna, *Documentos Históricos*, XXIII, 126.

(4) Carta de 24 de Jan. de 1656, *Códice Atouguia*, ms na Bibl. Nac. Como ouvidor foi Simão Alvares ao Rio de Janeiro apurar as responsabilidades do levante contra Salvador Corrêa, VARNHAGEN, III, 255. Morreu no mar, indo para o Reino com a mulher (irmã de Antonio Vieira) e seus filhos, como escreveu o jesuíta, em 1671: “Outro cunhado e outra irmã com cinco filhos que ficaram sepultados no mar”, *Cartas*, I, 140. E em 14 de Setembro de 1655, defendendo do confisco, a título de emprestimo, dos bens deixados pelo magistrado, *Cartas*, I, 341.

(5) Ha uma consulta do Conselho da Fazenda, de 1636, que nos revela “fragatas de guerra que estavam fabricando os senhores de engenhos e lavradores” da Baía, *An. da Bibl., Nac.*, LVIII, 210. Sempre estiverem ativos os estaleiros do Reconcavo. Mas, em carta de 26 de Abril de 51, mandou o governador ao capitão-mór de S. Vicente que lá fizesse o galeão, *Doc. Hist.*, III, 104. O primeiro Mestre “da Ribeira que ora se fórma” foi Pedro Gonçalves, 31 de Julho de 1655, *Doc. Hist.*, XVIII, 405. Ensinou a sua arte nos hábeis operários baianos. Cantou Gregório de Matos “o famoso galeão São João de Deus” ali construído, *Obras*, II, 83.

obras do Forte do Mar, paralizadas desde 1625 (Carta régia de 4 de Outubro de 50) (1) e que eram pagas pela renda do contrato das Baleias.

A Ribeira da Baía tornou-se em breve uma das melhores oficinas náuticas da América.

O CONDE DE ATOUGUIA

O 22.º governador geral foi D. Jerônimo de Ataíde conde de Atouguia, que governára já os Traz os Montes, se batêra no Alemtejo e era General da Armada (2). Empossou-se em 14 de Dezembro de 1654: presidiu, pois, às festas que na Baía comemoraram a capitulação da "campina do Taborda".

Se podemos caracterizar a administração anterior como altamente militar, esta será sertanista. O grande problema que quiz resolver foi o da pacificação dos índios em ordem a apontar os rumos do povoamento para o nordeste.

Realmente, a expansão colonial, facilitada pelas comunicações terrestres com as capitánias vizinhas durante as lutas holandêsas, a partir de 1630 tivêra um objetivo constante: o rio de S. Francisco. Os Avilas, da casa da Torre, entre 1632 e 51 arredondaram aí um domínio de muitas dezenas de léguas, ora obtidas na

(1) No forte de S. Marcelo (do Mar) ha a lápide comemorativa do fim das obras, no govêrno de Vasco Fernandes Cesar de Menezes, 1728. Conserva a arquitetura primitiva. Chamava-se então Nossa Senhora del Popolo, "que novamente se fundou no surgidouro dos navios", como diz o termo do capitão Francisco Monteiro Bezerra em 1665, *Livr. de Pósses*, ms. no arq. publ. do Estado da Baía. Em 1664 o rendimento das Baleias já podia ter outra aplicação, B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 121.

(2) 8.º conde de Atouguia, vd. P. ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, III, 105. Foi um dos filhos da heroína D. Felipa de Vilhena: pela mãe armado para a Restauração, em 1640.

Regressando ao reino tomou o partido de D. Afonso VI, com o conde de Castelo Melhor (filho) e o bispo D. Sebastião Cesar: — o célebre "triumvirato", de 1662. Ao favor em que estava deveu certamente a carta régia de 23 de Janeiro de 1665, que lhe mandou pagar 1:200\$000 de própinas dos contratos que deixára de receber como governador geral... *Doc. Híst.*, XXII, 90.

capital, ora em Sergipe, a cujo capitão-mór, num requerimento de 1646, dizia o padre Antonio Pereira, tio de Francisco Dias de Avila: "que êles têm descoberto o rio de S. Francisco lá em cima no sertão onde chamam as aldeias de Rodêlas a qual terra êles suplicantes descobriram com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca houve..." Aliás a sesmaria que tiveram em 13 de Abril de 51 indica a visita desses pioneiros ao Jeremoabo em 1636. (1) A conquista do Piauí que lhes coroou a ação desbravadora foi uma resultante de tais avanços. Mas não se podia pensar em descobrir o alto S. Francisco e o sertão, além de Rodêlas, antes da quietação dos cariris que ameaçavam Jaguaripe, quasi ás portas da cidade. Gaspar Rodrigues Adôrno voltou a acozá-los (Regimento de 14 de Dezembro de 54) levando os melhores cabos, como o sargento-mór Pedro Gomes (2), Elias Adôrno, Luiz da Silva (prático dos sertões do Itapicurú), mestiços e cabôclos fornecidos pela casa da Torre (3), num total de 600 índios, 50 infantes e 230 soldados do Reconcavo (4).

"Entrou pelo Jequiriçá acima (dirá mais tarde o governador Alexandre de Souza Freire fazendo-lhe a história), descobriu as primeiras duas aldeias inimigas, pelejou aquele dia com os barbaros, lhe não matou mais que quatro; e pondo êles mesmo fogo às suas aldeias se meteram pelo mato e o capitão-mór se retirou" (5). Em nova investida os Paiaíazes (eram os ditos tapuias) o receberam em som de guerra, mas, em lugar de com-

(1) Vd. P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, cit.

(2) Dirigiu Pedro Gomes, tendo ás suas ordens Gaspar Adôrno, a abertura de uma estrada para o Orobó em 1657, P. CALMON, *Hist. das Bandeiras Bata-nas*, p. 86.

(3) *Documentos Históricos*, III, 108 e 228.

(4) *Doc. Hist.*, III, 225.

(5) *Doc. Hist.*, V, 209.

bates, houve combinação de pazes, com o que voltou Gaspar Rodrigues sem os destruir.

Em substituição dêste mandou Atouguia um sertanista veterano, Tomé Dias Lasso (Regimento de 9 de Outubro de 56) — que não foi mais violento, limitando-se a confirmar as pazes afiançadas por uma rapariga, filha de principal tomada por refém. (1)

O governador que sucedeu a D. Jerônimo de Ataíde, o general Francisco Barreto, que acabava de restabelecer em Pernambuco a normalidade econômica, após a expulsão do estrangeiro — cogitou de remédio decisivo: apelou para os paulistas. Eram os rastreadores, os dominadores do deserto por excelência: e parecia-lhe melhor serviço a el-rei destiná-los a prender tapuias, contra quem se aprovára guerra justa (Junho de 1655) do que lhes permitir a ronda pelas “missões” dos jesuítas

PAULISTAS NO NORDESTE

Transportára-se Barreto por terra de Pernambuco à Baía, onde entrou no exercício de seu cargo em 20 de Junho de 1657.

Escreveu em 20 de Setembro à Câmara de S. Paulo, que lhe deferiu o pedido em sessão de 8 de Maio de 58 (2). Mandou uns quinhentos homens, dos quais uma centena de índios auxiliares, sob o comando de Domingos Rodrigues Calheiros (3).

(1) Dias Lasso entrou ainda o sertão em 1662, 1668, 1672 e 1676.

(2) *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, II, 505-9.

(3) Chegou em 14 de Outubro de 58. Calheiros era sujeito de sessenta anos, vd. AFONSO TAUNAY, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, IV, 325. Seus segundos foram Fernando de Camargo e Bernardo Sanches de Aguiar. Sobre o Regimento que lhe deu o governador, *Anais do Museu Paulista*, III, 294; e P. CALMON, *Hist. das Band.*, p. 88.

Antes de Barreto, o conde de Castelo Melhor — carta de 22 de Maio de 1651 — quizera os serviços do paulista Francisco, Fernandes Preto “que em S. Paulo foi muitas vezes ao sertão e é grande língua” e se achava em Boipeba (*Doc. Hist.*, III, 110).

O fracasso da “entrada” deve-se em parte às prevenções que encontrou. Os da terra receberam de má sombra os paulistas. Destacou-se um creoulo da Casa da Torre, “guiando-os ao redor por terras inúteis e montanhosas (por mais de sessenta dias)...” sem poderem alcançar os paiaazes. Dous anos foram desperdiçados em jornadas estéreis. Certo, “queimaram uma aldeia e degolaram muita gente” (1): porém as tribus rebeldes continuavam intactas. Lamentou Barreto (em carta ao governador do Maranhão, 3 de Novembro de 62): Que “com a sua vinda (dos paulistas) se desvaneceu o conceito que se tinha dêles, porque deixando à sua disposição o maior acerto (por serem práticos no modo de fazerem a guerra ao gentio) vieram a mostrar suas ações que por falta dela perderam o melhor successo que se podia esperar da fortuna que lhe poz nas mãos a ocasião que podiam desejar, e por sua culpa a deixaram perder, deixando suas vidas entregues ao desprezo dos índios” (2).

O desengano não durou muito. Com o recrudescimento das hostilidades do gentio não houve senão chamá-los de novo, para empregarem nos campos do Aporá e em Cairú a sua peculiar arte da guerra ao tapuia.

SEGREDO DA GUERRA

O segredo nô-lo revela o Regimento, que em 1727 se deu a Pedro Leolino Mariz, por que observasse as “regras paulistas” na campanha contra os índios do Jequitinhonha. Em primeiro lugar, consistia na distinção entre “gentio de bôa lingua”, que costumava admitir pombeiros, ou “interpretes” que os “desciam” em paz,

(1) Patente do ajudante Antonio de Matos, *Doc. Hist.*, XXI, 301.

(2) *Doc. Hist.*, V, 170.

e de línguas travadas, ou tapuias, sumariamente considerados inimigos. A aproximação dava-se com cautelas indígenas : 'e pela frase dos paulistas é dar albarada,' acercando-se de rastos, "sem tosse nem espirros", até junto do inimigo, quando de repente, com um grito medonho, para apavorá-lo, os assaltariam (1). Reduzia-se a luta a uma caçada hábil e fértil de manobras, cujo momento decisivo resultava da surpresa, a mostrar o agressor qualidades "mateiras" superiores ao adversário... Os europeus jamais lograríam fazer coisa parecida. Usavam de tantos rumores, como se marchassem ao encontro d'um inimigo disposto a enfrentá-los — que os cabôclos (2) lhes fugiam, com a presteza de bichos assustados... Zombavam dêles. Sentenciou o padre Antonio Vieira : '... e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal'. (3)

MELHORIAS

Atouguia e Barreto dedicaram toda a sua atenção aos melhoramentos da Baía. Estranhára o primeiro a deficiência de suas fortificações. Dir-se-ia que até aí fôra tudo provisório, feito ao sabôr de ameaças que não deixavam tempo para mais. Em 1655 confessou que era a praça incapaz de manter bandeira real, como em cidades dignas do nome : devendo ser abaluartado o porto, mal defendido e inseguro... (4) Mandou por

(1) Cap. 28 do Regimento de 1727, in *Códice Galvêas*, ms. na Bibl. Nac., Rio de Janeiro, inédito.

(2) Já nas *Epanáforas*, p. 612 (edição de 1676) explicava o vocábulo D. Francisco Manuel : "caboclos", "assim chamam uns a outros os índios da terra, e nós usamos o mesmo nome..."

(3) *Cartas*, I, 114.

(4) "Êstes fortes da Baía (que são umas plataformas mal fechadas e os melhores como são os do Terreiro do Paço de Lisboa, e os costumam guardar esquadras de seis e quatro soldados) não são capazes de se arvorarem nêles semelhantes estandartes...", *Doc. Hist.*, IV, 253.

isso continuar o forte do Mar, chave da cidade (1) e acabar o de S. Pedro, que lhe garantia um dos acéssos. Coube a Barreto reconstruir com grandeza o Paço dos Governadores, à imitação dos bons solares do Reino (2). Com igual decência reergueu o Paço Municipal — que ficou sendo o mais importante do país (3). Reedificou também o forte de Santo António, no logar da trincheira inespugnável de 1638 (4).

Êsses trabalhos devem ser atribuídos à técnica de um engenheiro notável : o francês capitão Pedro Garcim, sem dúvida o introdutor no Brasil dos novos sistemas de construção militar que então se generalizavam na Europa (5). E correspondem a uma grande ansiedade : Portugal a vésperas de perder o apóio de França e ainda sem a aliança inglesa, a braços com a sua guerra de independência mais difícil e perigosa do que nunca.

(1) *Doc. Hist.*, IV, 225.

(2) O palácio (hoje Rio Branco) conservou a arquitetura primitiva até 1890. A construção atual seguiu-se ao incêndio de 1912.

(3) A nova arquitetura do Paço da Câmara data de 1882. Na fachada, a lápide : "*Reinando el-rei D. Afonso VI mandou fazer este edificio à custa a cidade Francisco Barreto do Cons. de Guerra e G. G. do Estado do Brasil, 1660*". Indício d'um período de grandes construções é outra inscrição n'uma fachada à rua do Pão da Bandeira : "*Louvado seja o Santissimo Sacramento e a Imaculada Conceição da Virgem Sra. Nossa Concebida sem peccado original. Ano 1658*". Esta inscrição provém da carta-régia de 30 de Junho de 1654, mandando que em todas as portas e entradas das cidades se puzesse tal oferenda à Nossa Senhora da Conceição. P. MOREIRA DAS NEVES. *Revista dos Centenários*, n.º 19, Julho de 1940, Lisboa.

(4) *Lápide no local* : "*Reinando el-rei D. Afonso VI se reformou este forte por mandado do Capitão General deste Estado Francisco Barreto. Ano 1659*".

(5) "... O capitão Pedro Garcim que serve de engenheiro...", 1659 ; "... porquanto não tem esta Praça engenheiro de profissão que possa suprir sua falta continuando com a obra do forte do mar que está principiada porque a não ser ela de tanta importância a este pórtio tivera concedido licença ao dito Engenheiro para se ir para França donde é natural..." 3 de Setembro de 1659, *Doc. Hist.*, XX, 107. Foi seu antecessor outro francês, Felipe Gitão (1647-1657), vindo com o conde de Vila Pouca, *Doc. Hist.*, XX, 306. Garcim viêra de Pernambuco, e serviu na Bafa de 1647 a 1660, *ibid.*, p. 309. Pedro de Lescolles fez a planta do Rio de Janeiro (1650).

Vd. o capítulo relativo às transformações urbanas.

PAZ DE HOLANDA

O “tratado dos Pireneus” (7 de Novembro de 1659) uniu de novo a França e a Espanha — com o abandono de Portugal à sua sorte. Diz Monsieur d’Ablancourt, nas suas *Memórias*, que de balde Luiz XIV quizera convencer Felipe IV da conveniencia de reconhecer a independencia portugueza. Dada a obstinação da côrte de Madrid, e para não perder o ensejo daquelas pazes, sacrificou o aliado. Aliás, isto mesmo resume o artigo LX do “Tratado dos Pireneos” (1). O marquês de Turenne tomou então a si proteger Portugal, não, é claro, por um interêsse direto, da libertação dêste, porém para não permitir que a Espanha, esmagando-o, renovasse, com a unidade ibérica, o poderio que, sem demôra, dirigiria contra a França... Luiz XIV não podia receber mais o embaixador de D. João IV, conde de Soure (D. João da Costa): pois Turenne o recolheu à sua casa; escolheu, para chefiar um socôrro, de seiscentos officiais e soldados, o conde-duque de Schomberg, um dos melhores generais do tempo (2); e, forte da indulgência do rei que, no fundo, lhe aprovava a intervenção, não regateou ao emissário e ao governo de Lisbôa todos os auxílios possiveis (3).

A crise dissipou-se no ano seguinte.

Luiz XIV facilitou a aproximação anglo-portuguesa e o definitivo acôrdo com a Holanda. Consumou-se

(1) Vd. EDUARDO BRAZÃO, *A Restauração*, p. 143.

(2) Sobre Schomberg em Portugal, vd. também HENRY BORDEAUX, *Marianna, La Religieuse Portugaise*, p. 71 e segs. Paris 1934. Veremos, a propósito do governador de Pernambuco alcunhado de “Xumbérgas”, a notoriedade do general tedesco.

(3) *Mémoires*, de Monsieur d’Ablancourt, envoyé de S. M. très-chrétienne Louis XIV en Portugal, p. 6, Amsterdam 1701. “A despêsa que El-Rei de França fazia com esta gente naquele ano de 664 chegava a 400 mil cruzados”, ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, p. 218, que assim confirma VOLTARE, *Siècle de Louis XIV*, p. 87, Paris 1845.

aquela com o casamento da infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso VI, com Carlos II de Inglaterra, que retomára a corôa paterna. Em 23 de Junho de 1661 assinou-se em Whitewall o casamento, levando de dote a infanta, alem de dous milhões de cruzados, as praças de Tanger e Bombaim — valendo esta pela cessão da India. Logo, em 6 de Agosto (pois o convenio com a Inglaterra desvanecia a expectativa de um próximo revez de Portugal) pactuou-se a paz de Holanda à custa de quatro milhões pagos folgadoamente, em dezeseis anos (1).

O negócio era o melhor possível para o Reino: mas a colônia o resgatou por bom dinheiro. Ficou-lhe o pezado encargo de contribuir com anuidades de 120 mil cruzados para a *paz* e 20 mil para o *dote*, durante os 16 anos, distribuídos: Baía 80 mil, Pernambuco 25, Paraíba 3, Itamaracá 2, Espírito Santo mil, Rio de Janeiro 26, São Vicente 4, “reservando-se as capitánias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéos por muito tenues para a limitação do que derem se aplicar às faltas da contribuição desta Cidade” (2). Saiu o tributo de 2% sobre as fazendas importadas (excéto vinhos e azeites) e um cruzado por escravo vindo d’África.

“OS QUATRO ARTIGOS”

Era vexatório o “monopólio dos quatro artigos” dado à Companhia Central do Comércio: muito se queixaram os póvos dos rigores do contrato, bem leves por sinal, se por êle se livrâra Pernambuco. Queixou-se Atouguia, por exemplo, das omissões da Companhia,

(1) ARMANDO MARQUES GUEDES, *Aliança Inglesa*, p. 204; E. BRAZÃO, *op. cit.*, p. 373; VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, III, 261-2.

(2) Prov. de Francisco Barreto às capitánias, 1662, *Doc. Hist.*, IV, 97-9. Fato curioso, o imposto não deixou mais de ser cobrado, e persistia, apesar da Independência, em... 1830. VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 264.

que em 1655, obrigada a mandar 3 mil pipas de vinho, das quais saía o impôsto que sustentava a infantaria do presidio, se limitára a fornecer 182. (1) Revogado o monopólio, em seu lugar foram aumentadas as taxas de combôio e de seguro dos açucares.

Definhou a Companhia por outras causas : a principal, a mudança política que se seguiu ao advento del-rei D. Afonso VI — em 23 de Junho de 1662.

Atingira o primogenito de D. João IV dezoze anos e a rainha-mãe não pensava em entregar-lhe o governo. Protelava a maioridade do filho desconfiada de sua incapacidade, atenta à importância de sua missão, de defender o reino no Alemtejo, e talvez inclinada a uma solução futura, que o afastasse do trôno, para o qual lhe faltavam pendôr e forças. A solução só podia ser em favor do infante D. Pedro, filho mais novo, ao contrário do rei vigoroso como um hercules, ambicioso e inteligente. Dous acontecimentos precipitaram o incidente : a deportação para o Brasil dos validos de Afonso VI, os irmãos Conti (2) e a nomeação de grandes fidalgos para a casa do Infante, cujo confessor passava a ser o padre Antonio Vieira. Ligaram-se em defesa do rei o jóven conde de Castelo Melhor, que já se revelava político de alto espírito, o de Atouguia, desgostoso pelo comando das armas que se lhe tirára, e o bispo D. Sebastião Cesar de Menezes, autor da "Suma Política", ha oito anos preso por implicado em conversações com a Espanha. Conseguiram que saísse Afonso VI da capital, e em Alcantara, juntando-se-lhes a principal nobreza, o reconheceram como investido no governo. O resto, correu tranquilamente. A rainha e

(1) *Doc. Hist.*, VI, 229. Outra representação de Atouguia, *ibid.*, VI, 242.

(2) Na Baza foram de início presos, os Conti e João de Matos, *Doc. Hist.*, VII, 92 ; mas, em seguida, beneficiados com 2 mil cruzados e tratamento obscuro, *Doc. Hist.*, XXI, 8. Matos morreu af assassinado, GARCIA, nota a Varnhagen, III, 296. A volta dos Conti se refere o padre VIEIRA, *Cartas*, ed. de J. Lúcio, II, 22.

o infante não se opuseram ao “golpe”. Os adeptos da situação caída foram afastados de Lisbôa, entre êstes o padre Vieira e o secretário Pedro Vieira. A Inquisição “logo que El Rei morreu” “condenava o Alvará passado à Companhia do Brasil em favor dos cristãos-novos”: quiz o novo ministro, Castelo Melhor, revogar tal disposição, reintegrando dous magistrados demittidos em virtude daquela condenação (1); mas o auto de fé que houve em 17 de Julho, de quarenta homens e 25 mulheres, assistido pelo Rei, que “os foi ver queimar rebuçado”, indicava bem diversa orientação. A Companhia não lhe escapou. Foi reorganizada em 29 de Novembro, dêsse ano de 1662. “Formou-se ela da corrução e extinção da outra antiga dêste título que havia formado El-rei D. João o 4.º de homens de negócio os quais tinham seu Tribunal nas Casas que o marquês de Castelo Rodrigo fizera no sitio a que chamam Côrte Real para onde depois se mudou o Infante D. Pedro por El Rei seu pae lhas haver dado. Houve queixas da ruim administração da fazenda com que os deputados se governavam desperdiçando (segundo diziam) grandes somas em ordenados e propinas desnecessárias, de modo que deixaram de pagar os réditos e avanços de dinheiro que naquela bolsa comum tinham metido os interessados uns por sua vontade e obrigados por fôrça todos os homens da Nação Hebréa do Reino. Com esta causa se formam várias vezes diferentes juntas para examina-rem os livros da razão da Companhia e a última se fez depois de El Rei tomar o Governo presidindo nela o visconde de Vila Nova D. Diogo de Lima. Contudo antes se abrigavam o que nêste particular se poderia descobrir se mandou à Junta parar com seu exercício e na Alfandega depositar os direitos do comboi que se

(1) ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso*, VI p. 53.

lhe pagavam. Assim se executou em breves dias esquecendo os serviços que a Junta havia feito de ser a principal causa da restauração de Pernambuco e capitánias do Brasil, de vários empréstimos consideráveis com que havia acudido aos apertos do Reino com 120 mil cruzados que deu para dote da Rainha de Inglaterra e outros, se extinguiu a junta e em seu lugar se creou outra, derogando o contrato..." (1) Mas a Companhia continuou: "que havendo mais de quarenta anos cessou a causa por que foi instituída, é tão útil, importante e necessária, que ainda se conserva, e conservará por muitos anos". (2)

NOVA SEPARAÇÃO DO SUL

Os descobertos de Paranaguá, a pacificação do norte e a conciliação com os jesuítas de S. Paulo, obstáculo à renovação das "bandeiras" apresadoras do gentio manso, propiciaram um ciclo novo de expedições, trabalhos e governo: o ciclo mineiro.

A expulsão dos holandêses impelira o povoamento para os sertões inçados de tapuias, aliados do inimigo, nos itinerários mais conhecidos através de vinte anos de guerra. Movimento semelhante começa a deslocar os ralos núcleos sociais do sul.

Até 1658 as viagens dos paulistas tinham sido episdicas, desconexas, na maioria clandestinas, e por terras dos tupís aldeados. Queria-se agora reproduzir a política de D. Francisco de Souza e explorar os veios

(1) SOUSA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, p. 81. A nova junta foi presidida pelo conde de Atouguia, deputados Antonio de Miranda Henriques e Des. João Leite de Aguilar, pela nobreza, e João Guterres, Manoel Martins Medina, Gaspar Gonçalves de Souto, pelo Comércio, além de Manoel Ferreira, pelo povo (*Decr. de 23 de Novembro de 1662*).

(2) VIEIRA, *Sermão de S. Roque*, VIII, 80. A Companhia foi dissolvida por D. João V, em 1721.

de ouro cujas noticias continuamente chegavam a Portugal. A separação enfim das três capitánias — S. Paulo, Rio de Janeiro e Espirito Santo — por que Salvador Corrêa as governasse com poderes identicos aos que tivera “o das Manhas” (17 de Setembro de 1658) (1) importava a declaração de ser êste o período das minas. Os céticos desenganavam-se, como o padre Antonio Vieira, que, a falar dos pobres índios, aduzia: “são as minas certas dêste estado, que a fama das de ouro e prata sempre foi pretexto com que daqui se iam buscar as outras minas, que se acham nas veias dos índios e nunca as houve nas da terra” (2)... Salvador Corrêa, porém, não perdeu tempo. De passagem, do Reino para a séde de sua larga autoridade, empossou-se desta na Baía, em 2 de Setembro de 1659 (3). Parou no Espirito Santo, para mandar o filho, João Corrêa de Sá (com o pomposo título de Governador para a descoberta das minas) à busca das esmeraldas de que tanto allí se murmurava (4) — e pode subir a S. Paulo (5), onde antes fôra temido e odiado.

Venceu a sua constância: uma disciplina, algo incoerente, desarmou por enquanto os moradores que

(1) Patente in *Doc. Hist.*, XX, 93.

(2) *Cartas*, I, 144.

(3) BRAZ DO AMARAL, nota a Accioli, II, 120; *Doc. Hist.*, XX, 98. O mineiro Jaime Comere a êsse tempo fez pesquisas em S. Paulo, porem teve morte desastrada, que os rebeldes do Rio, em 1660, imputaram aos Corrêas... Quando escrevia as “*Noticias Curiosas e Necessárias das cousas do Brasil*”, diz o P. SIMÃO DE VASCONCELOS, p. 60, Lisboa 1668, Salvador Corrêa preparava a expedição do Espirito Santo.

(4) Capitão da companhia que formou em Lisboa para acompanhar o pai. 16 de Setembro de 1658, foi nomeado Governador para a descoberta das minas do Espirito Santo, 11 de Março de 1660, *Doc. Hist.*, XXI, 41. Tambem PAULO PRADO, *Paulística*, p. 127. Esteve mais tarde na Índia, donde voltou preso, e homiziou-se em casa do Nuncio, VIEIRA, *Cartas*, III, 319, ed. de J. Lúcio.

(5) O conde de Obidos, prov. de 15 de Dezembro de 1663, notou que não se sabia do rendimento dos quintos do ouro, em S. Paulo, nem de sua escrita *Doc. Hist.*, XXI, 256. Os rebeldes do Rio, em Novembro de 1661, disseram que o administrador geral da minas, Pedro de Souza Pereira, com os estancos de várias mercadorias comprava ouro, para mandá-lo a el-rei “com título de que era rendimento dos quintos...”, *Registo da Câmara de S. Paulo*, III.. 9.

acolhiam, esperançados, o governante respeitável que até aí lhes parecêra nefasto.

O caso dos Campos dos Goitacazes e a revolta do Rio de Janeiro desenvolveram-se quasi simultaneamente.

PARAÍBA DO SUL

Entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro houve espaço para duas capitanias, Paraíba do Sul, que no século anterior se malograra com o seu donatário Pero de Góes, e Cabo Frio, que consistia em dous fortes construídos por Constantino de Meneláo em 1617-24. Esta segunda não cresceu (1). A outra exerceu larga influência sobre a vida econômica e social dos moradores do Rio de Janeiro graças aos campos e pastagens onde podiam ter gados inumeráveis — à semelhança dos campos de Sergipe e do São Francisco para os moradores da Baía.

Os herdeiros de Pero de Góes renunciaram à Paraíba do Sul, que reverteu para a corôa. Em 1627 alguns colônos, (os "sete capitães") alegando serviços prestados à defesa do litoral, pediram sesmarias entre o rio Macaé e o o cabo de S. Tomé, que lhes concedeu Martim de Sá (2). Entraram essas terras, partindo de Cabo Frio, em 1632-33 ; dêram nome ás lagôas e rios ; tomaram posse de sua propriedade ; e lançaram no "Campo Limpo" o primeiro gado que aí medrou, três

(1) Em 24 de Setembro de 1658 escreveu o governador geral : "As do Cabo Frio (donde também houve uma Cidade, que ou pelo clima, ou por outros accidentes, se não conservou) são hoje da Corôa", *Doc. Hist.*, IV, 346. E em 1664, o conde de Obidos : "nela houve uma cidade de que não existem mais que as poucas casas que V. S. diz, tem, ruína a que chegou pela invasão dos francêses e vizinhança dos barbaros goitacazes... e houve omissões em edificar..." *Doc. Hist.*, V, 27-8. Bernardo Vieira Ravasco foi alcaide-mór de Cabo Frio, 1664, *Doc. Hist.*, XXI, 282. Continuaram a ser nomeados os capitães de infantaria da ordenança da cidade de Assunção do Cabo Frio, por exemplo, *Doc. Hist.*, XII, 184.

(2) A. LAMEGO, *A Terra Goitaca*, I, 35.

vitelas, uma vaca e um touro, sob a guarda de um índio trazido de S. Vicente (Valerio Corsunga). Logo outro curral foi estabelecido na ponta de S. Tomé, aos cuidados do índio Miguel, também oriundo de S. Vicente. Começou dest'arte o povoamento de Campos dos Goitacazes, com a riqueza pecuária que primeiro os notabilizou, seguida, após a definitiva expulsão dos tapuias vizinhos, da próspera lavoura de canas até hoje característica dessa planície fértil e risonha.

A notícia dessa fertilidade impressionou os habitantes do Rio de Janeiro e, mais precisamente, Salvador Corrêa de Sá e Benavides. Em 1644 um dos sete capitães povoadores fez doação de sua parte ao convento do Carmo. Em 1648 uma curiosa "escritura de composição" foi lavrada, com a divisão dos "campos" em doze quinhões, ficando 4 $\frac{1}{2}$ para os pioneiros e seus sucessores, três para Salvador Corrêa, outros três para os jesuítas (tão estimados dêle), um para seu parente Pedro de Souza Pereira e meio para os monges de S. Bento também protegidos do general (1). Tal revisão dos títulos dados importava a reivindicação, pelos Sás, do território descoberto, e provocou um chôque inicial, com a gente que já apascentava acolá os seus rebanhos e não se dispunha a reconhecer o usurpador. Esta, para eximir-se à dependencia, creou uma vila — em 1650 — com o beneplacito do ouvidor Dr. João Velho de Azevedo, que, premido pelos Sás, voltou atraz, e o negou.

O mais animoso dos "setenta moradores dos Campos" era o capitão André Martins da Palma, veterano da "recuperação de Angola". Foi assassinado por quatro curraleiros, da parcialidade oposta à fundação da vila. Correu o sogro da vítima à Baía — chamava-se Gaspar da Vide de Alvarenga — e obteve fosse o aju-

(1) A. LAMEGO, *op. cit.*, 1, 44. Vd. VIEIRA FAZENDA, *Revista do Inst. Hist. Bras.*, LXXI, 20.

dante João Gomes Barroso com 25 soldados prender os criminosos — como determinou o governador geral Francisco Barreto (1).

Fez-se justiça, mas não inteiramente. Achava-se na Baía que o direito estava com os “campistas” : Êles descobriram alí os campos que ocupava a Nação dos Goitacazes, que eram os mais barbaros e formidáveis do Brasil : domesticaram muitos, facilitaram aquele transito por terra, enriqueceram a cidade do Rio de Janeiro com os gados que entre êles se apascentam hoje e fizeram engrossar a fazenda de Vossa Majestade naquella praça...” (2) Francisco Barreto explicou, em 1658 : “As do Cabo Frio (donde também houve uma Cidade, que oũ pelo clima, ou por outros accidentes, se não conservou) são hoje da Corôa. E destas dos Goitacazes foram dando várias sesmarias Martim de Sá, Governador do Rio de Janeiro, e Diogo Luiz de Oliveira, sendo-o dêste Estado. Naqueles campos ha vários currais dos Religiosos da Companhia e outros moradores do Rio de Janeiro ; mas a maior parte de Salvador Corrêa de Sá, e Frades Bentos. A povoação é capaz de ser Vila : e o pórto só de patachos, e êsses tão pequenos, que hão mister águas vivas para entrar. Alí foi Ouvidor geral daquella repartição João Velho de Azevedo, e pelos respeitos que lhe pareceu fez eleição de Officiaes da Câmara, levantou pelourinho e nomeou

(1) Alv. de 23 de Maio de 1658, *Doc. Hist.*, IV, 84-92. Os matadores eram Manuel Pinheiro Caldeira, Antonio da Silva, Hierônimo Dias, Antonio Fernandes, Francisco de Arruda, cf. regimento que levou o Ajudante. Tais documentos completam a narrativa de Alberto Lamego. Aliás o conde de Castelo-Melhor, em carta de 25 de Novembro de 1650, se referia à fundação da vila e fazia votos. “venha a ser uma muito grande cidade” *Doc. Hist.*, V, 26. O conde de Atouguia nomeou o capitão Palma, “capitão dos Campos dos Guytacazes”, 7 de Dezembro de 1655, *Doc. Hist.*, XXXI, 180. Confirmou-o Francisco Barreto, 18 de Sete. de 57, *Doc. Hist.*, cit., p. 214.

(2) Carta do conde de Atouguia, 25 de Janeiro de 1656, *Doc. Hist.*, IV, 282.

a Povoação Vila. Pouco depois mandou que se não chamasse mais Vila, nem houvesse Officiais da Câmara...” (1).

C A M P O S

Os filhos de Salvador, Martim e João, o primeiro visconde de Asséca, alcançaram, em 15 de Setembro de 1674, 20 legoas e dez legoas respectivamente, a título de capitania da Paraíba do Sul, com a obrigação de formar duas vilas com as suas instalações condignas(2). Em 29 de Maio de 1677 foi realmente fundada a vila de S. Salvador e, a 18 de Junho, a de S. João da Praia.

E' de pouco interêsse a história da capitania até 1710 (3). Subia a 14 mil o número de rêzes, já alguns engenhos moíam, e escravos d'Africa, importados pelos Sás, davam um alento forte à agricultura das margens do rio. A vila — que seria cidade de Campos — arrastou-se por um século com “três casas de telha e cinco de palha, sendo a cadeia um tronco com um telheiro por cima e a igreja uma capela feita pelos Irmãos do Santíssimo” (4). Mas floresceram fazendas opulentas — como a do Colégio, que os jesuítas construíram no estilo das “missões” do sul, o convento em quadrilatero com a capela, de S. Pedro, num dos ângulos, a modo dos “quadrados”, em que se defendiam, nos seus acampamentos do sertão, os paulistas desconfiados do gentio.

(1) *Doc. Hist.*, IV, 346. Em carta de 1 de Dez., de 1674, Afonso Furtado mandava libertar o ouvidor da Paraíba (sic) preso no Rio, *Doc. Hist.*, X, 434. A capitania do Cabo Frio compreendia os Campos de Goitacazes, *Doc. Hist.*, X, 435. Pertencia-lhe também o distrito de Saquarema que teve capitão de infantaria em 1671, *Doc. Hist.*, XI, 185.

(2) O 1.º donatário visconde de Asséca faleceu em 1674, sucedendo-lhe o filho, 2.º visconde, Salvador Corrêia, cujo tutor foi o velho general seu avô. A. LAMEGO, *op. cit.*, I, 122. A êste se seguiu, em 1692, o 3.º visconde, Diogo Correia, que vendeu a capitania em 1710, ao prior Duarte Teixeira Chaves.

(3) LAMEGO, *op. cit.*, I, 183.

(4) ALBERTO LAMEGO FILHO, *A Planície do Solar, e da Senzala*, p. 34, Rio 1934.

O MOTIM DO RIO DE JANEIRO

O eixo da desordem deslocára-se para o Rio de Janeiro.

As alterações que aí sucederam então só podiam surpreender os desatentos pelo que se passava nesses domínios de Salvador Corrêa desde 1640 (1). Formára-se, crescente, uma opposição aos Sás. Na ausencia daquele, governava seu primo Tomé Corrêa de Alvarenga, cujo cunhado, Pedro de Souza Pereira (2), era provedor da fazenda real, e o irmão, Martim Corrêa Vasques, sargento-mór da praça (3). Praticamente a dinastia^o do 1.º Salvador de Sá monopolizava o governo fluminense: impopular e poderosa. Defendera os padres contra os detentores de índios mansos; cobrava os tributos de que se queixavam os colónos; fazia ouvidos de mercador às reclamações destes, cujo representante mais considerado era Francisco da Costa Barros, escrivão em 1633, procurador da cidade junto a D. João IV em 1644, agora disposto a derrubar a "oligarquia", como se depreende da carta que mandou a Francisco Barreto (17 de Outubro de 1657) pedindo desembargador que devassasse sobre as acusações feitas. O governador

(1) Por morte de Salvador de Brito Pereira (1651) assumira o governo do Rio de Janeiro Antonio Galvão (*Doc. Hist.*, XXXIII, 256): cuidou sobretudo da defesa da praça, pois voltara a faiar-se de iminente ataque holandês. Sucedeu-lhe D. Luiz de Almeida (1653) e em 1656, Tomé Corrêa de Alvarenga "na substituição de Lourenço de Brito Corrêa", que não tomou posse, *Doc. Hist.*, cit., p. 275. Assim interino, o primo de Salvador Corrêa (Francisco Barreto escreveu-lhe em 26 de Fev. de 1658: "Com a falta de provisões de Lourenço de Brito Corrêa me resulta não alterar esse governo até nova ordem de S. M....") — passou a este o governo, em 1669 (Vd. carta do governador geral, 4 de Out. de 59, *Doc. Hist.*, XXXIII, 285).

(2) Pedro de Souza Pereira foi provedor da Mizerlcardia em 1675. Teve morte violenta: "João Velho Barreto, João Batista do Amaral, Antonio Coutinho Figueira, João de Campos de Mateos, Francisco Corrêa Leitão, Bento do Amaral da Silva e Claudio Rangel do Amaral, todos culpados na morte de Pedro de Souza Pereira e de Martinho da Silva, e no ferimento de Manuel Moreira...", carta de 1693, *Doc. Hist.*, XXXIV, 188.

(3) Sargento-mór por prov. de 7 de Fevereiro de 1656, *Doc. Hist.* XX,I, 67.

respondeu-lhe estranhando o tom sibilino da carta (se tinha medo de escrever claro, que o fizesse em cifra, aconselhou) — em 26 de Fevereiro seguinte (1). Parece que foi a condenação à morte do ousado sujeito. Um belo dia, ao entrar em casa, dispararam-lhe um tiro de espingarda, de que morreu (2). Em 9 de Abril de 59 recomendou Francisco Barreto ao ouvidor da repartição do Sul: “Sobre a morte do clérigo natural de Santos, e Francisco da Costa Barros deve V. Mcê devassar (se o não tiver feito) as justiças para que conste dos culpados, e se possa proceder contra êles” (3). Não apareceram. Salvador Corrêa, de passagem para S. Paulo, agravou a situação com um aumento de taxas que acabou por desesperar o comércio. Mas não foi sómente o comércio que se rebelou; também a nobreza dos arredores, indisposta com Tomé Corrêa, que continuava a governar. Valeu-se de estar longe o heróe de Angola: dezoito dias depois de sua partida explodiu a revolta, em S. Gonçalo, do outro lado da baía.

Em 8 de Novembro (1660) senhores de engenho, soldados e povo investiram as ruas, a aclamar por governador Agostinho Barbalho Bezerra (4) e jurando mortes aos Corrêas. Esconderam-se êstes no mosteiro de S. Bento. Barbalho quiz recusar, mas, coagido, teve de aceitar o governo; moderou os animos, protegeu os

(1) *Documentos Hist.*, V, 92-4.

(2) Os amotinados de 1660 atribuíram o crime a Tomé Corrêa de Alvarenga e seu cunhado, que supliciaram Jerônimo Camêlo, portador das cartas de Costa Barros para um desembargador da Relação da Baía, ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, I, 75, Bruxellas 1913. A luta evidentemente travára-se em tôrno da permanência do governador interino, que os adversários dos Sás queriam afastar: sabiam que êle guardava o logar para o primo, ainda mais tem do.

(3) *Doc. Hist.*, V, 112.

(4) Agostinho Barbalho era o primogenito do mestre de campo Luiz Barbalho, JABOATÃO, *Cat. Genealógico*, p. 311. Soldado desde 1633, acompanhára o pae ao Rio de Janeiro, e nos episódios de 1660-61, se mostrou homem de honra, leal a el-rei, motivo por que o conde de Obidos o recomendou ao governador do Rio de Janeiro, em 4 de Abril de 1665, como pessoa da confiança de S. M. (*Documentos Hist.*, V, 48-9). Recebeu como prêmio a capitania da ilha de Santa Catarina (provisão de 4 de Fevereiro de 1664), como diremos.

primos de Salvador de Sá, alojando-os nas fortalezas da barra, e por fim, tanto para atender às exigências dos sublevados como para resguardal-os, os embarcou num patacho destinado à ilha da Madeira (1).

Francisco Barreto, em carta a êsse “governador eleito pelo povo do Rio de Janeiro” (25 de Janeiro de 1661) concitou-o a “sacrificar-nos antes do que faltar à observância” das ordens del-rei (2). Os paulistas, por sua vez negaram solidariedade aos rebeldes e ofereceram os seus préstimos a Salvador Corrêa. Não se tratava mais d’um interêsse comum : à roda dos índios aldeiados. Era briga local, que os não afetava. O governador soubêra captar-lhes confiança e estima.

Fôra mesmo espantoso !

Em 2 de Novembro de 1660 muita gente se reunira na Câmara, a exigir não subisse ao planalto “por haver sido expulso pelo dito povo a primeira vez que intitulado governador geral a esta capitania veiu”, o gentio já alvoroçado “por dizerem... lhes vinham a dar liberdade...” (3) Em 8 de Novembro — mais respeitosa-mente — deprecára-lhe a Câmara “não subisse a esta Vila pelo grande risco...” Mas subiu ; conciliou ; impôz-se, e em 2 de Março de 61 os paulistas lhe louvavam a abertura do caminho do mar, em forma de poder “andar carro”, “cortando serras, indo em pessoa a vêr êste benefício” ; e prometiam : “estamos aparelhados com pessoas, vidas e fazendas para acompanhar a v.s.”, se quizesse ir submeter o Rio de Janeiro (4).

Declinou do oferecimento, passou-se à Ilha Grande (onde se fabricava um galeão) e daí, sem violencia,

(1) Carta de Barbalho ao governador geral, 15 de Dezembro de 1660, *Doc. Hist.*, V, 124.

(2) *Doc. Hist.*, XXXIII, 286. Vd. a descrição da “bernarda” in VIEIRA FAZENDA, *Revista do Inst., Hist.*, vol. 142, p. 498.

(3) *Actas da Câmara da Vila de S. Paulo*, VI, 209. S. Paulo 1915.

(4) *Actas cit.*, VI, 229.

contando com o arrependimento dos revoltosos, ou melhor, convencidos êstes por Agostinho Barbalho e satisfeitos com a deportação dos três Corrêas, alvo de sua cólera, entrou na cidade de S. Sebastião aquiétada e mansa (1).

Era maravilhoso ! — disse Francisco Barreto (2).

O punho rijo do vencedor dos holandêses caíu, rápido, sobre os insurrectos ao seu alcance : “com o exemplo de uma cabeça que cortou” (3) — Jerônimo Barbalho Bezerra — aos principais amotinados mandou presos para a Baía, onde, muito tempo, esperaram a real clemencia, e deixou que o sindicante, Simão Alvarés de Lapenha, homem severo e conhecido, apurasse outras culpas e ouvisse as razões do povo (4).

De fato, fôra vibrado um golpe definitivo na “oligarquia” dos Sás. A nomeação para governador do Rio de Janeiro recafu em Pedro de Melo (22 de Maio de 1661), “de quem confio — dizia o despacho real — me servirá como sempre fez, e comporá as cousas daquela Praça...” Empossou-se em 29 de Abril do ano seguinte (5).

(1) Agostinho Barbalho em 29 de Abril de 1661 estava na Baía : não esperára por Salvador Corrêa para restituir-lhe o poder, *Doc. Hist.*, V, 129. Este, na sua proclamação de S. Paulo, de 1.º de Janeiro de 1661, prometendo castigo aos membros da junta, que eram oito, confirmava Barbalho como governador na sua ausencia, *Registo Geral da Câmara de S. Paulo*, III, 5.

(2) Carta de 10 de Maio de 1661, *Doc. Hist.*, V, 131. Em 10 de Abril desse ano escrevera Salvador a el-rei pedindo que se abrisse devassa, ms. na Bibl. Pública do Pôrto (Portugal).

(3) Carta de Barreto, *Doc. Hist.*, IV, 417. Sobre essa execução. vd. ALBERTO LAMEGO, *op. cit.*, e A. TAUNAY, *Hist. Geral das Band.*, V, 302. Allás frei JAVOATÃO, confundindo Jerônimo com Agostinho Barbalho *Cat. Geneal.*, p. 311, diz que o degolaram.

(4) VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, III, 255. Francisco Barreto temia que fosse muito parcial a justiça de Salvador, *Doc. Hist.*, V, 136.

(5) GARCIA, nota a Varnhagen, V, 319. Prova o desfavor em que ficou Salvador a medida que tomou Pedro de Melo, de dissolver a companhia de infantaria de João Corrêa, seu filho, espalhando os soldados pelas cinco que tinha a praça, *Doc. Hist.*, V, 170. Em Lisboa, fôra “Luiz da Silva Teles desterrado por tirar do navio em que viera do Brasil preso a um parente de seu sogro Salvador Corrêa de Sá e Benavides”. (ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, p. 45, ed. de Eduardo Brazão, Porto 1940) Séria Tomé Correa ? Este voltou ao Rio. Em 1671, foi af Provedor da Misericórdia, FELIX FERREIRA, *A Santa Casa da Miz. Fluminense*, 1, p. 112, Rio 1898.

Salvador Corrêa recolheu-se ao Reino na frota de 1663 — para não mais tornar ao Brasil. Chegou a Lisboa em 24 de Junho. Comandava a frota — de oitenta e cinco navios — o general Francisco Freire de Andrade. “Achou ordem para o levarem preso para a torre de S. Gão, e a mesma esperava também a Salvador Corrêa de Sá e Benavides conselheiro dos Conselhos de Guerra e Ultramarino, para ser levado para a Torre Velha, como ambos o foram, por culpas dizem de se deter no Brasil a frota que houvera de vir o ano antecedente, e esta carregava mais ao General e a Salvador Corrêa outra que se lhe impunha de permitir subornado a quatro navios holandêses que fossem ao Rio de Janeiro onde era Governador carregassem alí de açúcares vendidas as mercadorias que traziam, e com o retôrno se voltassem a Holanda, perdendo El Rei todos os direitos, e os Portuguezes os seus interêses: e que por esta causa não tivera a frota bastante carga para vir para o Reino, por não achar saída no Brasil as fazendas que levava por estar aquele Estado provido das que trouxeram os holandêses” (1).

REINCORPORAÇÃO DO SUL

Salvador Corrêa não foi mais feliz do que o pae e o avô no entabolamento das minas que viêra administrar. A êste respeito resultou-lhe infrutífera a subida

(1) ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, ps. 147-8.

Outro incidente que indica a prevenção del-rei Afonso VI com os Sás foi o que succedeu ao se travarem de razões criados de João Conti e do próprio soberano e os de Martim Corrêa de Sá, 1.º visconde de Assêca, filho do velho Salvador Corrêa (*Catastrofe de Portugal na deposição de D. Afonso VI*, 1669, vd. ALBERTO LAMEGO, *A Terra Gollacá*, 1, 84). Sobreviveu-lhe o general. Faleceu em 1688. Sepultado na sacristia dos carmelitas de Lisboa, a lápide do seu tumulo dizia: “Aqui jaz Salvador Corrêa de Sá e Benavides, senhor do couto de Pena Bôa e das vilas de Tanquinho, Arripiada e Assêca, restaurador da fê e de XPTO nos reinos de Angola Congo Benguela São Tomé vencendo os holandêses e comprou essa sacristia com missas e sufrágios perpétuos pede a quem ler êste letreiro o encomende a Deus”. Alberto Rangel em 1910 procurou em vão essa pedra, desaparecida com tantas outras reliquias dêsse tempo.

ao planalto. Demitido em seguida do governo do Rio de Janeiro, ressonância, como se disse, das alterações populares que não soubera evitar, ao mesmo tempo acabava o seu poder no Brasil e a separação das três capitanias. Não houve ato régio que as mandasse reincorporar. O governador geral tomou a destituição de Salvador Corrêa como fim de situação anômala. Já em 15 de Julho de 1661 lamentára, escrevendo-lhe: “Desta última carta de V. S. fico como último desengano de não *haver mais minas* que as de que V. S. me dá notícia: porque se as houvera se não esconderiam à diligencia, ao zelo e à despêsa com que V. S. se empenhou em seu descobrimento”. (1) Em 3 de Junho de 1662 foi peremptório: “Por haverem expirado, com o governo do sr. Salvador Corrêa de Sá e Benavides, todos os provimentos que fez enquanto durou a separação das Capitanias do Sul que teve fim com não surtir efeito o descobrimento das minas, em que ela se fundou: me pareceu prover o cargo de Capitão-mór dessa do Espírito Santo na pessoa de Joseph Rebelo Leite. . .” (2) Avisou também ao governador Pedro de Melo que devia propôr-lhe as nomeações militares, que assinaria. . . Exatamente como fizêra com André Vidal de Negreiros — numa clara definição de sua autoridade superior. (3)

VICE-REI

Para substituir Francisco Barreto (4) — ansiôso por voltar à Pátria, que deixára em 1648 — foi nomeado D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos. Trazia título

(1) *Doc. Hist.*, V, 136.

(2) *Doc. Hist.*, V, 160.

(3) Carta de 29 de Abril de 1662, *Doc. Hist.*, V, 148.

(4) Diz Souza de Macedo, chegou a Lisboa a 14 de Novembro de 1663, com “cinco navios cuja principal carga de açúcar, tabaco e outras drogas se dizia ser sua contando-se-lhe o cabedal por centos de mil cruzados e havendo ido servir àquela conquista como soldado particular. . .” *D. Afonso VI*, p. 187.

novo : vice-rei do Brasil (a modo do marquês de Montalvão em 1640).

Nomeação e elevação explicam-se — segundo Antonio de Souza de Macedo — pelos serviços prestados a D. Afonso VI no ato de tomar o poder à rainha regente D. Luiza. “Quarta-feira 28 de Junho se declarou a eleição do conde de Obidos D. Vasco Mascarenhas nomeado vizo Rei do Estado do Brasil e deu-se-lhe o tal governo com êste título contentando-se êle no tempo que a Rainha régia só com o de Governador como tiveram todos os seus antecessores naquela conquista. Parece que lhe satisfizeram o ser lançado da Índia onde estava sendo vizo Rei. Antes de entrar El Rei no governo o favorecia muito (por ser seu gentil homem da Câmara) na pretensão. Agora lho despachou com maiores vantagens”. (1) Tinha outro fundamento : a definitiva unificação administrativa.

Em 21 de Julho de 1633 o conde de Obidos declarou : “Porquanto com a separação das Capitánias do Sul concedidas a Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e intento que alguns Governadores de Pernambuco tiveram de subordinar a sua obediência às do Norte interpretando muito como não deviam as suas Patentes, se deixaram, e perverteram as ordens que os Capitães generais meus antecessôres mandaram a umas e outras Capitánias... convem que antes de outra disposição me sejam presentes todos os postos, cargos, officios, e mais occupações políticas e militares que ha em todo o Brasil...” (2).

(1) SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, ed. de E. BRAZÃO, ps. 52-3. O conde de Obidos empossou-se em 26 de Junho de 1663.

(2) *Documentos Históricas*, IV, 115. Lembrava a decisão do marquês de Montalvão e depois de Antonio Teles da Silva, para que nenhuma Patente, provisão ou alvará del Rei ou donatário se executasse antes de “cumpra-se” dado pelo govêrno geral na Baía. Em carta ao governador do Rio de Janeiro, de 23 de Outubro, explicou : “Achei as cousas dêste Estado tão demasiadamente confusas e a jurisdição dêste Governo tão sem limite despedaçada ; que para se tornar a unir e restituir o Govêrno a aquele ser em que se deve conservar e que El-Rei meu Senhor quer que o Brasil tenha, etc.”, *Doc. Hist.*, V, 465.

Ato contínuo, expediu o Regimento que deviam seguir os Capitães-móres das diversas Capitánias do Brasil (com a reafirmação de que, independentes umas das outras, “são immediátas e sujeitas a êste geral : por cujo respeito só dêle (Governo) ha de aceitar o Capitão mór as ordens”) (1). Formava o primeiro código, ou esboço de constituição dos poderes regionais, dando-lhes uniformidade, método e hierarquia. Intervinha mesmo nos assuntos municipais, para corrigir os abusos : e por isso estranhou que a Câmara de Olinda “dá na sua conta dous mil cruzados em festas cada ano (não tendo a desta cidade mais que 80\$000 para a da aclamação por provisão Real) e 150\$ cada mês ao Hospital”, “modo confuso de se desbaratar a Fazenda Real e do povo”... (2).

Inspirou-se talvez na opinião do Padre Vieira, sobre a conveniencia de desenvolver no Brasil as culturas que faziam a riqueza das Indias do Oriente e de Castela : e teve prêssa em propagá-las na Baía. Começou pelo cacáo. “Dizem-me — escreveu a D. Fradique da Câmara, governador do Maranhão, em 22 de Abril de 1665 — que ha nêsse Estado cacáo, e que fâcilmente poderá vir ao Ceará, e do Ceará a Pernambuco, em forma que se possa plantar ou semear nesta terra, donde parece se dará tão bem como nessa... Como natural quasi que sou do Brasil, lhe desejava deixar em todo caso êste princípio de nova felicidade sua”. (3).

(1) Regimento de 1 de Outubro de 1663, *Doc. Hist.*, IV, 118-124. Seguiu-se, a 24 de Outubro do mesmo ano, o Regimento para a cobrança do donativo do dote da Rainha e paz de Holanda : consolidação de normas relativas à contabilidade e fisco colonial. Em seguida veio o desembargador João de Góes de Araujo (provisão de 5 de Abril de 1667) “encarregado da arrecadação das dividas” da fazenda real (*Doc. Hist.*, XXIII, 231).

(2) *Doc. Hist.*, XI, 216 (Carta de 30 de Dez. de 1664 a D. João de Souza).

(3) *Doc. Hist.*, IX, 221. No mesmo sentido, carta ao capitão João Baptista Pereira, *ibid.*, p. 226 ; e para o capitão-mór do Pará : “Sou afeiçoado do chocolate ; e sobre esta razão menos importante assenta a principal de ser útil ao Brasil transplantar-se a êle a fruta do cacáo, que, como se dá nessa Província, parece que a vizinhança...”, *ibid.*, p. 227. Prova que já então se conhecia

CONSPIRAÇÃO OBSCURA

Os acontecimentos do Reino impressionavam a este tempo os mais prestantes moradores da Baía. Houve uma tentativa de rebelião coincidente com as exequias da rainha de Portugal D. Luiza de Guzman — em 29 de Maio de 1666. A viuva de D. João IV terminára os seus dias no convento das carmelitas, a que se acolhêra quando o filho Afonso VI — ajudado do mesmo conde de Obidos — tomára violentamente o poder. Metêra-se num silencio compungido e numa dôr sem testemunhas, e morrêra, abençoada de longe pelos bons servidores de Portugal cuja independencia tanto lhe devia. No Brasil eram muitos os veteranos de 1640, indignados com o que sucedêra em Lisbôa e porventura esperançosos (como o padre Antonio Vieira) de melhores tempos, com a elevação ao trôno do infante D. Pedro, capaz e forte. Na mesma data das exequias baixou o vice-rei uma portaria: “Porquanto estando hoje na Santa Sé desta cidade para se celebrarem as exequias da Sereníssima Rainha Nossa Senhora (que está no Céu) houve uma Revolução; e convem averiguar-se quem foram os culpados para se proceder contra êles. Ordeno ao Doutor Afonso Soares da Afonseca Ouvidor Geral do Cível dêste Estado, que tire logo uma informação jurídica do caso: e tudo o que obrar me dará conta para o ter entendido”. (1) Quatro culpados pelo menos apareceram: o chanceler da Relação Dr. Jorge Secco de Macedo, o velho coronel

o cacão no Pará e no Maranhão e possivelmente é desse tempo o incio da plantação na Baía, onde se realizou a profecia do vice-rei: “felicidade sua...” Hoje é o primeiro produto de exportação do Estado. Vê-se que é errôneo o histórico da planta até aqui feito v. g. LEO ZEHNTNER, *Le Cacaoyer dans l'Etat de Bahia*, p. 34, Berlin 1914.

(1) *Documentos Históricos*, VII, 248. Pregára nas exequias o prior dos Carmelitas frei Joseph do Espírito Santo e dirigira a musica o Licenciado Padre Francisco Luiz, *Doc. Hist.*, VII, 252.

Lourenço de Brito Corrêa, (1) o capitão Francisco Telles de Menezes, Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado. (2).

Não se sabe se a agitação era um protesto — contra o homem que fazia grande cerimonia em homenagem à Rainha que auxiliára a depôr — ou mais extenso movimento. (3) Foi delator o capitão Damião Lenções de Andrade, do terço do mestre de campo Alvaro de Azevedo (que não seria extranho à trama): teve de prêmio a patente de sargento mór e a transferencia para a metropole. (4) Dous anos depois — com a quêda de Afonso VI e o advento de D. Pedro — Lourenço de Brito Corrêa obteve o logar de provedor da fazenda (1 de Março de 1668) (5)

Sobreveiu a epidemia das bexigas que de Pernambuco se alastrou então, até o Rio de Janeiro. Faltam

(1) Portaria de 8 de Julho de 1666: "... foi recluso e preso (o des. Jorge Secco) pela culpa que resultou da devassa, que pelo Juizo Eclesiástico se havia mandado tirar, em que safu culpado na conjuração que Lourenço de Brito Corrêa intentava, como consta da devassa..." (*Doc. Hist.*, VII, 254).

(2) Portaria de 1 de Janeiro de 1667: "Porquanto o capitão Bernardo Vieira Ravasco, Secretário d'este Estado, está impedido e preso ha mais de oito menses"... (PEDRO CALMON, *O Crime de Antonio Vieira*, p. 111).

(3) Frei JABOATÃO, *Cat. Genealógico*, p. 228, diz que a conjura era para prender o conde, e figuraram nela Francisco Teles de Menezes, Lourenço de Brito, "o Queiroz e Alvaro de Azevedo". Menezes, mandado preso para o Reino, voltou em companhia do governador Alexandre de Souza Freire, em 1668. A provisão com que o rei integrou na patente de capitão, de 3 de Março de 1667, disse: "desapossado dela sem culpa alguma o conde de Obidos pela presunção de um chamado Motim contra sua pessoa que se não provou..." (*Doc. Hist.*, XXIII, 5). O capitão Antonio de Queiroz Cerqueira foi restituído em 1668, *Doc. Hist.*, XXIII, 203.

(4) *Doc. in BRAZ DO AMARAL*, nota a Accioli, II, 129. — Haveria qualquer ligação entre o motim da Baía e as predições do Padre Vieira, recluso envão em Coimbra e a responder perante o Santo Officio — quanto ao ano de 666? (Vd. J. Lúcio, *Hist., de Antonio Vieira*, vol. 2.º) — Damião de Lenções teve, por sua mulher, filha do coronel Francisco Pereira do Lago, o famoso morgado de Santa Barbara, na Baía (JABOATÃO, *Cat. Gen.*, tit. *Pereiras do Lago*). Sobre a sua carreira militar, *Doc. Hist.*, III, 196, *Anais da Bibl. Nac.*, IV, 55, MIRALLES, *Hist. Mil.*, p. 45, *Doc. Hist.*, XXII, 135-6.

(5) *Anais da Bibl. Nac.*, IV 405. Bernardo Ravasco alcançou então justiça e favôres, um dos quais a promessa de que lhe sucederia no cargo de Secretário seu filho Gonçalo Ravasco. Esse transtórno da fortuna indica a existência da parcialidade, contrária à situação caêda, e particularmente ao valido, conde de Castelo Melhor. O padre Vieira, no panegirico, da Rainha em 1668 (*Sermões*, XIV, 359) dissera com severidade: "Então governava-nos quem não era rei; e agora? Quem é mais que rei".

cálculos aceitáveis da mortandade que fez. Foi a primeira molestia contagiosa que infestou estas terras onde não se estranhava a longevidade, de indígenas e forasteiros (1). Pretende Rocha Pitta que a lavoura quasi se aniquilou, com a perda de tantos braços.

ALEXANDRE DE SOUZA FREIRE

Ao conde de Obidos sucedeu Alexandre de Souza Freire, que se empossou em 13 de Junho de 1667 e completou um quadriênio (até 8 de Maio de 71) (2). Não fez governo notável; e se nêlo se retardou a razão foi deplorável: o naufrágio em que morreu o general Francisco Corrêa da Silva que, em princípios de 1669, devêra substituí-lo (3).

Delicado era o momento internacional. Luiz XIV intentava a conquista de provincias holandêsas (reivindicando o que dizia ser a herança de sua mulher, filha de Felipe IV); a Inglaterra prontificava-se a unir as suas forças com as de Holanda, para combater a França; e Portugal tinha prêssa em ultimar as pazes com Espanha, que afinal, por mediação inglêsa, se celebra-

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 260.

(2) MIRALLES, *op. cit.*, p. 149; ACCIOLI, *op. cit.*, II, 131. Souza Freire fôra governador da Praça de Beja, mestre de campo general e ultimamente governador de Mazagão, cf. patente que o nomeou governador geral do Brasil, de 15 de Maio de 1667, *Doc. Hist.*, XXIII, 7. Lisonjeou-o o poeta da *Musica do Parnasso*, ed. da Academia, p. 165: "... Em paga do valor sempre aplaudido — América governa venturosa..."

(3) Em carta de 25 de Maio de 1668, Alexandre de Souza Freire avisou ao governador de Pernambuco: "... com grande sentimento pela morte do General Francisco Corrêa da Silva que miseravelmente se perdeu com a sua Náo em um baixo uma légua desta cidade entrando os mais navios diante dêle a salvamento e se afirma que se perderam mais de 500 pessoas escapando só 70 homens os mais dêles marinheiros e um capitão aqui da terra. Morreu o capitão Cristovão da Costa e os mais capitães e officiais e pilotos e mestres...", *Doc. Hist.*, IX, 294. O naufrágio ocorreu nos parceis do Rio Vermelho, *Doc. Hist.*, VI, 92. O corpo do general foi recolhido pelo mestre de campo Antonio Guedes de Brito e sepultado na igreja de S. Francisco. ROCHA PITTA, que nô-lo informa, engana-se, chamando João Corrêa da Silva o governador nomeado, *Hist. da Amer. Port.*, p. 274.

ram honrosamente na própria Lisbôa. (1) Foi quando se falou de uma esquadra holandêsa que viria atacar a Baía. Alexandre de Souza Freire convocou os moradores aptos para o serviço das armas e creou quatro regimentos de ordenanças, em cujas coronelias proveu Assenso Silva (Capital e arrabaldes), Baltazar dos Reis Barrenho (Rio Vermelho até Itapicurú), Lourenço Barbosa da Franca (Passé, Matuim, até Pirajá), Francisco Gil de Araujo (Saubara, Patatiba, Sergipe do Conde, Monte, Socorro). (2).

Os estrangeiros não apareceram. Problema urgente, que desviou dêles a atenção do governador, foi — próximo e grave — o do gentio rebelde. O descuido dos antecessores, esquecidos de reprimí-los, redobrará-lhes a insolência. Como que o insucesso dos paulistas ao tempo de Barreto os incitára para maiores tropelias. Déram simultaneamente em Ilhéos e Cairú, roubando e trucidando os moradores que não puderam fugir para as vilas; invadiram o distrito de Jequiriçá, e os campos de Cachoeira, (3) queimaram os currais de João Peixoto Viegas em Itapororocas, e, numa sortida em Cairú, “mataram o alferes, cinco soldados e alguns moradores que com êles se puzeram em defesa...” (4). Parecia uma insurreição de grandes proporções — combinada ademais com os surtos de tapuias ferózes no São Francisco, e nas outras “fronteiras” da colonização.

Convocou o governador junta geral, em 4 de Março de 1669, e se assentou a “guerra justa”, que seria feita sem desfalecimentos àqueles barbaros. Começou mal.

(1) Vd. *Sermão* de VIEIRA sobre a paz, XIV, 342.

(2) Patentes in *Doc. Hist.*, XXXI, 400 *passim*. Cartas do conde de Obidos com as mesmas prevenções, *Doc. Hist.*, VI, *passim*.

(3) Em 25 de Outubro de 1668 Francisco Barbosa Leal fôra nomeado capitão do “distrito dos Campos do mesmo rio da Cachoeira”, *Doc. Hist.*, XII, 5.

(4) Assento tomado na reunião de 4 de Março de 1669, ACCIOLI, *op. cit.*, II, 32. O alferes chamava-se João de Uzêda e Gôes, P. CALMON, *A Conquista*, p. 96.

Disse que mandára oitenta homens para a região do sul; todavia o capitão Manuel Barbosa de Mesquita (1) — teve à sua disposição em Cairú apenas sete soldados na mais furiosa arremetida que os tapuias lá fizeram. Aconteceu no dia da festa anual — Nossa Senhora do Rosario — quando os habitantes, o capitão e o soldados estavam na Matriz. Em tropél, a tapuiada invadiu o povoado e cercou a igreja. Os fiéis acharam prudente fechar-lhe as portas. Mas o capitão, impetuosamente, seguido de alguns, se atirou ao inimigo, disparando as suas pistolas, e de espada e rodéla os atacou, até cair morto, varado pelas flexas, com dous soldados. Essa morte heroica salvou a vila, pois os barbaros, atemorizados, se retiraram, e os moradores trataram de prevenir-se contra outras acometidas. O próprio governador geral foi a Cairú, a observar essa inquietação (2).

O jeito era apelar-se de novo para o concurso paulista.

Em 20 de Maio de 1670 perante a Câmara de S. Paulo compareceu Estevão Ribeiro Baião Parente, antigo vereador e sertanista de nome, (3) declarando aceitar a chefia da expedição. Esta foi por mar à Baía, retardando-se o barco de Estevão Baião, a ponto de o julgarem perdido na cidade, onde se apresentara o seu sargento-mór Braz Rodrigues de Arazão (companheiro de Barbosa Calheiros em 1658) com a maioria dos sertanistas. Havia urgencia na campanha e por isso (em 18 de Julho de 1671) foi nomeado capitão-mór — na au-

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 276. O capitão Manuel Barbosa de Mesquita, Fidalgo da Casa del Rei, acabava de servir na fortaleza de Nossa Senhora del Popolo (1666), *Doc. Hist.*, XXII, 270. Foram mortas com o capitão 21 pessoas, *Doc. Hist.*, XXXI, 35.

(2) Portaria de 21 de Julho de 1670, *Doc. Hist.*, VIII, 4.

(3) Era português, do Porto, como sua filha Cecília Ribeiro cf. P. ROQUE LUIZ PAES LEME DA CAMARA, *Nobiliarquia*, ms. na Bibl. Nac. O governador geral mandou dous barcos em que viesse de Santos, carta de 19 de Set. de 1670, *Doc. Hist.*, VI, 1488.

sencia do primeiro — para iniciá-la sem demora. Levava Braz Rodrigues famosos cabos como João Amaro Maciel Parente (filho de Estevão), Manuel Vieira Sarmiento, e índios das fazendas de Fernão Dias Pais (1) : tiveram por guia experientes soldados da terra como o capitão Manuel de Hinojosa (2).

A luta divide-se em dous períodos : o primeiro, a punição do genção rebelado ; o outro, a entrada pelos campos do Aporá até as matas do Orobó e a região dos maracás.

Estevão Ribeiro Maciel Parente chegou à Baía quando o seu immediato já se achava “nos campos do Aporá” “com mais de 400 pessôas” (3) “entre brancos e índios, partê dos conquistadores de S. Paulo” “e parte que lhes uni da Baía...” Lá se juntaram e foi rápida e terrível a batida : assim também ao sul. Não ficou nos sertões de Ilhéos ou do Paraguassú, donde desciam para Cairú, agrupamento indígena hostil ou suspicaz (4). Recolheram-se os paulistas à cidade com centenas de prisioneiros aí “vendidos por tão inferior preço que os de melhor feição não passavam de 20 cruzados” (5). A sua ação acolá era de represalia, portanto mais cruel. Pelo Paraguassú acima já se tratava de conquista, com lisonjeiras promessas de terras pastorís, escravaria indígena e outros benefícios.

(1) Cf. carta de Lisboa, 1682, sobre os serviços de FERNÃO DIAS, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, XIX, 12. A Câmara da Baía, em officio para el-rei de 14 de Agosto de 1671, comunicou a chegada dos paulistas, com quem despendera 10:724\$800 até a partida para Cairú, ACCIOLI, *op. cit.*, II, 132. Aliás cumpria o assentado em junta de 18 de Julho de 1670, *Doc. Hist.*, VIII, 135.

(2) B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 234.

(3) *Doc. Hist.*, VI, 189. Partiram em 27 de Agosto de 71, *Doc. Hist.*, IX, 434.

(4) Em 18 de Setembro de 1672 o governador retirou a pequena guarnição de Cairú, *Doc. Hist.*, VIII, 109.

(5) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 281.

AFONSO FURTADO

Governava então o Brasil Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, visconde de Barbacena, que fôra mestre de campo general da Beira : chegara a 8 de Maio de 1671. (1) Não se parecia com o antecessor (2). Era animoso, persistente, autoritário : e lhe sobrava imaginação. Não deixou que perdessem tempo na cidade os paulistas. Teve o bom senso de organizar, antes da guerra, o abastecimento, que a mantivesse. Mandou que os moradores de Cachoeira e adjacentes lhes prestassem auxílio de gente e alimentos e, a trinta legoas daquele porto, fez levantar uma casa forte para armazem das farinhas, de que se valeria a tropa. Aconselhou o mesmo sistema para a conquista dos Palmares : “Por êste meio, ainda que custoso, se perpetuou o concurso das farinhas, e com elas a guerra, de maneira que os barbaros ficaram destruidos. . .” (3) Gaspar Rodrigues Adorno e João Peixoto Viegas — com os *paiaiazes* aldeiaados alem do Aporá — receberam ordem para seguir os paulistas. Em carta de 6 de Fevereiro de 72 informava o governador já estarem todos naqueles campos (4). Era “a segunda tomada a que agora mandava os Paulistas”. “Destruíram as nações dos *Tapuias, Bandaios e Maracás. . .*”

E' provável que Estevão Parente fizesse centro de suas operações a casa forte da ponta do Gurguéia (reconstrução talvez do primitivo acampamento de Ga-

(1) Á partida e á chegada de Afonso Furtado dedicou sonetos MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA, *Musica do Parnasso*, ed. da Academia, p. 121-2.

(2) Souza Freite ficou mais um ano na Bafa, pois obteve, em 5 de Agosto de 72, que se preferisse para carregar uma sua fragata, *Doc. Hist.* VIII, 102. Patente do novo Governador, *Doc. Hist.* XXIV, 155. Tomou posse em 18 de Malo, cf. Livro de Posses, ms. no arq. publico da Bafa.

(3) Carta de 25 de Fevereiro de 1675, *Doc. Hist.*, X, 135.

(4) TAUNAY, *História Geral*, V, 25.

briel Soares) (1) e batesse o gentio em várias direções, limpando a terra "infestada de maracazes" até "a serra do Orobó" (2). O Governador da Conquista voltou à Baía triunfante, em 1 de Fevereiro de 1673: trazia 750 prisioneiros. "Haviam sido 1.500; o resto morreu pelo caminho "de uma quasi peste", escrevia a 9 de Fevereiro o visconde ao Capitão Mór de Sergipe João de Munhoz. Extintas ficavam as aldeias principais dos barbaros que tanto haviam atemorizado os moradores do Reconcavo". (3) Outras três aldeias de maracás tomou o paulista, com mil e cem cativos, no mez de Julho — enquanto Braz Rodrigues de Arzão prosseguia noutros sitios a mesma guerra. (4) Aberta a estrada de carros de Cachoeira ao Aporá, Estevão Baião fundou a vila de Santo Antonio da Conquista (5) como seu ponto extremo e o governador geral deu a campanha por bem concluída nessa fronteira. Iludiasse... Os índios voltaram três anos depois.

Mas a temporada das expedições descobridoras prometia admiráveis sucessos: a Casa da Torre tomou a si o São Francisco.

(1) O sr. Herman Kruse achou em Setembro de 1939 a casa-forte da ponta do Guareirú cujas dimensões coincidem com a de Gabriel Soares, descrita por frei VICENTE DO SALVADOR. Em 6 de Novembro de 1671 o governador mandara Gaspar Dias, do Aporá, fingir os moradores, para que dessem cem alqueires de farinha "à gente da conquista" na "Casa-forte" *Doc. Hist.*, VIII, 68. Precedêra, pois, a "bandeira" de Estevão Parente.

(2) Cf. *Doc. cit.* por A. TAUNAY, *Hist. Geral das Bandeiras Paul.*, V, 22.

(3) TAUNAY, *op. cit.*, V, 34. A prova da conquista está na sesmaria dada a Manuel de Hinojosa, "no boqueirão de Guareirú até entestar no rio de Paraguassú", 1673, *Doc. Hist.*, VIII, 164.

(4) *Doc. Hist.*, VIII, 167. Arzão voltou a S. Vicente "a uma diligência de grande importância", em fins de 1674, *Doc. Hist.*, VIII, 205.

(5) E' a vila de João Amaro, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 282. O senhorio dela coube ao filho de Estevão. "Pouco povoada pela grande distância em que fica", vendeu-a aquele ao coronel Manuel de Araujo de Aragão, que obteve alvará del-rei para ser capitão-mór a 7 de Fevereiro de 1688, *Doc. Hist.*, XXIX, 289.

XIII

CICLO NORDESTINO

O governador Afonso Furtado teve o m̀erito de sua obsessão, que era achar as minas tão procuradas e ainda desconhecidas que transformariam o Brasil de colônia de povoamento em novo Potosí.

Não limitou o seu optimismo a uma certa região. Pagou o seu tributo às lendas velhas mandando vêr a prata do Moribéca, baldadamente rastreada por três gerações de sertanistas. Mas acreditou igualmente nas possibilidades do norte, do centro, do sul do país, do litoral e do sertão, de todos os seus climas; e deu às atividades que se fizeram para tais descobrimentos um entusiasmo às vezes ingênuo e pueril. A credulidade perdeu-o afinal...

MINAS FABULOSAS

Começou pelo vale do S. Francisco. Diziam-lhe haver ouro na serra do Picaraça, além do salitre que convinha arrecadar à beira do caudal cujas origens talvez estivessem no Perú... (1) Nas incertezas da geografia, ou na facilidade com que admitia as histórias do "Dorado", corriam outros estímulos para uma ação definitiva dos pioneiros, em busca das encantadas pa-

(1) O S. "Francisco, escreveu em pleno século XVIII D. Domingos do Loretto Couto, "nasce das vertentes das grandes serranias do Chile e Perú...". *Desagravos do Brasil, An. da Bibl., Nac. XXIV, 22.* Uma consulta do Cons. Ultram., 1698, era mais cautelosa: "vae continuando o mesmo rio pelo sertões acima... que ainda hoje se ignora aonde para ou aonde principia", *An. da Bibl. Nac., XXIX, 24.*

ragens. Foram logo explorar as jazidas do Picaraça (e as nitreiras) João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco (Carta de 1 de Agosto de 1671). Porque se demorassem, José de Barros lhes saiu ao encontro (Carta de 20 de Janeiro de 72). Escreveu em seguida o governador a Antonio Corrêa de Moraes (17 de Janeiro de 72) para que investigasse as minas que um homem da casa do padre Antonio Pereira descobrira no Sento-Sê. (1).

Em 3 de Junho do ano anterior escrevia o governador geral ao de Pernambuco, sobre o "excesso que o Padre Antonio Pereira tivera com Bento Surrel tomando-lhe as amostras de salitre que havia descoberto, desprezando as ordens que levava, havendo passado do Reino a êste Estado só àquela diligencia por ordem de Sua Alteza" (2). A patente dada ao capitão Bento Surrel (5 de Abril de 72) para o "descobrimento das minas do S. Francisco", voltando com êle Manuel da Silva Pacheco (3), liga-se tanto ao caso do "homem do Padre Pereira", que possivelmente atualizára a lenda da prata de Belchior Dias, cujo roteiro possuía a casa da Torre, como à investigação do salitre.

Foram baldadas as pesquisas de prata apesar dos velhos mamalucos e vaqueiros que guiaram os sertanistas entre Sergipe, Itiúba, Jacobina e o rio Salitre (4).

(1) *An. do Arq. Publ. da Bala*, VIII, 13.

(2) *Doc. Hist.*, IX, 418"... V. Mcê me escreve que foi o primeiro descobridor das mesmas minas a que vou", escreveu D. João de Lencastro a Bento Surrel, 1694, *Doc. Hist.*, XXXVIII 328.

(3) *Doc. Hist.*, XII, 210. E' curioso lembrar que um tio de Afonso Furtado casou com a filha de D. Francisco de Souza, o "das manhas" (P. Antonio de Carvalho, *Corografia Portuguesa*, II, 369): evidentemente trouxera uma opinião formada, sobre as minas... Veremos como lhe foi fatal; mas decisiva para os progressos do povoamento. Na Bala teve a devoação de N. S. de Monserrate, como D. Francisco de Souza: "... uma erisipela que me deu estando em Monserrate e me não deixou acabar uma novena...", *Doc. Hist.*, X, 167. E' o "Monserrate antártico" dos *Apólogos*, de D. Francisco Manuel.

(4) Dizia o Regimento de Roque da Costa, 1677, cap. 29: "O Governador Alexandre de Souza Freire... me deu conta terem-se descoberto as Minas de Salitre... "*Doc. Hist.*, VI, 380.

Descobriram-se, isto sim, ametistas e muito cristal de rocha que, embora sem valor comercial, teve grande consumo na Baía (segundo Rocha Pitta) para pequenos presentes e enfeite das casas.

A CASA DA TORRE

O fracasso da “prata” valia pouco em face do melhor proveito de tais alviçaras: o interêsse pelas “entradas”, que deviam fazer-se a todo custo, repelindo a indiada e fixando, ao longo de caminhos que não se fechariam mais, núcleos estáveis de povoamento.

Francisco Dias de Avila, sucessôr do Padre Antonio Pereira e senhor da Torre, teve de encargo, em Fevereiro de 73, remover os índios “reduzidos” para as aldeias que se lhes destinára.

Resolveu, em complemento à ordem, entrar o nordeste, indo surpreender, entre Santo Sé e o rio Verde, a agitação de “gurguêias”, “guaisquais” e “galaches”, que tomára o aspecto d’uma revolta geral — de povos cariris (1). Na apparencia o objetivo da “bandeira” era o castigo dêles, com o aquietamento consequente de todo o vale. Mas o salitre e as minas lendárias continuavam a preocupar o governador: devia confirmar ou desmentir o que se dizia. Fez mais: incorporou à corôa portugûesa um amplo sertão entre o baixo S. Francisco, o Piauí, o Maranhão e as serras de Goiaz.

DESCOBRIMENTO DO PIAUÍ

Aquelas terras não eram de todo estranhas aos sertanistas baianos. Já por lá andára Francisco Dias d’Avila com o padre Antobio Pereira, seu tio. De 1651

(1) PEDRO CALMON, *História da Casa da Torre*, p. 81.

foi a sesmaria que tiveram o padre e Garcia d'Avia, da região "desde a primeira cachoeira que o rio de S. Francisco faz por êle acima até a última aldeia dos Cariguassús", onde os índios Rodelas viviam (1). Em 1659 vários moradores da Baía obtinham sesmarias no Pajehú (2). Distinguiu-se Domingos Rodrigues de Carvalho — antes de 1669 — pelas relações "com os rodelas, tamaquins e outras nações volantes do rio de S. Francisco", como se vê de sua patente de capitão da ordenança do distrito da Torre (3) Os Caiapós estavam de pazes com os brancos, tanto que se passára patente de alferes ao Principal dêles, Pedro de Barros (4). E um português de Mafra, Domingos Afonso Sertão, estabelecera-se quarenta legoas acima de Joazeiro, na fazenda do Sobrado, onde começara vida rude de curraleiro em fronteira de inimigos.

Francisco Dias d'Avila combinou com êsses pioneiros a entrada que fosse também a guerra de extermínio aos tapuias. Ficaram Domingos Afonso e Francisco Rodrigues de Carvalho com o comando cada um, de metade da força (Patentes de 9 de Julho e 28 de Agosto de 1674), cuja chefia suprema assumiu Avila, ajudado (no posto de sargento-mór) por Domingos Rodrigues de Carvalho (Patente de 5 de Junho de 74). Compunha-se a expedição de cem brancos, armados à custa do senhor da Torre, e um corpo de rodelas (cariris) com o seu capitão Francisco Rodela (Patente de 24 de Agos-

(1) *An. do Arq. Publ. da Bafa*, XXI, 161.

(2) *Doc. Hist.*, XX, 124.

(3) *Doc. Hist.*, XII, 337.

(4) Em 23 de Março de 1669, *Doc. Hist.*, XII, 22: "... Os distritos desde o Xangó até o Sento Sé e Jacobinas estão sem capitão e os moradores sem disciplina alguma...", foi a consideração exarada na patente do cap. Domingos Rodrigues de Carvalho, 4 de Dez. de 1669, *Doc. Hist.*, XII, 70. Eram 45 os moradores de Jacobina, e um jesuíta lá fundou "uma aldeia de nação Sapoya", que em 1674 "está com grande temor das tropas dos Paulistas", tendo por isto capitão, *Doc. Hist.*, XII, 306. Somente no século seguinte, com os descobrimentos auríferos, Jacobina teria a dignidade de Vila.

to). Investiram a margem direita do S. Francisco. O sargento-mór destroçou logo uma frota de sessenta canoas e 400 índios, que se lhe opuzeram. Deixou para traz o rio Verde, e, já por um terreno virgem, alcançou em fatigantes jornadas os campos do Piauí — prêmio e objetivo da grande arrancada.

Os gurgueias foram lançados sobre o baixo Piauí. O “gentio de côrso” refugiou-se no litoral. Tiveram os acroás de correr para o oeste. Francisco Dias d’Avila podia gabar-se um ano depois de ter pacificado o médio S. Francisco e os sertões que separam do Ceará o Maranhão. Foi em consequência nomeado coronel das companhias de ordenanças (24 de Dezembro de 75) (1). Tão vasta era a região conquistada que se achou prudente a sua divisão, em Companhia do rio de S. Francisco (com o Canindé por linha divisória) (2), e de Jacobina-Rio Verde (3), dependentes do mesmo senhor da Torre; e a “do sertão do S. Francisco nas cabeceiras do Maranhão e rio de Parnaguá” que se concedeu ao paulista Francisco Dias de Siqueira, pacificador “das nações Guacupê e Ananás” (4). A terra entre o rio Gurgueia e o vale do Parnaíba coube à Casa da Torre (sesmaria dada pelo governador de Pernambuco, em 12 de Outubro de 76), a Domingos Afonso Sertão (5) e outros pioneiros. A que seria provincia do Piauí recor-

(1) P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 86.

(2) Patente de 8 de Agosto de 1675, *Doc. Hist.*, XII, 350.

(3) Patente de Lourenço de Matos, 16 de Dez. de 75, *Doc. Hist.*, XII, 375: teve também a companhia de Jacobina, 17 de Jan. de 1677, *ibid.* XII, 421. O morgado da Torre, em 1679, abrangia a margem do S. Francisco entre o rio Verde e Penedo, *An. do Arq. Publ., da Bafa*, XXI 158.

(4) Pat. de 1 de Fevereiro de 1677, *Doc. Hist.*, XII, 428. Diz o P. Roque Luiz: “Cap.-mór Francisco Dias de Siqueira, natural e n.º Cid. de S. P., chamado o Surdo, penetrou o sertão até a cidade do Maranhão, abriu a estrada para a Bafa, e conquistou o Piauí com a Pat. dita. Potentado em arcos, fal. na Bafa com muito cabedal que herdou o juízo dos ausentes”. *Nobiliarquia*, ms. na Bibl. Nac.

(5) As grandes fazendas de Domingos Afonso passaram aos jesuítas e dês-tes ao patrimônio nacional. O pioneiro edificou (1704-1711) o edifício do Noviciado da Companhia, hoje Colégio de S. Joaquim.

tava-se agora, no mistério da “terra ignota”. Creou Domingos Afonso “a povoação de Mõcha, depois ligada ao núcleo de Cabrobó (antigo Quebrobó), do qual só em 1696 se desligou para formar freguezia independente” (1). Por aí entrou a colonização, de sul a norte, guiando-se pelos caminhos sertanejos do gado — sua riqueza originária, única (2) — sem interêsse pela orla marítima, distante e ainda deserta. No mapa do Piauí retrata-se essa formação (para um litoral de 85 quilometros, ha 900 de N. a S.) O sertanista achou-lhe as vastas pastagens e a sua historia, dous séculos, foi a de um pastoreio solicitado pelos grandes mercados da Baía, de Pernambuco e das Minas Gerais.

MISSÕES DO S. FRANCISCO

Por êsse tempo a colonização espiritual ganhou o vale do S. Francisco e embargou a ferocidade das “bandeiras”.

Os capuchinhos francêses, vindos de Pernambuco, tiveram-lhe a iniciativa, antecipando-se acolá aos jesuitas.

Os padres Anastácio d’Audierne, Francisco Donfront e Martim de Nantes estabeleceram-se (fins de 1671) nas ilhas de Pambú e Aracapá, acima das aldeias dos Rodelas, e por terras convizinhas dos “aramurús” — (3).

(1) Vd. descrição das capitánias etc., *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 62, 1.ª parte, p. 83.

(2) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 279: “... sendo do Piauí a maior parte do gado, que se gasta entre aqueles inumeráveis habitadores e mineiros...”.

(3) Vd. *Relation succincte et sincère de la mission de Pe. Martin de Nantes*, prédicateur capucine. missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les indiens appellés cariris. A Quimper chez Jean Serit, 1707. Aracapá dista 29 legoas de Joazeiro e é equidistante da Cachoeira de Rodelas. Êsses “aramurús ajudaram os portuguezes, contra os holandêses. Um documento de 1794, relativo ao morgado de Antonio Gomes Ferrão, atesta que o seu bisavô, o mestre de campo Pedro Gomes, os comandára naquela guerra. — A aldeia dos aramurús foi mandada respeitar, a pedido de P. Audierne, em 23 de Outubro de 1672, *Doc. Hist.*, VIII, 117.

Cuidaram de excluir os “aldeiados” da sorte dos outros tapuias e reclamaram repetidamente contra as atrocidades dos sertanistas.

Devêras a guerra não terminára ainda.

No Pajeú, em Fevereiro de 76, Domingos Rodrigues de Carvalho, com duas companhias e 130 índios, repelira um assalto em regra: tivêra o socorro do próprio padre Martim de Nantes, com gente e mantimentos (1). Perseguram em seguida os rebeldes, para além do Salitre. Renderam-se seiscentos (a força de Domingos Rodrigues constava de sessenta escopeteiros). Consta que quatrocentos foram degolados... (2) Mas Francisco Dias de Avila não se contentou com o território tomado. Procurou desalojar de suas missões os frades, ora tirando-lhes os catécumenos, ora soltando em suas roças cavallhada e gado. Com energia indomável resistiu-lhe o padre Martim de Nantes, que a pé fez a viagem até a Baía e obteve do governador geral (Roque da Costa Barreto) as providencias apaziguadoras que requereu.

Os capuchinhos não dêram trégoas aos grão-senhores. Continuaram a defender as suas capélas e os índios mansos. Frei Audierne levou em 1680 a sua queixa ao Conselho Ultramarino, que mandou devassar a respeito (3). Resultado definitivo da pendencia foi a carta régia de 16 de Fevereiro de 1698 — que quiz dar ordem e policia ao extenso sertão recém-descoberto:

“Havendo mandado ver o que se me representou em uma consulta da Junta das Missões sobre o remêdio temporal que se deve dar no sertão dos Rodelas e

(1) P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 86.

(2) Patente de Manoel Homem de Almeida, Borges de Barros, *Sertanistas e Bandeirantes Bahianos*, p. 140.

(3) *Consultas do Cons. Ultram.*, Baía, ms. na Bibl. Nac. Em 1691 queixou-se o governador da decadência dessas missões, que não aumentavam... *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 43.

suas povoações, para se évitarem repetidos crimes e atrozes casos que alí succedem, que ordinariamente ficam impunes, assim por se não ter notícia dêles pela distância em que são cometidos, como por não haver modo de justiça naquelas partes Me pareceu dizer-vos que sendo êstes distritos da jurisdição dêsse governo da Baía, ordeneis que de cinco em cinco légoas haja um juiz ordinário com a jurisdição de tirar devassas, tomar denunciações e querelas nos delitos que aí se fizerem e remetê-las por treslados ao Ouvidor da Comarca dessa cidade, para se proceder nesta matéria como fôr de justiça. Escrita em Lisbôa, a 16 de Fevereiro de 1698. Rei". (1).

PENETRAÇÃO

Os paulistas continuaram à disposição do governo geral. A um dêles, Domingos de Freitas de Azevedo, que se passára de S. Paulo ao S. Francisco pelo sertão e fôra alí desbaratado, se deu patente "de capitão-mór do descobrimento do rio Paraguassú", pois afirmára distarem as nascentes dêste rio sessenta légoas de Itaporocas (2). Então de novo se sublevavam os tapuios (1677). O capitão-mór Agostinho Pereira Bacelar, enviado à aldeia de Natuba, dos jesuítas, "a reconduzir os índios que eram necessários para a jornada do sertão a que enviamos o Governador da Conquista Esteyão Ribeiro Bayão Parente" — foi morto "às frechadas atrozmente": Domingos Rodrigues de Carvalho teve

(1) *Ord. Reg.*, Livr. 6, 1698-9, no Arquivo Publ. da Baía, ms. No século seguinte as aldeias dividiam-se: com os franciscanos, Unhambú, Joazeiro, Pontal, Curral de bois, Coripes, Sorobebé; e com os barbadinhos: Axará, Rodelas, Pacatuba, Pambú, Varge, Uracapá, S. Felix, Irapérá, S. Pedro. O mesmo manuscrito, n.º 3757, de Marinha e Ultramar (no Arquivo Histórico Colonial, Lisbôa), descreve as condições da navegação de S. Francisco, com a indicação de que se tornava piloto na fazenda do Sobrado.

(2) Pat. de 6 de Julho de 1677, *Doc. Hist.*, XIII, 6-7.

de levar pronto e exemplar castigo às aldeias “do Itapicurú-Mirim, Massacará e Natuba” (1).

Estevão Baião — em 1675 — recebeu comissão mais importante: era quando grandes esperanças se ligavam à entrada de Fernão Dias Pais em busca do Sabarabussú. João Amaro informa-nos: indo então “por ordem do mesmo governador à vila de Porto Seguro 50 léguas pelo sertão dentro a descobrir a serra das esmeraldas e fazendo a dita jornada “foi cercado de barbaros vinte e dous dias de maneira que não se podendo defender de mais de 1.500 arcos se retirou por correr muito risco sua vida, padecendo muitas fomes e sêdes e trabalhos...” (2).

D. RODRIGO DE CASTELO BRANCO

Em Portugal percebera-se que era chegado o momento das intensivas explorações das minas que, um pouco por toda parte, se anunciavam no Brasil.

Não quiz o Príncipe repetir o erro de separar do norte as capitanias do Sul: seguiu o alvitre de Francisco de Brito Freire, mandando um Administrador geral que visse as minas de Itabaiana. Foi D. Rodrigo de Castelo Branco, “única pessoa” que se achou no Reino em que concorressem as qualidades necessárias para se fiar dela negócio de tanta importância”, como se explicara da côrte a Afonso Furtado e êste comunicou ao capitão-mór de Sergipe (17 de Março de 1674) (3). Era

(1) Pat. de 20 de Outubro de 1677, *Doc. Hist.*, XIII, 17. A aldeia de Natuba não devia ser perturbada, Pat. de 9 de Abril de 1678, *Doc. Hist.*, cit. p. 32.

(2) Requerimento de João Amaro, 12 de Jan. de 1696, *Rev. do Inst., do Ceará*, XXXVII, 46 (af a fôlha de serviços de pae e filho).

(3) Vd. A. TAUNAY, *Hist. Geral*, V, 330. A Carta do Príncipe informando sobre a viagem de D. Rodrigo é de 28 de Junho de 1673. Da mesma data o Alvará de nomeação, *Doc. Hist.*, XXV, 258. Pedro Taques dá o início dos trabalhos em Itabaiana: 11 de Julho de 74. (TAUNAY, *ibid.*) D. Rodrigo, fidalgo da casa real, era português (diz um dos testemunhos arrolados na documentação publicada por Corrêa Luna), embôra escrevesse sempre em espanhol.

reputado por experiente da mineração no Perú (“ainda que tivera engenho nas Índias nem por isso era descobridor de minas, penetrador de betas, nem temperador de prata”, declarou quem o conheceu, Antonio Paes de Sande) (1). Pedro Taques viu-o “fazer diferentes ensaios em várias pedras que tirou da serra de Tabaiana”, e “dos ditos ensaios tirou prata que mostrava bastante entendimento” — o necessário para confirmar a autoridade que lhe atribuíam.

Eram seus companheiros o capitão Jorge Soares de Macedo, seu primo-irmão, que devia fazer a “fortificação no sitio das Minas, desenhando-a por sua experiência”, portanto com as honras de engenheiro (2); João Vieira de Moraes, provido na capitania de Sergipe, Bento Surrel, Sebastião Lopes Grandio e Manuel Gomes Cardoso. A presença de Bento Surrel na comitiva do Administrador mostra que a sua tarefa se ligava às anteriores pesquisas, em que aparece esse nome, e não desprezara a prática das “entradas”, que tinha o mesmo pioneiro (3).

Dous anos, porém, baldadamente D. Rodrigo bateu os sertões entre os rios Real e S. Francisco, à procura de prata que lá não havia. Gorou-se-lhe o trabalho, como sucedera aos outros investigadores do roteiro de Belchior Dias Moréia...

Jorge Soares de Macedo passou-se ao Reino em meiado de 1676, “para dar a Sua Alteza a certeza das Minas...” Daí a Patente de 29 de Novembro de 1677 para que fosse D. Rodrigo exercer na “Repartição do Sul como Administrador”, em Paranaguá ou Sabara-

(1) Carta de 1693, TAUNAY, *op. cit.*, V, 335.

(2) *Doc. Hist.*, XXV, 264.

(3) Bento Surrel venceu o soldo depois — de 1678 a 1685 *Doc. Hist.* XXV 263.

bussú, as atividades que não mais deviam repetir-se no nordeste (1).

Informou Pedro Barbosa Leal (em 1725) : da Baía se transferiu para S. Paulo, “ambicioso então das notícias que corriam das esmeraldas, do ouro e da prata de Sabarabussú, onde o mataram, deixando na Baía o tenente coronel Jorge Soares de Macedo, seu cunhado, para ir examinar as minas de Jacobina”.

As bandeiras do planalto enchiam então com os ruidos de suas armas as fronteiras remotas — que se deslocavam com elas, sempre para além...

(1) Apostila in *Doc. Hist.*, XXV, 266. Registrada na Baía em 17 de Março de 1678. Jorge Soares levou como ajudante de ordens João Carvalho Freire, Patente de 22 de Abril de 78, *Doc. Hist.*, XXVI, 388; e seguiu por terra, desde a Baía, *Doc. Hist.* *ibid.*, p. 291, em Abril, enquanto D. Rodrigo só saiu em 24 de Setembro do mesmo ano.

E' do padre Antonio Vieira o comentário: “para as de Parnaguá se têm mandado novos ministros, que nada entendem daquele mistér, mas para si têm já descoberto e embolsado muita prata, pelos grandes salários que levam, com poderes sobre tudo quanto ha naquele Estado”. *Carta*, III, 324, ed. de J. Lúcio.

XIV

BANDEIRAS DO PLANALTO

As incursões dos paulistas na zona jesuítica do sul e do sudoeste esperaram sete anos — após a derrota de 1641 — para reproduzir as façanhas que tanto acolá atemorizavam missionários e catecúmenos. Complicavam-se agora com uma intenção política que não estivera nos cálculos dos sertanistas — instintivos e rebeldes — da fase anterior. Em 1629, em 33 e 38, unidas as corôas, amigos castelhanos e portugueses, os paulistas que destruíam as “missões” eram apenas corsários do sertão sem lei e sem fé, como diziam os padres : fugiam ao castigo, afrontavam-no, faziam a “Rochela da América”, na frase de Brito Freire. Êsse estilo ilícito de conquista atormentára o governo hispânico-luso e zombára, até aí, de ameaças, proibições, processos de véras platônicos. Mas a guerra subsequente à Restauração mudára a fisionomia do problema. De Madrid veiu ordem para interromper-se o comércio entre o Rio da Prata e o Brasil. Sentiram os “mamalucos” chegada a oportunidade de corridas mais extensas : e pensaram no Paraguai, nos Andes, no próprio Perú donde recebiam notícias frequentes pelos “cristãos novos” portugueses que, através de Córdoba e de Buenos Aires, nunca deixaram de negociar com os de São Vicente, do Rio de Janeiro e da Baía.

COMERCIO DE BUENOS AIRES

E' preciso notar a importância daquele comércio suspenso em 1641.

Até essa data tinham sido íntimas e vantajosas as relações entre as praças brasileiras e Buenos Aires. Corria-lhes o comércio, aliás, por conta dos portugueses que às centenas se tinham instalado na fóz do Prata (1). Entre êstes destaca-se — em 1607-12 — Melchior Maciel, que fez várias viagens redondas, levando para a Bãia farinhas e couros (alem da prata peruana que naturalmente não aparece nos papéis aduaneiros) e voltando com açucares e escravos africanos (2). Mandára Diogo Botelho, em 1602, “se não tomasse dinheiro a mercador nem a “peruleiro” e homens que vinham da Índia e do Perú” (3) — sinal de que eram muitos. “... Sôma grande de patacas de quatro e oito reales, e assim prata lavrada” transportavam, de Buenos Aires muitos peruleiros”, escreveu em 1618 o autor dos “Diálogos das Grandezas” (4). Não admira a quantidade de prata amoedada que na Baía achou, em 1610, François Pyrard (5). A “principal cópia de moeda do Brasil, informou o governador geral em 1652, é da fábrica antiga do Perú, donde veiu quando os navios desta corôa tinham o comércio do Rio da Prata” (6).

(1) Vd. nossa *Hist. do Brasil*, I, 392. Em 1622, para 1.200 habitantes, Buenos Aires tinha 370 portugueses (R. DE LAFUENTE MACHAIN, *Los Portugueses em Buenos Aires*, p. 86, B. A. 1934).

(2) Os navios San Antonio, San Mateo, San Juan, Nuestra Señora de Nazareth ocupavam-se então dêsse tráfico, vd. LUIZ ENRIQUE AZAROLA GIL, *Los Maciel en la História del Plata*, p. 28, Buenos Aires 1940.

(3) *Revista do Inst. Hist.*, vol. 73, parte I, p. 47.

(4) Edição de R. GARCIA, p. 144.

(5) *Voyage etc.*, p. 545, Paris 1615: “Je n'ay jamais vu pays ou l'argent soit si commun qu'il est en cest endroit du Brésil, et y vient de la riviere de la Plata”...

(6) *Doc. Hist.*, III, 11. Toda essa moeda espanhola foi mandada contra-marcado pelo alvará de 26 de Fev. de 1643. Nova contra-marca se poz à moeda do Perú, em 1652. A lél de 6 de Junho de 1651 proibiu a circulação de patacos peruanos, então muito falsificados.

A baixa da moeda portugueza (1642) com as dificuldades da Restauração deu novo interesse ao contrabando de Potosí, por intermédio do Prata, mesmo do Amazonas. Divergiram os dous governos a esse tempo : o de Lisboa quiz que os súditos americanos não acompanhassem as metropoles, na sua luta. Guardariam uma paz lucrativa. O de Espanha tratou de impedir o comércio que lhe afetava os monopólios e abria os itinerários da cordilheira aos adversários espertos.

Com efeito, expediu D. João IV, em 1642, duas ordens a Antonio Telles da Silva : “uma para se abster de todo ato de hostilidade contra os castelhanos do Rio da Prata, e outra para procurar a introdução de seu comércio...” (1) Para cumpri-las saíu da Baía o navio de David Ventura, para Buenos Aires : “não logrou a jornada”. Os alvarás de 18 de Março e 14 de Abril de 1646 reforçaram a autorização, ampliada aos navios espanhóis que quizessem ir à Africa portugueza, em busca de escravos. Valeu-se dela Domingos Vieira Veijão : foi de Angola ao Prata, e daí ao Brasil, em 1656 (2) : exultou o governador geral com a esperança “de se encher por aquela via Brasil e Portugal de prata...”. Em 1659 surgiu na Baía o castelhano João Tomaz Brum, a pedir licença para o mesmo tráfico (3). A Portugal importava sobretudo o afluxo da moeda de que carecia. O governo de Madrid não voltou atrás : insistiu na sua negativa. Os colónos, irritados, apelaram para a violencia. Já em 1643 (21 de Outubro) lembrava Salvador Corrêa de Sá a conveniencia, para segurar tal negócio, de “construir um forte próximo a Buenos Aires, na Chacara da Catalina, a cavaleiro do riachuelo e da cidade...” (4). O padre Antonio Vieira, mais franco :

(1) Prov. de 1656, *Doc. Hist.*, XIX, 59.

(2) *Doc. Hist.*, IV, 286.

(3) *Doc. Hist.*, IV, 362.

(4) JONATHAS DO REGO MONTEIRO, *A Colônia do Sacramento*, I, 34, Rio 1937.

“Também se pôde intentar a conquista do Rio da Prata de que antigamente recebiamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de São Paulo marcharmos (como é muito fácil) pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades em defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despêsas... e para vêr se êste comércio se pode renovar, uma das ordens que levou Salvador Corrêa foi tomar aquele porto” (1).

A ocupação far-se-ia, não de Buenos Aires, porém da margem esquerda do Prata — trinta anos depois.

O ciclo da “colônia do Sacramento” antecipava-se na trama e na decepção dos mercadores de 1641.

Os jesuítas das “missões” do Paraguai acusaram com energia: os “mamalucos” não caçavam somente os índios batisados, contra as prescrições da Igreja; experimentavam os caminhos do Perú — como inimigos de Felipe IV!

RAPOSO TAVARES

Reaparece Antonio Raposo Tavares em 1648 (2).

O grande cabo da “razzia” de 1629 não mais procura os campos do sul — a terra dos Tapes e o Uruguai. Vai direito ao rio Paraná, visando às reduções de Mboimboy e Maracajú de modo a sair no Paraguai e talvez “conquistar estas terras e fazer caminho para o Perú” (avisára o padre Barnabé Bonilha ao governador de Assunção). Os seus principais auxiliares eram André

(1) *Cartas* (20 de Jan. de 1648), I, 39, ed. de 1886.

(2) A primeira notícia da invasão, que foi a 2 de Novembro de 48, é do P. Mansilla, TAUNAY, *Hist. Geral*, III, 175. Docs. in *Anais do Museu Paulista*, V, 6 e segs., referem-se às invasões de 1647 e 48.

Fernandes (1), Antonio Pereira de Azevedo, Gaspar Vaz Madeira : compunha-se a bandeira de 200 brancos e mamalucos (180 armas de fogo, disse o padre Mansilla) e mais de mil índios. O ataque dirigiu-se ao Itatim. Em Mboimboy o padre Cristovão de Arenas, que lhe resistiu, foi aprisionado, em seguida libertado por um troço de guaraní, ocasião em que morreu o padre Arias (2). Os paulistas devastaram as aldeias ao longo do vale, como Teracani, Maracajú, Bolaños, Xerez : e forçaram missionários e catecumenos a um "exôdo igual ao de Guairá e do Tape". A reação, porém, não demorou. Tendo contra si forças regulares, Raposo Tavares mudou inesperadamente de rumo, e empreendeu a viagem mais extensa de que ha memória nos anais dêsse sertanismo : subiu o Paraguai, alcançou o Guaporé, divagou pela região ignota de Mato Grosso vizinha dos Andes, e foi irromper no rio Amazonas, quando já não havia esperanças do seu regresso (3).

Em 1651 quatro colunas de paulistas desenvolveram o ataque ao Itatim e às reduções do Uruguai, de Itapúa, no Paraná, a Santo Tomé : comandava-as Domingos Barbosa (Calheiros), tendo por tenentes Braz de Arzão, Francisco Ribeiro... Fracassou a investida. O índio Inácio Abiarú derrotou o cabo da bandeira em Pinhais de Santa Tereza, arrebatando-lhe a munição e um estandarte com a effigie de Santo Antonio (4). Um tupí aprisionado confessou, que o intento era Buenos Aires, tomando o gentio aos padres e ficando "señores de la tierra toda" (5). O governador do Paraguai expediu em socôrro daqueles os soldados que poude juntar.

(1) Acha Carvalho Franco que não é André Fernandes fundador da Parahiba, que fez testamento em 1641, *op. cit.*, p. 86.

(2) Carta do P. Mansilla, *An. do Mus. Paul.*, V, 7.

(3) A. TAUNAY, *Índios! Ouro! Pedras!* p. 12, S. Paulo 1926.

(4) CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*, p. 71, S. Paulo, 1940.

(5) A. TAUNAY, *Hist., Geral*, III, 207.

Desencorajados pela resistência e na iminência de combates mais duros os agressores bateram em retirada. Graças a isto a série de aldeias dos dous vales, do Paraná e do Uruguai, e os agrupamentos da região do Itatim, volveram à tranquilidade antiga.

VACARIA

Sucessivas expedições asseguraram o domínio português na região da Vacaria, e por vezes puzeram em perigo a própria cidade de Assunção do Paraguai.

A designação genérica — Vacaria — ligava-se aos campos do Rio Grande entre a serra e os Tapes, cujo roteiro não era mais segredo em S. Paulo. Partia-se de Sorocaba. De S. Miguel do Paranapanema se seguia para as ruínas de São Xavier e Santo Inácio, donde se navegava — em vinte dias de percurso — para o rio Paraná. Descia-se este até o Invinhema. Remontava-se o Invinhema e, nas vertentes, varadas as canoas, os sertanistas rompiam por terra, à procura dos gados bravos ou “cimarrões”, espalhados, aos milhares, pelas planuras: a Vacaria. Em 1694 diria D. Francisco Naper de Lencastro que era inesgotável, essa reserva de gados, e, com apenas dez cavalos, recolhera 700 rezes. . . (1) No século imediato o itinerário fluvial seria abandonado graças à abertura do caminho que une o rio Pelotas aos “campos gerais” (caminho de tropas cujos acampamentos se transformaram em cidades) indo terminar em Sorocaba, principal feira de mueres do interior do Brasil durante duzentos anos. . . O vazio produzido por essas incursões à mão armada devia preencher-se com a

(1) *An. da Bibl. Nar.*, doc. do Arq. Ultram. n. 1888. Vacaria, aparece nas notícias utilíssimas à corôa de Portugal e suas possessões” f. 695. *An. cit.*, doc. 1981.

colonização efetiva, consecutiva à re-instalação da Colônia do Sacramento. Os paulistas não pensavam em povoar os desertos: conquistavam-nos. A Vacaria era como um depósito comum, de rebanhos sem dono, acessível a todos os predadores, portugueses e castelhanos. Importava-lhes mais o contacto com os guaranis, as “missões” e o contrabando que baixava do Perú. Ao alto dos Andes vão ter Lourenço Castanho, Pedro Vaz de Barros... Manuel Dias da Silva e Francisco Pedroso Xavier encurtaram o raio de ação, batendo os sertões entre a margem direita do Paraná e Vila Rica do Espírito Santo. Este último — em 1675-76 — renovou os assaltos, não mais às missões do Uruguai, porém diretamente às do rio Paraguai, e se apoderaria de Vila Rica se não acudissem tropas castelhanas que o forçaram a retirar-se, transpondo a serra de Maracajú, até as divisas de S. Paulo (1).

“... En el de 1676, salindo en 14 de febrero de la Capitania de San Pablo en tropas, cuyo caudillo se llamava Francisco Pedroso Xavier, saquearon la Villa Rica del Espiritu Santo, acrecentando a estas hostilidades los demás excessos...” — queixaram-se os castelhanos, admirados aliás pela extensão das tropelias”. “... Discorriendo com gente armada hasta Santa Cruz de la Sierra, se han estendido por espacio de mas de ochocientas léguas hasta el rio Marañon...” (2)

(1) A expedição de Pedroso Xavier constitue a mais avançada tentativa de aproximação portuguesa dos núcleos castelhanos do Paraguai, e encareceu-a o capitão-general de S. Paulo, em 1771, escrevendo ao governador do Paraguai D. Carlos Morphy (PEREIRA PINTO, *Apont. para o direito internacional*, III, 472 e HILDEBRANDO ACCIOLY, *Límites do Brasil (A Fronteira com o Paraguai)*, p. 14, S. Paulo, 1938.

(2) Queixa anexa a carta do Principe para D. Manuel Lobo, 23 de Março de 1679, *Documentos Interessantes* (Arq. do Estado de S. Paulo), XLVII, 25. Dessa incursão em Santa Cruz não nos fala HENRIQUE DE GANDIA na sua *História de Santa Cruz de la Sierra*, Buenos Aires 1935. Mas o vice-rei do Perú confirmou: “... y con este exercicio llegando hasta la población de Santa Cruz de la Sierra...” *Doc. Interessantes cit.*, p. 27. Segundo o linhagista P. Roque Luiz, Xavier “trouxe cinco sinos da cidade da Concama. do Paraguai para S. P. e fal. a 19 de Janeiro de 1680”.

AGOSTINHO BARBALHO

Agostinho Barbalho Bezerra ofereceu-se para averiguar as minas de ouro e esmeraldas dos serros alem da Mantiqueira. Escreveu el-rei a Fernão Dias Pais (27 de Setembro de 64) para que o auxiliasse com a sua experiência e os seus índios. (1) No poema sobre o "governador das esmeraldas", diz Diogo Grasson Tinoco que a carta o impressionou :

Lendo-a Fernando, achou que El-rei mandara
 Dar-lhe ajuda, e favor para esta empresa,
 E em juntar mantimentos se empenhava
 Com zelo liberal, rara grandeza :
 Mas por que exausta a terra então se achava,
 E convinha o socôrro ir com presteza,
 Mandou-lhe cem negros carregados
 À custa de seus bens, e seus cuidados.

Fracassou a "bandeira" com o falecimento de Agostinho Barbalho. O próprio Fernão Dias completou-a : mas dez anos depois.

NORTE E OESTE

Não tiveram a mesma notoriedade as bandeiras paulistas que se lançaram para os Goiazes, para o norte em direção franca do Amazonas, ou para o médio S.

(1) O conde de Obidos em carta para o governador do Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1665, muito recomendou a empresa do "descobrimento das minas das Capitánias do sul", que se cometera a Barbalho, *Doc. Hist.*, VI, 48. N'outra carta, de 18 de Dezembro de 65 (para o Provedor da fazenda, no Rio) : "Ele me escreve (Barbalho) que de longe se haviam descoberto já pelos seus exploradores as serras das esmeraldas, mas eu creio mais os desenganos que V. Mcê. me dá de não haver no Brasil mais minas que o acenar com as esperanças com que eu fico de as descobrir", *Ibd.*, p. 63. "... Porque tudo isto de Agostinho Barbalho é um embeleco..." (carta de 23 de Fevereiro de 66, *ibid.*, p. 65). Por PEDRO TAQUES sabemos que morreu no sertão do Espírito Santo, *Informação sobre as minas de S. Paulo*, p. 99.

Francisco através dos serros que Fernão Dias Paes devia transpôr em 1675-81.

A pasmosa travessia de Raposo Tavares (S. Paulo-missões meridionais-Tocantins-Pará) não é sem exemplo.

A primeira léva de mamalucos que partiu do planalto para o oeste e o norte como à procura dos contrafortes da cordilheira dos Andes ou das cabeceiras do Araguaia e do Tocantins, parece ter sido — em 1613 — a de Pero Domingues de que ha interessante informação escrita pelo padre Antonio de Araujo (1). Cêrca de trinta paulistas “foram dar às cabeceiras de um rio cheio de raias, a que chamaram por isso Iabebery, alguns dos quais formam o leque do alto Tocantins (Urubú, Almas, Maranhão); e, descendo por êle até à confluência do Araguaia, descobriram o baixo Tocantins, “fermoso braço do grande e afamado Pará”. Então, deixando o Iabebery ou Tocantins à mão esquerda, voltaram, subindo o Araguaia, rumo de S. Paulo”. Acharam acolá o gentio em tratos com uns francêses (tinham “grande numero de camisas de Ruão”...) cuja fortaleza ficava a onze jornadas pelo rio abaixo. Conseguiram arrebanhá-los (umas 3 mil almas); mas os índios se rebelaram em caminho, mataram dezeseis e fugiram — tornando a S. Paulo os demais sertanistas de mãos vazias e larga experiência da selva... Que estiveram no vale amazônico e reconheceram, no regresso, a ilha de Bananal, bem se infere do relato do jesuíta.

Sebastião Paes de Barros, êmulo de Raposo Tavares, realizou viagem semelhante ganhando, pelo Tocantins, o Amazonas, até alcançar Belém do Pará com grave desgosto do governador do Maranhão e dos missionários alarmados. E' de 1673 a surpresa do governador Pedro Cesar de Menezes, que logo mandou Francisco da Motta Falcão com uma força a expulsar os

(1) P. SERAFIM LEITE, *Jornal do Comércio*, 5 de Maio de 1935 (“Uma grande bandeira paulista ignorada”).

intrusos que “reduziam” o gentio guajará em sacrifício da catequese e da Igreja. Para evitar o chôque interveiu o clérigo Antonio Raposo, que trouxera instruções de Lisbôa para que se pesquisassem as minas com o auxílio dos paulistas. Mas tarde chegou : “passando pelo sitio onde se tinha alojado o cabo da tropa de S. Paulo achou a notícia que por seu descuido ou ambição de cativar o gentio, o tinha êste morto e aos demais da tropa e eram duas nações, a dos aruaqueres, de língua geral e melhor gentio, e a dos bilreiros, cruel e belicosa...” (1)

O padre Antonio de Araujo escreveu uma “Relação dada pelo mesmo (Pero) Domingues sobre a viagem que de S. Paulo fez ao rio de S. Francisco, chamado também Pará” — bastante vaga para que se lhe perceba a insegurança do roteiro, porém suficiente para que se saiba que por 1630 os mamalucos tinham descoberto o itinerário dos “amoipiras”, e o S. Francisco na sua parte média. “Pelo que se pôde agora ter por alvitre dado do céu achar-se que da vila de S. Paulo se pode ir em canôa até aos portos dos Amoipiras...” (2).

“Das vilas de S. Paulo para o rio de S. Francisco descobriram os paulistas antigamente um caminho a que chamavam Caminho Geral do Sertão”, diz um papel do princípio do século seguinte ; pelo qual entravam e cortando os vastos desertos que mediam entre as ditas Vilas e o dito Rio nêle fizeram várias conquistas de tapuias, e passaram a outras, para os sertões, de diversas jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Baía...” (3) Assim sucedera — em 1677 — a Domingos de Freitas de Azevedo, “que veiu de S. Pau-

(1) CARVALHO FRANCO, *op. cit.*, p. 103.

(2) P. SERAFIM LEITE, *Jornal do Comércio*, 12 de Julho de 1936 (“Da Vila de S. Paulo ao rio de S. Francisco”). O roteiro é fantástico até o salto de Pirapóra. Os “amoipiras” ficavam na região do rio Grande — S. Francisco. Em 1658 a casa da Torre teve sesmarias “até dar na última aldeia dos “molpurá” (Amoipira)...”, *Doc. Hist.*, XIX, 457, então limite da zona explorada.

(3) *Anais da Bibl. Nac.* LVII, 172.

lo pelo sertão do rio de S. Francisco donde foi desbaratado pelas Nações barbaras, com que pelejou”, a contar “que da nascença do rio Paraguassú distante 60 legoas das Itaporocacas havia algumas aldeias...” (1) Uma vez chegados ao grande vale procuravam algum dos caminhos que abrira a Casa da Torre. Exatamente para castigar os Anayós do S. Francisco escreveu o triumvirato da Baía em Fevereiro de 1677 a alguns paulistas: “Chegou-se ao tempo em que é necessário rogar a V. Mcê para o mesmo que em outro tempo se lhe proibia, que passar ao rio de S. Francisco... havendo êles (Anayós) degolado e desbaratado já tão várias Bandeiras de Paulistas...” (2) Para acabar com os máos índios tinham plena liberdade de cruzar aquelas terras. Andava por aí Domingos Jorge Velho. Igual roteiro serviu a Francisco Dias de Siqueira, para subir ao Piauí e Maranhão, e a Matias Cardoso, em 1690, para passar-se ao Apodí e Piranhas (3).

Aos Goiazes — depois de 1670 — foram Bartolomeu Bueno de Siqueira, Luiz Castanho de Almeida (4), que lá morreu às mãos dos índios (1671), Antonio Soares Paes, que o vingou, Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, o maior dêles (5), por antonomasia o Anhanguera (1670-73). Descobriu Bicudo a serra dos Martírios e explorou parte do atual Mato Grosso: foi o trajecto que, em 1716, procurou de novo seu filho (e companheiro em 73) Antonio de Campos Bicudo. (6).

(1) *Doc. Hist.*, XIII, 7.

(2) *Doc. Hist.*, XI, 71.

(3) Sobre Dias de Siqueira, A. TAUNAY, no *Jornal do Comércio*, 11 de Maio de 1936. Vd. carta do governador geral, 1693, *Doc. Hist.*, XXXIV, 86.

(4) PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, ps. 297 e 317.

(5) Vd. BASILIO DE MACALHÃES, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2.^a ed., ps. 128-9. O Anhanguera mereceu o apelido (diabo velho) pelo ardil de que se valeu com os goiazes. Para amedrontá-los derramou água-ardente no rio e ateou-lhe fogo... Mas a primazia do embuste, segundo Pedro Taques, cabe a Francisco Pires Ribeiro.

(6) WASHINGTON LUIZ, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, VIII, 98.

DOUS MITOS PROVIDENCIAIS

A ILUSAO DO GOVERNADOR

Diz Rocha Pitta : “Veiu à cidade da Baía um morador do sertão, cujas experiências e procedimentos puderam abonar as suas atestações. Informou ao Governador Afonso Furtado ter descoberto grandiosas minas de prata, em parte muito diversa da em que se presumia as achara Roberio Dias, e com a abundância que êste as prometera em Castela. Assegurava o descobrimento, mostrando umas barretas, que dizia fundira das pedras que delas tirara, afirmando ser o rendimento igual ao das mais ricas minas das Índias de Espanha. . . “Tomado de entusiasmo, mandou logo o filho, João Furtado de Mendonça (o que seria governador do Rio de Janeiro, 1685-88) “com algumas pessoas de distinção que em aplauso da novidade quizeram naquela ocasião passar à Côrte a diversos fins”, dar conta a el-rei do achado e das amostras. Naufragou-lhe porem o navio, na costa de Peniche ; salvou-se João Furtado, sem as cartas e as barrêtas de prata ; e chegou a Lisboa — pondo em refôrço das palavras a emoção da catastrophe — como portador de uma notícia que ninguem mais poderia discutir. Apressou-se o governo em remeter para a Baía as cousas necessárias para a exploração do tesouro, a tempo, entretanto, em que no sertão morrêra o sujeito que o revelára, não se sabendo mais nada de suas primicias. . . (1).

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, ps. 282-4. O doc. seguinte mostra o equívoco de Calogeras, *As Minas do Brasil*, “, 449 (vd. TAUNAY, *Hist. Geral.*, V, 327) que atribúe a Melchior da Fonseca Saraiva o caso do capitão-mór de Paranaguá.

Afonso Furtado foi iludido na sua bôa fé e castigado na sua precipitação. O historiador escreveu certo: mas de memória, e não localizou o episódio. O autor da burla era nada menos do que o provedor de Paranaguá Manuel de Lemos Conde. Em 28 de Novembro de 1674 respondeu-lhe o governador: "Recebi a carta que V. M. me escreveu em 10 de Maio dêste ano com a nova do descobrimento das minas de Pernaguá e as duas barrêtas de prata que eram amostra de sua fineza". "Assim que a vi aprestei logo um patacho e mandei a levá-la a S. A. meu filho João Furtado de Mendonça que daqui partiu em 4 de Agosto e daí a 15 dias despachei outro patacho com segundo aviso. Em ambos representei a V. A. (a quem remeti os papeis e carta original que V. M. me enviou para tudo lhe ser mais particularmente presente e as duas barrêtas de prata) o muito que V. M. merecia..." (1) E' verdade que mandara pelos ourives da terra examinar as pedras brutas, que acompanhavam as barrêtas, e o resultado fôra negativo. "E porque supôngo haver sido isto falta de ciência nos ourives...", preferira ficar com a alegria da certeza, sem o trabalho de prova-la. Expediu sem demora o engenheiro Antonio Corrêa Pinto "a reconhecer toda essa costa" do sul — não fossem rondá-la corsários atraídos pelas minas! — e Braz Rodrigues de Arzão, (2) para cuidar do gentio necessário à eventual defêsa...

O engenheiro pesquisou ativamente e só achou o -ouro de lavagem, encontradiço um pouco por toda par-

(1) *Doc. Hist.*, VI, 282. Reforçava a crença... "por me haver escrito isto também Fernão Dias Paes que de uma libra de pedra de Pernaguá que lhe fôra à mão tirára trinta reis de prata do valor antigo. Mas ainda que não duvido da certeza..." E' possível que a prêssa em mandar o filho fosse o seu propósito de mostrar à corte que sem D. Rodrigo de Castelo Branco as minas iam sendo descobertas. Quando partiu João Furtado o Administrador Geral minerava em Sergipe! Outra carta, dizendo que Paranaguá seria o novo Potosí, foi do capitão de Santos, Sebastião Velho de Lima, de 30 de Maio de 1674, PAULO PRADO, *Paulistica*, p. 123.

(2) *Doc. Hist.*, X, 449.

te, entre o Iguape e Paranaguá. De volta, sucedeu-lhe no Rio de Janeiro curiosa aventura. O ouvidor, Pedro de Unhão Castelo Branco, extranhou que o ouro das amostras não tivesse pago os quintos del-rei, e não somente o prendeu, como lho confiscou, e aos bens que levava — com escândalo do governo da Baía que disso se queixou a Matias da Cunha, governador do Rio de Janeiro (1).

Mas não havia prata! Esta seguramente procedia do Perú, donde os próprios paulistas a traziam, nas suas viagens que duravam anos. O engôdo — pôsto à calva pelo engenheiro (2) — e o naufrágio de João Furtado, (3) encerraram melancolicamente o belo período administrativo do visconde de Barbacena.

Importa considerar o território incorporado à corôa portuguêsã.

A COSTA DO SUL

A ocupação da costa ao sul das três vilas foi vagarosa e algo desordenada.

Pedro de Cáceres obteve licença do governador geral em 1619 para povoar o rio de S. Francisco e a ilha

(1) *Doc. Hist.*, XI, -0.

(2) Antonio Corrêa Pinto, que morreu heroicamente na Colonia do Sacramento — servira primeiro, como engenheiro, no Alentejo, e em 1670 em Pernambuco, tendo a patente de capitão "ad honorem" em 16 de Outubro de 1674, *Doc. Hist.*, XXVI, 265.

A exaltação do governador documenta-se com este trecho de carta, para Frel João de Granica: "E será justo que assim como muitos portugueses deram muitos milhões nas minas do Potosí, aos príncipes de Castela, dê também um castelhano, muitos nas de Pernaguá ao de Portugal...". *Doc. Hist.*, X, 454.

(3) De Roma, 14 de Novembro de 1674, escreveu Vieira: "... obrigado dos corsários de Argel dêra à costa um patacho da Baía, em que vinha o filho do Governador Afonso Furtado, o qual, com alguns outros, escapara do naufrágio, havendo-se perdido as cartas, e tudo o mais que traziam, que eram principalmente as amostras de três minas novamente descobertas naquele Estado, uma de ouro, outra de prata, e a terceira de esmeraldas... Parece que se pode assim coligir de o Governador, que é homem sizado, mandar seu filho com este alvitre". *Cartas*, III, 120, ed. de J. Lúcio d'Azevedo. Vd. a carta do Governador a Agostinho de Figueiredo, *Doc. Hist.*, X, 446-7.

de Santa Catarina, com a condição, porém, de não escravizar o gentio (1), como faziam, por mar, os traficantes de S. Vicente e do Rio de Janeiro. Segunda concessão para êsse povoamento foi dada pelas autoridades de S. Paulo, em 1642, a Antonio Fernandes (2); mas em vão Salvador Corrêa de Sá pleiteou para si uma capitania de cem légoas, abrangendo a lagôa dos Patos (3); ganharam-na seus filhos quando se tratou de preparar a conquista do rio da Prata.

A inclusão da bôia de Paranaguá na jurisdição do Sul data de 1646, quando Gabriel de Lara, natural de Iguape, manifestou em S. Paulo o descobrimento de ouro de lavagem, assim à beira-mar como no planalto alem da serra, aí tão próxima da praia.

À mágica palavra de ouro Duarte Corrêa Vasqueanes, que substituíra o irmão no governo, enviou do Rio de Janeiro Eleodoro Ebano Pereira como administrador das minas, e depois Pedro de Souza Pereira, provedor da fazenda real, e Mateus de Leão — para lhe dizerem da importância das jazidas (4). Foi então — 1648 — fundada a vila de Paranaguá (5).

Pediu el-rei amostras do minerio (carta de 28 de Novembro de 1651). Foi buscá-las Pedro de Souza

(1) *Rev. do Inst. de S. Paulo*, V, 184. Em 30 de Março de 1622 protestou a Câmara de S. Vicente contra a ordem de Martim de Sá, para descer "certa copia de gente da Laguna e villa de Santa Catarina", "limites desta capitania" *Rev. cit.*, V, 186.

(2) Vd. BASÍLIO DE MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 132.

(3) Vd. OSVALDO R. CABRAL, *Laguna e outros ensaios*, p. 16 Florianopolis 1939; ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, I, 62.

(4) ROMARIO MARTINS, *História do Paraná*, p. 258. Eleodoro morava no Rio de Janeiro, "cidadão desta cidade", af juiz ordinário em 1637, *Acordãos, e Vereanças*, cit., p. 13-4. Segundo a *Genealogia* de P. Roque Paes Leme da CAMARA, ms. na Bibl. Nac., era genro do famoso cap.-mór João Pereira de Souza Botafogo, e natural de Viana, no Reino.

A viuva e filhos de Duarte Corrêa Vasqueanes obtiveram sesmaria de dez légoas da barra de Paranaguá para o sul, em 3 de Outubro de 1658, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, V, 191, e 30 légoas abaixo das capitanias do conde de Montanto e condessa de Vimeiro, em 30 de Outubro do mesmo ano.

(5) PEDRO TAQUES, *Hist. da capitania de S. Vicente*, ed. Taunay, p. 141.

Pereira em Março de 53 (descreve-nos a viagem em carta de 20 de Maio): “por terra de Cananéa àquela vila, onde “tomando na povoação ao capitão Gabriel de Lara, e com o mesmo escrivão da fazenda e 30 trabalhadores fui ao sertão da chamada mina da pedra de ouro, e reconhecendo o sitio vi que era o logar a fralda de um sêrro, cujas pontas estão de leste, oêste, regado com um pequeno ribeiro que vem do mesmo sêrro, e nêste logar achei cavado, em partes, espaço de 40 braças em quadra de onde se haviam tirado as pedras que se manifestaram, e outras muitas”, sendo Lara “o que se intitula descobridor desta chamada mina, e houvera pedra de mais de um quintal, cujo rendimento foi excessivo...” (1) Por uma relação de 1711 sabemos que era “uma grandiosa mina de ouro de bêta”; e que não fôra mais explorada porque da expedição de Pedro de Souza Pereira resultára a morte trágica do mineiro espanhol que podia averiguá-la devidamente. E’ o episódio misterioso de D. Jaime, ou apenas Jaime Commere, que (foi voz pública) ali acabou para não revelar o segredo das novas jazidas: lançou-o de um despenhadeiro um criado do Provedor... Pelo menos imputaram-lhe o crime em 1660, por ocasião do motim do Rio de Janeiro, informando a Câmara de S. Paulo: “Enquanto à morte do mineiro Jaime Commere suposto que a princípio a fama, como em outras cousas, publicou fôra violenta, todavia em contrário se praticou... indo a mudar, com o passo mais largo, o dito mineiro, de uma para outra pedra... escorregara e, caindo se despenhara na cata ou alta cova que se fazia” (2).

Mesmo infrutifera a viagem de Pedro de Souza Pereira, forneceu as amostras pedidas do Reino.

(1) Doc. do Arq. Ultram., cit. por DIDIO COSTA, *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, vol. II, p. 258.

(2) Vd. A. LAMEGO, *A Terra Goitacá*, II, 473; A. TAUNAY, *Hist., Geral*, V, 221.

Levou-lhas Francisco de Brito Freire, ao voltar com a frota da Companhia em 1654: “Mui considerável é já a quantidade que se tira do ouro de lavagem. Dêste me mandaram para a Rainha Nossa Senhora dos quintos que V. Maj. lhe concedeu mais de nove arrateis. Puderam passar de arrôbas pagando-se os direitos sem os descaminhos que ouvi murmurar. Ouro de bêta não se busca por necessitar de mais indústria e cabedal; mas asseguram haver dêle, e de prata muitas minas: principalmente nos Serros descobertos de novo em Pernaguá dos quais me mostraram com diferentes veias várias pedras que trago para V. Maj. mandar vêr.” (1) Embora mantivesse a descrênça antiga: “Porém eu depois de todas aquelas diligências feitas por D. Francisco de Souza, por El-rei de Castela; e das notícias e particularidades que agora soube no Rio de Janeiro das pessoas mais bem vistas e desinteressadas nesta matéria, não acabo de persuadir-me a que na realidade haja tais Minas”. Concitava o rei a enviar autoridade “sem dependência de outro ministro” para “atrair com o agrado ou com a fôrça os ânimos daqueles moradores, sediciôsos e turbulentos. Porque é a Rochela do sul a capitania de São Paulo” (2).

Essa desconfiança do almirante (sem acreditar nos “quintos” que levava) parece justificar a acusação dos revoltosos fluminenses em 1660: “Queremos com toda

(1) O exame das pedras levadas por Brito Freire foi negativo (o que menos justifica o logro em que caiu depois o governador Afonso Furtado). Parece que se refere ao mesmo assunto a comunicação do Marquês Almirante para que não se mandasse mais amostra, 1656. *Doc. Hist.*, XXI, 285. Um marinheiro português ouvido em Assunção — em 1657, disse que a 7 legoas de S. Paulo, em Ybiturum, e no pôrto de Paranaguá, “se labra y saca oro por todos los que queiren ir a sacarlo porque son minas comunes para todos”, TAUNAY, *Hist. Geral*, III, 213.

(2) Ms. sobre o bom governo e guerra do Brasil, de Francisco de Brito Freire, ms. na Bibl. d'Ajuda, publ. por Eduardo Brazão, *Ocidente*, IX, 259 (Maio de 1940). — Em 1663 foi nomeado Administrador das Minas de Parnaguá o Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Diogo Carneiro, *Doc. Hist.*, XXI, 345.

a verdade representar a Sua Majestade entre outras cousas o procedimento com que o administrador geral Pedro de Souza Pereira se tem havido nelas em razão dos estanques que ha mandado fazer de água ardente e vinho e outras fazendas, para com elas comprar ouro e mandar a Sua Majestade a título de que é rendimento dos quintos. . .” (1)

Em 1660 ha uma capitania de Paranaguá. Resulta da posse que dá a Câmara a Gabriel de Lara, procurador do marquês de Cascaes — donatário de S. Vicente, em sucessão do conde de Monsanto, e a disputar os domínios do título de Vimieiro (agora em mãos do conde da Ilha do Principe). Os vereadores da pequena vila desempataram em favor de Lara, “Povoador da Vila de N. S. do Rosario da Capitania de Paranaguá em nome de Sua Alteza e com os mesmos poderes Logar Tenente e Procurador do Marquês de Cascaes nas Vilas de 40 léguas da parte do Sul” (2). Vários moradores já tinham algum gado ou exploravam ouro de lavagem nos “campos de cima”, entre a serra de Paranaguá e os pinhais, que em tupí chamavam — Curitiba. Dezeseis deles (o principal Mateus Leme, da nobreza paulista) pediram em 1668 a criação ali de uma vila. Gabriel de Lara não somente a autorizou, como presidiu à instalação do pelourinho (3). Fosse, porém, porque o número de habitantes não satisfizesse à condição da lei (exigia oitenta, no mínimo), fosse porque os hábitos rurais não tolerassem ainda tal luxo, a “vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais” (ou de Curitiba, equivalente indígena, que prevaleceu) só foi fundada em 1693.

(1) A. TAUNAY, *op. cit.*, V, 220, e A. LAMEGO, *ibid.*

(2) Antônio Vieira dos Santos, *Memória hisi. cron. etc. de Paranaguá* p. 15, Curitiba 1922. R. MARTINS, *História do Paraná*, p. 243.

(3) ROMARIO MARTINS, *Curitiba de outr'ora e de hoje*, p. 95, S. Paulo 1923.

O capitão-mór de S. Vicente, Agostinho de Figueiredo, (1) passára-se a Paranaguá para cuidar das minas — e não mais deixou a região. Foi, com quarenta anos de residencia na praia ou no planalto, um dos fundadores de Curitiba. Em 1674 era Provedor das minas Manuel de Lemos Conde. Manuel Veloso da Costa acumulava os cargos de capitão da Ordenança e escrivão (2) e o tesoureiro se chamava Roque Dias Pereira. Com frei João de Granica (3) — que tinha experiência das minas do Perú — fizeram a el-rei “o particular serviço do descobrimento delas”, como lhes agradeceu o governador geral, em 26 de Novembro daquele ano, mandando-lhes 220\$ em dinheiro e 220 fardos em gêneros, para recompensar as barrêtas de prata e a certeza de outro Potosí... (4)

O lógro não podia ter sido maior.

A prata não era de Paranaguá. Como vimos, o governador Afonso Furtado duramente pagou o seu optimismo ; e vai caber a D. Rodrigo de Castelo Branco a punição do principal culpado do engôdo.

Mas a intrujice teve o condão de atrair os portu-guêses para a costa abaixo das “tres vilas” e atualizou o seu antigo propósito de dominá-la até a embocadura

(1) Vd. patente, *Doc. Hist.*, XXV, 142. Era soldado desde 1641. Entrou no govêrno de S. Vicente em 1666, *Doc. Hist.*, VI, 68.

(2) *Doc. Hist.*, XII, 287.

(3) Vd. *Doc. Hist.*, X, 442.

(4) Na mesma data mandou o governador entregar a Agostinho de Figueiredo “para beneficio das minas de Pernaguá uma arroba de azougue, dous quintais de ferro, dez libras de aço, duzia e meia de picaretas, uma duzia de pás, etc.” *Doc. Hist.*, VIII, 202-3. Era êste um antigo soldado da Restauração, no Reino, e recebera a patente de capitão-mór de S. Vicente, S. Paulo e Sant’Ana (sic) em 17 de Agosto de 1671, *Doc. Hist.*, XXV, 144. “Em seu testamento, aberto a 22 de Junho de 1711, declarou ser morador em Curitiba ha 40 anos, fato confirmado pelo Ouvidor Pardiniho...” (FRANCISCO NEGRÃO, *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, VII, 29 — Curitiba 1924). Quanto ao ludíbrio da prata, fizêra os primeiros ensaios dela frei João de GRANICA, *Doc. Hist.*, XI, 20. Roque Dias Pereira era dado como primeiro descobridor, *Doc. Hist.*, XI, 24. O Provedor do Rio de Janeiro em 1675 quiz suspender dos cargos os nomeados pelo governador geral: a carta régia de 19 de Março de 1676 mandou reintegrá-los, *Doc. Hist.*, XXX, 242.

do Prata, antes que os castelhanos voltassem a localizar-se n'algum dos portos intermediários.

Um ludíbrio — a prata de Paranaguá — provocou uma larga expansão territorial — a Colônia do Sacramento.

Em 1691 já era Gaspar Galete de Andrade Provedor das Minas “de ouro” “de Pernaguá com jurisdição nas que de novo se descobriram no rio de S. Francisco, Campos de Guaratuba e todas as mais circunvizinhas que estão descobertas e se descobrirem...” (1)

Dez anos antes andára pela praia e pelo planalto o Padre Belchior de Pontes. Viu os campos de Curitiba, fazendeiros isolados, com os seus gados, entre pinhais, na terra mal conhecida, e lá encontrou o capitão Salvador Jorge desenganado de descobrir minas de ouro e sem poder voltar à sua vila da Parnaíba pelas dívidas que deixára. Profetizou que “naquele Pinhão (assim explicam os naturais o seu outôno) se havia de recolher. Acabada a Missão, voltou o Padre para a Vila de Pernaguá, e saíndo nêsse tempo dous criminosos a refugiar-se nos desertos da Curitiba, entraram pelos matos com tal felicidade, que, convertendo-se a desgraça em ventura, descobriram ouro. Com esta notícia acudiu o capitão Salvador Jorge, e em breve tempo tirou tanto, que, voltando para sua casa no tempo sinalado, pôde não só satisfazer aos seus acredores, mas ainda ornar a sua casa com várias peças de ouro”. (2).

(1) *Doc. Hist.*, XXX, 243.

(2) P. MANUEL DA FONSECA, *Vida do Padre Belchior de Pontes*, ed. de Weiszflog Irmãos, p. 100 (a 1.ª ed. é de 1752; aí a primeira descrição do planalto paranaense). Salvador Jorge (Velho) minerou em 1678-80, ROMÁRIO MARTINS, *História do Paraná*, p. 298. Diz o linhagista P. Roque Lulz: “Salvador Jorge Velho, natural de S. Paulo, em 1642, fal. na Parnaíba em 1705. Descobridor das minas da Curitiba”.

LAGUNA

Abaixo de Paranaguá S. Francisco e a ilha de Santa Catarina — onde a ocupação espanhola, do primeiro século, quasi não deixára vestígios — povoaram-se igualmente com pessôas de S. Vicente e Santos: porém a largos interválos e morosamente.

Em 1658 Manuel Lourenço de Andrade, com procuração do Marquês de Cascais, que o habilitava a distribuir terras em sesmarias, instalou-se em S. Francisco. Ficava sendo a mais avançada povoação portugueza da costa. (1) Sômente em 1675 surge nêsse litoral Francisco Dias Velho, à frente d'uma bandeira: fundou adiante o arraial de Nossa Senhora do Desterro (2). Domingos de Brito Peixoto, com filhos e genros, foi mais longe, e fundou Laguna (3).

CURITIBA

A êsse tempo Curitiba — com a fama do ouro de lavagem — ganhava a condição de Vila (4). Em 29 de Março de 1693 os moradores — que somavam noventa — pediram que se lhes confirmasse a criação da Vila, proclamada em 4 de Novembro de 1668 por Gabriel

(1) A. TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, VII, 586.

(2) OSVALDO R. CABRAL, *Laguna*, ps. 18-9, 1939.

(3) Carta régia para o gov. do Rio de Janeiro, 15 de Março de 1689, mandou informar a respeito da expedição que Domingos de Brito ia de novo empreender. Fracassára a primeira, quatorze anos antes. Dizia: "... a conquista da Laguna, terra muito fértil e abundante de pescados e carnes e para a mais lavoura, com a vizinhança de Buenos Aires, a onde entendia, haveria grandes descobrimentos...". *Doc. Interessantes*, XLVII, 33. A povoação foi posta sob a proteção de Santo Antonio. Cumpre notar que Domingos de Brito "levava um religioso de Santo Antonio"... A igreja começou a construir-se em 1696, OSVALDO R. CABRAL, *op. cit.*, p. 37. E' de 1675 a primeira referência à "pescaria da Laguna", *Doc. Hist.*, X, 446.

(4) *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, VII, 35 (1924).

de Lara e que não tivera efeito até aí : atendidos pelo "Capitão povoador" (Mateus Martins Leme), estabelecido em Pinhais, elegeram logo a Câmara e levantaram pelourinho. Mas não se iludiam sobre a pobreza da Vila : padeceria as dificuldades e as angustias de S. Paulo, sem população sedentária, os fazendeiros espalhados pelo planalto, o comércio exíguo, as comunicações penosas, reduzida a dignidade municipal a pouco mais do que o culto divino, nas missas paroquiais, que, aos Domingos, congregavam os sitiantes, os carijós mansos e os raros negros ocupados na mineração dos ribeiros.

SABARABUSSU'

Os acontecimentos, à roda das minas, entrosavam-se providencialmente. O lôgro da prata de Paranaguá atraíra a colonização para a costa, entre S. Vicente e a lagôa dos Patos. Mas atualizára outro mito das velhas "bandeiras" : Sabarabussú.

O governador crédulo que mandára depressa o engenheiro Antonio Corrêa à busca da prata no sul, quiz que Fernão Dias Paes a procurasse nos sertões do Espírito Santo, onde a lenda das esmeraldas desafiára até então a iniciativa dos pioneiros.

Começa aí outro ciclo de penetração, pesquisas e conquista : o das serras além do Paraíba, entre as escarpas da Mantiqueira e a região da mata paralela ao mar, massiço êsse onde vinte anos depois foram mesmo descobertas as minas ricas.

O sujeito escolhido para a empresa era dos principais de S. Paulo. Filho de Pedro Dias Leme e Maria Leite, desde 1638 Fernão Dias devassava o deserto. Naquele ano entrára os campos do sul até a zona das "missões". Com índios arrebanhados adiante do Parapanema fundára uma aldeia (com quatro ou cinco

mil dêles) à margem do Tietê (1661). Essa experiência das longas jornadas — afóra a autoridade que tinha entre os paulistas — explica a recomendação que se lhe fez, em 1664, para prestar todo auxílio a Agostinho Barbalho Bezerra, incumbido de achar as minas tão faladas; e enfim a comissão, para revelar as de Sabarabussú (1).

O topônimo (itaberá-ussú, serra resplandecente) não se referia a um ponto certo: era vago e conjectural como a lagôa Manôa do “Dorado”, Vapabussú ou matriz dos rios, a “serra do rei branco”, dos conquistadores do rio da Prata, muitos outros nomes da geografia fabulosa da América. Já Pero de Magalhães Gandavo indicára, no sertão de Porto Seguro, a “serra... mui formosa e resplandecente” (2). Continuou cem anos a preocupar governos e sertanistas. Confundia-se com a montanha de esmeraldas que os Azeredos e os jesuítas tanto procuraram no Espírito Santo. Escreveu o governador geral a Fernão Dias (20 de Outubro de 1671) aceitando-lhe os serviços (“a grande estimação que fiz de ver o que V. Mcê escreveu a êste Governo sobre o descobrimento que... sua custa das minas de Sabarabussú e esmeraldas”) e o infôrme: “que estão da altura da capitania do Espírito Santo, que serão ambas vizinhas” (3). Completou-o em 19 de Fevereiro de 72: “E porque aqui se me disse que do pé das Serras do Sabarabussú ha um rio navegável que se vae meter no de São Francisco e que por êle abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas Serras que ficam no distrito da Baía, chamadas Jacuabinas, e delas descer a esta Praça...” (4) O tal afluente seria “o das Velhas”; e assim a Sabarabussú da lenda a

(1) CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*, ps. 140-1.

(2) *Tratado da Terra do Brasil*, ed. da Acad. Bras., p. 59.

(3) *Doc. Hist.*, VI, 201; TAUNAY, *Hist., Ger. das Band. Paul.*, VI, 69.

(4) *Doc. Hist.*, VI, 222.

mesma Sabará de trinta anos depois. Em 30 de Outubro de 72 expediu Afonso Furtado a patente de “Governador de toda a gente” que levasse ao “descobrimiento das Minas de prata e esmeralda” — para o honrado paulista (1). Mas só saiu êle da vila a 21 de Julho de 1674 : tinha então 66 anos de idade (2) e sacrificava na grande aventura os seus bens de fortuna. Gastára nos preparativos seis mil cruzados. Levava “40 homens brancos”, um filho, quatro tropas de “moços” com a carga. Mandára na frente o capitão-mór Matias Cardoso, para esperá-lo “no serro” com as rôças necessárias para o abastecimento da bandeira. (3). Tinha a certeza de achar o tesouro, novo Potosí capaz de fazer o rei de Portugal o mais rico, senão o mais poderoso do mundo... Deu a vida por essa idéa.

A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Se no Espírito Santo ficavam as minas, porque tão pouco valia então essa capitania, decadente e muito pobre? Coube a um morador da Baía estimá-la devidamente : foi o coronel Francisco Gil de Araujo (ferido em 1638 na defêsa da Baía, fidalgo de fartos havêres a quem o padre Simão de Vasconcelos dedicou a “Vida do Venerável P. José de Anchieta”) — bastante inteligente para prever-lhe a prosperidade e suficientemente

(1) *Doc. Hist.*, XII, 250.

(2) TAUNAY, *op. cit.*, VI, 85.

(3) Diz A. TAUNAY : “Nos 40 homens brancos, ‘afóra eu e meu filho’, que partiram com Fernão Paes não ha referencias a seu genro Manuel da Borba Gato e aos sertanistas conhecidos que o acompanharam como Antonio Gonçalves Figueira, Antonio do Prado Cunha, Francisco Pires Ribeiro. Talvez tivessem seguido antes com o capitão Matias Cardoso”. *Hist. Ger. das Band. Paul.*, VI, 87. Sobre êste, e a bandeira de Fernão Dias, PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, I, 396.

rico para comprá-la. (1) Em 1674 deu por ela 40 mil cruzados ao donatário, o almotacé-mór Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho (depois governador-geral): transação que foi confirmada pela carta-régia de 18 de Março de 1675. O objetivo immediato da compra não podia ser senão a pesquisa dos metais: "Foi S. A. servido encarregar ultimamente ao donatário e governador da capitania do Espírito Santo Francisco Gil de Araujo que mandasse fazer o descobrimento das minas das esmeraldas, querendo êle aceitar e fazer êste serviço com as mesmas clausulas e mercês que S. A. havia passado a José Gonçalves de Oliveira..." (2) Não lhe faltaram índios do Rio de Janeiro, Cabo Frio e Porto Seguro para a entrada: realmente nela "dependeu muito dinheiro, pois só nas entradas pelo Rio Doce se gastaram mais de 12 mil cruzados e nas doze experiências que mandou fazer mais de 2 mil". (3) Andou nisso preliminarmente o entusiasmo de Afonso Furtado. O Espírito Santo — graças a Fernão Dias e Francisco Gil — devia ser explorado do sertão para a costa e do litoral para o interior, de modo a tomarem contacto no alto rio Dôce as duas "bandeiras", paulista e baiana. Desta pouco se sabe. O negócio feito pelo novo Donatário não lhe remunerou o capital empregado: é verdade que mandou fundar engenhos, localizou muitos casais de colônos, desenvolveu a agricultura na sua capitania. Falharam os seus planos de "ouro e esmeraldas". Fernão Dias teve sorte diferente.

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XVII, 333, BRITO FREIRE, *Hist. da Guerra Brasilica*, p. 454, GARCIA, nota a Varnhagen, III, 299. Soldado desde 1635, faleceu na Baía e, 24 de Dezembro de 1685. Na Catedral baiana a pedra tumular: "Hic jacet Franciscus Gil de Araujo Praefecturae spvs sancte Domine gubernator. Conditor magnifice patron singularis hujus Maiolissa cerii quod Santiss.º Jesu no mine erexit in titulum ipsis Societi construxit in monumento sibio ac posteris suis posuit in sepulchor. Obii anno domni M.DCLXXXV Decem XXIV". (Vd. tambem João da Silva Campos, *An. do Arq. Publ. da Baía*, XXVI, 253).

(2) Carta do triumvirato da Baía, 12 de Junho de 1676, *Doc. Hist.*, XI, 61-2.

(3) AL. LAMEGO, *op. cit.*, I, 148-51; GARCIA nota a Varnhagen, III, 300.

ESMERALDAS DE FERNÃO DIAS

O governador geral escreveu a Fernão Dias Paes, ainda em 19 de Março de 75 — impaciente, com a notícia do naufrágio do filho e as esperanças, de que a prata que achasse demoveria as incredulidades da côrte (1). A êsse tempo (13 de Agosto seguinte) investiu o capitão-mór do Espírito Santo, José Gonçalves de Oliveira, na chefia do descobrimento das esmeraldas... (2) Iludia-se: Fernão Dias não poderia com facilidade mandar-lhe amóstras do minério colhido. O seu itinerário varava escabrosas e remotas regiões, por montes e vales, em direção primeiro ao norte, depois ao oriente, até o “mesmo morro donde as levou Marcos de Azevedo”, isto é, na cordilheira espírito-santense. “Não achando quem o quizesse acompanhar foi Matias Cardoso uma das pessoas que mais prontamente se lhe ofereceram com 120 escravos seus, armas e munições à sua custa indo adiante a plantar mantimentos naquele sertão onde teve vários encontros com os barbaros e uma batalha em que houve muitos feridos...” — alegou depois êste Cabo (3). As rôças da primeira espera foram talvez no Sumidouro do rio das Velhas; os outros arraiais, progressivamente fundados, Roça Grande, Tacambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serro Frio — segundo o depoimento de Pedro Dias Paes Leme, em 1757 (4). Durou-lhe a viagem oito anos. Abrangeu, em arco, largo trecho do atual território das Minas Gerais, o vale do Jequitinhonha, contra-escarpas da serra do Mar, possivelmente

(1) *Doc. Hist.*, XI, 6.

(2) *Doc. Hist.*, XII, 352.

(3) *Doc. Hist.*, XXX, 8.

(4) CARVALHO FRANCO, *op. cit.*, p. 143.

as cabeceiras do rio Doce. Não deixava balisas, senão tapéras, dos acampamentos abandonados. Dilatava a conquista do solo sem os resultados apetezidos, da pedraria ou da prata. Arrestou a perfidia dos índios exparsos (os "puris"), as canseiras e a monotonia do sertão, o desgosto e a infidelidade de companheiros enfurecidos pelo insucesso.

Conta Pedro Taques o caso do filho bastardo do "Governador das esmeraldas", José Paes, despeitado com a predileção em que este tinha o legítimo, Garcia Rodrigues Paes: conspirou contra a vida do pae, para assim dissolver a bandeira. Sabendo disto, pela denuncia de uma índia goianá, o velho sertanista não hesitou: prendeu os culpados e após breve inquirição fez enforcar, à vista de todos, o perjuro — afirmando, com o castigo, a sua autoridade severa e ilimitada...

Esgotados os recursos, Fernão Dias pediu à mulher, em S. Paulo que vendesse tudo, contanto que lhe enviasse o indispensável para a continuação da jornada — com o filho Garcia Rodrigues e o genro Manuel Borba Gato (1). Os parentes exprobraram-lhe o devaneio ("gastando nestos anos el caudal con que se hallaba, era uno de los más ricos daquela villa, sin que nadie le quiziesse ayudar a este servicio en cosa alguna, antes a embaraçarle y decir que estava loco, pues gastaba los anos y el caudal de sus hijos y mujer en locuras, que no habian fin...") (2). Mas a fiel matrona não lhe faltou. Proseguiram as diligências nas montanhas de Marcos de Azeredo (achando "as almocafres e mais ferramentas de que se servira o dito para extrair as

(1) Regressaram Matias Cardoso e outros cabos, deixando o Governador com os parentes, TAUNAY, *op. cit.*, VI, 107. Matias declarou, em 1688: "... depois de assistir 6 anos com o dito Governador se retirou com licença sua a livrar a vida do período em que se achava gravemente enfermo, etc.", *Doc. Hist.*, XXX, 9.

(2) Atestado de D. Rodrigo, cf. ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Hist.*, p. 89.

tais pedras que lá tinha deixado”)(1). Munido de “pedras verdes transparentes” voltou ao Sumidouro: do rio das Velhas: aí, “desamparado e sem confissão” (como atestou D. Rodrigo) morreu “de peste, e muita parte dos seus indios e escravos”, imaginando ter em mãos esmeraldas finas, o tesouro suspirado, a recompensa da sua terrível obstinação... Também se ignora a data do falecimento: entre 27 de Março e 26 de Junho de 1681. Em Paraovuypeba D. Rodrigo de Castelo Branco reconheceu o mérito de seus serviços, ao mesmo tempo tomando posse das roças do Sumidouro e de Tacambira e das amostras de pedras verdes, que honradamente lhe entregou Garcia Rodrigues: em 8 de de Outubro seguinte. Insiste na sua dúvida: “...y me trujo a manifestar unas *piedras verdes transparentes*, decindo ser esmeraldas y que el dicho su Padre habia falecido longas jornadas deste Arraial traziendo en su compania las dichas piedras...” (2). Seguro é que os restos mortais do Governador foram trasladados piedosamente para S. Paulo e, com as devidas homenagens, sepultados na igreja dos beneditinos, que ajudára a reconstruir. (3).

De fato, as pedras verdes não valiam a pena: porém o êxito da “bandeira” — exatamente a que mais impressionou a imaginação dos brasileiros — não estava nêsse tesouro enganoso. Consistia na abertura do caminho geral, para as montanhas das Cataguás, além da Mantiqueira (“descoberto igualmente por êle todo

(1) Doc. in A. LAMEGO, *ibid.*, p. 84.

(2) A. LAMEGO, *op. cit.*, ps. 88-9.

(3) Em 1910, ao demolir-se, para a grande reconstrução, a igreja de S. Bento, foram exumados os restos mortais de Fernão Dias Paes, achando-se com êles juntamente uma funda de ferro, para hernia, apoiada a uma cinta também de ferro, TAUNAY, *op. cit.*, VI, 120. Observe-se que o processo usado para o transporte do corpo (reduzido a ossos pelo fogo aplicado sobre a sepultura) foi o dos filhos de Luiz Castanho de Almeida, cf. PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, p. 297.

o país pelo serro de Sabarabussú...”) (1). Descortinára o massiço central. Revelára as cabeceiras dos caudais que se atiram para a costa, serpeando entre as barreiras e os espigões; as terras florestais e risonhas que as altas serras delimitam; os cabêços ferruginosos, as imprevistas formações geológicas, os cristais de rocha e as cascalheiras d’uma zona rica de todos os minérios... As *Minas Gerais* estavam descobertas. O estoico capitão das esmeraldas revolucionou as abusões e as tradições do sertanismo paulista: substituiu a “marcha para o sul”, rumo das missões abundantes de gentio dócil, pela “marcha para o norte”, através dos campos de Taubaté, passando o Paraíba e as gargantas da Mantiqueira. Puxou aqueles insaciáveis andarilhos para as terras dobradas e invias dos “puris”, indicou-lhes a Sabarabussú, que prometia incríveis riquezas, e autorizou a lenda, de que prata e pedras finas faziam daquilo outro Perú.

A popularidade da bandeira documenta-se com o primeiro poema épico que no Brasil se escreveu: o autor, Diogo Grasson Tinoco, dedicou-o a Fernão Paes.

Parte emfim para os serros pertendidos,
Deixando a pátria transformada em fontes
Por termos nunca usados, nem sabidos,
Cortando matos e arrasando montes,
Os rios vadeando, mais temidos,
Em jangadas, canôas, balsas, pontes,
Sofrendo calmas, padecendo frios,
Por montes, campos, serras, vales, rios.

.

(1) Informação de Pedro Dias, 1756, cf. A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 84. PEDRO TAQUES identifica: Sabarabussú, “hoje se chama Sabará, que é Minas Gerais”, *Nobiliarquia* cit., p. 396.

Garcia Rodrigues Paes teve a patente de capitão da entrada das esmeraldas em 23 de Dezembro de 1683, *Registro Geral da Capitania de S. Paulo*, III, 430, e SILVA LEME, *Genealogia Paulista*, II, 455, S. Paulo 1904.

Consta ser de 1689 a poesia, de rima camonêana, que se perdeu, salvando-se apenas as quatro estâncias reproduzidas no século seguinte por Claudio Manuel da Costa, no "Fundamento histórico que serve de prologo ao poema da Vila Rica" (1). Fala Pedro Taques de Domingos Cardoso Coutinho, natural de Lamego (faleceu em S. Paulo em Setembro de 1683), "excelente poeta e autor da Relação Panegirica em oitava rima da vida e ações do governador Fernão Dias Paes, descobridor das esmeraldas". Será êste o verdadeiro nome — e Diogo Grasson Tinoco pseudônimo? (2) Dous cantores, contemporâneos da memorável jornada?

FIM DE D. RODRIGO

D. Rodrigo de Castelo Branco não fôra mais feliz no sul — à procura de minas que não se achavam, e de quem lhas indicasse.

Representava a corôa, portanto o fisco, a lei severa, o interêsse do Estado pelo trabalho dos sertanistas que, por toda parte, o acolheram suspeitosos e de máo modo. Passou primeiro pelo Rio de Janeiro (Abril de 1678). Despachou aí João de Campos e Matos a descobrimentos no sertão. Seguiu para Santos e subiu a S. Paulo, recebido respeitosaente pelos "homens bons"

(1) TAUNAY, *op. cit.*, VI, 122. AFRÂNIO PEIXOTO reivindicou para Diogo Grasson o título de "primeiro epico" do Brasil, *Ensaio Camonianos*, p. 391, Coimbra 1932, pois Bento Teixeira nasceu em Portugal. Também na *Revista da Academia Brasileira*, n.º 105, Set. de 1930. Aliás LUIZ DOS SANTOS VILHENA cita uma estrófe do mesmo poema, *Cartas Soteropolitanas*, II, 677 (ed. de B. do Amaral). "O Caçador de Esmeraldas", de Olavo Bilac, tem precursor, de 1689!

(2) O nome do poeta (Diogo Grasson) não figura na documentação divulgada, da vida paulista no século XVII. E' possível que fôsse pseudônimo: como Andreoni se chamou Antonil, Coutinho quiz ser Tinoco... E onde a *Relação* em oitava rima, de Domingos Cardoso Coutinho? Desconheceu-a Rocha Pitta, que talvez aludisse a Fernão Dias na sua confusa notícia do descobridor de minas que morrêra no sertão, levando para o tumulto o segredo, *Hist. da Amer. Port.*, p. 283. Joseph Cardoso Coutinho (filho de Domingos?) era capitão-mór das entradas no Espírito Santo em 1701, *Doc. Hist.*, XI, 287.

e resolvido a proibir novas expedições a Sabarabussú enquanto lá não fôsse, para ver a maravilha. Enviou com efeito vários sertanistas para fazerem as roças de que devia sustentar-se a tropa, no ano seguinte; deu o auxílio necessário a D. Manuel Lobo, para a fundação da Colônia do Sacramento; e partiu para as vilas do sul, ao longo da costa.

Alcançou dest'arte os campos de Curitiba e desceu para Paranaguá, termo de sua jornada. (1) "Por portaria de 28 de Agosto de 1679 mandou que o mineiro João Alvares Coutinho, Manuel de Lemos Conde, Roque Dias Pereira e Manuel Veloso da Costa (êstes respectivamente provedor, tesoureiro e escrivão dos quintos) fossem com o padre João Granica examinar os serros onde se dizia haver prata" (2). Tais pesquisas provaram exatamente o contrário: e averiguou D. Rodrigo a intrujice dos pregões anteriores... Encolerizado, demitiu e prendeu Manuel de Lemos, confiscou-lhes os bens (dêram 793\$860) e o processou. Não resistiu, o visionário: suicidou-se na prisão (1681). (3). Selou com a morte êsse desastroso caso da prata que enganára Afonso Furtado.

Outras pesquisas ordenou o Administrador no planalto de Curitiba e voltou a S. Paulo, para a larga caminhada atraz de Fernão Dias. Matias Cardoso serviu-lhe de guia, com um pequeno exercito de índios; e em Maio (1681) se poz em campo. Encontrou "nos matos de Paraibipeva e arraial de S. Pedro" Garcia Rodrigues Paes, que voltava (Outubro do mesmo ano). O atestado que em beneficio dêle passou D. Rodrigo,

(1) Vd. TAUNAY, *op. cit.*, VI, 170. E PEDRO TAQUES, *Nobiltarquia*, cit., fs. 400-01.

(2) BASÍLIO DE MAGALHÃES, *op. cit.*

(3) TAUNAY, *ibid.*, VI, 181. Manuel de Lemos fôra contratador da renda da aguardente na vila de Santos, em 1644, *An. do Arq. Publ. da Bata*, XXI, 196: "... e fazendo ausencias às minas de Pernaguá", se lhe concedêra isenção de subsídio devido.

a entrega das pedras verdes e das roças do Sumidouro e Tacambira testemunham a simpatia que logo se estabeleceu entre o representante régio e o môço paulista. Não eram êstes os sentimentos dos parentes que lhe ficavam em S. Paulo — e a quem D. Rodrigo alude com acrimônia queixando-se do abandono em que deixaram o velho Governador. O irmão, padre João Leite da Silva — em Setembro — denunciava “a Dom Rodrigo Castel Branco os intentos que consta tem de mandar apoderar-se das esmeraldas que o dito meu irmão descobriu”. Porventura mais o irritára a presença de Matias Cardoso na expedição. Sem êle aliás, que partira adiante, a plantar as roças para o abastecimento da tropa, não seria exequível... (1) Lavrou uma intriga extensa. Não devia surpreender a gente da vila — em 21 de Outubro de 1682 — a notícia de que “na paragem chamada do Sumidouro, distante desta vila mês e meio de viagem”, fôra assassinado D. Rodrigo.

Aconteceu o crime em 28 de Agosto: “lhe dêram três tiros do mato e logo caíra morto...”, segundo a versão que o governador do Rio comunicou à côrte (2).

Correu que o criminoso fôra o genro de Fernão Dias. Não ha dúvida que — para eximir-se ao processo ou por motivo correlato — se recolheu Borba Gato à região de Guaratinguetá onde, em homizio que se lhe não perturbou, viveu silenciosamente quasi vinte anos. Resurgiu, limpo de culpa, para juntar-se aos descobridores das Minas Gerais, rico e lisonjeado, como fidalgo de

(1) *Doc. Hist.*, XXX. Outro companheiro de D. Rodrigo foi o capitão JOÃO CARVALHO FREIRE, *Doc. Hist.*, XXX, 323.

(2) PAULO PRADO, *Paulística*, p. 117, S. Paulo 1925; e TAUNAY, *ibid.* E' tradição arraigada que D. Rodrigo morreu em Sabará, no morro que domina a cidade. Pedro Taques divulgou a versão d'uma queda: teria sido empurrado no abismo, após trôca de insultos com Borba Gato... Vimos que D. Jaime, morto em Paranaçuá (1653), caiu, ou foi empurrado, de uma cata ou penhasco... E' evidente que esta última história, autêntica, gérou a outra, lendária. D. Rodrigo foi vítima dos bacarmtes de alguns sertanistas: três tiros.

grandes préstimos e experiência. Serviu de liame pessoal entre o sonho das esmeraldas e o ciclo do ouro. Foi dos primeiros que arrancaram ao sertão das Cataguás o seu segredo : provou que andava seguro de si, e não errára — apesar de sua crêça nas *pedras verdes* — o estoico paulista que lá deixára a vida.

A COLONIA DO SACRAMENTO

CONTRA O TRATADO DE TORDESILHAS

A paz com Espanha consumou-se pelo tratado de 12 de Fevereiro de 1668 — consequência feliz de mais de vinte anos de guerra encarniçada, de ativa diplomacia, de acontecimentos que tinham destruído, uma após outra, as veleidades castelhanas de unificação da península ibérica.

Uma das disposições do tratado (art. 2.º) exigia a reciproca restituição das praças tomadas “durante a guerra”... Aparentemente equitativa a clausula, de fato beneficiava com largueza Portugal e o Brasil. A expansão sertanista fóra do meridiano de Tordesilhas amparava-se, já aí, a um diploma internacional. Reconhecia-se (sem se pensar muito nisto de parte de Castela) a ilegitimidade da ocupação apenas na vigencia da guerra, ou de 1641 por diante. Não se discutiria, portanto, a da Amazonia (1639), ao longo do Tietê, e para o sul e oeste (1627), incorporada dest’arte, tácita e formalmente ao patrimonio português (1).

O princípio supremo da diplomacia de Lisbôa quanto à America no século XVIII — do “uti possidetis” — aparecia com timidez, porém inequivocamente, nêsse reajustamento das monarquias vizinhas.

Portugal definia um interêsse que não devia mais relegar, por inherente à sua política de colonização e

(1) CARLOS CORRÊA LUNA, *Campaña del Brasil — antecedentes coloniales*, I, XXXVII, Buenos Aires 1931.

Império : qual o deduzir da posse o direito (o claro direito de primeiro ocupante) em vez de estribá-lo sòmente nos papéis de chancelaria.

O “UTI POSSIDETIS”

Alexandre de Gusmão daria forma definitiva, no “tratado de Madrid” (1750) a êsse realismo luso. Mas o de 1668 o predeterminára. Circunstância curiosa : pacificadas as metropoles, após uma guerra que os colônos americanos quasi ignoraram, o dissídio se transportou para aquem-mar através de uma conquista que surpreendeu os castelhanos do Prata. A conquista da margem esquerda do grande rio com a fundação da Colônia do Sacramento — cem anos pômo de discórdia entre as duas corôas.

A Espanha, é certo, não se apressára em assenhorear-se do território entre Patos e a bôca do Prata.

Em 1675-78 ainda era aquilo domínio dos charrúas intratáveis, os portos vagamente conhecidos, o litoral sem vestígio de gente branca, e acessível, a vasta região, do S. Francisco do Sul até a “banda oriental”, às incursões e aventuras de quem quizesse tomá-la.

Porque o longo descuido, de ambos os países, em anexar êsse trecho do continente, que correspondia aliás a um sertão percorrido pelas “bandeiras”, trilhado pelos missionários, balisado pelas “reduções” dos jesuítas e sem mistérios — àquela altura do século — para os homens de S. Paulo e do Paraguai?

O Perú — é a explicação — atraíra o povoamento espanhol ; e o caminho de Córdoba, até Buenos Aires, valia principalmente como escoadouro da “prata” dos Andes. Exatamente a procurá-la (com o ouro de que se falava desde 1598) na costa abaixo de S. Vicente a

colonização portuguêsã atingira Paranaguá e as escarpas do planalto de Curitiba. Para prosseguir no mesmo rumo precisava de um estímulo imediato e forte — de que careciam os castelhanos de Buenos Aires entretidos com a criação de gado, o comércio e a recovagem peruana. A “prata” que enganou Afonso Furtado — sem convencer a côrte de Lisbôa lhe incutiui a idéa, (1) de precipitar uma ocupação que tinha lógica e oportunidade. A oportunidade era a salvaguarda das minas, caso existissem; e a lógica — a expansão do Brasil até um “limite geográfico”, simétrico do Amazonas ao norte, a “fronteira natural” do Prata. Ao engenheiro Antonio Corrêa Pinto em 1675 se cometera a tarefa de “reconhecer aquela costa, sondar... fortificações que seriam necessárias para seguranças das minas”. (2) Foi depois o engenheiro da nova Colônia.

O príncipe regente D. Pedro estabeleceu sem ênfase a sua doutrina: pertencia a Portugal toda a terra até o estuário, defronte de Buenos Aires.

Faltava um argumento recente para essa reivindicação: deu-lho a bula de 22 de Novembro de 1676, que, creando o bispado do Rio de Janeiro, declarava estender-se a respectiva jurisdição até a embocadura do rio da Prata. A palavra pontificia — êxito diplomático português — sufragava o pensamento oficial em Lisbôa e no Brasil: em 5 de Março do mesmo ano, atendendo ao pedido do velho Salvador Corrêa, concedera, o príncipe 30 léguas de terra “sem donatário até a bôca do rio da Prata” ao visconde de Assêca, e seu irmão João Corrêa de Sá. Afirmava assim o domí-

(1) O governo espanhol usse em 31 de Dezembro de 1679: “prevençiones que hacia el Govor. del Rio Janeiro para fundar una poblacion... para la seguridad de beneficiar una mina de plata...”, CORRÊA LUNA, *op. cit.*, p. 86.

(2) *Doc. Hist.*, XI, 65. Com o tenente do mestre de campo general João Tavares Roldão, o engenheiro foi incorporar-se à “entrada” de D. Rodrigo, cf. carta de 10 de Março de 1679, *Doc. Hist.*, XXXII, 122.

nio pleno, o que era preliminar ; mandou assegurá-lo, em seguida, por D. Manuel Lobo (1).

A nomeação de D. Manuel Lobo para governador do Rio de Janeiro deu começo à série de providências militares para a criação da Colônia.

AS DUAS EMPRÊSAS

Inicialmente as duas emprêsas — entabolamento das minas de Paranaguá (e Sabarabussú) e fortificação d'um logar na foz do Prata (ilhas de S. Gabriel) — foram confiadas às mesmas pessôas.

Jorge Soares de Macedo recebera de certo em Lisboa instruções especiais para o serviço que se lhe confiára, de ir fazer um forte na ilha de S. Gabriel. E' de 17 de Março de 1678 o registo, na Baía, de sua Patente de Tenente de Mestre de Campo "ad honorem" (2) : aí embarcou, para o Rio de Janeiro, em 21 de Abril seguinte. D. Rodrigo de Castelo Branco (para "de uma vez" averiguar as minas) seguiu em 24 de Setembro (3). A 5 de Agosto escrevia o primeiro, anunciando partir do Rio de Janeiro para a diligência a que fôra. Logo mandou o principe a D. Manuel Lobo, em 12 de Novembro (tambem de 1678) : "depois de tomar conta do Governo do Rio de Janeiro desça ao rio da Prata e

(1) D. Manuel Lobo foi nomeado em 8 de Outubro de 1678, *Doc. Hist.* XXVII, 335 (aí a sua fé de officio). Vd. também P. CARVALHO COSTA, *Corografia Portuguesa*, 1, 368.

O governador de Buenos Aires em 13 de Junho de 1673 comunicára à sua corte ter notícia do projeto de occupação de Maldonado pelos portuguezes, CORRÊA LUNA, *op. cit.*, p. 32. O P. SIMÃO DE VASCONCELOS, *Notícias das cousas do Brasil*, n. 65, alude aos marcos portuguezes que tinham sido deixados em Maldonado — e à posse até o Prata.

(2) A Patente foi passada em Lisboa, 30 de Outubro de 1677, *Doc. Hist.*, XXVI, 376. Partia "para o descobrimento e entabolamento das minas de Paranaguá e Sabarabussú. *Doc. Hist.*, cit. p. 387.

As minuciosas instruções dadas a D. Manuel Lobo são de 18 de Novembro de 1678, CORRÊA LUNA, *op. cit.*, p. 64.

(3) *Doc. Hist.*, XXVI, 401.

na ilha de S. Gabriel forme as fortificações necessárias, e uma nova Colônia para que meus vassallos possam residir nela, e nas mais que se fizerem nas terras êrmas de meu domínio" (1).

A EXPEDIÇÃO

Desenganados das minas de prata de Paranaguá, D. Rodrigo e Jorge Soares de Macedo empenhavam-se a êsse tempo em preparar a esquadra que conduziria o governador ao Prata.

Foi Jorge Soares reconhecer a costa até Buenos Aires, mas não pôde desembarcar nas ilhas de S. Gabriel, tal a violência dos ventos; daí tornou para Santos, e de novo desceu para Santa Catarina, com ordem de esperar D. Manuel Lobo. A êste auxiliou grandemente no Rio de Janeiro o desembargador João da Rocha Pitta, nomeado "Sindicante das Províncias do Sul às maiores diligências que até aquele tempo se tinham oferecido", como diz o historiador seu sobrinho (2). "Embarcou 14 barcos e sumacas que estavam nos portos de Santos e S. Vicente" (3), e que serviram para as

(1) *Doc. Hist.*, XXVII, 340. O engenheiro Antonio Corrêa Pinto, que havia de construir a Nova Colônia, foi chamado de Peranaguá, pela carta régia de 4 de Agosto de 1676, *Livro 2.º de Cartas Régias*, ms. no Arq. Publ. da Baía. Sobre os antecedentes, vd. LUIZ HENRIQUE AZAROLA GIL, *La Epopeya de Manuel Lobo*, ps. 29-30, Buenos Aires 1931.

(2) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.* p. 332: "Era êste Ministro natural de Pernambuco, das principais famílias daquela Província; fôra enviado por el-rei, sendo ainda príncipe regente, por syndicante das províncias do sul às maiores diligências que até aquele tempo se tinham oferecido naquela região e com o poder mais amplo, que nela se concedera a ministro algum; três anos e meio se empregou naquele serviço e el-rei o elegeu por governador do Rio de Janeiro, cargo que não exerceu por se ter recolhido para a Relação da Baía". Também não aceitou o de conselheiro do Conselho Ultramarino por não lhe permitir a idade passasse ao Reino. Tomára posse na Relação em 17 de Maio de 1678: na Baía faleceu em 1702. O historiador era filho de uma sua irmã, D. Brites.

(3) Carta do governador do Paraguai ao de Buenos Aires, 22 de Outubro de 1679, CORRÊA LUNA, *op. cit.*, p. 78. Uma charrúa, de mercador francês domiciliado a Baía, foi tomada por D. Manuel Lobo no Rio, *Doc. Hist.*, XXIX, 240.

viagens de Jorge Soares e do governador. Da gente para o refôrço da expedição e provisões necessárias se encarregou, em S. Paulo, o ativo D. Rodrigo. O próprio D. Manuel visitou a vila de S. Paulo com êsse desígnio. Compoz-se afinal o combôio de cinco embarcações, três charrúas de fábriço holandês, uma fragatinha e um patacho. A tropa regular não passava de duzentos homens (1); porém muitos índios das aldeias paulistas a acompanhavam, formando tudo uma força apreciável, proporcional à que poderia atacá-la, saindo de Buenos Aires. Largou de Santos em 8 de Dezembro de 1679.

Em 20 de Janeiro aportou às ilhas de S. Miguel. D. Manuel Lobo estudou rapidamente as condições do rio e de suas barrancas, e preferiu instalar o acampamento em terra-firme, numa península pequenina fronteira à cidade de Buenos Aires, onde, em 7 de Fevereiro seguinte, um castelhano avistou uma "tienda blanca de lienzo armada y dos galpones de paja cubiertos. . ." (2) Surgiu assim a Colônia do Sacramento.

NOVA COLONIA

A situação do fortim alí apressadamente feito era aparentemente mais vantajosa que numa das ilhas do estuário. Porém estava a indicar — ao mais despercebido da arte da guerra — a precariedade da praça que se fundava. Fácilmente podia ser assediada pelo lado do continente, e varrida pela artilharia que se postasse na praia à direita e à esquerda, pois nenhuma elevação a defendia ou isolava. Os portuguezes aí se aguentariam enquanto tivessem a proteção d'uma esquadra.

(1) J. DO REGO BARROS, *op. cit.*, ps. 44-5.

(2) Doc. in CORREA LUNA, *op. cit.*, p. 104. Vd. os nomes dos principais companheiros de D. Manuel Lobo in J. DO REGO BARROS, *ibid.*, p. 45.

Entregue aos seus próprios recursos a guarnição, não demoraria a resistência. Faltar-lhe-ia sempre o domínio da terra adjacente — plana e ilimitada; e um anteparo natural a que se apoiasse. Compreensível, o sítio, para uma feitoria de comércio, só um excesso de confiança explica que o erigissem em cidadéla. D. Manuel Lobo começou mal a sua penosa tarefa: cometeu o erro (mais extranhável porque os portugueses aproveitaram admiravelmente a topografia americana para as suas povoações e fortalezas) de meter numa ponta de terra chã e escassa a sorte de sua conquista, bem outra se a localizasse em Maldonado ou Montevidéu, como aliás presumiam os espanhóis. Esse erro agravou-se com o tempo. Erro militar e psicológico: porque à inconveniência topográfica se aliava a proximidade de Buenos Aires, donde teriam de partir as expedições punitivas. Uma das duas povoações havia de desaparecer — desafiando-se, com a amplidão do Prata de permeio, Buenos Aires já poderosa, a Colônia do Sacramento como uma experiência que dependia inteiramente dos socórrs marítimos... (1)

BUENOS AIRES

O governador de Buenos Aires, D. José de Garro, receiava a comunicação dos adventícios com portugueses velhos e novos que lá havia, e isto prevenira ao vice-

(1) A impossibilidade da defesa da Colônia do Sacramento (hoje cidade uruguaia de Colônia) é patente à primeira vista, de quem a observe do Real de San Carlos, o lugar aliás onde acampou Ceballos no último dos cinco assédios que sofreu a praça (como podemos perceber visitando-a em 1936). Razão tinha o ouvitor geral Tomé de Almeida e Oliveira ao propôr a ocupação de Maldonado... L. F. AZAROLA GIL, *Los Origenes de Montevidéu*, p. 53, Buenos Aires 1933. O autor da "Informação do Estado do Brasil" (fins do sec. XVII): "Para se conservar a povoação do Sacramento houvêra Sua Maj. ter mandado fazer outra no Montevidéu e outra no cabo Negro...", *Rev. do Inst. Hist.*, XXV, 473. E os insucessos explicam o desanimo de Cunha Brochado, em 1725: "Não temos mais remedio que largar a Colônia que não vale nada e não tem utilidade e serventia...", CAETANO BEIRÃO, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória*, I, LXXXVIII, Lisboa 1931.

rei do Perú : “esta ciudad, Señor, por la mayor parte se compone de Portugueses, sus hijos y descendientes. . .”

(1) Homem resoluto e inteligente, convocou as forças possíveis, de Santa Fé, Tucuman, Corrientes, a que uniu os índios das aldeias do Paraná enviados pelo padre Altamirano. Formou um exercito de trezentos cavalos e 3.000 índios, que confiou ao mestre de campo Antonio de Vera Muxica. E intimou por um emissário D. Manuel Lobo a abandonar aquelas paragens. Desdenhou êle das represálias prometidas. Discutiui com o parlamentarío o problema dos limites, dizendo que a jurisdição portugûesa ia até alí. Deixou que o engenheiro Antonio Correia Pinto levantasse as estacadas que faziam o arcabouço da fortaleza. (2) E esperou por Jorge Soares de Macedo, com quem não pudéra encontrar-se em Santa Catarina e a quem expedira ordem para, com duas sumacas de farinhas, ir abastecer a praça.

A QUEDA

Sucedeu então o primeiro d'uma série de desastres. O adjunto de D. Rodrigo numa sumaca rumou para o Prata, mas tão desajeitadamente que naufragou nas pedras do cabo de Santa Maria. Salvou-se com uma trintena de companheiros e pretendeu, por terra, ganhar a Colônia do Sacramento. Caíu em poder d'uma tropa de índios, que dous jesuítas comandavam. Os padres, indignados com os paulistas, tomaram por cúmplice dêles o infortunado capitão e o conduziram preso à redução de Yapeyú, donde o trasladaram, apesar dos seus protestos, para Buenos Aires.

(1) Vd. J. DO REGO MONTEIRO, *op. cit.*, p. 57.

(2) Vd. o plano da “fortaleza de San Gabriel”, FERNANDO CAPURRO, *La Colônia del Sacramento*, pl. n.º 4.

A guerra desenvolveu-se morosa e metódica. Os castelhanos apertaram o cerco entre Março e Agosto, dispostos a reduzir à fome os defensores. Mas como tardasse esse efeito e os índios se mostrassem impacientes, o mestre de campo Muxica dirigiu o assalto final na madrugada de 7 de Agosto. Adoeçera D. Manuel Lobo e, de cama, passára o comando ao capitão Manuel Galvão. A batalha feriu-se de surpresa, encarniçada e decisiva. Atacaram os espanhóis e os índios as estacadas, levaram de vencida a resistência, e ao amanhecer do dia, após uma luta heróica, obrigaram os remanescentes da guarnição a capitular na igreja e no corpo da guarda, seus últimos redutos. Morreram com a espada na mão os capitães Galvão, Manuel Aquila, João Lopes da Silveira e Antonio Corrêia Pinto, o engenheiro em quem puzera as suas esperanças Afonso Furtado; e 112 subalternos. O próprio Muxica salvou a vida a D. Manuel Lobo, a quem os índios queriam trucidar: enviou-o prisioneiro, com D. Francisco Naper de Lencastre, o capelão, padre Durão, os dous jesuítas de sua companhia e o capitão Simão Farto, para Buenos Aires.

Não convinha a D. José de Garro ter tantos portugueses juntos em cidade onde seus patrícios eram maioria. Despachou logo para o Chile Jorge Soares de Macedo e desterrou o infeliz governador para Córdoba. Os achaques, a melancolia e a idade de D. Manuel Lobo não toleraram o clima e a penúria do desterro. Voltou para Buenos Aires e aí faleceu, em 7 de Janeiro de 1683 (1).

(1) Vd. J. DO RECD MONTEIRO, *ibid.*, p. 89. Quanto a Jorge Soares de Macedo, em 26 de Janeiro de 1700 foi nomeado governador da fortaleza de Santos; em 2 de Junho de 1701 mestre de campo na mesma vila; e em 1707 ainda os seus serviços eram lembrados para ir às minas Gerais. (CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes Paulistas*, p. 170).

RESTITUIÇÃO

Um navio de reforços mandado da Baía chegou dias depois da queda da Colônia; e regressou, com as comunicações e notícias do acontecimento. Foi profunda a impressão que em Portugal causaram. Irritou-se D. Pedro II. Correu o rumor de uma guerra, que não convinha à Espanha enfraquecida então, e a vésperas d'uma sucessão (do seu pobre rei Carlos II) que conflagraria a Europa. O duque de Giovenazzo foi a Lisboa dar as satisfações pedidas e subscrever um tratado de provisória acomodação: concluiu-se em 7 de Maio de 1681. Os ministros castelhanos solicitaram — e tiveram — a mediação do representante de Inglaterra, tais as notícias de uma possível surprêsa do exercito português. . .

(1) Venceu a severa energia de Lisboa. O tratado cominava a restituição da Colônia aos portugueses, com tudo o que nela se achava, libertados simultaneamente os prisioneiros, enquanto em Badajós comissários de ambas as corôas discutiriam, em termos definitivos, a questão de direito, em torno da demarcação territorial. . .

E' claro que os eruditos delegados não chegaram, nos seus debates logo travados, a conclusão alguma. Dir-se-ia que o debate era para isto mesmo. . . Em 12 de Fevereiro de 1683 — o que mais importava — recebeu o governador do Rio de Janeiro Duarte Teixeira Chaves a Colônia, em nome de Portugal (2) e a

(1) Comtess D'AULNOY, *Mémoires de la cour d'Espagne*, ed. revue par Mm^{es}. C. Carey, p. 376, Paris 1876.

(2) A carta-régia de 7 de Janeiro de 1682 mandou que, no Brasil, Duarte Teixeira Chaves fosse auxiliado com todo o necessário para ir receber a Colônia do Sacramento, *Doc. Hist.*, XXIX, 442. A rigorosa cobrança dos tributos atrasados, no Rio de Janeiro, permitiu o melhor equipamento da expedição, distinguindo-se o sargento-mór Luiz Carneiro Filho, que, na Colônia, em três dias construiu os armazens, *Doc. Hist.*, XXIX, 65. Persistiu a proibição de comércio entre a Colônia e Buenos Aires, como lamentava Vieira em 1692, *Cartas*, III, 639, ed. de J. Lúcio, mas que não impediu o contrabando ou o comércio clandestino, vd. LUIS ENRIQUE AZAROLA GIL, *História de la Colônia del Sacramento*, p. 65, Montevideo 1940.

fortificou, (1) com quatro baluartes e baterias, a ponto de, em Buenos Aires, se predizer (em 1699): "será em breve como uma das maiores povoações, e de pequena centêlha não apagada nos princípios, passará a raio que incendeie e devore toda a América..." (2)

A política européa soprava os panos à ambição portugêsa. Aproveitando a luta pela sucessão de Carlos II obteve D. Pedro II o tratado de 18 de Junho de 1701, em que o pretendente francês lhe cedia a Colônia do Sacramento e adjacências... Até 1703 prosperou em paz, e aumentou a mais meridional das feitorias lusas, a vigiar, com seus barcos e seus canhões, a navegação do rio da Prata!

GOVERNOS DO RIO DE JANEIRO

Acrescêra-se o governo do Rio de Janeiro com a responsabilidade dos provimentos da Nova Colônia. Em seguida teve, com Artur de Sá e Menezes, a das minas realmente descobertas nos Cataguazes. A importância crescente do cargo então se revela pelo renome — e experiência — dos nomeados. Sucedeu a Duarte Teixeira Chaves aquele primogênito de Afonso Furtado cujo naufrágio — com as amostras da prata de Paranaguá — tanto afligira os últimos dias do governador: João Furtado de Mendonça (3). Estêve no posto de 19 de Abril de 1686 até findar o triênio. Substituiu-o D. Francisco Naper de Lencastro, veterano da Colônia do Sacramento e prático das cousas da terra.

(1) Vd. JOSÉ TORRE REVELLO, in *Historia de la Nacion Argentina*, III, 548, Buenos Aires 1937 (dirigida por Ricardo Levene).

(2) FERNANDO CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, p. 19, Montevideo 1928. Em 1686 o vigário Francisco de Almeida Lara propunha-se a mandar povoar "o logar da Vacaria" por um mineiro e 60 infantes "para se averiguar a prata", *Doc. Hist.*, XI, 126.

(3) GARCIA, nota a Varnhagen, V, 320.

Luiz Cesar de Menezes empossou-se em 17 de Abril de 1690 e governou até 25 de Março de 93: "um dos melhores governadores que passaram àquela praça e se fez merecedor de todas as honras e mercês..." (1). Em 25 de Março de 93 investiu-se no cargo Antonio Paes de Sande, que fôra Secretário do Estado da Índia em 1666, Conselheiro Ultramarino em 1682 e influente personagem da côrte com quem se carteara o padre Vieira (2). Doente e velho, teve de passar o govêrno ao mestre de campo André Cusaco (7 de Outubro de 94). Não poudo cumprir a ordem del-rei de averiguar as minas de S. Paulo. (3). Faleceu em 22 de Fevereiro de 95. Em 19 de Abril dêsse ano tomou posse do governo Sebastião de Castro e Caldas (até 1697), antecessor de Artur de Sá, que foi mais feliz que os outros porque no seu período os paulistas desvendaram as "minas gerais".

Por esta ocasião (Novembro-Dezembro de 1695) visitou o Rio de Janeiro a frota de De Gennes. Escreveu Froger a relação da viagem e a primeira descrição dessa "grande cidade bem construída e de excelente aspecto, estendendo-se pela praia desde o magnifico mosteiro de S. Bento até ao não menos monumental Colégio dos jesuítas" (4), tão diversa da povoação mesqui-

(1) Luiz Cesar foi em seguida governador de Angola e — como veremos — governador geral. Seu filho foi o primeiro conde de Sabugosa. Deportou do Rio para Angola o poeta Tomaz Pinto Brandão, a quem, em seguida, protegeu com larguêza, *Pinto Renascido, empenado e desempenado* etc. p. 410, Lisboa 1732.

(2) Vd. VIEIRA, *Cartas*, III, 489, ed. de J. Lúcio. Da Índia mandára árvores de canela e pimenta para serem cultivadas na quinta dos padres na Bafa, P. CALMON, *O Crime de Antonio Vieira*, p. 6. O padre escreveu-lhe sobre a sua nomeação para o Rio, 10 de Julho de 92, *Cartas*, III, 645: "Quem tal imaginara". Em 1694 ainda pretendeu passar a S. Paulo para ver minas de prata perto de Santa Cruz de la Sierra, junto ou dentro da possessão castelhana, o que desaconselhou o governador geral, *Doc. Hist.*, XI, 196. A saúde ressentiu-se-lhe, em seguida, e foi nomeado seu coadjutor André Cusaco, *Doc. Cit.*, XI, 197. O governador fôra vítima d'um ataque apoplético, *ibid.*, p. 203.

(3) *Doc. Hist.*,

(4) A. TAUNAY, *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, vol. 144, p. 405, resumo o livro de Froger.

nha e diminuta do tempo de Martim de Sá.(1) 1694... E' a data da admirável talha doirada da igreja dos beneditinos, arte pomposa que documenta a opulência da cidade e a perícia dos seus artifices. Cento e vinte engenhos de açúcar enriqueciam-lhe o reconcavo. Um comércio intenso ocupava a rua Direita e suas transversais até a Vala. As ermidas do Livramento (1670), no Valongo, e da Glória (1671), na antiga praia de Leripe, eram os extremos da zona povoada.

(1) Ainda em 1659 Bento da Rocha Gondim, contratador dos dízimos, por ter feito no Rio "um aposento de casas nobres para sua vivenda", pedia ao governador geral que lhas garantisse, contra possível ocupação dos governadores da capitania... *Doc. Hist.*, XIX, 468.

XVII

A BAÍA — CAPITAL

TRIUMVIRATO PATRÍCIO

Faleceu Afonso Furtado na Baía — de enfermidade que se lhe agravou com a dôr moral, de seus insucessos — em 26 de Novembro de 1675 (1). Determinou, “in articulo mortis”, lhe succedessem em triumvirato o chanceler da Relação (des. Agostinho de Azevedo Monteiro), o mestre de campo mais antigo (Alvaro de Azevedo) e o juiz mais velho do Senado da Câmara (Antonio Guedes de Brito). Pela primeira vez em junta de governo predominaram os naturais do Brasil (2), que foram todos tres — quando, mêses depois, morreu o chanceler Monteiro, substituído pelo desembargador Cristovão de Burgos, a quem já aludimos. Estiveram no poder

(1) Foi sepultado no convento dos franciscanos, ROCHA PITTA, *op. cit.* p. 284. Seu filho Jorge Furtado casou na familia de Hohenlohe “que em título de conde tem soberania em Alemanha”. Gregório de Mattos, *Satírica*, II-II, 15, ed. da Academia, comemorou em sonetos laudatorios o governador falecido.

(2) MIRALLES, *op. cit.*, p. 151. A Vereação obteve que se não fizesse a eleição anual, afim de que Antonio Guedes de Brito continuasse, até a nomeação do governador geral, ROCHA PITTA, *ibid.* Sobre Alvaro de Azevedo, baiano, que combateu em Flandres e Portugal, P. CALMON, *História da Casa da Torre*, p. 93. Antonio Guedes accumulou imenso patrimônio, que foi depois da casa da Ponte, rival da casa da Torre na expansão nordéstina. A Câmara da Baía representou em 14 de Agosto de 1671 (ACCIOLI, *Mem.*, II, 134) contra a proibição, que lhe constára ter sido decretada, de serem Desembargadores no Brasil os filhos da terra. A conservação da junta “baiana” prova que o príncipe a ouviu! “. . . O governador Afonso Furtado deixou nomeados os governadores que S. Maj. approvou. . .”, carta de Matias da Cunha, *Doc. Hist.*, X, 304. Esta informação deve combinar-se com a de Bernardo Vieira Ravasco: que o provedor Antonio Lopes Ulhôa quizêra ser o successor, com a intervenção do confessor do enfermo, porém o Secretário, unido ao sobrinho do governador, capitão Antonio de Souza Menezes (não confundir com o futuro governador geral) obteve que se fizesse junta de que resultou o triumvirato (A. LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 65).

até 15 de Março de 78. Entregaram-no ao governador geral Roque da Costa Barreto (Regimento de 23 de Janeiro de 77; posse naquele dia; e governou até 23 de Maio de 1682).

De uma carta do padre Vieira percebemos a novidade da situação e, com a afluência de candidatos ao posto, a demora do despacho. “Morreu o Governador do Brasil, e achou-se aquele Estado sem vias nem fórma de sucessão em semelhante caso. Deviam de se julgar por imortais os governadores do Brasil, porque êste foi o primeiro que lá morreu, não sendo a vida de quasi todos mais necessária que para a ruina. Ha mais de quinze pretensores ao posto, e entende-se que o levará quem menos é para êle” (1). Nisto se iludiu. Foi nomeado.

ROQUE DA COSTA

Sargento mór de Batalha da Estremadura, mestre de campo general, comandára Roque da Costa um dos terços de Lisbôa no reinado de D. Afonso VI, de quem foi valido, a ponto de pôr o tio na reitoria de Coimbra.

O depoimento é de Antonio de Souza de Macedo: “Segunda feira 21 do próprio mês de Abril (1664), que foi dia de N. Sra. dos Prazeres, saíu de Lisbôa para Coimbra Manuel Côrte Real nomeado Reitor daquela Universidade. Alcançou-lhe esta dignidade o valimento com El-rei de seu sobrinho Roque da Costa Barreto que se empenhou grandemente para o conseguir.” (2) Era da súcia real: “. . . ia (el-rei) a Alcantara aos sabados a noite: no Domingo, depois de jantar retirado só com Henrique Henriques, Roque da Costa e alguns criados seus chamados pelo vulgo Valentes de El Rei se partia

(1) *Cartas* (1 de Junho de 1676), III, 221, ed. de J. Lúcio.

(2) *D. Afonso VI* (pbl. por E. Brazão), p. 216.

para Odivelas e assistia à freira até a noite..." (1). A idade fez dêle um militar de verdade e um administrador excelente. O elogio de Rocha Pitta ("Governo tão admirável") reproduz conceito comum de contemporâneos e pósteros, avivado pelos contrastes, entre êsse quadriênio de bôa disciplina e o infausto período que se lhe seguiu.

O REGIMENTO

Começava pela novidade do Regimento dos Governadores Gerais que trouxe, e vigorou por mais de um século (2). Assegurava êsse código a unidade de governo do Brasil quanto à subordinação hierarquica dos capitães generais ao da Baía, estipulava as faculdades cometidas à principal autoridade, marcava-lhe a jurisdição e indicava as soluções para os problemas de administração que tinham suscitado as dúvidas e conflitos do passado. Saberá agora como proceder nos múltiplos casos previstos e nas relações com os provedores, os escrivães, a magistratura, as Camaras, a Religião, os estrangeiros adventícios, os índios aldeiados, os donatários, os contratantes, os senhores de engenho... O conde de Obidos quizera organizar os serviços pertencentes ao governo geral: o Regimento de Roque da Costa deu-lhes a fôrma definitiva. A colonia ganhava uma "constituição" — restrita ao mecanismo administrativo, porém capaz, já então, de limitar proveitosamente o arbitrio do representante régio, que estaria

(1) MACEDO, *op. cit.*, ps. 250-1. Roque da Costa era da vila de Serpa, P. ANTONIO DE CARVALHO, *Corogr. Port.*, II, 316. A patente de nomeação de Mestre de campo General do Brasil com a mesma autoridade de Governador — lhe enumera os serviços de guerra (22 de Junho de 1677, B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 236).

(2) O Vice-rei D. Fernando José de Portugal anotou esse Regimento, reparando nas alterações sobrevindas a vários dispositvos, em 1804-05, vd. *Doc. Hist.*, VI, 312-466. Em 1655 tivêra Regimento, mais simples, André Vidal, nomeado para o Maranhão.

contra a lei se infringisse o Estatuto, explicito e sensato. Tirára-se-lhe também a permissão para negociar, abuso que vinha dos primeiros tempos (com Mem de Sá) e enriquecera vários antecessores de Roque da Costa. O governador devia sómente governar... Êste o fez, e perfeitamente.

SE' ARQUIEPISCOPAL

Êsse período do triumvirato e do novo governador assinalou-se por felizes acontecimentos.

Em atenção ao crescimento da colônia o príncipe-regente em 1676 elevou a Sé da Baía a categoria metropolitana, e a catedrais as Igrejas de Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro. A paz de Espanha e a conciliação com a Santa Sé permitiam agora que se melhorasse a organização eclesiástica. Confirmado pela bula de 11 de Maio de 70 — primeiro bispo depois do dissídio provocado pela Restauração — D. Estevão dos Santos chegára à Baía em 15 de Abril e morreu em 6 de Julho de 1672, com tempo apenas de impressionar os colônos com as suas heróicas virtudes (1). Prosseguiu vaga a prelazia até o provimento — que a bula de 16 de Novembro de 76 confirmou — de D. Gaspar Barata de Mendonça : êste não veio ao Brasil. Tomou posse por procuração (3 de Julho de 77) e faleceu nove anos mais tarde, no Reino (2), depois de ter renunciado a mitra,

(1) A lápide na capela-mór da Sé comemorava : "Sepultura de D. Estevão dos Santos, do Conselho de Sua Majestade e Bispo dêste Estado do Brasil falecido em 6 de Julho de 672 em circunstâncias tão miraculosas em sua morte que qualificaram a grande opinião das muitas virtudes que teve em sua vida". — Em 11 de Maio daquele ano pagára-se-lhe a ajuda de custo de um conto de réis, *Doc. Hist.*, XXV, 59.

(2) Prior da igreja de Santa Ingrácia e desembargador da Relação Eclesiástica, como um dos juizes nomeados pelo cabido, em 1668, para anular o casamento de D. Afonso VI e D. Maria Francisca, figurou assim nos fatos que culminaram no destronamento do rei, vd. CAMILO, *Vida del-rei D. Afonso VI*, p. 103, 1.^a ed.

que foi dada a um bom franciscano, D. fr. João da Madre de Deus (1683).

O bispo de Pernambuco foi D. Estevão Brioso de Figueiredo ; do Rio de Janeiro, D. fr. Manuel Pereira ; do Maranhão, o capucho D. fr. Antonio de Santa Maria.

Em função da dignidade primaz, teve a Baía Relação Eclesiastica (Provisão de 30 de Março de 78) (1).

Ganhou ainda o seu primeiro convento de freiras.

“Havia muitos anos, que os Senadores, Nobreza e Povo dela o pretendiam, assim por acomodar as mulheres principais, que não tinham dotes equivalentes para casarem conforme o seu nascimento, como por satisfazer aos suspiros de outras, que pretendendo conservar o estado virginal, e florescerem em santas virtudes, desejavam servir a Deus nos votos e claustros da Religião”. E’ verdade que a concessão restringia a cincoenta o número das religiosas professas, tanto se temia que fosse motivo de acabarem os casamentos nas classes ricas, correndo as raparigas para a paz do mosteiro cobçada pela devoção, pela prudência e pelo interesse.

CONVENTOS

Os carmelitas descalços acabavam de fundar o seu convento grande de Santa Tereza, à Gameleira (2). Com franciscanos, jesuítas, beneditinos, formavam uma clerezia opulenta e numerosa. Era justo amparar também as vocações femininas, em proveito da terra, que, de outro modo, as famílias ricas continuariam a mandar as filhas para professarem em Portugal. Quatro clarissas de Evora (a abadessa soror Margarida da Coluna, e

(1) VARNHAGEN, *Hist.*, III, 281. Um dos desembargadores nomeados foi o poeta Gregorio de Mattos, que pouco tempo exerceu o cargo, PEDRO CALMON, prefácio às *Obras Completas*, de Gregorio de Mattos, VI, 37, ed. da Acad. Bras.

(2) *Doc. Hist.*, VIII, 158.

as mães Maria de S. Raimundo, Jerônima do Presepio e Luiza de S. José com duas servas) chegaram à Baía pela frota de 1677. Esperadas com ansiedade, já acharam principiados os trabalhos de sua vasta casa do Desterro, onde existia uma igreja em sitio tranquilo, entre rôças de basto arvoredado, desde muito consagrado àquela fundação (1). Agazalharam ali a sua fé; receberam logo — em Janeiro de 78 — muitas noviças recrutadas na aristocracia da cidade e seu Reconcavo; e construíram igreja e convento que nada ficaram a dever aos melhores do Reino.

Dous anos depois os capuchinhos italianos (fr. João Romano e fr. Tomaz de Sora) fundaram o Hospício de Nossa Senhora da Piedade, transferido em seguida para os capuchinhos francêses, já conhecidos na capitania. (2).

E' uma fase de obras vultosas. Resultára do incremento mercantil, da pacificação do Reconcavo, da regularidade das frotas, tambem da carta régia para que escalassem na Baía as náos da Índia (3) (1672) — motivo d'uma animação urbana que se combinou com a riqueza e a iniciativa de moradores faustosos.

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 290. Os carmelitas em 1655 haviam "desistido do sitio e ermida de N. S. do Desterro", *Doc. Hist.*, VII, 273. Sobre esta, vd. fr. ACOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, IX, 74. Af fez Vicita o seu primeiro sermão em 1633. E em 1639, o de Nossa Senhora da Conceição, para "os que vêm de tão longe a este deserto trazidos pela devoção da Senhora do Desterro...". *Sermões*, X, 218. Diz-nos ROCHA PITTA que havia começos de convento e, ao saber-se na cidade da chegada das freiras, todos os pedreiros foram convocados, e em três dias puzeram em ordem a clausura, a que se recolheram. As primeiras baianas que entraram no Desterro foram Soror Marta de Cristo e sua irmã Soror Leonor de Jesus. A primeira substituiu no abadesado Soror Margarida da Coluna que, com suas companheiras, voltou para Portugal em 1686, deixando prospero o convento. Eram filhas de Salvador Corrêa Vasqueanes e Margarida da Franca, Fr. JABOATÃO, *Catálogo Genealógico*, p. 246. Morreu Soror Marta aos 88 anos, em 1738, "com fama de virtude". Frei JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico*, III, 657. Dedicou-lhe Gregório de Matos um romance, *Obras* (Graciosa), III, 60.

(2) ROCHA PITTA, *op. cit.* p. 294.

(3) *Doc. Hist.*, VIII, 93. A ordem foi revogada em 1691, *Doc. Hist.*, XXXII, 338.

As fortes chuvas de 1671 tinham causado vários desabamentos nas ladeiras da Conceição e Misericórdia. Apelou a Câmara para a corôa, pedindo-lhe concedesse fazer os muros de arrimo necessários (1). Começaram assim êsses trabalhos de sustentação, que só se concluiriam século e meio mais tarde.

Em 1637 tinha sido arrematada a construção das calçadas da cidade (2). Então — para obviar à alta do peixe — se decidira fôsse vendido em tujupares (palhoças), a preço fixo, no Terreiro de Jesus... (3) E' imaginar a humildade e pobreza da Praça por êsse tempo. Quarenta anos depois já se espalhava pelas colinas adjacentes, sem respeito às "portas" (S. Bento e Carmo) do seu limite antigo. Chamou-se da Polvora o campo unto ao Desterro, porque aí mandou Roque da Costa edificar, com quartel anexo, a Casa da Polvora. Povouou-se com isto o caminho entre a igreja nova de S. Pedro e o arrabalde de Nazareth. Aí a rua da Poeira, mencionada num soneto de Gregório de Mattos. Abre-se a "rua de Baixo de S. Bento" — como definitiva saída da cidade dos seus muros quinhentistas. (4)

A Francisco de Brito Freire, escreveu Vieira em 1691, que, se como "n'outro tempo, governando alguma armada, entrára no seu formoso porto, não a conheceria. Eu a desconheci, quando depois de 40 anos de ausencia a tornei a ver muito acrescentada e enobrecida de casas..." (5) E Gregório de Matos:

(1) ACCIOLI, *op. cit.*, II, 131.

(2) Calçadas ou ladeiras. Em Portugal ficou a primeira designação: calçadas. Lembra o tempo em que só se pavimentavam as rampas. (*Atas da Câmara da Bafa*, 1637, ms. no arq. municipal.

(3) Ata de 15 de Julho de 1637, *códice cit.*

(4) Vd. ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 453.

(5) *Cartas*, II, 323.

Haverá duzentos anos
 Nem tantos podem contar-se
 Que ereis uma pobre aldeia,
 Hoje sois rica cidade.

Então vos pizavam Índios,
 E vos habitavam cafres,
 Hoje chispais fidalguias,
 E arrojais personagens. (1)

Solares que figurariam bem em Lisboa ostentam altas portadas, (2) linhas clássicas, como o de João de Mattos à ladeira da Praça (tem a data: 1674) (3)... O arcebispo D. frei João de Madre de Deus mudou-se "para o novo Palácio que comprára..." (4), substituído, no começo do século seguinte, pela nobre mansão construída por D. Sebastião Monteiro da Vide.

Faz-se por esse tempo em pedra portuguesa (segundo o desenho de S. Vicente de Fóra em Lisboa e da igreja dos jesuítas de Santarem) a igreja da Companhia (5). Ao majestoso templo corresponde uma sa-

(1) *Obras*, IV, 119.

(2) "... Fiz eu algumas doutrinas em casas de portadas bem altas...", VIEIRA, *Sermões*, XIII, 174.

(3) Edifício notável, porque aí funcionou a Assembléa Provincial, tinha soberba porta (e portais de granito com a data, 1674) que hoje se vê no palácio da Saúde Pública, à Vitória (Baía).

(4) GREGÓRIO DE MATTOS, *Obras*, II, 73 (soneto em homenagem a essa mudança. Provirá daí o nome de "rua do Bispo", à que fica perpendicular à rua do Colégio? Longos anos residiram os bispos em Santo Antonio da Barra, cenóbio com bela igreja, que pertencia à Mitra (como aliás se vê em mapa de Barléos: "domus episcopalis"). O Palácio definitivo foi feito ao começar o século seguinte, quando os Guedes de Brito construíram o "Paço do Saldanha" e o chantre João Calmon o solar a que alude Rocha Pitta: "Aposentou-se (o Patriarca, em 1722) na casa do Reverendo chantre João Calmon, uma das mais suntuosas e bem paramentadas da cidade", *op. cit.*, p. 459.

(5) As pedras d'Alcantara vinham como lastro dos navios e varias foram as igrejas lavradas em Lisboa e apenas armadas na Baía: Colégio (hoje catedral), Ordem 3.ª de S. Francisco (1704), Conceição da Prala (1724) ... Na portaria velha do mosteiro de S. Bento da Baía é vizível a numeração das pedras, que vinham aparelhadas.

cristia em estilo e beleza comparável às melhores obras do século, adornada além disto de retabulos “qu’ils m’ont dit être des meilleurs Maitres d’Italie”, no conceito d’um viajante de 1702 (1). Reedificam-se o Carmo e São Bento (2). Concluem-se os acréscimos da Misericórdia e prosseguem os da Sá (3) — da qual disse o mesmo estrangeiro: “je n’en sache en France qui puisse lui être comparée” (4). A capela de S. Pedro Velho transforma-se em paroquial (5). As do Rosario (dos soldados) (6) e da Palma (cedida aos agostinianos em 1693) (7) têm arte e nobreza.

Até aí o luxo se limitará à roupagem, à sêda e aos enfeites com que se afidalgavam os colônos — como lhes exprobou no Maranhão o prégador: “Todos a trabalhar toda vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal: e êste trabalho de toda a vida, quem o leva? Não o levam os coches, nem as liteiras, nem os cavalos, nem os escudeiros, nem os pagens, nem os lacaios, nem as tapeçarias, nem as pinturas, nem as baixelas, nem as joias; pois em que se vae e despende toda a vida? No triste farrapo com que sãem à rua e para isso se matam todo o ano” (8). A vida corrêra

(1) *Journal d’un voyage sur les costes d’Afrique*, etc., p. 240, Amsterdam 1730.

(2) Foi arquiteto de S. Bento, da Misericórdia, e talvez de Santa Tereza, o beneditino frei Macario de S. João, que na Bata faleceu em 3 de Abril de 1676, cf. *Diário*, ms. cm. por D. CLEMENTE MARIA DA SILVA NIGRA.

(3) Vd. frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *op. cit.*, IX, 23; *Doc. Hist.*, VIII, 141. Foi D. João de Lencastro quem “acabou o Templo da Matriz”, ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 330.

(4) Em 1691 a “igreja de S. Pedro Velho sita no arrabalde desta cidade” estava por concluir, visto “serem muito pobres os freguezes dela”: deu el-rei o auxilio preciso para a terminação da obra, *Doc. Hist.*, XXXIII, 410.

(5) *Journal d’un voyage*, cit., p. 241.

(6) E’ de 1621, cf. frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *op. cit.*, André Cusaco, mestre de campo, irlandês de origem, reconstruiu-a (1691) como capela predileta dos soldados.

(7) Iniciada em 1630 pelo alfêres Francisco da Cruz Arrais, transformada em igreja por seus filhos (1670), cf. frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *op. cit.*, Sobre a instalação dos agostinianos, *Anais do Arq. Publ. da Bata*, XIII, 176.

(8) *Sermão de Santo Antonio, no Maranhão, 1654.*

sóbria, desataviada, rústica: e pelas estreitas ruas em vez de carruagens (que não havia na Baía em pleno século XVIII) desfilavam as “serpentinhas”, ou rêdes suspensas de uma vara em ombros de negros, ao gosto indiano (1)... As mulheres saíam a furto, às madrugadas, para ouvir a sua missa; e os sujeitos de prôl só eram vistos naquelas “tipóias”, seguidos de muitos escravos. À noite os encapuçados, de espada sob o braço e guitarra, pervagavam, perigosos, com os guarda-costas... (2) Mas os tempos mudavam.

Em 1685 espanta-se o viajante François Coréal: “O fausto religioso se mostra em toda a sua exterioridade. Não vi lugar onde o Cristianismo se apresentasse mais pomposo do que nesta cidade, seja quanto à riqueza e multidão das igrejas, dos conventos e religiosos, ou quanto à feição devota dos fidalgos...” (3) Outro francês, Froger, que passou pela Baía em 1696, gabou-lhe a opulência dos edificios, sobretudo a Igreja do Colégio, mosteiros, sobrados e capelas. (4) “... Casas de dous e três andares, paredes grossas, fachadas de cantaria, quasi sempre enfeitadas por largas sacadas; telhas por toda parte; não se viam tectos de materiais pobres. Largas as principais ruas, bem calçadas de pedras pequenas...” — admirou, em 1699, William Dampier. (5) “Grande entreposto comercial, notou ainda o viajante inglês na Baía: fazendas finas e gros-

(1) “Os da Europa andam em liteiras e carroças; os da Asia em palanquins; os da América em serpentinhas... Os da Asia e da América deitados e jazendo: os da Europa tirados por animais; os da Asia e da América levados em ombros de homens...” VIEIRA, *Sermão da 2.ª domingo da Quaresma*, 1652, 111, 103, ed. de 1907.

(2) “... E’ notável o desaforo que hoje aqui ha em matar com bacarmartes e só com a demonstração exemplar do suplicio que se der aos culpados se poderá reprimir”, 1674, carta de Afonso Furtado, *Doc. Hist.*, X, 134.

(3) AFONSO D’E. TAUNAY, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 272. Observa Taunay que esse francês pôde ter sido um recopilador de notícias, ou pseudônimo... O livro é de 1722.

(4) TAUNAY, *Rev. cit.*, p. 291. A frota de De Gennes ancorou no porto da Baía em 20 de Junho de 1696.

(5) TAUNAY, *Rev. cit.*, p. 301.

seiras em abundância; roupas feitas, farinhas, óleo, vinhos, queijos e manteiga, ferro, objetos manufaturados, sobretudo em estanho. As carnes salgadas tinham grande procura”.

Um engenheiro hábil, João Coutinho, vindo de Pernambuco em Outubro de 1684 (1), planejou a melhoria ou reconstrução das fortalezas, que completasse o sistema defensivo da Baía, o mais importante destas Américas. As suas plantas — aprovadas pelo Conselho Ultramarino — serviram de base para as obras realizadas no decênio seguinte, pelo governador geral D. João de Lencastro.

A civilização, porém, segue de perto a conquista do solo. Não bastaram — no Reconcavo — os conventos de Sergipe do Conde, S. Francisco do Paraguassú e Cairú.

O padre Alexandre de Gusmão ousou levantar, perto de Cachoeira, um seminário e a sua igreja (de Belem) com o aparato e o primôr das melhores da capital (1686) (2). Logo depois os carmelitas, chamados ao porto de Cachoeira pelo coronel João Rodrigues Adôrno, lançaram os fundamentos a um amplo hospício (1688) (3).

HIGIENE E DEFESA

A epidemia de 1686 obrigou governo e vereadores a cuidarem da limpeza e higiene urbana. “Dizem-me que são poucos os (logares) que nesta cidade ha donde

(1) *Doc. Hist.*, XXXII, 229. Câmara Coutinho, em 1691, queixou-se da falta de engenheiro e quiz provar que a praça não era susceptível de assédio, devendo confiar nos peitos dos soldados, não em fortalezas, inúteis, *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 42. Previu que, cortado o abastecimento do mar e do sertão, não poderia manter-se.

(2) Vd. NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, ed. da Academia Brasileira, I, 62.

(3) Vd. fr. TOMAZ MARCALLO, *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n.º 54, p. 28.

não haja monturos, sendo o Terreiro o maior dêles — declarou à Câmara D. fr. Manuel da Resurreição, em 30 de Outubro de 1688. A corrução de todos infeciona os ares, e sendo antes benignos são hoje os que pervertem a saúde, e ajudam mais eficazmente a malignidade que quasi faz contagiosas as doenças...” (1).

Contribuia para a insalubridade a grossa importação de negros d’Africa com todas as mazélas e febres que os consumiam nos seus climas doentíos. Eram tantos na cidade que os jesuítas se applicavam a estudar-lhes a língua de Angola: “a etiópica, com que só nesta cidade se doutrinam e catequisam vinte e cinco mil negros, não falando no infinito número dos de fóra...” (2).

(1) *An. do Arq. Publ. da Baía*, VIII, 11. Foi a epidemia da “bicha” que induziu à criação da vigilância sanitária dos portos (inspecção dos navios no Brasil e em Portugal) e outros trabalhos que preconizam a hygiene nêstes climas.

(2) *Sermões*, V, 349.

XVIII

AS CAPITANIAS PROSPERAM

SERGIPE

As guerras holandêsas destruíram o melhor do esforço português entre o rio Real e o cabo de São Roque. Mais sofreram as capitanias de Sergipe e do Rio Grande do Norte, cuja riqueza pecuária foi dissipada ou removida, com a depredação das fazendas e o incêndio dos ralos núcleos de povoamento duplamente flagelados, pelos invasores e pelos defensores da terra. A zona de criação aquém do São Francisco tivera a maior importância até o período agudo daquelas lutas. Currais numerosos, “de que se sustenta a mesma Baía e Pernambuco” (1), ocupavam a região em pouco tempo devastada, e praticamente sem povoação alguma de pé, em 1650, quando o governo geral se decidiu a auxiliar a reconstrução da “cidade” de São Cristovão. Escreveu o conde de Castelo Melhor ao capitão mór Baltazar de Queiroz: “Desejando eu que essa cidade se reedifique e a capitania se aumente de maneira que brevemente se restituía a seu antecedente ser, e felicidade. . .” (2) limite desta devia ser ao sul o rio Japarutuba, e ao norte a capitania do rio de S. Francisco (3). Os moradores de Sergipe queriam cobrar as fintas de passagem do S. Francisco, o que se lhes impediu, por caberem já à vila de Penedo. Deu-se-lhes em compensação as do Rio Real, cujo produto tinham de aplicar às obras da

(1) Patente do capitão FRANCISCO DE GóES, *Doc. Hist.*, XX, 119.

(2) *Doc. Hist.*, III, 61.

(3) Carta de 26 de Maio de 1651, *Doc. Hist.*, III, 111.

cidade (1). Andavam então exaltados os munícipes de São Cristovão. Expulsaram o vigário, amotinaram-se, prometeram outras violências acaudilhados pelo capitão Manuel Pestana de Brito. Foi aquiêta-los um sindicante enérgico, o desembargador Bento Rebelo (1656). Extranhava o governador geral que tanta fosse ali a "ambição de tabaco que se esquecessem as roças" (2), pois o lucro das malhadas de fumo", para atenuar a perda dos gados, causára, com a falta de farinhas, grande escassez de alimentos. . . Acomodados em 1657, os sergipanos voltaram a rebelar-se em 1671, pondo fóra da vila o capitão José Rebelo Leite, que foi substituído por João Munhoz, o primeiro a levar da Baía instruções pelas quais devia reger a capitania. (3) Viu-a Gregório de Matos (1690?) e descreveu a "cidade de Sergipe del-Rei".

Três dúzias de casebres remendados,
Seis bêcos de mentrastos entupidos,
Quinze soldados rôtos e despídos,
Doze porcos na praça bem criados.

Dous conventos, seis frades, três letrados,
Um juiz com bigodes sem ouvidos,
Três presos de piôlhos carcomidos,
Por comer dous meirinhos esfaimados.

.
Farinha de pipóca, pão que greta,
De Sergipe del-Rei esta é a cidade." (4)

(1) Carta de 1 de Julho de 1651, *Doc. Hist.*, III, 124. A esse tempo cabia a Sergipe a obrigação de socorrer a guarnição da Bala com trezentas rézes, *Doc. Hist.*, III, 139.

(2) *Doc. Hist.*, III, 380. No mesmo volume estão as peças documentais relativas às alterações de 1656.

(3) *Doc. Hist.*, IV, 158. As Instruções são de 18 de Julho de 1671.

(4) *Obras*, ed. da Academia, IV, 70.

AS ALAGOAS

A capitania de São Francisco, as Alagôas e o rio de S. Miguel formavam três distritos unidos na jurisdição de um único coronel das Ordenanças, Luiz do Rego Barros, em 1674. (1) A primeira abrangia Penedo e o vasto sertão da margem esquerda, que voltára a encher-se de currais, a ponto de serem inumeráveis os gados — de ordinário transportados para a Baía — ao começar o século XVIII. Pelo São Francisco acima, “até as povoações dos Rodelas, e pelo rio Panema acima, Comunati, Campos do Buique, Campos de Garanhuns”, (2) os vaqueiros se distanciavam, cada vez mais, dos núcleos agrícolas de Porto Calvo e Serinhaen, incluídos no ambiente social da “várzea” pernambucana. Os engenhos de açúcar sofreram seguidamente o flagélo da guerra dos Palmares: só se libertaram da vizinhança e influencia dos Mocambos em 1694. A criação da comarca das Alagôas — separada da jurisdição de Olinda — justificou-se em seguida pelo povoamento e pela prosperidade do território entre as Alagôas do Norte e Porto Calvo e o porto de Penedo (3).

RECIFE E OLINDA

Pernambuco refez-se depressa dos estragos e da miséria que atraz de si deixaram os holandêses. (4)

(1) ANTONIO JOAQUIM DE MELO, *Biografia de João do Rego Barros*, ps. 32-5. Em 1654 deixou o cargo de capitão-mór das Alagôas André Gomes, substituído por Luiz dos Santos, *Doc. Hist.*, XVIII, 255.

(2) CRAVEIRO COSTA, *História das Alagôas*, p. 63, S. Paulo.

(3) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 352. Já em 1671 Alagôas podia fornecer 4 mil cirios de farinhas para a Baía, *Doc. Hist.*, IX, 428. O convento franciscano de Penedo, projetado em 1657, oratório em 1660, começou a ser levantado em 1682 e em 94 já podia abrigar os religiosos: tornou-se, à margem do S. Francisco, um marco de civilização (vd. Frei JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico*, 2.ª parte, vol. II, ps. 603-5, Rio 1861).

(4) Os holandêses, desistindo do Brasil, agazalharam-se em outros climas. Não pde Portugal evitar que lhe tomassem Malabar e Coramendel, na Índia.

Olanda teria de renascer — de suas ruínas tostadas de vários incêndios. Ao contrário, urgia reduzir Recife — acrescido e cheio de importantes construções — à qualidade de simples porto ou bairro comercial da Vila nobre. Antes de tudo procedeu-se à depuração espiritual, à reabertura das igrejas, à edificação de outras em correspondência com o sentimento católico da população, exacerbado pela vitória sobre o “hereje”, pela reação contra o judeu mercador, pelo “expurgo” da Praça redimida. O ano de 1655 gastou-se nisso. A matriz de Recife é agora a antiga capela de S. Pedro Gonçalves, ajeitada em templo protestante pelo invasor que aí sepultou, em 1639, João Ernesto, sobrinho de Nassau: foi seu primeiro vigário o licenciado Manuel Dias de Carvalho. Ganharam os jesuítas (ordem régia de 26 de Abril de 55) um sítio excelente para Colégio novo: onde houvera igreja de luteranos franceses. Assim puderam substituir as suas casas de Olanda. Voltaram os franciscanos ao convento de Santo Antonio, fundado em 1606 (1). Simultaneamente os capuchinhos franceses, tolerados antes pelos flamengos, começaram a instalar-se (1656) em terreno que lhes doou o capitão Belchior Alves Camelo. (E’ possível que êsse mesmo bemfeitor, capitão-mór do S. Francisco, os atraísse até o grande rio, onde tanto floresceram, em seguida, as suas missões. Tais obras (2) por outro lado

dia. Muitos judeus flamengos saíram de Pernambuco com escravos e sócios para se estabelecerem na Guiana e nas Antilhas — onde criaram uma indústria açucareira semelhante à que tinham abandonado. Com igual sistema de trabalho, o mesmo tipo de exploração rural da “várzea” pernambucana (Cf. LIPPMAN e SOMBART, J. LÚCIO D’AZEVEDO, *Epocas de Portugal Económico*, p. 273. No Museu Britânico: memórias de Manuel Martins Domido (David Abrabanel), judeu espanhol arruinado com a capitulação de Pernambuco de 1654, em que pedia a Cromwell acolhesse os judeus na Inglaterra, OLIVEIRA LIMA, *op. cit.*, p. 33.

(1) FERNANDO PIO, *O Convento de Santo Antonio do Recife*, p. 45, Recife 1939.

(2) Seguiram-se: 1672, o hospício de S. Felipe Nery; 1678, o convento do Carmo; 1689, a igreja do Espírito Santo, dos jesuítas, junto do seu Colégio; 1708 a igreja da Senhora da Conceição dos padres oratorianos... (SEBASTIÃO DE VASCONCELOS GALVÃO, *Dic. Hist. Geogr. e Estat. de Pernambuco*. 2.^a ed., p. 30). A admirável capela dos Terceiros de Recife é de 1696, Fernando Pio, *A Ordem 3.^a de S. Francisco do Recife e suas Igrejas*, p. 11, Recife 1938.

asseguravam a Recife uma continuidade. Mantinham-lhe a condição de cidade. Em detrimento de Olinda — diziam os senhores de engenho a quem repugnava a povoação mercantil, acanhada e costeira, vista sempre com prevenção e desgosto pelos potentados da várzea. O conflito declarou-se entre o governador geral Francisco Barreto, partidário da conservação de Recife, e André Vidal de Negreiros, que preferia a restauração de Olinda (1).

Homem de sua classe — grande senhor territorial — André Vidal insistiu. Recusou-se ao mesmo tempo a cumprir outras ordens — quanto ao provimento dos logares da tropa — e o governador geral usou do meio extremo de suspendê-lo de funções, expedindo, para substituí-lo, o coronel Nicoláo Aranha Pacheco. O desembargador Cristovão de Burgos foi incumbido de fazer-lhe o processo. Essa energia disciplinar, própria do espírito severo do general da Restauração, produziu os seus efeitos antes do irremediável. André Vidal acomodou-se, satisfazendo as exigências do seu superior; e Barreto logo revogou a suspensão que decretára. (2) Desautorizou-o aliás a côrte, estranhando-lhe o rigor excessivo. O fato é que em 1666 o governo de Pernam-

(1) Carta de Barreto a Vidal, 15 de Julho de 1657, *Doc. Hist.*, IV, 12. Dizia que a mudança para Olinda seria a destruição de Recife, pois só havia gente para uma cidade. Aos "meios cavilosos" usados por Vidal aludiu em carta ao mestre de campo D. João de Souza, *Doc. Hist.*, IV, 17; e submeteu o caso a el-rei, *ibid.*, IV, 308.

Note-se que os holandêses só deixaram de pé as suas construções do bairro de Recife, arrasando a verdadeira "cidade Maurícia", como informou Barreto: "... arrasaram ães aquela parte da mesma cidade (Maurícia), que edificaram, que podia ser útil às armas de V. Majestade, só por conservarem o Recife", *Doc. Hist.*, IV, 308.

Vale dizer que os melhores documentos da cultura flamênga no Brasil desapareceram sem deixar vestígio e sem poder influenciar as artes luso-brasílicas.

(2) FERNANDES GAMA, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, IV, 18, Recife 1848. Da côrte veio ordem para a retirada dos ministros mandados por Barreto a Pernambuco, *Doc. Hist.*, IV, 369, o que este já havia feito. A patente de Nicoláo Aranha para governador de capitania de Pernambuco é de 11 de Novembro de 1658, in *Anais do Arq. Pub. da Baía*, XIII, 99: devia mandar à Bala, preso, André Vidal.

bucu estava normalmente no seu palácio de Olinda, onde foi deposto Jerônimo de Mendonça Furtado, como se verá. Continuou lá até o século seguinte.

BRITO FREIRE

Vidal não demorou muito em Recife. Foi nomeado governador de Angola. Sucedeu-lhe (26 de Janeiro de 1661) o ilustre Francisco de Brito Freire, que na qualidade de segundo e primeiro comandante da frota de 1653 e de 1655 estivera no Brasil e de quem se fiára missão complementar e secreta, como lhe recordaria o padre Antonio Vieira. “Lembro-me agora de quando a rainha mãe, por conselho dos condes de Cantanhede e Soure, enviou a V. Sa. não só a governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura no caso em que algum sucesso adverso, que então muito se temia, necessitasse deste último remédio. E também V. Sa. estará lembrado de que S. M. me mandou passar do Maranhão, onde então estava, para assistir a V. Sa. e se seguir o roteiro que el-rei, que Deus tem, tinha prevenido, como fãõ prudente, para o caso de semelhante tempestade, e se achou depois de sua morte em uma gavéta secreta rubricado de sua real mão com três cruces... V. S.a me guardará segredo...” (1) Nesta precaução se ocultava uma idéa que foi uma espécie de talisman da dinastia de Bragança : o Brasil, se faltasse

(1) Carta de 24 de Junho de 1691, *Cartas*, II, 323.

FRANCISCO DE BRITO ilustrou-se com a *História da Guerra Brasileira* (por êle testemunhada no seu último episódio), Lisboa 1676, decalcada aliás das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho. Recusou-se a obdecer ao príncipe regente D. Pedro quando o mandou conduzir o rei deposto, D. Afonso VI, ao castelo da ilha Terceira, e desgostoso se recolheu ao Colégio dos Jesuitas, onde o prendeu a justiça. Mas por um mês apenas. Viveu em silêncio o resto da bonrada existência. Faleceu em 8 de Novembro de 1692, EDGAR PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Melo*, p. 273.

Portugal. Acariciou-a D. João IV, como nos revela o seu confessor ; alimentou-a D. José I ; realizou-a D. João VI. Estava na "gaveta secreta" da família... Que de admirar, pois, se na sua administração pernambucana Francisco de Brito exorbitou, subordinando a ela as capitanias vizinhas, como lhe estranharam os governadores gerais, empenhados depois em que estas se conservassem desligadas de Recife e submetidas à sede do Estado, que era a Baía? O vice-rei conde de Obidos nisto se mostrou intransigente. Em carta ao governador de Pernambuco (26 de Abril de 1664) — Francisco de Brito deixou o poder em 5 de Março — acentuou que na jurisdição dêle cabiam apenas "ás capitanias anexas", Porto Calvo, Serinhaen, Lagoas e Rio de S. Francisco, porém teriam capitães môres". Itamaracá, cujo donatário era o marquês de Cascais, passára à corôa após a Restauração de Pernambuco : portanto não se incluía nesta última. "A jurisdição que Francisco de Brito Freire (a quem Vossa Mercê sucedeu) quiz ter na Paraíba e Rio Grande, fundado também nessa palavra comum, das mais Capitanias anexas, occasionou mandar El-Rei meu Senhor escrever a Francisco Barreto a carta, cuja copia envio a V. Mercê, estranhando-lhe deixar perder a sua jurisdição e consentir que um súdito seu pretendesse entrar nela" (1).

Bem governára, porém, o honrado fidalgo.

(1) *Doc. Hist.*, XI, 165.

O conde de Obidos era primo do novo governador, Jerônimo de Mendonça Furtado, e escreveu-lhe várias cartas, proibindo intervenção sua em Itamaracá. Note-se que ambos exprimiam a política do Reino (de D. Afonso VI e do conde de Castelo Melhor) contrária à orientação da rainha-mãe e seus ministros, cujo homem de confiança fôra Brito Freire. Mas o próprio conde de Obidos se queixou repetidamente das desobediências do parente e pediu o seu castigo, quando prendeu êle, e fez embarcar, o ouvidor Manuel Diniz da Silva, cartas de Outubro de 1664, *An. do Arq. Públ. da Baía*, VIII, 4-7.

O "XUMBERGAS"

Não foi assim feliz Jerônimo de Mendonça Furtado (1). Impopularizou-se, suspeitado do povo e malquisto dos personagens da terra; ofendeu os melindres da Câmara de Olinda; alienou a simpatia dos militares veteranos, como os chefes dos dous "terços", Dias Cardoso e D. João de Souza.

E' compreensível a conspiração que o pôz fóra do governo: traduzia o sentimento nativista, o orgulho da gente pernambucana que ainda se achava muito próxima dos gloriosos acontecimentos de 1645 para deixar-se oprimir por funcionários mesquinhos e violentos. As cóleras que explodiram em 1710, na "guerra dos mascates", esboçam-se, prévias, na agitação de 1666. André Vidal, imbuído do espírito dos senhores de engenho da região, recuára com prudencia na sua política de "autonomia": e cedêra. Os olindenses foram mais longe: prenderam o máo governador, que lhes fizêra o serviço de instalar novamente na sua vila, coberta de destroços, a séde da capitania. (2).

(1) Sobre Jerônimo de Mendonça Furtado, apelidado "o xumbérgas", por usar bigodes tufados à maneira do general Schomberg, comandante das forças francêsas que auxiliaram Portugal em 1660 — vd. RODOLFO GARCIA, art. in *Revista do Brasil*, Julho de 1938. Diz-nos que o próprio Fernandes Vieira não devia estimar o governador, porque o irmão dêste o processava pelo pagamento de grossa quantia em mercadorias tomadas em Angola; e D. João de Souza o aborrecia, por sua interferência para que saldasse um compromisso em dinheiro. — O apelido "Xumbergas" pode referir-se ao seu "francesismo". O conde de Obidos escreveu em 1664: "me agradam mais os costumes da tempera velha que os que o vulgo chama de "xumbergas", *Doc. Hist.*, XI, 215. E Monsieur D'ABLANCOURT, *Mémoires*, p. 382, Amsterdam 1701: tanto se imitára o forasteiro que houve aviso: "Que personne n'ut plus à l'avenir à vêtir ni à parer les Saints ni les Saintes à la Schombergue".

(2) Os padres da Companhia, carmelitas, beneditinos e franciscanos aprovaram muito a mudança e trataram de reerguer os seus conventos, cf. R. GARCIA, *Rev.*, cit. O "Xumbergas" alegou que, por sua vez, levantára de novo o recolhimento para mulheres, fundado outr'ora por Maria Rosa, viuva do capitão Pedro Leitão. E' o repovoamento de Olinda. O conde de Obidos, em carta de 29 de Janeiro de 1664, deu à Câmara de Olinda parabens por ter el-rei aprovado "a mudança do Govêrno", de Recife para aquela vila, *Documentos Históricos*, IX, 147. Avisou disto o governador em igual data, *ibid.*, IX, 156.

O pretexto para o motim foi a permanência no porto de uma frota francêsa de doze navios, procedente da ilha de São Lourenço, do mando do marquês de Montevergue. Jerônimo de Mendonça tratou bem os viajantes e deu-lhes muitas festas, ao gosto do tempo e do lugar, isto é, banquetes, cavalhadas e serenins. Vereadores e militares tomaram essa cordialidade por traição, vendo um proposito — ao que se espalhou — de meter estrangeiros na terra, e se conluíram para depor o “Xumbergas” o juiz ordinário André de Barros Rego, Lourenço Cavalcanti e João Ribeiro, membros da Câmara de Olinda, Domingos Dias Soeiro, procurador desta, o secretário do governo Manoel Gonçalves Corrêa, João Batista Acioli e João Gomes de Melo.

O golpe foi engenhoso.

Havia o hábito de acompanhar o governador o Viatico, que, processionalmente, ia à casa dos enfêrmos cuja agonia se anunciava. Saíu na tarde de 31 de Agosto (1666) o Santíssimo Sacramento às mãos do vigário para um doente simulado; e à volta, ao deixar a igreja Jerônimo Furtado, lhe deram voz de prisão os conspiradores, e o transferiram para o forte do Brum, donde foi remetido, na frota seguinte, para o Reino (1). Depredaram além disso várias casas, e detiveram os amigos do governador, a modo de expurgo, cuja responsa-

(1) RODOLFO GARCIA reporta-se ao livro de Souchu de Rennefort, *Histoire des Indes Orientales*, Leide 1688, que descreve a passagem de Montevergue pelo Brasil e a deposição do governador. Este continuou preso em Portugal, donde fugiu para Espanha. Em 1674 entrou na conjura em favor do deposto rei Afonso VI, e, condenado à morte, teve comutada a pena em destêro na Índia, fim obscuro de sua carreira atribulada, FERNANDES GAMA, *Memórias cit.*, IV, 20. Seu irmão Luiz de Mendonça Furtado, estivera no Brasil em 1664, *Doc. Hist.*, VI, 17, e foi vice-rei da Índia, 1671 a 77. Morreu em transitio pela Baía VIEIRA, *Cartas*, III, 407.

A importância de Fernandes Vieira pôde aquilatar-se da carta que lhe mandou o conde de O'bidos em 1644. *Doc. Hist.*, XI, 220. Era chefe natural da reação: “Da carta de João Fernandes Vieira... se deixa bem ver...”, *An. do Arq. Publ. da Baía VIII*, 6. Possuía então 16 engenhos de açúcar (1668), *Doc. Hist.*, XXII, 291.

bilidade tomaram os dous mestres de campo de Pernambuco.

O vice-rei não mandou castigar o delicto. Tendo a Câmara de Olinda tomado o governo, à espera de quem fosse provido nêle, nomeou André Vidal de Negreiros (empossou-se em 24 de Janeiro de 1667, (1) — como filho do país, que se faria obedecer dos revoltosos. Aquietaram-se êstes. Seis mêses durou a administração apaziguadora do heróe paraibâno, substituído por Bernardo de Miranda Henriques (que governou até 28 de Outubro de 1670).

A época do "Xumbergas" assinalou-se por outros males: a epidemia de bexigas (chamou-lhes o vulgo "xumbergas"), "e foi tão grande a mortandade que o Pároco só não bastava para administrar os Sacramentos, sendo necessário que os Religiosos o coadjuvassem nesta piedosa obrigação" (2). O contágio andou por todo o norte e fez na Baía grandes estragos (3). E' compreensível isto — até pela ausencia de medicina... Ainda em 1670 o governador geral escreveu ao do Rio de Janeiro: "Vejo o que V. Sa. diz sobre o Medico, quatro ha nesta cidade, são poucos para tão grande povo. Em Pernambuco havia um, e por lhe não pagarem se veio também para a Baía onde morreu". (4).

(1) Em 30 de Agosto, vespera da deposição do Xumbergas, escrevera-lhe o conde de O'bidos: "que o que Vossa Mercê me diz de estar com as esporas calçadas esperando por successor, creio lhe não virá com a brevidade que Vossa Mercê o espera, senão quando fór gosto de Vossa Mercê". (*Doc. Hist.*, IX, 258). Nomeou André Vidal em 10 de Novembro de 1666: "pois é minha esta escolha e nomeação" — comunicou-lhe. E à Câmara de Olinda: "terão Vossas Mercês entendido a eleição, que fiz em André Vidal de Negreiros, para o Govêrno dessa Capitania e das mais anexas; porque fio dêle, que em tudo o que tocar ao serviço del Rei" etc.", *Doc. Hist.*, IX, 264-5.

(2) FERNANDES GAMA, *op. cit.*, IV, 21.

(3) INÁCIO ACCIOLI, *Mem. Hist.*, II, 28. Morreram mais de 3 mil pessoas, NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da America*, II, 112, ed. da Academia Brasileira.

(4) *Doc. Hist.*, VI, 163.

PARAÍBA

Mais depressa se reergueu a Paraíba porque não a flagelaram, na zona litorânea, tapuias e escravos fugidos, como no Rio Grande, no Ceará, nas Alagôas. Participava além disto da dupla vantagem, de ter engenhos de açúcar que voltaram a moer (eram dezeseite antes da guerra e em 1666 “dezeseite, se não forem mais” (1) e campos excelentes para os gados que os supriram — e a Pernambuco. Um morador da Baía, João Peixoto Viegas, logo em seguida à restauração dessas capitanias obtivera seis legoas em sesmaria e introduziu “grande quantidade de gado que mandou levar desta Capitania da Baía (por não haver naquela)” “pela distância de 180 légoas”, “no que fez notável serviço e aumento às rendas de S. M. porque logo lhe ficou possível pelos bois dêle Suplicante a lavoura e fábrica dos engenhos d’açúcar que se foram fazendo...” (2) Aos paraibânos não faltava orgulho nativista, sentimento da vitória, para a qual tinham batalhado com vigôr. Para premiá-los mandára Francisco Barreto a André Vidal, governador de Pernambuco, que enviasse por guarnição à Paraíba duzentos soldados, mas naturais dela (3) — o que era uma homenagem feita às suas tradições e aos seus sacrifícios na campanha passada. Governou-a em 1655 João Fernandes Vieira. Para suceder-lhe foi um filho da terra, o velho Matias de Albuquerque Maranhão (4) — (1657-1663). Substituiu-o outro capitão-

(1) Carta do conde de Obidos, 10 de Outubro de 1666, *Doc. Hist.*, IX 261, extranhando que os dizimos, que tinham caído de 11 a 3 mil cruzados, continuassem assim reduzidos.

(2) *Doc. Hist.*, XXI, 459 (Prov. de 1664).

(3) *Doc. Hist.*, IV, 60.

(4) Matias de Albuquerque casára-se no Rio de Janeiro, donde seguiu para a Paraíba, empossando-se no govêrno a 17 de Outubro de 57, Frei JABOATÃO, *Catal. Geneal.* tit. Albuquerque Maranhão. Antes de sua chegada governou interinamente Antonio Dias Cardoso, por ordem régia. Depois do seu quinquê-

mór brasileiro, João do Rego Barros (1663-70). Prosperou assim a capitania. Os beneditinos tornaram para o seu convento com frei Paulo do Espírito Santo, em 9 de Junho de 1655 (1). Os jesuítas fundaram a missão do Pilar, de índios cariris, em 1670. Dez anos depois creou a corôa a ouvidoria da Paraíba, com jurisdição sobre o Rio Grande e Itamaracá. (2).

RIO GRANDE

Ao largarem os holandêses o Rio Grande pouco mais do que a fortaleza dos Reis Magos (“a melhor que tem o Estado...”) (3) aí ficou de pé. Devastados ou desertos os currais, os tapuias de novo na costa, as aldeias abandonadas, convidavam a um largo esforço de repovoamento antes que os corsários estrangeiros se misturassem uma vez mais com os Janduins, seus aliados históricos.

“Para povoar essa capitania com mais brevidade”, mandou Francisco Barreto que permanecessem junto à fortaleza oitenta casais de índios descidos do Ceará (4). Em 1655 ainda não se lhe dêra sacerdote (5). Os jesuítas voltaram afinal (6). Saíram do vale do S. Francis-

nio se retirou o velho soldado para o seu engenho de Cunhaú, no Rio Grande, onde morreu. Seus filhos Afonso e Lopo de Albuquerque Maranhão foram sertanistas valerosos e quiseram — sem resultado — descobrir ainda uma vez a prata do Moribéca. Vd. *ΓΑΒΟΑΤΛΟ*, *op. cit.*, quanto à prole que lhe ficou.

(1) Cf. *códice* ms. no arq. do mosteiro de S. Bento de Olinda, inéd. Em 1666 tomou posse da administração do convento da Paraíba frei JOÃO GONDIM, LUIZ PINTO, *Síntese Histórica da Paraíba*, p. 36, Paraíba 1939. Vd. em R. GARCIA, nota a Varnhagen, V, 325, a nominata dos capitães-móres.

(2) *Doc. Hist.*, XXIX, 200.

(3) Carta do conde de Obidos, 10 de Maio de 1664, *Doc. Hist.*, IX, 170.

(4) Carta de 5 de Abril de 1659, *Doc. Hist.*, IV, 23. O cap. Antonio Vaz, cinco anos no governo da capitania logrou que voltassem 150 moradores, *Doc., Hist.*, XXV, 189.

(5) *Doc. Hist.*, III, 264. Em 1658 havia navios holandêses em Cunhaú a carregar pão Brasil, *Doc. Hist.*, IV, 353, motivo de renovada vigilância.

(6) O marquês das Minas, em 1684, mandou não fossem perturbadas as missões dos jesuítas, *Doc. Hist.*, X, 207.

co alguns pioneiros, Antonio d'Oliveira Ledo, irmãos e sócios (1) — seduzidos pelos campos do Rio Grande onde os gados tinham mercado próximo (Paraíba e Pernambuco) e pastagens incomparáveis. Descobriram o sertão da capitania. Fizeram os seus arraiais fortificados. Também o capitão Bento da Costa “se transportou para esta Capitania do Rio Grande com grande cópia de gado o qual tem sitiado em um sitio que está devoluto nos ribeiros de uma lagôa chamada Papissara do sertão...” (2). Ao findar o século o governador geral lembrou ao de Pernambuco: “Sei eu (e vós me haveis de confessar) que dos gados do Rio Grande (3) se sustentam os povos dessa Capitania e das outras duas (Itamaracá e Paraíba); que da sua carne resulta o imposto que se paga para a infantaria; e de seu serviço a permanência de todos os engenhos e canaviais de Pernambuco; e que dos açucares que nela se lavram depende a carga de frotas e o comércio mercantil; sem o que não se pode conservar essa praça: logo por precisa conclusão vem essa Capitania a ser a mais empenhada, ainda que as duas vizinhas se não percam, em se defender e conservar a do Rio Grande, de que tão essencial de pendência têm essas do Norte” (4). Razão havia para êsse zelo. A guerra do Assú, ou revolta geral dos “janduíns” (de que damos notícia em capítulo a parte) fez supôr a cumplicidade de piratas franceses, coincidente aliás com o surto da colonização

(1) Sesmaria concedida em 1664 ao alferes Sebastião Barbosa, sua irmã Maria, Antonio d'Oliveira Ledo, alferes Baltazar da Motta e Custodio de Oliveira Ledo, *Doc. Hist.*, XXI, 429-33. O conde de Obidos mandou ao capitão-mór da Paraíba que os auxiliasse, *Doc. Hist.*, IX, 242.

(2) Em 1664, *Doc. Hist.*, XXI, 455.

(3) Escreveu Matias da Cunha à Câmara de S. Paulo, em 10 de Março de 1688: “Acha-se a Capitania do Rio Grande tão oprimida dos barbaros, que nela mataram o ano passado mais de cem pessoas, entre brancos e escravos, destruindo mais de 30 mil cabeças de gado...”, *Doc. Hist.*, XI, 139.

Os dzimos da capitania, 800\$, em 1682 baixaram a 550\$, *Doc. Hist.*, X, 197, e em 1684 não passavam de 700\$ (*Doc. Hist.*, X, 200).

(4) Carta de 5 de Junho de 1694, *Doc. Hist.*, XXXVIII.

européa nas Guianas ameaçando as balisas portuguesas da Amazonia. Exigiu uma concentração de reforços a lembrar a guerra aos petiguaes do ouvidor Fernão da Silva e de Frutuoso Barbosa, quando essa costa se povoou. Valeu por uma reconquista — 1687-94 — que abreviou as distâncias entre Pernambuco, ainda o centro da irradiação militar e espiritual do nordeste, e o Ceará e o Maranhão, até aí desligados do resto do Brasil.

Achou-se (1693) que os tapuias não serenariam sem a distribuição de arraiais de índios de várias tribus — vindos do Ceará Grande — pelas margens do Jaguaribe e do Assú. Custódio de Oliveira fundou o primeiro, Mamanguape, com Cariris e Piancós (1). Seu irmão, Teodósio de Oliveira Ledo, incumbiu-se de outra “aldeia das Piranhas”. (2) Informou então o mestre de campo dos paulistas, Moraes Navarro: “... esta Capitania é tão miserável que de Pernambuco lhe vae todos os anos farinha para o presidio que nela tem”... (3) O governador geral D. João de Lencastro mandou-lhe da Baía o padre João Guinzel, da Companhia, para aldeiar os tapuias do Assú (4) protegendo-os dos paulistas em franco dissídio com o capitão-mór Bernardo Vieira de Melo. Essa rusga, junta às privações que arrostou o “terço” de Matias Cardoso — Moraes Navarro, epilógou a ação valorosa dos “mamalucos” de S. Paulo naquela fronteira do Rio Grande. (5). Revelou

(1) Carta de D. João de Lencastro, 21 de Maio de 1695., *Doc. Hist.*, cit., p. 337.

(2) *Doc. Hist.*, cit., p. 341. Sucedeu a Constantino de Oliveira, também seu irmão, cf. patente de 3 de Nov. de 1694, *An. do Arq. Publ. da Baía*, I, 164.

(3) *An. do Arq. Publ. da Baía*, I, 139.

(4) Carta do Padre, 29 de Out. de 1699, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 133.

(5) O sargento-mór Pedro Lelou (que acabára de governar o Ceará) disse que Bernardo Vieira induzira o Janduim a unir-se aos Paiacús para irem à guerra contra os Icós; porém o Janduim revelou a traça a Moraes Navarro e com este combinou um assalto aos Paiacús, de surpresa, destruindo-os... (Carta de 17 de Dez. de 1699, *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. cit., p. 139). O bispo de Per-

também a personalidade do “potentado” pernambucano, cujo renome de guerra, adquirido na destruição dos Palmares, havia de ligar-se à primeira explosão nativista do século seguinte: o conflito “dos Mascates” (1710).

C E A R Á

Expulsos os flamengos — do Ceará de Martim Soares (depois disto submetido à jurisdição de Pernambuco) restava somente o Forte arruinado. Aí novamente se alojou uma guarnição. À sombra dêsse baluarte vegetou — durante o século XVII — uma escassa população de brancos e índios sem forma de cidade (a vila de Fortaleza é de 1724) e sem igreja além da capela do Presidio onde oficiava o capelão da tropa. Em 1696 escreveu el-rei: “Viu-se a vossa carta (do ouvidor da Paraíba) de 20 de Abril dêste ano em que representais ser conveniente o crear-se na Capitania do Ceará Grande Câmara com juizes, vereadores e escrivão pela falta que faz...” (1) E em 1697: “O capitão da Capitania do Ceará Pedro Lelou me deu conta em carta de 30 de Agosto do ano passado em como aquela Capitania em seu princípio não carecia de quem lhes administrasse justiça por não haver nela mais que gentios domésticos e soldados de guarnição de fortaleza e como hoje estava povoada com mais de 200 moradores e êsses não tinham Ministro nem officiais que lhes dissessem as dúvidas e sentenciassem as causas...” (2) O campo à volta pertencia à catequese prudente e tenaz dos jesuí-

nambuco excomungou o paulista. José Barbosa Leal (carta de 20 de Dez.) defendeu-o dizendo que os Paiaçús mortos eram hostes, e não se confundiam com a tribu do mesmo nome “do rancho do tapuia Matias Pacca que o P. João da Costa está instruindo na fé...” (*Ibd.*, p. 143) Curioso é que Pedro Lelou faz a apologia do extermínio dos barbaros citando México e Perú...

(1) STUART, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 51. Por falta de officiais de justiça os dzimos eram arrematados no Rio Grande, *Doc. Hist.*, X, 211.

(2) *Rev. cit.*, vol. cit., p. 76.

tas, a partir de 1656. "... Os padres da Companhia haviam reduzido uma grande quantidade de índios que habitavam as terras da costa do Ceará, sobre o Rio Grande e mais de 200 léguas de distância..." (1). O paulista Moraes Navarro contou-lhes as aldeias, em 1694 — "Ceará Grande tem Cabucaíva (Caucaia), Parangava, Paupina (2), Peramirim, duas aldeias de Jaguaribaras todas estas bem cheias de índios". Três anos antes morrera o padre Pedro Pedrosa, após ter acomodado os Tabajaras da serra do Ceará (3): desses estabelecimentos irradiaria a colonização metódica e pacífica.

Em 1698 queixou-se o bispo de Pernambuco do virtual abandono das aldeias pelos jesuítas, nelas substituídos pelos padres da Congregação de S. Felipe Néri, tendo à frente "o Padre João Alvares servo de Deus", "e ainda ao presente continúa, tendo duas a seu cargo, correndo as outras por conta de dous clérigos, que mandei para elas logo que tive notícia do desamparo em que estavam. Cresceram os moradores e aumentou-se a povoação (informa o prelado) de sorte que se instituiu Paroquia dando-se-lhe por matriz a mesma Capela da fortaleza, em que se conserva até o presente; ficando o mesmo capelão sendo vice-vigário nomeado pelo Bispo..." (4)

Não era bem assim.

Os jesuítas, atormentados nas aldeias da costa pelos soldados e capitães que lhes tiravam os catecúmenos, expostos, além disto, à luta com os tapuias que lhas rondavam, em intermitentes investidas (a "guerra do cajú") — preferiram limitar a área de seus trabalhos

(1) Carta del-rei 29 de Jan. de 1691, *Rev. cit.*, p. 23. Mandava que se desse aumento às Missões.

(2) Caucaia, depois de 1759, chamou-se Soure, Parangava — Arronches, Paupina — Mecejana.

(3) Carta de Câmara Coutinho. *Rev. do Inst., Hist.*, LXXI, 43.

(4). *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. cit., p. 95.

circunscrevendo-a a Ibiapaba (1). Aí construíram o primeiro Hospício que se lhes concedeu no Ceará (mandando el-rei, em 1699, dar-lhes para isto 6 mil cruzados). O segundo foi Aquiraz — no século immediato, quando a capitania se beneficiou de um progresso rápido e geral.

A guerra dos Janduins aproveitou ao vale do Jaguaribe: porque foi invadido pelos gados do Rio Grande tangidos pelos vaqueiros que fugiam à ferocidade do tapuia é a brutalidade dos outros “senhores do sertão”(2).

Vale dizer que as fazendas de criação — depois que se aquiétaram os índios — tiveram acolá uma dupla origem: resultaram do exôdo dos moradores do Apodí, Piranhas, Cunhaú; e, em progressão do sul para o norte, da expansão sertanista que, pelo rumo de Pajeú e serra entre Pernambuco e Paraíba, partira do rio de S. Francisco com a Casa da Torre (3).

Os missionários catequizaram jaguaribaras e cariris. Os catecumenos fizeram-se pastôres. Duas gerações mais — e os sertões quentes, onde a água rareia, ao longe bordados de colinas verdejantes, começaram a ser cortados pelos rebanhos.

(1) Câmara Coutinho escreveu a el-rei, em 4 de Julho de 1692: “Na Missão da serra do Ceará está assistindo nela o Padre Manuel Pedroso, ha tempos que não tenho noticias suas...”, *Doc. Hist.*, XXXIV, 63. Por esse tempo o P. Estaniislão de Campos “chegou à provincia do Ceará, creada junto aos limites do Maranhão... os companheiros que naquela região tinham um hospicio de estreitas proporções...”, *Rev. do Inst. Hist.*, LII, 14.

(2) *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. cit., p. 75.

(3) Padre HELIODORO PIRES, in *An. do Arg. Publ. da Bafa*, I, 250. A infiltração proveniente da Bafa teria seguido da serra limítrofe (Pernambuco-Paraíba) o Piancó e alcançado o Piranhas, na década de 1680. A esse movimento pertencem os Oliveira Ledo, os vaqueiros de João Peixoto Viegas, etc. Sabemos agora que o gado do Rio Grande, com a guerra do Assú, se deslocou para o Ceará. Mas outra penetração se verificou pelo sul, num desbordamento das reservas pecuárias do S. Francisco, superabundantes ao findar o século, como informa Antonil. Se dissermos que do Piauí os rebanhos também passaram ao Ceará teremos que por três lados essa capitania se beneficiou dos rebanhos nordéstinos, entre 1680 e 1725.

OS JESUÍTAS NO NORTE

Em 1652 começa uma grande época da colonização religiosa.

Os missionários realizam entre o Maranhão e o Amazonas tarefa equivalente à dos sertanistas entre o Tietê e o Paraguai, quanto à dilatação das fronteiras e à expansão portuguesa : porém única, no seu propósito de aliar à civilização o índio e catequizá-lo, salvando-o.

Em 1652 os pólos da geografia política do Brasil são o Pará e S. Paulo.

Os pioneiros no planalto meridional destróem as massas indígenas, abrindo espaço para o domínio do mamaluco e do branco ; mas os padres na Amazonia defendem o selvagem, restringindo as atividades dos colônos, ávidos de braços escravos.

Ao norte formæ-se com isto uma sociedade que, a alguns aspectos, lembra o Paraguai jesuítico, e na qual prepondera a influência "tapuia", do gentio domesticado ; enquanto no sul êste vae desaparecendo, na eliminação gradual das "nações" dissolvidas.

Certo, a região amazônica, densamente ocupada por inúmeras tribus dóceis, (1), de ágeis canoieiros protegidos pela vastidão do rio correntoso e ignoto, jamais poderia ser investida por homens de guerra, encarniçados contra o nativo. A posse do vale exigia, preliminar, o apoio do cabôclo. Não se concluiria sem a sua

(1) "Não ha gentios no mundo que menos repugnem à doutrina da fé, e mais fácilmente a aceitem e recebam que êstes Brasis", VIEIRA, sermão do Espírito Santo (1657), *Sermões*, V, 330.

amizade. Requeria-lhe o préstimo de guia, de conhecedor da natureza que assombrava o forasteiro, de dono dos seus segredos — no labirinto dos “igarapés” serpenteando pela selva inextricável. Bento Maciel e os companheiros, na hora primeira da história do Pará, trucidaram, um pouco por toda parte, tapuias espantadiços. O resultado foi limitar-se então a penetração portuguesa ao curso do rio, onde as caravelas com facilidade destroçavam almadias aborígenes: para desembarcar e infiltrar-se pelas margens, tateando terra firme, necessitou da ajuda do padre e de sua persuasão sobre os naturais, logo dispostos à conversão e serviço dos adventícios. A um acêno do franciscano que acompanhava Luiz Aranha de Vasconcelos, centenas dêles se apresentaram — e, combatendo os “aruans”, expulsaram de seus fortes e tabacais holandeses e ingleses... Os europeus são sempre em número diminuto. A desproporção dos povoadores para a larguesa da conquista lembra os portugueses na Índia, em tempo de Albuquerque: um troço de bravos em face de populações compactas e dóceis. A pretenciosa cidade do Maranhão, séde do Estado, em 1636 (segundo Bento Maciel Parente) tinha 250 moradores e 60 soldados. Em 1660 não contava mais de seiscentos habitantes. E Belem, com oitenta moradores e 50 soldados em 1636, trinta anos depois era cidade de apenas 400 almas (1).

“Tudo quanto ha na capitania do Pará — testemunhou Vieira — tirando as terras, não vale dez mil cruzados, como é notório...” (2).

(1) Vd. *An. da Bibl. Nac.*, XXVI, 349. MAURÍCIO DE HERIARTE, *Descrição do Estado do Maranhão*, etc., GARCIA, nota a Varnhagen, III, 211-7. A igreja dos mercenários, começada em 1640, inaugurou-se em tempo do P. Vieira (havia então em Belem as de N. S. das Vitórias, N. S. do Carmo, N. S. do Desterro e N. S. da Luz), que aí fez o *sermão de S. Pedro Nolasco*: “Não sei se notais o maior primor da arquitetura desta igreja... é ter por correspondencia aquelas choupanas de palha em que vivem os Religiosos”. *Sermões*, VI, 350.

(2) P. ANTONIO VIEIRA, *Cartas*, I, 112. Em 1657, *Sermões*, IV, 69: “E’ possível que numa cidade tão nobre e cabeça de um Estado (Maranhão) não haja um Hospital, e que a Misericórdia não sirva mais que de enterrar os mortos?”

Os nomes são grandiloquos : Maranhão, Pará... ; porém a realidade mesquinha (povoações de palhóças, rala guarnição, meia duzia de sacerdotes e alguns funcionários) diante de um mundo estranho e sem medida. (1) De jesuitas são os olhos que o vêem e avaliam.

Exploram-lhe a imensidade, estudam-no (com o senso das ciências naturais de Nobrega, Anchieta, Cardim) e o descrevem nos seus mapas — únicos mapas da Amazonia até a excursão de La Condamine no meado do século seguinte. (2) Melhor : aprendem o falar dos índios, e os doutrinam. “Na antiga Babel houve setenta e duas línguas ; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cincoenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega : e assim quando lá chegamos, todos nós sômos mudos e todos êles surdos. Vêde agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário, para que êstes mudos falem, êstes surdos ouçam.” (3) Quatro anos depois exultava o padre Vieira : “O estado da missão, em suma, é ser ela a maior em número de almas e a mais disposta a receber os meios da salvação, de quantas hoje tem a Igreja”. (4). “... A maior emprêsa que tem a Companhia e por ventura a mesma Igreja, onde só o número das nações bastaram para assombrar o mundo...” (5).

(1) “Outros lhe chamem rio das Almazonas ; mas eu lhe chamo rio das Almazinhas...”, *Sermão da primeira oitava da Pascoa*, 1656, ed. cit., V, 232. àquele “grande mar do rio das Amazonas...”, *Sermões*, V, 350. “... Verdadeiramente é um mar doce, maior que o mar Mediterrâneo...”, *ibid.*, V, 376.

(2) “Desde o mapa que, segundo a informação do cronista Bettendorf, Antonio Vieira tinha no colégio do Pará, até o de Samuel Fritz, publicado em 1707 em Quito, os jesuitas foram os unicos cartógrafos do Amazonas”. J. Lúcio D’AZEVEDO, *História de Antonio Vieira*, I, 311. A carta definitiva das Missões é de 1753.

(3) VIEIRA, *Sermão da Epifania*, 1662. Vd. também a Exortação primeira, *Sermões*, V, 357, e sermão do Espírito Santo, cit.

(4) Carta de 1 de Junho de 1656, P. SERAFIM LEITE, *Novas cartas jesuíticas*, p. 254.

(5) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 260.

EM FAVOR DO ÍNDIO

A côrte de Lisbôa decidiu-se a dar impulso novo às missões do "Estado do Maranhão" graças a dous incidentes: a rivalidade entre franciscanos e jesuítas, que se resolveu a favor destes, protegidos de D. João IV; e as queixas de Inácio de Rego Barreto, capitão-mór do Pará suspenso pelo governador Luiz de Magalhães. Fôra também demitido o vigário geral Mateus de Souza Coelho. Pediram justiça — e os jesuítas com êles — tanto por que se obviasse de futuro à arbitrariedade da administração maranhense, como para que de vez se organizasse a catequese.

O padre Antonio Vieira empregou o seu valimento junto do rei para que assim se fizesse.

Foi o Pará separado do Maranhão (Provisão de 25 de Fevereiro de 1652). Voltou Inácio do Rego para Belem. Para substituir Magalhães veio Baltazar de Souza Pereira. Traziam instruções para obstem aos resgates, impedindo a opressão dos índios pacíficos.

Nessa política — de suprimir a escravidão do gentio — definiam os jesuítas uma atitude franca, corajosa em face da impiedade reinante no Brasil, previamente heróica. Teriam de lutar; e lutaram. (1) De resto, amparados pela corôa, continuavam a tarefa encetada pelo padre Luiz Figueira. Di-lo Vieira: "... Seguindo os desígnios do padre Luiz Figueira e as ordens de S. M., em que manda que edifiquemos casas e igrejas nas três capitanias do Maranhão, Pará e Gurupá". (2).

O destemido missionário que vimos, em 1607, dar sepultura em Ibiapaba ao primeiro martir do norte, seu companheiro Antonio Pinto, prosseguiu o aposto-

(1) Vd. VARNHAGEN, *Hist. Geral*, III, 200; J. LÚCIO D'AZEVEDO, *op. cit.*, p. 53.

(2) *Cartas*, I, 83.

lado no Maranhão e no Pará, até 1637. Recolhera-se então à metropole, para angariar subsídios, sacerdotes e ordens-regias, indispensáveis à ampliação das “missões”. (1). Voltou em 1643 com quatorze padres. Naufragou-lhe a náu, porém, nos baixios à entrada de Belém. Parte da tripulação (e o governador Pedro de Albuquerque) salvou-se em botes. Figueira e onze religiosos valeram-se de uma jangada feita com os destróços da embarcação. Mas a correnteza os lançou à ilha de Joannes (Marajó) onde os ferózes Aruans os mataram a todos. Com essa chacina se interrompeu um largo projéto de colonização espiritual: retomou-o nove anos depois Antonio Vieira.

VIEIRA NO MARANHÃO

Não seguiu em 22 de Setembro (1652) com a primeira turma de religiosos, solicitado pelos interesses que ainda o prendiam a Lisbôa, mas em 25 de Novembro, contra a vontade, premido pela ordem dos superiores e deixado ir por el-rei... (2) “Deus quiz que com vontade ou sem ela eu viesse”. “Venceu Deus! Eu agora começo a ser religioso!” Chegou Vieira a São Luiz em 26 de Janeiro de 53. Ato continuo fizeram os padres o seu Colégio, com a invocação de Santo Alexandre, perto da fortaleza — dominando os escrupulos e hostilidades dos moradores, que os receberam em tom de re-

(1) Diz Vieira, carta cit., P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 257, que a Província do Brasil não consentiu na separação do Maranhão: “suspeitando-se que o Padre Luiz Figueira a queria desunir, pelos impedimentos das guerras de Pernambuco, a Província acudiu a isso em Roma e não o consentiu; e suposto que o Maranhão é tão parte da Província como S. Paulo, Espírito Santo, Ilhéos, Pernambuco e Rio de Janeiro e como a mesma Baía, porque se não ha de acudir ao provimento destas casas?...” E’ que não havia na Baía missionários disponíveis, como à S. Maj. respondeu, a 12 de Set. de 1660, FRANCISCO BARRETO, *Doc. Hist.*, IV, 388.

(2) J. Lúcio, *Hist. de Antonio Vieira*, I, 206. A missão “fez-se por ordem do P. geral Francisco Piccolomini”, P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas*, p. 304.

volta. A luta iniciou-se — com os escravizadores de índios — no instante em que lá puzeram o pé: “no mesmo dia em que cheguei a ela, ouvindo os Roncadores, e vendo o seu tamanho, me moveram a riso, como a ira...” (1) Vieira não recebeu ou evitou o conflito. Logo a 22 de Maio assomou ao pulpito para definir a doutrina: perdiam as almas os detentores de índios que os exploravam na roça ou portas a dentro. “Não ha maior maldição numa casa, numa família, que servir-se com suor e com sangue injusto. Tudo vai para traz: nenhuma cousa se logra, tudo leva o diabo”. Nem valeria permissão régia em contrário: “El-rei poderá mandar que os cativos sejam livres; mas que os livres sejam cativos, não chega lá sua jurisdição. Se tal proposta fosse ao Reino, as pedras da rua se haviam de levantar contra os homens do Maranhão”. Exprobrou-lhes: “Ah fazendas do Maranhão, que se êsses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue!” E pediu que os colónos se acomodassem à regra de fazerem aprovar por uma junta as entradas que fossem ao sertão buscar índios “em cordas” ou “tomados em guerra justa”, os quais seriam distribuidos (“de sorte que nesta fórmula todos os Índios dêste Estado servirão aos portuguezes”) mediante bem humilde salário: “duas varas dêste pano” de algodão, “que valem dous tostões!” (2)

D. João IV entretanto, às primeiras reclamações dos maranhenses, expediu a provisão de 17 de Outubro de 53, por que se considerassem cativos os índios apanhados em guerra justificada ou resgates (3); e mesmo o padre João de Sotto Maior, reitor do novo Colégio,

(1) VIEIRA, *Sermão de Santo Antonio*, 1654.

(2) *Sermão da Primeira Dominga da Quaresma*, 1653 (III, 21, da ed. do Porto, 1907).

(3) Escreveu Vieira em 1657: “No ano de 1654 (aliás 53) por informação dos procuradores dêste Estado, se passou uma lei com tantas larguezas, na matéria do cativo dos índios, que sendo Sua Majestade melhor informado se serviu mandá-la revogar...”, *Cartas*, I, 149.

teve de assinar nos livros da Câmara um termo, de como os missionários não se envolveriam na questão de escravos e libertos (1). Em Belem, onde chegou em 5 de Outubro, assumiu Vieira compromisso idêntico. Era compreensível: "... fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem êles pereceriam". Mas fremia em irritação incontível: "O remédio que isto tem (e não ha outro) é mandar V.M. que nenhum governador ou capitão-mór possa lavrar tabaco nem outro algum genero, nem por si nem por interposta pessôa, nem ocupem nem repartam os índios..." (2) Não transigia além do razoavel: cativo justificado pela guerra, ou fosse de tribus adversas... E enveredou rio acima com a bandeira chefiada pelo ferreiro Gaspar Cardoso — seu primeiro contacto com a selva e o selvagem.

"Partimos para o rio dos Tocantins, eu e outros três religiosos, todos sacerdotes teologos e práticos na língua da terra, e dous dêles insignes nela. Navegamos pelo rio acima duzentas e cincoenta légoas; chegamos ao logar onde estavam os índios que iamos buscar; e Gaspar Cardoso foi o que conforme o seu regimento governou sempre tudo..." (3) Desceram uns mil cabôclos, em parte divididos pelos soldados, reunidos os restantes na aldeia de Morajuba, certamente — insinúa Vieira — para trabalhar nas roças do capitão-mór. Indispensável era proibir aos não-religiosos a entrada aos sertões, reservado o trato do gentio aos padres, que cuidariam de juntá-los sem os maltratar ou corromper, e de modo que fossem entregues aos lavradores apenas "os de corda", ou condenados à morte salvos pela intercessão dos missionários (4).

(1) BERREDO, *Anais Históricos do Maranhão*, § 972; VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 200.

(2) Carta de S. Luiz, 20 de Maio de 53, *Cartas*, I, 107.

(3) *Cartas*, I, 121.

(4) *Cartas*, I, 127.

Os da terra não pensavam assim. Em 13 de Junho de 54 fustigou-os o prégador — no Maranhão — com o sutil *sermão de Santo Antonio*, em que figurou o padroeiro a falar aos peixes, se não o ouviam os homens, imagem que lhe facultava dizer verdades duras. “Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros : muito maior açogue é o de cá, muito mais se comem os Brancos”. “... Importa que daqui por diante sejais mais Repúblicos e zelosos do bem comum e que êste preva-leça contra o apetite particular de cada um”. “Todos a trabalhar toda a vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal : e êste trabalho de toda a vida, quem o leva?... No triste farrapo com que saem à rua e para isso se matam todo o ano”. Chasqueou dos recalçitrantes, invectivou os pecados e concluiu, como quem fulmina o anatema : “Como não sois capazes de Gloria, nem Graça não acaba o vosso sermão em Graça e Gloria” (1).

À VOZ DA CATEQUESE

Três dias depois embarcou ocultamente (diz na epigrafe do Sermão) a advogar no Reino as medidas sem as quais fracassaria a missão, ou, mais claramente : “fui a Portugal a buscar a dita administração dos Índios” (2). “... E apertou tanto êste ponto o P. Manuel Nunes, que estando eu duvidoso da jornada, me foi

(1) Esta soberba oração incluiu-a AFRANIO PEIXOTO entre *Os Melhores Sermões de Vieira*, ps. 131-67, Rio 1933. Da quinta Domingo da Quaresma desse ano é o sermão em que Vieira acusou : “de Maranhão, de murmurar, de verberar, de maldizer, de malsinar, de mexericar, e sobretudo de mentir...”, *Sermões*, IV, 146 (ed. de 1909).

(2) Vd. J. Lúcio, *Os Jesuítas no Grão Pará*, p. 68. No sermão de *Ept-jania*, 1662, esclareceu : “Consta autenticamente nesta Côrte que no ano de 1655, vim eu a ela, só a buscar o remédio desta queixa, e a estabelcer (como levei estabelecido por Provisões Reais) que todos os Índios sem excepção servissem ao mesmo povo e o servissem sempre : e o modo, a repartição e a Igualdade, com o que o haviam de servir...”

intimar ao cubículo que tinha obrigação de o fazer sub peccato gravi. Assim o tinha também entendido o P. Luiz Figueira, que foi buscar, e trazia a dita administração. E assim o entenderam no Brasil tantos Superiores e tantos homens Santos, e o tem confirmado, desde S. Inácio, todos os Padres Gerais". (1)

Não errou com a viagem. Deu-lhe o prestígio de outro Sermão, na Capela Real, "vindo da Missão do Maranhão onde achou as dificuldades que nêle se apontam": o da Sexagesima. "Não me queixo, nem o digo, Senhor, pelos semeadores: só pela seára o digo, só pela seára o sinto". E comparou-se ao que, "mal logrados seus primeiros trabalhos", "fosse muito depressa à casa a buscar alguns instrumentos, com que alimpar a terra das pedras e dos espinhos"... (2)

Ouviu-lho el-rei com reverência e emoção. Começara aliás a atendê-lo ao decretar a união, novamente, de Maranhão e Pará (provisão de 25 de Agosto de 1654), confiados a um só governo, e de brasileiro (Vieira pediu: "para o político basta a Câmara e para a guerra um sargento maior, e êsse dos da terra e não de Elvas nem de Flandres...") (3), o mestre de campo André Vidal de Negreiros, amigo dos jesuítas e então em Lisboa.

Reuniram-se "em conferencia o mesmo Vieira, André Vidal de Negreiros e os dous procuradores que se achavam ainda em Lisboa", Martim Moreira (do Maranhão) e Manuel Guedes Aranha (do Pará), empenhados êstes em esclarecer os votos dos moradores. "Aí se concertaram varias disposições relativas à maneira

(1) Carta de 24 de Março de 1661, que agora divulga o P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 304.

(2) O da Sexagesima é o primeiro escolhido por Afrânio Peixoto, para a coletânea dos "*Melhores Sermões*", citada. Referiu-se a êle VIEIRA, *Cartas*, III, 135, ed. de J. LÚCIO, c. de 18 de Dezembro de 1674, para dizer: "... como se o servirmos aos Índios fôra servirmo-nos dêles".

(3) Carta de 4 de Abril de 1654, *Cartas*, I, 114.

de proceder com os índios, assim livres como cativos, cujas clausulas se inscreveram no Regimento do governador. Ao mesmo tempo se organizou o Tribunal ou Junta de Missões e Propagação da Fé que, funcionando a princípio na casa professa de S. Roque, pertencente aos jesuítas, foi em todo o tempo na mão dêstes um valioso elemento de força" (1).

FLORESCEM AS MISSÕES

Embarcaram em navios diferentes Vieira e o novo capitão general. Chegaram em Junho de 1655 a São Luiz, entre demonstrações de apreço que significavam temôr — do padre — e obediência — ao glorioso soldado da Restauração pernambucana. Enquanto êste governou, de fato não houve embaraços à ação, à disciplina e à influência dos missionários.

Tomarãm à sua conta os jesuítas onze aldeias de catecumenos no Maranhão e Gurupí; seis perto de Belém, sete no Tocantins, vinte e oito no Amazonas.

De resto, tinham agora o virtual monopólio das missões, cujo cérebro era Vieira, apaixonado pelo seu ideal e disposto a realizá-lo sem demora. Apenas em Gurupá soldados se amotinaram e expulsaram dous padres: André Vidal desterrou os culpados e libertou numerosos índios. Um dos castigados — capitão Antonio Lameira da Franca — havia de desferrar-se no Reino, denunciando à Inquisição (quando se voltou ela contra o grande prégador) o padre Antonio Vieira... Êste louvava o governador: "Tem V. M. mui poucos no seu reino que sejam como André Vidal... muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V. M. e observador das suas

(1) J. Lúcio D'AZEVEDO, *op. cit.*, p. 74.

reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro grande da côrte de V. M.” (1) E não limitava à Amazonia as suas vistas largas : “Da volta que faço para o Maranhão, determino de enviar missão aos índios do Camuci e do Ceará, que estão para a parte do sul, e é tanto o número dêles como a necessidade que têm de doutrina”. (2)

Em 1657 resumiu os sucessos maiores : os moradores, não podendo exercer as suas opressões sobre os índios mansos, quizeram valer-se da licença que tinham para resgatar os de “guerra justa”. Daí a entrada “a dar guerra à nação dos aruans e nheengaibas, de que se deu conta a V. M., querendo antes escravos tomados que comprados ; mas saiu-lhes tanto pelo contrário, que indo a esta emprêsa cento e dez portuguezes, e todos os índios do Maranhão e Pará, voltaram de lá com perda de gente e reputação, e sem escravos. . .”

Não se fez a entrada no Amazonas aconselhada pelo padre, “porque o governador e os do governo do Maranhão e Pará quizeram que as entradas se fizessem a outras partes, donde esperavam maiores interêsses”. Aos Pacajás foi o padre João de Sotto Maior, com quarenta brancos e duzentos caboclos, gastando dez mêses na viagem. “Destes morreram a maior parte pela fome e excessivo trabalho ; e também morreu o padre João de Sotto Maior, tendo já reduzido a fé em obediencia de V. M. quinhentos índios, que eram os que naquela

(1) Carta do Pará, 6 de Dezembro de 1655, *Cartas*, I, 134.

(2) Do Pará, 8 de Dezembro de 1655, *Cartas*, I, 138. E em 14 de Dezembro, escrevendo ao secretário Pedro Vieira : “... Com algum rigor para que seculares e eclesiasticos desistissem de fazer a verdade...” O sermão da primeira oitava da Páscoa dedicado a *Jeremias*, V, 204) dedicou-o Vieira á decepção dos moradores, com a volta da expedição que debalde procurára minas de ouro... Proféticas palavras !

paragem havia da nação Pacajá, e muitos outros da nação dos Pirapés, que também estavam abalados para se descerem com êle”. Não importava o martírio — se a mêsse era abundante : “São mui poucos já os que não tenham notícia dos principais mistérios da nossa santa fé...” (1)

Do padre Pedro Pedrosa sabemos que foi “o primeiro português que penetrou o sertão dos índios Tacanhapes, navegando o formidável rio dos Juruunas na capitania do Pará em que gastou dous mêsse, sem dispêndio algum da fazenda real, entrando as aldeias mais remotas daquela nação, que praticou e induziu a se passarem para o Pará sendo causa das pazes que celebraram com os tapuias Juruunas, as quais se conservaram até o presente, deixando na viagem descobertas grandes quantidades de cravos de que resultou conveniência para a fazenda real...” Outra primazia : “... sendo o primeiro que abriu caminho por terra para a comunicação do estado do Maranhão com o Ceará a cujo exemplo o fez também o governador André Vidal de Negreiros descendo o dito Padre a socorrê-lo e acompanhá-lo com os seus índios e mantimentos até a mesma capitania, instruindo e batisando os índios Tabajaras e por sua direção juraram vassalagem a V. Maj. no ano de 660 nas mãos do Padre Antonio Vieira...” (2)

(1) *Cartas*, I, 145. Das cartas transcritas por J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Cartas*, III, 730 passim, se vê que Vieira lutou muitas vezes com a incompreensão de companheiros seus e os excessos do visitador padre Francisco Gonçalves, tais “como de dar bastões e ginetas, e até habitos de Cristo, publicamente na igreja em presença de portugueses...” O propósito de Vieira era obstar a novos conflitos com o Estado. — Sobre a ocupação da terra, vd. também P. HAFKEMEYER, *Revista do Inst. Hist.*, Congr. Inst. de Hist. da América, V, 56 passim.

(2) STUART, *Documentos, Revista do Inst. do Ceará*, XXXVII, 21. O mesmo Padre Barbosa foi em 1675 “o que empreendeu navegar em canoa a costa do Maranhão até o Ceará facilitando-a de sorte que está hoje corrente, indo dali à Bafa donde enviou missionários...” *Rev. cit.* p. 22. De lá disséra Vieira em 1660 : “Faço esta na serra de Ibiapaba onde vim acabar de visitar a missão. Levo commigo ao padre Antonio Ribeiro e deixo em seu lugar ao padre Pedro Pedrosa, que já sabe bem a língua...” *Cartas*, III, 729, ed. de J. Lúcio.

O progresso era consolador e evidente. Em 1660 regozijava-se Vieira : “Trabalharam êste ano nas missões desta conquista vinte e quatro religiosos da Companhia de Jesus, os quinze dêles sacerdotes, divididos em quatro colônias principais do Ceará, do Maranhão, do Pará e do rio das Amazonas. Nestas quatro colônias, que se estendem por mais de quatrocentas légoas de costa, tem a Companhia dez residências, que são como cabeças de diferentes cristandades a elas anexas, a que acódem os missionários de cada uma em contínua roda, segundo a necessidade e disposição que se lhes têm dado. O trabalho, sem encarecimento, é maior que as forças humanas, e, se não fôra ajudado de particular assistência divina, já a missão estivera sepultada com os que nela por esta mercê do céu conservam e continuam as vidas. O fruto corresponde abundantemente ao trabalho, porque é grande o número de almas inocentes e adultos, que de entre as mãos dos missionários por meio do batismo estão quotidianamente voando ao céu...” “O padre Francisco Gonçalves, provincial que acabou de ser da província do Brasil, foi em missão ao rio das Amazonas e rio Negro, que de ida e volta é viagem de mais de mil légoas, toda por baixo da linha Equinocial, no mais ardente da Zona Torrida.” “E já o ano passado se fez outra missão dêste genero aos mesmos rios pelo padre Francisco Velloso, em que se resgataram e desceram outras tantas peças em grande benefício e aumento do Estado...”

O maior beneficio — acentúa — era só poderem ir a resgates os portuguezes com os missionários, o que evitara de vez os assaltos criminosos, dando-se honestidade à venda dos cativos resgatados : “depois de examinados e julgados por legitimamente cativos, os recebem e pagam os compradores, conseguindo os povos por esta via o que se tinha por impossível nêste Estado, que era haver nêle serviços consciencia”.

Um Império em formação !

“E assim como nas nossas primeiras conquistas se levantaram padrões das armas de Portugal em toda parte onde chegavam os nossos descobridores ; assim aqui se vão levantando os padrões da sagrada cruz, com que se vae tomando posse destas terras por Cristo e para Cristo”. Enumera a seguir a missão a que foi o padre Manuel Nunes, teologo notável, “mui prático e eloquente na língua geral da terra”, com 45 soldados e 450 índios “de arco e remo”, para castigar os ferozes “inheiguáras” : trouxe prisioneiros duzentos e quarenta... E as que se fizeram às regiões dos poquiguáras, dos tupinambás, reduzidos todos, com proveito da gente do Pará, pois foram aldeiados perto da cidade ; culminadas pela pacificação do terrível gentio da ilha de Marajó.

O CASO DE MARAJÓ

Os nheengaiabas, de Marajó, zombavam ha vinte anos dos portuguezes, espalhados na ilha, trucidando quantos ousavam explorá-la e talvez ligados aos hollandeses, cujos navios rondavam o Cabo Norte. Bem quizera André Vidal exterminá-los. Debalde os padres tentaram convertê-los. Por último (em 1655) o padre Sotto Maior deixára um crucifixo com o principal dos nheengaibas, e disse seria Jesus “o missionário e apostolo dêles e o que os havia de converter à sua fé”. Em 1658 — o governador Pedro de Melo (que sucedêra a André Vidal, despachado para governar Pernambuco) entendeu que, na iminência da guerra com Holanda, de que se falava no reino, os nheengaibas constituíam perigo sério, e cumpria acabar com êles. Interveiu Vieira, lembrando que se tentasse mais uma vez a catequese incruenta. Mandou com efeito, no Natal de 1658,

dous índios, com a notícia de que as leis vigentes proibiam o cativo e já não havia razão para os odios antigos. Voltaram com sete nheengaibas, prontos para fazer as pazes, em atenção ao “papel do padre grande”, de que lhes tinha antes chegado a fama. Trocadas palavras de confiança e amizade, tornaram os embaixadores, dizendo que chamariam os padres quando tivessem concluído uma povoação decente, com a sua igreja; e não faltaram à promessa. Em Agosto, dezenas de canôas levaram Vieira e outros portugueses a Marajó e ali viram o crucifixo do padre Sotto Maior, a par da alegria do gentio, que em festas (“tocando buzinas e levantando *pocêmas*, que são vózes de alegria”) mostraram a “igreja que tinham feito de palma”...

Concebeu aí Vieira um modo impressionante de fixá-los naquela lealdade: foi alinhar todos os índios, após a missa, e fazê-los repetir, em côro, solene juramento de fidelidade a el-rei de Portugal.

A EXPULSÃO

Não se lograra ainda tão rápido e brilhante êxito.

Cousa parecida acontecera na serra de Ibiapaba, onde se agazalhavam “por espaço de 24 anos em que esteve tomado Pernambuco” os taboajaras, “não só aliados mas vassallos dos holandêses e ainda cúmplices de suas herezias...” (1)

Os cabôclos ali eram “tão calvinistas como se nascessem em Inglaterra e Alemanha”. (2) Do trato dos holandêses conservavam singular prevenção contra os

(1) *Cartas*, I, 169. No “*Sermão da Epifania*,” 1662, voltou Vieira a encarecer êsses triunfos: “De maneira que a estrela dos Magos em dous anos trouxe a Cristo três homens, e as nossas (missões) em meio ano quatro nações”.

(2) VIEIRA, *Relação da missão da serra de Ibiapaba, Obras Várias*, 2.º 84; e J. Lúcio, *Hist. de Antonio Vieira*, I, 320.

católicos, e ódio a Portugal. Mantinham na serra o último reduto de aliados dos flamengos no Brasil. Poderiam atirar-se — como outr’ora o cruel Janduim — sobre as povoações convizinhas ; ou comunicar-se com os navios estrangeiros que, por vezes, se abeiravam da costa cearense. Cumpria doutriná-los. Vieira não deixou a outrem os riscos dessa jornada. Os selvagens provocaram-na mandando ao Maranhão mensageiros à procura do “padre grande”. Mostravam-se inclinados à paz, porém queriam o “padre grande”. Em 3 de Março de 1660 saiu êste, com dous jesuítas, (Pedrosa e Antonio Ribeiro) o índio de Ibiapaba, a quem se dêra o nome de D. Jorge da Silva, e mais cincoenta de escolta, cujo cabo era Braz do Couto de Aguiar (1). Fez viagem fatigante — por areias, vales e montes — e feliz, tal a acolhida que lhe dispensaram os barbaros. Chegou ao alto da serra, onde moravam os principais, em quarta-feira de trévas : logo encênou os atos da Paixão, e, com musica e cânticos, exerceu sobre êles a influência irresistível que havia nessas cerimônias. Os antigos discípulos dos padres lembravam-se, comovidos, do ensino que se lhes dêra. Os outros, subjugados pela magia do espetáculo, também pelo sentimento dos primeiros, se rendiam à fê e à obediência. E todos juraram fidelidade aos jesuítas e ao rei, como os índios de Marajó. Vieira passou um mês entre êles. Mandou os índios provenientes de Pernambuco (exatamente os amigos dos holandêses) para o Maranhão, onde se aldearam à parte ; e deu

(1) “... Capitão de infantaria indo por cabo da Tropa que o Governador e Capitão Geral daquele Estado (Maranhão) mandou na Missa que o Padre Antonio Vieira Religioso da Companhia de Jesus Visitador Geral das Missões daquela Cristandade fez na era de mil e seiscentos e sessenta à Serra de Ibiapaba, a dar fôrma à mesma Cristandade e aquietar os animos dos principais que andavam alterados e se temia que com os índios pernambucanos que tinham seguido o serviço dos holandêses e na restauração de Pernambuco se haviam acolhido à mesma serra se separassem da obediência da Igreja e de Sua Majestade...”, Patente de Braz do Couto de Aguiar, 1666, *Anais do Arq. Publ. da Baía*, VIII, 34. Não ha referéncia a êste soldado nos livros citados.

aos da serra, confiantes agora, e pacíficos, missionários que os fixassem nos seus povoados. (1)

Não seria possível — a série de triunfos pacíficos do “grande padre” — sem a ajuda incondicional de governos enérgicos (2). D. Pedro de Melo mereceu-lhe os mesmos elogios feitos a André Vidal. Temia que outro de diverso estôfo dêsse ouvidos aos descontentes, impedisse a liberdade de ação à Companhia e de novo — o que seria peor ! — lançasse a dúvida em meio aos índios conciliados e dóceis. Enganou-se. D. Pedro não teve pulso para conter a revolta, latente todo êsse tempo, e que afinal explodiu com uma fúria explicável.

Alçaram-se os moradores de São Luiz contra o ditador religioso. Queriam mais do que a retirada, das mãos dos jesuítas, do domínio temporal dos índios : a expulsão dêles, à maneira do que fizeram os paulistas. Estava Antonio Vieira no Pará. Acendêra a colera dos maranhenses a divulgação duma carta que escrevera ao P. André Fernandes, bispo confessor da rainha, a prevení-lo contra as queixas dos colônos. Caíra a carta em poder d’um frade do Carmo — pois naufragára o navio em que ia — e o resultado não se fez esperar. Tentou o governador apenas com quatro criados — pois os soldados desapareceram — obstar à invasão do Colégio. Não o respeitaram, ou acabou concordando com a violência (como pensou Vieira) (3). O Colégio foi varejado,

(1) J. Lúcio, *op. cit.*, I, 325. O Padre Pedro Pedrosa em 1661 aquiétou de novo êsses índios, levantados, “conduzindo para o Maranhão o principal, André Coroatay, com 400 almas de que se formou uma a deia”, STUART, *Documentos, Revista do Inst. do Ceará*, XXXVII, 21.

(2) El-rei mandara-lhe os decretos pedidos pelos jesuítas, para que os entregasse ao Governador e aos prelados das outras Religiões, escreveu VIEIRA (ao P. Geral) em 1658, P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas*, p. 273.

(3) “Comigo tem o Governador mais confiança, e tanta, que vindo ao Pará, me deu folhas de papel assinadas em branco...”, carta de Vieira, 1661, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 284. Depois, em 1662, que “D. Pedro assim na mesma junta como em todo o tempo antecedente fez notáveis diligências por fazer verdadeiras as suspeitas que os Padres tinham de sua boa vontade... “Um do povo” lhe disse publicamente : se os lançamos fóra, foi porque os criados de V. S. nos dissêram que assim o fizéssemos”. (*Ibd.*, p. 315).

e os padres arrastados à prisão. Em Belem, ao saber disto, Vieira entabou negociações com os vereadores, para apartá-los da rebelião. Era tarde. Em 17 de Julho (1661) os paráenses elegeram um juiz do povo, à semelhança do que se praticára no Maranhão, investiram o Colégio, tomaram os padres e entre vexames e injurias os embarcaram, para que fossem todos contar em Lisbôa como eram temíveis as indignações populares na colônia... (1).

O coração magoado, mal disfarçada a ira na sua modestia de sacerdote, ansioso por dizer de público, como costumava, e em assômos de eloquência que ninguém esquecia, os agravos sofridos, foi que o padre Vieira entrou o Tejo com os companheiros desterrados. O "Sermão da Epifania" — na Capela Real perante a Ráinha Regente que o estimava, lembrada da confiança em que o tivéra o marido — deu-lhe a oportunidade dêsse desabafo. E de novo tornaria, omnipotente, às missões do Brasil, se a política do reino não mudasse, com o advento inesperado do rei-menor, D. Afonso VI.

"Levantou o demonio êste fumo ou assoprou êste incêndio entre as palhas de quatro choupanas, que com nome de cidade de Belem, puderam ser pátria do Anticristo". "Quem havia de crer que houvessem de arrancar violentamente de seus claustros aos religiosos e levá-los presos entre beleguins e espadas nûas pelas ruas públicas e tê-los aferrolhados e com guardas até os desterrarem?" "Não se envergonhe já a barra de Argel, de que entrem por ela os sacerdotes de Cristo cativos e presos, pois o mesmo se viu em nossos dias na barra de Lisbôa". "Quanto aos interêsses, não tenho eu que dizer : porque todos os nossos haveres êles os têm em seu

(1) E' desse tempo (Abril de 62) uma carta de Francisco Barreto para o novo governador do Rio de Janeiro, Pedro de Melo (não confundir com o de Maranhão): "lastima da diferença que ha de vencer castelhanos, o lidar com mazombos...", *Doc. Hist.*, V, 146. *Mazombos*, brancos nascidos no Brasil.

poder. Assim como nos prenderam e desterraram, assim se apoderaram também das nossas choupanas e de quanto nelas havia. Digam agora o que acharam. 'Objetos sacros, "alguns livros, catecismos, disciplinas, cilícios e uma táboa ou rêde em lugar de cama, porque as que levamos de cá se dedicaram a um hospital...'

Mas o momento não era propício às reivindicações dos missionários.

Não escapou Vieira aos convites da intriga que dividia então a côrte, entre os partidários do rei-menor e os que lhe combatiam as más companhias, a sua súcia de "valentes" e as ambições que a manejavam.

E' Antonio de Souza de Macedo quem nô-lo revela. Nomeiou-se "o padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus insigníssimo Prégador e que o era de El-rei vindo havia poucos tempos expulso do Maranhão" para confessor do principe D. Pedro (em quem muitos viam o rei futuro, melhor que o irmão débil). "E chegou a tanto a imaginação que El-rei se opôz com toda a força a que o Padre Antonio Vieira não fosse confessor pois receiava da viveza de seu engenho e traças maquinaria maiores pensamentos". Impediu a nomeação, mas com isto ficou o padre entre os adversários da "súcia", e foi, com Cadaval, o marquês de Gouveia, o conde de Soure, dos que "assentaram convinha a expulsão de Antonio de Conti e de outros sujeitos que El-rei favorecia..." (1) Em consequência disto, ao ser proclamada a maioridade de Afonso VI, El-rei "mandou também expedir Decreto para que o Padre Antonio Vieira fosse desterrado cinquenta léguas fóra da côrte" (Junho de 62).

Dêram-lhe residência forçada no Pôrto, e ironicamente escreveu daí ao marquês de Gouvêia igualmente

(1) ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO, *D. Afonso VI*, edição de E. Brazão, ps. 30-2. O papel da expulsão dos Conti "de que dão por autor ao Padre Antonio Vieira", *ibid.*, p. 34.

exilado : “Veiu-me ao pensamento se seria isto força do tabaco do Maranhão, que me dizem está muito valioso, por não dizer valido ; mas o partido dos nossos inimigos está tão amparado, que não necessita a sua vitória destas diligências”. (1)

Só voltou ao Brasil para morrer na pátria adotiva — seu saudoso Colégio da Baía — em 1681. Não mais o viriam no Maranhão, onde prevaleceu o interêsse, com pouca religião, dos tabacais e canaviais, lavrados pelos *tapuias* do resgate.

Ruy Vaz de Sequeira (que em São Luiz se empossou governador, a 26 de Março de 62) lavrou termo de como não tinha ordem contrária à expulsão dos jesuítas ; e não tardou que o conde de Castelo Melhor, poderoso ministro de Afonso VI, dêsse ganho de causa aos moradores, com a provisão de 12 de Setembro do ano seguinte. Esta acabou com o regimen instituído em 1652, quanto à administração e “descida” dos índios. Ficavam as Câmaras — portanto os escravizadores — com a atribuição de nomear os cabos das “bandeiras”, autorizar e distribuir os resgates, pertencendo o espiritual, nessas entradas, a qualquer das ordens religiosas existentes nas capitánias, como tanto pediam os franciscanos, excluídas elas, os capitães mores e os cabos, da partilha dos cativos. (2) Até 1680 foi assim.

(1) *Cartas*, I, 175. Sobre as ocorrências do Amazonas-Maranhão, P. Betendorf, *Crônica, Rev. do Inst.* 72 (1909).

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 246-7. Carta régia de 8 de Maio de 1688 mandou pagar aos jesuítas as congruas vencidas desde a data da expulsão “sem culpa”, *Doc. Hist.*, XXIX, 256.

Mas venceu a campanha pertinaz dos padres. A justiça ajudou-os ! “Sobretudo a praxe da Relação da Baía, e de todos os ouvidores e justiça do Brasil, nas outras cidades e vilas, é que qualquer índio de que os portugueses se servem... se prova é de cabelo corredio (em diferença dos etíopes) sem apelação nem agravo o põe logo em sua liberdade...”, *Cartas*, ed. J. Lúcio, III, 669.

ECONOMIA PRIMITIVA

Até 1680 se ressentiu o norte do Brasil da rivalidade entre as Câmaras do Maranhão e do Pará, das dúvidas acerca da repartição dos índios resgatados, das divergências quanto à autoridade eclesiástica que interviria com o seu voto nêsse "tráfico". A mesma lei era suspensa em São Luiz e aceita em Belém. Discordavam os principais, de uma e outra capitania, e não havia mesmo ninguém contente, pois as ordens religiosas se queixavam igualmente de sua desvalia no concerto dos assuntos espirituais, dezeseite anos relegados a plano secundário.

Crescêra em lavouras e comércio a terra, mas se conservava bem pobre a vida nas duas cidades, principalmente no Maranhão, onde, em vez de dinheiro, corriam, por moêda, novelos de algodão. "Novelas e novelos, são as duas moêdas correntes nesta terra" . . (1) Duas varas de pano por mês eram a paga de um índio (em 1662); e tivêra o Conselho Ultramarino de ordenar que se firmasse o valor dos novelos, "enquanto se não procura outro meio de se meter dinheiro nêsse Estado" (2). Gregório de Matos achou-lhe graça :

Porque como em Maranhão
Mandam novelos à praça,
Assim vós por esta traça
Mandareis o algodão :
Haverá permutação,
Como ao princípio das gentes... (3)

(1) VIEIRA, *Sermões*, IV, 146 (ed. de 1909).

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, III, 206.

(3) *Satírica* (Obras, ed. da Academia Brasileira), II, 206. A sátira é à lei de 1686, que alterou novamente o valor da moeda, no Reino.

Essa aflição inspirou — em 1680 — uma “grande junta sobre o remédio espiritual e temporal do Maranhão”, “clamando todos que o dito Estado se vae perdendo e acabará de todo se não lhe acudirem”. Foi preponderante aí a voz de Antonio Vieira : “desejando e concordando todo em que os moradores deviam ser aliviados e ajudados com a maior despêsa da Fazenda Real que fôsse possível, e a êste fim tiraram os estancos e direitos, e se fez o contrato dos negros, que será o maior e mais fundamental remédio, como tantas vezes proposto de lá e tão desejado, principalmente sendo os preços moderados e os prazos muito largos” (1). A importação de africanos, que substituissem os índios nas rôças, (2) seria a tranquilidade dêstes, e dos padres, com o proveito geral, da terra, à semelhança do que acontecêra na Baía e em Pernambuco cem anos antes. Ao mesmo tempo os jesuítas eram desagradados, (3) com a ordem para que volvessem à liberdade os índios escravizados (1 de Abril de 80) e logo a 7 de Março de 81 se creou a “Junta de missões” com o fim de fiscalizar os negócios entre os colônos e o gentio.

Os moradores — vendo renovar-se a reivindicação dos jesuítas, e ainda sem o tráfico negreiro, que a mitigasse — mandaram à côrte Inácio Coelho da Silveira e Francisco da Motta Falcão. Sobreveiu disposição mais antipática : a Companhia privilegiada de Comércio (alvará de 12 de Fevereiro de 82), que teve vinte anos de exclusividade do mercado do Maranhão, como o estanco das mercadorias principais, cujo preço arbitrária, obrigando-se a introduzir quinhentos negros por

(1) Carta de 2 de Abril de 1680, *Cartas*, III, 430, ed. de J. Lúcio.

(2) Em 1660 pedira Vieira : “Necessitamos muito de tapanhunos (negros) que já temos pedido à província... Nesta serra me deu o padre Antonio Ribeiro por alvitte que o Provedor da Fazenda de Pernambuco nos podia comprar lá estas peças, e mandá-las no barco del-Rei que vem todos os anos ao Ceará...”, *Cartas*, III, 733, ed. de J. Lúcio .

(3) Vd. entre outras carta-régla de 27 de Agosto de 1680, *Doc. Hist.*, XXIX, 118.

ano (1). Se, por um lado, servia à lavoura, com os novos escravos (2), por outro faltava à promessa da Junta de 1680, restringindo o comércio com o sistema do estanco, agravado, na prática, pela irregularidade dos fornecimentos, razão da carestia e escassez de generos como acontecera à Companhia Geral em 1655. Ha trinta anos o desgosto raiára em revolta no Rio de Janeiro. Peor tinha de ser em São Luiz, onde lavravam, impunes desde o comêço, intrigas e insolências de homens de negócio, senhores territoriais e apresadores de cabôclos.

Tomaram a frente à agitação um senhor de engenho, Manuel Bequimão, e um advogado provisionado, seu irmão Tomaz Bequimão.

Em 24 de Fevereiro de 1684 levantaram o povo, prenderam o capitão-mór, na ausencia do governador Francisco de Sá de Menezes, então em Belem, interditarão o Colégio dos Jesuítas — onde havia vinte e sete padres, que foram expulsos dias depois (3) — e declararam extinta a Companhia. Déram ao seu excêso formalidades de reação legitima. Houve “Te Deum”, em confirmação dos intuitos cristãos do motim; saíu um portador com cartas para a Câmara do Pará e para o bispo D. Gregório dos Anjos que também lá se achava em visita apostólica; reuniu-se Junta geral para aprovar os atos praticados. Mas a circunstância de estarem livres de coação o bispo e o governador foi fatal à revolução. Sugestionada por êles a Câmara de Belem invecivou-a rudemente. Lembrou-se Manuel Bequimão

(1) Vd. VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, III, 307 e segs.; J. F. LISBÔA, *Obras*, III, 418 e segs.

(2) Até o começo do século seguinte a produção açucareira do Maranhão era pequena e de inferior qualidade. Carta-régia de 6 de Maio de 1706, mandando fossem mestres de açúcar da Baía, disse, “ser conveniente que no Estado do Maranhão se obrem açucares e êstes sejam de igual bondade dos que se fazem no Brasil...”, *Anais do Arq. Publ. da Baía*, I, 213.

(3) Carta de Vieira, 22 de Julho de 1684: “De novo nos tornaram a lançar do Maranhão aqueles bons cristãos que, se foram castigados da primeira vez e desterrados os principais moradores e alguns frades que os fomentam, não se atreveriam a esta reincidência”. (*Cartas*, II, 254).

de mandar o irmão à Lisbôa, para justificar a violência havida. Foi êste preso e devolvido ao Maranhão na frota em que veio novo governador, Gomes Freire de Andrada, bem instruído ácerca dos meios extremos com que debelaria a insurreição. Acompanharam-no Francisco da Motta Falcão e o morador de S. Luiz Jacinto de Moraes Rego, que, intermediários hábeis, obtiveram ao desembarcar que Câmara e povo recebessem respeitosamente o representante régio.

Gomes Freire saltou em terra entre demonstrações de obediência, certificou-se da disciplina da tropa, e com exemplar energia, restaurou as autoridades depóstas e declarou restabelecida a Companhia de Comércio. Fugiu Manuel Bequimão. Concebeu, com os remanescentes do seu partido, um plano para livrar o irmão encarcerado. Mas um seu afillhado, Lazaro de Melo o atraçou, denunciando-lhe o refúgio; foi capturado, com Jorge de Sampaio, o mesmo que em 1662 estivera na côrte, como procurador do povo; e morreram ambos no patibulo, em 2 de Novembro dêsse ano de 84. (1)

Não havia ódio na rigorosa justiça de Gomes Freire. Cumpriu implacavelmente a lei; e não o desestimou a gente da terra, tanto que as Câmaras de São Luiz e Belem encomendaram para Lisbôa, após a necessária licença, um seu retrato a oleo, primeira homenagem dessa espécie que lá se fez. Percebeu que no fundo da iniquitação reinante palpitavam interêsses respeitáveis. Não tripudiou sobre a vitória. Escreveu limpamente para a côrte, a achar que o estanco das mercadorias era danoso ao país, e alguma concessão devêra fazer-se no caso dos índios para a agricultura. Colocou-se, equidis-

(1) Tomaz Bequimão foi deportado para Pernambuco; esteve oito anos cativo dos mouros; vinte anos mais tarde, perdoado, teve licença para descer cem casais de índios e estabelecer-se com lavoura no Maranhão. O delator Lazaro de Melo acabou por matar-se, n'um engenho, roldo de remorsos. Em tôrno dêsses sucessos ha uma literatura abundante, que VARNHAGEN resume, *op. cit.*, III, 311-2.

tante, entre os maranhenses e os jesuítas — mandados por el-rei de volta aos seus Colégios em 1688. (1). E acudiu ao Pará, a braços com a invasão francesa, como expuzera Sá de Menezes a el-rei: “ácerca da entrada que faziam os franceses que assistiam na fortaleza de Caiena da parte do norte nas terras dos Aruans, e passáram até às aldeias dos Tucujús, pouco distante da fortaleza de Gurupá, a fazer escravos, até do gentio que com as pazes estava domesticado...” (2).

A FRONTEIRA SEPTENTRIONAL

Os franceses tomaram aos holandeses Caiena em 1676. O senhor de Ferrolles, suggestionado pela descrição que do Amazonas fizera o padre Acuña (em 1682 traduzida por Gomberville) não se deu por satisfeito com o seu governo da Guiana. Procurou alcançar o grande vale e, quanto possível, ampliar, terra a dentro, a sua jurisdição em nome de Luiz XIV. À notícia das primeiras expedições os colónos do Pará e do Maranhão se aprestaram para repeli-las. Francisco da Motta Falcão, que em 1669 havia fundado o fortim de S. José do Rio Negro, ofereceu-se (em 1684) para construir em quatro anos quatro redutos que balisassem nitidamente o território português. Aceita a proposta, em 1685 mandou fazer os do Parú, Toheré, Santo Antonio de Macapá e Araguaí (3).

(1) A carta régia de 22 de Março de 1688, mandou que o governador geral desse todo apoio à restituição dos jesuítas ao Maranhão, *Doc. Hist.*, X, 293.

(2) Carta régia de 20 de Fevereiro de 1686, GARCIA, nota a Varnhagen, III, 313.

(3) A primeira fortificação no Araguaí foi feita em 1660, por Pedro da Costa Favella. Francisco da Motta Falcão em 1673 subiu o Tocantins ao encontro dos paulistas Sebastião Paes de Barros e Pascoal Paes de Araujo, Artur Cesar Ferreira Reis, *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, p. 16, Belem 1940. O forte que fizera em 1669 foi o primeiro alicerce da cidade de Manáos, A. C. FERREIRA REIS, *História do Amazonas*, p. 47. O mesmo autor, *Manáos e Outras Vilas*, p. 30 e segs., Manáos 1935. aprecia as divergencias quanto à data da fundação do forte.

Tão rápidas providências surpreenderam os vizinhos, que esperavam encontrar, nos rios e nas selvas amazônicas, apenas o gentio e algum exquivo canoeiro mamaluco. Em 30 de Junho (de 85) De Ferrolles teve de deter-se diante do fortim de Araguari. Tentou intimar-lhe a rendição, mas à resposta do comandante, de que o território era do rei de Portugal, se limitou a deixar a carta do governador de Caiena, La Barre, que proclamava os direitos de França, e recolheu-se à sua feitoria do litoral.

Insignificante na aparência, o choque entre franceses e portugueses, em 1685, assinalou uma fase ativa de reconhecimento e medidas preventivas que aos afluentes do Amazonas, até o cabo Norte, estenderam os governadores do Maranhão e seus capitães, a vigiar a imensa região cobiçada.

ANTONIO DE ALBUQUERQUE

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1), sucessor de Gomes Freire, foi ao Araguari e viu os lagos do Cabo Norte (1687).

Cinco anos depois discriminaram-se as zonas de atividade das diferentes ordens religiosas — por que, sem atritos, reencetassem a catequese e a conquista pacífica. Ficaram os jesuítas, “os mais antigos do Estado”, com o distrito do sul do Amazonas, e todo o sertão correspondente. Na margem esquerda, “até perto do rio Urubú”, os franciscanos tiveram por vizinhos mercedários e carmelitas (“que também por acôrdo com a Companhia tomaram a si a região do Madei-

(1) Neto de Francisco e bisneto de Feliciano Coelho de Carvalho, Frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit. Arnão de Holanda, fez Antonio de Albuquerque as armas na fronteira e foi governador da Beira Baixa e Olivença. Governou o Maranhão de 1685 a 1701, GARCIA, nota a Varnhagen, V, 340. Tornou-se maior o seu nome em 1709-11, em S. Paulo e Minas Gerais; como veremos no volume seguinte.

ra”) (1). Dir-se-ia augurára Antonio de Albuquerque a investida de surpresa que De Ferrolles (de volta a Caiena em 1691) empreendeu do Oiapock até o rio Parú, em Maio de 1697, arrasando os fortins construídos por Motta Falcão (2). Exito efêmero, o do pioneiro francês: enviados a toda prêssa pelo governador os capitães Francisco de Souza Fundão e João Moniz de Mendonça, recapturaram Macapá e expulsaram os intrusos. Logo Manuel da Motta de Sequeira se ofereceu para fazer outros quatro fortes, no Parú, Rio Negro, Pauxis e Tapajós, recebendo como recompensa o governo dêste último. Foi ao tempo em que o embaixador de Luiz XIV em Lisboa, Rouillé, forçava por defender a “conquista” francesa. Não concluiu senão um tratado provisional, em 4 de Março de 1700: adiava por um ano o litigio sobre as “terras situadas entre Caiena e a margem do Amazonas”. Vinte e um dias depois Portugal e França firmavam o seu entendimento quanto à grande questão do momento: a sucessão da corôa espanhola. (3) Embora precária, essa aliança, cêdo desvanecida, impediu que se reacendêsse então a luta, nos “igarapês” do Amazonas. Os portugueses, em compensação, alargavam — insaciáveis — o seu dominio, em prejuizo dos espanhóis.

A questão com o padre Samuel Fritz, que descêra de Quito para catequizar os Omaguas, em 1689, ilustra essa politica. O padre, a serviço de Castella, argumentava com a linha de Tordesilhas e assegurava pertencer à Espanha a zona dos Omaguas. Contestaram-lhe, que era de Portugal. Passou então ao Pará, a entender-se com as autoridades portugêsas: é a viagem descrita

(1) J. LÚCIO D’AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão Pará*, p. 244.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, III, 33.

(3) Vd. DAMIÃO PERES, *A Diplomacia Portuguesa e a Sucessão de Espanha (1700-1704)*, p. 16, Barcelos 1931; CALOGERAS, *A Política Exterior do Império*, I, 157, Rio 1927; principalmente a *Exposição* apresentada pelo barão do Rio Branco em defesa dos direitos do Brasil e a sentença arbitral do governo suíço, que dirimiu a pendencia de limites com a França.

no "Diário da descida do padre Samuel Fritz, missionário da corôa de Castela no rio Marañon, desde São Joaquim dos Omaguas até a cidade do Grão Pará, no ano de 1689 ; e volta do mesmo padre desde a dita cidade até a aldeia de Laguna, cabeça das missões de Maynas no ano de 1681" (1). A contenda arrastou-se até 1709, quando se chocaram armas castelhanas e portuguezas entre o Javari e o Napo.

O CAMINHO DA BAÍA

Não foi menor serviço de Antonio de Albuquerque a abertura do caminho sertanejo do Maranhão até a Baía, como queria el-rei desde 1688. A "entrada", que estabeleceu essa comunicação, teve por chefe o sargento-mór Francisco dos Santos. A chegada dos emissários do governador do Maranhão à capital da colônia — através de tantos rios, desertos e ásperos campos — encheu de regozijo as populações litorâneas. Verificava-se a possibilidade d'um itinerário que fazia esquecer as navegações difíceis ; percebia-se que os selvagens já não interceptavam, nas suas terras remotas, a passagem dos viajantes ; e se reconhecia que não era mais temeridade de pioneiros a penetração, rumo franco do norte, além dos últimos currais do São Francisco. (2)

(1) Publicou-o RODOLFO GARCIA in *Rev. do Inst., Bras.*, tomo 81. Sobre o desenvolvimento da questão com o P. Fritz, também FERREIRA REIS, *Hist. do Amazonas*, p. 69 e segs. O célebre mapa do Amazonas feito pelo padre (gravado em Quito em 1707, impresso pela primeira vez em Londres em 1712) é reputado cronologicamente o melhor levantamento da bacia amazonica.

(2) Carta de D. João de Lencastro, 23 de Junho de 1695, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 344. O emissário chegara a 19 de Abril de 95. Chamava-se Antonio da Cunha Sotto Maior. O segundo mensageiro foi o sargento mór Francisco dos Santos. Soto Maior, depois mestre de campo da conquista do Piauí, foi assassinado pelos tapuios em 1713, fato de largas consequências, Frei FRANCISCO DE N. S. DOS PRAZERES, Poranduba Maranhense, *Rev. do Inst. Hist.*, tomo LIV, parte I, p. 99.

Note-se que Francisco Dias de Avila "pelo roteiro que tem é conhecedor dos confins do Maranhão...", patente de 2 de Abril de 1691, *Anais do Arq. Publ. da Baía*, I, 131.

NEGROS E TAPUIAS

PALMARES

A necessidade de acabar com os “mocambos” de negros fugidos só se acentuára em 1671, se bem que desde as lutas holandêsas inquietassem ambos os governos — de Recife e da Baía — êsses núcleos de africanos instalados em pé de guerra entre o rio Real e as Alagôas. Os “palmares” da serra da Barriga, nas Alagôas, foram as aldeias-fortes que mais extensamente se mantiveram nas faldas dos montes, protegidos pela selva e pelas escarpas de acesso difícil, repletas de foragidos em geral angolêses (gente que falava o “quimbundo” e constituía o grosso da escravatura) cujas correrias, pelos engenhos e fazendas, alarmavam de contínuo as populações convizinhas.

Os flamengos mandaram contra êles duas expedições de fracos resultados: do capitão Baro (1643-44) e de Blaer e Reijmbuch (1645). Em 1657 Lourenço de Brito Corrêa peaiu terras no sertão de Pernambuco, “vizinhas dos negros rebeldes dos mocambos e palmares...” (1) Lembrou em 1671 o governador de Pernambuco Fernão de Souza Coutinho: “Ha alguns anos que dos negros de Angola fugidos ao rigor do cativeiro e fábricas dos Engenhos desta Capitania se formaram povoações numerosas pela terra dentro entre os palmares e matos, cujas asperezas e faltas de cami-

(1) *Doc. Hist.*, XX, 177.

nhos os tem mais fortificados por natureza do que pudéra ser por arte, e crescendo cada dia em número se adiantam tanto no atrevimento, com que contínuos roubos e assaltos fazem despejar muita parte dos moradores dessa Capitania mais vizinhos aos seus mocambos, cujo exemplo e conservação vae convidando cada dia aos mais que fogem por se livrar do rigoroso cativoiro que padecem..." (1). Queria passar a Pôrto Calvo, para "fazer esta guerra". Mas quem a fez foi, três anos depois, o governador D. Pedro de Almeida, pedindo a todas as Câmaras socórras de homens e munições: comandou a "entrada" Manuel Lopes (Novembro de 1675). (2) Esta logrou apreciáveis vantagens. Após vinte e cinco dias de marcha deu num arraial, desbaratado ao termo de duas horas de combate; e aí acampou Manuel Lopes por cinco mēses, sem se animar todavia a bater os negros nos outros "quilombos" dissimulados na mata. Apresou uma centena dêles. D. Pedro de Almeida renovou a guerra em 1677, confiando-a a Fernão Carrilho, experimentado pioneiro de Sergipe é do vale do São Francisco. A ordem foi para fundar arraial nos Palmares, afim de irradiar daí as várias expedições punitivas, como praticára Estevão Baião no Paraguassú (3). Tal método "paulista" produziu excelentes efeitos. Levou aliás Carrilho valentes cabos como Manuel Rodrigues Vieira, veterano da guerra

(1) ERNESTO ENNES, *As Guerras nos Palmares*, p. 24, S. Paulo 1938, — O governador geral, em carta de 17 de Julho de 1673, referiu-se "as três entradas que mandou fazer aos Palmares pelo coronel Antonio Jacome Bezerra e as causas por que se não lograram" *Doc. Hist.*, X, 79.

(2) Acompanhára-a D. Sebastião Pinheiro Camarão, com os seus índios, "ao dano que se fez aos negros dos Palmares em um Mocambo de mais de 2.000 cabeças que se poz fogo dando-se no fim com mais de 6.000 de guerra em uma fôrça destacada que sendo investida depois de duas horas de peleja foram destruídos com muitos mortos e feridos e pondo-se os mais em fugida foram seguidos pelos mais agrestes matos do sertão e pelejando com êles segunda vez receberam semelhante dano", *Doc. Hist.*, XXIX, 293. Sobre Manuel Lopes, soldado no Brasil desde 1635, vd. José Augusto, *Famílias Seridoenses*, p. 62 e segs. Rio, 1940.

(3) A sugestão foi do governador geral, *Doc. Hist.*, X, 108.

holandêsa no S. Francisco (1). Dirigiu Carrilho “um assalto com pouca gente, aprisionou 60 e matou muitos, em que entrou um potentado, e achando a gente de guerra dos Palmares junta na de Zumbi fortificada e guarnecida com armas a investiu e escalou sem perda dos nossos soldados, ficando aqueles barbaros tão tímidos que voltando com 180 homens brancos e índios sobre o seu poder, fez arraial dentro da dita cerca aonde estavam os reis e os afugentou, deixando os mantimentos, e por espaço de 4 menses que alí assistiu lhes fez grande dâno aprisionando 17 negros, a rainha e dous filhos do rei, matando-lhe 4 e quantidade de soldados com o seu Mestre de campo general e alguns potentados e officiaes maiores pondo os mais em estado de fome e apertos que os obrigou à minha obediência, obrando tudo à sua custa e gastando todo o seu cabedal com os soldados, largando-lhes as presas para os animar, adquirindo com êstes sucessos grandes aumentos à Fazenda Real, dando-lhe de quintos 541\$000 e grangeando o nome de restaurador daquelas Capitaniaes por ficarem os moradores delas quiêtos e livres...” (comemorou a cartaregia de 30 de Agosto de 1680) (2).

A LUTA INFINDAVEL

O triunfo era provisório. Realmente os negros enviaram a Recife uma embaixada, de dez principais, recebida com muitas demonstrações de alegria, como a firmar as pazes, e foram premiados com sesmarias vastas os melhores sertanistas, a começar por Fernão Carrilho, que teve 20 léguas, Manuel Lopes oito... Em

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXIX, 202.

(2) C. régia dando a recompensa de 80\$ nos dízimos dos Palmares a Feliciano Prudente, filho de Fernão Carrilho, *Doc. Hist.*, XXIX, 428. Alvará de Sua Alteza, de 10 de Março de 1682, dispôz sobre os negros recapturados, *Doc. Hist.*, XXXII, 376-84.

1679 havia urgência de outra arremetida, comandada também por Fernão Carrilho, cujas instruções não admittiam mais “condescender nas pazes”: devia levar os negros a ferro e fogo. Já em caminho achou que tanta severidade se não justificava, e não somente quiz que se dêsse aos inimigos uma oportunidade de pedirem trégoas, como, antes de atacá-los, os intimou para largarem os seus arraiais. Vale dizer que procedeu como entre beligerantes, não como capitão do mato à caça de escravos fugidos; e de tal sorte se indignou o governador que mandou destituí-lo e prendê-lo.

Fracassou dest’arte — suspeitado de ter interêsse em não se acabar a campanha (1) — o melhor dos cabos do nordêste que então era Carrilho. Mas D. João de Souza e João da Cunha Soto Maior, governadores de Pernambuco, mostraram-se dispóstos a aceitar aquelas pazes, por falta de meios para uma guerra definitiva. Foi o Conselho Ultramarino que se lhes opôz (7 de Fevereiro de 1686): “não convem que se admita a paz com êstes negros, pois experiência tem mostrado que esta prática é sempre um meio de engano...” (2) E Carrilho, ainda “preso pela culpa de não castigar êstes levantados negros”, aceitou o comando da “entrada”, que os investiu em Janeiro de 86. (3) O governador Soto Maior seguiu-o com alguma tropa, decerto por não confiar muito nêle, e em pessoa assaltou a “praça d’armas” dos quilombolas, levando-os de vencida.

Como das outras vezes, o successo não foi completo. Evadiam-se, metendo-se nos matos; mudavam-se para outras aldeias; fugiam e voltavam; sem valor para uma resistência formal, tinham a tenacidade e a

(1) ERNESTO ENNES, *op. cit.*, p. 35.

(2) ENNES, *op. cit.*, p. 39.

(3) Comandava o “terço da gente negra de Pernambuco, contra os Palmares, DOMINGOS RODRIGUES CARNEIRO, STUART, Documentos, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 27.

astúcia dos tapuias... Lembrou-se Soto Maior dos paulistas.

Divagavam Domingos Jorge Velho e seus companheiros — uns quatrocentos — pelos sertões do Piauí que tinham ajudado a descobrir. Havia escrito a D. João de Souza, seu antecessor, a pedir se lhes permitisse apresar gentio inimigo. O governador negára, pois à palavra de inimigo atropelavam tribus dóceis e cometiam grandes crueldades. Agora convinha aproveitar-lhes o espírito bélico: “os roguei (escreveu Soto Maior em 7 de Novembro de 1685) para esta conquista dos Palmares, mandando-lhes patentes de conquistadores dêles, e conservadores do Gêntio daquele distrito adonde vivem, concedendo-lhes a mesma concessão das presas livres, e que extinguindo-me êstes negros lhe prometia que V. Majestade lhe havia de fazer grandes honras e mercês...” A resposta demorou, em razão da epidemia da “bicha”; chegou em Março de 87. Os paulistas (que entretanto tinham voltado a S. Vicente) aceitavam o encargo e “só queriam em remuneração da conquista dos negros que asseguram, lhe aceitasse alguns partidos com que acometiam...” Significava isto a concessão dos recursos precisos para a campanha e do quinto das prêsas, fóra outros favôres, estipulados no contrato que se lavrou em 3 de Março. (1).

Apezar de bem ajustados, governador e sertanistas, o negócio carecia de aprovação régia, que tardou, e impacientemente pediu o sucessor de Soto-Maior, marquês de Montebelo, em 5 de Setembro de 1692.

(1) ENNES, *op. cit.*, p. 51. Desde 1671, porém, se pensava nos paulistas para a guerra dos Palmares, *Doc. Hist.*, X, 52. O governador Afonso Furtado reparára que os paulistas não tinham a experiência da luta com os negros, *Doc. Hist.*, X, 137: seria melhor os Pernambucanos.

A GUERRA DO ASSÚ

Nos entrementes alastrou-se, no Rio Grande do Norte, a insurreição dos “janduins”, a mais furiosa de quantas houve no Brasil seiscentista — prevista aliás desde a felonía dêsses tapuias na sua descida para a fortaleza dos Reis Magos, como aliados dos holandêses, sedentos de sangue português e afamados em tropelias inauditas.

Declarou-se a rebelião em 1687. Mas vinha de longe.

Vidal de Negreiros quando governador da Paraíba (1655-57), vingativo, pensando nos crimes cometidos pelos tapuias à sombra do flamengo, puzêra a ferros dous filhos do principal dêles. Foi princípio de hostilidades intermitentes. Matias de Albuquerque Maranhão avisou à côrte (1661-63) “como os Índios barbaros Janduis residentes no distrito e sertão da capitania estavam rebelados e declarados inimigos”, tanto “que os brancos tratam de fazer suas casas fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos...” (1). Fracas foram as providências tomadas. Em Fevereiro de 1687 (2) passaram a devastar a região do Assú (Piranhas) e do Apodí. Em Dezembro os vereadores do Rio Grande observavam: “tinham assaltado agora os colônos da ribeira do Ceará-mirim, a cinco légoas da capital, os quais mal podiam defender-se dentro das casas fortes...” (3)

(1) APOUNSO TAUNAY, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, VI, 349.

(2) Vd. carta de Matias da Cunha, 17 de Junho de 1687, *Doc. Hist.*, X, 245.

(3) A. TAVARES DE LYRA, *História do Rio Grande do Norte*; e TAUNAY, *op. cit.* VI, 315. Os janduis já usavam espingardas, talvez fornecidas por piratas estrangeiros ou trocadas no Ceará, *Doc. Hist.*, X, 324. O padre Vieira o diz: “Esta costa de dous anos a esta parte anda infestada de corsarios, particularmente francezes, dos quais alguns em melhor habito que de corsarios foram achados sondando-nos os portos e ensinando os barbaros a manear as armas europeas”, 1 de Junho de 1687, *Cartas*, II, 289.

O governador geral Matias da Cunha não ouviu duas vezes o lancinante apêlo. Deu ordem ao governador de Pernambuco para que mandasse em auxílio dos moradores toda a força disponível.

O primeiro Cabo dessa guerra punitiva foi o coronel Antonio de Albuquerque da Câmara (1) : atacou com trezentos homens, os tapuias do Assú, (“mais de 3 mil arcos”) bateu-se com êles um dia inteiro, e teve de recoller-se a uma casa forte “só com sua pessôa, o capelão e um trombeta. . . .” (2). O capitão mór Manuel de Abreu Soares, octogenário, e ainda vigoroso sertanista, correu de Pernambuco, a socorrê-lo : (3) com oitenta soldados derrotou o gentio à altura do rio Salgado, mas aí acampou à espera de refôrços. Seriam esmagados pelo inimigo numeroso, cada vez mais temível, se os paulistas não se apressassem em entrar em cêna, encorajados pela promessa que se lhes fez das prêsas (pois era “guerra justa”, decidida em junta de teólogos) (4) e de várias patentes ou privilegios militares. Alcançaram o Piranhas em Julho de 88, e logo em contacto com os índios, lhes infligiram, numa batalha que durou quatro dias, pezado castigo (5). Êsse exito fez que o governador geral transformasse em “terço de infantaria. a “bandeira” de Domingos Jorge, elevado com isto à dignidade de mestre de campo (Carta de 13 de Outubro de 88).

(1) Carta de Matias da Cunha, 17 de Set., de 1687, *Doc. Hist.*, X 251.

(2) *Doc. Hist.*, X, 319 ; e XI, 139.

(3) *Doc. Hist.*, X, 275. Queixou-se o governador, de que sendo 900 homens, só acompanharam os seus cabos duzentos, . . . , *Doc. Hist.*, X, 306.

(4) Mandou el-rei em 1692 que os tapuias aprisionados e vendidos como escravos fossem restituídos à liberdade, *Doc. Hist.*, XXXIII, 344, revogando assim a autorização dada por Matias da Cunha.

(5) *Doc. Hist.*, X, 265 ; P. CALMON *História da Casa da Torre*, p. 190. “... E por lhe faltar polvora e balas se retirara ao seu Arraial enquanto lhe chegava o socorro das armas e munições que lhe faltavam”, *Doc. Hist.*, X, 306 Moraes Navarro conta : “como lhe foi faltando a polvora se veiu retirando para o seu arraial, e o vieram seguindo até o meio do caminho...”, *An. do Arq. Publ. da Bafa*, I, 140.

PAZES INESPERADAS

Achou-se porem indispensável mais gente paulista, para a “guerra dos Barbaros do Rio Grande cuja extinção total é a única defêsa que segura de suas hostilidades aquela Capitania e todas as mais do norte”, na severa linguagem do arcebispo D. fr. Manuel da Ressureição.

Veiu Matias Cardoso de Almeida “pelo Sertão chamado por ordem dêste Governo da Capitania de S. Vicente ao Rio de S. Francisco trazendo mais de cem homens brancos com seus officiaes”, (1) entre êstes Manuel Alvares de Moraes Navarro, sargento-mór, e João Amaro (veterano da “entrada” de 1674) no posto de capitão mór. Com isto Domingos Jorge ficou de mãos livres para atácar os Palmares. Revezaram-se no nordêste êsses guerrilheiros famosos. “Governador absoluto” da guerra ao tapuia, Matias Cardoso foi estabelecer-se (Março de 1690) na barra do Jaguaribe; Domingos Jorge, mestre de campo do seu Regimento, marchou para as Alagôas. Mas pouco fez o primeiro, sem fôrças para uma guerra conclusiva (2). O governador do Rio Grande (Janeiro de 91) inquietou-se, saíu a encontrar Matias Cardoso, e a luta se reacenderia se não sobreviesse a mais imprevista das conciliações. Um português, João Paes Florião, tivera amores com a filha do maioral Nhonguge, cunhado de Canindé, “rei” daqueles tapuias. Aproximou-se de novo dos Janduins e com palavras amigas alcançou que accitassem a paz, man-

(1) Patente de 6 de Abril de 1690, *Doc. Hist.*, XXX, 8. Bernardo Vieira Ravasco foi quem lembrou ao arcebispo o apêlo aos paulistas, como declarou o prelado, A. LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 162.

(2) Em 1692 os paulistas começaram a desertar, quelxando-se Matias Cardoso da falta de socorros, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 294. Revela Moraes Navarro que foi forçado a retirar para o Ceará, *An. do Arq. Publ. da Bafa*, I, 140. O texto de Pedro Taques, *Nobiliarquia*, ed. TAUNAY, p. 415, é a propósito omisso e incorreto.

dando embaixada à Baía, dirigida pelo próprio Florião (1). Recebeu-a o governador com festas e mimos (Abril de 92) e — tal como entre potências — pactuou com os “embaixadores” paz perpetua, em solene papel, e cerimônias próprias (2).

O Canindé honrou a palavra dada. Mas morreu pouco depois, de maleitas, na aldeia, perto da costa, para onde se mudára, no Rio Grande. Os índios, suspeitosos de capitães mal intencionados ou esquecidos da promessa, retomaram as armas, embora sem o número ou o ímpeto do outro tempo. Em 1694 escreveu D. João de Lencastro a Agostinho Cesar de Andrade segunda vez capitão-mór do Rio Grande: “a nação (janduim) depois de estar amiga se rebelou, pela diferença que experimentou fóra da liberdade com que V. Mcê os tratava, e êles estimavam...” (3) o remédio seria aldeiá-los, com o auxílio dos jesuítas. Enquanto isto Matias Cardoso os apertou, porém sem fortuna: “... vendo nós a falta de munições e mantimentos que nem logar nos davam de buscar, nos foi necessário retirarmo-nos para a Capitania do Ceará Grande”, disse Morais Navarro (4). Fernão Carrilho fóra governar o Ceará. Carta sua, de 26 de Julho de 94, conta que, retirando do Rio Grande o mestre de campo e governador dos paulistas Matias Cardoso de Almeida, no dito Jaguaribe, jurisdição desta Capitania, feriram os ditos índios (Paiacús, Janduins, Icós e outros barbaros de córso) ao mestre de campo, que vinha acompanhado

(1) *Doc. Hist.*, X, 426; TAUNAY, *Hist. Ger.*, VII, 354.

(2) O “tratado” in E. ENNES *op. cit.*, ps. 67-70, é de 10 de Abril de 1692: uma peça típica. Alude à força dos janduins, de 5 mil arcos. Aprovou-o el-rei, porem observou que daí por diante as guerras ao gentio deviam ser decididas por carta-régia, sempre que houvesse dilação possível, *Doc. Hist.*, XXXIV, 96.

(3) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 307. Vd. E. ENNES, *op. cit.*, p. 71.

(4) *Doc. Hist.*, XXXIX, 19. Morais Navarro mostrou os inconvenientes do aldeamento, *An. do Arq. Publ. da Baía*, I, 139. A sua folha de serviços, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 62-8.

com 180 homens, e lhe mataram um filho seu e três ou quatro mais da companhia...” Para contê-los nomeou capitão da infantaria Francisco Dias de Oliveira (1). Apelou de novo o governador geral para as vilas de S. Paulo, mandando que o mestre de campo Moraes Navarro levantasse outro “Terço de infantaria paga” (conforme as reais ordens) (2). A esse tempo (1697) a rebelião dos selvagens se propagava pela costa. Em socorro dos maranhenses, igualmente ameaçados, quiz el-rei que fôsem os capitães do rio de S. Francisco com os seus índios (3). Em 1699 campeava ainda uma vez na fronteira do Rio Grande Morais Navarro: mas sem auxílio eficiente dos capitães da Paraíba, do Rio Grande e do Ceará (4), e a lutar, além disto, com as prevenções dos moradôres, os escrupulos dos religiosos. Em 1701 o “Terço dos Paulistas foi removido do Assú para o “sertão que fica entre o Ceará e o rio Parnaíba” “para fazer guerra aos rebeldes Tremembézes...” (5).

A DERROTA DOS QUILOMBOLAS

Largando a guerra ao tapuia em mãos de Matias Cardoso cuidou Domingos Jorge de cumprir o estipulado quanto aos Palmares. Queixou-se de não lhes ter sido “muito fácil nêsse princípio pela pouca experiência que... tinham das traças, astúcias e estratagemas dêsse inimigo e nenhum conhecimento das disposições destes países,

(1) STUART, Documentos, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 30. Em 1698 Matias Cardoso tinha currais no S. Francisco, da banda de Pernambuco, *Doc. Hist.*, XI, 267.

(2) *Doc. Hist.*, XI, 255. Em 26 de Agosto de 1698 agradecia o governador geral ao do Rio as providências sobre o transporte dos paulistas, *Doc. Hist.* XI, 266.

(3) *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. cit., p. 73.

(4) *Doc. Hist.*, XXXIX, 70.

(5) Carta para o sarg.-mór José de Morais Navarro, 8 de Abril de 1701, *Doc. Hist.*, XXXIX, 139. Por essa ocasião o mestre de campo foi preso para responder às acusações que lhe faziam de suas prepotências e malefícios.

mui fragosos e mal penetráveis...” Não lhe aproveitou um refôrço de sessenta moradores das Alagôas. Debalde quiz romper as cêrcas do primeiro arraial de negros que encontrou. A resistência dêstes e o desanimo dos seus levaram-no a protelar o ataque dez menses, na “praia deserta do Riacho Paratagi”.

Forte de munições e abastecimento, com 45 brancos e 600 índios, lançou-se de novo ao arraial, já agora defendido por “uma triplicada cêrca no cume da Serra”, “com torneiras a dous fogos a cada braça, com flancos, redutos, redentes, faces e guaritas, cousas antes não usadas dêles, e os exteriores tão cheios de estrepes ocultos e de fojos cheios dêles de todas as medidas... que era absolutamente impossível chegar alguém à dita cerca todo ao redor...” Quem fizera tal obra? Superior à rusticidade dos quilombolas, trêe a intervenção de desertores, gente interessada na conservação dêles ou antigos soldados pretos, (1) capazes de assim afrontar um pequeno exercito. Evidentemente com o seu punhado de escopeteiros não poderia o paulista vencê-los. Chegaram-lhe, sucessivos, grupos de moradores, mesmo algumas pessoas influentes de Olinda e Recife, e senhores de engenho decididos a cooperar no último castigo dos barbaros, comandados pelo capitão-mór Bernardo Vieira de Melo. Outros chefiados pelo sargento-mór Sebastião Dias se apresentaram; e dest’arte uma fôrça numerosa começou, em 12 de Janeiro de 1694, o cêrco dos Palmares. Consumiu 22 dias.

A tática de Domingos Jorge foi engenhosa. Construiu uma cêrca oblôqua, que partia do seu acampamento até alcançar a dos negros, fazendo-a de noite, e de modo a ir cobrindo o avanço, sem que lho pudessem conter. Já quasi completamente fechado por est’outra

(1) “... Regular fortificação que dizem lhe fez um Mouro que para êles fugiu...”, carta do gov. de Pernambuco, ENNES, *ibid.*, p. 101.

linha, e à iminência de entregar-se por falta de mantimentos, o Zumbí tentou uma saída desesperada, às duas da manhã de 5 de Fevereiro. Com o seu povo se arremessou para destroçar a cêrca que o envolvia e ganhar o mato. Não logrou o intento tal a rapidez da opposição que lhe apresentaram paulistas e pernambucanos e impelidos para a borda do abismo, junto ao qual estava a aldeia, lutaram na trêva, precipitaram-se muitos pelas frágoas abaixo e os demais, subjugados, caíram cativos, em poder de Bernardo Vieira de Melo e Domingos Jorge. Levou o Zumbí duas balas, porém conseguiu fugir : só o mataram um ano depois.

COMO ACABOU O ZUMBÍ

Suicidaram-se em massa os negros que rolaram da alta rocha? Que de epopéa ha nêsse epilogo de uma guerra que os documentos coêvos não embelesam — nêles narrada como uma exemplar punição de homens indignos de piedade, siquer do tratamento dispensado aos Janduis “comedores de carne humana”?

Em carta de 18 de Fevereiro o governador de Pernambuco explicou : .“ aprisionaram muitos e outros se tornaram a recolher, mas errando o caminho se despenhou grande parte dêles de uma rocha tão alta que se fizeram pedaços. . .” Era noite escura. Não podiam os brancos ver o sacrificio, ou avaliar-lhe a grandeza. Apertados de encontro ao precipicio, os negros tiveram de escolher, entre a escravidão e a morte. Numerosos se arrojaram no espaço. A lenda errou quanto ao Zumbí. Não caiu, como aguia ferida, do tôpo do penhasco, desdenhando os perseguidores e dando aos de sua raça um exemplo de altivez majestosa. A lenda (e Rocha Pitta) fantasiou-lhe um fim teatral. De fato, com duas balas no corpo e alguns sequazes se embrenhou no sertão.

Foi denunciado por “um mulato seu valido” (1), que o vendeu a André Furtado de Mendonça, cabo de um troço de Paulistas.

O governador de Pernambuco completa essa história: o mulato “desempenhou a palavra guiando a tropa ao Mocambo do negro que tinha já lançado fóra a pouca família que o acompanhava ficando sòmente com 20 negros, dos quais mandou quatorze para os postos das emboscadas que esta gente usa no seu modo de guerra, e indo com os seis que lhe restaram a se ocultar no sumidouro que artificialmente havia fabricado, achou tomada a passagem; pelejou valorosa ou desesperadamente matando um homem, ferindo alguns, e não querendo render-se nem os companheiros foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo; enviou-se-me a cabeça do Zumbi que determinei se puzesse em um páo no lugar mais público desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos, e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam êste imortal (2); pelo que se entende que nesta emprêsa se acabou de todo com os Palmares”. (3).

(1) Carta, del-rei, 25 de Agosto de 1696, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 55. André Furtado teve prêmio por “haver morto e cortado a cabeça ao negro Zumbi...”, *ibid.*, p. 85.

(2) Zumbi — significa isto mesmo: principal divindade, espírito, senhor imortal... Vd. NINA RODRIGUES, *Os africanos no Brasil*, p. 140, 2.^a ed.

(3) Carta de 14 de Março de 1696, E. ENNES, *op. cit.*, p. 104. Devemos assim à documentação do Arq. Hist. Colonial (Lisbôa) nêsse livro coligida a versão real da campanha que tanto falou à imaginação brasileira. Oliveira Martins e Nina Rodrigues chamaram aos Palmares — *Troia Negra*. Inspiraram-se na romanesca narrativa de ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 348. Êste creou o simbolo do Zumbi — e dos escravos que se lançavam ao abismo.

Não admira que, no século XIX, a literatura “aboliconista” desse ao episódio a importância de epopéa da liberdade, de sublimação d’uma raça redimida no sacrificio e na insubmissão. Castro Alves consagrou os seus últimos dias ao sonho de um poema dedicado aos Palmares... E’ positiva, porém, a impressão causada, no Reino e no resto do Brasil, pela resistência valorosa dos negros e sua destruição.

Já em 1684 (*Doc. Hist.*, XXXII, 393) mandava el-rei que o governador geral não permitisse nenhum excesso no castigo dos escravos, “e que aqueles que o fizerem sejam obrigados a vendê-los a pessoas que lhes dêem bom trato”. Iniciou-se com isto uma série de providências tendentes a acautelar a paz colonial pela melhoria do tratamento dos negros — obstando a autoridade aos abusos e aos crimes de senhores cruéis.

OS "MALES DO BRASIL"

O BRAÇO DE PRATA

Ao contrário do govêrno proficuo de Roque da Costa (que "se embarcou na mesma hora em que entregou o bastão", "mais pobre de fazenda e mais rico de opinião que muitos dos seus antecessores") (1) — foi desastrado o de Antonio de Souza de Menezes, velho militar, que perdêra o braço direito num dos combates da armada do conde da Torre à altura da Paraíba, e o substituíra por um "de prata", donde a alcunha, que lhe ficou. "Nos póstos e governos que exercera tinha mostrado mais valôr que disposição", sentenciou o padre Antonio Vieira, que, também velho, resolvido a isolar-se do convívio dos homens na quinta do Tanque, da Baía, a esta cidade se passára, na frota de 1681. (2) Durante os seus dous anos de governo infausto o "Braço de prata" foi impopular, combatido pela melhor gente e censurado por suas violências, a que não faltou o remate de um crime famoso.

Começou por querer evitar um abuso de que se queixava a justiça : o imemorial costume de saírem à noite, embuçados nas suas capas, os moradores, de modo a serem continuos os delitos, impunes graças ao disfarce. Proíbiu os "embuçados" e irritou a mocidade, avi-

(1) Carta do padre Antonio Vieira, 23 de Maio de 1682. Antonio de Souza de Menezes empossou-se em 23 de Maio dêsse ano.

(2) Vd. PEDRO CALMON, *O Crime de Antonio Vieira*, p. 5, S. Paulo. Nêsse livrinho elucidamos o principal acontecimento que perturbou a vida colonial no govêrno do "Braço de Prata".

sou Vieira, em carta de 23 de Julho do mesmo ano : “e sobre se tirarem as capas aos homens têm dito lindezas os poetas, sendo maior a novidade d’este ano, nêstes engenhos, do que foi nos de açúcar”. A “terra é má de contentar”, confessava o padre. Açulou-lhe a maledicencia a galhofa de Gregorio de Mattos :

Quando desembarcaste da fragata
 Meu dom *Braço de Prata*,
 Cuidei que a esta cidade tonta e fatua
 Mandava a Inquisição alguma estatua . . .

O CASO DO ALCAIDE

Complicou-se a situação com a amizade que logo uniu ao governador o alcaide-mór Francisco Telles de Menezes e o desembargador João de Góes de Araujo. Ambos eram adversários do Secretário de Estado, Bernardo Vieira Ravasco, irmão do padre Vieira, e da importante família dos Britos de Castro, cuja parcialidade abrangia nomes ilustres da milícia, do cléro e da nobreza. De João de Góes diz o padre : “inimigo capital da Companhia e do meu irmão”, era “a mão com que escrevia o governador”. Quanto ao seu valido, o alcaide, o odio aos Castros presupunha luta de morte, pois um sobrinho dêle armára uma emboscada ao tenente Antonio de Brito e seu irmão, o provedor da alfandega André de Brito de Castro, de que escaparam, mal ferido o primeiro, com a espada na mão o outro . . . Sem atenção a êsse conflito, deu o governador ouvidos ao desembargador e a Francisco Telles para diminuir o ordenado do Secretário, e suspendê-lo afinal do emprêgo. A êsse tempo escravos do provedor da alfandega tinham assassinado dous negros do alcaide. Atribuía-se

o crime à vingança. Entre os mandantes figurava Gonçalo Ravasco, filho de Bernardo Vieira. Para não serem presos recolheram-se ao Colégio da Companhia os dous Vieiras, e alguns fidalgos. Lembrou-se o padre d'uma acomodação: e, ante-vespera do Natal, procurou em Palácio Antonio de Souza de Menezes. Foi peor. Desentenderam-se, através de um diálogo que o próprio Vieira resumiu, em carta a Roque da Costa. "Que êle ainda que não era padre da Companhia tinha melhor consciência que eu, e conhecia melhor a Deus que eu". Advertiu-lhe, que "quando eu podia alguma cousa, tinha servido a Sua Senhoria". Gritou: "Nunca lhe pedi nada, nunca lhe pedi nada!" E o jesuíta: "Sim pediu, sim pediu: nem tem que se desconfiar disso; porque naquele tempo se podiam valer de mim, e eu fazer serviços a outros maiores, tirando o príncipe". Furioso, o governador o expulsou: "Vá-se daqui, e não me entre mais em palácio". E o padre: "Por certo que será matéria de grande sentimento não entrar neste palácio quem com tão diferente respeito tem entrado no de todos os reis e príncipes da Europa".

Seis meses transcorreram, pontilhados de incidentes e desordens. Em 4 de Junho (1683), às dez horas da manhã, na rua detraz da Sé a "serpentina" em que ia o alcaide-mór foi atacada por um bando de embuçados. Dous escravos, que carregavam o palanquim, caíram logo, aos golpes dos criminosos, que em seguida se atiraram a Francisco Telles de Menezes e lhe embeberam no corpo as espadas. "Matá-lo-ei de frente e com o meu pulso, como cavaleiro", rugiu um dêles, decerto Antonio de Brito de Castro, e vibrou-lhe a estocada mortal.

Cometido o crime correram os assassinos para o Colégio. Puderam ser presos João de Couros Carneiro, Francisco Dias do Amaral, Manuel de Barros da Franca, Antonio de Moura Rolim, os capitães Diogo de Sou-

za da Câmara e José Sanches del Poço, seus amigos. Mas foram justificar-se em Lisboa Gonçalo Ravasco e Manuel de Barros. Quanto a Antonio de Brito, foragido em Lisboa, dêram-lhe gazalhado os jesuítas junto à igreja de S. Roque. (1) A instâncias de Vieira foi perdoado pelo irmão do alcáide, e anistiado por el-rei (1694) mediante intercessão do Papa (2).

Tais acontecimentos emocionaram a côrte de Lisboa. El-rei D. Pedro II não faltou com a satisfação devida aos queixosos. Em 9 de Março de 1684 escreveu ao "Braço de Prata": "Atendendo aos vossos anos, e aos muitos que tendes de serviços desta Corôa, parecendo-me que desejais ver-vos fóra do Brasil, para vir descansar no Reino, fui servido nomear ao Marquês das Minas que vos houvesse de ir suceder. De que vos mando avisar para que o tenhais entendido". (3)

MARQUÊS DAS MINAS

A nomeação do marquês levou a data de 4 de Março; empossou-se na Sé arquiepiscopal da Baía em 4 de Junho seguinte. "No mesmo dia em que chegou" "foi hospedar-se com os jesuítas no seu Colégio, a testemunhar-lhes o apreço recusado pelo antecessor (4)

(1) Termo de familiar do Santo Offcio, 1686, ms. na Torre do Tombo, que divulgamos primeiro na *História da Casa da Torre*.

(2) A culpa de Antonio de Brito é clara na confissão do próprio André de Brito de Castro, que escrevia em 31 de Julho de 1684: "motivos tão particulares, apertados e necessários que meu irmão teve para este excesso", carta a André Lopes de Lavra, ms. inéd. cm. por Clado Ribeiro Lessa. E Vieira: "Elas (as razões) nas leis da honra e do mundo, e ainda segundo a natureza da conservação da própria vida, foram as mais justificadas", *Carta CLXXV*, ed. de 1886.

(3) Livr. de Cartas-régias, ms. na Bibil. Nac.

(4) Carta de Vieira ao marquês de Gouveia, 5 de Agosto de 1684; P. CALMON, *O Crime de Antonio Vieira*, p. 53. A consideração do marquês pelos jesuítas mostra-se na carta de 21 de Dezembro de 1684 que escreveu ao governador do Rio de Janeiro, Doc. Hist., XI, 108.

— e não lhe faltou a lisonja de quantos; até aí perseguidos ou oprimidos, viam raiar uma éra de justiça...

Teremos grande fartura,
Não ha de haver fome mais :
Mostras temos, e sinais,
De um tempo mais abastado. (1)

O marquês das Minas tinha motivos ilustres para amar o Brasil. O título lembrava-lhe o bisavô, D. Francisco de Souza, a quem fôra prometido. Os ossos dêsse governador tinham ficado em São Paulo. De D. Antonio de Souza, seu filho, enviado com amostras de ouro para o Reino, proviêra o 3.º conde do Prado e 1.º marquês das Minas D. Francisco de Souza, notável na guerra e na política, mestre de campo nas lutas da Restauração e embaixador em Roma. Casára-se a primeira vez com uma Montalvão e a segunda com a filha do conda da Torre. Destas nupcias nascera D. Antonio Luiz de Souza, 4.º conde e 2.º marquês (1644-1721), educado na escola das armas consoante as tradições da família, soldado valente na guerra da independencia (de 1658 a 65) destinado a maior fortuna após o governo do Brasil (2). Exerceu-o com argúcia e brandura, apaziguando e provendo com proverbial acêrto.

Coincidiu porém com êsse período a epidemia da "bicha", que flagelou Pernambuco e Baía no verão de 1686 — a mais terrível que ainda se vira.

(1) GREGÓRIO DE MATOS, *Obras*, ed. da Academia, II, 99. E' glosa à decima composta por Bernardo Vieira Ravasco. As esperanças não se confirmaram completamente. "... Os anos de 686, 87 e 88, em que houve grandes esterilidades de frutos e muitas doenças...", importaram "perda e lesão enormissima" para o contratador dos Dízimos da Baía, *Doc. Hist.*, XXX, 5.

(2) SANCHES DE BAENA, *Famílias titulares e grandes de Portugal*, II, 349. Dos maiores generais do seu tempo, comandou a entrada dos portugueses em Madrid, em 28 de Junho de 1706, para aclamar Carlos III — na "guerra de sucessão de Espanha".

A EPIDEMIA GRANDE

A “bicha” era a febre-amarela. Trouxera-a da ilha de S. Tomé para Recife um brigue negreiro. Abertas duas barricadas com carnes salgadas logo morreram, como se vitimados pelo ar empestado, dous marítimos; e o mal se espalhou pelo porto, pela vila de Olinda e seus arredores, sem haver medicina que o atalhasse. Verificou-se na Baía o primeiro caso da doença em Abril. A sordiciedade dos sobrados cujos porões andavam cheios de escravos d’Africa, o calôr, as ruas sujas, a falta de higiene, agravada pelo número crescente de negros mercadejados nos bairros da praia, favoreceram a expansão da epidemia, “novo genero de peste, nunca visto nem entendido dos medicos, de que já morreram dous”, como participou Vieira ao conde de Castenheira em 1.º de Julho de 86. Feria de preferência os brancos, os menos adaptados ao clima. Dias houve em que morreram na cidade duzentas pessoas. Seis desembargadores (entre estes João de Góes e Palma, os amigos do “Braço de prata”), a elite da milicia, doze jesuítas, tombaram quasi simultaneamente, e “chegaram as ruas a estar despovoadas não só morrendo de vinte até trinta todos os dias, mas não havendo casa em que não houvesse muitos enfermos e em algumas todos...” “Não tem sido menor a caridade e liberalidade, principalmente do sr. Marquês das Minas, a quem Deus tem pago de contado, preservando do mal assim a sua pessoa como a do conde seu filho” (1). Dera a um boticário autorização para fornecer à pobreza os remedios que tivesse. Uma rica senhora, D. Francisca de Sande (viuva do mestre de campo Nicoláo Aranha Pacheco) (2) transformára a sua

(1) Confirma ROCHA PITTA, *op. cit.* p. 309,

(2) Filha de Francisco Gonçalves da Ilha, bemfelter da Misericórdia (vd. testamento d’este no Livr. do Tombo da Miz. da Bafia).

casa em hospital, porque o da^m Misericórdia não podia atender a todos os indigentes. Em 13 de Junho faleceu o arcebispo D. fr. João de Madre de Deus, de bôa memória. . . Valeram-se os moradores, apavorados, d'uma imagem de S. Francisco Xavier que se venerava na igreja do Colégio, e após procissão solene quizeram que a Câmara a tomasse por seu padroeiro : isto fez em 20 de Julho, com a aprovação del-rei (3 de Março de 1687).(1)

MATIAS DA CUNHA

Sucedeu ao marquês das Minas no governo outro general das lutas do Reino, Matias da Cunha, que já governára três anos o Rio de Janeiro, e se empossou na Baía em 4 de Junho de 1687. (2). Logo embarcou o marquês de volta à côrte. A bordo perdeu o filho, o conde do Prado, provâvelmente da mesma peste, que enfrentára tantas vezes em terra, a socorrer os doentes e a pobreza. . . (3) Sofreu o novo administrador peores injurias dos homens e da moléstia. De mais notável o que fez foi o socôrro ao Rio Grande, reclamado pelos moradores investidos dos tapuias — e de que na Baía se ocupou solêne junta de teólogos, missionários e mili-

(1) JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico Brasileiro*, I, 352 (Rio 1858). Que a bicha era a febre amarela (confirmam os sintômas descritos na correspondência do tempo) já o deixaram dito VARNHAGEN, *Hist. Geral*, II, 787 da 2.ª ed.; BRAZ DO AMARAL, notas a Accioli; Dr. JOSÉ PEREIRA REGO, *Memórias históricas das epidemias da febre amarela e cólera morbus que tem reinado no Brasil*, p. 8, Rio 1873. O primeiro livro de medicina publicado por um medico colonial, Dr. JOÃO FERREYRA DA ROSA, *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, Lisboa 1694, colige dados importantes para o estudo dêsse surto inicial do "vômito negro". Ficou endêmico no litoral: veremos que dêle morreu, em 1689, o governador Matias da Cunha. Dos exames que se fizeram, à procura das causas da doença, nos dão notícia as cartas régias que BRAZ DO AMARAL transcreve, nota a Accioli, II, 239. Proveiu dêstes estudos a idéia de da "visita da saúde nos navios", determinada a partir de 1698, *ibid.*, II, 245, precedida da carta que deviam os capitães das náos que iam do Brasil apresentar à torre de Belem, em Lisboa, *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 37.

(2) Patente de nomeação in *Doc. Hist.*, XXIX, 72-6.

(3) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 312. Vários sonetos dedicou Gregório de Matos ao fidalgo excelente, *Obras*, II.

tares. (1) Recrudescceu, em 1688, a epidemia da “bicha”. A frota nêsse ano chegada perdeu muita gente. Faleceram dous desembargadores, outras pessôas de pról, e por fim — depois de uma longa agonia — o governador, mas não antes de se inteirar de um motim de soldados que quasi abrazou a cidade.

O excessivo atrazo dos soldos, o terror causado pela peste, a notícia de estar a morrer Matias da Cunha, com a consequente ausencia de autoridade, propiciaram a revolta da tropa, “menos os Cabos e officiaes maiores”. Cercaram os rebeldes a “casa da Polvora”, e intimaram a Câmara a satisfazer-lhes as dívidas, sem o que poriam a saque a Praça. (2) Chegaram a interceptar os caminhos, roubar os transeúntes e aterrorizar o povo. Mas a Câmara reuniu apressadamente o numerário preciso, (3) e conseguiu o arcebispo D. fr. Manuel da Resurreição (chegára em 13 de Maio de 1688) com outros homens influentes aquiêta-los, evitando as depredações promettias. Exigiram mais os amotinados: que se lhes desse prévio perdão assinado por Matias da Cunha, agonizante, e pelo arcebispo. O Governador assinou o papel e expirou em seguida.

Era em 24 de Outubro. Convocára êle os vereadores, a nobreza e os officiaes para, em Palácio, decidirem sobre a sua sucessão. Entre os rumores da sedição e a tristeza do luto geral, concordaram no nome do prelado, (4) ficando os assuntos da justiça com o chanceler da Relação Manuel Carneiro de Sá. Anunciada a morte do governador volveu a paz à cidade. Os amotinados

(1) Cf. carta à Câmara de S. Paulo, 10 de Março de 1688, *Doc. Hist.*, XI, 140. Os moradores do Rio Grande tinham enviado à Baía o vereador Manuel Duarte de Azevedo, *Doc. Hist.*, X, 253.

(2) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 317.

(3) A. Bernardo Vieira Ravasco deve-se bôa parte da quietação da praça, cf. doc. de A. LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 67.

(4) “Pelo risco grande em que se viu êste Povo nas alterações que succederam na doença e morte do Sr. Matias da Cunha, me achel necessitado a aceltar êste govêrno posto que com bem mágoa minha...”, carta do arcebispo, 30 de Novembro de 1688, *Doc. Hist.*, X, 347.

da véspera compareceram às exequias em bôa fórma. A impunidade parecia então providencial: mas se enganaram cêdo, tanto do fácil indulto como da indisciplina a que se iam acostumando. (1).

CAMARA COUTINHO

O arcebispo D. fr. Manuel da Resurreição livrou-se do governo a 8 de Outubro de 1690 — quando o entregou a Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, nomeado por um triênio (2). Descendia êste do primeiro donatário do Espírito Santo, e foi quem vendeu a capitania (1674) a Francisco Gil de Araujo. Acabava de governar Pernambuco. Pretenderam os maldizentes na Baía fôsse mestiço, a esconder a avó tapuia, como outros fidalgos enraizados na colônia. Satirizou-o Gregório de Matos:

.
Filho do Espírito Santo,
E bisneto de um cabôclo. (3)

Seria título, ao contrário, para bem-querer a terra: serviu-a com rude justiça, muita lucidez e atividade

(1) Mandou el-rei, carta de 4 de Maio de 1690, informasse o governador "com todo o segredo" dos que "culpavelmente se houveram neste motim, ou por serem agressores e fomentadores dêle, ou pela omissão de o poderem evitar e não o fazerem". Em resposta, Câmara Coutinho declarou que os amotinados tinham sido 300, e na maioria, de medo ao castigo, desertaram. "Alguns que me constou prendi e mandei para fóra, uns para Angola e outro para Pernambuco. Só João da Silveira de Magalhães (que foi Mourro, e está nesta praça por ordem de V. Maj.) tenho preso na enxovia desta Cidade: porque foi cabeça desta alteração e o que dava as respostas aos Cabos, quando os iam reduzir, andando com uma espada e rodela capitaneando os levantados..." Carta de 16 de Junho de 91, *Doc. Hist.*, XXXII, 335-7.

(2) Patente do novo governador, *Doc. Hist.*, XXX, 124. Era filho de Ambrosio de Agular Coutinho II e neto de Antonio Gonçalves Câmara e D. Maria de Castro, esta filha de Ambrosio de Aguiar Coutinho (P. CARVALHO DA COSTA, *Corog. Port.*, III, cit.) 5.º donatário do Espírito Santo (Vd. 1.º vol. desta *História*, p. 437).

(3) *Obras*, IV, 94; V, 174, "Prosapia do Governador"... "no sangue mame-luco", "mameluco em quarto grão".

grande. Os tempos, sim, corriam desastrosos; e exigiam remédios heróicos. “À fome que houve na Baía no ano de 1691” dedicou o poeta amargos versos:

Toda a cidade derrota
 Esta fome universal,
 E uns dão a culpa total
 À Camara, outros à frota...
 (1)

A crise persistia por um decênio. A epidemia de 1686 agravára-a com a mortandade da escravatura, o retraimento e a desordem dos negócios. “Este ano deixaram de moer muitos engenhos”, lamentou Vieira, em carta de Julho de 1689. “Aconselharam os mais prudentes que se vista algodão, que se coma mandioca...” (2) Achava o padre que mais três anos assim acabariam com os engenhos. E que providências vinham do Reino? Que “se não rematassem por dívidas os generos da terra antes do tempo da frota”, a exemplo do que se fizera em 1665, por ocasião da peste das bexigas... (3) Não bastava. O mal devêra remediar-se com a moeda. E nada tinha de complexo. Crescente a importação de utilidades,urgia exportação equivalente, para compensá-la. Desorganizada a exportação, por escassa, desvalorizada ou difícil de transportar, o que os mercadores reclamavam era a paga, em dinheiro, de seus panos, de seus utensílios, de seu vinho. Realizavam lucros fáceis, ficavam sem a de-

(1) *Obras*, V, 196. A poesia é af uma adaptação de conhecidas estrofes de Quevedo.

(2) *Cartas*, III, 451. E Matias da Cunha, 19 de Set. de 1687: a frota “quasi toda foi a meia, por ser pessima a safra dos açúcares...”, *Doc. Hist.*, X, 252.

(3) Provisão de 3 de Novembro de 1681, *Doc. Hist.*, XXX, 372. Em carta de 28 de Agosto de 1689 declarou o arcebispo: “Três anos ha que têm quebrado os contratadores com dividas de mais de 200 mil cruzados”, *Doc. Hist.*, X, 374-5.

pendência da mercadoria do Brasil a vender na Europa, e com a vantagem da moeda sonante carregavam a maior ganância do tráfico — empobrecendo as praças cujo numerário fugia todo para alem-mar.

Não havia, é certo, melhor negócio que o das cousas que os embarcadiços, nas frotas anuais, vinham especular e vender ao Brasil. Na “Arte de Furtar” se conta que 50\$ de pano eram na ilha da Madeira dados pelo dôbro a essa gente, que também pelo dôbro, 200\$, revendia e ganhava... (1) O peor, em tal giro, era a troca, da mercancia de Portugal por açúcar ou tabaco, de cotação variável em Lisboa. Sobrevindo o disturbio da produção, em 1682 ou 83, dêram de preferir os patacos circulantes. A crise tornou-se — de dinheiro. Obstada à evasão, volveriam a reputar-se os generos do Brasil, e a prosperidade se seguiria, à normalidade do trabalho. Não havia senão diferencar da moeda da metropole a da colônia. Fixar a segunda, abaixando-lhe o teôr metálico, em relação à primeira. Regenerar, por essa operação na aparência temerária, a finança do Brasil até aí incerta e desnorteada.

Porque foi a moeda então o assunto predilêto das queixas, dos estudos, da angustia dos homens empenhados em melhorar a triste vida brasileira de 1691, vejamos as alterações que sofrera ela após a Restauração portugêsa.

ALTERAÇÕES DA MOEDA

A revolução de 1640 pesára sobre o meio circulante. Ouro e prata encareceram. Tornou-se indispensável o reajuste, com o aumento de 20%, no mínimo, do nume-

(1) *Arte de Furtar, espelho de enganos etc.* edição de Weiszflog Irmãos, p. 134. O autor, o jesuíta P. Manuel da Costa, cf. FRANCISCO RODRIGUES, O Autor da *Arte de Furtar*, Resolução de um antigo problema, Lisboa, 1940; MARIO MARTINS, *Brotéria*, LXXI, 134, Lisboa, Ag.-Set. 1940.

rário corrente. Êste, no Brasil, consistia principalmente em prata espanhola. Decidiu-se, em 1643, fosse toda ela remarcada em oficinas monetárias, para isto estabelecidas no Rio de Janeiro, na Baía e no Maranhão (as patacas e meias patacas seriam carimbadas com uma corôa real e os valores, 480 e 240 réis), tendo os moradores quatro meses de prazo para as apresentarem às tais oficinas. (Alvará de 26 de Fevereiro de 1643). À fazenda régia cabia, nessa operação, o lucro de 25% (Apostila de 10 de Março). Logo a 3 de Agosto vigorou para o Brasil o aumento de 25 e 50% nas moedas de ouro e prata. Proíbe-se, em 1647, a circulação das patacas da nova fábrica do Perú. O que então se teme é a entrada da moéda falsa. Para obviá-la, e fixar o estalão legal, recebe o vice-rei conde de Obidos, em 1662, ordem para recunhar toda a moeda existente na colônia. No ano seguinte a pataca espanhola passa de 480 a 600 réis. Trabalham as Casas de reselagem da Baía, Pernambuco, Rio e São Vicente. Um mês, como determinava o Regimento, para que se contramarcasse a moéda exibida, é insuficiente para isto: o vice-rei dóbra o prazo. Põe ordem na circulação metálica, manda para Lisbôa a grossa percentagem que tem o tesouro régio dessa elevação de valores, uniformiza o dinheiro em curso. Mas fôra deficiente a majoração. Renovou-se para o ouro em 1668 (a peça de 4 cruzados passou então de 4\$ para 4\$4), para a prata em 1673 e 79 (25%). As providencias subsequentes referem-se ao cerceamento das peças de ouro (1686), abuso que suscitou, em 1688, a ordem de marcação geral do numerário. (1) Mas foi desastrosa a lei de 4 de Agosto dêsse mesmo ano, que mandou levantar de 20% ouro e prata no Reino e Conquistas. Contra êsse acréscimo igual a quem e alem-mar representaram D. fr. Manuel da Resurreição, as Câ-

(1) SEVERINO SOMBRA, *História Monetária do Brasil Colonial*, ps. 73-98.

maras da Baía, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, por fim o governador Câmara Coutinho. Respondeu-lhes el-rei (19 de Março de 1690) reiterando os termos da dita Lei. Generalizou-se, em consequência, uma repulsa que poderia degenerar em revolta.

Descreve o padre Vieira : “No Rio de Janeiro se abaixou a moéda com tal diminuição, que em um dia, computado o que se possuía com o que se perdeu, quem tinha nove se achou somente com cinco : e o peor é que êsse pouco que ficou ainda assim se embarca para Portugal, porque dizem tem lá mais conta. Para se fazer a mesma baixa nesta Baía se espera pela partida da frota... Dizem os mais práticos da praça que perderá esta na dita baixa mais de quinhentos mil cruzados...” (1) Seguramente colaborou na sensata Representação que o governador geral enviou a el-rei em 4 de Julho de 1691. Nesta se repetem vários conceitos da correspondência do grande jesuíta por essa época. Em 1.º de Julho escreveu a Roque da Costa Barreto : “Para último e por único remédio representa e pede êste Estado a S. M. a moéda provincial com tal maioria no valor extrinseco que, passada a outras partes, seja perda e não interêsse”. (2) E o governador, três dias depois : O remédio seria “mandar lavrar 2 milhões de moéda provincial, assim de prata como de ouro, para todo o Estado do Brasil.. a qual moeda tenha tanto mais valor extrinseco quanto baste para obrigar a que se não leve do Estado : com proibição e pena grave...” (3)

(1) Carta de 29 de Junho de 1691, *Cartas*, II, 324. A Câmara da Baía declarou : “O dinheiro, Senhor, que tem esta praça não chega a um milhão...”, *Doc. Hist.*, XXXIV, 73.

(2) *Cartas*, II, 336.

(3) Representação, cujo original está no British Museum, publ. agora nos *Anais da Bibliotheca Nacional*. LVII, 151. Vieira comentou : “Êste remédio que agora se propõe é um dos grandes acertos do governo do sr. almotacel-mór...” 8 de Julho de 1691. Note-se a coincidência de expressões que tais, nas cartas do padre e no papel do governador. Aquele, 1 de Julho : “E, porque teme o Brasil que haja alguns ministros empenhados nos mesmos interêsses, que não aprovelem êste meio, de zelo, inteireza e autoridade de V. Ex. se espera principal-

MOEDA PROVINCIAL

El-rei não remeteu os 2 milhões pedidos. Adotou solução mais prática e igualmente benéfica. Creou a moeda provincial lavrada mesmo no Brasil. Por Lei de 8 de Março de 1694 levantou de 10% o valor do ouro e da prata que deviam correr na colônia, somados aos 20% do aumento de 1688. (1) Tal diferença, entre a moeda no Brasil e na metropole, desencorajaria os traficantes, que vinham arrecadá-la nos nossos portos: logo a lei de 19 de Dezembro de 95 proibiu que circulasse aqui o dinheiro feito para o Reino. A Casa da Moeda da Baía — instalada nesse ano (2), na Praça do Palácio, junto à casa da Relação, passou a amodar a prata e o ouro que havia em giro (de ouro, 4\$, 2\$ e 1\$, a inscrição acrescida: "Petrus II D. G. Port. Rex et Bras. D."; e de prata: 640, 320, 160, 80, 40 e 20 réis) (3).

Coube a D. João de Lencastro, sucessor de Câmara Coutinho, presidir à abertura da grande oficina de moedagem. Viu-lhe a importância quem tanto se batêra pela "nacionalização" da moeda. "A Casa dela fica já em boa altura, com que o trato civil desta república, que até agora parecia de barbaros, começará a ser político".(4)

mente o pronto efeito etc.". E' o governador em 4 de Julho: "Bem sei que ha de V. Maj. encontrar assim em muitos ministros seus, como em muitos mais homens de negócio, grandes dificuldades a esta resolução por lhes parecer que com ela se dará algum golpe em seus próprios interesses; mas V. Maj. deve considerar com Deus e consigo etc.". *Anais cit.*, p. 153. Botelho de Oliveira dedicou uma poesia gratulatória ao governador por essa carta, *Musica de Parnasso*, p. 107.

(1) Vd. GARCIA, nota a Varnhagen, III, 352 e segs.

(2) Erigiu-a o coronel Domingos Pires de Carvalho (Vd. P. CALMON, *História da Casa da Torre*, cit.)

(3) "... Et Brasiliae Dominus". Sobre o numerário então lavrado, vd. SATURNINO DE PADUA, *Guia do Colecionador de Moedas Brasileiras*, ps. 29-30, Rio 1928. Foi superintendente da Casa da Moeda o des. João da Rocha Pitta, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 332, e juiz da moeda José Ribeiro Rangel.

(4) VIEIRA, carta de 24 de Julho de 1694, *Cartas*, 11, 354.

ALIMENTOS E JUSTIÇA

Não se limitou porém Câmara Coutinho a defender os colônos contra a incompreensão do Conselho Ultramarino. Que reparasse a carestia de alimentos, applicou, com o rigor que sabia ter, a lei de 1688, que obrigava os moradores do Reconcavo, dez léguas em redor da Baía, a plantar cada ano quinhentas côvas de mandioca. Mas as desordens dos negros fugidos em Camamú e de quarenta paulistas na vila de Porto Seguro — donde vinham as farinhas para a cidade — exigiam pronta repressão. Confiou-a ao desembargador Dionisio d'Avila Vareiro, homem resolutivo, que se meteu, com um punhado de soldados, pela capitania de Pôrto Seguro, e prendeu os malfeitores, com os seus sequazes. Na Baía sofreram vários dêles a pena última (1).

Regozijou-se o governador: "Tenho evitado brigas, mortes e feridas, com toda a severidade, e administração da justiça, executando a lei na forma dela incontinente, por Bando, e está de maneira a Baía que depois que eu governo está tudo quiêto" (2).

VIAGEM E MORTE DO ARCEBISPO

Nos entrementes D. fr. Manuel da Ressurreição saíu a visitar — pela primeira vez — as vilas e aldeias da sua arquidiocese, numa inspecção sublinhada de

(1) GREGÓRIO DE MATTOS comemorou, *Obras*, II, 109-121, o desembargador "na ocasião em que foi a Porto Seguro, com 50 soldados, a prender 37 fascinorosos, que faziam muitos desacatos". Satirizou, de contínuo, a severidade do governador e as execuções que ordenava. Sobre Dionisio d'Avila Vareiro, vd. Carta de nomeação, 1689, *Doc. Hist.*, XXX, 187. Fôra ouvidor geral de Pernambuco. O próprio Câmara Coutinho disse: "... admitiu a todos os que conhecem Paulistas embrenhados, donde são mais dextros que os mesmos bichos... finalmente os trouxe à Cadeia desta cidade em duas sumanas...". Passavam de 36. Cinco sofreram pena de morte e os demais, de degredo para Angola, carta de 15 de Julho de 1692, *Doc. Hist.*, XXXIII, 451.

2) Carta de 25 de Junho de 1691, *Doc. Hist.*, XXXIII, 361.

caridade. “Com efeito — lembrou um contemporâneo — partiu por mar, e chegou à vila de Ilhéos. E depois de a ter visitado com aquele fervoroso espírito, se pôz a caminho: e chegando ao Rio das Contas, que são mais de vinte léguas, por longas praias e altas serranias, fez também sua costumada doutrina ao povo, e fruto a Deus. E daí se partiu para a Vila de Camamú, que lhe ficava mais de 14 léguas distante, por ásperos campos e rios caudalosos: aonde esteve mais dias, pelo maior concurso de gente, e ter mais que fazer na sua visita, e Missão; porque nunca perdeu tempo, em que se não visse visitar, crismar, prégar e ainda confessar: sendo em tudo incansável na Vinha do Senhor... Dalí passou à Vila de Boipeba, que dista doze léguas, embarcando parte da jornada por mar em canôas, e parte por terra: fazendo o mesmo fruto naquela Vila. Dela se embarcou para a do Cairú por um dilatado rio, que tem mais de quatro léguas; na qual foi recebido com mui aprazível gosto. Despediu-se dela para a Fôrça do Morro; e daí se passou, por uma grande praia, que tem mais de nove léguas, à Vila de Jaguaripe. E correndo muita parte das Freguezias e igrejas dêste Reconcavo, caminhou tão apressado, como desejoso de chegar a êste Seminário; porque parece que corria, para chegar ao fim, que tanto apetecia. Isto posso eu certificar, por lhe ter ouvido dizer, que ia descansar a Belem”. (1)

Chegou ao Seminário de Belem (na Cachoeira) “já mortalmente enfermo” (2) e faleceu nos braços

(1) NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, I, 68 (ed. da Academia Brasileira, notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon).

(2) VIEIRA, *Carta de 29 de Junho de 1691*. Jaz o arcebispo na igreja de Belem em lápide anonima no meio da nave, entre as sepulturas do P. Alexandre de Gusmão (1724) e do coronel Antonio de Aragão de Menezes (1740). Morreu “da enfermidade do contagio”, escreveu o governador, c. de 19 de Junho, *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 40: portanto, da “bicha” reinante.

do Padre Alexandre de Gusmão, em 16 de Janeiro de 1691.

Poucos prelados foram aplaudidos e amados como êsse, que deu o resto da vida a um apostolado exaustivo e a concluiu na recente igreja rural onde florescia as virtudes d'um exímio educador.

D. JOÃO FRANCO

Sucedeu-lhe na Sé arquiépiscopal D. João Franco de Oliveira — menos feliz na prelatura, e na obediência dos homens. Confirmado pela bula de 9 de Janeiro, chegou à Baía em 5 de Dezembro de 1692, recebido sem simpatia porque trouxe no mastro do navio não o estandarte real, mas, a sua flâmula particular. O governador mandou prender o mestre da embarcação... (1)

Acabava de deixar, aliás, a diocese de Angola “Porque a pesca, que fez já no Oriente, o destinou para a do Meio Dia” (2) — o que explica menos essa novidade. No desgosto do governador encontrou o indício de que a terra lhe seria desfavorável. Ha uma poesia de Gregório de Matos com a epigrafe: “Retira-se o Arcebispo da Baía para fóra da cidade, a divertir o sentimento pela desastrada morte de seu sobrinho, cuja pena o acompanhou até que se retirou para Lisboa”. À semelhança do antecessor, procurou o retiro de Belem. Não quiz continuar no Brasil. Interrompeu o seu governo em 28 de Agosto de 1700 — recolhendo-se a Por-

(1) Doc. ms. no *Insf. Hist. Bras.*, L. 42 n. 802. “Á frota em que veiu o pálio” do arcebispo, dedicou Gregório de Mattos um soneto, *Obras*, II, 76.

Chegou o Pálio emfim, que de um Prelado,
Que nos veiu à medida do desejo,
Tão merecido fol, como esperado.

(2) GREGÓRIO DE MATOS, *Obras*, II, 75.

tugal. (1) Assinalou-o porém com a criação de numerosas paróquias : Madre Deus, S. Gonçalo da Vila de S. Francisco, Cachoeira, S. Gonçalo dos Campos, Saubara, Itapororocas, Itapicurú de Cima, Santa Luzia do Piagui, S. Gonçalo de Sergipe del-rei, Santo Antonio e Almas de Itabaiana.

(1) P. CALMON, nota ao *Peregrino da América*, ed. da Academia, I, 81.

XXII

O GRANDE GOVÉRNO DE D. JOÃO DE LENCASTRO

O PREFERIDO DA TERRA

De regresso do seu governo de Angola estivera D. João de Lencastro na Baía em 1692. Escreveu Vieira em Julho dêsse ano : “vae embarcado na presente frota, com tantas saudades da Baía como as que deixou no governo de Angola ; e aqui se deteve os dias e mêsès bastantes para conhecer interior e exteriormente as enfermidades do Brasil e os remédios políticos e militares. . . ” (1) A Câmara da cidade (em 14 de Julho de 92) pediu a el-rei que concedesse mais um triênio de governo geral a Antonio Luiz ·Gonçalves da Câmara Coutinho, porém, não sendo isto possível, que lhe dêsse então por “sucessôr a D. João de Lencastro, de cujos altos procedimentos” tinham todos lisonjeira notícia(2). Embora excepcional a supplica (os moradôres a indicarem o representante de Sua Majestade) fundava-se em opinião severa e ouvida. Veiu, pois, o fidalgo, com muitas esperanças, grandes projétos e a solução dos problemas mais penosos do tempo. Dir-se-ia milagre : “Chegou o sr. D. João de Lencastro, e entrou nesta Baía com todo o troço da frota com que saíu de Lisbôa. No mesmo dia com sua vinda se trocou a fome em fatura, a desconsolação em alegria, e até a morte, ordi-

(1) *Cartas*, II, 337.

(2) *Doc. Híst.*, XXXIV, 78.

nária nêstes mêzes, em saúde, pagando Deus aos lavradores a esterilidade do ano em tão melhorada moeda. A casa dela fica já em bôa altura..." (1)

Oito anos administrou, com intensa e feliz atividade.

Nenhum outro governador construiu tanto. Tocou-lhe por sorte, é certo, o mais belo decênio da evolução do Brasil colonial: quando os sonhos das minas, a migração de todos os seus antecessôres, as promessas antigas se concretizaram — em descobrimentos espantosos. Epoca de pacificação a ferro e fogo de tapuias e *mocambos* do nordêste. Da comunicação, pelos sertões, do Maranhão com a Baía. Da fundação das vilas, da reorganização da justiça, da moeda provincial, das frota abundantes, dos intensos aprêstos da defesa dos portos — agora que as questões européas (a confusa sucessão espanhola) ameaçavam estender à América as guerras do Velho Mundo.

"... Mandou pôr os fortes de Santo Antonio da Barra, (2) de Santa Maria e de São Diogo na última perfeição e melhor fórma, além de mandar fazer o forte de Santo Antonio além do Carmo, levantar o Orna-

(1) VIEIRA, carta de 24 de Julho de 1694, cit. Empossou-se em 22 de Maio dêsse ano, MIRALLES, *op. cit.*, ps. 157-8. Era cunhado de Câmara Coutinho, Gregório de Matos dedicou umas décimas "A D. João de Lencastre, que, vindo do governo de Angola por escala à Baía, e estando nela hospede do governador Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, seu cunhado, em cujo desagrado se achava o Poeta, se queixou de que este o não houvesse visitado, pedindo-lhe que ao menos lhe fizesse uma sátira por obsequio", *Obras*, V, 98-100. Sobre a sua genealogia, P. CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, I, 404. Botelho de Oliveira memorou em dous sonetos (*Op. cit.*, ps. 131-2) o naufrágio que ia sofrendo na barra da Baía, e a sua fé, levando aos ombros a imagem de N. S. da Graça do seu templo ao mosteiro de S. Bento, em procissão. Pôz em mãos da mesma imagem o seu bastão de governador — informa frei Agostinho de Santa Maria. — A carta de nomeação publicou-a BRAZ DO AMARAL nota a Accioli, II, 259.

— Câmara Coutinho foi ser vice-rei na Índia, e de volta, em 1701, faleceu na Baía, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 363.

(2) Inscrição nessa fortaleza: "O Muito alto e poderoso Rei D. Pedro II houve por bem ordenar a D. João de Lencastro, quando governou este Estado do Brasil, que mandasse edificar e acrescentar de novo esta fortaleza em 1696.

vêque e reduto a cavaleiro que defende as duas portas da Cidade (1) e fabricar a nova Casa da Relação (2), da Moêda e da Alfandega (3), e reedificar com mais largueza a Casa da Câmara e Cadeia, como tudo se deixa ver nas suas inscrições, esculpidas; concorrendo também com incessante desvelo e solícita aplicação para se acabar o formoso templo da Matriz (Sê)...” (4)

Tantas construções justificaram a abertura de uma escola de traço, geometria e cálculo: a “aula de fortificações” que mandou el-rei fundar em 15 de Janeiro de 1699 — e teve longa vida. “Por ser conveniente ao meu serviço hei por bem que nessa Praça em que ha engenheiro haja aula em que êle possa ensinar a fortificação havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender...” (5).

(1) Em Setembro de 1640 tinha sido arrematado o feitiço das portas de S. Bento, *Atas da Câmara da Baía*, códice ms. no respectivo arq. A reforma constava do plano geral que executou o engenheiro José Paes Esteves, que de Pernambuco passára à Baía, em obediência às ordens del-rei, de 15 de Março de 1692, B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 261. “Os engenheiros dizem que esta fortificação (como parece do papel) se ha de continuar pela planta que fez João Coutinho. Esta se remeteu em tempo do Marquês das Minas para êsse Reino, donde está e neste Estado não ficou nenhuma copia...”, carta de Câmara Coutinho, 28 de Junho de 1692, *Doc. Hist.*, XXXIV, 22-3. Mandára-lhe el-rei fizesse “de torrão” a fortificação da cidade. D. João de Lencastro fez executar os trabalhos.

(2) Vd. NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, ed. da Academia, I, 369.

(3) A Casa da Alfandega continuava na Praça do Palácio, onde a situára Tomé de Souza em 1549. A ordem para a construção do novo armazem na Ribeira é de 15 de Dezembro de 1694, B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 271. Estava pronto em 1696. Contribuíram para ela os mercadores. Reconstruiu-se a alfandega em 1746.

(4) MIRALLES, *Hist. Mil.*, p. 158.

(5) *Doc.* in B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 291. Os estudantes teriam no mínimo 18 anos e continuariam o estudo se, examinados, mostrassem “genio para êles”. A mesma providência se tomou para o Maranhão, GARCIA, nota a Varnhagen, III, 335. No Arquivo Histórico Colonial vimos albuns de desenhos dessa escola de arquitetura, referentes à década de 1770: atestam a eficácia do ensino e a aplicação dos aprendizes.

A CASA DA MOEDA

A oficina de moedagem não devia atender apenas ao numerário da Baía, senão — sucessivamente — ao de todas as capitanias, até a substituição total do meio circulante.

Houve entretanto uma dificuldade insuperável: o transporte do dinheiro para a recunhagem. (1) As ordens del-rei e do governador geral não lograram vencê-la: o geito foi deslocar-se a Casa da Moeda, primeiramente para o Rio de Janeiro, depois para Pernambuco. Alí começaram os trabalhos a 14 de Março de 1699; e terminaram em 13 de Outubro do ano seguinte (2). Funcionou em Pernambuco durante todo o ano de 1701, até 1702 (foi mandada fechar por carta-régia de 31 de Janeiro dêsse ano). Voltou então ao Rio de Janeiro, não mais para fabricar a “provincial”, porém para fundir, com o ouro das Minas Gerais, a moeda forte ou do Reino, a êste destinada. (3).

(1) O *alv.* de 2 de Fev. de 1695 ordenára o transporte das moedas do Rio para a Baía, onde seriam transformadas em “provinciais”. Em carta de 14 do Maio de 96, disse D. João de Lencastro (a Artur de Sá e Menezes, governador do Rio): “mui repetidas são as ordens que tenho mandado a essa Capitania para na forma das de S. M. que Deus guarde vir o dinheiro dela a esta cidade e converter-se na Casa de Moeda na “provincial”; e nenhuma teve efeito até o presente, pela repugnância que êsses moradores tiveram ao risco que podia ter no mar com os piratas e na terra com as distâncias dos caminhos e passagens de caudalosos rios”. (S. SOMBRA *op. cit.*, p. 107). A Pernambuco concedeu el-rei um ano de prazo. Pela carta-régia de 12 de Janeiro de 1698 autorizou a transferência da Casa da Moeda para o Rio. E pela c. r. de 27 de Novembro do mesmo ano explicou, “o lavôr da Casa da Moeda do Rio de Janeiro seja felto durante um ano, findo o qual ela seria fechada, passando-se os officiaes para a Capitania de Pernambuco”.

(2) Na Baía, 1694-97, foram cunhadas *provinciais*: ouro para a Baía — 102:000\$, prata — 818:000\$; para Pernambuco, ouro, 8 contos, prata 428, total: 1.356 contos. Na Casa do Rio: ouro: 612:644\$640; prata — 253:694\$940. Total: 866:339\$580 (AZEVEDO COUTINHO *Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda*, p. 41).

(3) Foi estabelecida definitivamente no Rio em Janeiro de 1703, S. SOMBRA, *op. cit.*, p. 116. Em 1714 a Baía teve de novo Casa da Moeda, para cunhar as de ouro para o Reino. Terceira Casa abriu-se em Minas Gerais em 1725, com igual fim.

Lograra-se dar à colônia dinheiro estável e suficiente: cumpria agora amoedar o da metropole, fornecido com abundância pelas "minas gerais". Em 1694 a casa de cunhos satisfazia à pobreza do Estado; em 1703 — à sua opulência. Em menos de um decênio o panorama econômico se alterara completamente. Acabava o século XVII: em que tanto se falára de prata illusória. Principiava o XVIII: do ouro, que parecia inextinguível.

O SALITRE

Mas era indispensável fabricar polvora na Baía e exportar salitre, se possível. Câmara Coutinho tratara, em 1693, com o coronel Francisco Dias d'Avila "a condução deste salitre pelos seus colônos e com seus bois e cavalos, que são infinitos", do São Francisco à cidade (1). Para vêr as nitreiras D. João de Lencastro foi áquelle sertão — entre 8 de Setembro e 19 de Novembro de 1695 (2). Acompanhou-o o desembargador Belchior da Cunha Brochado.

Depois de D. Luiz de Souza, atraz das fabulosas minas do Moribeca, nenhum outro governador cortara ainda *tabuleiros*, *caatingas* e serras do nordéste, onde, recentes, os currais da casa da Torre atestavam a vitória do vaqueiro sobre o tapuia.

Contratou o transporte do salitre com a viuva de Dias d'Avila: 20 mil quintais póstos em Cachoeira, contra um fôro de fidalgo cavaleiro, dous habitos com 150\$ de tença e a donataria de uma vila que fundasse. D. Leonor Pereira Marinho — a rica senhora — não

(1) *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 71, part. I, p. 91.

(2) MIRALLES, *op. cit.*, p. 52. Descreve a viagem ROCHA PITTA, *op. cit.*, ps. 337-8. O governador não dispensou os informes do velho Bento Surrel, a quem escreveu em 5 de Nov. de 1694, *Doc. Hist.*, XXXV111, 328.

pode desobrigar-se do compromisso e, em 1699, requereu a substituição dêle por 60 mil cruzados, que pagaria em doze anos. (1).

VILAS E JUIZES

Conheceu o governador as condições da vida sertaneja e as necessidades das povoações novas (2). Creou afinal as três vilas do Reconcavo, Jaguaripe, Cachoeira e S. Francisco de Sergipe do Conde. A primeira foi instalada em Dezembro de 97 (3), a segunda em 29 de Janeiro de 98, no porto de Cachoeira, ponto de partida para as viagens rumo do rio S. Francisco (e logo, das Minas Gerais); (4) e a terceira em 16 de Fevereiro, ao pé do convento dos franciscanos, em terras que tinham sido de Mem de Sá e do conde de Linhares (5). Erigiu em Sergipe del-Rei cinco vilas: Santo Amaro das Bro-

(1) P. CALMON, *História da Casa da Torre*, p. 106. O coronel Pedro Barbosa Leal fez segunda viagem ao S. Francisco, e mandou para a Baía algum salitre em fardos, de couro, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 338. Em carta de 18 de Janeiro de 1700, diz o D. João de Lencastro, remetera a S. Maj. 132 arrobas e 30 libras o ano passado, e esperava mandar nesse 800 arrobas... *Doc. Hist.*, XXXIX, 112. A nomeação de Barbosa Leal para Administrador da Fabrica de Salitre é de 17 de Setembro de 1697, *An. do Arq. Publ. da Baía*, I, 207. Um lustro depois — em 1703 — já pouco rendia a Fabrica, quasi inútil... *An. cit.*, p. 209. Novas nitreiras foram descobertas em Morro do Chapéu, 1699, *An. do Arq. Publ. da Baía*, XXI, 168.

(2) A carta régia de 27 de Dez. de 93 mandava formasse "povoações daqueles moradores que se acham espalhados nos sertões...", B. DO AMARAL, nota a Accioli, II, 273.

(3) Jaguaripe era freguezia desde 1613, B. DE BARROS, *Dicionário Geogr. da Baía*, p. 254. Adiante, no rio do mesmo nome, em 1649 se construiu a primeira capela de Nazareth (das Farinhas). A freguezia de Maragogipe desmembrou-se de Jaguaripe em 1680.

(4) Termo de criação da vila, B. DO AMARAL, *op. cit.*, II, 266. Foi João Rodrigues Adorno, capitão da ordenança do distrito de Cachoeira desde 1663 (*Doc. Hist.*, XXI, 298) e principal proprietário alí quem doou aos carmelitas o sítio onde fundaram o seu convento (1688) e acordou com a Câmara, em 1699, o preço de 900 réis por braça de terreno para a edificação urbana (A. MILTON, *Efemérides Cachoeiranas*, *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n. 20, p. 217).

(5) Daí o nome de Sergipe "do Conde". No Engenho do Conde esteve a matriz da freguezia de N. S. da Purificação, trasladada em 1704 para o sítio de Santo Amaro (*Relação de 1757, Arquivo Público Terras da Baía*, II, 32, Baía 1929).

tas, Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia e Vila Nova. No sertão do S. Francisco, para deter os índios de côrso e facilitar a passagem aos sertanistas, mandou fundar as povoações do Rio Preto, Parnaguá e Barra do Rio Grande (autorizado pelas Cartas régias de 10 de Novembro e 2 de Dezembro de 1698). Dava com isto aos moradores um modo de tranquilidade municipal e ordem capaz de juntá-los, corrigindo alhures, os atrativos da Vila, com a Religião e o respeito social, a dispersão de engenhos e fazendas, por onde se espalhavam. Para reforçar a justiça de nomeação régia appareceu outra categoria de magistrados: juizes de Fôra e corregedores de comarca (1696). 'Aqueles eram juizes formados (ao contrário dos "ordinários", ou de vara vermelha, eleitos com os vereadores), verdadeiros juizes de direito para o civil e crimé, e ficavam habilitados à promoção de desembargadores. (1) Como ouvidor geral de Comarca e Provedor, tinha o corregedor attribuição mais extensa: cabia-lhe — com jurisdição ampla na Comarca — atender também aos índios, defendendo-os, como determinavam as múltiplas leis que os socorriam. Ganharam juizes de fôra a Baía, Olinda e Rio de Janeiro; e ouvidores literários S. Cristovão, cabeça da capitania de Sergipe, e a Paraíba. (2).

Maior novidade foi a reforma do sistema eleitoral das Câmaras. Porque não se limitou ao cerimonial:

(1) O 1.º juiz de fôra da Baía foi José da Costa Corrêa; e o 1.º corregedor, Melchior de Souza Vilas-Bôas, vd. LUIZ DE VILHENA, *Cartas, Soteropolitanas*, ed. de B. do Amaral, II, 311. Creára os novos cargos a provisão real de 26 de Fevereiro de 1696. Ambos os magistrados subiram a desembargadores em 1701. A separação dos juizes do civil e do crime se deu em 1742. O primeiro juiz de orfãos de vara branca que teve a Baía foi, em 1729, Dr. CYPRIANO JOSÉ, VILHENA, *ibid.*, II,, 339.

"Juizes de fôra (na definição de Frei Luiz de Souza) são ministros que el-rei põe nas vilas maiores e de muito povo para bom expediente da justiça. O nome de Fôra passa já em titulo, dado que nos princípios foi só para se diferencarem dos juizes Ordinários das vilas pequenas, e de menos qualidade: nas quais são eleitos do corpo do povo, e pelo mesmo povo". (*Vida de D. fr. Bart. dos Martires*, livr. 3.º, p. 69).

(2) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 351.

equivalia à submissão das Câmaras ao poder central (representado pelos magistrados incumbidos da organização das listas de vereadores e procurador) e significava o predomínio da autoridade sobre as velhas liberdades locais, após os intermitentes conflitos que vêm do século anterior.

A INSTITUIÇÃO MUNICIPAL

Com efeito, até aí a eleição por pelouros (votando as pessoas principais) facultára a organização de “reacções municipais” vivas, oligárquicas, mesmo revolucionárias como em S. Paulo e no Maranhão, no Pará e em Pernambuco, que alimentaram muito tempo o espírito de luta ou o nativismo dos moradores. El-Rei ouvira sempre com atenção essas vózes energicas. Mas, à medida que o governo geral na Baía aperfeiçoava a máquina administrativa centralizando as providencias militares, judiciais e financeiras (exclusividade dos provimentos de postos da milicia, Relação, arrecadação dos dízimos) as prerogativas das vilas decresceram : o Estado aumentou em sacrificio das capitánias ; e os capitães-móres em prejuizo das Câmaras. Em 1692 teve ordem o governador geral para fiscalizar as despêsas da Câmara da Baía (1). Entendia-se que a ação do Estado devia abranger todos os serviços públicos : e como eram recentes os motins de S. Paulo, a sedição de Bequimão, outros indícios d’uma inquietação inspirada pelo orgulho dos colónos, contra os interesses de Portugal, não tardou el-rei em acabar com o sistema dos pelouros para transformar a eleição n’uma investidura pacífica. A Relação da Baía ficou encarregada de ver anualmente a pauta dos eleitores : “as alimpa e escolhe os Vereadores

(1) *Doc. Hist.*, XXXIV, 5.

dores e Procurador que hão de servir”, nomeados por provisão passada em nome del-Rei. (1) Nomearia apenas os recomendáveis e socegados ; e em Olinda e no Rio, “foi concedida Provisão de Sua Majestade para os governadores delas em cada uma com o ouvidor e Juiz de Fóra, limparem as pautas cada ano e escolherem os Officiais...” (2) Era simples e seguro.

Não havia ainda comissão mais honrosa.

A Sátira de Gregório de Matos é documental :

São um pobrete de Cristo
De Portugal ou de Algarve,
Cheio de drogas alheias
Para daí tirar gajes.

.

Vendendo gatos por lebre,
Antes que quatro anos passem
Já tem tantos mil cruzados,
Conforme afirmam pasguates.

: : :

Começam a olhar para êle
Os pais, que já querem dar-lhe
Filha e dote, porque querem
Homem que coma e não gaste.

* * *

Casa-se o meu matachim,
Põe duas negras e um pagem,
Uma rêde com dous Minas,
Chapéu de sol, casas grandes.

(1) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 350.

(2) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 351.

Entra logo nos pelouros,
E sáe do primeiro lance
Vereador da Baía,
Que é notável dignidade. (1)

O sistema novo aproveitou aos filhos do Reino, favorecidos dos magistrados. Tinha a oportunidade do ciclo do ouro, que se ináugurava : correspondia ao momento da grande imigração, do choque entre os da terra e o concorrente forasteiro, do fortalecimento do governo — que devia cobrar os “quintos” nas *minas gerais*, reprimir o contrabando, conter a desordem e defender o país em súbito perigo de invasão estrangeira (era a guerra na Europa !) e de lutas internas.

ORDEM SERTANEJA

A ordem rural foi inteligentemente resguardada pela Carta-régia de 20 de Janeiro de 1699, que mandou “para se evitarem os exorbitantes excessos que nos sertões desta Capitania se cometem, por falta de quem nêles administre justiça, creasse em cada freguezia um capitão-mór e mais cabos de milícia, que pontualmente executem as diligências da justiça...” (2)

No sertão do S. Francisco é que se concentram então as atenções do governador, tanto por que os índios continuavam a inquietar os “curraleiros”, entre os rios Salitre e Verde, como pela súbita importância daquela remota região vizinha das Minas de ouro : trajecto

(1) *Obras* (edição da Academia), IV, 1.º ps. 120-1.

(2) *An. do Arq. Publ. da Bata*, XIII, 102. A nomeação dos capitães-mores cabia aos governadores ; porém, pelo *alv.* de 18 de Outubro de 1709, passou à atribuição das Câmaras, que já, no século antecedente, proviam as companhias (com seus capitães) das diferentes localidades. As “ordenanças” constituem a milícia municipal, recrutada pelo capitão-mór em ocasiões extremas, mas sujeita a mostras ou revistas periódicas. P. CALMON, *Hist. da Civ. Bras.* 4.ª ed., p. 160.

dos aventureiros, escoadouro do metal sonogado aos guarda-móres, caminho para os negociantes que de Pernambuco e da Baía as demandassem sem os riscos da viagem marítima pelo Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas alí um ermitão, na sua gruta, se antecipou ao capitão-mór com as suas "ordenanças": chamou-se Francisco de Mendonça Mar, e Bom Jesus da Lapa o santuário que descobriu. Era um pintor português, que ainda em 1688 se empregára nas obras do palácio na Baía e, em 1691, desiludido das cousas do mundo, entrou os sertões, indo instalar-se na volta do rio, na Lapa, onde a ribanceira calcárea tem, para singularizá-la, uma das grutas mais belas e curiosas do país. A santa vida do cenobita (a quem o arcebispo, em 1706, mandou chamar e deu ordens religiosas, confirmando-lhe de público as virtudes) estendeu em tórno daquele sitio o prestígio e a paz dos logares sagrados. (1) Como que adinhára o drama que havia de suceder nas cabeceiras do rio; o tumulto e a desordem que não tardariam; as lutas de paulistas e "emboabas". Advertiu-as do alto de sua rocha, vendo passar as canôas...

OS IRMÃOS VIEIRA

Faltou ao Brasil, em 1697, a experiência de dous vultos eminentes, cuja biografia lhe abrange quasi todo o século XVII: Antonio Vieira, aos 89 anos, e seu irmão o Secretário do Estado Bernardo Vieira Ravasco.

Entre 1681, quando voltou à Baía, e seus últimos dias, prestou o grande prégador renovados e importantes serviços à colônia. Após o infausto governo de "Braço de Prata" a sua influência tornou a manifestar-se, e

(1) P. CALMON, nota ao *Peregrino da America*, II, 48-9, ed. da Academia; P. TURIBIO VILLANOVA SEGURA, *Bom Jrsus da Lapa*, p. 120, S. Paulo 1937.

foi decisiva, ao tempo de Câmara Coutinho. “E enquanto ao Regimento para o governo dos índios, e com os moradores, me louvava Vossa Majestade que o fizesse com a aprovação e conselho do Padre Antonio Vieira pela sua experiência e zelo que tem no serviço de Deus. . .”

(1) Assim fez. Colaborou na criação da Casa da Moêda, na reorganização das missões, nos problemas do Estado, sem deixar de cumprir a ordem do Geral da Companhia para reduzir a volume os seus Sermões. Só não pôde concluir a “Clave Prophetarum” que era o livro da velhice — quando o vezo de descobrir o futuro e o gosto de vaticiná-lo o consolavam das ilusões perdidas. . . Morreu no Colégio, em 18 de Julho de 97 e, dous dias depois, o acompanhou no tumulto Bernardo Ravasco. (2).

No Maranhão, em 1656, a consolar os sertanistas desenganados das minas que procuravam, meditou Vieira: “E para que comecemos pelos perigos que podem vir de fóra, e de mais longe: se êste Estado sem ter minas foi já requestado e perseguido de armas e invasões estrangeiras; que seria se tivesse êsses tesouros?” “Mas dado que as minas tão esperadas e apetecidas não tivessem por consequência de sua fama êstes perigos de fóra, bastava a consideração dos trabalhos e misérias domésticas, que com elas se vos haviam de levantar de debaixo dos pés, para que o vosso juizo, se o tivésseis, tratasse antes de sepultar as mesmas minas depois de achadas, que procurar de as desenterrar e descobrir, ainda que foram muito certas”. (3).

Fechou os olhos quando a previsão ia realizar-se.

(1) Carta do governador, 4 de Julho de 92, *Doc. Hist.*, XXXIV, 62.

(2) P. CALMON, *O Crime de Antonio Vieira*, p. 106.

(3) *Sermões*, V, 207 e 210.

1700

Os últimos atos do governo de D. João de Lencastro foram a expedição para socôrro da Índia que aprestou em 1700, a exploração d'um caminho mais breve entre a Baía e as Minas Gerais, que logo el-rei mandou fechar, proibindo que se usasse tal comunicação, a criação da vila de Caravelas (1701) cujos sertões começavam a ser devassados pelos pesquisadores de ouro. (1).

O socôrro da Índia (para restaurar a praça de Mombaça na Etiópia recentemente perdida) constava da náó "Sereia" vinda do Reino e da náó "Nossa Senhora de Betancourt" construída nos estaleiros da Baía. Comandava a expedição Antonio de Saldanha. Ajuntou-lhe o governador a melhor gente da terra, tendo à frente seu filho D. Rodrigo de Lencastro. A Câmara tomou a si a despesa de duas companhias. (2) Mas a fatalidade parecia perseguir todo êsse entusiasmo. Incendiou-se a náó "Sereia" ainda no porto. O patacho "Santa Escolastica", armado para substituí-la, tambem se perdeu à saída da barra, morrendo muita gente. E afinal a "Nossa Senhora de Betancourt", glória da carpintaria brasileira (3), após boa viagem até Gôa, lá afundou, por terem deixado as escotilhas abertas em hora de temporal....

(1) *Doc. Hist.*, XXXIV, 202.

(2) MIRALLES, *Hist. Mil.* p. 159 : cita diversos nomes e diz que na Baía embarcaram trezentos homens, alguns das melhores famílias.

(3) O progresso das construções náuticas, na Baía, muito deveu ao governador Câmara Coutinho (vd. cartas in *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 71) e a Francisco Lamberto, nomeado provedor da fazenda em 1682, depois de ter sido superintendente da Fabrica dos Galeões da Ribeira da cidade do Pôrto, *Doc. Hist.*, XXVIII, 59. O seu tumulo, na igreja conventual de Santa Tereza, tem a inscrição seguinte (com a sua pedra d'armas): "Jaz aqui o grande pecador Francisco Lamberto indigno provedor mór da fazenda real d'êste Estado e das mais occupaões que nela serviu do ano de 1682 até o de 1704 em que faleceu pede a quem passar que se lembre de sua alma".

Era tempo de voltar à pátria o diligente Lencastro. Esperou o sucessor, D. Rodrigo da Costa : “e me consta (atestou o novo governador) que vae empenhado, e que não teve negócio algum nesta praça nem fóra dela, publicando sempre, que a sua maior riqueza consistia no desinterêsse e zelo com que servia a Vossa Majestade” (1).

Em linguagem oficial não havia melhor elogio.

(1) Carta de D. Rodrigo da Costa, 13 de Agosto de 1702, *Doc. Hist.*, XXXIV, 226. O novo governador empossou-se em 3 de Julho dêsse ano, *Livr. de Posse dos vice-reis*, ms. no arq. publ. da Baía. Era 2.º filho do 3.º conde de Soure D. João da Costa, um dos maiores portugêses da geração de 1640. Bateu-se no Alemtejo e governou a Madeira, o Brasil e a Índia, cf. P. ANTONIO DE CARVALHO *Corografia Portuguesa*, III, 85.

XXIII

INÍCIO DO CICLO DO OURO

Fernão Dias Paes não explorou em vão as montanhas centrais do Brasil.

MINAS GERAIS

O ciclo das esmeraldas encerrara-se com a desastrosa morte de D. Rodrigo. O da prata desvanecera-se ao mesmo tempo (1). Essas lendas custavam caro. Mas a obsessão do ouro não largava o espírito crédulo dos paulistas. Não o ouro de lavagem que, com desigual fortuna, iam “bateando” pelos riachos do Iguape, de Curitiba, de Paranaguá — muito escasso para contentar e fixar êsses homens andêjos. Porém o ouro de bêta, mesmo o dos ribeiros, a mão de semear, abundante — que constava haver ao norte, ao oeste, no sul. . . Para achá-lo continuaram a penetrar — saindo de Taubaté — a Mantiqueira; avivaram o itinerário do Governador da Esmeraldas; vagueavam pelos montes verdes ou rochosos, varando as torrentes, escalando tombadouros, ganhando divisores d'águas donde vastos panoramas começavam a recompensar — risonhos — tanta ambição e audácia. São depois de 1681, via-

(1) Em 1682 frei Pedro de Souza fôra examinar as pedras de prata da serra de Biraçoyaba (Sorocaba), cf. PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. de A. Tournay, I, 69. O governador do Rio Antonio Paes de Saude teve ordem para “a averiguação das minas de ouro e prata de Parnaguá, Itabaiana e Sabarabusú com amplíssima jurisdição”, 14 de Janeiro de 1693, mas desistiu dela, *Doc. Hist.*, XXXIV, 127.

gens obscuras. A região chama-se “dos cataguazes” pelo nome dos índios que a habitavam adiante de Taubaté — núcleo de convergência e irradiação dessas “entradas”. Ninguém pensa em pedir sesmarias e demorar-se na terra nova : era sertão bravo, atrás do qual resplandecia o “Sabarabussú”... José Gomes de Oliveira e seu ajudante Vicente Lopes foram das margens do Paraíba às nascentes do rio Dôce. Antonio Rodrigues de Arzão por 1692 (neto de Braz Rodrigues de Arzão) andára, com cinquenta companheiros, pelos mesmos rumos. Encontrou devéras, no rio da Casca, areias auríferas ; encheu alforges ; e descendo pelo rio Doce chegou ao Espírito Santo, a cujo capitão-mór comunicou o descobrimento. O roteiro, porém, deu-o ao concunhado, Bartolomeu Bueno de Siqueira, também paulista, que se pôz em campo — em 1694 — através das regiões de Congonhas e Suassuí (1). Do Rio de Janeiro, em 29 de Junho dêsse ano, foi carta para D. João de Lencastro, a “dar parte das novas minas de Ouro”, com o “roteiro das minas de ouro que descobriu o padre vigário João de Faria e seus parentes, e do mais que tem em si os Campos (defronte da vila de Taubaté) 3 ou quatro dias de viagem : se achou o rio de Sapucaí, e descendo de Taubaté para a vila de Guaratinguetá tomando a estrada real do sertão 10 dias de jornadas com cargas para a parte do Norte sobre a Amantiqueira (sic)... Achou o padre vigário João de Faria, seu cunhado o

(1) *Memória histórica, Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, fasc. 3.º, 1897, 2.ª ed., p. 427, DIOGO PEREIRA RIBEIRO DE VASCONCELOS, Breve descrição etc., *Rev. do mesmo arquivo*, ano VI, fasc. III e IV, — relato seguido por DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga de Minas Gerais*, p. 94 Belo Horizonte 1904. Talvez se trate de Manuel Rodrigues de Arzão, o velho (capitão de Santo Amaro de Virapuera em 1677, *Doc. Hist.*, XIII, 16), pae de Antonio, a quem el-rei escreveu em 1701. Nesta data encarregou o primeiro (e por seu falecimento o filho) de administrar as datas dos ribeiros (sic) que pertenciam à real fazenda (*Documentos Interessantes*, LI, 17). Portanto se enganou Vasconcelos, dizendo que morreu Arzão antes de 1694 ; também Silva Leme, que diz ter Antonio falecido em 1696, *Genealogia Paulista*, I, 192, S. Paulo 1903. A história mineira de 1692-98 continúa lacunosa e pouca elucidada à falta de documentos coévos. Prevaleceu, pesde Antonil, a tradição oral, errada em muitos casos.

capitão Antonio Gonçalves Vianna, o capitão Manuel de Borba (1) e Pero de Aros em três ribeiros pinta muito boa, e geral de ouro de lavagem, de que trouxe a amostra dêle a esta cidade...” (2).

Logo preveniu o governador geral ao de Santos, que defendesse melhor o porto, “agora que é tão grande a fama do muito ouro que de novo se tem descoberto”, podendo “excitar o desejo de alguma nação inimiga...” (3)

Deve ter acontecido pouco depois (se não ha erro na história) o episódio do “mulato”, prático em tais pesquisas, pois já havia “estado nas minas de Pernaguá e Curitiba”, e que — diz Antonil, segundo tradição oral e recente — “indo ao sertão com alguns paulistas buscar índios e chegando ao serro do Tripuí desceu abaixo, para tomar água no ribeiro a que chamam agora de Ouro Preto : e metendo a gamela na ribanceira para tirar a água e roçando-a pela margem do rio, viu que nela depois ficaram uns granitos da côr do aço, sem saber o que eram, e nem os companheiros...” Levaram contudo punhado de grãos para Taubaté e os venderam a um Miguel de Souza, que mandou porção dêles ao governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes (portanto em 1697). (4) Êste os fez examinar e verificou ser “ouro finissimo”.

(1) Manuel de Borba Gato, que se homiziára no sertão.

(2) Carta de Bernardo Corrêa de Souza Coutinho, *Doc. Hist.*, XI, 205.

(3) *Doc. Hist.*, XI, 191. Escrevendo ao capitão Pedro Taques, em 5 de Setembro de 1695, o governador queria novas noticias das minas, *Doc. Hist.*, XI, 227. Mandou que fôsse ve-las o ouvidor do Rio de Janeiro, Sebastião Fernandes Corrêa, *ibid.*, p. 228. E em 14 de Maio de 96, a Artur de Sá e Menezes : “a fortuna reservou para, no tempo de V. S., as oferecer descobertas com infalível evidencia às Reais esperanças de Sua Majestade”.

(4) Nomeado em 12 de Janeiro de 1697, Artur de Sá tomou posse em 2 de Julho de 97, e seguiu em 15 de Outubro para S. Paulo, GARCIA, nota a Varnhagen, V, 321.

Em 18 de Novembro de 1699 escreveu-lhe D. João de Lencastro : “da abundancia de ouro que se tira nas minas (cuja fama ha de ser mais crescida,

Porventura já então o Tripuí era destino comum das *bandeiras*, que passaram a orientar-se pela montanha, inconfundível, que o assinála: o Itacolomí (pedra da criança, por ter, na cumiada, um penhasco sôto). O Itacolomí foi como a porta encantada, o faról das jazidas fartas e sem conta... Por 1695 o taubateano Salvador Fernandes Furtado atingiu o Ribeirão do Carmo. Com Carlos Pedroso da Silveira (paulista) e Bartolomeu Bueno iniciou a definitiva ocupação do território rico.

Foi Carlos Pedroso da Silveira, porém, quem alcançou do governo do Rio de Janeiro autorização para estabelecer uma Casa de Fundição em Taubaté (Janeiro de 1695), por el-rei confirmada em 97. Tal oficina rustica, que exigia alguns funcionários e poucos ferros, para descontar do ouro bruto apresentado os quintos del-rei (20%) e "cunhar" o restante, afim de que podesse circular, pois a marca que se lhe imprimia provava o pagamento do tributo — não correspondia a uma simples esperança. Indicava duplamente a extração, que já se fazia, e o desejo do pioneiro, de não ficar embaraçado no seu trabalho pela necessidade de levar o ouro colhido ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, para o efeito da quintação. Póde representar também uma represália, do governador do Rio e da gente de Taubaté, em divergência com os paulistas, amotinados contra a redução da moêda (1694 e 97). (1)

na Europa) me faz presumir que possa haver alguma nação pouco afêta à nosa...", *Doc. Hist.*, XI, 274.

Um dos filhos de Carlos Pedroso da Silveira casou-se com "Helena da Silva Rosa, natural de Taubaté, f.ª de Miguel de Souza Silva...", SILVA LEME, *op. cit.*, V, 509. Êste, o Miguel de Souza a que se refere o texto?

(1) A Casa de fundição de Taubaté "foi creada em 1698 e logo no mesmo ano foram presos dous indivíduos por falsificadores de trabalhos dela. Reorganizada em 1701 e suspensa em 1704", SATURNINO DE PADUA, *Guia do Coleccionador de Moedas Brasileiras*, p. 72, Rio 1928. De 1701 é a do Rio de Janeiro; de 1703, de Santos e Parati. A de S. Paulo foi reaberta em 1701.

Sobre Carlos Pedroso, que faleceu em 1719, vd. SILVA LEME, *op. cit.*, V, 509, e CARLOS DA SILVEIRA, *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXXI, 92. Felix Guizard Filho achou-lhe o testamento em Taubaté.

ARTUR DE SÁ

Quando o governador se transferiu para S. Paulo, a indagar dos descobertos e animá-los, como el-rei lhe encomendára (1) — podemos considerar inaugurado o “ciclo do ouro”.

Entre Outubro de 1697 e Maio de 98 Artur de Sá permaneceu no planalto. (2) O ano de 1699 empregou-o numa larga inspecção às minas. (3) Substituiu-o no governo Francisco de Castro Morais (15 de Março de 1700). Artur de Sá tinha o direito de vangloriar-se da primeira organização das explorações auríferas e da disciplina que lhes dera : mas estava milionário. Foi o primeiro funcionário régio a locupletar-se com o ouro do Brasil : reapareceu em Lisbôa como um dos sujeitos mais opulentos da monarquia. (4)

(1) Vd. PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, I, 77.

(2) Escreveu-lhe o governador geral : “... me diz V. S. se recolhera com pouco fruto da primeira jornada a S. Paulo...”, 26 de Agosto de 98, *Doc. Hist.*, XI, 265.

(3) E' de 30 de Novembro de 1699 a carta que escreveu a D. João de Lencastro, do rio das Velhas, *Doc. Hist.*, XI, 283 : “permitira algumas pessoas que vieram para esta praça e a outras que foram aos currais desta Capitania, que quintassem o ouro que traziam...” “e que por falta de mantimentos se haviam retirado muitos minellos... para voltar em Março, assim pelos mantimentos, que já deixavam plantados, como pelo gado que haviam mandado buscar aos currais de Baía e Pernambuco...” O governador geral mandou descobrir os homens que levavam o ouro quintado... Surpreendeu-se com a facilidade !

(4) A riqueza do marquês de Fontes e Abrantes — protetôr, em Lisbôa, do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão — viêra-lhe do tio, “Artur de Sá e Menezes, de nome tão celebrado nos fastos brasileiros. Governador do Maranhão e do Rio de Janeiro... percorrerá o distrito das minas de ouro que acabavam de ser descobertas. E esta viagem lhe valera proventos fabulosos, tendo recebido dos mineradores prodigos, deslumbrados com o seu El-Dorado, presentes de metal no valor de 40 arrôbas de ouro, quasi 600 quilos, dizem os cronistas, 163.840 oitavas que corresponderiam a uns 200 contos de réis ou sejam pelos valores de hoje uns 20 mil contos de réis senão mais.” A. TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, IX, 26. Rocha Pitta diz : “se recolheu para o seu govêrno levando mostras, que o podiam enriquecer...”, *op. cit.*, p. 357.

OS ARRAIAIS

De fato, enquanto Salvador Fernandes (1) se estabelecia no Ribeirão do Carmo outro taubateano, Antonio Dias, e o padre João de Faria, de S. Sebastião, (o descobridor, de 1694) creavam o primeiro povoado de Ouro Preto (2), e, com os paulistas Tomaz Lopes de Camargo e Francisco Bueno da Silva (1698) descobriram numerosas jazidas. Os arraiais de Pouso Alto e Bependí são de 1692; mas de 1698-99 os que ficam nas redondezas do Itacolomé; Campanha, Sabará e Pitangui, de 1700... (3)

A melhor gente paulista irrompe pela Mantiqueira, transpõe os serros, já sem vestígios de índios, ganha os acampamentos, esfervilhantes de "mamalucos", e reconhece o prodígio. Toda a nobreza...

Vês os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godois, Cabrais Cardosos,
Lemes, Toledos, Pais, Guerras, Furtados,
E outros que primeiro assinalados
Se fizeram no arrôjo da conquista. (4)

Á região chamou o governador Artur de Sá —
"Minas Gerais dos Cataguazes" (5). Ficou-lhe o nome.

(1) Do testamento de Salvador Fernandes Furtado de que obtivemos copia (ms. no arq. arquiocesano de Mariana, Minas) — de 24 de Maio de 1725, sabemos: era "natural da vila de S. Francisco das Chagas do vale de Taubaté, bispado do Rio de Janeiro, filho legitimo do capitão Manuel Fernandes Yedro e de sua mulher Maria Cubas naturais da cidade de S. Paulo".

(2) A capela do Padre Faria, presumivelmente de 1700, é a mais velha igreja de Ouro Preto. De Antonio Dias se chama o bairro baixo da cidade, freguezia à parte, com belo templo. Ouro Preto propriamente dita é a parte alta da cidade. Vd. TOMAZ BRANDÃO, *Marília de Dirceu*, p. 84, Belo Horizonte 1932. A primeira missa dita pelo padre Faria naquele stio foi em 24 de Junho de 1698. AUGUSTO DE LIMA JUNIOR, *Visões do Passado*, p. 97, Rio 1934.

(3) Vd. *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXIV, 14.

(4) CLAUDIO MANUEL DA COSTA, no poema *Vila Rica*.

(5) E' o nome que vem na provisão de 17 de Abril de 1701, do sargento-mór ANTONIO DA ROCHA, *Documentos Interessantes*, LI, 25.

Minas Gerais, isto é, por toda parte, pelos córregos, pelos grotões, mesmo ao sopé dos montes, minas de ouro. . . Rocha Pitta acertou, enumerando-as, como foram conhecidas ao começar o século XVIII : (1) ao sul de Ouro Preto (centro virtual da zona aurífera) as minas do Rio das Mortes, e “entre estas e as minas gerais jazem algumas de menos importância, como são as de Itatiaia, Itaberaba e outros ribeiros”. Para o Norte : rio das Velhas, Sabarabussú, Caeté, Santa Barbara e Catasaltas. Mais ao norte destas foram seguidamente descobertas as do Serro do Frio e, acima, “outras minas de pouco porte, chamadas Tocambira. . .” “Para o ocidente, Pitanguí, que deram muito ouro e ainda o estão lançando”. As primeiras nomeações feitas por Artur de Sá (provavelmente durante a sua viagem de 1699) abrangiam o território assim delimitado. Constituiu logo um guarda-mór : o mestre de campo Domingos da Silva Bueno (2).

O GUARDA-MOR

Essa nomeação preteria o filho de Fernão Dias. Escreveu em 1746 Pedro Dias Paes Leme : “. . . Creou com o título de Guarda-mór das Minas a um paulista por nome de Domingos da Silva Bueno. E era êste o único Ministro que havia naqueles desertos, a quem incumbia as datas e repartições dos ribeiros e terras minerais, compor e decidir as dúvidas que sobre elas se moviam na forma do dito Regimento (que levára D.

(1) *Hist. da Amer. Port.*, p. 354.

(2) O primeiro Regimento que teve êsse administrador — e portanto o que organizou o incipiente governo nas Minas — levou a data de 17 de Abril de 1702, *Documentos Interessantes*, LI, 74-88. Foi guarda-mór (o primeiro das Minas) em 1701, PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. TAUNAY, p. 23. Em 1685 era Domingos da Silva Bueno capitão de cavalos em S. Paulo, *Registro Geral da Câmara*, III, 493. Em 1709 foi juiz ordinário em S. Paulo, *Actas da Câmara*, VIII, 182.

Rodrigo de Castelo Branco).” Aprovou el-rei a invenção do cargo, mas nêle proveu Garcia Rodrigues Paes, “Guarda-mór geral das Minas” “in solidum”, “primeiro por três anos e depois em propriedade e sucessão para si e seu filho mais velho, a primeira por resolução de 15 de Abril de 1702, ” a segunda por alvará de 27 de Setembro de 1725... (1)

Os vários distritos tiveram sargento-mór, guarda-mór privativo, escrivão dos quintos del-rei, procurador da fazenda, tesoureiro (2). Tais emprêgos estruturaram a nascente administração, a ordem — precária — naquelas terras invadidas sem demora por gente de todas as proveniências, ávida de fortuna, aventureira, hostil à autoridade e afeita às armas.

E' o período caótico da história das Minas, análogo ao das regiões de ouro e diamantes em todos os climas do mundo, antes da disciplina severa e da fiscalização do Estado. Prólogo indispensável de uma fase imprevisita e espantosa da evolução do Brasil — em 1702 foi o deslumbramento. Em 1707 — o choque de paulistas e forasteiros. (3) Em 1711 — o começo de uma organização previdente e forte, destinada a impôr a Lei, a salvar os rendimentos da corôa e a substituir o tumulto sertanista pela estabilidade municipal.

(1) ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, ps. 85-6.

(2) Assim do Rio das Velhas: Guarda-mór Borba Gato, procurador capitão João Gago de Oliveira, escrivão Leonardo Nardes de Arzão, escrivão dos quintos José de Seixas, tesoureiro Tomaz Ferreira de Souza. De Tocambira; guarda-mór Antonio Soares Ferreira, escrivão Antonio Gomes, procurador cap. Baltazar de Lemos Morais, *Documentos Interessantes*, LI, 20. O “livro 1.º da receita da fazenda real de Serro do Frio e Tocambira “abriu-se em 15 de Março de 1702, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano VII, fasc. III e IV, p. 939 e segs.

(3) Em 22 de Setembro de 1700 escreveu D. João de Lencastro a Artur de Sá, que não permitisse entrarem os sertões da Baía (“que o rio Verde, o Doce, o Pardo, o das Velhas e as cabeceiras do Espírito Santo, estão no distrito da Baía”), pois “tenho já mandado a estas partes, a fazer os tais descobrimentos...”, *Doc. Hist.*, XI, 282.

XXIV

FORÇAS ECONOMICAS

As forças econômicas do Brasil revelam-se plenamente no século XVII.

PÁO BRASIL

O páo de tinturaria, principal riqueza outr'ora (“... co páo vermelho nota”) (1) perdêra a antiga importância e tornára-se mercadoria secundária, em benefício das capitâneas pobres (Pôrto Seguro, Ilhéos e Espírito Santo), onde o gentio obstára à colonização estável. Do sistema de arrendamento passára o páo brasil ao de estanco ou monopólio da corôa, em 1617, exatamente pelo insucesso da exploração “arrematada”. Houve primeiramente um contrador do estanco (em 1628, Fernão Lopes) (2), por seis anos. Em 1633 estão à testa do negócio Álvaro de Azevedo e Luiz Vaz de Rezende (3). Com a criação da Companhia Geral do Comércio (1648) entrou no privilegio que lhe competia; e para o seu incremento se concedeu liberdade de córte da madeira no Espírito Santo, afim de ser carregada nas frotas periódicas. (4) A corôa conservou esse monopólio pelo resto do período colonial. (5)

(1) *Os Lustadas*, X, 140.

(2) *Doc. Hist.*, XV, 205. Alvará del-rei mandára correr o páo brasil sob a superintendência do governador Gaspar de Souza, *Jornal do Comércio*, 5 de Outubro de 1930.

(3) *Doc. Hist.*, XII, 112; *Doc. Hist.*, XVI, 112. Luiz Vaz de Rezende tinha o contrato em 1631, *An. da Bibl. Nac.*, LVIII, 114.

(4) *Prov. de 1662*, *Doc. Hist.*, XX, 173.

(5) O páo brasil figurou ainda no orçamento de 1823 com a receita de 120 contos. R. SIMONSEN, *op. cit.*, I, 101.

A Ç U C A R

O açúcar elevou-se, em 1580-1600, em produto típico do litoral, que dêra fisionomia, densidade de população, inconfundível aspecto social aos reconcados da Baía e do Rio de Janeiro, à costa de Pernambuco e da Paraíba.

Em 1636, eram “os dízimos do açúcar dos ditos engenhos o maior nervo da guerra e da fazenda... neste Estado” (1), razão por que pedia o governador D. Pedro da Silva que não fossem tomadas por dividas partes de engenhos, mas os seus rendimentos. Necessitava-se acautelar a indústria e a classe poderosa que dela vivia. Em 1660 — tão depressa se refazia! — moíam na Baía setenta dessas fábricas... (2) Não esqueçamos que a frota de Lichthardt deixára apenas cinco de pé, em 1640.

A liberdade do fábriço de aguardente (de novo condenado, sem resultado, em 1656) (3) contribuíra fortemente para êsses aumentos. O tráfico africano — intensificado após a retomada de Angola aos holandêses — consumia o produto, que, no Brasil, ia substituindo os vinhos do Reino, caros e escassos. Talvez a irregularidade dos suprimentos da Companhia Geral de Comércio, agravada pelo tributo pôsto aos vinhos da Europa, habituasse a colônia a passar sem êle, contentando-se a pobreza com a aguardente ou “geribita”. Antes em Angola corriam por moedas os buzios de Ilhéos. Agora (1693) a aguardente “é só o genero que ha nêle para se levar à Angola para resgate dos negros e cargas dos navios que daqui vão...” (4)

(1) *Doc. Hist.*, XVI, 399.

(2) *Rev. do Inst. Hist.*, III, 372.

(3) *Doc. Hist.*, III, 327.

(4) Carta do governador, 12 de Julho de 93, *Rev. do Inst., Hist.*, LXXI, 104. Carta-régia de 24 de Novembro de 95 (em consequência) declarou livre o comércio e exportação para Angola, pagando, a de Pernambuco, 1\$600 por pipa na saída, e 3\$600 na entrada.

Impunha-se uma série de medidas restritivas para obstar à destruição dos engenhos por falta de lenhas. Obteve a Câmara da Baía a proibição de se levarem novos “em menos distância de meia légoa um a outro”, pois não havia florestas bastantes (1). Para acentuar o interêsse público pela sorte dos proprietários, se decidiu que “os açúcares em nenhum caso se rematassem por seus credores, antes que êstes por dous arbitros juramentados os avaliassem, e conforme seu arbitramento avaliados quinze dias antes da partida da frota os recibessem seus credores...” (1693) (2). Mandou el-rei em 27 de Julho de 1693 que, tendo confessado a sua insolvencia Francisco de Brito Freire, o seu engenho fosse arrendado, para dos frutos se pagarem os credores, e não entregue a êstes, como aconteceria sem o privilégio reconhecido aos “senhores de engenho”... (3)

A quantidade exportável, entretanto, conservou durante cem anos singular regularidade. 500 mil arrôbas em 1618; 2 milhões no período de Nassau; 1.295 mil ao findar o século. E' a estabilidade do trabalho organizado, insusceptível de alterações profundas, disciplinado por uma tradição que o fixou, sem alterar as primitivas características. A nobreza territorial contentou-se com êle.

(1) Prov. de 3 de Novembro de 1681, *Doc. Hist.*, XXVIII, 26. João Lopes Serra propuzera melo de “fazer cozer os açucares com menos lenha”, em 1656, *Doc. Hist.*, III, 320. — O privilegio, para não serem os engenhos desmembrados por dividas, pagando-se elas dos rendimentos, foi confirmado para Pernambuco em 15 de Janeiro de 1683, PEREIRA DA COSTA, *Trabalhos da Conferencia Açucareira de Recife*, XVIII, Recife 1905. Que o preço devia ser convenconado pelas partes: Carta-régia de 20 de Janeiro de 78. Mas em 28 de Fevereiro de 88 se decretou não pudesse ser vendida a arroba do açúcar fino da Baía por mais de 950 réis, de Pernambuco e Paraíba por 900 réis... Mandou a lei de 14 de Novembro de 98 que as caixas tivessem uniformemente 40 arrôbas, como aliás era de uso.

(2) *Doc. Hist.*, XXXIV, 113.

(3) *Doc. Hist.*, XXXIV, 194. Essa decisão vem reproduzida nos praxistas portugueses, como tipo do privilegio dado ao senhor de engenho.

T A B A C O

A surpresa econômica do século foi o tabaco. “Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo...” — sentenciou Antonil (1).

No fim da centruria anterior mal se conhecia, no estrangeiro, “petum” indígena, ou “herva santa”, (2) espécie de panacéa maravilhosa, no conceito ingenuo de D. fr. Amador Arraiz, (3) cultivada com crescente interesse nas capitanias do norte.

No Amazônas “lavravam tabaco” os holandêses expulsos em 1623 (4). Em 1652, confirmou Vieira: “ordinariamente os ocupam (aos índios), em lavouras de tabaco, que é o mais cruel trabalho de quantos ha no Brasil” (5). Que se estendeu logo às outras regiões da colônia, provam numerosas pedidas destinadas a moderar, orientar ou proibir uma produção prejudicial aos moradores e às vilas humildes. Assim em Ilhéos, em 1656, plantava-se tabaco “esquecendo-se totalmente das mandiocas”; e em Pernambuco, “donde tudo parece ocasionado do mesmo dâno do tabaco...” (6) Baltazar dos Reis Barrenho foi mandado a Ilhéos para arrancar pessoalmente a “herva santa” (7), não causasse ela, com a

(1) ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 181.

(2) Medicina para portugueses e mamalucos, cultivada em hortas e quintais (GABRIEL SOARES, *Roteiro do Brasil*, p. 200) a herva santa ainda não era mercadoria especial em 1618, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia, p. 200. Os holandêses não lhe desenvolveram a produção no Brasil porque já a tinham das Índias Orientais.

(3) *Diálogos*, p. 305, ed. de 1846. De “herva santa” ainda lhe chamava Gregório de Matos, *Obras*, III, 321.

(4) Frei VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 501.

(5) *Cartas*, I, 106.

(6) *Doc. Hist.*, III, 313.

(7) *Doc. Hist.*, III, 325.

extinção dos mandiocais, outra crise de alimentos na Baía. No vale do São Francisco prosperaram “malhadas de fumo”, obtendo os lavradores licença (pela carta-régia de 17 de Fevereiro de 1672) para remeterem os seus “rôlos” não mais para Pernambuco, senão para a Baía, onde alcançavam melhor saída (1).

Já em 1626 a Câmara da Baía reclamava contra a imposição de um cruzado sobre rôlo de tabaco e 4 vintens sobre caixa d'açucar. (2).

Que a planta tivéra aí incremento rápido nô-lo diz o conde da Torre, em 5 de Fevereiro de 1639. Proíbiu energicamente aos lavradores grangeassem as suas rôças de tabaco, “por ser causa de se ocuparem no benefício dêle e deixarem a planta de mantimentos tão necessários para a sustentação da gente de guerra e Presídio desta Cidade e província”; e mandou “se botasse pregões nesta cidade e editais nas portas principais das Freguezias que, com pena de dous anos de degredo para o Reino de Angola e cem cruzados para a fortificação desta Cidade, e o tabaco ser arrancado, que pessôa alguma de qualquer qualidade e primazia que seja não plante bem mande plantar. . .” (3) A 5 de Abril seguinte exigiu que todos tivessem mandiocais, para que se não fosse buscar a farinha em Boipeba, mesmo no Rio de Janeiro, como então acontecia. (4).

As exigências de consumo europeu aliaram-se — após a normalização das “frotas do Brasil”, com o fim das lutas holandêsas — à intensificação do trafico negreiro. Os portos africanos passaram à categoria de mercados principais do tabaco, estimado, com a aguar-

(1) *Doc. Hist.*, X, 36.

(2) *Livr. de atas da Câmara da Baía*, ms. no arq. municipal da Cidade, I.º tomo.

(3) *Livr. de atas*, 1639-41, ms. no mesmo arq.

(4) *Livr. de atas*, 1639-41, ms. citado.

dente, por preço comum de escravos em Angola e Costa do Ouro.

Evidentemente a capitania mais interessada na importação de negros — a Baía — havia de ser a mais empenhada em produzir a mercadoria-moéda.

A pacificação do gentio dos campos de Aporá, com a subsequente penetração dos fazendeiros pelo vale do Paraguassú, fixando-se, além disso, nas férteis planuras à roda de Cachoeira, abriu a éra da “pequena lavoura”, que persiste até os nossos dias. (1) Desde a primeira hora estanco régio, rendia o tabaco, em 1642, 32 mil cruzados. Em 1659 subia-lhe a receita a 64.700 cruzados (2). Meio século depois se elevava (dizimos, direitos alfandegários e arrendamento do estanco) a 2.200.000 cruzados (3) — representando a mais vantajosa de todas as explorações coloniais.

ESPECIARIAS

Na década de 70 reinicia-se em escala maior a aclimação das especiarias do Oriente.

Gabou-se o padre Vieira de ter convencido dessa necessidade o príncipe-regente. E contou: o rei de Inglaterra (Carlos II) dissêra que o cunhado tinha um meio de destruir os holandeses sem lhes fazer guerra. Qual fôsse, não adiantou. Acudiu o padre: era plantar no Brasil as drogas da Índia, de modo a tê-las a

(1) Na Baía é mais usual o nome “fumo”. Explicou Gregório de Matos: “Tabaco é fumo pisado...”, *Obras*, IV, 307, ou seja rapé. Já Vieira dizia, 1692: “...entre o mascavado do açúcar ou fumo do tabaco...”, *Cartas*, II, 339.

— Houve proibição do plantio de tabaco no Reconcavo, porém a Relação deu ganho de causa aos moradores e, em 1691, era livre a lavoura, *Doc. Hist.*, XXXIII, 404: a justiça encorajou a! o fáto econômico.

(2) P. CALMON, *História da Civ. Bras.*, 4.ª ed., p. 99.

(3) ROBERTO SIMONSEN, *História Econômica do Brasil*, II, 203. João Lúcio D’AZEVEDO, *Épocas de Portugal Econômico*, cit., observou com razão que a renda do tabaco superou as maiores — das minas de ouro e diamantes do século XVIII...

Europa mais baratas, e abundantes, que as de Java e Bornéu. Logo se encarregou ao provedor-mór da fazenda a Baía “a planta das ditas drogas, e foram encomendadas com o mesmo aperto aos vice-reis e governadores da Índia, e se vêm trazendo em todas as náos plantadas e regadas, com que já hoje ha no Brasil grande número de árvores de canela, como também algumas de pimenta” (1). Mangueiras da Índia e — em 1688 — as jaqueiras (2) dão melhor no novo clima do que no originário: aliás “as frutas quasi todas nomeadas são no Brasil de Europa trasladadas”, diria o poeta (3) para significar o exotismo do nosso pomar. O cacáo, por êsse tempo, passa do Pará ao Maranhão e à Baía. No século seguinte, veiu o café. (4)

DÍZIMOS DO ESTADO

Do dinheiro dos dízimos, disse frei Vicente do Salvador, “é só o que cá se gasta a el-rei” (5). Os altos e baixos da economia colonial medem-se por essa receita. Já lhe vimos a estimativa no primeiro período do século XVII. Em 1648 os dízimos na Baía pudéram ser arrecadados por 70 mil cruzados. O contratador respondia por essa importância; e tomava a si a cobrança dos impostos, que ela representava. Lucrava ou perdia. O aumento anual das ofertas atesta o incremento mercantil. Em 1651 andava em 150 mil cruzados (6). Es-

(1) *Cartas* (23 de Maio de 1682), II, 227. E em 24 de Julho de 82: “à arvore da canela se têm acrescentado outras cinco...” “De pimenta ha dez ou 12...”

(2) P. CALMON, *Hist. da Cis. Bras.*, p. 132 nota.

(3) BOTELHO DE OLIVEIRA, *A Ilha de Maré*, p. 183, ed. da Academia.

(4) Por Nuno Marques Pereira sabemos que a êsse tempo já se conhecia o café em Portugal. O chocolate era usado na Baía como bebida que se dava aos debilitados, cf. *Vida do P. Estanislão de Campos*, que temos citado.

(5) *Hist. do Bras.*, p. 349.

(6) *Doc. Hist.*, XXXIII, 255.

tava-se no regimen da Companhia Geræl do Comércio e a guerra de Pernambuco obrigava à concentração, na Baía, dos negócios de açúcar e tabaco. Oito anos conservava-se aquela cifra : 150.000. (1) Depois declinou : 96 mil em 1669. 101 mil em 1671... (2) Em 1685 parece estabilizar-se em 130 mil (3). Mas em 1690 — em plena crise de produção e de moéda — não passa de 86 mil cruzados(4). Sóbe, no ano seguinte, a 90 mil. Cae em 1693 (quando é mais sensível a depressão financeira) a 66 mil. (5) Abrem falencia, sucessivamente, três contratadores. E' a ruina. No governo feliz de D. João de Lencastro, entretanto, reflorescem as atividades, as safras avultam, regenera-se o meio circulante : em 1696 os dízimos rendem, na Baía, 150 mil cruzados.(6)

(1) *Doc. Hist.*, IV, 364.

(2) *Doc. Hist.*, IX, 451. Em Pernambuco os dízimos em 1671 chegavam a 42.500 cruzados. Em 1688, foram arrematados por 40 mil, *Doc. Hist.*, X, 282.

(3) *Doc. Hist.*, XI, 119.

(4) *Doc. Hist.*, XXXIII, 361.

(5) *Doc. Hist.*, XXXIV, 123.

(6) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 371.

LETRAS E ARTES

Formou-se no século XVII uma cultura no Brasil que já reflète — modestamente embora — as ambições precoces e os progressos da sociedade colonial.

O espírito brasileiro teria de definir-se lentamente, não pela originalidade de um ou outro homem de gênio, porem pelas influencias de clima e povo (alma cá-lida e mestiça) no assunto literário, na emoção nativista — anti-européa — e no amor da terra — dictirâmico... A “independência mental” custou mais. Não se podia aspirar à liberdade sentimental na arte e no livro, que ao escritor português antepuzesse o luso-americano — antes do rompimento político, que sobreveiu no século XIX. A instrução jesuítica, o monopólio jesuítico do ensino fundamental com a curiosidade das letras circunscrita ao cléro e a pouca gente mais, não deixaram que se manifestasse logo o sentido revolucionário daquela cultura tímida, ainda imitativa e enleada na rudeza tropical. O Colégio da Companhia tinha deveres mais claros e práticos : a difusão da língua portuguesa, onde índios e negros, mamalucos e mulatos tinham idioma ou dialéto barbaro ; a catequese, a escola primária, humanidades e — mais restritamente — teologia. Os estudos superiores demandavam melhores tempos, associações ou academias, livraria, prosperidade econômica e outras condições favoráveis ao espírito. De começo, o problema fôra elementar e singelo : a fixação do “falar português” !

A LÍNGUA

Disse Antonio Vieira, no penúltimo decênio do século : “o mesmo uso de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portugueza não era mais geral entre nós que a brasilica. Isto é o que alcancei, mas não é isto o que vejo hoje, não sei se com maior sentimento, ou maior admiração” (1). Até meiado do século seguinte, o tupí ou língua geral persistia nos meios populares do Maranhão (2): assim em São Paulo, em Pernambuco, no Rio de Janeiro. Por êsse motivo os topônimos de proveniencia paulista (das *bandeiras* de mamalucos e portuguezes) que resultam dos descobrimentos no Brasil central são indígenas, como os primitivos, arrolados por Gabriel Soares... Mas prepondera e vence a língua da metropole. “E que direi eu ao colégio da Baía (continuava o padre Vieira) ou que me dirá êle a mim, quando nesta grande comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são mui contados aqueles em que se acha?”. (3)

O ENSINO

A “célula mater” da incipiente cultura é o páteo dos jesuítas, onde as vocações se experimentam e fulguram as latinidades.

A colônia não teve Universidades — como na América espanhola. Contentou-se com o ciclo escolar dos padres que não passava das humanidades (diríamos

(1) Exortação primeira, *Sermões*, V, 348.

(2) Vd. THEODORO SAMPAIO, *O Tupí na Geografia Nacional*, e ARTUR NEIVA, *Estudos da Língua Nacional*, p. 274. S. Paulo 1940.

(3) *Sermões*, V, 348-9.

liceal). Constava-lhe o “trivial” de “escrever, ler, latim e solfa” (assim no Seminário de Belem, em 1686) (1).

Do quilate das “letras humanas” e demais disciplinas professadas pelos padres — no século anterior nos diz Anchieta.

O “Ratio Studiorum” (promulgado em 1586 e reformado em 1599) foi cumprido com rigor nos Colégios do Brasil : com isto o ensino dos jesuítas poude ser completo da aula primária (de índios e filhos dos colônos) aos cimos da teologia.

Compreendia três cursos : de Letras, ou elementar (Latim, gramática, retórica, poesia e história) em três anos ; de Artes em outros três (filosofia e ciência, sendo esta física especial ou aplicada) (2) ; e, para os eclesiásticos e estudantes superiores, o de teologia (moral e especulativa). Na Baía houve desde logo “colégio, escola e noviciado” para “latim, artes, teologia e casos de consciencia” — informava Gabriel Soares (3) : portanto toda a cultura propedêutica, necessária para o ingresso na Universidade de Coimbra : “hoje os Colégios do Brasil são em tudo como os da Europa. . .” (4) Sem as especializações universitárias, limitando-se ao ciclo “humanista” e à preparação de sacerdotes, decerto os padres propagaram em excesso as suas latinidades, os esilios clássicos, Virgilio e Cícero, seus modelos. Plasmaram uma fôrma literária própria : a dos poetas e prosadores coloniais, que abusam da mitologia, que imitam os antigos, que lhes repetem as metáforas e as imagens, tendo por código de bôa linguagem os textos que se liam em aula. Como aquele estudante

(1) *Doc. Híst.*, XXXIV, 71.

(2) Vd. P. SERAFIM LEITE, *Híst. da Comp. de Jesus no Brasil*, I, 74.

(3) *Roteiro do Brasil*, p. 121. Resumimos o capítulo da instrução Jesuítica, *História Social do Brasil*, I, 122 e segs.

(4) Vieira, carta de 1658 P. SERAFIM LEITE *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 272.

de que fala Cervantes : “Todo el dia se le pasa em averiguar si dijo bien ó mal Homero en tal verso de la Iliada, si Marcial anduvo deshonesto ó no en tal epigrama, si se han de entender de una manera ó otra tales y tales versos de Virgilio : en fin, todas sus conversaciones son con los libros de los referidos poetas, y con los de Horacio, Persio, Juvenal y Tíbulo, que de los modernos romancistas no hace mucha cuenta. . .” (1) Essa retórica, por exemplo, no Colégio do Rio de Janeiro por 1667 (quando aí estudou o Padre Estanisláo de Campos), “então se ensinava aos seculares promiscuamente com os nossos mancebos em aulas publicas, e não em escolas particulares, como agora sucede”. (2)

A GERAÇÃO DE VIEIRA

O padre Antonio Vieira representa, melhor do que ninguém, uma geração letrada de “brasileiros” (diziam-se ainda “mazombos”. . .) (3) que não se conformaram com o isolamento americano. Adquiriu na Baía a instrução prodigiosa que lhe admiraram as nações estrangeiras ; e já foi para Portugal (1641) orador de fama e grande teólogo. Discípulo do padre Fernão Cardim — sizudo informante das cousas do Brasil — ligou aos missionários do século precedente os que viram raiar o século XVIII. Bastaria o caso de Vieira — glória do púl-

(1) *Don Quijote de la Mancha*, parte segunda, p. 136, Barcelona, F. Seix. Editor.

(2) *Vida do P. Estanisláo de Campos* (Roma 1765), *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, LII, 10 (1889).

(3) Brasilico ainda se dizia ao findar o século — do Índio ou “brasis”. Brasileiro é designativo que pela primeira vez aparece na poesia de Gregório de Matos, portanto popular, acepção talvez depreciativa, porém triunfante. . .

Que os Brasileiros são bestas,
E estarão a trabalhar
Toda a vida, por manterem
Maganos de Portugal. (*Satírica*, IV, 1.º, p. 140).

pito na linha dos maiores pregadores de todos os tempos (1) — para aquilatarmos das impaciências intelectuais da sociedade luso-brasilica na primeira fase das guerras holandêsas. Mas antes dêle a poesia alçara vôo, com Bento Teixeira, a crônica florescêra, com os *Diálogos das Grandezas*, poderia gabar-se frei Vicente do Salvador de ser o primeiro historiador nascido no país : e foram contemporâneos, os padres Simão de Vasconcelos, Antonio de Sá, Manuel de Moraes (o perjuro), Domingos Barbosa, Eusebio de Matos, Alexandre de Gusmão (2).

Bento Teixeira embora nascido no Reino (como Vieira, Vasconcelos, Gusmão), deve ter completado estudos no Brasil. (3) Em versos camonianos louvou Jorge de Albuquerque e o seu Pernambuco (Lisbôa, 1601). (4)

.

Paranambuco, de todos é chamado.
De Paraná que é Mar, Puca — rotura,
Feita com fúria desse mar salgado,
Que sem no derivar, cometer mingua
Cova do Mar se chama em nossa língua.

(1) Leia-se por exemplo o magnifico sermão da *Primeira Domingo do Advento*, no trêcho : "Costumam as Letras seguir as Armas, porque tudo leva após si o maior poder...". Essa magistral revisão da cultura clássica é um indice dos conhecimentos professados no Colégio dos padres.

(2) "Scriptores Provinciae Brasiliensis" (Vd. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 533), devem ser ainda citados : Padres Bartolomeu Leão e Prudencio Amaral, fluminenses, autor o primeiro de um Catecismo Brasilico e o outro de obras eclesiásticas ; e — mais do século seguinte — os baianos padres Antonio Lima, Domingos Ramos, Antonio Viegas, Gaspar Faria...

O catecismo tupi do P. Antonio de Araujo é de 1618 ; e de 1621 a gramática do P. Luiz Figueira, a que já nos referimos.

Nascido no Brasil, citemos ainda Frei Manuel de Macedo, filho do des. Cosme Rangel (1603-42), dominicano e confessor da duquesa de Mantua, autor de "Política Religiosa".

(3) RODOLFO GARCIA, *Denunciações de Pernambuco*, ps. XXVI-XXVII (S. Paulo 1926) cita o depoimento de Bento Teixeira, 1594, natural do Pôrto, com 33 anos, tratante, "mestre de ensinar moços o latim e ler e escrever e arismetica"...

(4) *Prosopopéa*, ed. da Academia Brasileira, com pref. de Afrânio Peixoto calcada na "princeps", de 1601.

Nos "Diálogos das Grandezas do Brasil" (1618) o panegirico dos recursos e amenidades da terra mantem o mesmo gosto das notícias práticas, das observações curiosas e das minúcias úteis, que tanto interêsse dão ao "Roteiro", de Gabriel Soares, e ao "Livro que dá razão" de Diogo de Campos Moreno. Escritos em Olanda no período próspero que antecedeu à invasão flamen-ga, indicam a familiaridade com as preocupações do espírito e das belas letras, de que é modelo a "História do Brasil", do nosso frei Vicente do Salvador (que a ultimou em 1627) (1).

Simão de Vasconcelos (1597-1671) teve o mérito de consagrar à Religião e ao Estado livros estimáveis. As suas "Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil" (1662) combinam-se, pelo mesmo tom de propaganda e defêsa dêstes climas, com as obras citadas. Deu-nos mais, entretanto, as biografias dos padres João de Almeida (1658) e José de Anchieta (1672), e a Crô-nica da Companhia de Jesus no Brasil (1663), como em atenção à queixa de Vieira: "... espantando-se de ouvirem tantas relações do Japão, da Índia, da China, do Paraguai, do Chile e das outras Províncias da Amé-rica, e só do Brasil não se escrever nada..." (2).

Tal reparo encontraria adequada acústica em Por-tugal. E' de 8 de Maio de 1658 a nomeação de Diogo Gomes Carneiro para cronista da América, com 200\$ anuais de ordenado. Na confirmação dêsse cargo, em 1661, declarou el-rei que os procuradores dos "póvos das capitánias do Estado do Brasil" lhe tinham pedido "um Cronista, que desde seu princípio até ao presente

(1) Vd. CAPISTRANO DE ABREU, pref. à edição definitiva da *História do Brasil*, de fr. Vicente do Salvador, S. Paulo 1918. Segundo CAPISTRANO, o autor dos *Diálogos das Grandezas* seria Ambrosio Fernandes Brandão, vd. edição da Academia, notas de R. GARCIA, p. 20. O título foi inspirado por Domingos d'Abreu Brito: *Grandezas das Capitánias do Brasil, 1592*, ms. na Bib. Nac. de Lisboa.

(2) Carta de 1656, P. S. LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 260.

escrevesse toda a história do mesmo Estado...” (1) Que fizesse o livro, não sabemos. Mas é positivo o seu orgulho americano, pois na “Oração apodixica aos scismáticos da Pátria”, que publicou em 1641 em Lisboa, indicou: “Doutor Diogo Gomes Carneiro, Brasiliense, natural do Rio de Janeiro”.

Alexandre de Gusmão, ao contrário, atribuiu aos temas de consciência, morais e místicos, uma dignidade literária peculiar ao teólogo que se faz educador, e ao pedagogo que se declara asceta: merece o paralelo com os mestres espanhóis da época (2). Antonio de Sá foi lisonjeado como pregador a par de Vieira, se bem que lhe faltasse a pompa verbal, ou o gênio, que singulariza “Sermões” e “Cartas” (3). A influência de Vieira é mais visível na eloquência de fr. Eusebio de Mattos — poeta menor que o irmão, Gregório de Matos, mas orador puro e correto (4), ao tempo em que luziam nos púlpitos da Baía fr. José da Natividade, fr. Manuel do Desterro, o padre Angelo dos Reis. (5). Proferiu Antonio de Sá na Baía um sermão notável sobre a Justiça e perante os desembargadores, na festa do Espírito Santo — que tem um tanto de doutrinação polí-

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, III, 152. D. Francisco Manuel cita Diogo Gomes Carneiro entre os Políticos, *Cartas Familiares*, p. 342, seleção pelo prof. Rodrigues Lapa.

(2) Os principais livros do P. Gusmão (1629-1724): *Escola de Bethlem*, Evora 1678; *História do Predestinado Peregrino*, Evora 1685; *Arte de bem crear os filhos*, Lisboa 1685... Provincial, desaveiu-se com Vieira...” Que os Alexandistas prevalessem contra os Vieiristas... inventou-se a batalha para me levarem em estátua manietado e vencido no imaginário triunfo”, *Cartas*, ed. de J. Lúcio, III, 581.

(3) Vd. o vol. XIII da Estante Clássica, da *Rev. da Língua Portuguesa* (de LAUDELINO FREIRE), *Antonio de Sá*, Janeiro de 1924.

(4) Vd. AFRANJO PEIXOTO, *Panorama da Literatura Brasileira*, p. 124, S. Paulo 1940.

(5) RAMIZ GALVÃO, *O Pulpito no Brasil*, *Revista do Inst. Hist.*, vol. 146, p. 52. Frei José da Natividade, do Rio de Janeiro, beneditino (1649-1711) frei Manuel do Desterro (Baía, 1652), franciscano; Padre Angelo dos Reis (Baía (1664-1723), jesuíta. Ainda ao século em questão-pertenceu o franciscano frei Francisco Xavier de Santa Tereza (Baía, 1686), que foi da Academia Real da História Portuguesa.

tica (formulando normas aos governantes) à feição vieirista (1). A tribuna sugeria êsses exemplos, e queria-os a cidade. A outro “sermão da justiça” (lição da Igreja ao tribunal) que fez o arcebispo D. fr. João de Madre de Deus, no Carmo, em 1686 — “Alto sermão egregio e soberano” — se referiu Gregório de Matos: “Que sendo o Prégador um carmelita, julguei eu que prégava um Ulpiano” (2).

O' Principes, Pontifices, Monarcas
 Se o Mestre excede a Bartolos, e Abades
 Vesti-lhe togas, despojai-lhe alparcas.

Não se estranhasse espetáculo como houve em 1683, ao entrar o arcebispo “nêste Colégio, a que fez a segunda visita, depois de ir a S. Francisco”, “recebido com orações e poemas em todas as línguas, e esteve o assumto tão elegante como próprio, por não ser mais nem melhor lisonjeado um Papa” (3).

OS ESTUDANTES

A importância e o prestígio da classe dos estudantes reflêtem-se no interêsse que tinham então — na cidade mæl refeita da guerra, d'uma crise intermitente — as galas espirituais.

Com razão pedira a Câmara — em 1671 — regalias da Universidade de Evora para o Colégio da Baía. A provisão de 16 de Julho de 75 permitiu que aos estudantes de filosofia e retórica, que houvessem cursado na Baía, se levasse em conta nas Universidades (Coim-

(1) *Sermão*, pbl. em Lisboa, 1686.

(2) Gregório de Matos, *Obras*, II, 79.

(3) VIEIRA, *Cartas*, II, 247.

bra e Evora) um ano de Artes, como se concedia aos de Lisboa e Braga (1).

O repentista Gonçalo Soares da Franca é chamado por Gregório de Matos — “sol dos estudantes”... (2) Em 1651 formaram estes uma Companhia, com seus capitães. Foi reorganizada em 1668, à iminencia de nova agressão holandêsa. (3). No Rio de Janeiro essa milicia se bateu com bravura em 1710. Pudéram sustentar por mais de um século a festa das Onze mil virgens. Na Baía e em S. Paulo. “... Como padroeiras as Onze mil virgens, sendo os estudantes dessa Capitania os que se empenham mais nos seus aplausos e festejos”: “usavam das mascaras para melhor disfarçarem as galanterias dos bandos, dansas e entremêzes e alardes, em que por muitos dias antecedentes ao da festa das santas virgens costumam andar pelas ruas: e para o poderem fazer pedem licença aos Governadores nas Cidades em que os ha, e nas mais Vilas aos capitães-móres delas...” — escreveu el-rei, em 1728, ao governador de S. Paulo. (4) Na Baía, após os anos difíceis, em 1685 tiveram esplendor novo as cavalhadas do Terreiro em honra das Virgens, festa predilêta desde os tempos de Mem de Sá (5). Congregam nobreza, burguezia, plêbe: mas continuam apanágio dos jesuítas e de seus “páteos”, apostados os rapazes em dar vivacidade e animação à sociedade tímida. O sorriso das mascaradas e a sua alegria profana vêm da escola claus-

(1) ACCIOLI, *Mem. Hist.*, I, 223. Correspondia a equipatação ao curso secundário (bacharelado de ciências letras). Com o curso da Baía podiam os estudantes ingressar, adiantados de um ano, na Universidade de Coimbra.

(2) *Obras*, II, 82.

(3) *Doc. Hist.*, XXXI, 419. Em 13 de Julho de 1672: “que alem das companhias que mando se formem, se forme também uma de todos os Estudantes que houver capazes de tomar armas...”, cujo capitão foi Braz Pereira do Lago, *Doc. Hist.*, XII, 234.

(4) *Documentos Interessantes*, III, 47 (S. Paulo 1913).

(5) Vd. GREGÓRIO DE MATOS, *Obras*, IV, 316.

tral; assinalam o predomínio de estudos e estudantes... Projêta-se no Reino.

Tão numerosos eram já os brasileiros em Coimbra (foram por vezes trezentos num ano) que tinham padroeira e lhe prestavam homenagens: em 1718 o Padre Bartolomeu Lourenço prégou na última tarde do tríduo encomendado pelos "academicos *ultramarin*os da Universidade, em honra a Nossa Senhora do Desterro... (1).

FRADES

Sendo de frades a classe letrada compreende-se que acalentassem de preferencia as idéas cultas e os sentimentos políticos — que tinham, para manifestar-se, o duplo estímulo, do púlpito e da imunidade eclesiástica. Se a insurreição pernambucana, em 1645, foi a declaração da autonomia brasileira, d'uma aristocracia pouco disposta a mudar de fé e soberano, a rebelião dos frades em 1671 pôde estimar-se como uma reacção nativista, contra a disciplina d'alem-mar: tem pela primeira vez o sentido d'um protesto intelectual. Franciscanos (2), principalmente beneditinos resolveram na Baía, em Pernambuco, depois no Rio de Janeiro, isentar-se da submissão aos prelados vindos de Portugal. Em 1671 de fato um Breve pontificio permitiu aos beneditinos da Baía reger-se independentemente da Província portugueza. "Este ano começou o movimento da província..." (3). Fr. Leão de S. Bento, a cujos esforços se devia a separação, fôra preso e mandado com dez companheiros para a Europa, por ordem régia

(1) A. TAUNAY, *Obras diversas de Bartolomeu Lourenço de Gusmão*, p. 38, S. Paulo, 1934.

(2) Vd. *Doc. Hist.*, IX, 437, e X, 255. *Agitações em 1666: Doc. Hist.*, VII e VIII.

(3) *Dietário*, ms. n.º 52, cm. por D. Clemente Maria da Silva Nigra (arq. do mosteiro da Baía).

que visava à tranquilidade dos espíritos: sucedeu o contrário. “Alguns religiosos moços” (pois a insurreição era de noviços e filhos da terra) passaram a obedecer a fr. João Poeira, antigo capelão do exercito pernambucano e exaltado chefe dêsse “separatismo”: e teve o governador Afonso Furtado de ir ao mosteiro com soldados, antes que recorressem às “armas nas suas celas”... (1) Prevaleceu o partido americano: até 1688 foram nomeados na Baía os superiores dos demais mosteiros do Brasil. Em Olinda o abade D. fr. José da Trindade “foi o primeiro (depois da agitação) que tomou posse sem companhia e assistência de soldados, porém como foi o último dos feitos nesta Província do Brasil” (1688) assinála a conciliação, após vinte anos de atitudes violentas e bravias... (2)

L I V R O S

Fóra das livrarias conventuais pouca leitura havia — e piedosa, a não ser de livro de Cavalaria — ou então “Os Lusíadas”. A um militar, que na Baía morreu em 1678, se acharam algumas peças de roupa, armas, um bofête (ou arcaz) e “hum livro de Luiz de Camões”(3)

(1) Carta de Afonso Furtado, 11 de Junho de 1673, *Doc. Hist.*, VI, 276. Quem fosse frei Poeira nos diz a *Crônica do Mosteiro de S. Bento de Olinda*, por Frei MIGUEL ARCANJO DA ANUNCIAÇÃO, p. 65, Pernambuco 1940: o capelão do exercito frei. João da Resurreição “vulgo Poeira, por que frequentemente animava os soldados dizendo: filhos e amigos, tendo a Deus nos corações, e o mais tudo vá numa poeira.” “O Pe. Pr. Gal. Fr. Bernardo da Encarnação fez a este Poeira Proval. creado nos Capítulos feitos nesta Província no tempo da separação”.

(2) Frei MIGUEL ARCANJO DA ANUNCIAÇÃO, *Crônica*, cit., p. 71. “... Que se temia que uns religiosos levantados se queiram introduzir no seu convento, estando este negócio posto nos termos judiciais...”, 1686, carta do gov. geral ao de Pernambuco, *Doc. Hist.*, X, 227. Um papel em Olinda diz claramente, louvando o abade D. Frei Jerônimo de Santiago, que combatera por que “a nossa província de S. Bento do Brasil não se separasse da Congregação, negocio em que trabalhavam com todo calor os Americanos”, *Crônica* cit., p. 143. Americanos contra europeus...

(3) *Livr. do Tombo da Mizericórdia da Baía*, ms.

O padre Antonio da Fonseca, presidente do côro da Santa Casa, alí falecido em 1680, deixou cousa de vinte volumes... Seria uma coleção considerável. (1) Os "inventários" seiscentistas de S. Paulo só mencionam alguns devocionários... (2) As Obras Espirituais" de fr. Luiz de Granada corriam em mãos devotas. Leu-as na Baía o capitão Antonio da Fonseca Soares, e com emoção tal que se converteu em servo de Deus — para resurgir, franciscano, fr. Antonio das Chagas... (3). Era ao tempo (1655-57) em que "em Monserrate antártico", suburbio da mesma cidade, escrevia D. Francisco Manuel, desterrado e triste, o segundo dos "Apologos Dialogais", a segunda "Epanáfora", o "Hospital das Letras", custando "acreditar que um estudo crítico que necessitava da leitura prévia de tantos livros fosse redigido lá, a não ser que o autor, que era amicissimo dos jesuítas, se utilisasse da livraria do Colégio..." (4) Esta era opulenta mesmo no recente Colégio do Maranhão: "Livraria temos muito bôa, e com poucos livros que venham do Reino haverá todos os que se hão mistér". (5).

C I Ê N C I A

As ciências misturam-se — às letras jesuíticas.
Envolvem-se — ciências naturais, medicina (6), obser-

(1) P. CALMON, in *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n.º 53, p. 433.

(2) Vd. A. TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, V, 168.

(3) Vd. Frei ANTONIO DAS CHAGAS, *Cartas Espirituais*, seleção, pref. e notas de M. RODRIGUES LAPA, p. XIII, Lisboa. Para Vieira, no Maranhão, "o tempo que sobeja", "levam-no os livros de madre Tereza e outros de semelhante leitura...", *Cartas*, I, 111.

(4) EDGAR PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Melo*, p. 285, Coimbra 1914. "... A maior e mais notável parte dos Apologos Dialogais foi escrita ou acabada no Brasil".

(5) Vieira, carta de 1662, P. SERRAFIM LEITE, *Novas Cartas*, p. 295.

(6) Em 1634 chegára à Baía o Dr. Francisco Vaz Cabral, Físico-mór, a atender os réclamos da colônia: "os moradores da dita escreveram muitas

vações climatéricas — nas páginas noticiosas que lembram as cartas de Nobrega e Anchieta.

Faz exceção o livro do doutor João Ferreira da Rosa, publicado em Lisbôa, em 1694, sobre a peste em Pernambuco. Esse médico, com farta experiência do meio tropical, iniciou a série de estudos diréto das doenças que aqui perduravam. Trataram delas, realmente, Zacuto Lusitano (1575-1642), Luiz Gomes Ferreira ("Erário Mineral", 1735), Manuel Dias Pimenta (1707)... (1).

P O E T A S

Gregório de Matos e Manuel Botelho de Oliveira, baianos ambos, divulgaram em estrófes célebres as cousas da terra, com pessimismo e ironia o primeiro, gongórico o outro, semelhantes, apesar disto, na ressonância que dão às palavras, à "diversidade" brasileira.

De Gregório não se publicou em vida poesia alguma. Os versos circularam-lhe manuscritos, ou os recitavam de memória, no Brasil e em Portugal, padres e fidalgos. Flagelou governantes, satirizou costumes, presunções ridículas; e para ser o interprete das vózes brasilicas alinhou em rimas rudes numerosos vocábulos tupís ou africanos, assim brasileirismos de bom quilate, incluídos na língua portugûsa. Com êle aprende a metropole os nówos valores sônicos e também se habi-

cartas pedindo medico manifestando o grande aperto em que estavam...", *Doc. Hist.*, XXVII, 387.

(1) LUIZ DE PINA, *Histoire de la Médecine Portugaise*, Pôrto 1934. A Bib. Nac. do Rio de Janeiro possui um exemplar do *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, por Joam Ferreyra da Rosa, medico assistente em Recife etc., Lisbôa 1694. Note-se que o autor continuava a dar crédito à teoria de que as pestes podem provir de certas combinações de astros ("o ar pôde viciar pelos astros", *op. cit.*, p. II) — sem deixar de recomendar uma terapêutica empírica.

Mandára el-rei em 1692 que se fizesse anatomia na Baía para conferir "a experiência que fizera um estrangeiro que foi em uma charrúa a uns enfermos do contagio...", *Rev. do Inst. Hist.*, LXXI, 80. Mas os medicos da Baía não concordavam com os alvitres do colega de Pernambuco, *Rev. cit.*, p. 103.

tua ao linguajar, à musica dolente e engraçada, à “modinha” da Baía, precursora do “fado”. Se não foi Matos quem a creou — à modinha cantada ao violão, que tanta popularidade teve no Reino durante o século immediato — com certeza lhe deu a voga e o ritmo que equivalem à invenção. Ainda hoje achamos nos sertões a poesia popular, inprovizada nos “desafios” ou corrente, nas toadas familiares ao senso lírico da gente rústica — com o metro, as consoantes, o jeito dos famosos “repentes” do poeta seiscentista.

Pertence Botelho de Oliveira à fase classicista em que se extremou o orgulho da flora americana. O estilo — frondoso e difícil — servia arrogantemente à exaltação da paisagem (P. Prudencio de Amaral, *De Sacaris opificio carmen*, Fr. Manuel de Santa Maria Itaparica, *Descrição da ilha de Itaparica*, P. José Rodrigues Ramos, *De rusticis brasilicis rebus*). O que ha de exagero a êsse proposito na prosa de Rocha Pitta se atenúa em ternura no hino que Botelho de Oliveira dedicou à ilha de Maré.

A preocupação da “propaganda”, de belêzas e opulência sem igual, envolve certa política, brutal nas sátiras de Gregório, romanêsca no bucólismo de Oliveira. Aquele profligára “Brasileiros bestas a trabalharem para os maganos de Portugal...” (1), protesto nativista que cheira à independência. O outro, exigia menos: “Tenho explicado as frutas, e legumes, que dão a Portugal muitos ciumes...” (2) O mesmo poeta em 1671 falára, ao decantar a viagem do governador Afonso Furtado, em “Império novo”...

Enterneceu-se Simão de Vasconcelos com o “clima bom entre todos”, terra e céu incomparáveis... (3)

(1) *Obras*, IV, 140. Vieira, quarenta anos antes: “... O Brasil o dá, Portugal o leva”, *Sermões*, IX, 321.

(2) *A Ilha de Maré*, ed. da Academia, p. 188.

(3) *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, p. 267, Lisboa 1668.

Fôra útil propaganda, das “cartas jesuiticas”, de Pero de Magalhães, de Gabriel Soares — reatada por frei Amador Arraiz : “Tão sadia que quasi todos os seus vizinhos morrem de velhice...” “Disséstes que no Brasil a velhice acaba os homens, e não enfermidades, e assim é, estou quasi movido para ir morrer a essa terra Santa” (1). Vieira ajuntou : “Nela (na Baía) espero em a divina bondade me sucederá o mesmo que a outros velhos, que pela mesma causa se passaram àquele clima...” (2).

Rocha Pitta publicou em 1730 a “História da América Portuguesa” (o título deve ser réplica a Manuel de Faria e Souza com a sua “Europa Portuguesa”, 1650) com essa intenção laudatória aguçada pelo orgulho d’outras realidades. “Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno”... , mais rico o solo, mais risonho e feliz tudo (3).

E’ quando o ditirâmbo, exclusivista, raia no desvario : e ostenta a vaidade, quiçá anti-lusitana, de que a colônia tinha o preciso (e muito mais !) para “se edificar nêle um grande Império...” (4).

O DITIRAMBO

Frei Vicente, o cronista, preconizára a attitude : “Conforme a isto digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pôde sustentar-se com

(1) *Didlogos* de dom frey Amador Arraiz, ps. 303-5, nova ed., Lisboa 1846.

(2) *Cartas*, III, ps. 442-3, ed. de J. Lúcio.

(3) *Hist. da Amér. Port.*, p. 10 da 3.ª ed. Nasceu Rocha Pitta na Bafa (3 de Maio de 1660-2 de Nov. de 1738). Foi um dos fundadores da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724). Vd. BÁRBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*, III, 700.

(4) GABRIEL SOARES, *Roteiro Geral*, proemio, edição de Varnhagen. Império tem al o sentido camoniano : “No govêrno do Império...” *Lusiadas* canto X, LXII.

seus portos fechados, sem socorro de outras terras". E não temêra o exultante contraste : "Senão pergunto eu : de Portugal vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dous dias, embebida como de uvas. Azeite? faz-se de côcos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã. . ." (1) Era o que se sentia em 1689 : "Aconselham os mais prudentes que se vista algodão, se coma mandioca, e que na grande falta que ha de armas se torne aos arcos e frechas, com que brevemente tornaremos ao primitivo estado dos índios, e os portugueses seremos brasis". (2)

A idéa do país "melhor de todos" referia-se ainda, é certo, à natureza, pois a história, a simplicidade colonial, os índios econômicos (na transição da época do açúcar para a do ouro) não autorizavam maiores ufanias.

Desmentia-se o poeta :

Falem-vos num natural,
Dizeis faltas que não tem ;
Mente o outro para bem,
Nós mentimos para mal.

A tendência portuguesa de encarecer o estrangeiro em prejuizo do que é nacional ("Na Pátria, onde profêta ninguem é. . .", gemeu Camões) (3), satirizada por Rodrigues Lobo nêsses versos justos, transmudára-se de subito numa literatura cheia de estímulos brasileiros, de promessas espirituais.

(1) *Hist. do Bras.*, ed. cit. cap. XI.

(2) *Carta de Vieira*, 13 de Julho de 89, III, 581, ed. J. Lúcio.

(3) *Lus.*, c. X, CXIX.

“Cultura e Opulência do Brasil” é o lema de Antonil (Padre João Antonio Andreoni) em 1711 (1). Nuno Marques Pereira, disfarçado em “Peçegrino da América” (1728) tem nas suas páginas descritivas o interesse da paizagem, o sabôr da terra, a sua defêsa... (2) A propósito das esmeraldas de Fernão Dias continúa a imitar-se Camões (Diogo Grasson Tinoco)... Êste paulista tenta crear a epopéa brasilica, que sómente um século depois seria exequível, com os “mineiros” ciosos da tradição luso-indigena.

A ARTE

As artes vêm de Portugal; artes e artistas. O século XVII (antes do ciclo do ouro) não podia ainda revelar — nas manifestações artisticas d’uma sociedade que mal começara a ornar de edifícios apresentáveis as suas cidades incipientes — os pendores, a originalidade do “mazombo” ou do indigena-aprendiz. À colônia chegam os mestres construtores, os pintores, ebanistas e artezãos peritos, os que se não adaptam às condições de clima e ambiente novo e levantam, enfeitam, estilizam e doiram no Brasil como se trabalhassem na Europa. Os holandêses de Nassau isolaram-se, em região e tempo restritos, e voltaram sem deixar continuadores. Perdeu-se, para a futura arte brasileira, a oportunidade daquela visita: dos Post, Eckout, Wagner. O elemento indigena, por seu lado, sem padrões estéticos que influenciasssem os europeus (como aconteceu no Perú

(1) “... Foi buscar neste Colégio da Bafa quem no de Roma mereceu a primeira láurea de retórica e lingua latina”, o padre João Antonio Andreoni, *Cartas*, II, 315.

(2) Talvez de Portugal, porém no Brasil desde jóven, Nuno Marques parece ter assistido à passagem do Arcebispo por Cairú e Pôrto Seguro em 1690. Vd. notas de R. GARCIA, AFRANIO PEIXOTO e P. CALMON, *Peçegrino da América*, edição da Academia Brasileira, 2 tomos, 1939.

e no México) não podia inspirar-lhe inovações nativistas — produzidas, no século seguinte, quando os discípulos daqueles portugueses conseguiram suplantar os mestres. Tiveram para isto a bôa escola de algumas excelentes obras do período que estudamos, como a igreja dos Mercês no Pará, as de Olinda e Recife refeitas depois de 1654, a igreja do Colégio e a Sé, os conventos do Desterro, de Santa Tereza, de S. Bento da Baía, o mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro (1694), o convento franciscano de Santos. Nos claustros, evidentemente, haveria lazêres e cultura espiritual favoráveis às vocações; de fato aí encontraremos os primeiros artistas nascidos no Brasil. Não são muitos os que passaram à posteridade. Assim, na Baía, frei Agostinho de Santa Maria (1630), beneditino, hábil escultor; o padre Eusébio de Matos, que pintava bem; o entalhador frei Luiz de Jesus que, no começo do século imediato, enriqueceu o admirável convento de S. Francisco com as suas suntuosas grades de jacarandá, dignas das oficinas “barôcas” de Lisboa, frei Ricardo do Pilar (alemão, de Colônia) — que, por 1700, pintou os melhores painéis do mosteiro de S. Bento, do Rio de Janeiro. Antecedem à geração luso-brasileira que deixou a marca do seu gênio n’uma infinidade de templos setecentistas — período de autonomia sentimental e de audácias artísticas que corresponde, no século XVIII, à riqueza das Minas Gerais, à grandeza e pompa das cidades do litoral, ao enobrecimento da vida rural que associa piedosamente a capela de bom gosto e linhas elegantes ao sobrado patriarcal.

SINTESE DO SECULO 2.º

Em 1700 a definição geográfica e econômica do Brasil se completára. Ganhára a sua configuração no con-

tinente; e desenvolvêra dispersiva e amplamente as forças sociais e produtivas que no século precedente hesitavam no litoral, débeis e isoladas, entre a barreira da Serra marítima e a ameaça dos índios ferozes. Em 1600 a colonização parava na fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande, e ao sul em Cananéia, aventurando-se quando muito os traficantes de escravos carijós, nos seus barcos costeiros, a ir tomá-los entre Laguna e os Patos. Mesmo no trecho de beira-mar, onde arranhavam os povoadores como carangueijos — na ironia de frei Vicente do Salvador — as tribus tapuias devastavam por vezes os arraiais, mesmo as vilas com as suas palissadas e as suas igrejas, impedindo a penetração dos sertões misteriosos, o acréscimo dos gados “curraleiros” e a ocupação das “sesmarias” inutilmente concedidas. Assim no Reconcavo da Baía à volta de Cachoeira até Cairú e Porto Seguro, no estuário do Paraíba e campos dos goitacazes... A irradiação sertanista, partindo de S. Paulo, dominára o vale do Tietê, a região balisada pelo Paranapema ao sul e pela Mantiqueira ao norte: faltava-lhe, porém, a distribuição de núcleos urbanos, que fixassem os mamalucos semi-nómades, e servissem de base e coordenação para a conquista do oeste. Não tardou, ao raiar o século XVII, a expansão portuguesa até o Ceará, Maranhão, Pará, e o rio Amazonas. Concluída na zona tórrida a grande empresa, perfez-se em sentido austral, com a incorporação do território entre Itanhaen, Paranaguá, S. Francisco e Santa Catarina, acompanhada da instalação, na fóz do Prata, da tribulada Colônia do Sacramento. A área geográfica integralizára-se na direção do meridiano (que não era mais, evidentemente, o de Tordesilhas...); restava a delimitação das fronteiras que dependia do conflito entre as “entradas” paulistas e os vizinhos castelhanos. Perde-se a noção da lei sagrada e antiga que védava êsse desbordamento. Os homens no Brasil têm a liber-

dade de movimentos d'uma raça j6ven e vigorosa que se ad6xtra na luta com o estrangeiro para em seguida vencer a terra. E' tamb6m o s6culo das repulsas 6 m6o armada : de franc6ses no Maranh6o, dos holand6ses na Baía e no nord6ste, vinte anos... As armas ratificam o direito, onde 6le preexistia : e o Brasil n6o se desagregou. Mas cream outros direitos : onde o "uti possid6tis" anulava a linha convencional, divis6ria, que nunca valeu no terreno, sen6o nos mapas e nos debates jur6dicos... Prosperam e crescem as cidades recentes. O com6rcio anima-se e floresce. 6 satura66o do a6u6car se segue o surto de n6vas lavouras ; mas a pesquisa das minas — sonho velho e persistente, porisso fecundo — n6o deixa em paz governos, pioneiros, gera66es. A terra ganha e aumenta com isto : pois atraz de sua miragem os cabos das "bandeiras" descobridoras, mesmo descobrindo apenas sert6o, vislumbram paizagens magníficas, regi6es ricas, os caminhos do povoamento efetivo. O vale do S. Francisco polariza no nord6ste essas incurs6es ambiciosas ; o planalto paulista 6 a sua zona de dispers6o ; pela pr6pria costa, 6 not6cia de ouro em Paranaguá, avan6am r6pidamente. Afinal as profecias se confirmaram : e de Taubat6 e Guaratinguetá os primeiros "mineiros" se lan6aram para as montanhas centrais.

Form6ra-se o Brasil na sua vasta estrutura continental e homog6nea como um organismo-gigante. A fl6ma da consci6ncia com a defini66o de uma intelig6ncia aut6noma, de uma alma pr6pria, de uma f6r6a inconfundível e nacional — seriam a surpr6sa e a revela66o de sua vida no s6culo XVIII.

INDICE ONOMASTICO

- Abbeville (P. Claudio d') 34, 35
 Ablancourt (Mr. d') 260, 362
 Abreu (Baltazar da Costa) 237
 Abreu (Capistrano de) 19, 36, 50, 109, 466
 Abreu (Ruy Mendes) 27, 55
 Accioli (Inácio) 190, 280-1, 283, 343, 349, 364, 419, 433, 469
 Accioli (João Batista) 220, 363
 Accioli (Hildebrando) 303
 Acuña (P.) 396
 Adorno (Elias) 255
 Adorno (Gaspar Rodrigues de) 252, 255-6, 284, 353
 Adorno (João Rodrigues) 436
 Afonseca (Afonso Soares) 278
 Afonso VI, 244, 254, 259, 262, 274, 278, 279, 344-6, 360-1, 389, 390-1
 Aguiar (Bernardo Sanches) 256
 Aguiar (Braz do Canto) 387
 Aguiar (Francisco Ribeiro) 283
 Aguiar (Jorge) 71, 83
 Aguiar (Luiz Pereira) 71
 Aguiar (João Leite) 264
 Aibernaz (Pedro Teixeira) 61
 Albuquerque (Cap. Afonso de) 246
 Albuquerque (Antonio de) 45, 98, 104, 160-1
 Albuquerque (Antonio Cavalcanti de) 110
 Albuquerque (Duarte de) 50, 83, 89, 162, 174, 176-7, 180, 360
 Albuquerque (Felipe de Moura) 72, 76
 Albuquerque (Hierônimo Frago-so) 41, 105-6
 Albuquerque (Jeronimo de) 12, 22, 38-41, 44, 45, 72, 96, 99
 Albuquerque (Jorge de) 50, 465
 Albuquerque (Matias de) 50-1, 53-4, 70, 72-3, 83, 85-7, 89, 93-4, 97, 117, 157, 159, 160, 163-4, 232
 Albuquerque (Pedro) 88, 376
 Albuquerque da Camara (Antonio) 406
 Albuquerque Maranhão (Afonso) 366
 Albuquerque Maranhão (Lopo) 366
 Albuquerque Maranhão (Matias) 45, 88, 365, 405
 Alcantara Machado 132
 Aldenberg 65, 691, 76
 Alencar (José de) 36, 50
 Alencastre (D. Mariana de) 202
 Almeida (André da Fonseca) 87
 Almeida (Antonio do Canto) 116
 Almeida (D. Francisco de) 74
 Almeida (Gaspar) 74
 Almeida (P. João de) 466
 Almeida (D. Luiz) 270
 Almeida (Manuel Homem) 292
 Almeida (Manoel Soares) 105
 Almeida (D. Pedro de) 401
 Almirano (P.) 337
 Alvarenga (Gaspar da Vide) 267
 Alvares (Cristovão) 54
 Alvares (P. João) 370
 Alvares (Manuel) 121
 Alvares (Simão) 97, 121
 Alves (Francisco) 82
 Alves (Manuel) 184
 Amaral (Braz do) 226, 253, 265, 279, 283, 345, 415, 419, 432-3, 436-7
 Amaral (Claudio Rangel do) 270
 Amaral (Francisco) 170
 Amaral (Des. Gaspar da Costa) 27
 Amaral (João Batista) 270
 Amaral (Paulo do) 193
 Amaral (P. Prudencio) 465, 474
 Amaral (Simão Leite) 76
 Amiens (P. Ambrosio d') 34
 Añasco (P. Antonio) 30, 130
 Anchieta (P. José de) 149, 320, 374, 464, 466
 Andrada (Gomes Freire de) 395
 Andrade (Antonio) 184
 Andrade (Gaspar Galete) 316
 Andrade (Manuel Lourenço) 317
 Anjo (Jean) 22

- Angulo (P.) 127, 129
 Anjos (D. Gregorio) 394
 Antonil, 326, 371, 446-7, 456, 477
 Anunciação (Fr. Miguel Araujo) 231, 471
 D. Antonio (Pror do Crato) 17, 34
 Aquaviva (P. Claudio) 128
 Aquila (Manuel) 338
 Aragão (Baltazar de) 40, 67, 180
 Aragão de Menezes (Antonio) 428
 Aragão Perêira (Diogo de) 180
 Aranha (Manuel Guedes) 380
 Aranha Pacheco (Nicoláo) 359, 418
 Araujo (P. Antonio) 305-6, 465
 Araujo (Domingos Barbosa de) 116
 Araujo (Francisco de) 40
 Araujo (Francisco Gil de) 40, 221-2, 281, 320-1, 421
 Araujo (João) 251
 Araujo (Des. João de Góes) 277, 414, 418
 Araujo (Manuel) 221
 Aranha (Luiz) 110
 Arazola Gil (Luiz Enrique) 298, 334, 336, 339
 Arenas (Pedro de la Carrera) 188
 Aresti (Fr. Cristobal) 145, 301
 Argollo (Ambrosio Soares) 41
 Argolo (Maria de) 70
 Arraiz (Fr. Amador) 456, 475
 Arraiz (Francisco da Cruz) 351
 Arruda (Francisco) 268
 Arszchewski 93, 166, 168
 Arzão (Braz Rodrigues de) 282-3, 285, 301, 309, 446
 Arzão (Leonardo Nardes) 452
 Arzão (Manuel de Araujo) 285
 Asséca (Visconde de) 283, 269, 274
 Atouguia (Conde de) 137, 151, 180, 252, 254, 258, 262, 268, 276
 Audierne (P. Anasfacio d') 291-2
 Augusto (José) 401
 Aulnoy (Comtesse d') 339
 Austria (Maria Tereza d') 235
 Avila (Francisco Dias d') 50, 58, 70, 255, 399, 435
 Avila (Garcia d') 68, 289
 Azevedo (Alvaro de) 279, 343, 453
 Azevedo (Antonio Pereira) 226, 301
 Azevedo (Domingos de Freitas) 293, 306
 Azevedo (Gaspar) 306
 Azevedo (J. Lucio) 43, 53-4, 132, 214, 227, 231, 236, 247, 262, 310, 344, 358, 376, 379, 383, 386, 388, 398, 458
 Azevedo (João Velho de) 136, 267, 268
 Azevedo (Manuel) 249
 Azevedo (Manuel Duarte) 420
 Azevedo (Marcos de) 116, 135, 322-3
 Azevedo (Pedro) 234
 Azevedo Coutinho 433
 Bascio de Filicaia 22
 Baccellar ((Agostinho Pereira de) 221-2, 293
 Baião Parente (Estevão Ribeiro) 282-5, 293, 401.
 Bankert 22
 Bandeira de Mello (Brites) 172
 Bandeira de Mello (Felipe) 248
 Banholo (Conde de) 75, 89, 94, 161-2, 164, 167-9, 173-5
 Barata (Manuel) 43
 Barbalho (Agostinho) 196, 271-3, 304
 Barbalho (Guilherme) 162, 174
 Barbalho (Jeronimo) 196, 273
 Barbalho (João Lopes) 157
 Barbalho (Luiz) 90, 157, 174, 176-7, 183-4, 196, 219, 230, 271
 Barbosa (Antonio de Moraes) 76
 Barbosa (Cosme do Couto) 91
 Barbosa (Francisco) 252
 Barbosa (Fruituoso) 18, 368
 Barbosa (João) 19
 Barbosa (João do Couto) 172
 Barbosa (Maria) 367
 Barbosa (Sebastião) 367
 Barbosa Franca (Lourenço) 281
 Barbosa Leal (Francisco) 281
 Barbosa Leal (José) 369
 Barbosa Leal (Pedro) 50, 296, 436
 Barleós (Gaspar) 182, 203, 211, 215
 Barrenho (Baltazar dos Reis) 281, 456
 Barreto (Alvaro de Azevedo) 249
 Barreto (Catarina) 31
 Barreto (Franciscó) 184, 208, 217, 230-3, 236, 239, 240, 242, 244, 246, 247-9, 256-8, 268, 270-3, 275, 359, 361, 365-6 376, 389

- Barreto (Inácio do Rego) 200, 375
 Barreto (João Velho) 270
 Baro 400
 Barros (Francisco) 67
 Barros (José de) 287
 Barros (Manuel da Costa) 119
 Barros (Paulo de) 221-2
 Barros (Pero Vaz de) 129, 130, 138, 140
 Barzana (P. Alvaro) 127
 Basto (Conde de) 50
 Beirão (Caetano) 336
 Bellarte (P.) 127
 Berredo, 378
 Bequimão (Manuel) 394-5
 Bequimão (Tomaz) 394-5
 Berghen (Major) 246
 Bernal (Antonio) 152
 Bernardes (Diogo) 37, 38, 72
 Betendorf (P.) 391
 Bezerra (Antonio Jacome) 224
 Beberra (Francisco Monteiro) 254
 Bezerra (Gonçalo) 66
 Bezerra (Luiz Braz) 218
 Bicudo (Ant.º de Campos) 307
 Bicudo (Manuel de Campos) 307
 Billestrate 221
 Blier (Capitão) 221, 400
 Bocanegra (Cristovão Mexia) 89
 Bocarro (João Raposo) 193
 Bonilha (p. Barnabé) 300
 Borba Gato (Manuel) 150, 320, 323, 328, 447, 452
 Bordeaux (Henri) 260
 Borges (Gaspar) 222
 Borges de Barros (F.) 71, 79, 436
 Borges da Fonseca, 31, 45, 172, 220, 248
 Boroa (P. Diogo) 151
 Botelho (Diogo) 17-9, 21, 23-5, 46, 298
 Botelho (Nuno da Cunha) 43
 Botelho de Oliveira (Manuel) 284, 426, 432, 459, 473-4
 Brá (Ana de) 231
 Brá (Francisco de) 231
 Brá (Jaques) 231
 Braucamp Frelre, 53
 Brandão (Ambrosio Fernandes) 466
 Brandão (Belchior) 70, 173
 Brandão (Francisco Lopes) 27
 Brandão (Luiz Alvares) 162
 Brandão (Melchior) 71
 Brandão (Tomaz) 450
 Brande (Van den) 239
 Bravo (Manuel Jacome) 27, 130
 Brazão (Eduardo) 230, 235, 237, 242, 260, 313, 344
 Brest (H.) 247
 Brinck (Coronel) 240
 Brito (Domingos d'Abreu) 466
 Brito (Francisco de Almeida) 69
 Brito (Manuel Pestana) 356
 Brito (Sebastião Paruf) 28, 78
 Brito de Castro (André) 414-6
 Brito de Castro (Antonio) 28, 89, 414-6
 Brito Corrêa (Lourenço) 66-7, 69, 70, 160, 177, 184, 196, 270, 279, 400
 Brito Freire (Francisco de) 246, 294, 297, 313, 321, 349, 360, 455
 Brochado (Belchior da Cunha) 336, 435
 Brum (João Tomaz) 299
 Bueno (Amador) 143, 149, 150, 183, 194-5
 Bueno (Bernardo Rodrigues) 123
 Bueno (Domingos da Silva) 451
 Bueno (Francisco) 146, 182
 Bueno da Fonseca (Manuel) 194
 Bueno da Silva (Bartolomeu) 307
 Bueno da Silva (Francisco) 450
 Bueno da Silveira 448
 Bueno de Siqueira (Bartolomeu) 307, 446-7
 Buñhães (Fernão Rodrigues) 223
 Burgh (Van) 199, 211
 Burgos (Bartolomé) 77
 Burgos (Cristovão de) 243, 253, 359
 Caarden (Paulo van) 25, 64
 Cabral (Domingos da Veiga) 101
 Cabral (Francisco Vaz) 150
 Cabral (Luiz da Costa) 150
 Cabral (Osvaldo R.) 311, 317
 Cáceres (Pedro de) 310
 Cadena (Jeronimo) 223, 248
 Cadena (Pedro) 172, 174, 178
 Calabar (Domingos Fernandes) 35, 156-9, 162-3
 Calado (Fr. Manuel) 86-7, 91, 164, 184, 188, 201
 Caldas (José) 195
 Caldeira (Francisco) 40-4, 105, 108
 Caldeira (Manuel Pinheiro) 268

- Calheiros (Domingos Barbosa) 202, 256, 301
 Calixto (B.) 132, 154
 Callenfelds, 97
 Calmon (João) 350
 Calogeras (J. P.) 308; 398
 Camara (Antonio Gonçalves) 421
 Camara (Diogo de Souza) 416
 Camara (D. Fradique) 277
 Camara Coutinho (Ant.^o Luis) 115, 171, 321, 370-1, 421, 425-8, 435, 441-3
 Camarão, 157, 159, 163, 165, 217-8, 232, 401
 Camargo (Fernão de) 136, 146
 Camargo (Fernando) 256
 Camargo (José Ortiz) 136-7
 Camargo (Tomaz Lopes) 450
 Camêlo (Belchior Alves) 251
 Camêlo (Heronimo) 271
 Camêlo (Manuel) 184
 Camillo Castelo Branco, 18, 58, 85, 189, 238, 245, 346
 Camões (Luiz de) 453, 471, 477
 Campêlo (Vicente) 54
 Campos (P. Estandislae) 459, 464
 Campos Moreno (Diogo de) 466
 Canindé, 407-8
 Cantanhede (Conde de) 360
 Caramurú, 48
 Cárcome, (D. Diogo de) 45
 Cardenas (João de) 152
 Cardim (P. Fernão) 21, 374, 464
 Cardoso (Antonio Dias) 216-8, 245
 Cardoso (Braz da Rocha) 217
 Cardoso (Gaspar) 378
 Cardoso (João de Matos) 58, 160
 Cardoso (Manuel Gomes) 295
 Cardoso de Almeida (Matias) 307, 320, 322-3, 327-8, 368, 407-9
 Cardozo (Ramon I.) 128, 145
 Carlos II (de Espanha) 339, 340
 Carlos II (de Inglaterra) 458
 Carlos V, 38
 Carneiro (Diogo Gomes) 313, 466-7
 Carneiro (Domingos Rodrigues) 403
 Carneiro (Vasco) 66-7, 71
 Carneiro Filho (Luiz) 339
 Capurro (Fernando) 337, 340
 Carrilho (Fernão) 401-3, 408
 Carvalho (Alvaro de) 47
 Carvalho (Domingos Rodrigues) 289, 290, 292-3
 Carvalho (Francisco Rodrigues) 209
 Carvalho (Gaspar de Souza) 174, 222
 Carvalho (Luiz Salema) 253
 Carvalho (Ruy) 66
 Carvalho (Miguel de) 41
 Carvalho Franco, 142, 151, 301, 306, 319, 322, 338
 Cascaes (Marquês de) 122, 154, 313, 317
 Cascaes (Dr. Pedro de) 27
 Castanheda (Conde de) 418
 Castanho (Lourenço) 193, 303
 Castanho (Conego Luiz) 135
 Castanho de Almeida (Luiz) 324
 Castel Melhor (Conde de) 115, 118, 240, 251, 253, 256, 263, 279, 355, 391
 Castelo Branco (Beato Ferrão) 151
 Castelo Branco (D. Rodrigo) 294-6, 309, 315, 323-4, 326-8, 332-3, 445, 452
 Castelo Branco (P. de Unhão) 310
 Castelo Branco e Torres (J. C.) 238, 244
 Castro (D. Ana) 421
 Castro (D. Diogo de) 89, 109
 Castro (Luiz Pereira) 235, 237
 Castro Alves, 412
 Castro e Caldas (Sebastião) 341
 Castro Moraes (Francisco) 449
 Cataldino (P.) 128, 140
 Cavalcanti (Antonio) 104, 217-8
 Cavalcanti (Felipe) 72
 Cavalcanti (Lourenço) 70, 81, 88, 184, 363
 Cavalcanti (Pedro) 174
 Ceballos (D. Pedro de) 336
 Cerqueira (Amaro Velho) 184
 Cervantes, 464
 Cesar (D. Sebastião) 254, 262
 Cesar de Andrade (Agostinho) 408
 Cesar de Menezes (Luiz) 341
 Cesar de Menezes (Pedro) 199, 200, 305
 Cesar (Vasco Fernandes) 254, 341
 Cespedes Xéria (Luiz) 78, 81, 141, 143-4
 Ceulan (Van) 159
 Chaves (Duarte Teixeira) 269, 339, 340
 Chichorro (Aires de Souza) 150

- Cid (João) 19
 Cirne (Miguel de) 119
 Cisneiros (Francisco Alemão de) 116
 Cláas, 248
 Cochado (Antonio Vicente) 41, 43
 Coelho (Agostinho) 69
 Coelho (Amancio Rebêlo) 122, 132
 Coelho (Antonio) 104
 Coelho (P. Domingos) 69
 Coelho (Mateus de Souza) 375
 Coelho (Pedro do Couto) 184, 339
 Coelho (Pero) 71
 Coelho de Carvalho (Antonio) 104, 397-9
 Coelho de Carvalho (Feliciano) 19, 98, 104, 109, 397
 Coelho de Carvalho (Francisco) 73, 101, 103-4, 109, 111, 159, 397
 Colonna (D. Juan) 77
 Coluna (Soror Margarida) 347
 Commere (Jaime) 312
 Conde (Mateus de Lemos) 315, 327
 Congatan (Pero) 192
 Cordeiro (Domingos) 146
 Cordeiro (Luclano) 61
 Coreal (Franço's) 352
 Coroatay (André) 388
 Cornellszoon (Willem) 181
 Correia (André) 41
 Correia (Delípa) 121
 Correia (João Antonio) 192
 Correia (José da Costa) 437
 Correia (Manuel Gonçalves) 246, 363
 Correia (Sebastião Fernandes) 447
 Correia (Simão Nunes) 19, 20
 Correia de Alvarenga (Tomé) 270-1, 273
 Correia de Sá (Francisco) 280
 Correia de Sá (Gonçalo) 142
 Correia de Sá (João) 332
 Correia de Sá (Salvador) 192-3
 Correia da Silva (Henrique) 51
 Corrêa Luna, 140, 144, 290, 330, 332-5
 Corrêa Pinto (Antonio) 318
 Corrêa Vasqueanes (Duarte) 30-1, 219
 Corrêa Vasqueanes (Martim) 123
 Corrêa Vasqueanes (Salvador) 348
 Corsunga (Valerio) 267
 Corte Real (Manuel) 344
 Cortezão (Jaime) 61
 Costa (Baltazar) 239
 Costa (Bento da) 367
 Costa (P. Antonio de Carvalho) 25, 27, 172, 186, 228, 244, 254, 287, 343, 345, 421, 432, 444
 Costa (Claudio Manuel) 326, 450
 Costa (Cristovão) 280
 Costa (Didio) 312
 Costa (Diogo da) 45
 Costa (D. Duarte ãa) 37
 Costa (Gabriel) 71
 Costa (D. João) 260
 Costa (P. João) 369
 Costa (Jordão Homem) 123
 Costa (Lazaro) 140
 Costa (P. Manuel) 423
 Costa Manuel Gonçalves) 71
 Costa (Manuel Veloso) 315, 327
 Costa (D. Rodrigo) 226, 444
 Costa Barreto (Roque da) 287, 292, 344-6, 413, 415, 425
 Costa Barros (Francisco) 270, 271
 Conquero (Gaspar) 29
 Conti (Irmãos) 262, 390
 Couros Carneiro (João) 415
 Coutinho (Ambrosio de Aguiar) 421
 Coutinho (Domingos Cardoso) 326
 Coutinho (Francisco de Aguiar) 115
 Coutinho (Francisco de Souza) 201
 Coutinho (João) 353
 Coutinho (Joseph Cardoso) 326
 Couto (Diogo do) 20, 78, 133
 Couto (Domingos Loretto) 286
 Couto (P. Lopo) 200
 Crasto (Antonio de) 56
 Crasto (Francisco) 71
 Craveiro Costa 357
 Cristo (Soror Marta de) 348
 Cubas (Maria) 450
 Cuevas (Fernando de la) 186
 Cunha (Antonio do Prado) 320
 Cunha (Bartolomeu Vasconcelos) 238
 Cunha (Matias da) 153-4, 310, 343, 367, 405-6, 409, 420, 422
 Cunha (Nuno da) 241

- Cunha (Paulo da) 187-8, 199, 220-1
 Cunha (Pedro da) 69, 102
 Cusaco (André) 341, 351
 Damazio (A. J.) 71, 150
 Dampier (Willliab) 352
 Dalgado (Mons. Rodolfo) 20
 Delgado (Domingos) 76
 Dénis (Ferdinand) 31, 35, 42
 Desterro (Fr. Manuel) 467
 Deus-dará (Manuel Alvares) 97
 Dias (Antonio) 450
 Dias (Beichior) 48, 49, 50, 173, 287, 295, 435
 Dias (Domingos) 151
 Dias (Henrique) 162, 165, 177, 188, 184, 187, 217-8, 232-3
 Dias (Hieronimo) 268
 Dias (Roberio) 50, 173, 308
 Dias (Sebastião) 410
 Dias Cardoso (Antonio) 362
 Dias Papa-robalos (Antonio) 86
 Dias Velho (Francisco) 317
 Diniz da Silva (Manuel) 361
 Domingues (Pero) 305-6
 Dorth (Johan van) 65-6, 69, 70-1
 D. Duarte (Infante) 236
 Duchs (Francisco) 53, 65, 69, 72
 Durão (Padre) 338
 Eça (Manuel de Souza d') 37, 41, 73, 108-9
 Eckout (Albert) 204-5, 477
 Elis Junior (Alfredo) 140
 Encarnação (Frel Bernardo) 471
 Ennes (Ernesto) 401, 403-4, 408, 410, 412
 Ericeira (Conde de) 196, 227, 235
 Espada (Jimenez de la) 111
 Espinha (Luiz Alves) 37
 Espirito Santo (Frei Joseph) 278
 Estacio (Simão) 102-3
 Evreux (Yves d') 34, 36-7
 Falcão (Pedro Marinho) 223
 Faria (Antonio de) 119
 Faria (Bartolomeu Fernandes) 154
 Faria (P. Gaspar) 465
 Faria (P. João) 446-7, 450
 Faria (Manuel Severim de) 42, 50, 103
 Farto (Simão) 338
 Favella (Pedro da Costa) 112, 209, 396
 Felipe II, 18
 Felipe IV, 73, 84, 89, 112, 174, 181, 186, 189, 195, 214, 260, 280, 300
 Felix (Jaques) 135
 Ferrão (Antonio Gomes) 291
 Ferreira (P. Afonso) 182
 Ferreira (Antonio Soares) 452
 Ferreira (Felix) 120, 273
 Ferreira (P. Gaspar) 69
 Ferrelra (Gaspar Dias) 215
 Ferreira (Francisco Leitão) 27, 55
 Ferreira (Luiz Gomes) 473
 Ferreira (Manuel) 264
 Ferreira (Marcos) 38
 Ferreira Rels (Artur Cesar) 396, 399
 Ferreira da Rosa (Dr. João) 419, 473
 Fernandes (André) 135, 142-3, 152, 301
 Fernandes (P. André) 388
 Fernandes (Antonio) 268, 311
 Fernandes (Baltazar) 135
 Fernandes (Francisco) 180
 Fernandes (Manuel) 83, 450
 Fernandes (P. Manuel) 192
 Fernandes Gama, 359, 363-4
 Fernandes da Ilha (Francisco) 418
 Ferrolles (Mr. de) 396-8
 Fialho (Manuel de Carvalho) 184
 Fialho (Nuno Vaz) 78
 Figueira (P. Luiz) 21-3, 31, 159, 375-6, 380, 465
 Figueira (Marla) 54
 Figueiredo (Agostinho) 310, 315
 Figueiredo (Diogo Gomes) 196
 Figueiredo (D. Estevão Brioso de) 347
 Figueiredo (Fidelino de) 77
 Figueiredo (Francisco) 253
 Figueiredo (Gaspar de) 19
 Figueiredo (Manuel Ferreira) 27
 Figueirôa (Francisco) 246, 248
 Filds (P.) 129
 Filgueiras (Antonio Lopes) 158
 Fonseca (Antonio da) 43
 Fonseca (P. Antonio) 472
 Fonseca (Dr. Francisco) 27
 Fonseca (P. Manuel) 316
 Fonseca Saraiva (Melchior) 308
 Fonseca Soares (Antonio da) 472
 Fontes (Marquês de) 449

Fragoso (João de Castro) 287
 Fraiz (De) 39
 Franca (Afonso da) 96
 Franca (André Dias da) 85-6
 Franca (Gonçalo Soares) 469
 Franca (Lancerote) 75
 Franca (Manuel de Barros) 415-6
 Franca (Margarida) 348
 Franca (Tristão) 174
 Francisco I, 34
 Francisco (João) 225
 Freire (João Carvalho) 290, 328
 Freire (Alexandre de Souza) 115, 206
 Freire (Laudellino) 467
 Freire de Andrade (Francisco) 274
 Freitas (Gaspar de Souza) 104
 Frias (Francisco) 38, 41, 44-5, 82, 170, 172
 Fritz (P. Samuel) 398-9
 Froger, 341
 Fronteira (Marquês da) 186
 Fundão (Francisco de Souza) 398
 Furlong (P. Guilherme) 129
 Furtado (Alonso) 115, 269, 284, 286-7, 321, 332, 338, 308-9, 310, 313; 315, 318, 343, 352, 404, 471
 Furtado (Jorge) 343
 Furtado (Salvador Fernandes) 448, 450
 Furtado (Simão da Maia) 253
 Furtado de Mendonça (André) 412
 Furtado de Mendonça (João) 308-9, 310, 340
 Galvão (Antonio) 270
 Galvão (Manuel) 338
 Galvão (Sebastião de Vasconcelos) 358
 Gama (Pedro Corrêa da) 76, 85-6, 160, 199
 Gandavo (Pedro de Magalhães) 319, 475
 Gandia (Enrique de) 144, 147, 303
 Garcia (Pero) 67
 Garcia (Rodolfo) 17, 25-8, 32, 40, 42, 46-7, 50, 63, 67, 69, 72, 80, 86, 100, 102, 116-8, 131, 147, 152, 158-9, 161, 180, 185, 187, 201, 205, 208, 210, 220-1, 230, 233, 241, 262, 273, 298, 321, 362-3, 366, 373, 392, 396-7, 399, 426, 428, 433, 447, 465-7, 477.

Garcim (Pedro) 259
 Garro (Lopo Conrado) 223
 Garro (D. José de) 336-8
 Garstman (Jacob) 159, 168, 223, 249
 Gennes (De) 341, 352
 Giberton (Miguel) 164, 167-8
 Ginga (Rainha) 237-8
 Gingel (P. João) 368
 Giovenazzo (Duque) 339
 Gitão (Felipe) 259
 Godinho (Francisco) 222
 Góes (Francisco) 355
 Góes (João de Uzêda e) 281
 Góes (Pero de) 266
 Gogh (Michel van) 240, 245
 Gomes (André) 257
 Gomes (Pedro) 184, 255, 291
 Gomez (Hernan) 141
 Gonçalves (Domingos) 83
 Gonçalves (P. Francisco) 383-4
 Gonçalves (Isabel) 220
 Gonçalves (Manuel) 76
 Gonçalves (Pedro) 253
 Gondim (Frei João) 366
 Gondim (Roque da Rocha) 342
 Gonzalez (P. Roque) 124, 129, 141, 153
 Gouvêa (Pedro Mendes) 158
 Gouveia (Marquês de) 390
 Granada (Frei Lutz de) 472
 Grandio (Sebastião Lopes) 295
 Granica (Frei João) 310, 315, 327
 Groot (Piet) 166
 Grotius (Hugo de) 166
 Guedes de Brito (Antonio) 280, 343, 350
 Guérin (Eugène) 100
 Guimarães (Francisco Pereira) 184
 Guizard Filho, 135, 448
 Gumberville, 396
 Gusmão (Alexandre de) 331
 Gusmão (P. Alexandre de) 353, 468-9, 467
 Gusmão (Bartolomeu Lourenço de) 449, 470
 Guterres (João) 264
 Guterres (Lourenço) 87
 Guzman (D. Juan) 77
 Hafkemeyer (P.) 383
 Hamei (Henrique) 211
 Haus (Capitão) 219, 220
 Haecx, 445
 Hoogstraten, 220, 226, 251

- Heyn (Peter) 65, 67, 85-6, 116, 170
 Hendrikszoon, 76
 Hercksans (Elias) 167, 205
 Heriarte (Maurício) 373
 Henrique IV, 34
 Henriques (Antonio de Miranda) 264
 Henriques (Henrique) 264
 Henriques (Rodrigo de Miranda) 120
 Hinderson, 160, 178, 209, 210, 224-5
 Hinojosa (Hieronimo) 184, 282, 285
 Houwim, 177
 Houthain (Coronel) 248
 Huygens (Jacob) 182
 Ilha do Principe (Conde da) 314
 Ita (Peter A.) 85
 Itaparica (Frei Manuel de Santa Maria) 474
 Jaboação (Fr. Antonio de Santa Maria) 25, 37, 40, 50, 66-7, 70-1, 82, 121, 176, 180, 217, 222, 238, 271, 273, 279, 348, 357, 365-6, 397, 419
 Jacome Bezerra (Antonio) 401
 Jaeger (P. Luiz G.) 124, 140-1, 146, 152-3
 Janduin, 159, 223, 387
 Jaguarari (Simão Soares) 159
 Jesus (Soror Leonor de) 348
 Jesus (Frei Luiz de) 478
 Jesus (Frei Rafael de) 91, 157, 164, 184, 187
 D. João III, 96
 D. João IV, 93, 150, 151, 188, 189, 190-7, 201-2, 209, 213-5, 226-7, 229, 2230, 234-8, 241-2, 226-7, 229, 230, 234-8, 241-2, 361, 375, 377
 D. João V, 264, 277
 D. João VI, 197, 361
 S. João (Frei Macario de) 351
 Jol (Cornelio) 185
 D. Jorge, 191
 Jorge Velho (Domingos) 307, 404, 406-7, 409, 410
 Jorge Velho (Salvador) 316
 D. José I, 361
 José (Dr. Cipriano) 437
 S. José (Madre Luiza) 451
 Kijf (John) 75
 Koin (Coronel) 186-7, 200
 Kruse (Herman) 285
 La Barre, 397
 Lacalche (Heitor) 164, 174, 177, 191
 Las Casas (Fr. Bartolomé) 148
 Lacerda (Antonio Ribeiro de) 88, 90
 La Condamine, 374
 Laet (Joannes) 206
 Lafuente Machain, 180, 298
 Lago (Braz Pereira do) 469
 Lago (Francisco Pereira do) 180, 279
 Lago (Paulo Pereira) 119
 Lambertto (Francisco) 443
 Lamego (Alberto) 226, 230, 231, 242, 266-9, 271, 274, 311-2, 321, 323-5, 343, 407, 420, 452
 Lamego Filho (Alberto) 269
 Lanier, 227
 Lannoy (Ch.) 239
 Lapa (Rodrigues) 78, 472
 La Pena (Pedro Alvares) 121
 La Penha (Ambrosio Luiz) 249
 La Penha (Antonio Alvares) 97
 La Penha (Simão Alvares) 121, 199, 230-1, 253, 273
 Lara (Gabriel de) 311-2, 314, 318
 Lara (Francisco de Almeida) 340
 Lasso (Diogo Gonçalves) 64
 Lassos (Tomé Dias) 256
 Lavra (André Lopes) 416
 Leão (P. Bartolomeu) 465
 Leão (Ermelino A.) 139
 Leão (Mateus) 311
 Ledo (Antonio d'Oliveira) 367
 Ledo (Custodio Oliveira) 367-8
 Ledo (Teodosio d'Oliveira) 368
 Leitão (Pedro) 362
 Leitão (Francisco de Andrade) 201
 Leitão (Francisco Corrêa) 270
 Leitão (Jeronimo) 130
 Leitão (Paulo) 78
 Leite (José Rebelo) 275, 356
 Leite (P. Serafim) 21, 99, 124, 127, 150, 178, 305-6, 374, 376, 380, 388, 463, 466, 472
 Leite (Maria) 318
 Leitou (Pedro) 368-9
 Leme (Braz) 143
 Leme (Domingos) 135
 Leme (Luiz Dias) 193
 Leme (Mateus) 313
 Leme (Pedro Dias) 318
 Lencastro (D. Francisco Naper) 302, 338, 340

Lencastro (D. João de) 287, 351, 353, 368, 399, 408, 426, 431-6, 443-4, 446-7, 449, 452
 Lençóes de Andrade (Damião) 479
 Lescolles (Miguel de) 118
 Lescolles (Pedro) 258
 Lessa (Clado Ribeiro de) 219, 416
 Levillier (Roberto) 148
 Lichthardt 158, 178, 184-5, 200, 222, 225
 Lima (Antonio) 88
 Lima (P. Antonio) 565
 Lima (Sebastião Velho) 309
 Lima Junior (Augusto) 450
 Linden (Van den) 239
 Linge (Paulo) 222-3
 Linhares (Conde de) 436
 Lins (Cristovão) 223
 Lins (Ivan) 77
 Lisbôa (Frei Cristovão) 103
 Lisbôa (João Francisco) 110, 394
 Lobo (D. Diogo) 179
 Lobo (D. Manuel) 303, 327, 333-8
 Lobo (Sebastião Pinto) 27
 Loduenna (D. Fernando) 89, 176
 Lonck (Hendrick) 85-6
 Lopes (Fernão) 453
 Lopes (Manuel) 76, 184, 401-2
 Lopes (Vicente) 446
 Lopes Franco (Mateus) 180
 Luiz (Agostinho) 69
 Luiz (Pedro Francisco) 278
 Luiz (Washington) 132, 139, 307
 Luiz XIII, 34
 Luiz XIV, 204, 260, 380, 396, 398
 D. Luiza de Guzman, 262, 276, 278, 389
 Lyra (A. Tavares de) 99, 100, 405
 Lyra (João Tavares de) 97
 Macedo (Antonio de Souza de) 108, 230, 236, 245, 260, 263-4, 273-6, 390
 Macedo (Francisco Manuel) 465
 Macedo (João Rabelo) 221
 Macedo (Jorge Secco) 279, 295-6, 278
 Macedo (Jorge Soares) 333-4, 337-8
 Maceta (P.) 128, 143
 Maciel (Melchior) 298
 Maciel Parente (Bento) 28, 38, 40, 94, 104-8, 200-1, 294, 373
 Maciel Parente (João Amaro) 285, 407
 Madeira (Francisco) 83

Madeira (Gaspar Vaz) 301
 Madre de Deus (Frei Gaspar) 193-5, 347, 350, 419, 468
 Maíra (João Luiz) 193
 Magalhães (Basilio de) 140, 307, 311, 327
 Magalhães (Pedro Jaques) 243, 246
 Magalhães (João Garcia de) 53
 Magalhães (João da Silveira) 421
 Magalhães Basto, 88
 Maillard (Mathieu) 39
 Mandat-Gracy (Baron de) 171
 Manuel (D. Francisco) 38, 56, 58, 64, 80, 89, 104, 172, 174, 181, 183-4, 196, 197, 201, 229, 230, 246, 258, 287, 467, 472
 Manuel (D. Sancho) 181, 196
 Mansilla (P.) 145, 300
 Mantua (Duqueza de) 465
 Marcgraf (Georg) 205
 Margallo (Frei Tomaz) 353
 Maria Francisca (Rainha) 346
 Marinho (Francisco Alvares) 123
 Marinho (Francisco Nunes) 72-3
 Mariz (Pedro Leolino) 50, 257
 Marques (Antonio Rodrigues) 227
 Marques Pereira (Nuno) 353, 364, 428, 433, 459, 477
 Martins (Manuel) 69
 Martins (Mario) 423
 Martins (Romario) 311, 314, 316
 Martins (Sebastião) 38
 Martins Domido (Manuel) 358
 Mascarenhas (Braz Garcia) 56-7 85
 Mascarenhas (D. Fernando de) 191, 196
 Mascarenhas (D. Pedro de) 195
 Mascarenhas Homem (Manuel) 19, 72
 Matos (P. Antonio) 69, 124, 257
 Matos (Eusebio de) 465, 467, 478
 Matos (Gregorio de) 253, 343, 347-9, 350, 356, 392, 414, 417, 419, 421-2, 427, 429, 432, 439, 440, 456, 458, 464, 468-9, 474
 Matos (Hilario Nunes) 184
 Matos (João de) 262, 350
 Matos (João de Campos e) 326
 Matos (Jerônimo Pedroso) 152
 Matos (Lourenço) 290
 Medina (Manuel Martins) 264
 Medicis (Catarina de) 34
 Medicis (María de) 34

- Meigarejo (Ruy Diaz de) 128
 Mello (Antonio Teixeira de) 38-9, 43, 210, 231
 Mello (Antonio Joaquim de) 357
 Mello (João Gomes) 363
 Mello (Lazaro de) 395
 Mello (Mario) 208
 Mello (Pedro de) 273-5, 385, 388-9
 Mello Moraes, 180, 198
 Mendes Pinto (Fernão) 20
 Mendonça (Antonio Ortiz de) 192
 Mendonça (Antonio Teixeira) 238
 Mendonça (Francisco Barradas de) 253
 Mendonça (D. Gaspar de) 346-7
 Mendonça (P. João de) 124
 Mendonça (Tristão de) 75, 84
 Mendonça Furtado (Antonio) 66
 Mendonça Furtado (Diogo) 46, 51, 54-5, 66, 68-9, 70
 Mendonça Furtado (Jeronimo) 360-1, 362-4
 Mendonça Furtado (Luiz) 363
 Mendonça Mar (Francisco) 441
 Menelão (Constantino de) 53, 65, 266
 Menezes (Antonio de Souza) 181
 Menezes (Antonio de Souza, cap.) 343
 Menezes (Diogo de) 19, 26, 28-9, 35, 39, 46, 62
 Menezes (Francisco Telles de) 279
 Menezes (D. João Telo) 28
 Menezes (D. Manuel) 73, 77,
 Menezes (Sá de) 393
 Mercês (Conego Antonio Joaquim) 178
 Mesquita (Antão de) 27, 55, 72, 78, 140
 Mesquita (Manuel Barbosa) 282
 Miguel (Indio) 267
 Milaem (Willem) 167
 Milton (Aristides) 252
 Minas (Marquês das) 28, 366, 416-9, 433
 Miralhes (José de) 76, 180-1, 183, 196, 229, 244, 251, 280, 432-3, 435, 443
 Miranda (Manuel) 19, 20
 Miranda (Pedro) 184
 Miranda Henriques (Bernardo) 364
 Mola (P.) 143
 Moniz (Francisco Gomes) 223
 Moniz Barreiros (Antonio) 209
 Moniz Telles (Diogo) 25, 71
 Monsanto (Conde de) 117, 122-3, 134, 311, 314
 Montagne (Cap. La) 235
 Montalvão (Marquês de) 38, 183, 186-7, 190-2, 195-6, 202, 276
 Montebelo (Marquês de) 404
 Montevegue (Marquês de) 363
 Monteiro (Dr. Agostinho de Azevedo) 343
 Monteiro (Antonio Bezerra) 174
 Monteiro (Francisca) 25
 Monteiro (Pedro) 236
 Monteiro da Vide (D. Sebastião) 350
 Monterroyo (Luiz Alvares) 53
 Montoya (P. Antonio Roiz) 129, 141, 143-7, 152
 Moraes (Baltazar de Lemos) 452
 Moraes (P. Francisco) 124, 192
 Moraes (P. Manuel) 88, 91, 159, 161, 465
 Moraes (João Vieira) 295
 Moraes (Pedro) 131
 Moraes Navarro, 368, 370, 407-9
 Moraes Navarro (P. José) 409
 Moreira (Francisco Alvares) 246
 Moreira (Manuel) 270
 Moreno (Diogo de Campos) 41
 Moreno (Martim Soares) 19, 36-7, 40, 44, 91, 160, 219, 220
 Morgrovejo (D. Tomaz) 129
 Morphy (D. Carlos) 303
 Morris (Gedeon) 210
 Motta (Baltazar) 367
 Motta Faicão (Francisco) 305, 393, 395-6
 Moura (Alexandre de) 37, 40, 41-2, 43, 46, 72
 Moura (Cristovão de) 37, 72
 Moura (Felipe) 72
 Moura (D. Francisco) 72-3, 77, 80
 Moura Rolim (Antonio) 415
 Munhoz (D. João de) 285, 356
 Muxica (Mestre de campo) 338
 Nanguirú (Nicolão) 152
 Nantes (P. Martim de) 291-2
 Nassau (Henrique) 167-8
 Nassau (Maurício de) 163, 165-7, 174, 177, 187, 199, 200, 202-7, 209, 210-1, 215, 217, 242, 455
 Natividade (Fr. José) 467
 Negrão (Francisco) 315
 Negrão (Pedro Martins) 119

- Negrón (Diogo Maria) 130
 Negreiros (Vidal de) 177, 183-4,
 209, 216-8, 219, 220, 223-4,
 231-3, 245-6, 249, 345, 359, 360,
 362, 364-5, 380-1, 385, 388
 Neiva (Artur) 462
 Netscher (P. M.) 58, 65, 203
 Neto (Jorge) 131
 Neves (José Cassiano) 179
 Neves (P. Moreira) 259
 Nhonguge, 407
 Nieuhoff, 225
 Nijloff (Martins) 168, 178
 Niza (Marques de) 215
 Nobrega (P. Manuel) 68, 374
 Noel (Otave) 58
 Nogueira (Paulino) 21
 Noronha (Jacome Raimundo) 104,
 109, 110-1
 Nunes (P. Manuel) 149, 379,
 385
 Obidos (Conde de) 72, 80, 186,
 219, 265-6, 270, 275-6, 278,
 280, 304, 345, 361-6, 424
 Odemira (Conde de) 245
 Offeres (Nunius) 199
 Oliva (P. João d') 69
 Oliveira Lima, 38, 76, 89, 161,
 358
 Oliveira (Bento Rodrigues) 112,
 209
 Oliveira (Constantino) 368
 Oliveira (Diogo Luiz de) 77-8,
 80, 82, 119, 144, 164, 170,
 172, 268
 Oliveira (Francisco Dias) 409
 Oliveira (Frel Nicoláo) 63
 Oliveira (D. João Franco de)
 429-430
 Oliveira (João Gago) 452
 Oliveira (José Gonçalves) 321-2
 Oliveira (José Gomes) 446
 Oliveira (Pedro) 184
 Oliveira (Tomé de Almeida) 336
 Oliveira Lima, 38, 76, 89, 161,
 358
 Oliveira Martins 189, 412
 Oquendo (D. Antonio) 89, 90,
 91, 93-4, 97, 157
 Orange (Principe) 166
 Orecha (Pedro) 23
 Orellana (Francisco) 43
 Orteza (P.) 127
 Osorio (D. Pedro) 74
 Osorio (Ubaldo) 225
 Pacca (Matias) 369
 Pacheco (Felix) 37
 Pacheco (Francisco Fernandes)
 224
 Pacheco (Manuel da Silva) 287
 Pacheco (Nicoláo Aranha) 180,
 217, 251
 Padilha (André) 70
 Padilha (Francisco) 65, 70, 71,
 76, 82
 Padua (Saturnino) 426, 448
 Paes (Antonio Soares) 307
 Paes (Diogo) 172
 Paes (Gaspar Rodrigues) 323-5,
 327, 452
 Paes (Simão Ferreira) 172
 Paes (José) 323
 Paes Barreto (João) 31
 Paes Barros (Sebastião) 305, 396
 Paes Florião (João) 407-8
 Paes Esteves (José) 433
 Paes de Saude (Antonio) 295, 445
 Paes Leme (Fernão Dias) 135-6,
 138, 146, 149, 151-2, 193, 283,
 294, 304, 309, 318-26, 445, 451
 Paes Leme (Pedro Dias) 322, 451
 Paes Leme da Camara (Roque
 Luiz) 50, 283, 303, 316
 Palva (Jeronimo Serrão de) 76,
 219, 221
 Palma (André Martins) 267-8
 Palma (Des.) 418
 Pante (Francisco) 167
 Paris (P. Arsenio de) 34
 Paredes (Agostinho de) 66
 Pastelli (Pab'o) 130
 Pater (Adrian) 90-1
 Paulo III, 147
 Pavão (Antonio) 83
 Pedro (Rodrigo) 116
 D. Pedro I, 197
 D. Pedro II, 205, 262-3, 278-9,
 339, 340, 360, 390, 416, 426,
 432
 Pedrosa (P. Pedro) 370, 383, 387
 Pedroso (P. Manuel) 371
 Pedroso Xavier (Francisco) 303
 Pegas, 119
 Peixoto (Afranio) 235, 326, 379,
 380, 428, 465, 477
 Peixoto (Domingos de Brito) 317
 Peixoto (Jeronimo) 67
 Pembroch (P. Arcanjo) 35
 Pereira (P. Antonio) 255, 287-8
 Pereira (Baltazar de Souza) 375
 Pereira (Eleodoro Ebano) 311
 Pereira (João Batista) 277

- Pereira (D. frei Manuel) 347
 Pereira (D. Miguel) 176
 Pereira (Pedro de Souza) 265, 267, 270, 311-2
 Pereira (Roque Dias) 315, 327
 Pereira (Salvador de Brito) 244, 270
 Pereira da Costa 159, 455
 Pereira Marinho (D. Leonor) 435
 Pereira Pinto 303
 Peres (Damião) 17, 186, 398
 Perez (Manuel) 153
 Pessoa (Francisco Gomes) 95
 Pettinatli (Francisco) 164
 Pezieux (Mr. de) 35, 39
 Picard (Alexandre) 163, 184
 Picarolo (S.) 22
 Piccolomini (P. Francisco) 376
 Pilar (Frei Ricardo do) 478
 Pimenta (Manuel Dias) 473
 Pimentel (Antonio da Silva) 180
 Pina (Luiz de) 473
 Pinheiro (Salvador) 93
 Pinto (Antonio Corrêa) 206, 309, 310, 332, 334, 337-8
 Pinto (P. Francisco) 21, 54, 159, 375
 Pinto (Francisco Guedes) 76
 Pinto (Luiz) 366
 Pinto (Luiz de Mello) 222
 Pinto Brandão (Tomaz) 341
 Pinzon, 102
 Pio (Fernando) 358
 Pires (Antonio) 145
 Pires (Gonçalo) 132
 Pires (P. Heliodoro) 371
 Pinto (Manuel) 41, 152
 Pinto de Carvalho (Domingos) 426
 Piso (Willem) 167, 205
 Pombal (Marquês de) 25
 Pontes (P. Belchior de) 316
 Portugal (D. Fernando José de) 345
 Post (Franz) 166, 204-5, 477
 Post (Peter) 204
 Poti (Pedro) 222-3
 Povoas (Des. Antonio) 27
 Prado (Conde do) 217, 219
 Prado (Paulo) 265, 309, 328
 Prazeres (Frei Francisco) 37, 399
 Preseprio (Madre Jeronima do) 348
 Prestage (Edgard) 234, 360, 472
 Prestes (Domingos) 64
 Preto (Francisco Fernandes) 256
 Preto (Manuel) 140, 142-3
 Preto (Sebastião) 140
 Proul (Gomez) 109
 Prudente (Feliciano) 402
 Puali (James) 109
 Pyrad de Laval, 40, 298
 Queiroz (Baltazar de) 355
 Queiroz Cerqueira (Antonio) 279
 Rabbi (Jacob) 223
 Rabelo (Francisco) 165, 177, 226, 228
 S. Raimundo (Madre Maria de) 348
 Ramalho (João) 133
 Ramiz Galvão (Barão) 467
 Ramos (P. Domingos) 465
 Ramos (José Rodrigues) 74
 Rangel (Cosme) 465
 Raposo (Antonio) 139
 Raposo Tavares (Antonio) 139, 143, 145-6, 193, 301, 305-6
 Rasilly (François de) 34
 Ravardiêre (La) 33-6, 39, 41-2, 59
 Ravasco (Bernardo Vieira) 266, 279, 343, 407, 414-5, 417, 420, 441
 Ravasco (Cristovão Vieira) 27
 Ravasco (Gonçalo) 279, 415-6
 Rego (André de Barros) 365
 Rego (Antonio de Barros) 217
 Rego (Jacinto de Moraes) 395
 Rego (Dr. José Pereira) 419
 Rego Barros (João) 366
 Rego Barros (Luiz) 110, 357
 Rego Monteiro (Jonatas) 299, 335, 337-9
 Reigam (Mateus) 222
 Reijmbuch, 460
 Rembach, 158
 Rendon (D. Francisco) 183
 Rennefort (Souchu) 363
 Ressurreição (Fr. João) 471
 Ressurreição (D. frei Manuel) 354, 407, 421-1, 424, 427-8
 Revello (José Torres) 340
 Rezende (Luiz Vaz) 453
 Riba Aguero (Fernando) 157
 Ribeiro (P. Antonio) 383
 Ribeiro (Antonio) 70
 Ribeiro (Cecilia) 282
 Ribeiro (Francisco) 64, 70, 301
 Ribeiro (Francisco Pires) 320
 Ribeiro (João) 77, 363
 Ricardo (Cassiano) 134
 Riffault (Jaques) 33
 Rio Branco (Barão do) 35
 Rocha (Antonio da) 450

- Rocha ((Des. Manuel Pinto) 27
 Rocha (Pero Casqueiro da) 69
 Rocha Pitta, 91, 196, 217, 253, 280, 282-3, 285, 288, 291, 307-8, 326, 334, 343, 345, 348-9, 357, 411-2, 418-9, 420, 432, 435-7, 439, 451, 475
 Rocha Pitta (João) 426
 Rocha Pitta (Valentim) 223
 Rodella (Francisco) 289
 Rodrigues (Afonso) 66, 70, 83, 252
 Rodrigues (Alvaro) 83
 Rodrigues (Antonio) 69, 82, 83
 Rodrigues (Diogo) 75
 Rodrigues (Francisco) 423
 Rodrigues (P. Jeronimo) 124
 Rodrigues (José Honorio) 168
 Rodrigues (Manuel) 83
 Rodrigues (Nina) 412
 Rodrigues Lobo, 476
 Rodrigo Octavio, 148
 Rojas y Borja (D Luiz) 163-4
 Roldão (João Tavares) 332
 Romano (Frei João) 348
 Rosado (Francisco Antonio) 86
 Rouillé, 398
 Rubens (Pintor) 204
 Sá (P. Antonio) 465, 467
 Sá (João Corrêa de) 265, 269
 Sá (Manuel Carneiro de) 420
 Sá (Martim de) 30-1, 49, 52, 65-6, 73, 83, 116-7, 119, 124, 131, 140, 141, 226, 228, 311, 342
 Sá (Mem de) 150, 346, 436, 469
 Sá (Salvador Corrêa de) 30-1
 Sá (Vitória de) 142
 Sá e Benavides (Salvador Corrêa de) 30, 49, 116-7, 119, 120-1, 138, 142, 148, 150, 192, 194, 197, 219, 222, 233, 236-8, 253, 265, 267-9, 70-6, 299, 300, 311
 Sá da Costa, 133
 Sá e Menezes (Artur de) 194, 340, 434, 447, 449, 450-2
 Sá da Rocha (Diogo) 121
 Saavedra (Hernandarias) 128
 Salazar (P.) 141
 Salazar (Jordão) 71
 Salazar (Ventura de Frias) 67
 Saldanha (Antonio) 443
 Salema (Antonio) 150
 Salvador (Frei Vicente do) 18-9, 21, 23-4, 29, 40, 46-7, 51, 53-5, 62, 65-6, 69, 72, 75, 80, 116-7, 132-3, 225, 285, 456, 459, 475
 Sampaio (Albino Porjaz) 49
 Sampaio (Jorge) 395
 Sampaio (Teodoro) 462
 San Felice (Marcos) 174
 Sanches de Baena, 50, 172, 229, 244, 417
 Sanches del Poço (José) 416
 Sancy (B. de) 34
 Sande (D. Francisca) 217, 418
 Santa Maria (Fr. Agostinho) 348 351, 478
 Santa Maria (Fr. Manuel) 125
 Santa Tereza (Fr. Francisco) 467
 Santiago (Fr. Jeronimo) 471
 Santos (Antonio Vieira) 314
 Santos (D. Estevão dos) 346
 Santos (Francisco) 399
 Santos (Luiz) 357
 Santos (Francisco Martins) 125
 São Peres (P. Gaspar) 22
 Saraiva (Antonio) 83
 Sarmiento (Francisco) 76
 Sora (Fr. Tomaz de) 348
 S. Bento (Fr. Leão de) 470
 Schkoppe (Segismundo von) 158, 224, 226-8, 232, 3, 248
 Schouten (Albert) 71, 75
 Schouten (Willem) 75
 Schoonenborch, 245
 Schomberg (Conde de) 260, 362
 Seixas (José de) 452
 Sequeira (Luiz) 71
 Sequeira (Manuel da Mota) 398
 Sequeira (Ruy Vaz de) 391
 Serpa (Diogo de Oliveira) 252
 Serra (João Lopes) 455
 Sertão (Domingos Afonso) 289, 290-1
 Silva (Antonio) 268
 Silva (Assenço) 184, 281
 Silva (Bento do Amaral) 270
 Silva (Duarte) 227
 Silva (Fernão) 172, 268
 Silva (Francisco Lopes) 146
 Silva (Gregorio) 54
 Silva (P. João Leite) 328
 Silva (Jorge da) 387
 Silva (Luiz) 202, 255
 Silva (Martinho) 270
 Silva (Micaela) 227
 Silva (D. Pedro) 164, 172, 174, 176, 228, 474

- Sílva (D. Pedro, bispo) 196, 227
 Sílva (Pedro Celestino) 171
 Sílva Correia (Elias) 199, 238
 Sílva Leme, 325, 446, 448
 Sílva Nigra (D. Clemente) 65, 69, 351, 470
 Sílveira (Carlos Pedroso) 448
 Sílveira (Duarte Gomes) 161
 Sílveira (Inácio Coelho) 393
 Sílveira (João Lopes) 338
 Simonsen (Roberto) 63, 206-7, 453, 458
 Simões Lopes Neto, 152
 Siqueira (Francisco Dias) 290, 307
 Soares (Gabriel) 28, 48, 285, 456, 462-3, 466, 475
 Soares (João Alvares) 222
 Soares (Manuel de Abreu) 406
 Soares (Nicoláo) 83
 Soeiro (Domingos Dias) 363
 Soloni (P.) 127
 Sombart, 358
 Sombra (Severino) 424, 434
 Souto (Francisco Peres) 160
 Souto (Gaspar Gonçalves) 264
 Souto (Sebastião) 163, 169, 175, 177
 Souto Maior (Francisco) 237
 Sotó Maior (Antonio da Cunha) 399
 Sotó Maior (P. João) 377, 382, 386, 403-4
 Soure (Conde de) 360, 444
 Souza (Alvaro de) 104
 Souza (D. Antonio de) 29-9, 30, 417
 Souza (D. Antonio Caetano) 244
 Souza (Antonio Fererira de) 196
 Souza (D. Francisco de) 17, 22, 26, 27, 28-9, 31, 46-7, 53, 115, 125, 129, 131, 134-5, 150, 264-5, 287, 313, 417
 Souza (Gaspar de) 30, 37-8, 40, 42, 115, 186, 453
 Souza (D. João de) 30, 277, 359, 362, 403-4
 Souza (Frei Luiz de) 28, 30-1, 36, 43, 61, 63, 129, 138
 Souza (D. Luiz de) 44, 46-8, 50-3, 105, 435
 Souza (Manuel Pacheco de) 27
 Souza (Martim Afonso de) 121
 Souza (Miguel de) 447-8
 Souza (Frei Pedro) 445
 Souza (Pero Coelho de) 18, 20-1, 36, 41
 Souza Coutinho (Francisco de) 229, 234-5
 Souza Freire (Alexandre) 255, 279, 280-1, 284, 287
 Souza Leão (J.) 205
 Souza de Menezes (Antonio de) 413-7
 Souza Pacheco (Vasco) 46-7
 Souza Viterbo, 53
 Spilberg (Joris van) 53, 125
 Stachower (Jacob) 208
 Strozzi, 34
 Studart (Barão de) 19, 21-2, 369, 383, 388, 403, 409
 Surrel (Bento) 288, 295, 435
 Taide (D. Luiz) 133
 Taífo (P. Diaz) 146-8, 152, 135-7, 143, 150, 226, 294-5, 304, 307, 311, 320, 324-8, 407, 445, 447, 449, 451
 Tatapirica (João Vaz) 19
 Taunay (Afonso d'E.) 27, 125, 130, 132, 135-7, 141, 143, 154-5, 161, 193-4, 256, 273, 352, 284-5, 294-5, 300-1, 307-8, 312-4, 317, 319, 320, 323-4, 326-8, 341, 405, 407-8, 449, 451, 470, 472
 Tavora (Leonor) 119
 Teixeira (Antonio) 174
 Teixeira (Bento) 465
 Teixeira (D. Marcos) 47-8, 55, 64, 66-9, 70, 72, 176
 Teixeira (Pedro) 38, 44
 Telles da Silva (Antonio) 197, 202, 209, 217, 219, 220, 222, 227-9
 Telles (Luiz da Silva) 196, 273
 Telles de Menezes (Francisco) 414-5, 416
 Tendrero (P. Manuel) 69
 D. Teodosio, 197, 214, 235
 Teschauer (P. Carlos) 129
 Themudo (André Pereira) 43, 87
 Thijssen (Marfem) 90, 91
 Thomsen (Th.) 204
 Tinoco (Afonso Garcia) 27
 Tinoco (Diogo Grasson) 304, 325-6, 477
 Toledo (D. Fradique de) 73-6, 89, 174
 Toledo Pisa (A.) 139, 146, 150
 Tolosa (P.) 127
 Torre (Conde da) 179, 180-3, 186, 209, 413, 417, 457

Torres (P. Diogo de) 129
 Torrecuso (Marquês de) 73-4
 Tournalon (Carlos) 184
 Trappen (Jost van) 85, 225
 Trindade (Frei José) 471
 Tubarão (Indio) 124
 Tuim Mirim, 19, 20
 Turenne, 260
 Uilhôa (Antonio Lopes) 343
 Uilhôa (Diogo Lopes) 180
 Urbano VIII, 147
 Urtazu (P. Martin Xavier) 129
 Usselincx, 58, 64
 Valie (Alvaro Luiz) 134
 Vanderley (Gaspar) 220
 Vargas (Paulo Cardoso) 76
 Vargas (Tomaz Tamayo) 77
 Vareiro (Dionisio d'Avila) 427
 Varnhagen, 17, 25-7, 35, 37, 40,
 87, 93, 119, 147-8, 158, 161,
 181, 209, 219, 222, 225, 231,
 347, 253, 273, 375, 378, 391,
 398, 394, 419
 Vasconcellos (Antonio de Figuei-
 redo) 97
 Vasconcellos (Diogo de) 446
 Vasconcellos (Diogo Pereira de)
 446
 Vasconcellos (Joanne Mendes de)
 190, 196-7, 202
 Vasconcellos (Luiz Aranha) 373
 Vasconcellos (Miguel) 202
 Vasconcellos (P. Simão de) 40,
 191, 265, 320, 333, 465-6, 474
 Vaux (Ch. des) 34
 Vaz (André) 83
 Vaz (Antonio) 366
 Vaz de Barros (Pedro) 303
 Vega (Lope de) 77
 Veijão (Domingos Vieira) 299
 Velasco (Antonio) 64
 Velasco (Diogo de) 130
 Velasco (João) 239
 Velho Barreto (João) 88
 Velloso (P. Francisco) 384
 Ventura (David) 299
 Vera (Juan Torres) 128
 Viana (Antonio Gonçalves) 447
 Viegas (P. Antonio) 465

Viegas (João Peixoto) 365, 371,
 281, 284
 Vieira (P. Antonio) 27, 63, 66,
 68, 93, 118, 121, 133, 170-1,
 177-8, 181, 185-6, 186, 187, 189,
 190-1, 196-7, 205, 212, 213-5,
 226-9, 230, 234-6, 243, 247,
 253, 262-5, 277, 279, 280-1,
 296, 299, 310, 339, 341, 344,
 348-9, 351-2, 354, 360, 363, 372-
 9, 380-9, 390-4, 405, 413-6, 418,
 422, 425-6, 428, 431-2, 442,
 458-9, 462, 464-5
 Vieira (João Fernandes) 162,
 207-8, 212, 217-9, 220, 223-4,
 230-3, 246, 249, 362, 365
 Vieira (Manuel Rodrigues) 401
 Vieira (Pedro) 263, 382
 Vieira Fazenda, 267, 272
 Vieira de Mello (Bernardo) 368,
 410-1
 Villegaignon, 33, 59, 77
 Vilanova Segura (P. Turibio) 441
 Vila Nova (Visconde de) 263
 Vila Pouca (Conde de) 226-8, 259
 Vilas Boas (Melchior de Souza)
 437
 Vilhena (D. Felipa) 254
 Vilhena (D. Francisca) 195
 Vilhena (P. Francisco) 195
 Vilhena (Luiz dos Santos) 326,
 437
 Vimieiro (Condessa de) 123, 311
 Vimioso (Conde de) 50, 117
 Vitória (P. Francisco) 148
 Voltaire, 260
 Voltrin (João) 231
 Waerdenburch 85-6, 157-8, 166
 Wagner (Zacarias) 204, 477
 Walbeck (Van) 50
 Watjen (Herman) 69, 94, 165,
 205, 206, 211, 234, 242
 Willekens (Jacob) 65
 With (De) 235, 242, 246
 Wroth (Clarence) 212
 Zacuto Lusitano 473
 Zehntner (Leo) 278
 Zorobabé, 83, 133
 Zambi, 402-3, 411-2